

Dist. 2

MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1954

PELO

SR. JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNADOR DO ESTADO



ESPÍRITO SANTO

1954

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Biblioteca

Nº
9803

Data
27/10/2011

MENSAGEM

APRESENTADA À

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA ESTADUAL

POR OCASIÃO DA ABERTURA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 1954

PELO

SR. JONES DOS SANTOS NEVES

GOVERNADOR DO ESTADO



ESPÍRITO SANTO

1954

SENHORES MEMBROS DO PODER LEGISLATIVO:

Ao término de mais um ano de intenso e pertinaz labor, quando o Espírito Santo, em tôdas as esferas de sua atividade, cresce e se revigora, é com justificada alegria que aqui venho hoje, pela derradeira vez, a fim de repassar convosco os índices auspiciosos de nossa prosperidade atual, e, assim, informar o nobre povo capixaba sôbre a situação geral do Estado, no que tange aos vários aspectos de sua Administração Pública.

É êste, pois, o momento propício para uma visão retrospectiva aos propósitos do candidato, postos em confronto com as realizações do Govêrno.

Compelido pelas circunstâncias políticas a retomar o espinhoso cargo, que deixáramos, sem saudade, em 1945, trazíamos, entre outros pensamentos, a convicção serena de que o Espírito Santo oferece condições excepcionais para se transformar, administrativamente, numa espécie de Suíça da Federação.

Pela sua privilegiada situação geográfica, pelo potencial inesgotável de suas riquezas, pelo equilíbrio de suas classes dirigentes, mas, sobretudo, pela inexcedível capacidade construtiva de seu povo.

Era preciso, porém, retraçar-lhe o destino, coordenar os impulsos impetuosos de seu progresso e nortear-lhe as diretrizes de sua pujante economia. Essa a tarefa preliminar que se propôs o Govêrno, logo aos primeiros meses de sua gestão, ao contacto inicial com os vossos entu-

siasmos e com a vossa firme decisão de bem servir aos interesses maiores do nosso Estado.

Em verdade, não poderia ser de outro modo, pois a experiência nos ensina e a realidade já nos compelira a aprender a dura lição de que seria impossível manter forte e florescente a economia estadual, sob o sustentáculo, quase único, da monocultura cafeeira. Nenhum govêrno, nem qualquer estadista, se animaria jamais a empreender grandes obras, fiado apenas nos resultados aleatórios das nossas cifras orçamentárias da Receita, que ora infletiam para o alto, na crista de uma valorização fortuita, ora se despenhavam em colapso, ao sabor das estiagens e das especulações mercantís do mercado cafeeiro.

O próprio Estado haveria de permanecer indeciso, frente às vacilações de seu destino, flutuando entre as esperanças alvoroçadas de um futuro promissor, nas épocas de euforia, e o desalento profundo de melhores dias, nas fases deprimentes da decadência.

Urgia o emprêgo de um remédio heroico que viesse corrigir o mal e debelar aquela diátese, tonificando também o organismo estadual e restituindo-lhe as forças indispensáveis ao prosseguimento de sua marcha ascensional para o progresso.

O "Plano de Valorização Econômica" foi a terapêutica indicada, com a vossa aprovação unânime. E os seus resultados aí estão visíveis; atestando a eficiência do método e a oportunidade de sua aplicação, nos sinais reveladores da franca expansão de tôdas as fontes de riqueza e prosperidade estaduais. O pôrto de Vitória recresce de importância pelo volume de suas obras e pelos índices de sua movimentação. As rodovias, acrescidas ao tráfego ou pavimentadas em asfalto, criam novos estímulos às operações mercantís. O fomento à produção agrícola revitaliza os nossos campos e desperta novos entusi-

ismos da população rural; enquanto Rio Bonito com sua construção, já em marcha acelerada, favorece e comanda a transformação da fisionomia econômica estadual, rumo à sua progressiva industrialização. Sob todos os ângulos de análise, neste período singular de vertiginosa evolução, avultam as atividades administrativas do Estado. No setor educacional, que é a pedra de toque de um governo pela responsabilidade de preparar culturalmente as gerações futuras e assim assegurar os melhores destinos da Pátria, atingimos agora a níveis da mais alta expressão, que situam o Estado em lugar destacado em confronto com outras unidades federadas. Operou-se aqui, sem sombra de dúvida, verdadeira metamorfose cultural, nestes três últimos anos de administração. Em todas as estruturas pedagógicas, desde o pré-escolar ao ensino superior, um novo surto de vida e vibração galvanizou inteiramente as atividades educacionais. Parques e Recantos Infantis foram instalados em vários pontos da Capital e interior; triplicamos o número de ginásios oficiais; restituímos ao magistério primário, pela "lei áurea do ensino", a posição de independência e dignidade que há tantos anos, perdera; ampliamos de muito as escolas e classes; abrimos ou criamos quatro Faculdades e nos aprestamos para a instalação da Universidade Estadual, cúpula e coroamento do ensino, cujo projeto de lei já se encontra nesta Casa para receber os preciosos adendos de vossa cooperação.

No particular da Saúde Pública raros são os municípios que já não possuem uma unidade sanitária, sob a forma de Centro ou Posto de Saúde, zelando pelo bem estar físico, mental e social da população. Refundiu-se também, inteiramente, o aparelhamento de Assistência Social do Estado que é hoje ponto de referência e louvor entre os estudiosos do assunto.

Duplicou-se, em três anos, a Receita arrecadada em 1950. E quanto às Obras Públicas, entre as construídas ou inauguradas neste triênio, registramos, com ufania, a percentagem de uma de dois em dois dias, índice surpreendente e singular que por si só marca e confirma a intensidade dos esforços da administração. Ao ritmo dêsse labor infatigável, como que despertaram também as iniciativas particulares que, por tôda a parte, se expandem em novas realizações e investimentos, empolgando o Estado com uma febre de construções nunca vista, que transforma o nosso território em imensa oficina de trabalho.

Sobrepassaram assim, de muito, em comparação com as pálidas aspirações do candidato, as realizações do Governo. E o que fôra prometido para um quadriênio se concretiza em três anos. Certo não ressalto essa circunstância para dela auferir qualquer parcela de notoriedade. Nem a divulgo por jactância ou para recolher, sozinho, os louros da vitória. Governo é obra de conjunto e sinergia de esforços. E, dentro do nosso regime, só se opera pela harmonia e equilíbrio existentes entre o Poder Legislativo e os órgãos executivos que acompanham e assessoram o Chefe do Estado. Sem a mútua cooperação não se levantam os lineamentos de um plano, não se promulgam as leis, nem se firmam as vontades construtivas de uma administração. Sois, assim, Senhores Deputados, legítimos participantes desta obra de governo que não se realizaria sem a cooperação inestimável dos vossos anseios, da vossa austera vigilância e da vossa instantane preocupação de bem servir à causa pública.

Antes de assumir o Governo, sintetizáramos o nosso programa dentro do lema: "Paz, Justiça e Trabalho". Esse tem sido, realmente o clima em que vivemos, no Espírito Santo, e para o qual têm concorrido, de modo admirável, os preciosos exemplos de correção e austeridade

do Poder Judiciário, padrão de cultura e sabedoria que constitui o pálio tutelar da Justiça para todos os cidadãos do Estado.

Por essa singela exposição, urdida em termos sintéticos e pontilhada de omissões, fácil é depreender-se a situação de excepcional relêvo que já conquistamos no panorama nacional. Somos, hoje, um Estado exemplo, na Federação. O ambiente de Ordem e de Progresso que nos envolve já repercute lá fora, propiciando-nos uma atmosfera de respeito e admiração. Antes, as ocorrências aqui verificadas se extinguíam no limiar das nossas fronteiras, sem fôrça de penetração nos grandes centros nacionais. Éramos como uma voz apagada que se perdia na amplidão. Talvez por que faltasse intensidade ao nosso clamor, mas, seguramente, pela frágil expressão da nossa grandeza. Transmudou-se, porém, o cenário, e o Espírito Santo de hoje se alinha, em pé de igualdade, com os seus irmãos maiores, porque conquistou, afinal, pela Fé e pelo Trabalho, o áureo braço de um grande Estado. E cresceremos ainda mais, fiéis ao nosso destino e á vocação de nossa gente que desconhece fronteiras para conter os seus anseios de progresso.

Prosseguindo nas confrontações dos prognósticos de ontem com as realidades de hoje, confesso que trazia também para o Governo uma tese a ser comprovada. Sempre julguei que a boa administração faz a boa política. Uma é corolário natural da outra, embora nem sempre a recíproca seja verdadeira. Porisso, ao prestar o solene compromisso de posse, em 31 de janeiro de 1951, aqui mesmo, neste magno recinto, proclamava o desarmamento dos espíritos e lançava o apêlo de concórdia em prol dos maiores interesses do Espírito Santo. A administração se processou, assim, sem maiores percalços, e, nesse ambiente de trégua, pelas realizações sucessivas, foi despertando

consciências e conquistando novos adeptos. Cresceu no conceito popular e gerou uma política diferente, firmada nos entusiasmos coletivos, sem ódios, nem retaliações. Daí a tranquilidade exemplar reinante em nosso Estado, ainda agora, nas vizinhanças de um prélio eleitoral. Quando, em outras unidades da Federação, já fervem as paixões e se desencadeia a luta, paralisando quase tôdas as atividades governamentais, o Espírito Santo permanece em calma, porfiando em seu trabalho fecundo, na consciente e incansável elaboração de seus excelsos destinos. São os frutos de uma boa política fomentada pelos zelos da administração. E a resposta de um povo que não aceita mistificações e só fala e entende a linguagem rude e franca do trabalho.

Nesta orquestração de sentimentos, há, certamente, algumas notas dissonantes que não conseguem, porém, quebrar a harmonia do conjunto. São aquêles que, no delírio de suas ambições pessoais, se conservam indiferentes e alheios ao progresso atual do Estado. Não acreditam no Espírito Santo, nem encontram definições para o ideal que se consagra ao seu serviço. Mas, mesmo êsses, são, no Espírito Santo, parcela desprezível de um mal mais sério que enfêrma o organismo nacional. É a resultante da pluralidade partidária. Há uma página de Maurice Duverger sôbre os "Partidos Políticos" que encerra preciosa lição para o nosso regime. Observa êle que o multipartismo e o bipartismo engendram estruturas políticas diferentes. No primeiro, pelo fracionamento dos sufrágios, não existe esperança para os pequenos Partidos de galgar o Poder. E os seus representantes, porisso mesmo, tendem para os arroubos da violência e da demagogia. No chamado, porém, "two parties system", pela possibilidade da inversão dos setores, assumindo a oposição as responsabilidades do govêrno, as controvérsias se processam com mais

"claridade e moderação", contribuindo, assim, para a maior solidez do regime democrático.

No caso especial do Espírito Santo, tal fenômeno, embora com intensidade menor, também se reproduz, e os doestos mais violentos e agressivos partem justamente daqueles poucos que, eleitoralmente inexpressivos, já sentem fenecer as esperanças que amontoaram diuturna e avaramente, na longa estrada de suas ambições.

O Brasil, porém, mais cedo ou mais tarde, alcançará a fórmula ideal de sua civilização que lhe permita, com a cessação das lutas políticas estereis, reencontrar os caminhos harmoniosos do seu progresso.

Desde as chamadas Missão Cooke e Missão Abbink, técnicos estrangeiros e nacionais insistiam na imperiosa necessidade de se levantar, no Brasil, o balanço das nossas deficiências, de molde a suprimi-las por um esforço pertinaz de concentração dos recursos extraordinários. Tivemos aqui, em nosso Estado, a sabedoria de aplicar a lição. E os resultados aí estão patentes, como decorrência do "Plano de Valorização Econômica" que nos auxiliastes a elaborar. Previsto para se desenvolver em cinco anos, ultrapassando os limites dêste quadriênio, já se encontra, porém, com suas linhas principais, quase totalmente realizado, impondo-se agora o seu re-exame no sentido de buscarmos uma fórmula para o seu prosseguimento e continuidade, tão benéfico se mostrou o instrumento propulsor do nosso atual progresso. Era, de início, um fato novo e um capítulo inédito nas administrações que, porisso mesmo, despertava críticas e gerava desconfianças. Parecia um esquema inatingível, um devaneio sem consequências, que se perderia melancolicamente nos ronceiros desvãos da rotina administrativa. Mas contrariando os vaticínios pessimistas, êle se revela um sistema altamente eficaz e

PLANO DE
VALORI-
ZAÇÃO
ECONÔ-
MICA

precioso para comandar o ressurgimento econômico do Espírito Santo. Em todos os setores do Plano, as atividades expontaram e se desenvolveram, abrindo novos mercados de trabalho para o excedente marginal da nossa população e comprovando, pela evidência das obras, a impossibilidade de se conseguir tão alto rendimento sem o auxílio de uma planificação racional.

OBRAS PORTUÁRIAS

Constava, do esquema inicial, um decálogo de obras constituído pelos seguintes itens: Carreira e oficina em Bento Ferreira; reparação e reforma do material flutuante; cais de saneamento da Capixaba; instalação do parque carvoeiro e petrolífero da Capuaba; dragagem do canal da acesso; atêrro e urbanização entre o Forte São João e Bento Ferreira; frigorífico e armazém n.º 4; reaparelhamento do cais comercial; obras de ampliação do pôrto e obras e serviços complementares. Êsses projetos de ontem são hoje, em sua grande maioria, tangíveis realidades, não obstante o volume extraordinário das obras, os obstáculos a vencer e a clássica morosidade dos empreendimentos hidráulicos. Em apenas três anos, o programa inteiro foi encetado e se encontra praticamente em fase de conclusão, na sua maior parte. Já foram inauguradas as oficinas de Bento Ferreira e o Frigorífico do Pôrto, concluídas a reparação e reforma do material flutuante e terminado o cais de saneamento, que apenas depende das obras complementares de drenagem da rêde de esgotos e águas pluviais da Capixaba. Dentro em breves dias, aportará a Vitória o primeiro petroleiro para descarregar, pelo oleoduto da Capuaba, o combustível importado, concorrendo, assim, para a redução do preço dessa matéria prima do progresso. Prosseguem, ativamente, os trabalhos de dragagem, tendo-se alcançado, em 1953, o volume total de 473 797 m³ que foram aplicados no atêrro da Ca-

pixaba e ao longo do enrocamento do Forte de S. João à Ilha Santa Maria.

Os onus desse empreendimento, que corriam por conta exclusiva do Estado, passaram agora à responsabilidade da União, em virtude do Convênio de Dragagem assinado com o Departamento de Portos, Rios e Canais, em 20 de novembro de 1953.

Conclui-se, êste ano, em tôda a sua extensão, o enrocamento entre Bento Ferreira e a Ilha de Santa Maria, continuando-sê, persistentemente, a conquista de área aos mangues, nêsse trecho do litoral. Firmou-se o contrato de importação de 9 guindastes para o reaparelhamento do cais comercial, e, quanto às obras de ampliação do pôrto, já foram iniciadas com a cravação dos primeiros tubulões na enseada do Paul. Será essa a primeira obra executada, no Espírito Santo, em concreto pretendido, graças ao projeto e orientação técnica da Engenharia Civil e Portuária S. A., empresa de renome nacional que mantém, entre outras obras de vulto no país, a responsabilidade da construção da Base Naval de Recife, mediante um contrato de serviços idêntico ao nosso. O financiamento do cais comercial de Paul compete à União pelas verbas orçamentárias próprias do Ministério da Viação, sendo oportuno registrar aqui o nosso reconhecimento ao eminente Diretor do Departamento de Portos, Rios e Canais, Dr. Hildebrando de Araujo Goes, pela preciosa colaboração que nos deu para a concretização desse importante contrato

Em recente livro publicado sob o sugestivo título de "Geografia da Energia", Pierre George ressalta que "é possível definir o grau de evolução econômica de um país pelo quociente de sua disponibilidade energética". O Espírito Santo, como o Brasil, apesar de seu imenso potencial hidráulico, figurava, nos índices estatísticos, com uma

**ELETRI-
FICAÇÃO**

cifra inexpressiva de instalação elétrica. A construção, em ritmo acentuado, da Grande Central de Rio Bonito, veio nos retirar dessa situação de inferioridade. A obra cresce e se agiganta graças à eficiência técnica das empresas responsáveis pelo contrato, a Construtora Nacional S/A e A.E.G. (Companhia Sul-Americana de Eletricidade), que nos têm dado inteira satisfação pela operosidade e espírito de cooperação com o Estado.

Tão importante empreendimento, que aí está a desafiando o negativismo dos céticos, constitui um dos pontos altos da atual administração e representará, no futuro, o fundamento inicial de nossa redenção econômica. Ponto de turismo obrigatório, pela majestade dos cenários, a harragem de Rio Bonito, com as suas obras acessórias, desperta entusiasmo e faz renascer as esperanças no grandioso futuro do nosso Estado. Já convergem para o nosso pôrto os primeiros equipamentos de sua linha de montagem, tendo chegado, da Alemanha, copiosa parcela de material, destacando-se os 3 grandes transformadores, a Ponte Rolante da Usina, já tendo sido embarcados também a 1.^a turbina Voith de 8 000 HP., os geradores e o quadro de manobras, estando o restante do material pronto para deixar a Fábrica. A obra vinha sendo integralmente financiada pelo Governo do Estado, com imenso sacrifício, num exemplo de tenacidade e firme disposição de realizá-la. Graças, porém, ao interesse e boa vontade do Exmo. Sr. Presidente da República, inspirador genial da expansão das fontes de energia do país, foi-nos possível entregar ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico a responsabilidade financeira total da obra, inclusive as suas linhas de transmissão. Em decorrência das cláusulas desse contrato, assumimos a obrigação de organizar uma empresa de eletricidade, que será a "Espírito Santo-Centrais Elétricas S/A" (Escelsa), cujos estatutos

já se encontram prontos à espera do pronunciamento final do Banco.

As linhas iniciais do Plano de Valorização, no setor energia, foram grandemente ampliadas, mercê dos estudos a que se procedeu na bacia hidrográfica do rio Santa Maria pelos técnicos alemães.

Prevê-se, agora, um sistema capaz de operar 438 000 H.P., dividido em quatro estágios sucessivos. Será uma miniatura do T. V. A. americano, e a sua segunda etapa já foi iniciada graças à cooperação inestimável do eminente patricio Dr. Camilo de Menezes, Diretor do Departamento Nacional de Obras de Saneamento, com os trabalhos preliminares de sondagem da Suíça (70 800 H. P.), já concluídos. O orçamento federal dêste ano contém vultosa verba para aplicação nessa obra grandiosa.

As atividades administrativas, porém, no setor energia, não se limitam a Rio Bonito. Uma série de investimentos se processam, em vários setores do Estado, entre os quais merecem destaque a ampliação da Empresa Lutzow, em Baixo Guandu, a Usina Hidro-Elétrica de João Neiva e a de Alfredo Chaves, além de outras menores, e dos Conjuntos Diesel-elétricos instalados em pontos diversos do território capixaba.

Os destinos industriais do Estado se encontram, assim, bem amparados e protegidos, robustecendo as nossas esperanças na grandeza futura do Espírito Santo.

Igualmente animadores são os resultados auferidos pelo desenvolvimento dos trabalhos do "Plano de Valorização Econômica", no setor rodoviário. Previstos para a conclusão no quinquênio, os trechos programados de Vitória-Colatina e Cachoeiro-Alegre-Guaçu prosseguem ativamente. O primeiro, que denominámos "Rodovia Pedro Nolasco", em homenagem ao grande pioneiro da pe-

**PLANO RO-
DOVIÁRIO**

netração ferroviária ao longo do rio Doce, já se encontra com 60% ultimados, sendo de prever-se a sua conclusão total, até o fim do corrente ano. Será uma rodovia de 1.^a classe, construída sob um alto padrão técnico, em articulação com a BR-5 (Rio-Vitória-Salvador), e promoverá o escoamento rápido da volumosa produção do norte do Estado para a Capital, estuário natural das nossas riquezas. A rodovia Cachoeiro-Guaçu substituirá a antiga estrada pioneira e facilitará, grandemente, o transporte da zona sul, devendo as suas obras ser intensificadas no presente exercício. A pavimentação asfáltica Vitória-Cachoeiro e Safra-Itabapoana, esta não prevista no Plano de Valorização, prossegue de modo intensivo, estando praticamente concluído o trecho Safra-Cachoeiro. Somando todos os trechos terminados, temos, presentemente, em extensão, 27,3 quilômetros de base e 22 quilômetros de revestimento asfáltico, o que demonstra a perfeita execução do nosso planejamento.

O simples enunciar desses elementos de confronto, já nos assegura a operosidade e o acervo de serviços prestados à coletividade pela alta direção e dedicados auxiliares do D.E.R. Encontrareis, no entanto, na parte relativa ao relatório desse importante órgão da Administração Pública, expressivos valores que atestam o volume precioso de sua tarefa. Além do programa assinalado no Plano de Valorização, foram locados, no corrente exercício, 213 Kms. de novas estradas, terminados os estudos de 272 Kms., e construídos 268,027 Kms., com os quais nos acercamos de meio milhar de Kms. de novas rodovias abertas neste triênio de administração. Completaram-se também as obras de 456 metros de pontes, perfazendo assim o total de 2 Kms. 160 metros construídos em nossa administração. As malhas do nosso sistema rodoviário, um dos mais florescentes do Brasil, se mantêm, da mesma forma,

perfeitamente conservadas, tendo-se desconhecido, neste triênio, as interrupções forçadas do tráfego.

Acresce ainda, e êste fato merece especial relêvo, que o custo médio da construção rodoviária sofreu sensível decréscimo no corrente exercício, baixando de Cr\$ 375.000,00 a Cr\$ 206.000,00 por Km., comprovação fiel do alto espírito de bem servir que preside a atual direção do D.E.R..

No esboço que acompanhou o "Plano de Valorização Econômica", relativamente ao setor rural, assim nos manifestávamos, de início: "As atividades de fomento da agricultura, no Espírito Santo, têm revestido a forma clássica de defesa contra as pragas e doenças; de fornecimento de mudas, sementes e reprodutores; de combate à erosão; de ensino técnico sob várias modalidades; de facilidades para a aquisição ou apenas o uso de máquinas e instrumentos".

FOMEN-
TO DA PRO-
DUÇÃO
AGRÍCOLA

Embora indispensáveis êsses auxílios e colaboração, tornava-se imprescindível completar o sistema, criando-se, entre os homens da lavoura, a mística da produção no sentido de assegurar, com o seu aumento, a própria sobrevivência e bem estar da Coletividade. Para alcançar tal objetivo, o primeiro passo foi a criação da Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, libertando-a da simbiose em que vivia com o Departamento de Viação e Obras. Implantados os serviços autônomos da nova Secretaria e contemplados com maiores verbas orçamentárias, promoveu-se a criação de um sistema de "Casas do Lavrador", que põe a população rural em contacto permanente com a Secretaria e seus competentes técnicos.

Já foram construídas e se acham instaladas devidamente, as "Casas do Lavrador" de São Mateus, Barra de São Francisco, Baixo Guandu, Afonso Cláudio, Itagua-

çu, Linhares e Aracruz, estando em fase de acabamento as de Mucurici, Ibiracú e Cachoeiro de Itapemirim, e iniciadas as de Guaçuí e Muqui. Completa-se, assim, a rede assistencial ao lavrador que, já agora, sente, de perto, a ação tutelar do Estado no amparo à produção dos campos. Os índices dessa produtividade, como corolário do novo alento, crescem visivelmente, atestando a fertilidade das nossas terras e o esforço anônimo e pertinaz do lavrador capixaba.

No preparo do terreno para lavoura, estiveram em funcionamento, no ano findo, 41 conjuntos moto-mecanizados que trabalham cêrca de 5.000 hectares. E se não fôra a terrível estiagem que, há três anos, assola impiedosamente as nossas terras, a produção rural se apresentaria em níveis surpreendentes. Mesmo assim, as estatísticas registram e comprovam o crescimento vultoso de nossa produção agrícola, como testemunho eloqüente do progresso atual do nosso setor agrário. Às vicissitudes da prolongada sêca, se juntou também, quanto ao produto básico de nossa economia, a inclemente calamidade da broca do café, ceifando, no ano findo, uma parcela preciosa da nossa principal riqueza agrícola.

Os eternos arautos do pessimismo entraram a especular sôbre o infortúnio cruel dos lavradores, e, na ânsia inútil de obterem a simpatia do eleitorado, atribuíram ao Governo a responsabilidade do flagelo. Esqueciam-se, porém, de que a terrível praga se instalara, em caráter endêmico, no Espírito Santo, pelo ano de 1946, e que já, em 1952, encetáramos tenaz campanha de combate, cujos resultados não se apresentaram mais auspiciosos, unicamente pela incompreensível resistência aos métodos de ação por parte dos próprios cafeicultores. Em 1953, no entanto, em face da extensão dos prejuízos causados, outra era a mentalidade dominante, proporcionando ensejo à Se-

cretaria para imprimir uma intensidade maior aos trabalhos. Distribuíram-se, nêsse ano, aos lavradores 3.425 toneladas de H.C.B. e forneceram-se cêrca de 10.000 polvilhadeiras, acreditando-se que aproximadamente 70% dos cafezais atacados foram submetidos ao tratamento radical. As polvilhadeiras adquiridas na base de 750 cruzeiros a 1.260 cruzeiros foram revendidas aos lavradores a 300, 400 e 500 cruzeiros, por unidade, contribuindo, assim, o Estado, com cêrca de 60% do seu valor, enquanto o preço de revenda do H.C.B. foi fixado em Cr\$ 2,50, ou seja com o prejuízo para o Estado de Cr\$ 2,80 sôbre o seu custo em quilo.

Somos reconhecidos ao Instituto Brasileiro do Café pela preciosa colaboração que nos dispensou, não só financeiramente, como pela entrega de 1.500 polvilhadeiras para revenda.

Embora se trate de uma praga insidiosa, acreditamos que, mantido o combate da mesma forma intensiva, nos anos próximos, poderemos, se não erradicar, pelo menos neutralizar os seus efeitos maléficos sôbre a nossa economia cafeeira.

Um dos melhores índices reveladores da expansão dos trabalhos da Secretaria da Agricultura se pode aferir pelas cifras do movimento de Revenda de seus depósitos, espalhados por todo o interior do Estado. Do total de Cr\$ 533.308,80, em 1947, atingimos, em 1953, Cr\$ 12.793.313,00, dos quais, cêrca de Cr\$ 3.300.000,00 aplicados, exclusivamente, em brometo de metila e aplicadores para o combate à saúva, campanha na qual ocupamos, atualmente o 1.º lugar no Brasil. Outros detalhes encontrareis ainda no minucioso relatório elaborado pela operosa direção da Secretaria, valendo destacar os seus esforços rumo à industrialização agrícola representados pela instalação de 4 fábricas de Farinha, em Linhares, Riacho,

Conceição da Barra e Viana, além das usinas de laticínios de Nova Venécia, Alfredo Chaves e Guaraná. Podemos hoje, sem falsa modestia, afirmar que a lavoura espirito-santense recebe agora da Secretaria da Agricultura, uma soma de benefícios jamais igualada em nenhum capítulo da nossa história.

Senhores Deputados:

Por mais que quisesse sintetizar e resumir, foi-me impossível abreviar o compêndio de realizações copiosas que resultou, para o Estado, da adoção do "Plano de Valorização Econômica". Tereis, por êsses dados, uma idéia superficial do pujante instrumento de prosperidade que instituístes, por lei, para benefício do Espírito Santo.

FINANÇAS DO ESTADO

O exercício de 1953, refletindo, com fidelidade os índices de crescimento e prosperidade do Estado, foi também particularmente auspicioso para a administração pública.

Embora sofresse a economia estadual um grave impacto pelos prejuízos causados à safra de café, decorrentes da prolongada estiagem e do surto alarmante da broca, ainda assim a Receita Ordinária atingiu à cifra de Cr\$ 464.720.227,60, contra a previsão de Cr\$ 473.440.100,00 ou seja com a diferença inexpressiva de Cr\$ 8.719.872,40. Quanto à Receita Extraordinária, por permanecerem ainda adversos os fatores que deveriam contribuir para a sua arrecadação: venda de terrenos recuperados ao mar e colocação das apólices do Plano de Valorização, apenas produziu, no exercício financeiro, Cr\$ 75.939.213,00 quando a sua estimativa era de Cr\$ 111.040.800,00, do que resultou a diferença de Cr\$ 35.101.587,00.

EXECUÇÃO ORÇAMEN- TARIA

Somadas as parcelas da Receita Ordinária e Extraordinária, alcançou a arrecadação total do Estado, em

1953, a vultosa cifra de Cr\$ 540.659.440,60 que corresponde a mais do dôbro arrecadado em 1950, e representa o r  cord absoluto de nossa história. A Despesa realizada, acrescida dos valores correspondentes aos grandes investimentos do Plano de Valoriza  o, correspondeu a Cr\$ 574.084.136,50, do que resultou um Deficit de Cr\$ 33.424.695,90, bem inferior ao do exercício passado.

Essa contingência de modo algum pode atemorizar-nos, pois s  mente a valoriza  o dos terrenos que conquistamos ao oceano, nas vizinhanças da Capital, quando vendidos, ultrapassar  , de muito, aquela parcela, que pode ser considerada, não um deficit real, mas uma receita em potencial. Parece-nos oportuno recordar a respeito a li  o de Burke quando nos ensina que: "A simples parcim  nia não    economia. Inversões e gastos de vulto podem constituir uma parte essencial da verdadeira economia. A economia    uma virtude distributiva e consiste não na poupança, mas na sele  o. A parcim  nia não requer sagacidade, nem qualquer poder de ambi  o, nem juizo. O mero instinto pode produzir esta falsa economia. A outra economia possui maior alcance. Ela revela um raciocínio discriminador e uma inteligência lúcida".

As inversões que fizemos enriquecem o Estado, que pode, assim, suportar sem tibieza o risco dessa eventualidade passageira. O que importa    o prestígio crescente da nossa prosperidade, agora reconhecida e proclamada nos altos círculos financeiros do país, onde somos ouvidos e atendidos com solicitude e respeito.

Os anexos que acompanham, como de praxe, esta Mensagem, vos darão, Senhores Deputados, todos os elementos essenciais para a análise rigorosa da nossa situa  o financeira, a mais auspiciosa possível, conforme o comprova o modelar relatório do competente e ilustre Titular da Pasta.

OBRAS PÚBLICAS

Do mesmo diapasão das demais Secretarias, ingente foi o esforço construtivo da SVOP, durante o decorrer do ano findo. Servida por competentes profissionais e entusiásticos auxiliares e sob a direção do seu dedicado Titular, vem essa Secretaria se desincumbindo de um conjunto volumoso de obras distribuídas em todos os quadrantes do Estado. Foram concluídas, em 1953, as seguintes obras:

Parque Infantil "Ernestina Pessoa"	4 453 328,80
Grupo Escolar de Paul de Dentro	1 466 532,00
Grupo Escolar de Gurigica	800 000,00
Grupo Escolar de Mantenópolis	600 000,00
Escola Politécnica — 1.º bloco	1 604 696,70
Parque Infantil de Santo Antonio	767 995,80
Grupo Escolar de Rive	302 268,00
Grupo Escolar de Aracruz	612 959,20
Grupo Escolar São Domingos	500 000,00
Cadeia-Quartel de Cach.º de Itapemirim . .	1 216 822,00
Posto de Saude de Barra de S. Francisco . .	350 000,00
Posto de Saude de Rio Novo	343 086,30
Posto de Saude de Santa Tereza (Barra- cão de Petrópolis)	350 000,00
Prefeitura Municipal de Viana	300 000,00
Hospital de Baixo Guandú	1 000 000,00
Hospital de Psicopatas — em colaboração com o Govêrno Federal	2 700 000,00

além das seguintes Escolas Rurais: Oriente, Estrêla, Garage, Fazenda do Centro, São Manoel, Córrego do Chaves, Campinho Laginha, Tijuca, Crisciuma, Ibatiba, Desengano, Comercinho, Conceição do Muqui, Córrego Rico, Piaçu, Meia Quadra, Rio Muniz e Muribeca. Prossegue ainda em ritmo intenso, a construção dos seguintes edifícios: Escola de Pesca em Santa Cruz, Colégio Estadual do Espírito Santo, Escola Politécnica (2.º bloco), Gru-

po Escolar de Maruipe, Piscina do Colégio Muniz Freire, Grupo Escolar de Santo Antônio, Grupo Escolar do Porto de Cariacica, Grupo Escolar de Baixo Guandú, Cadeia Pública de Cariacica, Cadeia de Itaquari, Cadeia-Quartel de Colatina, Pôsto Policial de Vinhático, Cadeia de Vila Velha, Rio Novo, Mantenópolis, São Rafael, Forum de Muniz Freire, Postos de Saúde de Cariacica, Guarapari, Fundão, Rio Novo, Edifício das Repartições Públicas (Vitória), Edifício do SAPS, etc.

Todo êsse cortejo imenso de obras, que se estende pelos mais distantes recantos do Estado — e não só na Capital, como desejariam as impenitentes cassandras da discórdia, — retrata a situação excepcional do Estado, em relação aos investimentos governamentais que, segundo dados coligidos pela "Revista de Finanças Públicas", em relação ao ano de 1952, se expressa com o índice percentual de 40,73 %, o maior do Brasil.

Entre os anexos desta Mensagem, encontrareis, uma relação discriminada de mais de 400 obras construídas e serviços instalados, no interior do Estado, município por município, durante êste triênio de administração.

OBRAS NO
INTERIOR
DO ESTADO

E também uma sinopse da Despesa Orçamentária de 1953 aplicada, exclusivamente, no interior e cujo total ascende à notável cifra de Cr\$ 182.027.066,40.

É a resposta serena e irretorquível que dá o Governo aos apressurados críticos que propalam o dislate de ser a Capital a única beneficiária dos empreendimentos da administração pública.

Se o balanço das nossas atividades administrativas se mostra favorável, em outros setores, ao se estabelecer hoje o paralelo entre os presságios do discurso de posse e a síntese do que logramos realizar em três anos, é, justa-

POLITICA
EDUCACIONAL

mente, sob o aspecto da Política Educacional que mais sobre-excedem e avultam os saldos em nosso favor. Declarávamos apenas que a Educação era tema predileto do nosso espírito. E trazíamos, simplesmente, no torçal da consciência, o firme propósito de praticar a Política da Educação, ao invés de fazer política com a Educação. Foi essa uma conquista que mais me entenece o espírito e constitui legítimo título de ufania de imperecível recordação. Vinhamos, há dezenas de anos, subordinando aos interesses inconfessáveis dos grêmios político-partidários a sacrossanta missão do ensino.

Havia, assim, atrás desse fenômeno, toda a força irresistível do hábito e da tradição que se impunha vencer. Urgia operar-se, nas estruturas e no funcionamento do sistema educacional do Estado, uma legítima metamorfose, uma verdadeira transfiguração.

Hoje, sem sombra de vaidade nem de alarde, pode o Govêrno afirmar a feliz e completa realização desse anseio. A Lei n.º 549, de 7 de dezembro de 1951, quebrou as algemas do professorado primário, libertando-o das pêias de qualquer interferência estranha. O professor é agora, no Espírito Santo, senhor de sua vontade e goza de todas as regalias da inamovibilidade. Praza aos Céus que assim continue, pelos tempos em fora, e que jamais se pratique, em nosso Estado, o crime de lesa-Educação de submetê-lo, de novo, ao jugo e à tutela das clãs eleitorais.

Como consequência e reflexo dessa nova Política Educacional todo o organismo do ensino se tonificou, recebendo sadios impulsos de vida e de entusiasmo. Refundiram-se as estruturas pedagógicas das atividades pré-escolares, criando-se Parques e Recantos Infantis por todo o Estado. O número de unidades escolares passa de 2 053, em 1951, a 2 365, no ano findo. As professoras norma-

listas na regência de classes sobem de 1086 para 1579, em igual período de tempo, enquanto o professorado leigo que atingiu a 1442, em 1950, declina para 1077, em 1953. Para o ano corrente, prevê a Secretaria de Educação e Cultura nova expansão do sistema escolar primário, devendo abranger então 2 571 unidades escolares. Estará, assim, o Espírito Santo, de posse de uma armadura educacional de vasto alcance, com capacidade de matrícula e frequência de mais de 100 000 crianças, número que corresponde, em cálculos aproximados, a 60 % de sua população infantil escolarizável, índice, por sem dúvida, singular e único entre tôdas as unidades da Federação.

Também no ensino secundário, seja pela expansão que se vem operando no sistema escolar primário, seja pelo despertar das energias econômicas do Estado, um novo sôpro de vida e interesse se revela anunciando o seu revigoramento.

No tocante ao ensino superior, maiores são ainda as realizações do Govêrno. Federalizada a Faculdade de Direito, tínhamos, apenas, um estabelecimento — a Faculdade de Odontologia, restabelecida por força de dispositivo constitucional de 1947, ao início da nossa administração.

O triênio de 1951/53, de tão alvissareiras conquistas no âmbito dos negócios de Educação e Cultura, proporcionou a criação de mais 5 unidades de nível superior: a Escola Politécnica, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Escola de Belas Artes, Instituto de Música e Escola de Auxiliares de Enfermagem, além do Instituto de Tecnologia, já vos tendo sido encaminhado o ante-projeto de Lei tendente à construção da peça de maior vigor e realce da armadura educacional e cultural do Estado: a Universidade do Espírito Santo.

Podemos, pois, repetir, ao final deste capítulo, a afirmação de que sobre-excedem, de muito, as realizações da nossa Política Educacional, pois, sem dúvida, o que foi feito supera o conteúdo dos planos iniciais e, de certo modo, a própria expectativa governamental.

Outros elementos de comprovação dessa assertiva, encontrareis, com certeza, no bem elaborado Relatório do insigne e culto titular da Pasta que, em boa hora, trouxemos das culminâncias de uma Cátedra universitária de São Paulo para refundir o ensino no Espírito Santo, abrindo-lhe mais claros e luminosos horizontes.

DEPARTAMENTO
ESTADUAL DE
SAÚDE

Bem compreendendo o especial significado e a elevada importância que merecem a conservação e o fomento da saúde e do bem estar coletivo, em tôda e qualquer planificação governamental, vimos procurando ano a ano, contemplar melhor em nossa distribuição orçamentária, este importante setor da Administração Pública. A simples verificação de que partimos de uma consignação de Cr\$ 14.885.060,00 em 1950 para a previsão de uma verba de Cr\$ 46.698.380,00, exprime perfeitamente a solicitude com que olha o atual Governo, os problemas sanitários do Estado.

Prosseguindo no itinerário traçado em nossa plataforma inicial, vamos completando pouco a pouco a nossa rede de unidades assistenciais.

Inaugurados em 1952 os postos de saúde de Mimoso do Sul, Alfredo Chaves e as 4 unidades auxiliares do Centro de Saúde de Vitória, e em cooperação com o SESP, o sub-pôsto de Linhares, nos foi possível este ano, instalar e pôr em funcionamento regular, as unidades de Domingos Martins, Jabaeté, Suaçu, Santa Leopoldina, Itaguaçu e Iúna, além da unidade auxiliar de Ilha das Caieiras, o Posto de Saúde de Baixo Guandu, em cooperação com o SESP,

e o Centro Social da Ilha do Príncipe. Além disso, para funcionamento em 1954, deixamos em construção adiantada, e quase concluídas, as unidades de São Francisco, Itapoama, Fundão, Cariacica, Santa Teresa, Nova Venécia, esta última, em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde.

Sobe assim a quarenta, o número de nossas unidades sanitárias, faltando apenas, o que já está previsto no orçamento do próximo exercício, os Postos de Saúde de Guara-pari, Anchieta, Espírito Santo, Serra, Linhares, Ibiraçu, Mantenópolis e Mucuri, para completar inteiramente a nossa rede de unidades sanitárias, construídas e instaladas em tôdas as sedes de nossos municípios.

A fim de melhor amparar tènicamente as unidades do sul do Estado, foi construído e inteiramente instalado com a cooperação generosa do Dr. Amílcar Barca Pellon, Diretor da Divisão de Organização Sanitária, o magnífico laboratório regional de Cachoeiro de Itapemirim, muito justamente denominado Laboratório "Arlindo de Assis".

Através desta vasta rede de unidades sanitárias, nos foi possível estender consideravelmente a nossa proteção solícita sôbre parte consideravel da população do Estado. Mais de 1.200.000 benefícios, aí incluídos a alimentação, visitas, consultas, exames e imunizações, bem espelham o particular carinho com que se devotam ao bem estar da coletividade, os nossos sanitaristas e demais técnicos da saúde pública.

No setor de contrôlle das doenças transmissíveis agudas, é digno de nota, o extraordinário esforço de imunização contra as febres tifóides, a varíola, a difteria, a coqueluche, a tuberculose e o tétano bem expresso na quantia extraordinária de 141 884 pessoas vacinadas, que representa aproximadamente 15% de tôda a população do Estado.

Merece certamente especial destaque pela repercussão que terá no desenvolvimento futuro de nossos destinos médico-sanitários, o início da construção do monumental Hospital de Clínicas de Vitória, cuja superestrutura de concreto armado, esperamos ver inteiramente concluída em 1954. Como órgão mais importante de nossa Universidade, já na sua planificação original foram previstas tôdas as particularidades técnicas e didáticas para o seu perfeito entrosamento com a futura Faculdade de Medicina do Estado.

Construído e instalado, com particular solicitude, já se encontra prestes a inaugurar, o Hospital de Baixo Guandu, sem qualquer favor uma das melhores unidades assistenciais do Estado. Esperamos, para março próximo, a inauguração do grande Hospital Colonia "Adauto Botelho" para abrigar 350 psicopatas, resolvendo assim definitivamente o problema da internação de insanos mentais.

Também no setor de engenharia sanitária, foi-nos possível prosseguir a nossa programação, com o alto objetivo de dotar de serviços de abastecimento d'água, suficiente e de boa qualidade, tôdas as cidades do Estado, e a maior parte possível dos distritos municipais. Nêste particular, já é a nossa situação de absoluto privilégio a comparar-se com as demais unidades da Federação. Assim é que, para um percentual de apenas 21% de cidades com abastecimento d'água em todo o país, podemos apresentar, no Espírito Santo, um panorama inteiramente diverso, onde êste percentual sobe para 88.2%.

Durante o correr do ano concluímos e inauguramos os serviços de abastecimento d'água de Muqui, de Santiago e Imbuhy, no município de Guaçuí; de Irupí, no município de Iúna, e Nova Almeida no município da Serra. Foram também contratados e já iniciados, os serviços d'água

de Alfredo Chaves, Afonso Cláudio e Bom Jesus do Norte.

Em cooperação com o SESP, cuja subvenção anual fizemos subir de Cr\$ 180.000,00 para Cr\$ 1.200.000,00 foram inaugurados os serviços d'água de Marilândia e Baixo Guandu, êste último, um dos mais bem montados do país, e que dispõe, inclusive, de tôda a aparelhagem para flutuação da água, a primeira instalação dessa espécie na América do Sul.

Iniciando, pela primeira vez no Estado, o sistema de perfuração de poços artesianos, para utilização de água de profundidade no abastecimento de pequenas localidades, foram perfurados poços em Vitória, Sauaçu, Vila do Riacho, Barra do Riacho, Comercinho da Montanha e Conceição da Barra, com resultados auspiciosos.

O setor Espírito Santo, do Serviço Nacional de Malária, sob a superior orientação do Dr. Antônio Melo de Siqueira, estendeu sobremaneira a sua atuação, abrangendo também êste ano, conforme acôrdo federal, os serviços de combate à schistosomose.

Foram dedetizados em todos os municípios malariógenos do Estado, 75 537 domicílios e subiu para 1 102 o número de unidades distribuidoras de aralém.

No que diz respeito à schistosomose, realizou o Serviço nos municípios de Afonso Cláudio e Itaguaçu, os mais severamente atingidos, o saneamento de 126 localidades, abrangendo uma superfície de 515,04m² de cursos d'água tratados com cal virgem, como melhor medida de combate ao planorbídio transmissor.

O Serviço Federal de Febre Amarela trouxe também a sua cooperação decidida e melhor contingente de trabalho na vacinação de 411.028 pessoas, no louvável esforço de procurar prevenir um possível surto de febre amarela silvestre.

Para finalizar a relação dêste largo acêrvo de obras e cometimentos realizados pelo nosso incomparável serviço de saúde pública, tenho a satisfação de anunciar, que, graças à intensa atividade, perfeita articulação com os serviços federais especializados, e à difusão que demos às novas práticas terapêuticas, a mortalidade por tuberculose deixou de ser, finalmente, a primeira causa de mortalidade no Estado, baixando o coeficiente de óbitos específicos de mais de 60 % em apenas três anos.

**POLÍTICA
DE BEM ES-
TAR SOCIAL**

Alheio inteiramente às explorações demagógicas, e às manifestações mercenárias dos críticos apressados, o Governo atual se consagra, instantemente, à política de bem estar social das classes desprotegidas, dela fazendo motivo de suas permanentes preocupações. Recolhendo, semanalmente, em longas audiências públicas, as queixas e aflições dos humildes e desamparados, procuramos, na medida de nossas fôrças, corrigir os males da sociedade e os desfavores da sorte. Cada súplica tem a sua resposta e muitas angústias são minoradas pelas providências e visitas domiciliares feitas regularmente pelas dedicadas jovens que constituem o corpo de Assistentes Sociais do Departamento Estadual de Saúde. A elas se juntam, na mesma abnegação e carinho, os serviços da benemérita Legião Brasileira de Assistência e, já agora, também o I.B.E.S.

**INSTITUTO
DE BEM ES-
TAR SOCIAL
ESPÍRITO
SANTENSE**

Entidade que se transformou em padrão para outras unidades do país, nasceu êsse Instituto, em nosso governo, da concepção generosa de se ampliar o aparelhamento assistencial do Estado com um órgão que cuidasse, especialmente, da edificação de casas populares para abrigar a gente humilde e marginal das cidades e dos campos.

Entregue à dedicação zelosa do Dr. Henrique Cerqueira Lima, seu primeiro e grandioso empreendimento já

se levanta, em Aribiri, com a fase final da construção de um conjunto residencial constituído de 200 casas, parte do plano completo de 886 residências, distribuídas por vários outros órgãos assistenciais. É uma pequena cidade que se ergue cèleremente e que abrigará cêrca de 5 000 pessoas agradecidas à solicitude social do Govêrno.

Refundida em novos e modernos moldes, a velha Caixa Beneficente Jerônimo Monteiro, que tantos favores prestou ao funcionalismo estadual, criou-se, em nosso Govêrno, o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, destinado a conferir à dedicada e operosa classe um volume maior de benefícios. Tal política tem sido cumprida à risca, não só pelo crescente vulto dos empréstimos e auxílios, como também pelo revigoração de suas inversões imobiliárias comprovadas pela construção e financiamento de cêrca de 300 casas, 165 das quais edificadas no bloco principal do Núcleo Residencial "Alda Santos Neves", em Aribiri, e já prestes a serem entregues.

INSTITUTO
DE PREVI-
DÊNCIA E
ASSISTÊN-
CIA JERÔ-
NIMO MON-
TEIRO

Instalado agora, em prédio próprio, no terreno doado pelo Govêrno, estará o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro apto a promover e ampliar a sua nobre atuação de beneficiar, cada vez mais, o zeloso funcionalismo estadual, honrando, assim, as tradições de seu saudoço e inesquecível patrono.

Sempre ressaltamos, com ufania, em nossas Mensagens, o espírito de equilíbrio e sobriedade do povo espírito santense, avêssio, por natureza, às exaltações e violências. Daí decorre o clima de ordem e segurança em que vivemos, pôsto em relevância no sucinto relatório do culto e dedicado Secretário do Interior e Justiça. Consigna êle as acentuadas melhoras nos vários serviços e setores subordinados àquela Secretaria e põe de manifesto o clima

INTERIOR E
JUSTIÇA

exemplar sempre reinante nos entendimentos mantidos com o Poder Judiciário e Legislativo que tem sido um preceito e aspiração suprema das diretrizes seguidas pelo governo atual.

**LIMITES
COM O ES-
TADO DE
MINAS GE-
RAIS**

Durante o ano de 1953, não houve qualquer modificação na ação proposta pelo vizinho Estado de Minas Gerais, perante o Supremo Tribunal Federal, para dirimir a pendência de divisas ao norte do Rio Doce.

Apresentados os pedidos de esclarecimentos relativos ao Laudo pericial — ainda em 1952 — não foram os mesmos prestados até hoje.

O Governo tem tomado tôdas as medidas ao seu alcance, visando a tranquilidade da região, enquanto se espera a decisão do Supremo Tribunal.

**ASSISTÊN-
CIA AO ME-
NOR**

Assunto de palpitante interesse, que apasiona e comove pela extensão de sua influência sobre tantos destinos humanos, merece e tem merecido sempre da Secretaria, o problema de assistência ao menor os melhores cuidados e solicitude. Concluídos os estudos e projetos, daremos agora início à construção do Instituto nos terrenos da Fazenda "Roças Velhas", aproveitando o sistema de "Casas-Lares", que atualmente conta com o maior número de simpatizantes, dentre os estudiosos da matéria.

**GOVERNO
DO ESTADO**

Participando do constante e intenso labor que se vem operando em todos os vários setores da administração, a Secretaria do Governo não discrepou do esforço comum. Ao revés, para ela convergindo acêrvo marcante das atividades estaduais, esta Secretaria, sob a doura e inteligente orientação do seu ilustre Titular, e servida por esclarecida e diligente equipe de funcionários de escol, vem desempenhando, com louvável exacção e notório zêlo,

suas múltiplas e complexas tarefas, as mais das vêzes sem a cômoda preocupação de cumprir, a rigor, o horário do expediente, tantas vêzes ultrapassado, a benefício do serviço público.

Na dependência desta Secretaria de Estado se encontram vários Departamentos e Serviços, cujas atividades se mencionam em títulos próprios, no corpo desta Mensagem, cumprindo pôr de manifesto, como ato de melhor justiça, o esforço incansável do modelar Departamento Estadual de Saúde, e a prestante atuação, sempre metódica e precisa, do Departamento Estadual de Estatística, ótimos colaboradores da obra governamental.

Louvável, ao mesmo passo, o trabalho do Departamento do Serviço Público, acrescido, no findo exercício, do árduo estudo e preparo da nova estruturação do funcionalismo, já convertida em Lei; também o Ministério Público, o Serviço Jurídico, o Departamento das Municipalidades e a Rádio Espírito Santo, diretamente subordinados ao Governador, emprestaram ao Estado, graças à dedicação e cultura de seus ilustres componentes, diretores e funcionários, o concurso eficiente e valioso de suas atividades e de sua colaboração prestada, como bem se infere pelos respectivos relatórios, resumidos, adiante, nesta Mensagem.

A todos, o Govêrno expressa, neste ensejo, seu melhor louvor e os mais vivos aplausos.

Zelando pela boa aplicação dos dinheiros públicos, como um dever de consciência, pelo qual pautamos todos os nossos atos particulares, instituímos, pelo Decreto n.º 1 229, de 1 de abril de 1953, a obrigação de serem tôdas as compras do Govêrno, de valor superior a Cr\$ 100.000,00 e a execução de obras, por empreitada ou administração de valor superior a Cr\$ 200.000,00 precedi-

REGIME DE
AUSTERI-
DADE

das do exame acurado de Comissões especialmente para tal fim indicadas. E pela primeira vez, na história do nosso Estado, tornou-se obrigatória a declaração de bens dos Secretários e Auxiliares diretos do Govêrno, em face dos dispositivos expressos no Decreto n.º 1.324 de 11 de maio de 1953. A essa obrigação, embora espontâneamente, também o Governador se submeteu porque, infelizmente, nos dias que correm, não basta ser honesto, é preciso comprová-lo.

O Cartório do Registro Especial, sob o n.º 8 745, página 140, guarda o original de nossa declaração de bens, levantada em 31 de janeiro de 1951, que está, assim, ao dispor de qualquer curiosidade, como, no mesmo Cartório, se encontrará também, para confronto e edificação dos catões, idêntica relação, ao deixarmos o Govêrno.

**REUNIÕES
DO SECRE-
TARIADO**

As deliberações executivas da atual administração do Estado emanam, em sua maioria, da convergência de pontos de vista estabelecidos em reuniões semanais do Secretariado. Delas participam também Chefes de Serviço e auxiliares de primeira linha que, em mesa redonda, discutem democráticamente as diretrizes e detalhes da ação administrativa do Govêrno. Tais contactos periódicos conferem à administração um sentido harmonioso, facilitando a resolução dos problemas e concorrendo para o desempenho de suas árduas funções. Quando falo, portanto, em Govêrno quero referir-me sempre a essa sinergia de esforços consagrados diuturnamente aos maiores interesses do Estado.

O Governador é apenas partícipe dêsse concílio, executa as suas decisões, compartilha dos seus êxitos, mas assume, sozinho, a responsabilidade de seus eventuais erros e desacêrtos.

Ao ingressarmos na etapa final do nosso período de Governo, compulsando cifras e estabelecendo confrontos, só temos motivos de satisfação e regosijo cívico pelo excepcional surto de prosperidade econômica que ora alenta e fortalece o Estado, projetando-o no firmamento da Pátria, entre a constelação das grandes unidades, como estrela de primeira grandeza.

Estamos, porém, ainda nos primórdios da escalada e precisamos redobrar de esforços e entusiasmos para completar o ciclo evolutivo da nossa ascensão.

Torna-se imperioso que o capixaba, de seu natural modesto e despretensioso, se compenetre dessa mística, e possa responder às solicitações do nosso progresso e honrar, assim, os solenes compromissos dos nossos excelentes destinos.

Estamos, para o cumprimento dessa nobre missão, privilegiadamente dotados pela Natureza em recursos físicos, humanos e geográficos.

Possuimos em nosso Estado uma variedade imensa de fisionomias econômicas, servidas por todos os climas, desde o altiplano central com seus pontos de fastígio nas serras, até as extensas planícies do litoral banhado pelas águas do Atlântico. Não temos, como em outros Estados, as distorções das forças econômicas e os redutos de capitalismo geradores de ódios e reivindicações, porque a nossa riqueza se distribue parcimoniosamente, e a estrutura social agrícola repousa na subdivisão equitativa das pequenas propriedades.

Copiando os exemplos do Brasil, a nossa economia se alicerça na secular sobre-base da produção cafeeira, que, por muitos anos ainda, sustentará o arcabouço da nossa opulência. Difere apenas o confronto no fato, que as estatísticas demonstram, da curva ascensional e progressiva de nossa produção, enquanto o Brasil, em 20 anos, declina

as suas safras exportáveis de 30 milhões, em 1933, a cerca de 16 milhões, no último ano.

O fenômeno tem a sua explicação lógica no declínio acentuado da produção nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, não compensado ainda pela abundância das safras do Paraná e Espírito Santo. Aquele, pela calamidade das geadas, e nós pelos rigores da estiagem, aliada ao flagelo impiedoso da broca. Não fossem essas circunstâncias e, de há muito, a massa da nossa produção teria superado o montante de 3.000.000 de sacas exportáveis. Temos, portanto, ainda à nossa frente, um grande destino a cumprir na expansão das riquezas do nosso Ouro-verde. As planícies onduladas do norte, recobertas de florestas, e cuja "mise-en valeur" só agora entra em equação, constituem um aceno e um convite à expansão da nossa fronteira econômica dentro do território capixaba. O "rush" que já ali se evidencia, pela crescente procura de solos virgens apropriados ao café, e pela instalação da cultura racional do produto por grandes plantadores de São Paulo e Paraná, demonstra a exuberância de nossas safras futuras. Resta enfrentar, com decisão, o crucial problema de melhoria da "qualidade do produto". O deságio do café espírito-santense, em comparação com outros Estados, é uma fonte permanente de sangria em nossa riqueza. No dia em que alcançarmos, pelo maior cuidado na colheita e pelas correções do beneficiamento, a equivalência de cotações com os cafés mais finos do Paraná e São Paulo, teremos assegurado um novo salto impressionante nas cifras da nossa Receita.

Mas entramos agora, e sob os melhores auspícios, na vereda certa e segura da diversificação econômica, rumo ao progresso industrial do Estado. Há precisamente um ano, aqui vos expunha em Mensagem, falando das novas perspectivas de expansão da nossa economia, o seguinte

conceito: "Na hierarquização dêsses cometimentos, avulta, neste instante, o sonho de criar aqui uma grande indústria siderúrgica, aproveitando o minério de ferro de Itabira e o enorme potencial de manganês recentemente encontrado nas magníficas e ricas jazidas de Guaçuí" — Era apenas um sonho, mas é hoje, um ano após, uma evidência quase real.

Estais a par, e também todo o Espírito Santo, dos compromissos firmados pelo importante Grupo industrial da Kloeckner, de Duisburg, no sentido de instalar em Vitória uma grande siderurgia, encampando a corajosa e pioneira organização aqui levantada, com enorme sacrifício, pela Companhia Ferro e Aço de Vitória. As conversações iniciais chegaram a um termo final, para o que contribuiu grandemente o fato de poder o Govêrno, graças ao empreendimento vitorioso de Rio Bonito, assegurar à futura empresa o suprimento anual de 40.000.000 de KWH, a partir do semestre final do próximo ano.

É essa a primeira consequência benéfica do nosso plano de eletrificação. E a prova dos nove do acêrto de nossos vaticínios, preconizando o fomento das fontes de energia como condição essencial ao nosso progresso.

A instalação de uma indústria de base no Espírito Santo, do porte da projetada pela Kloeckner, representa o pórtico majestoso pelo qual ingressaremos em busca de nosso "futuro esperançoso".

Não se esteiam, porém, sòmente nesse empreendimento, as esperanças do nosso soerguimento econômico-industrial. Outro setor de grande relevância para o futuro industrial do Estado diz respeito à construção naval. Decorrência natural da expansão das oficinas portuárias, aliada à cooperação auspiciosa de uma equipe de técnicos espanhóis, orientados pela competência e firme direção do Cte. Eduardo Acosta Noriega, o Estaleiro Naval de Vitória.

ria se apresta para cumprir sua esperançosa missão. Além dos barcos construídos para a Caixa de Crédito da Pesca e para uma firma armadora da Bahia, — estes inteiramente de ferro, — e de inúmeras embarcações para os nossos serviços, reparadas ou construídas, mantemos agora entendimentos com a Marinha de Guerra Nacional para a construção de dois navios oceanográficos e três hidrográficos, os últimos mediante a transformação de três corvetas de guerra.

As riquezas do solo capixaba ainda estão, em grande parte, indefinidas. Para o reconhecimento exato de seu valor, impunha-se a organização e levantamento de seu Mapa Geológico que se encontra em fase final de elaboração, sob a responsabilidade direta do ilustre prof. Boris Brajnikov, um dos mais competentes geólogos em trabalho no Brasil.

Tais estudos serão complementados pela cuidadosa pesquisa que se opera em tôda a faixa litorânea, riquíssima em minerais radioativos, graças à superior iniciativa do Departamento Nacional da Produção Mineral, através do Laboratório de Vitória que funciona dirigido magistralmente pelo jovem e culto engenheiro Heitor Façanha da Costa. O levantamento aéreo e cintilométrico da costa já se encontra praticamente concluído e os seus resultados confirmam as previsões dos técnicos sobre a relevância estratégica das nossas jazidas de matérias primas, utilizadas hoje na fissão artificial dos átomos.

São índices animadores de nossa evolução econômica que robustecem as nossas esperanças de progresso e antecipam a certeza do papel preponderante que o Estado representará, em futuro próximo, nos destinos da Federação. O Espírito Santo recresce, dia a dia, e Vitória, centro de convergência de suas atividades febris, deixa de ser uma Cidade-escala para se transformar no valor positivo de uma Cidade-pôrto.

SECRETARIA DA FAZENDA

O ano de 1953 caracterizou-se na administração pública espírito-santense, como o maior exercício em relação a todos os demais anteriores quanto à expansão das finanças estaduais. Foram realizadas a maior arrecadação tributária, a mais elevada despesa com obras de interesse público e o maior volume de operações de crédito para atender às inversões de capital reclamadas pela execução do Plano de Valorização Econômica — energia, transporte, obras portuárias e produção agrícola.

O preço ascensional do café no mercado externo e a sua influência nos negócios internos e o policiamento fiscal racionalizado da legislação tributária, graças à última reforma administrativa da Divisão da Receita, — cujos frutos começaram a aparecer a partir do segundo trimestre do ano findo, — foram os principais fatores que influíram preponderantemente para essa arrecadação “record”, vindo possibilitar, em consequência, a iniciativa de várias obras novas e o prosseguimento dos múltiplos empreendimentos em benefício da coletividade.

Dizem os economistas e os estudiosos da realidade nacional, que o crescimento desordenado e imprevisto da nação brasileira determina, forçosamente, desajustamentos no mecanismo administrativo do Estado, e que até a iniciativa privada encontra dificuldades em acompanhar tão acelerado ritmo de expansão e desenvolvimento. É uma observação exatíssima, pois todos verificamos, a cada passo, as mais austeras resoluções administrativas da República serem improvisadas e, logo em seguida, modificadas, a fim de acompanhar as oscilações dessa difícil conjuntura.

E, se nós, no Espírito Santo, somos forçados a sentir os efeitos desses desajustamentos, provocados pela rapidez do crescimento do nosso país, temos, por outro lado, empregado todos os nossos esforços para impedir a sua influência no mecanismo administrativo, limitado às nossas fronteiras políticas. Por isto, o governo do Estado, compreendendo os problemas de administração pública com os quais se debate a nação, tem planejado o seu trabalho de natureza estadual, de modo que a sua execução e os seus objetivos possam enquadrar-se, também, numa cooperação decidida com o governo da República, para solucioná-los. Assim é que, prevendo o desenvolvimento da indústria, planejou e está construindo usinas de eletricidade que poderão decuplicar o potencial hidroelétrico do Espírito Santo; ante- vendo o surto expansionista da produção e a necessidade de dar-lhe as vias de escoamento para os centros de consumo, projetou e está construindo, não só rodovias modernas, largas e de traçado econômico, e pavimentando-as a asfalto pelo método mais avançado da técnica especializada, como levantando pontes de concreto transpondo os grandes rios que separam o

norte e o sul do maior empório comercial espírito-santense que é a Capital; prevendo o acréscimo do movimento portuário de Vitória, em decorrência da rede rodoviária estadual ampliada e modernizada e como catalizador dos produtos agro-industriais do próprio Estado e de parte dos Estados limítrofes — Bahia, ao norte e Minas Gerais ao oeste — em razão, também, de sua vantajosa situação ao centro da costa brasileira, projetou e está executando a ampliação portuária, em área e equipamento, com novos aparelhamentos de carga, descarga e armazenamento, novo cais comercial, grande frigorífico, oficinas modernas de reparação de material portuário e estaleiro naval, além de dragagem do canal de acesso e bacia de evolução; pressupondo o aumento demográfico da Capital, motivado pela instalação de indústrias novas em suas imediações, inclusive a indústria pesada do aço, projetou e está realizando o alargamento de sua área urbana edificável, com o aproveitamento do material de dragagem do porto, no aterro dos mangues de uma grande parte de sua orla marítima, assim como o acréscimo ao triplo do atual volume de abastecimento d'água e a sua cloração, filtragem e fluoração.

É óbvio que o Estado, apenas com os recursos de sua receita ordinária, não poderia realizar tão largos empreendimentos, e atender, ao mesmo tempo, como vem atendendo, a todo o seu programa de administração normal, instalando serviços de abastecimento d'água em todas as sedes municipais e em grande número de distritos; edificando, instalando e mantendo postos de saúde, também em todos os municípios e em várias sedes distritais; construindo parques infantis, piscinas, grupos escolares, escolas rurais, ginásios, colégios e faculdades; construindo casas de lavrador em toda a zona rural e combatendo as pragas da lavoura em escala nunca atingida; montando fábricas de farinha e usinas de laticínios e entregando-as a cooperativas dos produtores de mandioca e aos criadores de gado leiteiro, respectivamente; instalando luz e força em diversos municípios e distritos; construindo cadeias, quartéis e forum em várias sedes de comarca; abrindo campos de pouso ao norte e ao sul do Estado; conservando estradas municipais em elevada quilometragem; construindo e ampliando hospitais; organizando e mantendo um instituto modelar de bem estar social e reformando os serviços públicos, além de realizar inúmeros outros empreendimentos de rotina administrativa. E, ao mesmo passo, trazer rigorosamente em dia, como vem trazendo, o pagamento do seu pessoal civil, militar e de obras, dos auxílios e subvenções, orçamentárias e especiais, e dos seus compromissos de juros e obrigações contratuais e da sua dívida interna.

Era necessário recorrer a operações de crédito para atender àquelas obras extraordinárias, a fim de não sacrificar o programa administrativo comum, pois as inversões de capital nos grandes empreendimentos, — como as obras de eletrificação, o reaparelhamento e a ampliação do porto de Vitória e o vasto programa rodoviário, — tem uma significação mais nacional do que estadual. Daí a obtenção, pelo Estado, dos financiamentos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e pelo Banco do Brasil, depois de estudos minuciosos pelos seus órgãos técnicos e Conselhos Diretores, dos projetos de empréstimos solicitados pelo governo para o prosseguir-

mento das obras do Plano de Valorização Econômica, porque já em franco desenvolvimento no Espírito Santo.

O exercício financeiro de 1953 foi, portanto, um ano feliz para a administração pública do Estado. Um ano de trabalho intenso e que se concluiu sem preocupação maior, para o exercício vindouro, com o prosseguimento das grandes obras em execução, pois o resultado que o Estado não conseguiu atingir devido à fraqueza do mercado, com a colocação de títulos de dívida pública emitidos especialmente para a obtenção de recursos financeiros para o seu programa quinquenal de valorização econômica, obteve-o através de operações de crédito de outra natureza, conforme as minutas, já aprovadas, de contratos a serem assinados em janeiro de 1954, ficando, destarte, assegurado o recurso disponível para a conclusão de "Rio Bonito" (171 000 000 de cruzeiros), para a expansão e pavimentação de rodovias e o reaparelhamento e ampliação do porto de Vitória (150 000 000 de cruzeiros).

Os números, gráficos e estatísticas que ilustram o que foi o exercício financeiro de 1953, exprimem bem melhor do que as palavras que se queiram empregar para analisá-lo num relatório, quando este é, apenas, uma sinopse dos fatos ocorridos e assinalados nesta breve introdução.

PREÇO:— A cotação média, em 1953, para o disponível do tipo 7/8, na praça de Vitória, elevou-se a Cr\$ 162,10 por 10 Kg, quando, em 1952, a média registrada não foi além de Cr\$ 154,21. Em dezembro, a cotação média do mês elevou-se a Cr\$ 167,02.

CAFÉ

EXPORTAÇÃO:— Foram exportados, da produção espírito-santense, pelos portos de Rio e Vitória, 1 711 381 sacos no valor oficial de Cr\$. 1 947 093 843,10, sendo que, dêsses, 300 668 para portos nacionais e 1 410 713 sacos para o exterior, destinados a vários portos dos seguintes continentes:

África	136 149
América do Norte	280 415
América do Sul	230 677
Ásia	36 567
Europa	726 684
Oceania	221

— pelo porto de Vitória foram exportados, em 1953, 1 296 941 sacos — compreendendo 96 663, apenas, de produção mineira — no valor oficial de Cr\$ 1 442 302 800,90 e, pelo porto do Rio, 511 103 sacos, no valor oficial de Cr\$ 614 180 925,50.

PRODUÇÃO:— A safra de 1952/53 atingiu a 1 433 594 sacos, quando a sua estimativa fôra, segundo os prognósticos mais otimistas, de 1 250 000 sacos, devido à longa estiagem de 1952. A safra de 1953/54, calculada em 2 000 000 de sacos, e iniciada em julho de 1953, já produziu, conforme os registros de entrada nos armazéns reguladores de Vitória e Rio, até o último dia do ano próximo findo, 1 443 776 sacos. Durante o ano entraram nos reguladores 2 017 337 sacos, sendo que, nos de Vitória, 1 397 378 e nos do

Rio de Janeiro, 619 959 sacos. Foram liberados 1 222 841 sacos em Vitória e 591 015 no Rio, num total de 1 813 856 sacos. No dia 31 de dezembro existiam, como estoque disponível, em Vitória, 104 243 sacos e, nos armazéns reguladores, aguardando liberação, 241 364 sacos.

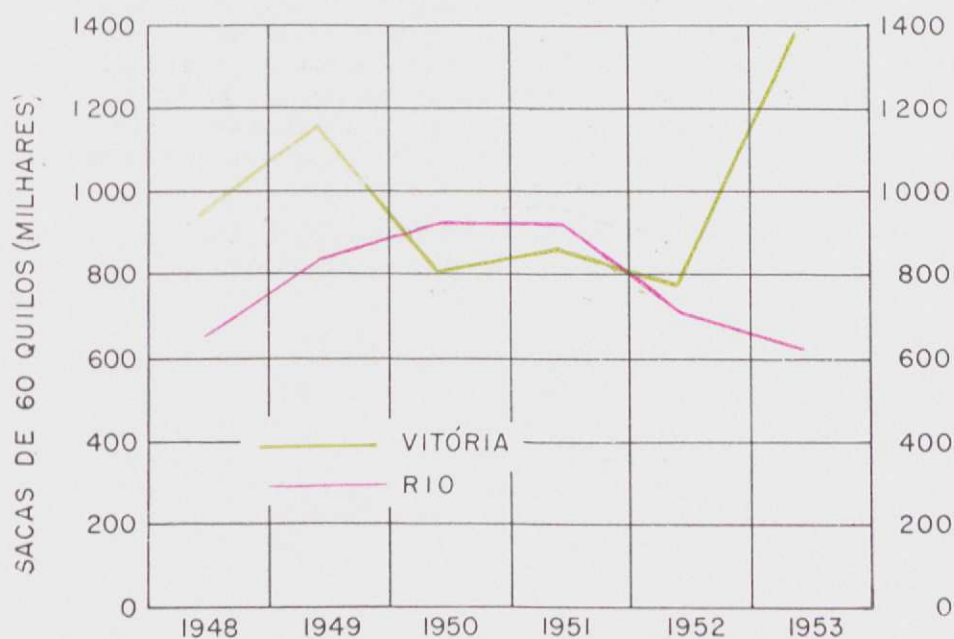
Segundo a procedência, os Reguladores registraram como as maiores remessas, as provenientes de Colatina, com 554 925, Guaçuí, com 190 295 e Cachoeiro de Itapemirim, com 170 618 sacos, durante o ano de 1953. Isso, entretanto, não importa em dizer que se trata, unicamente, de produção desses municípios.

QUALIDADE:— De 1 319 784 sacos de café classificados para exportação, através do porto de Vitória, em 1953, pela Bolsa Oficial de Mercadorias, apenas 35,38% foram do tipo 7 para melhor. Em 1951, essa porcentagem atingiu a 43,85% e, em 1952 a 57,76%. Do tipo 5 para melhor foram exportados por Vitória 83 057 sacos, ou sejam 54 064 sacos a menos do que em 1952 e 19 937 sacos a mais do que em 1951. Quanto à manifestação da broca, lamentamos acentuar que, do total de sacas classificadas pela Bolsa Oficial de Mercadorias, somente 27% estavam absolutamente isentas de grãos brocados. Continuam em primeiro lugar na produção de cafés finos, os cafeicultores de Guaçuí, Alegre, Cachoeiro de Itapemirim, Afonso Cláudio e Castelo. É lamentável, entretanto, que o nosso comércio exportador de Vitória continue a fazer ligas com esses cafés finos para exportar tipos inferiores.

RENDAS:— O café ainda continua sendo o maior injetor de recursos financeiros pelo Estado na arrecadação tributária. Em 1953 concorreu com 240 milhões de cruzeiros para essa arrecadação.

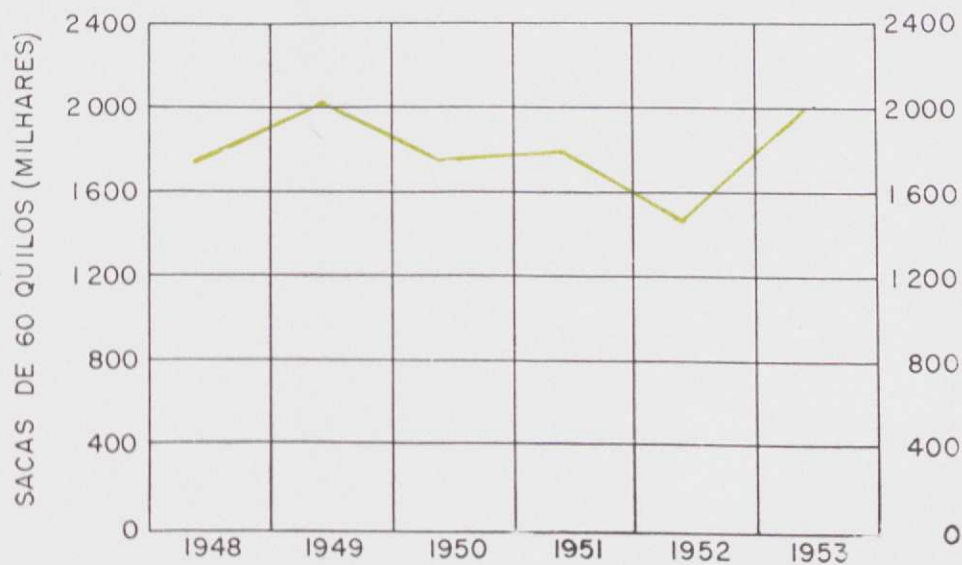
PRODUÇÃO DE CAFÉ EM SACAS

ENCAMINHADAS AOS PORTOS DE VITÓRIA E RIO DE JANEIRO



PRODUÇÃO TOTAL DE CAFÉ

ENCAMINHADAS PARA EXPORTAÇÃO



PRODUÇÃO DE CAFÉ EXPORTÁVEL NO BRASIL

SAFRAS 1953/34 — A 1952/53

ESTADOS PRODUTORES (SACAS DE 60 kg)

SAFRAS	S. Paulo	Minas Gerais	Paraná	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Bahia	Pernambuco	Goiás	Mato Grosso	S. Catarina	TOTAL
1933/34	21 850 100	4 062 000	600 000	1 859 000	905 000	184 000	150 000	24 000	—	—	29 634 100
1934/35	11 735 000	3 780 000	260 000	1 350 000	893 000	293 000	123 000	75 000	—	—	18 509 000
1935/36	13 522 000	3 686 000	613 000	1 623 000	995 000	265 000	178 000	45 000	—	—	20 927 000
1936/37	17 780 000	4 640 000	547 000	1 813 000	931 000	452 000	123 000	73 000	—	—	26 359 000
1937/38	15 888 000	4 913 600	1 066 000	1 415 000	711 000	381 000	23 000	53 000	—	—	24 350 600
1938/39	15 615 100	3 872 400	579 000	1 786 600	899 600	319 100	104 400	45 300	—	—	23 221 500
1939/40	12 365 000	3 170 000	1 103 000	1 500 000	650 000	210 000	112 000	23 000	—	—	19 138 000
1940/41	10 217 200	3 195 700	931 500	1 179 600	507 500	198 900	162 900	62 500	—	—	16 455 800
1941/42	9 274 700	2 575 200	835 900	1 984 100	613 600	354 600	122 500	36 600	—	—	15 797 200
1942/43	8 528 500	2 164 800	549 600	1 433 200	517 700	235 600	123 500	59 900	—	—	13 612 800
1943/44	5 936 100	3 141 000	159 800	1 866 400	727 900	147 800	124 100	56 900	—	—	12 160 000
1944/45	4 721 800	1 875 000	578 900	1 277 700	215 600	241 800	200 100	25 400	—	—	9 136 300
1945/46	6 100 600	2 872 000	673 800	1 991 700	672 500	154 200	193 600	42 100	—	—	12 500 500
1946/47	8 874 300	2 175 700	1 138 100	1 206 600	270 600	162 000	113 200	78 000	200	—	14 018 700
1947/48	6 522 500	2 752 900	1 550 400	2 042 000	445 500	100 700	88 200	68 600	1 200	—	13 572 000
1948/49	11 173 400	2 413 400	1 885 200	1 031 900	142 200	88 600	40 500	158 200	18 800	—	16 952 200
1949/50	7 390 700	3 213 900	2 317 900	2 543 100	586 200	102 400	99 500	27 700	17 800	3 900	16 303 100
1950/51	8 117 800	2 750 600	4 026 100	1 387 800	210 000	115 300	93 900	43 200	7 400	1 500	16 753 600
1951/52	6 232 700	3 373 500	2 842 000	2 010 600	324 000	87 500	63 900	22 300	5 400	—	14 962 100
1952/53	7 186 000	1 838 000	5 048 000	1 465 000	208 000	131 000	60 000	91 400	2 000	—	16 029 400

Transcrito do "O Observador Econômico e Financeiro", n.º 214, de Dezembro de 1953.

ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RENDAS

Os excelentes resultados conseguidos em 1953 por este setor específico da administração pública, merecem destaque pela sua significação nas demais ocorrências administrativas de caráter geral.

Se o Estado pôde registrar, em 1953, a maior arrecadação tributária de sua história, devido à valorização e ao aumento de volume de sua produção, é também evidente que influiu, para essa arrecadação "record", a eficiência da máquina fiscal com o aprimoramento introduzido pela reforma levada a efeito em dezembro de 1952, nos serviços de arrecadação e fiscalização dos tributos. As Inspetorias Regionais, centros de coordenação das atividades fins de cada zona fiscal geográfica, a Inspetoria Geral de Rendas e o Serviço de Tomada de Contas, órgãos centrais da administração superior da Divisão da Receita, sob a alta supervisão do Diretor desse importante setor da Secretaria da Fazenda, foram, no novo sistema de trabalho implantado pela reestruturação da lei 679, de 22/12/52, fatores relevantes para conseguirmos a receita atingida, conforme se poderá constatar pelos registros da ação fiscal, catalogada e comprovada num extenso documentário. E é interessante ressaltar que esse eficiente trabalho do aparelhamento fiscal foi conduzido num clima de harmonia quase perfeita com os contribuintes, de vez que, desses, somente 2% dos atingidos por notificações e autos de infração recorreram dos atos da fiscalização. Os 98%, que significam quase a totalidade deles, recolheram os tributos exigidos, sem os contestar ou discutir, na soma de Cr\$ 15 519 715,70.

A arrecadação tributária (apenas impostos e taxas) realizada pelas estações fiscais localizadas nas 4 regiões em que é dividido o Estado para o efeito da descentralização dos trabalhos do Fisco, acusou o seguinte resultado, em 1953:

REGIAO	IMPOSTOS	TAXAS	TOTAL
PRIMEIRA	185 601 241,90	46 782 152,40	232 383 394,30
SEGUNDA	49 855 471,70	30 343 218,60	80 203 690,30
TERCEIRA	33 477 855,80	27 998 464,10	61 476 319,90
QUARTA	32 818 130,00	25 172 826,80	57 990 956,80
	301 752 699,40	130 301 661,90	432 054 361,30

Comparando essa arrecadação com a de 1952, encontraremos um excedente em 1953, de Cr\$ 117 771 029,20, ou seja, um acréscimo de 37% sobre a realizada em 1952.

Os tributos que mais concorreram para o volume da arrecadação, foram:

IMPOSTOS:

Vendas e Consignações	229 478 382,70	
Transmissão (intervivos e causa-mortis) ...	21 506 606,10	
Exportação	47 103 291,50	
Sêlo	3 854 540,10	301 752 699,40

TAXAS:

Fomento da Produção	75 311 331,10	
Defesa do Café	41 598 380,40	
Rodoviária	6 153 198,60	
Assistência e Segurança Social	5 541 877,30	
Outras	1 696 904,50	130 301 661,90

As repartições fiscais que mais arrecadaram êsses tributos foram as seguintes:

Recebedoria de Vitória	204 233 759,40
Recebedoria de Cachoeiro de Itapemirim	29 081 505,30
Coletoria de Guaçuí	23 402 339,40
Recebedoria de Colatina	23 289 257,60
Coletoria de Castelo	14 749 890,20
Recebedoria de Alegre	11 017 518,40
Coletoria de Mimoso do Sul	10 985 448,30

O comportamento dos principais tributos na execução orçamentária de 1953, vai em seguida mencionado.

Não obstante os nossos esforços para a completa "eliminação das fraudes nesse tributo, cuja corrupção e displicência florescem larga e impunemente nesse campo tributário", segundo a expressão de Aliomar Baleeiro, não nos foi possível conseguir arrecadar a previsão, embora a arrecadação de 1953 tenha ultrapassado em Cr\$ 1 922 370,70 a de 1952 e a energia da ação fiscal ter conseguido fazer entrar para os cofres públicos Cr\$ 8 080 524,60 de tentativas de fraude.

Foi êsse, o único imposto cuja receita arrecadada não ultrapassou a previsão orçamentária em 1953.

**IMPOSTO
SOBRE
TRANSMIS-
SÃO DE PRO-
PRIEDADE**

Transmissão S/ propriedade	Orçado	Arrecadado	Diferença para menos
CAUSA MORTIS	3 633 200,00	3 123 476,20	509 723,80
Inter vivos	18 727 100,00	18 989 129,90	262 028,90
TOTAIS	22 360 300,00	21 506 606,10	853 693,90

Transmissão S/ propriedade	Arrecadado em 1952	Arrecadado em 1953	A mais em 1953
Causa Mortis	2 142 126,90	3 123 476,20	981 349,30
Inter vivos	17 442 108,50	18 383 129,90	941 021,50
TOTAIS	19 584 235,40	21 506 606,10	1 922 370,70

IMPOSTO SÓBRE VEN- DAS E CON- SIGNAÇÕES

O mais importante dos tributos na arrecadação das receitas estaduais, porém o mais trabalhoso para a fiscalização de rendas, o imposto de vendas e consignações vem, de exercício em exercício, se firmando como real mola mestra dos nossos recursos orçamentários.

De 1952 para 1953 a taxa desse tributo foi majorada em 0,5%, majoração essa destinada à constituição de um fundo para pavimentação de rodovias.

A sua arrecadação em 1953 ultrapassou o limite da previsão orçamentária, em Cr\$ 3 803 382,70, e, comparada com a do exercício de 1952, foi maior em Cr\$ 64 581 998,90.

A sua contribuição para a receita tributária arrecadada atingiu a 53,7% em 1953.

Por efeito da ação fiscal foi canalizada, para o Erário, a importância de Cr\$ 7 066 393,10 durante o exercício, total correspondente a tentativas de sonegação fraudulentas, descobertas e punidas pela rápida e eficaz atividade dos agentes do Fisco.

Os contribuintes inscritos, desse tributo, subiram de 10 521 em 1952, para 11 681 em 1953.

As arrecadações do imposto sobre vendas e consignações nos últimos dez anos foram as que se seguem, em milhões de cruzeiros:

1944.....	21 162	1949.....	92 716
1945.....	27 023	1950.....	116 837
1946.....	35 528	1951.....	147 515
1947.....	31 726	1952.....	164 896
1948.....	51 480	1953.....	229 478

IMPOSTO DE EXPORTA- ÇÃO

Para uma previsão de Cr\$ 31 375 000,00, arrecadamos Cr\$ 45 704 815,30, isto é Cr\$ 14 329 815,30 a mais do que a prevista no orçamento de 1953. Comparada a arrecadação desse exercício com a de 1952, a de 1953 apresenta um excedente de Cr\$ 20 997 490,70.

Esse imposto só é arrecadado no porto de Vitória e incide sobre os produtos destinados ao exterior do país, na sua imensa maioria o café exportado.

Com a decretação do Código Tributário, de 1951, a receita desse imposto aumentou sensivelmente. Em 1953 foi prevista a sua arrecadação, pela lei orçamentária, em Cr\$ 2 217 000,00 tendo a receita atingido, entretanto a Cr\$ 3 854 540,10, havendo, por conseguinte, um excedente na arrecadação, de Cr\$ 1 637 540,10.

IMPOSTO DO SÊLO

A situação dessa espécie de tributos em relação ao orçamento de 1953, apresentou-se seguindo a demonstração abaixo, em milhões de cruzeiros:

TAXAS

Taxas	Orçadas	Arrecadadas	Dif. de Arrecadação s/ a previsão
Rodoviária	5 256	6 153	879 +
Assistência Social	7 046	5 570	1 476 —
Escolar	1 082	1 185	80 +
Fiscalização	248	38	210 —
Fomento Produção	100 666	76 796	23 869 —
Defesa do Café	36 000	41 598	5 598 +
Pedágio	100	—	100 —
Cont. Melhoria	1 500	—	1 500 —

A taxa de pedágio e a contribuição de melhoria não foram arrecadadas em 1953. A primeira, porque o número de quilometragem pavimentado ainda não compensava a instalação do aparelhamento arrecadador. A segunda, por depender do levantamento das propriedades — orçamento de custo das obras a realizar — ainda não concluído pelo Departamento de Estradas de Rodagem em toda a extensão das pavimentações programadas.

Com relação à taxa rodoviária todos os esforços foram empregados pela fiscalização de renda com a cooperação da Inspetoria de Veículos e Polícia Rodoviária, para a sua arrecadação ultrapassar a previsão.

Também foram além do limite previsto, a taxa de defesa do café e a taxa escolar, sendo que o resultado obtido na primeira foi em decorrência de uma maior movimentação de sacas de café do que a estimada para o ano de 1953 nos cálculos da previsão orçamentária.

O decréscimo da arrecadação em relação ao orçamento, havido na taxa de fomento da produção, provém do fato de ter sido prevista maior exportação de café por cabotagem pelo porto de Vitória, quando, na realidade, aconteceu o inverso. Houve maior exportação para o exterior do que

a estimativa, tendo, por conseguinte, sido arrecadado mais imposto de exportação e menos taxa de fomento da produção. Entretanto, mesmo assim, a arrecadação dessa taxa, em 1953, ultrapassou a de 1952 em Cr\$ 15 563 804,90.

A contribuição das taxas em geral, arrecadadas, elevou-se a 30,16% para a receita tributária do exercício.

BENS DO ESTADO

A Divisão do Patrimônio criada em 29 de dezembro de 1951, pela lei 606, foi instalada em 1952 e regulamentada pelo decreto 1448, de 25 de setembro de 1953.

Embora ainda em fase de organização, esse novo órgão da Secretaria da Fazenda já realizou inúmeros trabalhos de relêvo na defesa do patrimônio estadual.

Foram iniciados os serviços relativos ao cadastro dos próprios imobiliários. Os da Capital já atingem 415 processos organizados, sendo 73 referentes a próprios estaduais e 342 a bens de utilidade pública. No interior do Estado já estão cadastrados 153 próprios e 26 bens de utilidade pública. A organização dos prontuários é relativamente morosa devido aos cuidados prévios indispensáveis nas pesquisas e exames das escrituras em todos os seus detalhes, técnicos, e, em certos casos, de verificação local.

Está a Divisão do Patrimônio lutando com as dificuldades naturais de uma repartição nova, mas, apesar disso, já vem executando um bom trabalho na salvaguarda dos bens públicos.

Com os elementos de que dispõe atualmente esse importante órgão da administração da Fazenda Pública, poderá concluir o cadastro geral dos imóveis e móveis do Estado até meados de 1955.

REPRESENTAÇÃO DA FAZENDA, NO RIO DE JANEIRO

De modesto Posto Fiscal dos produtos procedentes do Espírito Santo, no Rio de Janeiro, foi a Procuradoria Fiscal do Estado adquirindo características de uma repartição de atribuições mistas, atendendo a vários setores da administração estadual, inclusive de assistência social, encaminhando aos hospitais e clínicas especializadas os espírito-santenses pobres que se destinam ao Rio de Janeiro em busca de socorros médicos.

A Procuradoria arrecadou Cr\$ 20 671 811,40 provenientes de vários recebimentos, compreendendo tributos, verbas federais e suprimento de fundos. Pagou Cr\$ 20 047 124,20 de pessoal, material e remessa de numerário para o Tesouro.

A sua fiscalização se realizou sobre 4518 caminhões, 1151 vagões ferroviários e 82 navios, que transportaram mercadorias do Espírito Santo para o Distrito Federal.

A sua carteira de serviço a favor de terceiros, enviou 147 circulares-instruções, 89 ofícios, 28 radiogramas e 10 telegramas às entidades particulares no Espírito Santo, contempladas com auxílios e subvenções federais orientando-as sobre o movimento, nos vários Ministérios, dos 254 processos respectivos, que acompanhou e instruiu até final solução.

A Procuradoria Fiscal articulou-se com o Setor de Mutilados, da Secção de Assistência e Serviço de Saúde da União, no sentido de que os mutilados residentes no Espírito Santo pudessem ser atendidos com o fornecimento de aparelhos ortopédicos, intervenções cirúrgicas e hospedagem.

Foram atendidas por aquêlê Serviço, 20 espírito-santenses desprovidos de recursos, em 1953, e, para 1954, — segundo a afirmativa do Dr. Ezequiel Burgos, Chefe do Setor de Mutilados, — todos os 50 capixabas inscritos até 31 de dezembro do ano p. findo, graças ao aumento de verba federal no exercício de 1954, conseguido do Senado a pedido do Governo do Espírito Santo.

Todo o pessoal inativo residente no Distrito Federal está com os seus subsídios rigorosamente em dia, pagos pela Procuradoria Fiscal.

RECEITA:— A arrecadação da receita orçamentária atingiu a Cr\$ 540 659 440,60, desdobrando-se pelas seguintes categorias:

**EXECUÇÃO
ORÇAMEN-
TÁRIA**

Tributária	432 922 873,70
Patrimonial	3 054 824,60
Industrial	28 742 529,30
Extraordinária	75 939 213,00

Em relação ao exercício de 1952, registra a arrecadação de 1953 um excesso de Cr\$ 176 849 839,40, cabendo aos seguintes tributos o maior volume da renda dêste exercício.:

Imposto s/ vendas consig.	229 480 096,40
Taxa de fomento da produção	75 396 195,40
Imposto de exportação	47 103 291,50
Taxa de defesa do Café	41 598 400,40

Não obstante ter sido arrecadada em 1953 a maior receita orçamentária do Estado em um exercício, essa arrecadação ficou aquém da previsão, em Cr\$ 43 821 459,40, de vez que a receita total fôra orçada em Cr\$. 584 480 900,00.

ESPÉCIE	PREVISTA	ARRECADADA	PREVISTA A MAIS
Tributária	433 925 100,00	432 922 873,70	1 002 226,30
Patrimonial	4 197 700,00	3 054 824,60	1 142 875,40
Industrial	35 517 300,00	28 742 529,30	6 574 770,70
Extraordinária	111 040 800,00	75 939 213,00	35 101 587,00
	584 480 900,00	540 659 440,60	43 821 459,40

As diferenças de arrecadação sôbre a previsão demonstradas no quadro anterior, limitam-se a duas espécies da receita orçamentária — industrial e extraordinária — de vez que tanto a tributária como a patrimonial, atingiram, praticamente, os totais previstos.

No comparativo analítico do quadro seguinte, verificam-se essas diferenças de vulto, na receita da Administração do Porto (Cr\$ 4 878 270,40), Divisão do Fomento (Cr\$ 1 674 917,40), venda de terrenos recuperados pelas obras portuárias de Vitória (Cr\$ 28 963 146,30) e das Operações de Crédito (Cr\$ 7 673 120,00), num total de Cr\$ 43 194 454,10. As duas primeiras estão justificadas na parte específica da Secretaria de Viação e da Secretaria da Agricultura. Quanto à de venda de terrenos recuperados pelas obras portuárias de Vitória, justifica-se porque achou o governo conveniente transferir para 1954 as operações desta natureza a fim de permitir que as áreas já conquistadas ao mar, em Bento Ferreira e Esplanada da Capixaba, ficassem concluídas nas suas obras complementares de urbanização, água, esgoto e luz, para poder exigir dos adquirentes de lotes, as edificações nos prazos fixados no art. 96 da lei n.º 617, de 31/12/1951. Sem aquelas obras complementares ao loteamento, não seria lícito ao governo exigir o cumprimento daqueles prazos, e as edificações se protelariam beneficiando injustamente aos adquirentes nas valorizações que os terrenos adquiridos iriam ter com as obras de urbanização posteriormente concluídas. Com relação às operações de crédito, a conjuntura inflacionária do país impediu, como ainda está impedindo, a procura de títulos a longo prazo no mercado de capitais. Daí o desinteresse nesse mercado, também pelas apólices do Plano de Valorização Econômica, emitidas pelo Estado para os investimentos nas obras de seu programa quinquenal. Forçado por essa circunstância, o Governo não teve outra alternativa para compensá-la, a fim de não paralisar aquelas obras, senão a de realizar, em 1953, com o Banco do Brasil, as operações de crédito autorizadas pela própria lei orçamentária, no valor de Cr\$ 60 000 000,00, dando em garantia parte da emissão daquelas mesmas apólices, e reiniciar os entendimentos com aquele estabelecimento bancário e com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico para a realização, em 1954, de outras operações, mais vultosas, de financiamento a longo prazo de resgate, entendimentos coroados de pleno êxito ao encerrar-se o exercício, ficando os contratos respectivos para serem assinados ao iniciar-se o novo ano.

RECEITA POR MUNICÍPIO

Vitória	302 272 299,70
Cachoeiro de Itapemirim	35 074 844,80
Colatina	31 388 496,00
Guaçuí	26 194 804,90
Alegre	20 589 127,60
Mimoso do Sul	16 124 903,10
Castelo	14 868 519,40
São José do Calçado	9 059 648,30
Iúna	8 855 958,50
Barra de São Francisco	7 453 318,50
Afonso Cláudio	6 423 734,80
Espírito Santo	5 973 638,70
Muqui	5 775 797,10

São Mateus	5 196 659,00
Conceição da Barra	4 476 544,60
Itaguaçu	4 385 212,60
Carlaçica	4 344 952,00
Santa Teresa	4 241 384,70
Linhares	3 817 463,70
Itapemirim	3 578 714,60
Baixo Guandu	3 551 472,80
Muniz Freire	2 526 031,20
Domingos Martins	1 933 422,60
Ibiraçu	1 856 076,20
Santa Leopoldina	1 752 230,70
Iconha	1 617 014,40
Aracruz	1 395 137,30
Guarapari	1 277 233,60
Alfredo Chaves	1 134 654,50
Fundão	1 108 331,20
Serra	914 004,40
Itapoama	642 398,50
Jabaeté	459 869,70
Anchieta	395 540,90

540 659 440,60

ARRECADAÇÃO MENSAL

JANEIRO	25 332 946,50
FEVEREIRO	24 989 825,60
MARÇO	27 218 132,70
ABRIL	23 627 453,30
MAIO	26 518 133,90
JUNHO	62 379 814,00
JULHO	55 487 504,20
AGOSTO	58 300 233,10
SETEMBRO	50 901 665,00
OUTUBRO	51 122 052,60
NOVEMBRO	52 483 686,00
DEZEMBRO	82 297 993,70

TOTAL 540 659 440,60

COMPARATIVO ENTRE A RECEITA ORÇADA E A ARRECADADA

Exercício de 1953

Especificação da Receita	Orçada	Arrecadada	Variações	
			+	—
RECEITA ORDINÁRIA				
I TRIBUTÁRIA				
a) Impostos:				
Transmissão de Propriedade "causa mortis"	3 633 200,00	3 123 476,20	—	509 723,80
Transmissão de Propriedade "inter vivos"	18 727 100,00	18 383 129,90	—	343 970,10
Impôsto sobre Vendas e Consignações	225 675 000,00	229 480 096,40	+	3 805 096,40
Impôsto de Exportação	31 375 000,00	47 103 291,50	+	15 728 291,50
Impôsto do sêlo	2 217 000,00	4 406 621,10	+	2 189 621,10
b) Taxas:				
Taxas Rodoviárias	5 256 100,00	6 153 198,60	+	897 098,60
Taxas de Assistência e Segurança Social	7 046 300,00	6 569 503,80	—	1 476 796,20
Taxas para fins Educativos	1 082 300,00	1 185 443,30	+	103 143,30
Taxas de Custas Judiciárias e Emolumentos	399 000,00	478 947,10	+	79 947,10
Taxas de Fiscalização e Serviços do Estado	248 000,00	44 570,00	—	203 430,00
Taxas de Melhoramentos:				
I — Contribuição de Melhoria	100 000,00	—	—	100 000,00
II — Taxa de Pedagio	1 500 000,00	—	—	1 500 000,00
Taxas de Defesa da Produção				
I — Taxa de Defesa do Café	36 000 000,00	41 598 400,40	+	5 598 400,40
II — Taxa do Fomento da Prod. Agrícola Industrial	100 666 100,00	75 396 195,40	—	25 269 904,60
Total da Receita Tributária	433 925 100,00	432 922 873,70	—	1 002 226,30
II — PATRIMONIAL				
Renda Imobiliária:				
Aluguéis, arrendamentos, foros de terrenos, etc.	650 000,00	804 055,50	+	154 055,50
Renda de Capitais — Juros e Dividendos	3 547 700,00	2 250 769,10	—	1 296 930,90
Total da Receita Patrimonial	4 197 700,00	3 054 824,60	—	1 142 875,40

Especificação da Receita	Orçada	Arrecadada	Variações	
			+	-
III — INDUSTRIAL				
Transportes:				
Estrada de Ferro Itapemirim	1 802 800,00	1 823 204,50	+	20 404,50
Navegação Fluvial do Estado	200 100,00	170 980,20	—	29 119,80
Administração do Pôrto de Vitória	26 151 400,00	21 273 129,60	—	4 878 270,40
Comunicações:				
Serviço Telefônico	18 000,00	—	—	18 000,00
Estabelecimentos e Serviços Diversos:				
I — Departamento de Imprensa Oficial	4 000 000,00	3 141 945,80	—	858 054,20
II — Divisão do Fomento da Produção	2 035 000,00	360 082,60	—	1 674 917,40
III — Rádio Espírito Santo	1 110 000,00	1 973 186,60	+	863 186,60
Total da Receita Industrial	35 317 300,00	28 742 529,30	—	6 574 770,70
Total da Receita Ordinária	473 440 100,00	464 720 227,60	—	8 719 872,40
RECEITA EXTRAORDINÁRIA				
Alienação de Bens Patrimoniais:				
I — Venda de Prédios e out. Próprios do Estado	50 000,00	251 042,80	+	201 042,80
II — Venda de Terras	9 000 000,00	7 235 147,20	—	1 764 852,80
III — Venda de terrenos recup. p/obras portuárias de Vitória	30 000 000,00	1 031 853,70	—	28 968 146,30
Cobrança da Dívida Ativa	100 000,00	173 927,70	+	73 927,70
Receita de Exercícios Anteriores	45 000,00	479 174,40	+	434 174,40
Receita de Indenizações e Restituições	66 500,00	446 178,00	+	379 678,00
Multas	1 030 600,00	1 369 592,20	+	338 992,20
Eventuais	748 700,00	2 625 417,00	+	1 876 717,00
Operações de Créditos	70 000 000,00	62 326 880,00	—	7 673 120,00
Total da Receita Extraordinária	111 040 800,00	75 939 213,00	—	35 101 587,00
Total Geral	584 480 900,00	540 659 440,60	—	43 821 459,40

RECAPITULAÇÃO

Receita Orçada	584 480 900,00
Receita Arrecadada	540 659 440,60
Menor Arrecadação	43 821 459,40

Conforme demonstração abaixo, a despesa autorizada para o exercício de 1953 atingiu o total de Cr\$ 616 973 480,50, e a despesa realizada importou em Cr\$ 574 084 136,50. verificando-se um saldo não utilizado de Cr\$ 42 889 344,00:

DESPESA*Autorizada*

Orçamento	584 480 900,00	
Créditos especiais transferidos de 1952	11 894 545,70	
Créditos especiais abertos em 1953	23 573 633,60	
Créditos suplementares e transf. de subcon- signações	28 559 981,60	
Menos:		
Anulações de verbas e transferências desub- consignações	31 535 580,40	616 973 480,50

Realizada

Verbas orçamentárias	546 720 321,70	
Créditos especiais	27 363 814,80	574 084 136,50
Saldo Cr\$		42 889 344,00

Da sobra demonstrada é ainda aplicável a parcela de Cr\$ 2 332 292,30, restante do crédito especial autorizado pela lei n.º 772, de 23 de dezembro, e cuja vigência foi dilatada ao exercício de 1954. Destina-se a referida parcela ao atendimento das seguintes despesas:

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Construção do Forum de Baixo Guandu	600 000,00
Serviços complementares do forum de São Mateus	236 900,00
Idem de diversos grupos escolares no interior	400 000,00
Conclusão do frigorífico de Vitória	177 251,20
Instalação elétrica da lavanderia do educandário "Alzira Bley"	79 170,00
Aquisição de uma casa c/terreno para a delegacia de polícia de Araguaia	24 720,00
Instalação elétrica no prédio da Associação dos Funcionários Públicos	53 530,00
Serviços complementares da cadeia pública de Conceição da Barra	58 893,00
Obras complementares da cadeia de Guarapari	78 292,70
constr. de cantina e varanda na Faculdade de Odontologia	96 224,00
constr. de um muro no grupo escolar de "Córrego Dágua" em Aracruz	51 304,00
serviços complementares no grupo escolar de Linhares	51 084,20
construção de 160m. de muro junto à cadeia de Conceição da Barra	80 000,00

Reparos e pintura na casa de saúde Gov. Bley, sede da Associação dos Funcionários Públicos	76 854,00
serviços extraordinários na constr. da delegacia de polícia de Guarapari e constr. de cozinha anexa	78 548,70

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA:

Instalação de padaria no quartel da Polícia Militar em Maruípe	150 000,00
despesas com a instalação da oficina mecânica da Polícia Militar	39 520,50

A despesa realizada em cada Órgão Administrativo do Estado foi a seguinte:

PODER LEGISLATIVO

Assembléia Legislativa	9 177 714,90	1,7%
------------------------------	--------------	------

PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça e Juizados de Direito	7 644 330,90	1,3%
---	--------------	------

PODER EXECUTIVO

Gabinete do Governador e Departamentos subordinados	6 093 828,30	1,1%
Secretaria do Governo	7 366 087,10	1,2%
Departamento Estadual de Saúde	38 912 968,00	6,8%
Secretaria do Interior e Justiça	44 749 389,40	7,8%
Secretaria da Fazenda	102 448 142,90	17,9%
Secretaria de Educação e Cultura	59 635 604,60	10,4%
Secretaria de Viação e Obras Públicas	263 717 148,00	45,9%
Secretaria de Agricultura Terras e Colon.	34 338 922,40	5,9%
Total Cr\$	574 084 136,50	

Por SERVIÇOS padronizados e pelos elementos PESSOAL, MATERIAL e DESPESAS DIVERSAS, o total geral assim se distribui:

Serviços:

Administração Geral	47 949 551,60	8,3%
Exação e Fiscalização Financeira	29 341 540,80	5,1%
Segurança Pública e Assistência Social	47 662 859,00	8,2%
Educação Pública	79 259 487,20	13,8%
Saúde Pública	42 821 468,40	7,5%
Fomento	40 114 532,80	7,1%
Serviços Industriais	97 438 309,50	16,9%
Dívida Pública	9 884 851,50	1,8%
Serviços de Utilidade Pública	129 009 762,80	22,5%
Encargos Diversos	50 301 772,90	8,8%
Soma Cr\$	574 084 136,50	

Elementos:

Pessoal

Pessoal em atividade	168 391 574,00			
Pessoal inativo	20 393 052,30	188 784 626,30	33,0%	

Material

Permanente	131 875 250,90			
Consumo	15 931 439,20	147 806 690,10	25,7%	
Despesas Diversas		237 514 029,10	41,3%	
Soma Cr\$		574 084 136,50		

Relação das despesas efetuadas com a execução das principais obras do Governo, no exercício de 1953:

Serviços de Utilidade Pública

construção e conservação de rodovias e pontes (dotação entregue ao D.E.R.	31 712 167,00
pavimentação asfáltica de rodovias	35 000 000,00
estradas de Vitória-Colatina e Vitória Cachoeiro de Itapemirim-Alegre-Guaçuí	22 000 000,00
ponte s/o rio Itapemirim, na cidade de Cachoeiro de Itapemirim	2 500 000,00
ponte sobre o rio Carirê em Barra de São Francisco	100 000,00
ponte fronteira ao pavilhão da Escola Agro-técnica de Santa Terêsa	100 000,00
alargamento da rodovia S. Mateus, entre os distritos de Boa Esperança e Água Fria — 20 km.	100 000,00
ponte de cimento armado no lugar Estádio, município de Muqui	120 000,00
trêcho de rodovia entre Batatal e Puri, município de Mimoso do Sul	300 000,00
rodovia São Joaquim, em Guarapari — 5 260m.	131 000,00
obras de arte num trêcho de estrada entre S. José da Fruteira e Palma	244 086,50
ponte de madeira, com 20 m., em Risadinho, município de Muqui	110 000,00
ampliação da ponte do Amaro, em Muqui	40 000,00
conclusão de um trecho de estrada entre Terra Alta e Palma, município de Linhares	90 500,00
constr. de estrada no Córrego dos Macacos, município de São Mateus	44 000,00
estrada entre Alto São João e S. Pedro, município de Cachoeiro de Itapemirim	45 000,00
trêcho de estrada entre Copaíba e a rodovia Santos Neves	25 000,00
trêcho de estrada entre a Faz. São Pedro e Prosperidade, município de Cach. de Itapemirim	20 000,00

Obras diversas:

edifício em que se instalará o Serviço de Alimentação e Previdência Social (SAPS) de Vitória	3 843 977,60
idem idem de Cachoeiro de Itapemirim	500 000,00
campos de pouso em diversos municípios	1 665 825,10
tanques coletivos em Bairros proletários	500 000,00
serviço de urbanização da cidade do E. Santo	580 000,00
serviços de embelezamento da praça G na cidade de Guarapari	397 175,00
conclusão do Radium Hotel de Guarapari	432 580,00
instalação de luz elétrica em Iriri, município de Anchieta	100 000,00
instalação de serviço de abastecimento de água em Imbuí, município de Guaçuí	80 000,00
pequeno estádio no Morro dos Alagoanos (Caratoíra)	315 015,10
calçamento a paralelepípedos e meio-fio em Paul	184 387,60
prédio para a sede da Prefeitura de Jabaeté	300 000,00
melhoramentos diversos na rua São Simão	354 979,80
retificação e dragagem do Rio Muqui na cidade do mesmo nome	390 000,00
terraplenagem em Duas Bocas	143 734,00
restauração do Convento de São Francisco, em cooperação com o Governo Federal	171 828,80
atérro e urbanização entre o Forte São João e Bento Ferreira	18 500 000,00
urbanização da Esplanada da Capixaba	1 989 905,20
conservação de imóveis do Estado	3 000 000,00

Serviços Industriais:

Usina hidroelétrica de Rio Bonito	35 412 481,00
---	---------------

Pôrto de Vitória:

cais de saneamento	20 590 523,60
dragagem e derrocamento do canal de acesso	2 313 118,90
reforma do material flutuante	2 116 527,50
reaparelhamento do cais comercial	640 833,10
armazem n.º 4	192 665,00
serviços diversos de ampliação do pôrto	386 689,90
obras e serviços complementares	87 301,70

Diversos:

conclusão do Frigorífico de Vitória	2 022 748,80
usina hidroelétrica de João Neiva	3 000 000,00
pequenas usinas hidroelétricas em div. localidades	3 000 000,00
instalação de luz elétrica na cidade de Linhares	1 300 000,00
reconstrução da usina hidroelétrica de Pequió	66 000,00

Educação Pública:

grupos escolares na Capital e em diversos municípios	10 389 800,00
Colégio Estadual do Espírito Santo	3 000 000,00
Escola Politécnica do Espírito Santo	1 500 000,00
piscinas	3 000 000,00
parques infantis	998 456,90
jardins de infância em bairros proletários	500 000,00
Escola "Caboclo Bernardo"	500 000,00
palco no grupo escolar de Nova Venécia e instalação de água	32 343,40
prédios para as escolas singulares de Vargem Grande e S. José de Fruteira, em Cach. de Itapemirim	40 000,00

Saúde Pública:

Hospital de Psicopatas	1 500 000,00
Hospital de Clínicas	1 500 000,00
postos de higiene em diversas localidades do interior do Estado	2 500 000,00

Segurança Pública e Assistência Social:

Patronato Agrícola em Roças Velhas, município de Cariacica	2 000 000,00
delegacias de polícia e cadeias em diversos municípios	1 839 740,30
delegacias de polícia e cadeias de Cach. de Itapemirim e Colatina	1 000 000,00
ampliação da cadeia pública de Barra de São Francisco	300 000,00
reforma do quartel da Polícia Militar em Maruípe	600 000,00
oficina mecânica da Polícia Militar	316 078,40
serviços complementares das cadeias de Linhares e São Mateus	31 858,40

Administração Geral:

forum da Capital; Cach. de Itapemirim, Colatina e Muniz Freire	2 187 620,00
edifício das repartições públicas da Capital	5 000 000,00
forum de Conceição da Barra	194 936,50
garage do Estado	1 000 000,00

Fomento:

residências agrícolas em diversos municípios	3 940 763,00
instalação de indústrias de leite	2 394 085,20

O grupo de ENCARGOS DIVERSOS, cujo total se eleva a Cr\$......
50 301 772,90, inclui as seguintes despesas:

Cota de receita aos municípios na forma do art. 20 da Const. Federal e lei estadual n.º 20	9 752 617,40
---	--------------

peçoal inativo do Estado	20 393 052,30
pensionistas	739 269,10
gratificação de Natal aos servidores do Estado	5 767 800,00
celebração do Natal dos pobres	300 000,00
auxílios diversos a instituições particulares	6 911 600,00
aquisição de altar de mármore para a Santa Casa de Castelo	30 000,00
sentenças judiciárias	2 603 008,00
subscrição de ações da Empresa Hidroelétrica Luetzow S.A.	1 785 000,00

O dispêndio referente a peçoal, num montante de Cr\$ 188 784 626,30, exclusive a parcela de Cr\$ 5 767 800,00 da gratificação de Natal classificada sob o título Despesas Diversas, pode ser assim desdobrado por serviços:

Administração Geral

Poder Legislativo	7 836 648,69	
Poder Judiciário	7 205 514,90	
Poder Executivo	15 256 429,00	30 298 592,50
Educação		49 675 835,10
Segurança Pública (Policia Civil e Militar)		32 017 237,20
Exação e Fiscalização Financeira		24 544 995,60
Saúde		10 814 273,40
Fomento		6 743 514,50
Serviços Industriais		12 500 183,70
Serviços de Utilidade Pública (Div. de Obras)		1 796 942,00
Encargos Diversos (Peçoal inativo)		20 393 052,30

Em relação à despesa geral realizada, a parte concernente a peçoal atinge a 33%, mas, em relação à receita ordinária arrecadada, a percentagem se eleva a 43,6%.

Tendo sido de Cr\$ 164 595 685,90 o total despendido em 1952, verificou-se um acréscimo no último exercício de Cr\$ 24 183 944,40. Concorreram para esse aumento, principalmente, a majoração de quase Cr\$ 5 700 000,00 do encargo com o peçoal aposentado e reformado, e os aumentos de Cr\$ 7 469 400,00 e Cr\$ 6 000,00 registrados nos quadros da Polícia civil e militar e dos serviços de educação, respectivamente.

Auxílios financeiros e cotas de receita aos Municípios:

Despendeu-se em 1953 com auxílios às prefeituras e a diversas entidades particulares de ensino, educação, saúde e assistência social, clubes, desportivos, igrejas e com a distribuição de cotas da receita estadual aos municípios, a soma de Cr\$ 21 809 626,00, cabendo, desse total, aos municípios do interior a importância de Cr\$ 17 555 717,40, conforme demonstração que se segue:

AUXÍLIOS FINANCEIROS E CÓTAS DE RECEITA AOS MUNICÍPIOS

Exercício de 1953

Município	PREFEITURA		Auxílios a outras entidades	TOTAL
	Cóta de Receita	Auxílios diversos		
Afonso Cláudio	159 038,40	185 000,00	50 000,00	394 038,40
Alegre	1 167 987,80	390 000,00	150 000,00	1 707 987,80
Alfredo Chaves	—	200 000,00	—	200 000,00
Anchieta	—	140 000,00	—	140 000,00
Aracruz	—	20 000,00	20 000,00	40 000,00
Baixo Guandu	46 714,50	200 000,00	—	246 714,50
Barra de S. Francisco	49 897,00	—	—	49 897,00
Cachoeiro de Itapemirim	1 994 689,80	215 000,00	776 000,00	2 985 689,80
Cariacica	252 875,60	—	15 000,00	267 875,60
Castelo	729 708,70	100 000,00	98 000,00	927 708,70
Colatina	1 242 577,20	—	180 000,00	1 422 577,20
Conceição da Barra	5 439,40	—	—	5 439,40
Domingos Martins	—	40 000,00	389 000,00	438 000,00
Espírito Santo	65 072,60	—	705 000,00	770 072,60
Fundão	—	100 000,00	—	100 000,00
Guaçuí	1 122 546,70	45 000,00	403 000,00	1 570 546,70
Ibiraçu	—	130 000,00	50 000,00	180 000,00
Iconha	157 725,10	100 000,00	—	257 725,10
Itaguaçu	172 131,70	—	200 000,00	372 131,70
Itapemirim	267 599,80	10 000,00	30 000,00	307 599,80
Itapoama	—	—	25 000,00	25 000,00
Iúna	361 639,30	195 000,00	200 000,00	756 639,30
Viana	—	60 000,00	—	60 000,00
Linhares	99 375,60	—	30 000,00	129 375,60
Mimoso do Sul	790 147,50	140 000,00	585 000,00	1 515 147,50
Muniz Freire	145 700,10	25 000,00	122 500,00	293 200,10
Muqui	418 705,50	125 000,00	327 600,00	871 305,50
Santa Leopoldina	—	200 000,00	10 000,00	210 000,00
Santa Teresa	51 179,70	—	55 000,00	106 179,70
Calçado	429 313,90	—	360 000,00	789 313,90
São Mateus	16 870,00	300 000,00	93 000,00	409 870,00
Serra	5 681,50	—	—	5 681,50
TOTAL	9 752 617,40	2 920 000,00	4 883 100,00	17 555 717,40

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA

Do total da despesa realizada no exercício que findou, coube às obras do P.V.E., compreendendo a usina hidroelétrica de Rio Bonito, construção e pavimentação asfáltica de estradas de rodagem, obras da Administração do Porto de Vitória e serviços diversos de fomento da produção, a parcela de Cr\$ 151 959 762,90.

No quadro anexo vão demonstradas as quantias despendidas em cada item do Plano desde o exercício de 1951, totalizando essa despesa, nos três exercícios, a cifra de Cr\$ 260 946 735,20.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

Receita arrecadada	540 659 440,60
Despesa realizada	574 084 136,50
Deficit	33 424 695,90

O deficit de Cr\$ 33 424 695,90 na execução orçamentária de 1953 representa apenas 6,18 da receita arrecadada, ou seja, exatamente igual à soma das diferenças para menos sobre a previsão nas rubricas "Administração do Porto de Vitória" e Venda de terrenos recuperados pelas obras portuárias".

Esse deficit, na realidade, é quase inexpressivo em comparação com os investimentos de capital, pois, só na hidroelétrica de Rio Bonito foram aplicados, no exercício, Cr\$ 35 412 481,00.

DISPONIBILIDADES

ATIVO DO ESTADO

O saldo de caixa nas tesourarias e em bancos importava, no encerramento do exercício financeiro, em Cr\$ 37 851 142,40.

BENS PATRIMONIAIS

Ao valor dos bens móveis, imóveis e de natureza industrial foi acrescentado em 1953 o montante de Cr\$ 131 875 250,90, representado por edificações para diversos serviços públicos; usina hidroelétrica de Rio Bonito, áreas aterradas em Bento Ferreira, e aquisição e melhoria de equipamento para as repartições e os serviços industriais do Estado, correndo toda a despesa por verbas orçamentárias e créditos especiais.

O saldo atual das contas desses bens, deduzida a parcela de Cr\$.... 1 031 853,70 que figurou como receita orçamentária proveniente da venda de lotes em Bento Ferreira, ficou elevado para Cr\$ 480 004 957,00, registrando-se sobre o valor constante do balanço de 1952 um aumento de Cr\$ 130 843 397,20.

TÍTULOS & VALORES

Esta conta foi majorada em Cr\$ 2 387 250,00, correspondentes a: pagamento parcial das ações de Empresa Hidroelétrica Lue-tzow S.A., subscritas pelo Governo 1 785 000,00

Pagamento da última prestação da 3. ^a chamada de capital do Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S/A	452 250,00
Pagamento de ações adquiridas da Cia. Ferro e Aço de Vitória	150 000,00

Com a referida incorporação, passou a conta de Títulos e Valores a apresentar o saldo de Cr\$ 15 890 500,00, assim especificado:

Banco de Crédito Agrícola do E. Santo S/A	11 155 500,00
Cia. Ferro e Aço de Vitória S/A	2 950 000,00
Empresa Hidroelétrica Luetzow S/A	1 785 000,00

SERVIÇO DE REVENDA DE MATERIAL AGROPECUÁRIO

Adicionou-se ao ativo do Estado o capital líquido de Cr\$ 4 422 779,30 apurado em 31 de dezembro, do Serviço de Revenda de Material Agropecuário mantido pela Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização, conforme demonstração abaixo.

Estoque de materiais conforme inventário	6 085 661,40
Dinheiro em caixa	348 063,40
Contas a receber, de vendas efetuadas a prestações	162 764,00

Soma Cr\$	<u>6 596 488,80</u>
---------------------	---------------------

Menos	
Contas de fornecedores a pagar	2 173 709,50

Ativo líquido Cr\$	<u>4 422 779,30</u>
------------------------------	---------------------

PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA

Despesas efetuadas nos exercícios de 1951 a 1953

Especificações	1951	1952	1953	Total
CENTRAIS ELÉTRICAS				
Usina hidroelétrica de Rio Bonito	—	20 000 000,00	35 412 481,00	55 412 481,00
ESTRADAS DE RODAGEM				
Estrada de Vitória-Colatina e Cachoeiro de Itapemirim-Alegre-Guaçu	—	7 678 734,40	22 000 000,00	29 678 734,40
Pavimentação asfáltica das estradas de Vitória-Safra-Cachoeiro de Itapemirim e Vitória-Colatina	—	7 302 925,00	35 000 000,00	42 302 925,00
ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DE VITÓRIA				
Cais de saneamento	9 464 200,00	14 217 000,00	20 590 523,40	44 271 723,40
Aterro entre o Forte São João e Bento Ferreira	—	19 753 963,00	18 500 000,00	38 253 963,00
Frigorífico de Vitória e armazem n.º 4	980 744,00	2 267 197,40	192 665,00	3 440 606,40
Dragagem e derrocamento do canal de acesso; enrocamento entre as ilhas do Sururú e do Bode; elevação do enrocamento Forte São João	—	2 133 215,60	2 313 118,90	4 446 334,50
Reaparelhamento do cais comercial	—	496 129,70	640 833,10	1 136 962,80
Conclusão das instalações da carreira e oficina de Bento Ferreira	7 474 213,10	783 585,10	—	8 257 798,20
Obras de ampliação do pôrto	—	814 115,50	386 688,90	1 200 804,40
Reparação do material flutuante	3 060 000,00	575 949,50	2 116 527,50	5 752 477,00
Obras e serviços complementares	—	—	87 301,70	87 301,70
Urbanização da Esplanada da Capixaba	—	—	1 989 905,20	1 989 905,20
FOMENTO				
Constr. e instalação de "Residências Agrícolas"	—	1 985 000,00	3 940 763,00	5 925 763,00
Instalação de industriais de leite	—	2 400 000,00	2 394 085,20	4 794 085,20
Serviços diversos de fomento	—	7 600 000,00	6 394 870,00	13 994 870,00
	20 979 157,10	88 007 815,20	151 959 762,90	260 946 735,20

O ativo geral do Estado, até 31 de dezembro de 1953, ficou expresso na cifra de Cr\$ 600 073 025,10, com um acréscimo sobre o existente em 1952 de Cr\$ 138 472 739,60.

Restos a Pagar

PASSIVO DO ESTADO

Os restos a pagar, provenientes de despesas empenhadas, totalizam a importância de Cr\$ 134 476 235,20, sendo:

saldo de 1949	100 000,00
idem de 1950	204 873,20
idem de 1951	3 661 279,30
idem de 1952	11 510 027,00
inscrições de 1953	119 000 055,70

Da inscrição de 1953 uma parte — cerca de Cr\$ 17 000 000,00 — é relativa a empenhos registrados para obras a serem concluídas no decorrer de 1954, não devendo, por isso, ser considerada exibilidade do exercício de 1953.

Depósitos

Esta conta, que acusa um saldo de Cr\$ 26 649 694,80, inclui a parcela de Cr\$ 19 590 229,20 de auxílios recebidos da União para serem aplicados em diversas obras e serviços estaduais.

Dívida Interna

Sob este título, cujo saldo em 31 de dezembro era de Cr\$ 32 025 800,00, figuram:

saldo do empréstimo de Consolidação, de 1941	19 887 000,00
saldo do empréstimo no Banco do Brasil — 1944	2 200 000,00
saldo do empréstimo antigo — 1918 e 1925	92 000,00
apólices do Plano de Valorização Econômica	9 846 800,00

A venda de apólices do P.V.E., iniciada em outubro de 1952, produziu, até dezembro de 1952, a soma de Cr\$ 10 026 000,00, representando 50 130 títulos de valor nominal de Cr\$ 200,00.

Em 31 de dezembro realizou-se, de acordo com o art. 3.º do decreto n.º 730, de 31/1/52 e a tabela de amortização instituída pela Secretaria da Fazenda, o primeiro sorteio para resgate ao par de 9 138 títulos, perfazendo com os 237 que foram sorteados para prêmios na mesma data e nos 2.º semestre de 1952 e 1.º semestre de 1953, o total de 9 375 apólices. Dêse total, 8 479 ainda se achavam em carteira, de sorte que a quantidade a resgatar, realmente, por força dos sorteios a que se procedeu, até 31 de dezembro, é apenas de 896, importando a despesa em Cr\$ 179 200,00.

A despesa com a distribuição de prêmios nos três sorteios aludidos foi somente de Cr\$ 39 000,00, pois os títulos aos quais couberam os prêmios maiores não haviam sido colocados.

O serviço de juros e amortização do empréstimo de Consolidação, bem como o do contraído em 1944 no Banco do Brasil, vem sendo atendido pontualmente.

Empréstimos Bancários

Foram negociados com o Banco do Brasil no ano proximo findo dois empréstimos, sendo um de Cr\$ 30 000 000,00 em 5 de junho, a juros de 8% a.a., prazo de 20 meses e amortizável em prestações mensais de Cr\$ 1 500 000,00, vencendo-se a prestação final em janeiro de 1955. Com o pagamento das prestações vencidas no exercício, ficou esse débito reduzido a Cr\$ 19 500 000,00. Para o pagamento das prestações vencíveis em 1954 e dos juros devidos, constam verbas próprias no orçamento vigente.

O segundo empréstimo foi contraído no fim do ano, mediante desconto de duas promissórias do Tesouro, de Cr\$ 10 000 000,00 e Cr\$ 20 000 000,00, ambas com vencimento para 14 de fevereiro de 1954, tendo figurado na receita orçamentária sob a rubrica "Operações de Crédito" o valor líquido de Cr\$ 24 477 480,00. O pagamento será efetuado com os recursos orçamentários do corrente exercício.

O Passivo Geral atinge a Cr\$ 245 319 912,50, desdobrando-se em:

Passivo financeiro	162 197 535,20
Passivo permanente	83 122 377,30

Saldo Econômico

Não obstante o déficit ocorrido na execução orçamentária, o Patrimônio Líquido apresenta, no encerramento do exercício financeiro, um superavit de Cr\$ 41 022 541,50, como se vê da síntese abaixo.

Ativo geral	600 073 025,10
Passivo geral	245 319 912,50
Patrimônio líquido	354 753 112,60
Patrimônio líquido de 1952	313 730 571,10
Superavit	41 022 541,50

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Foi preocupação máxima do Governo ao elaborar a proposta orçamentária para o exercício de 1953, consignar dotações para a Secretaria de Viação e Obras Públicas, suficientes à execução das obras programadas para aquele exercício. Para um orçamento de Cr\$ 534 480 900,00 foi distribuída a essa Secretaria a quantia de Cr\$ 284 065 597,00, ou sejam, 48,9% do fixado na lei de meios. A essa soma deve-se adicionar a importância de Cr\$ 10 720 233,10 que, dada a necessidade dos serviços, lhe foi concedida por créditos adicionais, perfazendo, assim, um total de Cr\$ 294 785 835,10 de recursos orçamentários. Essa cifra bem caracteriza o interesse da Administração em empregar o erário público em benefício do próprio povo, porque, as realizações foram distribuídas a todos os Municípios do Estado. A eloquência da distribuição dessa soma por serviço, bem afirma o labor cotidiano da Secretaria, em sua aparente frieza; assim, foi distribuída: Administração Geral Cr\$ 14 532 402,80; Segurança Pública Cr\$ 5 793 669,80; Educação Pública Cr\$ 14 755 997,70; Saúde Pública Cr\$ 5 500 000,00; Serviços Industriais Cr\$ 119 387 248 cruzeiros; Serviços de Utilidade Pública Cr\$ 113 591,70 e finalmente, em Encargos Diversos Cr\$ 20 355 925,10.

Além de outros fatores de ordem administrativa, teve a Secretaria de Viação e Obras Públicas de enfrentar sérias dificuldades na execução do Programa de Obras, dada a escassez de material, especialmente de cimento e ferro. O primeiro, pela deficiência de produção da Fábrica Barbará, em Cachoeiro de Itapemirim, e o segundo pela febre de construção que se verifica por este Brasil em fora e, especialmente, no Estado do Espírito Santo, onde, em tempo algum houve um surto de construção tão elevada, quer por parte do Governo, quer por iniciativa particular. Mesmo assim, grande foi a realização de novas obras para o engrandecimento do Espírito Santo.

Dado o vulto de trabalho atribuído a essa Secretaria e para descongestionar o Gabinete dos volumosos processos destinados a construções e respectivas aquisições de materiais para essa finalidade, teve o Governo a preocupação de baixar o decreto n.º 1 229, datado de 1.º de abril de 1953, criando uma Comissão Especial, com a finalidade precípua de emitir pareceres. A designação dos elementos para comporem essa Comissão recaiu em técnicos especializados, o que muito veio facilitar o andamento dos processos, porque já são encaminhados ao Gabinete do Secretário com acurados pareceres, não só da apreciação dos projetos, como, muitas vezes,

COMISSÃO
ESPECIAL

dando-lhes um novo rumo, dentro da arquitetura moderna, como especialmente, na verificação dos preços unitários do material e mão de obra a serem empregados.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Teve essa Divisão um ano de intenso trabalho eficiente, porque dela depende, em grande parte, a marcha dos trabalhos atribuídos à Secretaria.

USINA HI- DROELÉTRI- CA DE RIO BONITO

As obras de construção da Usina Hidroelétrica de Rio Bonito, graças à mútua compreensão reinante entre a Comissão Fiscalizadora dessa obra e as Companhias Construtora Nacional e AEG Companhia-Sul Americana de Eletricidade, foram ponto alto das atividades da Secretaria.

Durante o ano de 1953, além de outros serviços de construção de estradas de acesso às obras, edificações provisórias, serviços geológicos e técnicos, destacam-se os seguintes:

BARRAGEM

Escavação

a) — Escavação em terra, inclusive transporte até 100 m.	44 501,611
b) — Transporte adicional	67 412,297
c) — Escavação em moledo	10 426,207
d) — Escavação em rocha a céu aberto	8 578,563
e) — Transporte adicional	165,590
f) — Limpeza e preparo da superfície de assentamento ...	1 979,48
g) — Injeções de aguada de cimento	746,600

Barragem em concreto ciclópico

a) — Concreto ciclópico	12 498,676
b) — Concreto armado	85,678
c) — Concreto dosado a 300 kg/m ³ , inclusive moldes	102,524
d) — Juntas de dilatação com todos os acessórios	491,52

TÚNEL ADUTOR

a) — Escavação em rocha secção circular	4 915,528
---	-----------

CHAMINÉ DE EQUILÍBRIO

a) — Escavação em terra e moledo em poço vertical	8 440,976
b) — Revestimento de concreto dosado	17,610

CASA DE FÔRÇA

- a) — Escavação em terra, inclusive transp. até 100 ml. 25 031,255
 b) — Escavação em rocha 525,185

TUBULAÇÃO FORÇADA

- a) — Escavação em terra 3 823,760

Quanto à parte de montagem, vem a AEG Companhia Sul-Americana de Eletricidade cumprindo rigorosamente o estabelecido nas cláusulas contratuais, tanto assim que, durante o ano de 1953, foi recebida copiosa parte do material, destacando-se, 3 grandes transformadores, equipamento da Estação Transformadora, Ponte Rolante da Usina, estando programado para breve recebimento, uma Turbina Voith de 8 000 HP — ex-fábrica, 1 Gerador AEG de 8 000 KVA e o Quadro de Manobra da Usina, conforme se observa da carta recebida pela Secretaria do Doutor Ernest Alexander, esforçado Diretor da AEG Companhia Sul-Americana de Eletricidade, cujo teor merece ser transcrito: "Dir/ MW-T4655 — Equipamento para Usina Rio Bonito. Conforme tivemos oportunidade de informar ao Excelentíssimo Senhor Governador Doutor Jones Santos Neves, por ocasião de sua última visita ao Rio, o primeiro gerador e turbina hidráulica de 8 000 HP estão prontos nas nossas fábricas na Alemanha e poderiam ter sido embarcados no dia 22 de janeiro de 1954. Na impossibilidade de armazenar estas máquinas, c/peso total de ca. de 70 toneladas no porto de Vitória, bem como na impossibilidade de transportá-las para o local da montagem onde nos faltaria guindaste, ficou assentado, com consentimento do Senhor Governador, sustar o embarque até a ponte rolante da casa de força permitir a retirada dos pesos do trailer. Sendo só o que se nos oferece para o momento, subscrevemo-nos atenciosamente".

Tôdas as medições realizadas nos serviços executados pela Construtora e as prestações estabelecidas com a AEG. Companhia Sul-Americana de Eletricidade, estão rigorosamente em dia.

Inaugurado no dia 31 do mês de janeiro do ano de 1953, está aparelhado dentro da mais moderna técnica, para atender ao comércio em geral. **ENTREPOSTO FRIGORÍFICO DE VITÓRIA**

Preliminarmente, esteve êsse órgão da Administração em verdadeira fase de experimentação, para logo em seguida, entrar em franca atividade, graças ao louvável esforço de sua direção.

O movimento do ano de 1953, relativo a armazenamento de mercadoria e a produção de gelo, foi bem animador, ultrapassando a expectativa, como bem evidenciam os números abaixo:

Ameixas	2 200 quilos
Amêndoas	875 "
Aves	29 "
Banha Refinada	58 550 "

Batatas	9 840	"
Carne de porco	359	"
Carne salgada	115 789	"
Carne verde	5 876	"
Castanhas	350	"
Cenouras	1 090	"
Farinha de côco	3 530	"
Fermento	32 091	"
Figos	1 680	"
Frutas	7 429	"
Frutas secas	2 946	"
Leite condensado	4 242	"
Legumes	577	"
Lombo	12 116	"
Maças	6 010	"
Mangas	1 217	"
Manteiga	14 911	"
Melancias	16 250	"
Ovos	120	"
Peixe salgado	50 950	"
Pepino	172	"
Pêra	5 578	"
Presunto	319	"
Sorvetes	6 747	"
Tomates	5 475	"
Toucinho	5 731	"
Uvas	704	"
Vacinas	280	"
Verduras	7 927	"
Charque	32 105	"
Chuchu	30	"
TOTAL	600 342	"

A produção de gelo foi de 1 087 618 quilos e é digno que se registre, a fim de ser ressaltada a sua ascensão mensal:

Fevereiro	12 178 quilos	
Março	56 715	"
Abril	54 555	"
Maio	36 400	"
Junho	58 785	"
Julho	24 000	"
Agosto	117 695	"
Setembro	105 105	"
Outubro	131 045	"
Novembro	168 410	"
Dezembro	272 730	"
TOTAL	1 087 618	"

Esta Divisão, dada a sua responsabilidade direta na execução das obras na Capital e no interior do Estado, vem merecendo do Governo especial carinho, tanto assim que, além de haver sido aumentado o seu quadro com novos engenheiros especializados, foi adquirido o material imprescindível, a fim de lhe proporcionar maior produção de serviços.

Além de outras obras em execução, foram concluídas as seguintes:

Parque Infantil do Parque Moscoso

Esta obra majestosa, projetada pelo arquiteto Francisco Bolonha, é conjunto que muito honra a engenharia brasileira, tendo, na sua elaboração, sido observadas tôdas as normas da Pedagogia moderna. Ocupa uma área de 5 500 metros quadrados, tôda delimitada por um gradil artístico e dispõe de uma área construída de 1 200 metros quadrados, distribuída nas seguintes dependências: Portaria, Galeria Nobre de Circulação, Gabinete para Secretaria, 5 Salões para estudos, 1 Sala de Música, 1 Sala para descanso, Refeitório, Cozinha e dependências sanitárias. A obra foi orçada em Cr\$ 4 643 363,00, mas, apesar da ascensão sempre crescente do custo de material e mão de obra, nela foram gastos Cr\$ 4 453 328,80, com uma economia, portanto, de Cr\$ 186 945,10.

Parque Infantil de Santo Antônio

Trata-se de uma obra também de grande interesse para a Administração, porque foi construída em um bairro essencialmente operário, o que, por certo, virá contribuir para maior facilidade da educação da criança. Projetada pelo Arquiteto Elio de Almeida Vianna, com amplas dependências e com todos os requisitos indispensáveis à Pedagogia moderna.

Grupo Escolar de Rive

Em Rive, Município de Alegre, está sendo concluída a construção do Grupo Escolar local, dispondo de 4 salas de aulas, circulação, 4 Gabinetes e conjuntos sanitários. Está sendo construída em cooperação com o Governo Federal.

Grupo Escolar de Sauaçu

Foi concluída, com vivo interesse da Administração a construção do Grupo Escolar de Sauaçu, no Município de Aracruz, composto de 4 salas de aulas, circulação, 4 Gabinetes e 1 conjunto sanitário. Nessa obra foi despendida a quantia de Cr\$ 612 959,20.

Grupo Escolar de São Domingos

Dotado de 4 salas de aulas, 4 Gabinetes e 2 conjuntos sanitários, a construção do Grupo Escolar de São Domingos, no Município de Colatina, veio satisfazer plenamente a necessidade da mocidade escolar daquela adiantada Vila. Com essa construção foi despendida a quantia de Cr\$ 500 000,00.

Grupo Escolar de Paúl de Dentro

Esse majestoso prédio bem condiz com a necessidade escolar daquele laborioso povo do Bairro de Paúl de Dentro, no Município do Espírito Santo. Dotado de todos os requisitos indispensáveis ao perfeito funcionamento de um estabelecimento escolar, na sua construção foi empregada a importância de Cr\$ 1 466 532,00.

Grupo Escolar de Mantenópolis

Apesar de sua distância, não passou despercebida ao Governo a necessidade de ser construído, naquela Cidade, um Grupo Escolar que viesse corresponder à expectativa daquela população. Por certo, foram inúmeras as dificuldades deparadas na realização dessa obra, pela escassez de material de construção e mão de obra, o que muito concorreu para o seu retardamento. Nesse prédio foi empregada a quantia de Cr\$ 600 000,00.

Grupo Escolar de Gurigica

Também no exercício de 1953, foi concluída a construção desse Grupo Escolar, localizado em arrabalde desta Capital, dotado de todos os requisitos exigidos pela Pedagogia moderna, tendo sido despendida na sua realização a importância de Cr\$ 800 000,00.

Escolas Rurais

Também foram concluídas as Escolas Rurais adiante relacionadas, nos varios municípios do Estado:

Município de Cachoeiro de Itapemirim:

Em Itaóca, pelo valor de	Cr\$ 60 000,00
Em Pacotuba, idem, idem	100 000,00
Em Praça do Oriente, idem, idem	60 000,00

Município de Castelo:

Em Garage, pelo valor de	89 000,00
Em São Manoel, idem, idem	80 000,00

Município de Cariacica:

Em Itanhenga, pelo valor de	60 000,00
-----------------------------------	-----------

Município de Guaçu:

Em Santo Antônio	60 000,00
------------------------	-----------

Município de Iconha:

Em Campinho, pelo valor de 60 000,00

Município de Itaguaçu:

Em Laginha, pelo valor de 60 000,00

Município de Iúna:

Em Crissúma, pelo valor de 65 000,00

Em Ibatiba, idem, idem 90 000,00

Em Perdição, pelo valor de Cr\$ 90 000,00

Município de Linhares:

Em Desengano, pelo valor de 90 000,00

Em Povoação do Rio Doce, idem, idem 60 000,00

Município de Mucurici:

Em Comercinho, pelo valor de 120 000,00

Município de Mimoso do Sul:

Em Conceição do Muqui, pelo valor de 60 000,00

Município de Muniz Freire:

Em Guaribu, pelo valor de 93 000,00

Em Córego Rico, pelo valor de 93 000,00

Em Piaçu, idem, idem 93 000,00

Em Meia Quarta, idem, idem 93 000,00

Município de São Mateus:

Em Rio Alto Muniz, pelo valor de 81 000,00

Município de Serra:

Em Muribeca, pelo valor de 80 000,00

Ginásio de São Mateus

Também foi concluída, no exercício em aprêço, a construção do Ginásio da Cidade de São Mateus, havendo sido despendida na sua realização a quantia de Cr\$ 397 866,00. É uma obra que será inaugurada em breves dias.

*Escola de Pesca "Caboclo Bernardo"***OBRAS EM
PROSSEGUI-
MENTO****SETOR EDU-
CAÇÃO**

Essa obra que, por escassez de material e mão de obra, esteve paralisada por alguns dias, prossegue, agora, em ritmo acelerado, e espera-se a sua conclusão para muito breve. É obra de grande vulto, que muito beneficiará aquela população.

Colégio Estadual do Espírito Santo — Também, por escassez de ferro, teve essa obra a sua marcha protelada, porém, já reiniciada, com maior número de operários e com estoque de material, será por certo, recuperado o tempo de paralisação.

Piscina do Colégio Estadual — Iniciou-se o revestimento da piscina, e já se encontra quase concluído o seu trampolim.

Escola Politécnica do Espírito Santo — Esse majestoso edifício está sendo construído diretamente sob a orientação do seu Diretor. Já está bem adiantada a obra, tendo sido concluída a primeira etapa, ou seja, o primeiro pavimento, onde, com alguma deficiência, permitirá o funcionamento das classes; da segunda etapa foram concluídas as fundações e estrutura do primeiro piso e da terceira concluídos os estudos estruturais.

Grupo Escolar de Maruípe — Está sendo construído no adiantado Bairro de Maruípe, nesta Capital, projetado com as características exigidas pela Pedagogia, tendo sido estudado e elaborado inteiramente na Secção de Planejamento da Divisão de Obras da Secretaria de Viação, a qual se especializou no setor da psicologia infantil e da pedagogia moderna. No seu projeto e estudos foram observados os conceitos da pedagogia progressiva de Anísio Teixeira.

Ocupa uma área de 1 800 metros quadrados e será dotado das seguintes dependências: Sala de Estar, Diretoria, Secretaria, Sala de professores, Educação Física, Gabinete Médico, Dentista, Biblioteca, Museu, Exposição Infantil, Salão de Festas para as demonstrações, funções socializadoras do menor, Cinema, Sala de Música, 10 amplas Salas de Aulas, Copa, Cozinha, Dispensa, Refeitório, com quatro instalações sanitárias completas e necessários tanques.

Piscina do Colégio Muniz Freire, em Cachoeiro de Itapemirim — Essa obra se encontra em ritmo acelerado e será concluída até o mês de maio do corrente ano.

Grupo Escolar de Santo Antônio — A sua construção ficou paralisada durante longo período, devido à escassez de ferro redondo. Com a aquisição desse material e em face das providências do Engenheiro encarregado, organizando com antecedência a confecção de todas as formas de madeira, segue, agora, em ritmo acelerado, a construção desse Grupo, cuja conclusão está prevista para o primeiro semestre de 1954. A sua elaboração foi projetada e estudada dentro da pedagogia progressiva, a fim de atender ao aumento crescente da criança em idade escolar, naquele Bairro. Do projeto

constam as seguintes características: Diretoria, Secretaria, Serviços Médico e Dentário, Sala de Professores, Economia, Copa e Cozinha, Dispensa e Refeitório, Recreio coberto, Auditório para dramatizações, 10 Salas de aulas e amplas instalações sanitárias, Portaria, residência do vigia e Almoxarifado. Esse Grupo Escolar será dotado de todos os requisitos mais modernos da Pedagogia, podendo ser equiparado aos melhores do País.

Grupo Escolar de Pôrto de Cariacica — Essa obra, projetada também dentro dos princípios da Pedagogia moderna, foi orçada inicialmente em Cr\$ 863 186,80, já se encontrando na alvenaria de pedra. Compõe-se de 4 salas de aulas e dependências sanitárias necessárias à sua perfeita utilização, um amplo salão de festas e pátio coberto para recreação.

Grupo Escolar de Baixo Guandu — Prosseguem, em marcha, os serviços de aumento do Grupo Escolar da Cidade de Baixo Guandu.

Grupo Escolar de Nova Almeida — Projetado pela Secção competente da Divisão de Obras Públicas, é composto de 4 salas de aulas, sendo uma das unidades escolares mais modernas do Estado. Seu estudo é baseado num processo de educação denominado "método evolutivo de educação", com salas amplas que se abrem para pátios que são incorporados às salas de aulas, redundando numa maior área de utilização para as dramatizações e realizações dos interesses da criança, nos seus próprios grupos de idade. Possui o prédio amplo salão de festas, que poderá ser utilizado como refeitório, dramatizações folclóricas, sala para associação dos pais, etc. E ainda, as seguintes características: Portaria, Secretaria, Diretoria, Médico e Dentário. Sala de Professores e Assistente Social, Associação dos Pais — ainda não usado no Estado — Sala de aula para alfabetização e salas ambientes com os próprios museus de classes e bibliotecas de classe, Copa, Cozinha, Refeitório, Dispensa e quarto com instalações para empregados, amplo Play Ground. Essa obra foi orçada em Cr\$ 975 502,10.

Escolas Rurais — Encontram-se em fase de acabamento as seguintes Escolas Rurais:

Engano, no Município de Alfredo Chaves;
Itaúnas e Taquaras, no Município de Conceição da Barra;
Melgaços, no Município de Domingos Martins e
Príncipe, no Município de Iúna.

Encontram-se em vias de conclusão as obras nos seguintes prédios:

Cadeia da Cidade de Cariacica — Orçada em Cr\$ 312 941,30. Como os demais prédios dessa finalidade, conterà todas as dependências necessárias ao alojamento dos oficiais, sargentos e praças, além das indispensáveis celas.

Cadeia de Itaquari — Ainda no Município de Cariacica, na localidade de Itaquari, em construção adiantada.

SETOR SE-
GURANÇA
PÚBLICA

Cadeia de Cachoeiro de Itapemirim — Está praticamente concluída a construção desse prédio na Princesa do Sul. Essa obra, há muito reclamada pelo Poder Judiciário, compõe-se de 26 espaçosas dependências, a saber: Sala de Comando, Cassino dos Oficiais, 2 quartos para Oficiais, 1 para Sargentos, Corpo da Guarda, Sala de Estar, Cassino para os soldados, Circulação, Refeitório, Cozinha, Hall, 2 alojamentos, sala de detidos, com sanitário, 2 salas de espera com sanitário, 8 celas e mais 2 conjuntos sanitários. A obra foi orçada em Cr\$ 1 216 822,00.

Cadeia e Delegacia de Colatina — Também praticamente concluído, dispõe esse prédio de 27 amplas dependências. Essa obra, projetada em linhas modernas, conterà todos os requisitos de higiene. Foi orçada em Cr\$ 1 200 000,00 e está sendo construída diretamente pela Divisão de Obras. As suas dependências são as seguintes: varanda de entrada, Corpo de Guarda, Sala de Advogados, Delegacia, com sanitário, Refeitório, Cozinha, Dispensa, 2 quartos para Oficiais, com sanitário. Alojamento para Sargentos, com sanitários, 2 Alojamentos para Soldados, Compartimento sanitário dos Oficiais, Instalação sanitária coletiva e 13 celas, com sanitários.

Pôsto Policial de Vinhático e Governador Santos Neves, ambos no Município de Conceição da Barra — O primeiro encontra-se em fase de acabamento, tendo sido orçado em Cr\$ 183 735,70; ao segundo, apesar das dificuldades havidas na aquisição de material e mão de obra, para conclusão, faltam apenas alguns retoques de acabamentos finais. Essa obra também foi contratada pela quantia de Cr\$ 183 735,70.

Cadeia e Delegacia de Polícia de Vila Velha, Município do Espírito Santo — Esse prédio, que conterà todas as dependências necessárias ao alojamento dos oficiais, sargentos e praças, dentro do sadio princípio de higiene, foi contratado pela quantia de Cr\$ 312 941,30 e já se encontra na alvenaria de tijolos e, em breves dias, será concluído.

Cadeia de Itapoama — Em bom andamento encontra-se a construção do prédio destinado à Cadeia e Delegacia dessa Cidade, projetado rigorosamente dentro dos preceitos indispensáveis de higiene. Sua obra foi orçada em Cr\$ 250 000,00.

Cadeia e Delegacia de Polícia de Mantenópolis — Apesar das dificuldades encontradas para execução dessa obra, já se encontram bem adiantados os serviços, restando somente os retoques de acabamento. Sua construção foi orçada em Cr\$ 390 000,00.

Cadeias de Airituba e de Alto Calçado, ambas no Município de São José de Calçado — Embora aparentemente pequenos, os prédios destinados às Cadeias das localidades de Airituba e Alto Calçado, dispõem de todas as dependências indispensáveis aos estabelecimentos dessa natureza. Cada prédio foi orçado em Cr\$ 110 000,00.

Delegacia de Divisa, no Município de Guaçuí — Encontra-se em fase de acabamento a execução dessa obra, que foi orçada em Cr\$ 111 817,70. É também um prédio pequeno, modesto, porém com todas as dependências necessárias.

Cadeia Pública de São Rafael, no Município de Linhares — Sua construção foi orçada em Cr\$ 90 000,00. Dispõe de 2 celas, 1 Delegacia, Corpo de Guarda e conjunto sanitário.

Fórum da Cidade de Iúna, no Município de Iúna — Já foi contratada a construção desse prédio, com um orçamento inicial de Cr\$ 337 620,00 e será iniciada imediatamente.

Fórum da Cidade de Colatina — Foi projetado um prédio destinado ao Fórum de Colatina, com todas as dependências necessárias e dentro da arquitetura moderna. Para essa construção foi destacada a quantia de Cr\$ 1 200 000,00.

Fórum da Cidade de Muniz Freire — Já foi iniciada a construção desse prédio e para a sua realização foi empenhada a quantia de Cr\$...... 650 000,00.

Pôsto de Saúde de Barra de São Francisco — Orçada em Cr\$ 350 000,00 a sua construção está praticamente concluída, dependendo apenas de pequenos retoques. Como as demais unidades sanitárias, essa também será constituída de 11 amplas dependências e, em breves dias, estará em pleno funcionamento. SETOR SAU-
DE PÚBLICA

Pôsto de Saúde de Cariacica — Já se encontram em franco andamento as obras de construção deste Pôsto de Saúde. É mais uma unidade sanitária que surgirá no Estado em benefício de sua população. Essa obra foi orçada em Cr\$ 361 256,20.

Pôsto de Saúde de Guarapari — Também a Cidade de Guarapari, em breves dias, terá a sua unidade sanitária, uma vez que já foi assinado o competente contrato para a execução desse prédio. Sua construção foi orçada em Cr\$ 597 792,70.

Pôsto de Saúde de Fundão — Foi projetada e já se encontra em andamento a construção deste Pôsto de Saúde. Além de linhas modernas, será essa unidade sanitária dotada de todas as dependências que correspondem à sua finalidade. Seu orçamento inicial é de Cr\$ 373 520,00.

Pôsto de Saúde de Itapoama — Praticamente concluída, essa unidade sanitária, como as demais, dispõe das seguintes dependências: Sala de Espera e Atendente, Sala de Crianças e Assistência, Sala de Chefia, Secretaria, Lactário, Gabinete Dentário, Sala de Serviço Pré-Natal e Assistência, Sala de Visitadora Sanitária e Guardas, Almoxarifado, Laboratório,

Conjunto Sanitário, Varanda e Circulação. Por certo essa obra virá beneficiar grandemente a população daquela próspera região. Com a sua realização foi despendida a quantia de Cr\$ 343 086,30.

Pôsto de Saúde de Nova Venécia — Prosseguindo no programa de obras traçado para o exercício de 1953, também a Cidade de Nova Venécia foi contemplada com uma unidade sanitária. Orçada em Cr\$ 377 190,40, como as demais de seu gênero, compõe-se de tôdas as dependências indispensáveis.

Pôsto de Saúde de Barracão de Petrópolis — Composta de 11 amplas dependências, foi concluída a construção do Pôsto de Saúde de Barracão de Petrópolis, no Município de Santa Teresa. Foi mais uma unidade sanitária entregue pelo Governo à população. Construída de acôrdo com o estabelecido pela Saúde Pública, integram-na tôdas as dependências necessárias.

OUTRAS OBRAS CON- CLUÍDAS

Prefeitura Municipal de Viana — Vem o Governo de mandar construir na Cidade de Viana, um prédio destinado à instalação dos serviços daquela Edilidade. Apesar de pequeno, na elaboração de seu projeto foi observado um conjunto de linhas arquitetônicas e dependências que satisfizessem às necessidades do Município. Essa obra foi realizada em cooperação com o Município, cabendo-lhe a quantia de Cr\$ 50 000,00 e ao Estado Cr\$ 300 000,00, sendo o custo total de Cr\$ 350 000,00.

Hospital de Baixo Guandu — Essa obra, já concluída, foi construída pelo Governo do Estado em cooperação com o da União, tendo sido despendida pelo Estado a quantia de Cr\$ 1 000 000,00.

OUTRAS OBRAS EM PROSSEGU- MENTO

Edifício das Repartições Públicas, em Vitória — Essa obra, dada a escassez de material, esteve paralisada por alguns dias. No entanto, hoje, prossegue ativamente, já se encontrando no terceiro teto.

Edifício do SAPS de Vitória — O edifício do SAPS, cuja construção esteve estacionada, devido à falta de ferro, teve sua obra reiniciada, estando concluídas as fundações, vigas de amarrações e a estrutura da base; já foram colocadas as fôrmas dos pilares do piso térreo, no primeiro setor da construção e seus serviços estão sendo acelerados.

Patronato de Roças Velhas — Para o início dos serviços preliminares, teve o Governo necessidade de mandar construir um pequeno trecho de estrada, com mais de um quilômetro de extensão, destinada ao acesso do material ao local da construção. Os serviços de terraplenagem já se encontram terminados, bem como o barracão de serviços para oficinas, acomodações do pessoal, sanitários e depósito de material. Foi montada uma olaria para o fornecimento do material, e instalada uma pedreira para a necessária exploração. Da obra propriamente dita, está se processando a locação para a abertura das cavas de fundações.

Dada a alta finalidade dessa obra, foi dividida em cinco partes distintas:

- a) serviços diretores;
- b) serviços de educação;
- c) serviços de produção;
- d) serviços de saúde;
- e) serviços auxiliares.

Os serviços diretores "a" compõem-se do Gabinete do Diretor, Secretário, Assistente Social, Arquivo, Portaria e instalações sanitárias; os serviços de educação "b", de um grupo de salas para professores, bedel, chefe de disciplina, assistente social, sala de estudo com museu e biblioteca; os serviços de produção "c" possuem sala dos chefes de oficinas, seção de vendas e compras de material, almoxarifado e depósitos; os serviços de saúde "d", sala do médico diretor, sala do cirurgião dentista, farmácia com laboratório, enfermaria e isolamento; e os serviços auxiliares "e" compõem-se de uma sala de administração para o administrador do edifício e dependências auxiliares.

Economia: Grande refeitório, café e bar para visitas, copa, cozinha, dispensa, câmara frigorífica, depósito e instalações para empregados, padaria, lavanderia e sala de costura.

Funções pedagógicas: Cinco salas de aulas, oficinas de trabalhos manuais, oficinas de produção (carpintaria, sapataria, alfaiataria, serralheria, encadernação e tipografia), Museu, biblioteca, cinema e capela.

Dormitórios: Três dormitórios para grupos de idade de um para deliquentes com instalações em separado.

O Patronato de Roças Velhas é uma obra de grande envergadura que visa a solucionar a questão do menor desamparado.

Remodelação do Parque Moscoso — A remodelação desse tradicional Parque da Cidade de Vitória constituiu sempre preocupação do Governo. No entanto, por questão de ordem administrativa, foi sempre protelada. Felizmente, após um plano previamente traçado por técnicos de reconhecida capacidade urbanística, tornou-se possível a realização desse serviço. Para a sua perfeita remodelação, houve necessidade de se proceder a volumoso aterro, nova distribuição estética de canteiros e bancos.

Concha Acústica do Parque Moscoso — Foi concluída a construção da Concha Acústica, já tendo proporcionado à Administração levar a efeito vários concertos e audições em benefício da população capixaba.

Rádium Hotel de Guarapari — A construção desse majestoso prédio foi inicialmente contratada pela quantia de Cr\$ 2 100 000,00; no entanto, com o prosseguimento das obras, foi constatada a necessidade de se proceder a algumas modificações no projeto, o que ocasionou um aumento de despesa de Cr\$ 432 580,00. A obra foi concluída, estando o hotel em pleno funcionamento.

Hospital de Psicopatas — Localizada na Fazenda Santana, no Município de Cariacica, neste Estado, acha-se praticamente concluída a construção desse Hospital Colônia. Trata-se de uma obra que vem sendo executada em cooperação do Governo Estadual com o da União. Vários fatores têm concorrido para o retardamento da marcha dessa construção, especialmente a escassez de material e deficiência de operariado especializado para mão de obra. Porém, está praticamente concluída e será em breves dias, inaugurada. Esse grande hospital colônia compõe-se de um Pavilhão Central que comporta, no pavimento térreo, todas as dependências administrativas e parte técnica, além de quartos particulares para internamento de doentes. Tem o Pavilhão térreo uma área de 1 741 m². O superior, além de dispor de quartos para internamento para doentes, dispõe também de enfermarias, salas de operação, rouparia e demais dependências em uma área total de 1 072 m². O prédio é de construção simétrica, com linhas arquitetônicas modernas, que muito recomenda a engenharia brasileira. Dividido em duas alas, dispõe cada uma de seis pavilhões com todas as dependências exigidas pela Psiquiatria.

Conservação de Imóveis — Durante o ano de 1953, a Divisão de Obras Públicas procurou atender, na medida do possível, todas as solicitações dos diversos órgãos da Administração, no que concerne à conservação de próprios estaduais, destacando-se os seguintes:

Escola Normal Pedro II	Cr\$ 90 000,00
Grupo Escolar de Itaquari (reforma)	5 000,00
Preventório Gustavo Capanema	8 000,00
Colégio Muniz Freire	95 000,00
Grupo Escolar "Vasco Coutinho"	5 000,00
Grupo Escolar de Itapoama	55 441,20
Secretaria do Interior	12 000,00
Museu Capixaba	8 558,50
Almoxarifado do Serviço de Aparelhamento Escolar	5 000,00
Grupo Escolar "João Bandeira"	6 000,00
Coletoria de Cachoeiro de Itapemirim	35 000,00
Delegacia de João Neiva	48 768,60
Escola Reunida de Viana	1 200,00
Pósto Médico de Domingos Martins	9 435,00
Escola de Santa Leopoldina	12 000,00
Escola de Patrão-Mór	7 000,00
Colônia de Itanhenga	200 000,00
Fórum de Domingos Martins	68 815,00
Residência do Senhor Governador, na Praia da Costa	25 000,00
Grupo Escolar "Graciano Neves"	20 000,00
Chefatura de Polícia	50 000,00
Assembléia Legislativa	170 000,00
Grupo Escolar "Bráulio Franco"	48 200,00
Cadeia de Ibirapu	10 000,00
Grupo Escolar da Glória	15 000,00

Grupo Escolar de Conceição da Barra	10 000,00
Grupo Escolar de Nova Venécia	10 000,00
Recebedoria Regional da 2. ^a Região em Cachoeiro de Itapemirim	35 000,00
Escola de Itaici	20 000,00
Ginásio "Conde de Linhares"	41 107,00
Grupo Escolar "Padre Anchieta"	40 000,00
Grupo Escolar de Laginha	20 000,00
Grupo Escolar "M. Franco", de Calçado	4 610,00
Grupo Escolar de São Silvano	10 000,00
Escola de Belas Artes	12 000,00
Escola de Holanda	22 011,00
Grupo Escolar de Afonso Cláudio	3 500,00
Estádio Governador Bley	60 000,00
Escola de Guaraná	31 973,10
Palácio Anchieta	60 000,00
Cadeia de Mimoso do Sul	18 332,40
Grupo Escolar de Iúna	50 000,00
Grupo Escolar de Caratoira	35 000,00
Grupo Escolar de Anchieta	15 680,00
Departamento Estadual de Saúde	78 000,00
Grupo Escolar "Sílvia Rocio"	7 000,00
Grupo Escolar de Colatina	
Frigorífico de Vitória	1 630,00
Grupo Escolar de Iconha	68 752,80
Escola de B. Destino	5 000,00
Escola de Estrêla do Norte	12 000,00
Cadeia de São Mateus	13 320,00
Grupo Escolar de Vargem Alegre	4 484,30
Diversos próprios nesta Capital e no interior do Esta- do, inclusive aquisição de cimento	1 279 098,80
TOTAL	3 000 000,00

Em seu trabalho silencioso, prosseguiu essa Divisão ativamente nos serviços de levantamento topográfico do Estado.

Durante o ano de 1953 foi feito o levantamento da parte leste do Município de Colatina e o das estradas de Linhares. Também foi iniciado o levantamento altimétrico da parte oeste de Colatina, desde a entrada de Nova Venécia até a divisa com o Estado de Minas Gerais, numa área de 1 500 Km².

Grandes foram os trabalhos dessa Divisão, procedendo a vários levantamentos nos Municípios de São Mateus, Conceição da Barra, Colatina, Santa Cruz, Fundão e Serra, para correção do mapa, ora em execução pelo Conselho Nacional de Geografia, e que deveria ter sido concluído durante o ano de 1953, mas, por questão de ordem e mesmo devido às chuvas torrenciais do primeiro trimestre, foi retardada a sua conclusão.

**DIVISÃO DE
GEOGRAFIA,
GEOLOGIA E
MINERA-
LOGIA**

Exaustivo serviço executado pela Divisão foi, sem dúvida, a revisão administrativa do Estado, em face do que preceitua o art. 75 da Constituição Estadual.

Prosseguem aceleradamente os serviços de levantamento geológico, a cargo do Professor Boris Brajnikow.

**DIVISÃO DE
ÁGUAS E
ENERGIA
ELÉTRICA**

Nessa Divisão está integrada parte relevante do Programa do Governo, principalmente no que concerne à energia elétrica, nessa fase de industrialização por que passa o Estado do Espírito Santo, merecendo acurados estudos de novas cachoeiras para construção de Usinas Hidroelétricas, a fim de completar o conjunto programado.

O ano de 1953 foi de intensas e produtivas atividades para essa Divisão, sendo realizados, além de outros, os seguintes serviços:

a) — estudo, projeto e instalação do Serviço de luz e força de Vila de Nova Almeida, no Município da Serra, compondo-se da instalação de um grupo diesel-elétrico de 60 KVA, 220/127 volts e 50 ciclos, distribuição primária e secundária de luz e força. Nesse serviço foi despendida a quantia de Cr\$ 320 000,00;

b) — projetada e orçada a construção da nova distribuição de energia elétrica para a Cidade de Alfredo Chaves, cujo orçamento foi de Cr\$. 605 366,50;

c) — projetada e orçada a reconstrução do serviço de luz e força da Vila de Baunilha, no Município de Colatina;

d) — estudo, projeto e orçamento definitivo para a construção imediata da Usina Hidroelétrica de Iriritimirim, no Município de Alfredo Chaves, com uma potência de 400 cavalos, sendo que, inicialmente, em primeira etapa, será instalado um grupo hidroelétrico de 200 cavalos. Os serviços de construção dessa nova usina foram atacados em tôdas as suas fases, esperando-se a sua conclusão para o primeiro semestre do ano de 1954;

e) — projeto preliminar para distribuição de iluminação da localidade de Sagrada Família, no Município de Alfredo Chaves;

f) — estudo, projeto e orçamento para um serviço completo de instalação de luz e força para a localidade de Iriri, no Município de Anchieta. Nessa instalação será empregado um conjunto diesel-elétrico com a potência de 50 KVA, 50 ciclos e 220/127 volts que, além de servir à iluminação pública e particular, fornecerá também, energia para o serviço de água;

g) — estudo, projeto e instalação do serviço de luz e força para a Cidade de Aracruz, com um conjunto diesel-elétrico de 60 KVA, 50 ciclos, 220/127 volts. Com êsse serviço foi despendida a quantia de Cr\$ 340 000,00, inclusive a construção de uma casa para o motor em terreno adquirido para essa finalidade. Além da baixa tensão que servirá para o abastecimento de iluminação residencial e pública, possui uma linha de alta tensão, para o fornecimento de energia a um conjunto eletro-bomba, para o serviço de abastecimento de água;

h) — estudo, projeto e orçamento para a construção de uma usina hidroelétrica de 40 cavalos de potência, para o serviço de luz e força da localidade de São Pedro de Rates, no Município de Guaçuí. Essa usina.

que a princípio foi estudada para o aproveitamento total da potência do desnível hidráulico de 120 cavalos, foi reduzida para 40, uma vez que preencherá a necessidade local. O orçamento para essa obra foi elaborado em Cr\$ 650 000,00;

i) — inventariou e procedeu à competente avaliação do patrimônio existente da Empresa Lutzow S.A., com sede na Cidade de Baixo Guandu;

j) — procedeu à avaliação da usina hidroelétrica de propriedade dos Irmãos Negri, em Vila de João Neiva, no Município de Ibirapu, para fins de encampação. Essa usina, que abastece de energia elétrica a localidade de João Neiva, encontra-se em situação precaríssima. A sua produção é deficiente, mormente para atender as necessidades das oficinas de reparos da Companhia Vale do Rio Doce, localizadas naquela Vila. Nestas condições, teve o Governo de mandar proceder preliminarmente ao estudo e projeto para o aproveitamento da Cachoeira do Inferno, naquele Município. Concluída essa parte, foi determinada a construção de uma Usina Hidroelétrica de 800 cavalos e situada apenas a 4,5 Km da Vila de João Neiva. A sua construção está sob a orientação do Engenheiro Jacob Ayub e já foram executados os seguintes serviços:

- I) — construção de 9 Km. de estrada de rodagem de Demétrio Ribeiro até o local da barragem;
- II) — desvio do rio, sendo construído um muro de arrimo em pedras argamassadas e concreto e uma barragem em terra;
- III) — instalações provisórias para abrigo de pessoal e material;
- IV) — instalações de pedreira, britador e compressor, com silos para depósito de pedra britada e areia;
- V) — casa residencial para o futuro empregado da usina;
- VI) — escavação do local do eixo da barragem, feita em terra, moledo e rocha, num total aproximado de 4 200 m³;
- VII) — aquisição de equipamento mecânico para construção, constando de um caminhão basculante, um conjunto motor-britador, um compressor completo, um conjunto moto-bomba para esgotamento de água, tubulações de ferro galvanizado e o imprescindível material de sapa;
- VIII) — aquisição das comportas para tomada de água e descarga do fundo, bem como as tubulações embutidas no corpo da barragem.

Também por essa Divisão foi organizada a competente proposta para o fornecimento do material mecânico-elétrico, para construção dessa Usina, havendo comparecido diversas firmas importadoras nesse ramo, entre elas a AEG Companhia Sul-Americana de Eletricidade, que se compromete a entregar o material no curto período de 6 a 7 meses.

Foram ainda atendidos por essa Divisão, durante o ano de 1953, diversos orçamentos para extensão de linhas de distribuição, em vários bairros novos da Capital.

**SERVIÇO DE
NAVEGAÇÃO
FLUVIAL DO
ESTADO —
Linha do Rio
Doce**

Apesar das inúmeras estradas de rodagem que cortam a região do baixo Rio Doce, vem êsse Serviço prestando, de modo direto, regular auxílio à população daquela região.

Durante o segundo trimestre do ano de 1953, verificou-se grande estiação, colocando o Rio Doce em precárias condições de navegabilidade. Mesmo assim, foram registradas 46 viagens pelo vapor Juparanã, sendo 37 normais e 9 extraordinárias, destinadas exclusivamente ao transporte de cacau. Durante o ano de 1953 transportou cerca de 2 257 passageiros, sendo 700 de primeira classe e 1 557 de segunda; e ainda, 54 725 volumes de mercadorias diversas, num total de 1 038 759 quilos.

**ESTRADA DE
FERRO ITA-
PEMIRIM**

A Receita arrecadada pela Estrada de Ferro Itapemirim, durante o ano de 1953, em comparação à do ano de 1952, foi bem inferior, justificada plenamente, pelo fato de ter a Usina Paineiras, por motivo de ordem administrativa, reduzido a sua produção.

O exercício de 1952 foi encerrado com uma Receita de Cr\$ 1 839 596,20, quando o de 1953 foi apenas de Cr\$ 1 821 463,60.

Mesmo assim, os serviços que presta essa Ferrovia àquela Região, não poderão ser colocados em plano inferior. Merece ser destacado o transporte de passageiros durante o ano de 1953, num total de 117 987, sendo 37 105 de 1.^a classe e 80 882 de 2.^a; e ainda, o transporte de 42 258 volumes de mercadorias diversas, 21 152 de encomendas e 113 animais, caninos, caprinos, cavalares, muíres e suínos, perfazendo um total de 63 551 180 quilos.

Em seu serviço de conserva permanente, além da capina, reforma de drenos, etc., foram substituídos mais de 14 000 dormentes, empregando nesse serviço 6 toneladas de pregos e 1,5 de parafusos para talas de junção, com a substituição dos trilhos necessários.

Ainda durante o exercício de 1953 foram reparados completamente, em suas oficinas, uma locomotiva e um carro de passageiros de 1.^a classe, além de menores reparos em mais de 5 carros de passageiros e cerca de 50 grades para o transporte de cana e lenha.

A despesa realizada com todos os serviços, durante o exercício, foi de Cr\$ 3 643 946,50, para uma Receita de Cr\$ 1 839 596,20, tendo o Governo de mandar os necessários suprimentos, para que as contas fôsem encerradas em perfeita ordem.

**ADMINIS-
TRAÇÃO DO
PORTO DE
VITÓRIA**

Quer das atribuições estritamente portuárias, quer das decorrentes da extensa margem do Plano de Valorização Econômica, teve a Administração do Porto de Vitória um ano de intensa e proveitosa atividade, e, muito embora deparasse inúmeros problemas de ordem administrativa, todas as atribuições que lhe foram confiadas pelo Governo tiveram marcha segura e acelerada.

Um dos problemas que têm exigido grande esforço daquela Administração para sua solução, é sem dúvida, o das tarifas portuárias. Fixadas em 1946, permanecem até o momento sem nenhuma majoração, enquanto que todas as despesas com capatazias, pessoal portuário, marítimo e mesmo com material, crescem numa ascensão vertiginosa.

Apesar disso, continua, inegavelmente, bem animador o movimento do Pôrto, porém seu grande esforço não tem tido igual compensação. Assim é que, a sua Receita especificamente portuária, em 1952 foi de Cr\$...... 21 693 048,40 e a do exercício relatado, desceu para 21 273 129,60.

Essa arrecadação seria insuficiente para atender as despesas não só de sua manutenção e de seu reaparelhamento, como especialmente para as obras que vêm sendo realizadas pelo Governo, por intermédio de sua Superintendência. Dessa forma, foram concedidos os necessários suprimentos de fundos, a fim de permitir o encerramento financeiro, com relativa positividade contábil:

A Receita arrecadada pelos seus elementos, foi a seguinte:		RECEITA
Utilização do Pôrto	3 635 965,60	
Atracação	392 394,10	
Capatazias	4 869 623,60	
Armazenagem interna	305 946,20	
Armazenagem externa	125 708,90	
Armazenagem especial	83 822,80	
Transportes	1 343 725,60	
1. ^a Estiva Direta	3 303 557,60	
2. ^a Estiva Auxiliar	111 952,40	
Suprimento de aparelhamento portuário	646 345,40	
Reboques	104 892,30	
Suprimento de água às embarcações	78 575,00	
Serviços acessórios	70 114,90	
Movimento de mercadorias fora do Cais	735 924,50	
Serviços diversos	343 335,10	16 151 884,00
<i>Renda Patrimonial</i>		710 838,00
<i>Renda Especial</i>		
Taxa de emergência (decreto lei n. 8311)	1 469 887,90	
Juros bancários	111 736,10	1 581 624,00
<i>Renda Especial</i>		
Taxa adicional de 10%		71 735,00
<i>Recebimentos</i>		
Financiamento da União para o Cais Comercial do Continente		2 500 000,00
<i>Renda Extraordinária</i>		
Reembolsos diversos	3 260 707,10	
Diversas rendas	68 537,00	
Serviços extraordinários	587 406,90	3 916 651,00

Suprimentos

Recebido do Tesouro do Estado 44 342 984,10

Renda do exercício anterior

Industrial	1 540 252,80	
Patrimonial	169 928,40	
Extraordinária	360 614,30	2 070 795,50

Taxa Especial

Taxa de emergência (dec. lei n. 8311) 31 934,10

TOTAL 71 378 445,70

DESPESA

A despesa fixada para o exercício de 1953, para todos os serviços afetos à Administração do Pôrto, foi de Cr\$ 73 494 900,00, tendo sido necessário um pequeno reforço de Cr\$ 15 200,00 em determinada consignação e a anulação de Cr\$ 64 400,00, o que reduziu a disponibilidade orçamentária para Cr\$ 73 445 700,00. Do orçamento votado, apenas foi realizada e paga a quantia de Cr\$ 62 220 887,00, onde se observa, com viva satisfação, uma economia da elevada cifra de Cr\$ 11 224 657,20, apontando um "Resto a Pagar" de Cr\$ 155,80.

Da despesa realizada em seus elementos, foi rigorosamente contabilizado o seguinte:

Pessoal fixo

Pessoal permanente	560 800,00	
Funções gratificadas	—	
Pró-tempore e adicional	35 601,80	
Salário-família	23 500,00	619 901,80

Pessoal variável

Contratados	48 000,00	
Mensalistas	950 185,60	
Auxílio p/diferença de Caixa	1 200,00	
Salário-família	33 600,00	
Pessoal operário	4 133 400,00	5 166 385,60

Material Permanente

Veículos em geral	197 600,00	
Maquinismos, motores, aparelhos	685 688,50	
Transporte	883 288,50	5 786 287,40

Plano de Valorização Econômica

Reaparelhamento do Cais Comercial	640 833,10	
Livros, revistas, etc.	1 719,00	
Móveis em geral, máquinas, etc.	41 247,50	
I — conclusão do Armazém n. 4	192 665,00	
II — Atérro e urbanização entre o Forte São João e Bento Ferreira	18 500,00	
III — Obras de ampliação do Pôrto de Vitória	386 683,80	
IV — Obras e serviços complementares ..	87 301,70	20 735 643,60

Material de Consumo

Artigo de expediente, desenho, etc.	150 000,00	
Combustíveis, sobressalentes, etc.	223 171,20	
Matérias primas, etc.	387 172,20	
Uniformes, vestuários, etc.	19 682,20	
Material de limpeza, desinfecção	18 593,50	
Material elétrico, telefone, etc.	24 485,70	
Material de ensino, educação, etc.	1 900,00	£23 104,80

Despesas Diversas

Seguros de bens móveis e imóveis	100 000,00
Assinaturas de jornais, revistas	936,00
Despesas miúdas de pronto pagamento	12 000,00
Publicações, serv. de impressão	8 953,00
Reparos, adaptações, etc.	6 324,50
Transporte de encomendas, cargas	7 856,10
Acidentes no Trabalho	272 523,30
Previdência social	74 315,30
Despesas bancárias	3 158,40
Luz, energia e telefone	88 860,40
Eventuais	60 000,00

Serviços Portuários:

I — Empreitada dos serviços de Capatazias	4 000 000,00	
II — Empreitada dos serviços de Estiva ..	2 500 000,00	
III — Consumo de água	—	
IV — Manobra e percurso da linha férrea do Cais do Pôrto	300 000,00	
V — Plano de Valorização Econômica		
a) Cais de Saneamento	20 590 523,40	
b) Dragagem e derrocamento do ca- nal de acesso, etc.	2 590 523,40	
c) Reparação e reforma de material flutuante	2 116 527,50	
VI — Urbanização da Esplanada da Capi- xaba	1 989 905,20	
Conservação de imóveis	200 000,00	
Manutenção	231 000,00	34 876 007,00
TOTAL GERAL		62 221 042,80

**TAXA DE
EMERGÊNCIA**

A cobrança da taxa de emergência, durante o ano de 1953, produziu a importância total de Cr\$ 1 503 679,80, sendo:

Arrecadada	1 501 822,00	
A arrecadar	1 857,80	1 503 679,80

Durante o exercício o Banco do Brasil contou a importância de Cr\$ 111 736,10 de juros sobre o depósito do produto dessa taxa, recolhida àquele Banco.

Como vem acontecendo nos anos anteriores, no presente exercício foi recolhida ao Banco do Brasil o produto da taxa de emergência, na quantia de Cr\$ 1 492 293,90, resultando que, em 31-12-53, o saldo dessa conta especial acusava um total de Cr\$ 6 630 465,50, conforme demonstração abaixo:

Saldo em 31-12-52	4 904 440,80	
Depósitos efetuados em 1953, a saber:		
Arrecadação do ano	1 492 294,90	
Arrecadação dos anos anteriores	121 993,70	1 614 238,60
Juros contados em 1953		111 736,10
Total		6 630 465,50

REAPARELHAMENTO DO PÔRTO

O reaparelhamento do Pôrto de Vitória constitui uma grande preocupação do Governo. Apesar das dificuldades de toda ordem, decorrentes do regime cambial até então vigente, retardaram consideravelmente a concretização dessa medida. Felizmente, foi firmado com a I.H.C. Holand o contrato para o fornecimento de nove guindastes elétricos, de pórtico, cuja concorrência aberta em 1952, foi ganha pela firma em apêço.

O contrato para o fornecimento do material foi lavrado em 20 de outubro do ano de 1953, incluindo entre suas cláusulas a de validade do mesmo, isto é, de responsabilidade da I.H.C. Holand, pelo fornecimento do material nas condições da concorrência, que fixa o dia 7 de março do ano de 1954 para o término dessa responsabilidade.

Certamente que, de um tal estado de cousas, surgirão dificuldades enormes, seja em consequência do retardamento na obtenção do material, seja em decorrência da alta do custo de tais materiais, já bastante acentuada frente às condições do mercado europeu de máquinas pesadas.

No ano em relato, conseguiu o Governo a importação de um guindaste sobre rodas, vindo da Alemanha, acionado a motor diesel, capacidade para 8 toneladas, com lança de 18 metros. Esse aparelho custou a quantia de Cr\$ 574 576.90 e foi recebido nos últimos dias de dezembro.

Está o Governo empenhado na aquisição dos seguintes materiais indispensáveis aos serviços de reaparelhamento do Pôrto, todos de importação:

- 2 motores diesel marítimos de 250 H.P. para o rebocador "29 de dezembro";
- 4 empilhadeiras mecânicas;
- 1 sonda supersônica;
- 3 caçambas automáticas para descarga de carvão e coke.

INSTALAÇÕES PORTUÁRIAS

Na parte referente às instalações portuárias conseguiu o Governo concluir os entendimentos com as Companhias Esso Standard e Shell, cujos contratos foram lavrados, respectivamente, em 17-3-53 e 4-8-53. Trata-se de instalações especiais para produtos de petróleo, destinadas ao uso dessas companhias. As instalações destinadas à Standard são maiores e mais completas, por isso que incluem também uma ponte de atracação para os petroleiros. Quanto às da Shell Mex, o sistema de descarga dos petroleiros é igual ao adotado no contrato com a The Texas, isto é, os navios operarão amarrados a bóias pontadas no poço destinado ao seu fundeadouro. O líquido será transferido dos tanques dos petroleiros aos terminais dos pipelines, através de mangotes flutuantes.

As instalações da Esso Standad estão localizadas em São Torquato, enquanto que as da Shell o serão em Capuaba, em terreno cedido pelo Pôrto, mediante indenização de seu valor.

O custo total dos imóveis e aparelhamentos, que constituirão as instalações para a Esso Standard será de Cr\$ 20 178 500,00, enquanto que o conjunto das instalações para a Shell Mex está orçado em Cr\$ 9 224 616,30.

A Esso Standard transferiu ao patrimônio do Pôrto todos os imóveis e instalações que possuía em São Torquato, as quais, por força do contrato existente, serão completadas com as novas instalações e aparelhamentos previstos.

As instalações destinadas a Esso Standard, constarão de:

- a) — 1 terreno com a área total de 100 450 m²;
- b) — desvio ferroviário para o pátio do depósito e para a plataforma de enchimento de vagões;
- c) — Edifícios diversos para armazéns, escritórios sanitários e etc.;
- d) — Galpões para enchimento e limpeza de vasilhames;
- e) — 2 tanques para gasolina comum, capacidade total de 4 339 000 litros;
- f) — 2 tanques para diesel oil, capacidade total de 2 468 000 litros;
- g) — 1 tanque para fuel oil, capacidade de 12 720 000 litros;
- h) — 1 tanque para gasolina de aviação, capacidade de 964 000 litros;
- i) — Ponte de atracação para petroleiros;
- j) — Rede de pipes-lines;
- k) — Equipamento de enchimento, incêndio, distribuição de produtos, etc.

As instalações destinadas a Shell-Mex, constarão de:

- a) — 1 terreno com a área de 30 220 m²;
- b) — Estrada de acesso rodoviário;
- c) — Edifícios diversos para armazéns, escritórios, sanitários, etc.;
- d) — Galpões para lavagem e enchimento de vasilhames;
- e) — Plataforma de enchimento de caminhões tanques;
- f) — Rede de pipes-lines;
- g) — Equipamento de manipulações de enchimentos e de incêndio;
- h) — 2 tanques para diesel-oil, capacidade total de 2 340 000 litros;
- i) — 2 tanques para gasolina de aviação, capacidade total de.....
1 264 000 litros;
- j) — 1 tanque para gasolina comum com capacidade de 2 080 000 litros.

Sendo a capacidade de armazenamento nas instalações destinadas à The Texas (South América) Ltde., contratadas anteriormente e já praticamente concluídas, de:

- a) — 1 tanque para gasolina de aviação, capacidade de 321 330 litros;
- b) — 1 tanque para gasolina comum, capacidade de 2 385 000 litros;
- c) — 1 tanque para diesel-oil, capacidade de 482 000 litros;

resulta que, dentro de breve tempo, o Pôrto de Vitória disporá de uma capacidade permanente de armazenamento de combustíveis líquidos bem elevada, cêrca de 30 milhões de litros como se verifica do quadro abaixo:

Cia.	Gasolina Comum	Gasolina Aviação	Diesel Oil	Fuel Oil
Esso	4 389 000	964 000	2 468 000	12 720 000
Shell	2 080 000	1 264 000	2 340 000	—
Texas	2 385 000	321 330	482 000	—
TOTAL	8 854 000	2 549 330	5 290 000	12 720 000

Atendendo a que as instalações contratadas anteriormente com a The Texas são do valor de Cr\$ 8 000 000,00 será dentro em breve, o patrimônio do Pôrto aumentado de Cr\$ 37 403 116,30, valor correspondente a:

Instalações para a Esso Standard	20 178 500,00
Instalações para a Shell-Mex	9 224 616,30
Instalações para a The Texas	8 000 000,00
Total	Cr\$ 37 403 116,30

Como de praxe, realizou-se a tomada de contas à Administração do Pôrto de Vitória, relativa às atividades portuárias do ano de 1952. A Comissão de Tomada de Contas, constituída do Engenheiro Chefe do 12.º Distrito de Portos, Rios e Canais, do Representante do Tribunal de Contas designado para êsse fim e do Representante do Governo do Estado, tendo como Secretário o Senhor Edmilson Esteves, concluiu o seu relatório aprovando as contas da Administração do Pôrto, relativas àquele exercício financeiro, cujos resultados foram os seguintes:

TOMADA DE CONTAS

capital reconhecido	Cr\$ 43 627 122,30
capital suprido pelo Governo Federal, pelas contribuições das taxas de 2% ouro e 10% adicional ..	7 601 840,70
material em estoque no Almoxarifado	8 699 073,70
renda bruta	75 543 710,20
despesas portuárias	85 726 451,90

A despesa portuária, efetuada em 1952, foi assim classificada:

Conservação

Pessoal	3 358 496,80	
Materiais	4 667 557,40	8 026 054,20

Exploração

Pessoal	13 859 488,50	
Materiais	5 552 965,90	19 412 454,40
Total		27 438 508,60

**REVISÃO
DAS TABELAS DE
RENUMERAÇÃO**

Atendendo a insistentes reclamos dos operários do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Vitória, foi determinada a revisão das tabelas de remuneração da mão de obra dos serviços de capatazias nesse Pôrto. Do acurado estudo constante do parecer do Conselho Técnico de Tarifas de Capatazias da A.P.V., foi aceita a proposta para o aumento de 30% sobre as tarifas vigorantes. Desta maneira, foi elaborada nova tarifa de taxas portuárias, prevendo um aumento geral de 30% para que, com o produto desse aumento, possam ser atendidos os justos anseios dos trabalhadores de capatazias e dos servidores do Pôrto.

As tarifas organizadas foram submetidas à superior aprovação de S. Excia. o Senhor Ministro de Viação e Obras Públicas. e, até o dia 31 de dezembro ainda não tinham sido aprovadas.

Marinha de Guerra

Durante o ano de 1953, o Pôrto de Vitória foi visitado por 32 unidades da gloriosa Marinha de Guerra, às quais foi prestada decidida cooperação.

Relação com as Repartições Públicas Federais, Estaduais e Municipais

Foram de absoluta cordialidade, as relações da Administração do Pôrto com as diversas repartições dos serviços públicos da União, do Estado e do Município.

Cia. Vale do Rio Doce

As relações da Administração do Pôrto com a Cia. Vale do Rio Doce S.A. têm sido mantidas no melhor terreno de compreensão e harmonia, permitindo que os interesses em jogo sejam satisfatoriamente atendidos, especialmente no que se refere à conservação e manutenção das instalações e aparelhamentos do Cais "Eumenes Guimarães", o mesmo acontecendo com a linha de acesso ao silo.

**EXPORTAÇÃO DE
MINÉRIOS**

A exportação de minério, durante o ano de 1952 foi de 1 507 013,500 toneladas, baixando em 1953 para 1 384 100.

A média mensal de minério exportado em 1953 foi de 115 341,666 toneladas contra 125 584,485 em 1952. convindo registrar que, apesar das providências adotadas, até agora não conseguiu a Cia. Vale do Rio Doce manter o ritmo de exportação a que se obrigou no contrato que mantém de..... 1 500 000,000 toneladas anuais.

Até 31 de dezembro de 1953 o volume total de minério de ferro exportado pela Cia. Vale do Rio Doce S/A pelo Pôrto de Vitória, foi de 6 409 738,765 toneladas, sendo 478 021,765 pelo Cais Comercial e 5 994 088.000 pelo Cais "Eumenes Guimarães".

Prossegue, com os melhores resultados, o serviço de transporte ferroviário em tráfego mútuo com a Cia. Vale do Rio Doce, que, em 1953, foi, como nos anos anteriores, de bastante intensidade, tendo sido transportadas cerca de 56 000,127 toneladas de mercadorias diversas.

TRÁFEGO MÚTUO

Capatazias

Os serviços de capatazias no Pôrto continuam, na sua maioria, sendo executados pelos trabalhadores do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador de Vitória.

Durante o ano de 1953, foram movimentados pelos diversos ternos de capatazias que operaram na manipulação de mercadorias importadas e exportadas 401 328,723 toneladas, tendo sido empregada, nesses serviços, a quantia de Cr\$ 5 590 673.20.

Estiva

Os serviços de estiva e desestiva dos navios são, segundo a Consolidação das Leis do Trabalho, privativos dos trabalhadores do Sindicato dos Estivadores, que trabalham sob o regime de engajamento às ordens das entidades estivadoras.

A despesa com os serviços de estiva em que o Pôrto figura como agente estivador, foi de Cr\$ 2 968 198,20.

Movimento de Navios

Continua intenso, no Pôrto de Vitória, o movimento de navios. De quase tôdas as bandeiras do mundo, têm operado navios nesse Pôrto, e, no ano relatado, aportaram cerca de 1 064, sendo 443 navios de longo curso, 181 de grande cabotagem e 440 de pequena cabotagem.

Prossegue, mantido pela Administração do Pôrto, o Serviço de Alimentação. Trata-se de alimentação ao pessoal portuário, com substanciosa, forte e dosada refeição (almoço), orientada por uma nutricionista, que tem imprimido ao serviço considerável melhoramento.

SERVÍÇO DE ALIMENTA- ÇÃO

Anexo a êsse serviço funciona, com excelentes resultados, o Serviço Social do Estado.

Está sendo projetada a construção de dois edifícios para o Serviço de Alimentação, onde serão instalados modelares restaurantes; um na área do Cais e outro em Bento Ferreira.

No exercício em aprêço foram fornecidas 137 691 refeições e despendida a quantia de Cr\$ 924 332,70.

Pessoal

A despesa com o pessoal dos diversos serviços afetos à Administração do Porto, durante o ano de 1953, foi de Cr\$ 27 786.20, sendo o seu número de 2 062, entre pessoal do quadro, extranumerários mensalistas, contratados, pessoal industrial, de obras, de construção naval, marítimo, estivadores e de capatazias.

A esses abnegados servidores e respectivas famílias foi prestada toda a assistência social e médica necessária.

Linhas Férreas e Ponte Florentino Avidos

Foram mantidos em alta eficiência os serviços de conservação e manutenção das linhas férreas do cais e ligação à Estrada de Ferro Vitória a Minas.

**CONSTRU-
ÇÃO NAVAL**

Continuam animadores os serviços de construção de embarcações, subordinadas à Administração do Porto. Além de outras, está sendo estudada a construção de dois navios oceanográficos e três hidrográficos para a Marinha de Guerra, sendo que os dois primeiros serão construção total e os três últimos, transformação de corvetas em navios hidrográficos.

Com a fundação do Abrigo Cristo Redentor, está sendo estudada a transformação de duas corvetas em pesqueiros de grande altura.

Durante o ano de 1953 construíram-se as seguintes embarcações:

- a) — 2 barcos pesqueiros do tipo D.C.P. 11 para pesca de parelha, inteiramente em ferro, destinados à firma Altino Ramos, Itacaré, na Bahia;
- b) — 2 lanchas ambulância para o Departamento Estadual de Saúde, destinadas ao serviço de saúde ao longo dos rios Doce e S. Mateus. São duas embarcações de tipo especial, dispondo de um motor a gasolina de 60 HP, instalação para farmácia e socorros médicos, instalação elétrica, geladeira, maca e alojamento para médico, enfermeira e tripulação.

Para uma exata apreciação dos serviços executados pela Secção de Construção Naval, durante o ano de 1953, é mister relacionar abaixo o seguinte:

- Rebocador de 500 H.P. — em construção (prontos 60% da obra);
- Lanchas L.P.B. — 4 entregues, 1 pronta para ser entregue, 1 em construção;
- Lancha Carlos Lindenberg, reparação (entregue);
- Bote de 4,50 metros construção entregue, para Guarapari;
- Lanchas Ambulância, 2 unidades para o D.E.S., em construção;
- Mesas de triagem para peixe, construção entregue;
- Flutuante Irerê, construção entregue para a A.P.V.
- Barco pesqueiro "Condor", reparação entregue;
- Barco pesqueiro "Mercur", reparação entregue;

Barco pesqueiro "Apolo", reparação entregue;
 Barcaça G.B. 4, reparação entregue;
 Barcaça F. 4, reparação entregue;
 Lancha Santa Maria, reparação entregue;
 Botes Capitania dos Portos, reparação entregue;
 Flutuadores chapa para redes, construção entregue;
 Barcos pesqueiros D.C.P.11, construção entregue;
 Guindaste de pórtico de 80 tons., reparação em andamento;
 Salvamento Lameiro B.8, em andamento;
 Cábreia Salvadora, terminação e lançamento;
 Carreira Ilha do Príncipe, reparação pronta;
 Galpão residência pessoal, construção entregue;
 Caís para serviço do Estaleiro, construção entregue;
 Galpão para oficina de carpintaria, construção entregue;
 Lancha para particular (Dr. J. A. Rebouças), construção entregue;
 Baleeira da Ilha do Príncipe, reparação entregue;
 Lancha Campista reparação entregue;
 Rebocador "Alda", reparação entregue;
 Lancha Z.5, reparação entregue;
 Rebocador "Alda", reparação entregue;
 Saveiro S.23, reparação entregue;
 Lancha Mário Freire, reparação;
 Lancha de 7,645 m. para pesca esportiva em construção;
 Maqueta Lanchas L.P.B., construção entregue;
 Maqueta Rebocador de 500 H.P., construção entregue.

Projetos ante-projetos e estudos de obras a realizar

Adaptação de Corvetas para pesqueiro de Grande Altura;
 Fundação Abrigo "Cristo Redentor";
 Navio Hospital para a Comissão do Vale de S. Francisco;
 Estaleiros de Vitória;
 Rebocador para a Administração do Pôrto do Rio de Janeiro;
 Rebocador para a firma Matarazzo;
 Lancha para o serviço de Práticos do Pôrto de Paranaguá;
 Diversos estudos de pesqueiros para a Divisão de Caça e Pesca;
 Adaptação de Corvetas para navios Meteorológicos (Marinha de Guerra);
 Navios Hidrográficos (5 anteprojetos) (Marinha de Guerra);
 Navios Oceanográficos (2 anteprojetos) (Marinha de Guerra).

Sômente as dificuldades que surgiram inesperadamente para a realização dos serviços de construção da rede de esgotos de águas pluviais e de resíduos domiciliares, impediram a conclusão do atêrro da Esplanada da Capixaba.

ESPLANADA
DA CAPIXA-
BA

Apesar das providências adotadas, apenas nos últimos meses do ano de 1953, foram concluídos os estudos e projetos das obras de esgotos, reali-

zados pelos ilustres Engenheiros Mário Monteiro de Abreu Pinto e José Gonçalves de Azevedo.

Foram realizados os seguintes serviços na Esplanada da Capixaba:

Atérro	384 272 m3
Enrocamento	65 584 m3
Blocos de concreto ciclópico, 60 com 300 ml.	

O custo total das obras realizadas orçou em Cr\$ 14 060 299,70.

Já foi organizado o projeto de urbanização da área conquistada, devendo sua execução iniciar-se em breve.

DRAGAGEM

Continuam intensos os serviços de dragagem do canal de acesso, poços de atracação e bacias de evolução. Em 1953 o volume total de dragagem foi de 473 797 m3, sendo dragado pela "Sandmaster" 384 272 m3 e pela Rio Branco, 89 525 m3.

BENTO FERREIRA, ILHA DE SANTA MARIA E FORTÉ DE SÃO JOÃO

As obras que estão sendo levadas a efeito em Bento Ferreira, Ilha Santa Maria e Forte S. João, como parte integrante do Plano de Valorização Econômica, foram, em 1953, muito aceleradas.

As obras em aprêço, que consistem na recuperação de vasta área em mangais com cerca de 1 600 000 m2, podem ser classificadas da seguinte maneira:

- aterro de mangais, com aproveitamento do material dos desmontes feitos em Bento Ferreira e em outros pontos da Cidade;
- aterro hidráulico para completar a recuperação das áreas em mangais, para aproveitamento do material da dragagem;
- enrocamento de contenção do aterro em toda a orla do mar, desde o Forte de S. João, até Bento Ferreira, atacado simultaneamente por água e por terra, isto é, com equipamentos flutuantes e terrestres;
- demolição de pedreiras em Bento Ferreira e Ilha de Santa Maria para emprêgo do material no enrocamento e na produção de brita para os diversos serviços portuários;
- urbanização da área conquistada ao mar, pavimentação de áreas, assentamento de meios-fios, serviços de drenagem e loteamento de terrenos para venda;
- retificação do canal Ticolé.

O custo das obras realizadas nesse setor de trabalho, em 1953, importou em Cr\$ 30 190 689,40, as quais consistiram em:

área aterrada com terra.....	48 000 m2
meios-fios assentados	1 742 ml
ruas pavimentadas	5 533 m2
14 terrenos loteados com área de	168 434,60 m2
área aterrada por processo hidráulico, cerca de 60 000 m2, c/o emprêgo da areia, no volume de	384 272 m3

610 metros de enrocamento c/o emprêgo de pedras no	
volume total de	124 270,65 m3
produção de brita	3,108 m3

O enrocamento entre Bento Ferreira e a Ilha de Santa Maria foi concluído em toda a sua extensão, estando apenas na dependência de ser elevado à cota 2,50, estabelecida para o coroamento desse enrocamento.

Foi iniciado o serviço de elevação à cota 2,50 e a impermeabilização do enrocamento entre a Ilha de Santa Maria e o Forte de S. João no ponto onde termina o enrocamento que está sendo feito com emprêgo de material flutuante, a partir da Pedra Branca, ponto terminal do enrocamento da Esplanada da Capixaba.

Providenciou-se também a conclusão do enrocamento entre a ponta do Morro de Bento Ferreira e o ponto onde foi iniciado o enrocamento que demanda a Ilha de Santa Maria.

As obras de retificação do canal Ticolé só poderão ser atacadas quando o atêrro estiver concluído até em frente da Ilha da Fumaça.

Foi concluída a construção das seguintes obras, para a instalação das oficinas e carreira naval do Pôrto, em Bento Ferreira:

**OFICINA E
CARREIRA
NAVAL**

- a) — casa de força
- b) — galpão n.º 1, para oficina mecânica
- c) — galpão para ferraria e fundição
- d) — galpão para oficina de soldas e calderaria
- e) — prédio para as instalações sanitárias de uso do pessoal operário.

Iniciou-se a construção do galpão n.º 2, onde serão instaladas a ferraria naval e forjaria.

Prosseguem, bem adiantadas, as obras de desmonte de pedras e terraplenagem, para a construção da carreira naval principal, com capacidade para receber navios até 2 500 toneladas.

Para completar a primeira etapa do programa de instalações e carreira naval em Bento Ferreira, serão construídos ainda, os seguintes edifícios:

- a) — depósito de materiais e escritório de administração dos serviços;
- b) — restaurante para o pessoal empregado;
- c) — edifício junto ao portão de acesso, para vestiário do pessoal, controle de ponto e vigilância.

Em 1953, as obras realizadas em Bento Ferreira, neste setor, montaram a Cr\$ 6 222 786,10, incluindo neste valor o custo de máquinas, recuperação das máquinas existentes, instalação da casa de força e construções diversas.

• novo trecho de Cais Comercial que está sendo construído, será a primeira obra executada no Espírito Santo, em concreto protendido e um dos poucos desse gênero, existentes no Brasil.

**CAIS CO-
MERCIAL**

O trecho de cais em construção terá a extensão de 420 metros, faixa útil de 60 metros de largura, 3 armazéns, aparelhagem e equipamento moderno e de alta eficiência.

Destina-se esse cais, principalmente, a atender ao serviço de cargas pesadas, notadamente de produtos de siderurgia.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Esse Órgão da Administração estadual, apesar das inúmeras dificuldades que teve de enfrentar durante o ano de 1953, na execução das atribuições que lhe são afetas, apresenta empreendimentos positivos, quer no "Plano de Valorização Econômica", quer no "Plano Rodoviário do Estado".

No primeiro plano, são asfaltamentos de estradas que se realizam, são as grandes rodovias Vitória-Colatina, Vitória-Rio que se constróem; e, no segundo, novos trechos de estradas intermunicipais concluídos e a concluir, pontes e obras de arte, caminhos vicinais que se estendem pelo interior, e grande parte patrolada e conservada pelas suas turmas permanentes. São realizações maciças, porém silenciosas.

Seu planejamento, praticamente terminado, representa um esforço louvável da pequena equipe que dirige aquêle importante Departamento.

Durante o ano de 1953, foram construídos 263,027 quilômetros de estradas, pelos diversos municípios, 23,150 Kms de pavimentação asfáltica e 456 metros de pontes em concreto armado.

A conservação de estrada por sua vez, manteve em tráfego elogiável 2 965 kms. da rede estadual e retificou ou alargou 227,385 Kms.

Sua despesa realizada e paga, com os diversos serviços, durante o exercício em relato, foi de 122 150 040,90, distribuída pelos elementos seguintes:

Construção de estrada	Cr\$ 55 517 532,60
Pavimentação	22 539 552,10
Obra de arte e pontes	12 465 678,70
Conserva e reconstrução	15 742 222,40
Desapropriações	785 885,00
Estudos e projetos	1 213 475,20
Material para estoque	5 154 331,50
Pessoal	8 731 336,40

Total Cr\$ 122 150 040,90

Plano de Valorização Econômica

PAVIMENTAÇÃO

Exigiu a natureza do serviço de pavimentação um quadro técnico especializado, de modo que atendesse ao rigor reclamado pelo tipo de revestimento adotado. Criou esse Departamento a Comissão de Pavimentação, supervisionada pelo Engenheiro J. Maggioli Dantas, alto funcionário do D.N.E.R., pôsto à disposição do Governo pelo Doutor Edmundo Regis Bittencourt, digno Diretor Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Para conduzir a parte técnica da pavimentação propriamente dita, foi contratado o Engenheiro William H. Mills, especialista americano de competência comprovada.

A pavimentação chamada "Tratamento Superficial", sobre base estabilizada, possibilitará ao Espírito Santo, o revestimento de suas rodovias a preço compatível com os recursos orçamentários. Já não é mais uma experiência o que se realiza na B.R. 5, trecho Cachoeiro-Itabapoana-Vitória. É uma forte realidade e cuja repercussão ultrapassou as fronteiras do Estado. Diversos outros estados têm mandado estagiários e observadores técnicos, a fim de constatarem o método de pavimentação adotado por esse Departamento. Outros Departamentos de Estradas estão modificando seus tipos de revestimento, vencidos pela realidade espírito-santense.

Teve alta repercussão a visita ao marco zero, em Safra, da Comissão Parlamentar composta dos senhores Deputados Saturnino Braga, Maurício Joppert da Silva, Tancredo Neves, Lauro Lopes e Alvaro Castello, membros das Comissões de Finanças e de Transportes, na Câmara Alta do País, que vieram verificar a exequibilidade do método de pavimentação de baixo custo.

No ano findo, executaram-se os seguintes trabalhos:

Cachoeiro-Safra-Itapoama

1 — Terraplenagem com transporte, 192 093,844 m3 a	
Cr\$ 20,12	Cr\$ 3 866 414,78
2 — Compactação dos aterros, 29 778,037 a Cr\$ 12,50	372 225,46
3 — Acerto do sub-grade e sub-bases, incluindo transporte e compactação 20 589,409 m3 a Cr\$ 49,85	1 026 422,20
4 — Substituição do material do sub-grade, incluindo compactação e transporte, 2 867,600 m3 a Cr\$ 21,78	62 485,00
5 — Regularização do sub-grade, 111 509,63 m2 a Cr\$ 3,50	390 283,70
6 — Construção da base incluindo transporte, 171 909,12 m2 a Cr\$ 30,24	5 199 279,51
7 — Execução do revestimento asfáltico com transporte, 97 122,05 m2 a Cr\$ 21,02	2 042 037,98
8 — Obras de arte	282 702,68
Total	Cr\$ 13 241 851,31

Safra-Itabapoana

1 — Terraplenagem incluindo transporte, 165 635,588 m3 a Cr\$ 16,25	Cr\$ 2 691 740,60
2 — Compactação dos aterros, 93 500,413 m3 a Cr\$ 14,00	1 681 231,25
3 — Acerto do sub-grade e sub-bases, incluindo transporte e compactação, 7 697,191 m3 a Cr\$ 19,40	149 365,59
4 — Substituição do material do sub-grade, incluindo compactação e transporte, 4 874,400 m3 a Cr\$ 20,40	99 474,39
5 — Regularização do sub-grade, 112 905,28 m2 a Cr\$ 4,00	451 621,12

6 — Construção da base incluindo transporte, 75 628,88 m2 a Cr\$ 23,89	1 807 511,23
7 — Execução do revestimento asfáltico com transporte, 43 849,44 m2 a Cr\$ 21,27	932 952,42
8 — Obras de arte	435 004,19
Total	8 248 900,79
Totalizando para ambos os trechos	Cr\$ 21 490 752,10

Somando todos os trechos já terminados, verifica-se a produção do ano de 1953, em cerca de 27,3 quilômetros de base e 22 quilômetros de revestimento asfáltico.

O custo médio quilométrico da construção desses 22 quilômetros de revestimento asfáltico, já acabados, foi de Cr\$ 680 601,24, sendo, para os trechos em que a secção construída obedeceu ao projeto, Cr\$ 211 641,64 para alargamento de estrada e drenagem e Cr\$ 468 959,60 para a pavimentação.

Nos trechos onde foi aproveitada a secção da estrada velha, com ligeiros alargamentos, o custo total da construção, por quilômetro, foi de Cr\$ 497 679,82.

Verifica-se com satisfação, que esses preços confirmaram o orçamento inicial elaborado para a obra.

CONSTRU- ÇÃO DE ES- TRADAS

a) Rodovia Vitória-Colatina

Como justa homenagem do Governo ao saudoso Engenheiro Diretor da Estrada de Ferro "Vitória a Minas", pelos relevantes serviços prestados ao Estado, foi denominada essa Rodovia "Pedro Nolasco".

É uma rodovia moderna, enquadrada na Classe I do Plano Rodoviário Nacional, fazendo parte integrante da B.R.5 Rodoviária Rio-Campos-Vitória-Salvador, nos seus primeiros 73 Kms., até a Vila de João Neiva, onde se fará a bifurcação, dividindo-se em dois ramais — o estadual para Colatina — Baixo Guandu, e o nacional para Vila Guaraná — Linhares — São Mateus — Salvador.

Com essa construção será reatada a interligação dos povoados abandonados pelo novo traçado da Estrada de Ferro "Cia. Vale do Rio Doce" e se possibilitará o escoamento rápido da produção de todo o noroeste do Estado, notadamente dos Municípios de Baixo Guandu, Itaguaçu, Colatina, Barra de São Francisco e Mantenópolis.

A Classe I garante-lhe traçado técnico para veículos e de velocidade, pois terá como raio curva minimum 101,15 ms e rampa máxima de 6%, em trechos pequenos, onde a aspereza do terreno obrigou esses valores, para tornar a construção compatível com as possibilidades do Estado.

Por esses traçado, os percursos entre Vitória e Colatina, se contam deste modo:

Vitória	— Safra	Km 20 (Campo de Aviação-Serra)
Serra	— Timbui	" 16
Timbui	— Fundão	" 9
Fundão	— Pendanga	" 9
Pendanga	— Ibirapu	" 7
Ibirapu	— João Neiva	" 12
João Neiva	— Cavalinho	" 5
Cavalinho	— Acioli	" 14
Acioli	— Baunilha	" 8
Baunilha	— Barbados	" 13
Barbados	— Colatina	" 14
Total		127 Kms.

Os serviços foram iniciados em 1951, e os respectivos estudos e planejamentos feitos pela Divisão de Estudos, Projetos e Construção — DEPC. desse Departamento, revelam o alto conhecimento da técnica rodoviária daquele Órgão.

Estão construídos — com a final ligação, dependendo, apenas do término de obras de artes especiais e de alguns cortes e aterros, — os seguintes trechos:

Serra — Timbui — Ibirapu — João Neiva — Kms. 46 (Serra-João Neiva)
Baunilha-Colatina — Kms. 27

totalizando 73 quilômetros.

No exercício em apêço foi movimentado um volume de 1 390 319,889 m3 de serviços de terraplenagem, tendo sido despendida a quantia de Cr\$. . . . 31 979 933,40.

É de se prever a entrega ao tráfego, dentro de seis meses, dos trechos mencionados, facilitando o escoamento da safra futura.

b) — *Vitória — Itabapoana — B.R. 5*

Rodovia "Jones Santos Neves"

Sub-trecho: Vitória-Amarelos

A saída de Vitória para o sul do Estado se faz por dois trajetos: Vitória-Vila Velha-Barra do Jucu-Amarelos, com 49 Kms. tortuosos e de custosa manutenção, Jardim América-Campo Grande-Araçatiba-Amarelos, com 39 Kms. de melhor traçado, porém estreita e de pouquíssima visibilidade. Nos primeiros 10 Kms. se justapõem à B.R. 31 — Vitória — Belo Horizonte, também chamada Rodovia do Paralelo 20, dada a sua direção Leste-Oeste, em demanda da capital mineira.

Planejou-se uma ligação que, atendendo às condições do Padrão III, diminuisse a distância injustificada entre a Capital e a estaca 0 da Rodovia "Jones dos Santos Neves". Foi atacado, no exercício relatado, o seu trajeto com 29 Kms., partindo do Km. 10 da B.R. 31, além do encurtamento de 10 Kms., sobre a via Vila Velha-Jucu, e de 5 Kms. sobre o de Araçatiba, que possibilitará a economia de Cr\$ 5 500 000,00 na sua pavimentação.

O retardamento desse empreendimento foi ocasionado pela retificação do Rio Jucu, em cuja base alagadiça se desenvolve grande parte do traçado. Mesmo assim, foram construídos 6.5 Kms. dessa rodovia.

c) — *Cachoeiro do Itapemirim — Alegre — Guaçuí*

A estrada que liga esses municípios é do tipo chamado "pioneiro" isto é, sem obediência a requisitos técnicos, razão por que se estudou a reconstrução da mesma para o "Padrão Estadual de I Classe" tipo montanhosa. Obedecerá a uma diretriz racional, encurtando sobremaneira a distância entre Cachoeiro e Alegre, em cerca de 9 Kms. e 6 Kms., percurso desta Cidade para Guaçuí. Foi estudada a saída de Cachoeiro de modo que possibilite sua expansão urbanística, em prosseguimento à rodovia do campo de pouso.

Estão sendo atacados vários trechos, dependendo apenas da construção de pontes e passagem superior, para serem entregues ao tráfego.

DESAPROPRIAÇÕES

A fim de se obter a faixa de domínio das várias estradas em construção, foram desapropriados terrenos e benfeitorias no valor de Cr\$. 785 885,00. quase que, totalmente, ao longo da B.R. 5, no trecho Vitória — Colatina.

**EXTENSÃO
DE ESTRADAS
CONSTRUÍDAS NO
EXERCÍCIO
DE 1953**

Foram construídas cerca de 66,274 quilômetros de estradas de rodagem, assim demonstrado:

Zona Norte	— 27,385 Km., por.....	Cr\$ 7 351 887,10
Zona Central	— 14,618 Km.,	7 087 588,70
Zona Sul	— 24,271 Km.,	4 864 682,80
Total	— 66,274 Kms. por	19 304 158,60

Caminhos vicinais

No Município de Aracruz	— 36,800 Kms.....	Cr\$ 580 033,20
" " B. de São Francisco	— 37,200 Kms.....	1 497 762,00
" " Conceição da Barra	— 25,850 Kms.....	646 125,00
" " Muniz Freire	— 10,000 Kms.....	280 561,60
Total	109,850 Kms.....	3 004 481,80

**PONTES
CONCLUÍDAS
E EM EXECUÇÃO**

1 — LINHARES — ponte s/o Rio Doce — Obra iniciada em 14 de dezembro de 1949, comprimento 615 metros. Serviços executados em 1953	Cr\$ 4 578 654,80
2 — RIO DA PRATA — Ponte s/o rio da Prata na estrada de Santa Leopoldina-Jetibá, concluída em 1953. Comprimento 50 metros. Custo	1 387 344,00
3 — FARINHAS — Ponte s/o rio Farinhas na estrada Santa Leopoldina-Jetibá, concluída em 1953, com comprimento de 24 metros; custo	563 930,20

4 — VIADUTO DE SÃO TORQUATO — sobre o leito da estrada de Ferro Vale do Rio Doce, na estrada de Vitória-Rio. Em conclusão, com o comprimento de 32 metros. Despesa no exercício	2 950 000,00
5 — CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — Ponte s/o Rio Itapemirim na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim. Em conclusão. Comprimento de 114,40 metros. Despesa no exercício	2 350 000,00
6 — ITACIBÁ — sobre o rio Tucum, na estrada Vitória-Santa Leopoldina. Em conclusão, com o comprimento de 16,00 metros. Despesa no exercício	285 000,00
7 — RIO ITAPEMIRIM — de madeira, na Vila de Itapemirim, com comprimento de 180 metros	—
8 — PONTES PROVISÓRIAS DE MADEIRA — Diversas obras de madeira, construídas	350 749,70
Total	12 465 678,70

*Locação*EXTENSÃO
ESTUDADA
E LOCADA
EM 1953

1 — Rodovia B.R. 5 — Trecho Amarelos B.R. 31, 18 Kms. Cr\$	46 120,60
2 — Rodovia B.R. 5 — Trecho Vitória-Ibiraçu, 46 Kms. a Cr\$	287 313,80
3 — Estradas municipais-Muniz Freire e Guarapari, 10 Kms. Cr\$	10 287,30
4 — São Gabriel da Palha-São Domingos, 4 Kms. a Cr\$	19 276,50
5 — Paulista-S. Terezinha e Nova Venécia-Pedra da Viúva, 8 Kms. a Crs	20 907,00
6 — Rio Claro-Rio Calçado, 4 Kms. a Cr\$	7 692,10
7 — Linhares-Bananal, 6 Kms. a Cr\$	24 861,60
8 — Barra de São Francisco-Paulista 18,9 Kms. a Cr\$	66 360,00
9 — Rio Preto-Água Doce, 14,1 Kms. a Cr\$	49 395,00
10 — Cachoeiro do Itapemirim-Muqui, 20 Kms. a Cr\$	120 000,00
11 — Cachoeiro do Itapemirim-Alegre, 24 Kms. a Cr\$	120 757,00
12 — Mantenópolis-Canivete, 10 Kms. a Cr\$	20 000,00
13 — Castelinho-São Paulo, 8 Kms. a Crs\$	25 746,50
14 — Safra-Marataíses 99 Kms. a Cr\$	99 000,20
Total213 Kms. a Cr\$	917 717,60

Estudos:

1 — Rio Bonito-Santa Maria, 10 Kms. a Cr\$	46 647,00
2 — Colatina-Baixo Guandu, 6 Kms.	33 618,50
3 — São Gabriel da Palha-Patrimônio do Valério 14 Kms	70 599,00
4 — Fundão-Santa Teresa, 29 Kms.	144 893,10
Total59 Kms. Cr\$	295 757,60

**FUNDO RO-
DOVIÁRIO
NACIONAL**

As quotas do Fundo Rodoviário Nacional atribuídas ao Estado e seus Municípios, no exercício de 1953, foram as seguintes:

Estado	15 044 904,00	
Municípios	3 720 697,00	18 765 601,00

A distribuição das quotas atribuídas aos Municípios, de acôrdo com a lei n. 302, de 13-7-1948, foi realizada na época oportuna, assim demonstrado em sua totalidade:

Afonso Cláudio	Cr\$ 165 707,40
Alegre	198 092,10
Arfredo Chaves	54 854,80
Anchieta	105 225,00
Aracruz	87 306,20
Baixo Guandu	126 596,20
Barra de São Francisco	217 178,90
Cachoeiro de Itapemirim	146 754,60
Cariacica	124 936,00
Castelo	88 147,20
Colatina	214 808,90
Conceição da Barra	99 934,10
Domingos Martins	92 957,90
Espírito Santo	61 618,80
Fundão	96 652,50
Guaçuí	148 789,80
Guarapari	69 875,00
Ibiraçu	74 626,40
Iconha	58 318,70
Itaguaçu	90 360,90
Itapemirim	111 070,00
Itapoama	55 762,40
Iúna	109 284,00
Linhares	150 910,50
Mimoso do Sul	115 002,70
Muniz Freire	77 555,00
Muqui	92 206,40
Santa Leopoldina	93 236,90
Santa Teresa	69 544,00
São José do Calçado	97 444,90
São Mateus	186 919,00
Serra	72 591,20
Viana	46 295,00
Vitória	120 133,60
TOTAL	Cr\$ 3 720 697,00

Durante o ano de 1953, despendeu o Departamento de Estradas de Rodagem, com os serviços de conservação, patrolagem, limpeza, revestimentos, etc., por intermédio da Divisão da Conservação e Construção e de suas Regiões, a quantia de Cr\$ 17 587 851,84, assim distribuída:

**CONSERVA-
ÇÃO DAS RO-
DOVIAS ES-
TADUAIS**

a) por administração	15 742 222,44
b) por tarefa	1 845 629,40
Total	Cr\$ 17 587 851,84

O emprêgo dessa quantia, reverteu na seguinte produção:

a) extensão conservada	2 965,000 Km
b) patrolagem	10 362,000 Km
c) limpeza de valetas	815.529 Km
d) patrolagem	10 172,684 m2
e) revestimento	6 056,051 m2
f) limpeza de boeiros	10 439 unid.
g) preparos de pontes	295 "

Aos Municípios, êsse Departamento não tem faltado com a devida assistência rodoviária, tanto assim que, durante o exercício em aprêço, despendeu a importância de Cr\$ 1 009 601,80, em atendimentos aos Municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Baixo Guandu, Barra de São Francisco, Conceição da Barra, Cachoeiro de Itapemirim, Castelo, Colatina, Guaçuí, Itaguaçu, Itapemirim, Linhares Muniz Freire, Santa Teresa, São Mateus e Viana.

**ASSISTÊN-
CIA RODO-
VIÁRIA AOS
MUNICIPIOS**

Foram executados ainda nesse exercício, pelo Departamento, os trabalhos de alargamento da Avenida Vitória, constando de atêrro de uma faixa de 15 metros de largura e pavimentação de 7,60m. A extensão pavimentada foi de 1 150 metros, havendo sido aplicada a quantia de Cr\$.... 1 048 800,00.

**PAVIMENTA-
ÇÃO DA
AVENIDA
VITORIA**

É bastante significativo o crescimento do tráfego de passageiros nas rodovias do Estado.

**TRÁFEGO
COLETIVO**

O aumento de linhas e empresas organizadas define com eloquência êsse progresso. E assim, pôde êsse Departamento organizar a seguinte estatística, relativa ao exercício em aprêço:

Empresas organizadas	96
Linhas em tráfego	160
Auto-ônibus	202
Micro-ônibus	35
Linhas cassadas	2
Linhas transferidas	29

**POLÍCIA RO-
DOVIÁRIA**

Embora com alguma deficiência, a Polícia Rodoviária vem prestando assinalados serviços à coletividade.

A sua ação não se limita ao Município da Capital e sim, está se disseminando em todos os municípios do interior do Estado.

X X X

DESPESA ORÇAMENTÁRIA DE 1953 APLICADA NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO, exclusive a de manutenção de serviços públicos:

I — Construção e conservação de rodovias e pontes, inclusive pavimentação	92 681 753,50
II — Construção de grupos escolares, escolas rurais, postos de saúde, forum, delegacias e cadeias, residências agrícolas, usinas de laticínio e fábricas de farinha	25 583 726,80
III — Construção de campos de pouso	1 665 825,10
IV — Obras de saneamento e urbanização	1 551 562,60
V — Luz e energia elétrica:	
a) Usina de Rio Bonito	35 412 481,00
b) Usina de João Neiva	3 000 000,00
c) Pequenas usinas em vários municípios	4 546 000,00
	42 958 481,00
VI — Quotas dos municípios	9 752 617,40
VII — Diversos auxílios:	
a) As Prefeituras	2 920 000,00
b) A Associações particulares	4 913 100,00
	7 833 100,00
TOTAL	Cr\$ 182 027 066,40

RELAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS REALIZADOS NOS MUNICÍPIOS E CAPITAL DO ESTADO, DURANTE O TRIÊNIO 1951/1953.

AFONSO CLÁUDIO

- 1 — Ponte para o Grupo Escolar
- 2 — Grupo Escolar "José Cupertino"
- 3 — Residência Agrícola
- 4 — Prédio para o Ginásio — em construção
- 5 — Rodovia Afonso Cláudio-Brejetuba — auxílio
- 6 — " " " — Piracema-Castelo — auxílio
- 7 — " Joatuba-Taquaral — Cinco Pontões — auxílio
- 8 — Escola Rural Brejetuba
- 9 — " " Joatuba
- 10 — " " Ibicaba
- 11 — " " São Luiz
- 12 — " " Serra Pelada
- 13 — Serviço de Água de Laranja da Terra — (S. Malária)
- 14 — " " sede

ALEGRE

- 15 — Serviço de Abastecimento d'água
- 16 — Escola Agrotécnica — em construção
- 17 — Inspetoria e Recebedoria Regional
- 18 — Rodovia Alegre-Cachoeiro
- 19 — Hospital
- 20 — Ginásio
- 21 — Grupo Escolar de Rive
- 22 — Ginásio de Vala do Souza
- 23 — Serviço Telefônico
- 24 — Abastecimento de água de Rive

ALFREDO CHAVES

- 25 — Grupo Escolar
- 26 — Posto de Saúde
- 27 — Usina Hidro-Elétrica
- 28 — Serviço de Água
- 29 — Usina de Laticínio

ANCHIETA

- 30 — Ponte
- 31 — Casa do Lavrador (Olivânia)
- 32 — Posto Telefônico
- 33 — Escola Rural de Jabaquara
- 34 — Rodovia Sagrada Família

ARACRUZ

- 35 — Posto de Saúde
- 36 — Grupo Escolar
- 37 — " de Córrego d'Água
- 38 — Casa do Lavrador
- 39 — Usina de Farinha de Mandioca Riacho
- 40 — Serviço de Luz de Riacho
- 41 — " ' " de Santa Cruz
- 42 — Posto de Refrigeração de leite (Guaraná)
- 43 — Escola de Pesca (Santa Cruz)
- 44 — Serviço de luz na sede (auxílio)
- 45 — Escola Rural de Jacupemba
- 46 — " " Riacho
- 47 — " " Guaraná
- 48 — Rodovia Lagoa do Agular
- 49 — " Santa Rosa-Guaraná (retificação)
- 50 — " Guaraná-Linhares (retificação)
- 51 — " Barra Riacho-Santa Cruz (em construção)
- 52 — Perfuração de poços artesianos Vila Riacho
- 53 — " " " Barra

BAIXO-GUANDU

- 54 — Serviço de Abastecimento d'Água
- 55 — " de Fluoração da água — 1.º do Brasil
- 56 — Pôsto de Saúde em colaboração com o SESP
- 57 — Hospital
- 58 — Forum
- 59 — Casa do Lavrador
- 60 — Campo de pouso
- 61 — Novo Grupo Escolar
- 62 — Clube Social — auxílio
- 63 — Rodovia Mutum
- 64 — Usina Hidro-Elétrica
- 65 — Luz de Ibituba
- 66 — " de Alto-Mutum
- 67 — Rodovia Ibituba — melhoria
- 68 — Obra Social — auxílio
- 69 — Serviço de água de Ibituba
- 70 — " " " de Mascarenhas

BARRA DE SÃO FRANCISCO

- 71 — Pôsto de Saúde
- 72 — Serviço de Luz
- 73 — Campo de Pouso
- 74 — Casa do Lavrador
- 75 — Quartel (ampliação)
- 76 — Nova Estação de Rádio
- 77 — Rodovia Sede-Ametista
- 78 — " Sede-Cachoeirinha
- 79 — " Sede-Água Doce
- 80 — " " Itauninha
- 81 — Ponte na cidade

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

- 82 — Laboratorio Regional "Arlindo de Assis"
- 83 — Pavilhão anexo à Santa Casa
- 84 — Cadeia e Delegacia
- 85 — Ponte "Fernando de Abreu"
- 86 — Piscina do Colégio Muniz Freire
- 87 — Casa do Lavrador
- 88 — Inspetoria e Recebedoria Regional
- 89 — Rodovia Campo de Aviação
- 90 — Pavimentação Cachoeiro-Safra
- 91 — Rodovia Cachoeiro-Marataízes
- 92 — Parque — Exposição — Pecuária
- 93 — Auxílio à Nova Fábrica de Cimento

- 94 — Escola Rural de Fruteiras
- 95 — " " de Jaciguá
- 96 — " " de Itaóca
- 97 — " " de Oriente
- 98 — " " de Tijuca
- 99 — Central Telefônica
- 100 — Rodovia Cachoeiro-Tijuca
- 101 — Ponte em Vargem Alta
- 102 — Rodovia Vargem Alta — Rádio

CARIACICA

- 103 — Posto de Saúde
- 104 — Grupo Escolar de Jardim América
- 105 — " " Pôrto de Cariacica
- 106 — " " de Itanhenga
- 107 — Hospital de Psicopatas
- 108 — Pôrto Auxiliar de Saúde em Jardim América
- 109 — Ponte de Itanguá (Tucum)
- 110 — Rêde de água Sant'Ana
- 111 — Rêde de água Itacibá
- 112 — Saneamento de Jardim América
- 113 — Água em Itanhenga
- 114 — Hospital em Itanhenga
- 115 — Cadeia — Delegacia (sede)
- 116 — " Itaquari (Alto Formoso)
- 117 — Rodovia ligação P. Itacibá — BR-31
- " Cariacica (alargamento — retificação)
- 118 — Pavilhão de Isolamento em Sant'Ana (Instituto Biológico S.A.T.C.)

CASTELO

- 119 — Colégio Estadual
- 120 — Serviço de Luz Conceição do Castelo
- 121 — Casa do Lavrador
- 122 — Rodovia Castelo-Cachoeiro (retificação alargamento)
- 123 — Escola Rural de Estrêla
- 124 — " " Fazenda do Centro
- 125 — " " São Manoel
- 126 — " " Mundo Novo
- 127 — " " Criméia
- 128 — " " Venda Nova
- 129 — " " Garage
- 130 — Rodovia Duas Barras-Castelo (retificação e alargamento)
- 131 — Alargamento e pavimentação da rodovia Cachoeiro-Muniz Freire, Serra da Abundância
- 132 — Serviço telefônico

COLATINA

- 133 — Ginásio "Conde de Linhares"
- 134 — Hospital — ampliação
- 135 — Cadeia e Delegacia
- 136 — Recebedoria Regional
- 137 — Escola Normal Rural
- 138 — Rêde e serviço de água (ampliação)
- 139 — Grupo Escolar de Itapina
- 140 — " " São Silvano
- 141 — Cadeia de Itapina
- 142 — " " São Domingos
- 143 — Serviço de Luz de Baunilha — restauração
- 144 — " " água de Marilândia
- 145 — " " Pancas
- 146 — " " Alto Rio Novo
- 147 — Grupo Escolar de São Domingos
- 148 — " " Novo Brasil
- 149 — Escola Rural de Águia Branca
- 150 — " " Braço Sul
- 151 — " " Córrego das Chaves
- 152 — Assistência médica fluvial
- 153 — Rodovia Colatina-Vitória
- 154 — " " Pancas-Rio Novo — melhoria
- 155 — " " Águia Branca-Barra São Francisco
- 156 — " " São Gabriel-São Domingos (retificação e alargamento)
- 157 — Central Telefônica
- 158 — Dispensário de Tuberculose (anexo ao Hospital)
- 159 — Grupo Escolar da sede (Galpão)
- 160 — Ponte em Águia Branca
- 161 — " " Cachoeiro da Onça

CONCEIÇÃO DA BARRA

- 162 — Cais de Saneamento
- 163 — Forum
- 164 — Grupo Escolar
- 165 — Delegacia de Terras
- 166 — Cadeia e Delegacia
- 167 — Perfuração de poço artesiano
- 168 — Planta Cadastral da cidade
- 169 — Instalação da Comarca
- 170 — Ponte de Itaúnas (aterro)
- 171 — Delegacia de Vinhático
- 172 — Fábrica de Farinha de Mandioca (Itaúnas)
- 173 — Escola Rural de Córrego Linhares
- 174 — " " Itaúnas
- 175 — Assistência médica fluvial

DOMINGOS MARTINS

- 176 — Pôsto de saúde
- 177 — Jardim
- 178 — Forum — reforma
- 179 — Colônia de Formação Agrícola — LBA
- 180 — Fábrica e Depósito de Rações
- 181 — Clube Social
- 182 — Estação de Fruticultura Européa
- 183 — Rodovia para Aracê (auxílio)
- 184 — Escola Rural de Marechal
- 185 — " " Melgaço
- 186 — " " Perobas

ESPÍRITO SANTO

- 187 — Cais de Saneamento "Vasco Coutinho" — D.P.R.C.
- 188 — Rodovia "Carlos Lindenberg"
- 189 — Alameda do Convento da Penha
- 190 — Serviço de água — extensão
- 191 — Pavimentação da rodovia da Praia da Costa
- 192 — Reforma do Grupo Escolar-sede
- 193 — Cadeia — sede
- 194 — Núcleo Residencial de Aribiri
- 195 — Grupo Escolar Aribiri
- 196 — " " Garrido
- 197 — " " São Torquato
- 198 — Escola Rural de Jucu
- 199 — Serviço de água de Jucu
- 200 — Pôsto Auxiliar de Saúde na Ilha das Flôres
- 201 — Viaduto Estação Leopoldina
- 202 — " em continuação Ponte Florentino Avidos
- 203 — Saneamento e calçamento Paul
- 204 — Praça-jardim Paúl
- 205 — Aero-Clube (auxílio)
- 206 — Retificação do Rio Marinho (D.N.O.S.)
- 207 — Água em Cobi
- 208 — " Glória
- 209 — Escola Rural de Ponta da Fruta
- 210 — Grupo Escolar da Glória

FUNDAO

- 211 — Serviço de água de Timbuí
- 212 — Grupo Escolar de Timbuí
- 213 — Rodovia Fundação-João Neiva
- 214 — Pôsto de Saúde
- 215 — Escola Rural Rio Laranjeira

- 216 — " " Viana
 217 — " " Destacadinho
 218 — " " Irundi

GUAÇUI

- 219 — Hospital
 220 — Serviço de abastecimento de água
 221 — Campo de pouso — melhoramentos
 222 — Casa do Lavrador
 223 — Serviço de água de Santiago
 224 — " " " de Imbui
 225 — Auxílio para construção de pontes
 226 — Escola Rural-Limo Verde
 227 — " " Santo Antônio
 228 — " " Alcantilado
 229 — " " Mundo Novo
 230 — Serviço Telefônico
 231 — Delegacia Divisa

GUARAPARI

- 232 — Hotel
 233 — Serviço de água (ampliação)
 234 — Ponte
 235 — Praça-Jardim do Caís
 236 — Grupo Escolar
 236 — Grupo Escolar
 237 — Ginásio (Campanha Educandário Gratuito)
 238 — Cadeia e Delegacia
 239 — Rodovia Guarapari — BR 5
 240 — Melhoria de Luz
 241 — Ponte Rio Grande
 242 — Escola Rural de Rio Calçado
 243 — Clube Seribeira — auxílio
 244 — Ponte Jaboti
 245 — " Conceição

IBIRAÇU

- 246 — Posto de Saúde
 247 — Casa do Lavrador
 248 — Usina Hidro-Elétrica João Neiva
 249 — Rodovia Vitória-Colatina

ICONHA

- 250 — Posto de saúde — instalação
 251 — Escola Rural de Campinho
 252 — Rodovia Duas Barras-Rodeio-Vargem Alta

ITAGUAÇU

- 253 — Pôsto de Saúde
- 254 — Serviço de abastecimento de água — sede
- 255 — " " " " " Itarana
- 256 — Casa do Lavrador
- 257 — Ponte — sede
- 253 — Ginásio (C.E. Gratuítos)
- 259 — Coletoria de Itarana
- 260 — Grupo Escolar de Itaimbá
- 261 — Escola Rural de Laginha
- 262 — " " Limoeiro
- 263 — " " Alto Jatiboca
- 264 — Usina de Laticínio
- 265 — Ponte em Palmeira
- 266 — Serviços de combate à Schistosomose

ITAPEMIRIM

- 267 — Água de Marataízes
- 263 — Cais de Marataízes
- 269 — Ponte sobre o Rio Itapemirim (Piabanha do Norte)
- 270 — Rodovia Marataízes-Safra
- 271 — Escola Rural Marataízes
- 272 — " São Salvador
- 273 — " Coroa da Onça
- 274 — Fábrica de Farinha de Mandioca
- 275 — Usina de Laticínios
- 275-A — Ponte sobre o Itapemirim (Cabral)
- 275-B — Delegacia de Batalhas

IUNA

- 276 — Pôsto de Saúde
- 277 — Serviço de água de Irupi
- 273 — " Luz Pequiá
- 279 — Ponte Padaria
- 280 — Escola Rural de Ibatiba
- 281 — " " Prosperidade
- 282 — " " Perdição
- 283 — " " Crisciúma

LINHARES

- 234 — Ponte "Presidente Getúlio Vargas"
- 235 — Pôsto de Saúde
- 286 — Assistência médica fluvial
- 287 — Cadeia e Delegacia

- 288 — Grupo Escolar
- 289 — Fábrica de Farinha de Mandioca
- 290 — Casa do Lavrador
- 291 — Ginásio "Afranio Peixoto"
- 292 — Rodovia Linhares-Bananal
- 293 — " Linhares-Palma
- 294 — Escola Rural Povoação
- 295 — " " Regência Augusta — criação
- 296 — " " Desengano
- 297 — " " São Rafael
- 298 — " " Bananal
- 299 — Cadeia de São Rafael
- 300 — Rodovia Linhares-Povoação
- 301 — Retificação da rodovia Linhares-Guaraná

MANTENÓPOLIS

- 302 — Criação do Município
- 303 — Grupo Escolar
- 304 — Cadeia
- 305 — Rodovia Cuparaque-Mantenópolis
- 306 — " Cuparaque-Alto Rio Novo
- 307 — Coletoria
- 308 — Estação de Rádio-telegrafia

MIMOSO DO SUL

- 309 — Posto de Saúde
- 310 — Hospital — auxílio
- 311 — Ginásio
- 312 — Rodovia Mimoso-Torres
- 313 — " pavimentada Torres-Safra
- 314 — Ponte Jader — reconstrução
- 315 — Escola Rural de Bom Sucesso
- 316 — " " Conceição do Muqui
- 317 — " " Santo Antonio
- 318 — Rodovia Bom Jesus-Ponte-Kotaca
- 319 — Club Social (auxílio)

MUCURICI

- 320 — Criação do Município
- 321 — Casa do Lavrador
- 322 — Cadeia e Delegacia — sede
- 323 — " Montanha
- 324 — Escola Montanha
- 325 — Escola Rural — sede
- 326 — Rodovia para Conceição da Barra

- 327 — Escola Rural Braço do Sul
- 328 — Estação Radio-Telegráfica
- 329 — Fazenda Vista Alegre (SATC)
- 330 — Rodovia Vinhático-Braço Sul
- 331 — Estrada do Vinhático
- 332 — Escola Rural Taquaras

MUNIZ FREIRE

- 333 — Escola Rural Córrego Rico
- 334 — " " Piaçu
- 335 — " " Meia Quadra
- 336 — Forum

MUQUI

- 337 — Retificação do rio Muqui — defesa contra enchentes
- 338 — Serviço de abastecimento de água
- 339 — Hospital Infantil
- 340 — Maternidade
- 341 — Ponte Cel. Assad
- 342 — Escola de Música — auxílio
- 343 — Fábrica de Porcelana
- 344 — Ponte do Amaro
- 345 — " do Estádio
- 346 — Parque Infantil
- 347 — Rodovia Muqui-Marapé
- 348 — Escola Rural Cachoeira Alta
- 349 — Casa do Lavrador
- 350 — Rodovia Muqui-Cachoeiro

NOVA VENÉCIA

- 351 — Criação do Município
- 352 — Grupo Escolar
- 353 — Usina de Laticínio
- 354 — Pôsto de Saúde
- 355 — Rodovia Nova Venécia-Rio Norte
- 356 — " Nova Venécia-São Gabriel da Palha — (retificação, alargamento)
- 357 — Ponte na rodovia Nova Venécia-São Gabriel (B. Seca)
- 358 — Estrada de Cristalino

RIO NOVO

- 359 — Pôsto de Saúde
- 360 — Grupo Escolar — reforma
- 361 — Cadeia e Delegacia
- 362 — Escola Rural de São Caetano
- 363 — Pavimentação rodovia Rio Novo-Safra

SANTA LEOPOLDINA

- 364 — Pôsto de Saúde
- 365 — Central Elétrica de Rio Bonito
- 366 — Monumento da Colonização — auxílio
- 367 — Ponte do Rio da Prata
- 368 — " Farinhos
- 369 — Rodovia Santa Leopoldina — Santa Maria
- 370 — " Santa Maria-Rio Bonito
- 371 — Grupo Escolar — reforma
- 372 — Escola Rural Suíça
- 373 — " " Holanda

SANTA TERESA

- 374 — Retificação do Rio Timbui
- 375 — Pavilhão Botânica — Museu
- 376 — Pôsto de Saúde (Barracão Petrópolis)
- 377 — Rodovia Jetibá — Santa Teresa
- 378 — Escola Rural São Roque
- 379 — " " Alto Santa Júlia
- 380 — " " Rio 5 de novembro
- 381 — Serviço de Abastecimento de água
- 382 — Estrada Santa Rosa
- 383 — " Caldeirão-Santa Maria
- 384 — Escola de Tratoristas (Escola Agrotécnica)

SÃO JOSÉ DO CALÇADO

- 385 — Usina Laticínio de Bom Jesus
- 386 — Ginásio de Bom Jesus
- 387 — Abastecimento d'água de Bom Jesus
- 388 — Rodovia Bom Jesus — Koteca
- 389 — Hospital — auxílio
- 390 — Escola Rural de Arirituba

SÃO MATEUS

- 391 — Ponte sobre o rio São Mateus
- 392 — Forum
- 393 — Grupo Escolar
- 394 — Ginásio
- 395 — Cadeia
- 396 — Casa do Lavrador
- 397 — Água Sarnambi-Teimoso
- 398 — Serviço de Assistência médica fluvial
- 399 — Escola Rural Rio Muniz
- 400 — Edifício dos Correios — cooperação

- 401 — Hospital — Maternidade — instalação
- 402 — Retificação da estrada Rio Preto-São Mateus
- 403 — Instalação do Recinto da Exposição Pecuária

SERRA

- 404 — Rodovia Serra-Timbuí
- 405 — " Jacareipe-Nova Almeida
- 406 — Escola Rural de Muribeca
- 407 — Cadeia e Delegacia
- 408 — Serviço de água Nova Almeida
- 409 — " de luz de N. Almeida
- 410 — Cais de Saneamento de N. Almeida
- 411 — Auxílio serviço de luz da sede
- 412 — Grupo Escolar de Nova Almeida

VIANA

- 413 — Pôsto de Saúde — Hospital
- 414 — Retificação e Saneamento do rio S. Agostinho
- 415 — Cadeia e Delegacia
- 416 — Edifício da Prefeitura
- 417 — Estação de Fruticultura Tropical
- 418 — Grupo Escolar
- 419 — Escola Rural de Coaca
- 420 — Escola Rural de Araçatiba
- 421 — Rodovia Vitória-Viana (BR-31)
- 422 — Fábrica de Farinha de Mandioca

CAPITAL DO ESTADO
(VITÓRIA)

- 1 — Frigorífico do Pôrto
- 2 — Nova Usina de Laticínios
- 3 — Departamento de Imprensa Oficial (remodelação completa)
- 4 — Rádio-Patrolha
- 5 — Delegacia de Jucutuquara
- 6 — Instituto de Bem Estar Social (IBES)
- 7 — Restauração do Quartel de Polícia em Maruípe
- 8 — Auditório da Rádio Espírito Santo
- 9 — Cais de Saneamento — aterro da Capixaba
- 10 — Aterro de Bento Ferreira
- 11 — Remodelação do Parque Moscoso
- 12 — Concha Acústica
- 13 — Parque Infantil "Maria Queiroz Lindenberg"
- 14 — " " "Ernestina Pessoa"
- 15 — " " "D. Darcy Vargas" — S. Antônio

- 16 — Grupo Escolar de Caratoira
- 17 — " " Ilha do Príncipe — ampliação
- 18 — " " Praia Comprida
- 19 — " " Gurigica
- 20 — " " Santo Antonio — em construção
- 21 — " " Maruípe — em construção
- 22 — " " Mulembá
- 23 — Grupo Escolar de Goiabeiras
- 24 — Colégio Estadual do Espírito Santo — em construção
- 25 — Piscina do Colégio Estadual — em construção
- 26 — Faculdade de Odontologia — instalação e obras
- 27 — Escola de Belas Artes
- 28 — Faculdade de Filosofia
- 29 — Escola Politécnica
- 30 — Conservatório de Música — criação
- 31 — Escola de Medicina — criação
- 32 — Escola de Enfermagem
- 33 — Hospital de Clínicas
- 34 — Universidade do Espírito Santo — criação
- 35 — Edifício dos Serviços Públicos
- 36 — " do SAPES
- 37 — Casa do Estudante Capixaba
- 38 — Dragagem do porto
- 39 — Novas Oficinas do Porto
- 40 — Cais acostável de Paúl — em construção
- 41 — Sanatório "Getúlio Vargas" — parque e novas instalações
- 42 — Centro Social da Ilha do Príncipe
- 43 — Posto Auxiliar de Saúde em Maruípe
- 44 — " " " " Suá
- 45 — " " " " Ilha das Cadeiras
- 46 — Ladeira São Simão — pavimentação
- 47 — Lavanderia da Fonte Grande
- 48 — Restauração do Convento de São Francisco
- 49 — Companhia Espírito Santo de Seguros
- 50 — Moinho de Trigo — cooperação
- 51 — Escola de Escultura de Santo Antonio
- 52 — Reservatório "Henrique Novaes" — restauração
- 53 — Cais de inflamáveis Capuaba
- 54 — Polícia de Trânsito
- 55 — Guarda Civil
- 56 — Estádio Popular no Morro dos Alagoanos — em construção
- 57 — Garagem do Estado
- 58 — Pavimentação da Avenida Vitória
- 59 — " ladeira Monte Belo (Asilo à Velhice Desamparada)
- 60 — Réde de água de Tabuazeiro
- 61 — Réde de água da Ilha das Cadeiras
- 62 — Luz " "
- 63 — Viaduto em S. Torquato

- 64 — Hospital de Câncer — em construção
- 65 — Edifício da L.B.A. — cooperação
- 66 — Secção de Folclore, no Museu Capixaba
- 67 — Instalação Multilith (DEE) Equipamento fotográfico
- 68 — Nova Aparelhagem do Corpo de Bombeiros
- 69 — Estaleiro Naval
- 70 — Monumento do Expedicionário
- 71 — Armazém 4
- 72 — Banco de Ossos — Santa Casa
- 73 — Polícia Militar — Oficina Mecânica
- 74 — Serviço Social do Departamento de Saúde — (instalação)
- 75 — Instituto de Previdência e Assistência "Jerônimo Montero"
- 76 — Aquisição de 9 guindastes para o Pôrto
- 77 — Reforma da Polícia Civil
- 78 — Ambulâncias para o Pronto Socorro
- 79 — Pôsto de Saúde de Santo Antonio
- 80 — Lavanderia de Gurigica
- 81 — Pavilhão do Pronto Socorro — Santa Casa
- 82 — Ligação Avenida Rio Branco-Av. N.S. Penha
- 83 — Museu Olinto Couto Aguirre, no Museu Capixaba
- 84 — Terraplenagem para o Colégio "Sacré-Coeur"
- 85 — Pavilhão Cirúrgico de Câncer em Santa Casa — (cooperação)
- 86 — Instituto de Tecnologia (criação)
- 87 — Ginásio Salesiano (construção de pavilhões)

OBRAS CONSTRUIDAS OU INICIADAS

NOS MUNICÍPIOS DO ESTADO	424
NA CAPITAL	87
TOTAL	511

SECRETARIA DE AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO

A Secretaria de Agricultura, Terras e Colonização atingiu quase integralmente todos os objetivos visados no Plano de Trabalho traçado para 1953.

Só a dificuldade ou impossibilidade de obter determinados materiais a impediu de alcançar todos os pontos.

Se não pôde, por motivos alheios à sua vontade, construir os dois armazéns-expurgo, instalar a completa aparelhagem para moer calcáreo, entregar funcionando as quatro usinas de laticínios previstas, ou importar os conjuntos agrícolas mecanizados na medida das necessidades do Estado, em compensação superou as previsões em outros pontos, bastando citar o controle da broca do café e da raiva bovina, duas calamidades cuja neutralização significa cerca de um bilhão de cruzeiros defendidos para a economia capixaba.

Por outro lado, a organização dada pelo Governo aos serviços do Fomento, irradiou e dinamizou a ação da Secretaria por todos os recantos do Estado. A Região Agrícola, mantendo os agentes do fomento em contato com o meio agrário, vai captando a confiança dos lavradores e criadores, e se constituindo o centro de conhecimentos, de informações e de incentivos.

Os fazendeiros e sitiantes pouco a pouco vão-se habituando a recorrer ao Chefe da Região para solicitarem a assistência dos agrônomos, dos veterinários ou dos seus auxiliares, mesmo para os trabalhos menos relevantes, demonstrando o desejo de assenhorearem-se da maneira mais correta, e por certo mais rendosa, de conduzir os trabalhos ou resolver os seus problemas de produção.

A mecanização agrícola, o interesse pela análise, adubação e práticas conservacionistas do solo, ou pela irrigação, pela melhoria das instalações rurais, pelo combate das pragas e doenças, pelo uso da boa semente, pela utilização dos bons reprodutores, pela industrialização de certos produtos primários e pela agremiação em cooperativas, são índices de uma evolução que se processa sob a influência de uma concepção administrativa que, quanto melhor vai sendo compreendida, tanto mais se vai revelando adequada ao ambiente em que atua.

No preparo de terrenos para lavoura, estiveram em funcionamento 41 conjuntos motomecanizados que trabalharam cerca de 5 000 hectares, incluindo-se em vários casos o trabalho de destocamento. A falta de mecânicos e de peças sobressalentes no mercado são os óbices principais para um maior desenvolvimento da motomecanização agrícola. No município de

**PRODUÇÃO
VEGETAL**

Anchieta, foram destocados 137 hectares, e arados 325; em Castelo preparados 141; e em Cachoeiro, onde já existem mais de 100 tratores particulares, ainda assim a Região Agrícola conseguiu preparar 162 hectares. Grande número desses campos destinou-se especialmente à cultura do arroz e do milho, sendo principalmente para arroz os que se prepararam nos municípios de Iconha, Itapoama, Cachoeiro e Colatina. Vários destes campos foram irrigados, prática essa que virá de certo, daqui por diante, garantir um mínimo satisfatório na produção desse cereal. As culturas do milho e do feijão ocuparam grande área no município de Cachoeiro.

De modo geral o trabalho de mecanização agrícola tem cumprido o objetivo, que é provocar a introdução dos tratores e implementos agrícolas na lavoura espírito-santense.

Em virtude do seu maior rendimento em produção, foi incentivado o plantio do milho híbrido, do qual, para plantio, a Secretaria adquiriu 200 toneladas, de reputados produtores de Minas Gerais. Só no município de Cachoeiro de Itapemirim, a "Casa do Lavrador" vendeu 27 500 quilos. A cultura de algodão foi muito pequena devido ao mercado fraco desse produto.

Além dos serviços nas propriedades particulares, foi dada assistência técnica aos Clubes Agrícolas de Gurapari e Iconha cujas produções contribuíram grandemente para o abastecimento daquelas cidades; aos trabalhos horticolas do Colégio e do Hospital Infantil de Muqui, à fundação da Cooperativa Avícola de Muqui. Sob a orientação da Região Agrícola local, o Dr. Olimpio Abreu, agricultor no município de Mimoso do Sul, plantou 45 000 pés de tomates.

A Prefeitura Municipal de Iúna foi dada assistência na instalação de uma horta e de viveiros para produção de mudas de café, eucaliptus, etc.; à de Santa Leopoldina, na organização do jardim do Posto de Saúde; em Colatina, na organização de núcleos da Associação Rural; em Anchieta, no setor agrícola da Escola Normal Rural Maria Mattos; em Alegre, na organização dos viveiros e campos de cultura da Escola Agrotécnica de Rive, onde foram preparadas sementeiras de café *bourbon* de linhagens puras, procedentes do Instituto Agrônomo de Campinas.

No campo da defesa sanitária das lavouras, as Regiões contribuíram com seus conhecimentos sempre que se apresentaram oportunidades, especialmente no combate às doenças e pragas dos pomares e das hortas. No município de Linhares, os cacaucultores foram alertados e instruídos para o combate da "podridão parda" dos cacaueiros.

Em julho vários agrônomos participaram da "Semana do Lavrador" na Escola Agrotécnica de São João de Petrópolis, tendo alguns organizado e acompanhado caravanas de lavradores àquela Escola.

A igual certame da Escola de Agricultura de Viçosa compareceu uma caravana de criadores espírito-santenses.

Cooperando com o Instituto Brasileiro do Café, os Regionais fizeram milhares de inscrições de cafeicultores para a eleição dos representantes do Espírito Santo naquele Instituto.

O Laboratório de Solos e Adubos analisou amostras de terra procedentes dos municípios de Serra, Domingos Martins e outros; de alguns adubos;

de uma amostra de farelo de algodão para determinação do nitrogênio, da proteína e da umidade, dando indicação do seu valor como adubo e como forragem, e atendeu a várias consultas de lavradores sobre adubação de café, algodão, batatinha, citrus, hortaliças, etc.

A *Egenharia Rural* promoveu demonstrações de irrigação por aspersão, para hortaliças, nas propriedades do Sr. Carlos Lauff, Município de Vila Velha; na Estação de Fruticultura Tropical, de Viana; em Camboapina, às margens do Rio Jucu.

Visitou, a convite dos proprietários, diversas propriedades agrícolas a fim de verificar a viabilidade da irrigação técnica para arroz, nos municípios de Vila Velha; Baixo Guandu e Cachoeiro de Itapemirim; e na Escola Agrotécnica de Alegre, em construção.

Na propriedade do Sr. Arlindo Milagres, município de Baixo Guandu e na Escola Agrotécnica do Espírito Santo, município de Santa Teresa, realizou os trabalhos de nivelamento e levantamento dos taboleiros, sendo que na primeira, a irrigação não foi feita devido à deficiência de uma bomba de elevação de água instalada pelo proprietário.

Marcou curvas de nível para formação de cafezais, com cordões de contorno, em algumas propriedades do município de Colatina; executou projetos de estábulos, pocilgas, tulhas, terreiros, lavadores e outras construções rurais, quer para os estabelecimentos da Secretaria, quer para particulares.

Acentua-se de forma bem marcante a modificação que se vem operando nos cafeicultores espírito-santenses.

CAFEICUL-
TURA

Dos fatores negativos, o combate às pragas vem sendo feito com intensidade; a defesa contra a erosão já encontrou acolhida; verifica-se a existência de culturas novas em curvas de nível; a prática da adubação tomou tamanho vulto que não mais existe queima da palha de café, além da procura de adubos minerais.

Resta, pois, enfrentar com decisão o problema da "qualidade do produto". O deságio do café espírito-santense, quando isento de broca, é consequência da má colheita, seca imperfeita e beneficiamento defeituoso. Pode e deve ser conseguida a transformação do café espírito-santense no seu volume total em 20% de cafés moles, e os restantes 80% em cafés livres de gosto Rio; isto feito, teremos adicionado 20% ao seu valor atual no comércio.

É para este programa que se voltam os esforços do Governo, ao qual se somarão a ação e o apoio do Instituto Brasileiro do Café.

Os índices do volume de produção e da área plantada escapam à observação comum. Não fôssem as estiagens de 51, 52 e 53, de há muito nossa produção teria superado o montante de 3 000 000 de sacas de produção exportável. As plantações novas não se limitaram à região ao norte do Rio Doce, pois a avaliação das plantações feitas em 1953, de 42 000 000 de cafeeiros plantados, 8 000 000 couberam à região sul do Estado onde era crença geral não existirem mais terrenos aproveitáveis.

Aproximamo-nos pois, em 1953, dos 400 000 000 de cafeeiros, e, no ritmo atual, teremos meio bilhão de pés em 1955. Esta previsão se estriba nas duas mil novas propriedades entregues a lavradores requerentes de áreas devolutas na zona Norte nos últimos dezoito meses, e todos com serviços já iniciados. Existem grandes plantadores, tanto no Sul como no Norte do Estado; duas propriedades do Sul já excederam 1 000 000 de pés cada uma; no Norte existem, em andamento, plantações de dois milhões de pés, uma, de um meio milhão outra, e diversas de quinhentos mil pés. As mudas e sementes empregadas são cuidadosamente selecionadas, já tendo sido introduzidas variedades de alta produtividade como sejam o *Mundo Novo*, *Bourbon Vermelho* e o *Bourbon Amarelo*, originários das estações experimentais do Botucatu e Ribeirão Preto, além do nosso *Caturra*.

Atacada com a intensidade que merece, a campanha de melhoria do produto, sem esmorecimento, poderá, em vinte quatro meses, apresentar resultados surpreendentes, que virão influir grandemente na economia do povo espírito-santense.

CAMPANHA DE COMBA- TE A BRO- CA DO CAFÉ

Iniciada em 1952, a Campanha de Combate à Broca do Café, com maior intensidade e grandes esforços pelos técnicos responsáveis, não logrou mais do que obter cerca de 750 cafeicultores interessados, tendo sido, para a defesa daquela safra, vendidas 1 298 polvilhadeiras e 424 toneladas de H.C.B., material este que foi fornecido pelo preço de custo com abatimento.

Os resultados não foram promissores; estavam, porém, plantadas as testemunhas para verificação do êxito que viria influir decisivamente na defesa da frutificação futura.

A safra 52/53 apresentou, pois, um prejuízo real nunca inferior a 450 000 sacas de café destruído pela broca e outro meio milhão de sacas de café prejudicado pela praga.

Não seria possível aguardar a reação natural dos cafeicultores, e projetou-se então a campanha de maior envergadura em assunto de defesa sanitária vegetal até hoje levada a termo em nosso território. Dispúnhamos de saldos no plano de valorização econômica; apelamos com êxito para o Instituto Brasileiro do Café; o Ministério da Agricultura, de parques recursos, procurou prestar também toda colaboração possível, nada tendo feito o Congresso Nacional, senão registrar os pedidos de crédito encaminhados pela nossa bancada. Concluído o projeto, aparelhamos os diversos serviços, tendo sido adquiridas cerca de 4 000 toneladas de H.C.B. ao preço médio de 4,30 cruzeiros o quilo "FOB" São Paulo; este material, transportado aos locais de revenda no interior, elevou seu custo em média de mais um cruzeiro por quilo.

Obtivemos do Instituto Brasileiro do Café 1 500 polvilhadeiras para revenda. Conseguimos adquirir, nos mercados nacionais, mais 6 350 que, somadas às existentes em nossos estoques, perfizeram um total de 10 008. O custo deste material variou de 750 cruzeiros a 1 250 cruzeiros por unidade; seu preço de venda aos lavradores foi fixado em 300, 400 e 500 cruzeiros por unidade.

O preço de revenda de H.C.B. foi fixado em Cr\$ 2,50, ou seja com um prejuízo de Cr\$ 2,80 sobre seu custo em quilo. A revenda do material foi efetuado através de 46 postos que a Secretaria mantém distribuídos por todos os municípios do Estado.

No serviço de esclarecimentos, instruções e propaganda, organizamos 21 patrulhas, cada qual chefiada por um agrônomo e composta de mais dois auxiliares técnicos; repartidas por regiões, fizeram a cobertura total do Estado, tendo realizado 785 reuniões, às quaes estiveram presentes 16 125 cafeicultores que ficaram devidamente instruídos e esclarecidos, conseguindo os agrônomos fazer desaparecer a errônea crença que muitos lavradores mantinham, qual seja a de que o H.C.B. era nocivo à saúde do homem.

Utilizamos todos os jornais para notícias esclarecedoras, assim como as estações de Rádio de Vitória, Colatina e Cachoeiro de Itapemirim, Serviços de alto-falante ambulantes e propaganda por via aérea, pelos aviões do Aero-Club.

De setembro a dezembro foi incessante o esforço despendido, e nesta data já haviam os lavradores se abastecido com um total de 9 548 polvilhadeiras e 3 425 toneladas de H.C.B.

O polvilhamento foi iniciado com intensidade em novembro, e tudo faz crer que o êxito será superior à expectativa, pois já em janeiro corrente tivemos de, com urgência, providenciar a aquisição de mais mil toneladas de H.C.B., pois os nossos estoques estavam reduzidos.

Em previsão normal, 70% dos cafezais atacados foram submetidos a tratamento, o que nos leva a afirmar que, com a mesma orientação e intensidade de combate em 1 954, teremos controlada essa terrível praga para benefício da economia espírito-santense.

Fomentando nova riqueza para o Estado, com a introdução, com bases técnicas, da fruticultura de climas temperados e da tecnologia dos respectivos produtos, procura o Governo aproveitar as terras frias, em que tudo leva a supor que a altitude compensa satisfatoriamente a ausência das baixas latitudes.

Para isto, está o Estado montando a Estação de Viti-Fruticultura em Alto Jucu, no município de Domingos Martins, à qual vem de denominar *Estação de Viti-Fruticultura Mendes da Fonseca*, em homenagem ao eminente professor do Ministério da Agricultura que pessoalmente a está construindo e instalando, assim como, pessoalmente, dirigindo todo o plano de fomento dessa nova fonte de renda, que éle, a convite do Governo, estudou e idealizou.

Iniciando o preparo do terreno para as plantações, procedeu-se à abertura de 6 000 metros de valêtas para plantio de videiras, e sete mil covas para as demais plantas frutícolas. Foi adotado o sistema de terraças em virtude da declividade do terreno.

Convenientemente adubado o terreno com hiperfosfato, foram plantadas 2 400 videiras de diversas variedades e 2 500 enxertos e mudas de pessegueiros, ameixeiras, pereiras, macieiras, marmeleiros, oliveiras, cerejeiras, nogueiras, castanheiras e figueiras, mudas procedentes do Rio Grande do Sul, Minas e São Paulo.

VITI - FRU-
TICULTURA

Foram enviveiradas as seguintes mudas:

- 10 000 mudas de figueira da variedade paulista de Jundiaí;
- 9 000 mudas porta-enxertos para a próxima enxertia de Inverno;
- 50 000 mudas de pinheiro do Rio Grande do Sul.

Organizou-se também um grande viveiro de citrus.

Prepararam-se 10 000 enxertos de plantas matrizes, criteriosamente selecionadas de 30 variedades viníferas, que tiveram extraordinário desenvolvimento.

Na impossibilidade do acabamento da cantina antes do início da vindima, foi providenciada a reconstrução de um galpão fechado para nêle se proceder à vinificação da primeira safra.

A produção de uvas, somente no vale do Alto Jucu, é estimada em 40 a 50 mil quilos.

Adquiriu-se em São Paulo todo o material indispensável a uma cantina piloto. Esse material, em resumo, consta de 58 barris, 3 pipões, 9 tonéis, 6 tinhas (todos estes recipientes, de grandes e variadas capacidades), canecos de madeira, alcoómetros, filtro para vinho Albion, máquina para lavar garrafas, máquina para arrrolhar, enchedor e vários outros aparelhos e utensílios para o respectivo laboratório.

A Estação distribuiu, a mais de 100 agricultores da região, milhares de mudas e enxertos, dando antes as indispensáveis instruções técnicas para o plantio das mesmas.

O Dr. Mendes da Fonseca levou uma caravana de 10 lavradores à Festa da Uva em Jundiaí, com eles percorrendo diversas propriedades, ministrando-lhes minuciosos esclarecimentos sobre os métodos culturais que permitiam tão alta produtividade. Todos manifestaram-se entusiasmados e voltaram dispostos a trabalhar e progredir na exploração vinícola.

Em nome do Governo do Estado, o Professor Mendes da Fonseca obteve, do Ministério da Agricultura, um equipamento de primeira classe para a Estação de Fruticultura, a ser instalado em breve.

FRUTICULTURA TROPICAL

Na Estação de Fruticultura Tropical, de Viana, ainda em fase de organização, foi preparado um viveiro de 22 000 mudas de diversas variedades de citrus.

Para futuras enxertias, fez-se um outro viveiro com 20 000 cavalos para citrus.

De manga, preparou-se um viveiro de 6 000 pés francos para servirem de cavalos a enxertos de diversas variedades, proximamente.

De outras espécies frutícolas, tais como abacateiros, cajá-manga, cajá-mirim, jambo, goiaba, jaca, etc. foi organizado um regular viveiro de mudas.

Dada a importância da amendoeira como planta de sombreamento, também se organizou um viveiro de mudas que se acham em bom estado de formação.

Para serem plantadas as mudas que constituirão as frutas matrizes da Estação, foram preparadas diversas terraças em curvas de nível.

Esta Fazenda, situada no Córrego do Vinhático, em Conceição da Barra, teve seus serviços de instalação iniciados pela abertura da mata virgem.

**FAZENDA
VISTA ALE-
GRE**

Posteriormente procedeu-se ao preparo da área destinada ao plantio de café, na qual se deixou a madeira de lei e árvores necessárias ao sombreamento.

Os viveiros preparados comportaram um milhão de mudas de café *Bourbon e Caturra*.

Em lugar definitivo foram plantadas mil mudas de café, tendo sido feito o coveamento em curvas de nível.

Com sementes vindas da Bahia, foi feita uma sementeira, que deu lugar a 12 000 mudas. Destas, 2 000 já foram plantadas em lugar definitivo.

**SERINGUEI-
RA**

Para servirem futuramente de produtoras de sementes ou mudas, plantaram-se 100 mudas de bananeiras, 120 mudas de citrus, 50 mudas de cacauzeiro e 10 de coqueiro.

Além desses serviços culturais, foram realizados outros necessários à vida da Fazenda, tais como abertura da estrada de acesso, alargamento e conservação da estrada existente, abastecimento d'água, roçagem e limpeza das margens do Córrego Caboclo. Ainda próximo da Fazenda, autorizado pela Prefeitura daquele município, o agrônomo construiu duas pontes e alguns trechos de estrada.

A atuação das Regiões Agrícolas operou mais na defesa sanitária dos rebanhos existentes. Ainda assim, assinalamos que a Secretaria, em cooperação com a Fazenda federal de Bananal do Norte, situada em Cachoeiro de Itapemirim, voltou suas vistas para a agrostologia, que até aqui não era objeto de preocupações sérias.

**PRODUÇÃO
ANIMAL**

Vários campos experimentais de forrageiras foram preparados em cooperação com particulares. De preferência distribuíram-se estacas de capim Guatemala e Elefante, gramíneas que muito ajudarão a resolver o problema do forrageamento do gado, na época do inverno.

Procurou-se incentivar o uso das leguminosas, quer como forragem verde ou feno, quer em consorciação nos pastos, com gramíneas.

Um índice do valor dessa consorciação, pode-se observar nas zonas do Valão e Campo de São Felipe, no município de Cachoeiro de Itapemirim, e nas margens do rio Muqui, e em Batalhas, no Município de Itapemirim, onde as gramíneas grosseiras ali existentes chegam a ser superadas, em alguns lugares, por leguminosas nativas, tais o carrapicho beíço-de-boi e o agarra-agarra; e, apesar de os pastos, em certas épocas, apresentarem o tipo chamado "raspadouro", o gado mantém-se em geral gordo e sadio.

Essas leguminosas nativas são, entretanto, de difícil multiplicação, porque as sementes são pilosas; desenvolvemos, por isso, a cultura do *Centrosema pubescens*, da *Glycinia Javanica* e do *Kudzu tropical*, feijões rústicos e perenes, cujos ensaios de cultura na Fazenda Bananal do Norte, provam sua perfeita adaptação à região.

Com o custo sempre crescente das terras e a escassez e encarecimento do braço operário, começa o criador a se orientar para as boas práticas zootécnicas.

Ao lado da melhoria das pastagens e dos métodos racionais de forrageamento, a Secretaria vem influenciando no melhoramento dos rebanhos através da revenda de reprodutores importados, da venda de produtos selecionados dos seus próprios estabelecimentos, da atividade dos seus Postos de Monta e do Serviço de Inseminação Artificial, e das repercussões que sobrevêm com as Exposições de Pecuária.

PÔSTO ZOO- TÉCNICO DE S. MATEUS

O Pôsto Zootécnico de São Mateus não só recebeu em suas dependências as fêmeas de bovinos e equinos, levadas pelos criadores para serem cobertas pelos reprodutores ali estacionados, como também emprestou ou destacou para diversas propriedades afastadas da sede, dez reprodutores bovinos, estabelecendo, assim, um sistema de postos provisórios que têm a vantagem de permitir aquêle benefício ao maior número possível de criadores.

De outro lado, vendeu em leilão, no dia 21 de setembro, por ocasião das comemorações do padroeiro daquele município, 22 reprodutores, sendo 16 bovinos e 6 asininis, todos da sua própria produção.

FAZENDA MONTE LÍ- BANO

Com a expansão da Fábrica de Cimento, atingindo a própria sede da Fazenda Monte Líbano, as atividades desse estabelecimento, até que aquela empresa industrial reconstituía as instalações da sede na área indicada, vêm-se limitando mais à conservação das pastagens que lhe ficaram asseguradas e à manutenção do rebanho.

Ainda assim, realizou 225 padreações em equinos e vendeu 16 bovinos, 3 asininos e 34 suínos dos seus plantéis.

FAZENDA SANT'ANA

A Fazenda Sant'Ana vendeu 2 544 ovos para incubação, 11 095 pintos e 160 aves adultas das raças *Leghorne*, *Rhode*, *Hampshire* e *Plymouth*; 229 leitões *Caruncho*, *Pirapitinga*, *Duroc-Jersey*, *Berkshire* e *Hampshire*, e confeccionou tela para aviários com 781 quilos de arame.

Incubou 29 477 ovos da própria Fazenda e 10 850 de granjas particulares, das raças supracitadas e, como pôsto de monta da espécie porcina, efetuou a cobertura de 94 porcas de criadores particulares.

Para o revigoramento do seu plantel, foram adquiridos 6 reprodutores *Piau*, *Pirapitinga* e *Duroc-Jersey*.

INSEMINA- ÇÃO ARTIFI- CIAL

Foram executadas 576 inseminações em bovinos nos municípios de Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Castelo, e 574 em equinos, especialmente no município de Itapemirim.

Foram reinseminadas 170 vacas; registraram-se os nascimentos de 180 bezerros; procedeu-se a 397 coletas de sêmen; manipularam-se 1 817 doses de sêmen; diagnosticaram-se 94 casos de gestação e foram visitadas 2 379 propriedades.

Em Cachoeiro de Itapemirim, as tradicionais Exposições Regionais cederam lugar à III Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, com que se procedeu, no Dia de Cachoeiro, à inauguração de parte dos pavilhões permanentes do Parque de Exposições daquela cidade.

Além de outras altas personalidades, a inauguração foi distinguida com a presença do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura, Doutor João Cleofas.

A nota dominante foi a da nítida compreensão dos expositores que se vão preocupando mais com a qualidade do que com a quantidade dos produtos a cotejar. Todos se vão capacitando de que a Exposição é uma oportunidade para demonstrar o adiantamento do criador e firmar o conceito dos seus próprios estabelecimentos, com repercussão em futuros negócios.

Foram expostos 105 exemplares bovinos das raças *Holandesa Vermelho e Branco*, *Holandesa Preto e Branco*, *Schwyz*, *Gyr*, *Guzerath*, *Nelore* e *Indubrasil*; 2 exemplares mestiços tipo corte, e 18 produtos de inseminação artificial; 27 exemplares equinos das raças *Mangalarga* e *Campolina* e 11 mestiços nacionais e estrangeiros; 1 exemplar asinino da raça *Pega*; 32 exemplares suínos das raças *Pirapitinga*, *Caruncho*, *Yorkshire* e *Edelschwein*, 2 dos tipos bacon e gordura; 34 exemplares de aves *Leghorn*, *Rhode Island Red*, *New Hampshire*, combatentes e *Perus Mamouth*.

III EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE ANIMAIS E PRODUTOS DERIVADOS

Da numerosa classificação regulamentar destacaram-se:

Touro "Serra Tupam" — campeão, puro de origem, da raça *Holandesa Vermelho e Branco*, pertencente ao Dr. Benedito Martins Veras;

Touro "Miltonia Dick" — campeão, puro por cruza, da raça *Holandesa Vermelho e Branco*, pertencente ao Sr. Hiersen Machado;

Touro "Granadeiro" — campeão, puro de origem, da raça *Holandesa Preto e Branco*, pertencente ao Dr. Benedito Martins Veras;

Touro "Quebracinho" — campeão, puro por cruza, da raça *Holandesa Preto e Branco*, pertencente ao Sr. Basilio Costalonga;

Touro "Rubí" — campeão da raça *Gyr*, pertencente ao Sr. Florêncio Batista, criador em Ibirapu;

Touro "Rian" — campeão da raça *Guzerat*, pertencente ao Sr. Gerôncio Moreira de Souza;

Touro "Orus" — campeão da raça *Nelore*, pertencente ao Dr. Ataliba de Carvalho Brito;

Touro "Sublime" — campeão da raça *Indubrasil*, pertencente ao Sr. José Silvério Perera;

Cavalo "Assombro" — campeão da raça *Mangalarga*, pertencente ao Dr. Ataliba de Carvalho Brito.

AVICULTURA DE DOMINGOS MARTINS

Com o intuito de auxiliar a já avançada avicultura do Município de Domingos Martins, a Secretaria de Agricultura conseguiu atrair, para a órbita dos seus trabalhos de fomento, a experiência do Senhor Teodoro Schwambach e os benefícios do excepcional plantel *Leghorn* que ele conseguiu selecionar na sua Granja Walkyria, naquêle Município.

Por um ano, está o referido Senhor comprometido a:

I — produzir para a venda 30 000 pintos de um dia do referido plantel, o qual será mantido sob controle individual que demonstre a capacidade produtora mínima de 200 ovos por ano;

II — manter na Granja acima referida uma organização que permita ainda:

a) demonstrar a influência da alimentação na produção de ovos, e os tipos mais econômicos de ração;

b) demonstrar que, na época apropriada, foi verificado pelos técnicos oficiais o índice de pulorose, principalmente nas aves selecionadas para a produção de pintos de um dia visados neste acôrdo, assim como foram tomadas tôdas as cautelas aconselhadas pela técnica para evitar a transmissão de moléstias.

III — fornecer, mensalmente, à Secretaria, uma demonstração dos adquirentes dos pintos de um dia produzidos nas condições estipuladas no acôrdo, com o nome, enderêço e quantidade;

IV — assistir os avicultores do Município de Domingos Martins instruindo-os nas questões de alimentação, cuidados sanitários, orientação em construção e no manejo das aves, e fazendo o serviço de *culling*, de maneira a habituá-los a selecionar, pelas características visíveis, as aves portadoras das qualidades iguais ou superiores à ascendência;

V — ministrar aos visitantes interessados em avicultura, e aos alunos dos estabelecimentos de ensino rural, minuciosas explicações sôbre os diversos trabalhos relacionados com a avicultura realizados na Granja Walkyria.

SERICICULTURA

Os altos preços do café estão alheando o interesse pela sericicultura; a Estação Sericícola de Vargem Alta registrou que, para 4 328 gramas de sementes distribuídas, não chegou a receber 4 000 quilos de casulos, o que fêz baixar a sua produção de tecidos para 2 229 metros.

A Estação intensifica, entretanto, seu trabalho educativo, no sentido de fazer da criação do bicho da sêda uma atividade antes supletiva do agricultor a cargo das suas famílias.

Como trabalho interno mais relevante do serviço, assinala-se o início da experimentação com sementes da raça *Ouro Chinês* e *Branco Europeu*, com o fim de verificar a intensidade do ataque da *poliedria* nas raças amarelas.

Especial atenção foi dada ao combate da raiva que se alastrava rumo sudoeste, passando dos municípios de Cariacica, Santa Leopoldina e Viana, para os de Domingos Martins, Guarapari, Alfredo Chaves e Anchieta, causando avultado número de vítimas em rebanhos que ainda não estavam vacinados. Em Linhares, Conceição da Barra e Nova Venécia, também apareceram focos de raiva. Com a providência de vacinação intensiva, a zoonose, se não deixou de produzir vítimas em muitas propriedades, pelo menos teve, de um modo geral, a sua impetuosidade perfeitamente controlada.

Infelizmente ainda não dispomos, no Brasil, da vacina anti-rábica preparada com embrião de pinto, que já revelou 100% de eficiência em testes de laboratório e na aplicação em rebanhos bovinos na América Central (Honduras e Guatemala), onde ocorrem epizootias de raiva transmitidas também pelos morcêgos hematófagos.

A Secretaria colaborou com o "Museu de Biologia Professor Melo Leitão" de propriedade do Naturalista Dr. Augusto Ruschi, de Santa Tereza, nos trabalhos de identificação dos morcêgos existentes em nosso Estado, tendo o veterinário Dr. Carlos Colla, realizado, de janeiro a dezembro de 1953, mais de 60 buscas em grutas situadas nas florestas e encostas das montanhas em quase todos os municípios do Estado, tendo capturado dezenas de espécies diferentes.

Esses quirópteros servirão para os trabalhos de inoculação experimental, que se processará com uma série de bactérias enviadas pelo Conselho Nacional de Pesquisas, visando descobrir uma doença letal e contagiosa para os morcêgos hematófagos, a fim de ser iniciado o combate biológico aos nocivos vampiros.

Nos primeiros meses do ano de 1953, realizou-se o extermínio de uma colônia de morcêgos hematófagos "*Desmodus rotundus*" em número superior a 1 000 quirópteros que habitavam locas de pedra sob a terra, na propriedade "Colheiras", dos irmãos Vereza, em Barra do Jucu. Com a explosão de alguns quilos de dinamite nessas locas, destruíram-se 80% dos vampiros; posteriormente, a seguir, experimentou-se incendiar o interior dessas grutas com a queima de enorme quantidade de palha de arroz adrede espalhada dentro de todas as cavidades. Mesmo assim alguns morcêgos conseguiram sobreviver, tendo sido necessário caçá-los a tiro de espingarda no recesso das locas.

Verifica-se, assim, quão difícil é o trabalho de extermínio dos morcêgos por meio de gases, fogo ou explosivos em algumas grutas, e a necessidade de ser procurado, o quante antes, um processo biológico de extermínio desses vetores da raiva.

Além da raiva foram constatados, em quase todos os municípios do Estado, surtos de febre aftosa, sendo que alguns deles em regiões onde os rebanhos haviam sido vacinados. Essa ocorrência da zoonose em animais vacinados, geralmente é provocada pela presença de tipo de vírus diferente do usado no preparo da vacina. A vacina polivalente (trivalente) virá resolver a situação.

O Instituto Biológico de Sant'Ana colheu algumas amostras de vírus para a identificação do tipo (tipificação).

Casos esporádicos de Carbúnculo hemático e sintomático foram constatados em muitas propriedades, especialmente onde os criadores descuidaram da vacinação anual.

A falta de higiene nos currais e a não vacinação dos bezerros nos primeiros dias de vida são responsáveis pela pneumo-esterite que provoca alta mortalidade de bezerros. A maioria dos criadores ainda não se convenceu da necessidade da vacinação aliada ao curativo do umbigo e limpeza dos currais de pernoite. Depois que surgem os casos gastam, então, algumas dezenas de cruzeiros com sulfas e anti-diarreícos para cada bezerro que pretendem então curar.

Além dessas principais zoonoses, as Regiões agrícolas atenderam a consultas de criadores e a variados casos clínicos de pneumonia, mamite, gabarro, verminose, anarsaca, retenção de placenta, matrite, garrotilho, etc., como também procederam a várias intervenções cirúrgicas.

O Instituto Biológico colaborou para a defesa sanitária dos rebanhos com a produção de 72 360 vacinas contra a raiva, 153 400 contra a aftosa, e 20 200 contra a epiteloma e com as seguintes pesquisas:

Diagnóstico de raiva	167
" " brucelose	873
" " pulorose	850
" " carbúnculo hemático	22
" " sintomático	6
Tipificação do vírus	5
Fixação de vírus rábico	2

INDÚSTRIAS RURAIS

Estimulando a produção, preparando condições para o produtor rural auferir melhores lucros, e procurando elevar o *standard* de vida do interior, está o Governo, através do Plano de Valorização Econômica, instalando estabelecimentos industriais que entrega aos próprios produtores da matéria prima, desde que se associem em cooperativas

Os Postos de Resfriamento de Leite de Guaraná, município de Sauaçu e de Alfredo Chaves, com a capacidade de manipulação de 5 000 litros diários, visando o abastecimento da cidade de Vitória, estão concluídos, assim como a Usina de Laticínios de Nova Venécia.

As Usinas de Laticínios de Itaguaçu, Batalhas e Bom Jesus do Norte foram contratadas, estando a última com o material entregue e em fase de montagem, e as duas primeiras na dependência da importação de certos maquinismos.

Quatro fábricas de farinha foram instaladas em Riacho, Linhares e Conceição da Barra, cada uma com capacidade diária de 70 sacos; a última, em Viana, com a capacidade diária de 30 sacos.

As Granjas Reunidas de Campinho, a Secretaria entregou um armazém para a fabricação e depósito de rações.

Influindo na ação do fomento, pela propriedade das instalações, e pelo que significa para o homem rural como expressão do aprêço do Poder Público às atividades agrícolas, mencionamos a instalação definitiva das "Casas do Lavrador" de São Mateus, Barra de São Francisco, Baixo Guandu, Afonso Cláudio, Itaguaçu, Linhares, Sauaçu e, em fase de acabamento, as de Mururici, Ibirapu e Cachoeiro de Itapemirim, e contratadas e com a construção iniciada as de Guaçuí e Muqui.

CASAS DO LAVRADOR

Cooperativas:—

COOPERATI- VISMO

Cooperativismo de Crédito:

Banco de Crédito Agrícola de Colatina (Soc. Coop. de Resp. Ltda.)

Produção Animal:

Cooperativa de "Laticínios de Nova Venécia" Ltda.

" " "Laticínios de Guaraná".

Cooperativa de Consumo:

Cooperativa de Consumo dos Empregados da Mibra & Inaremo.
Cooperativa de Consumo dos Bancários e Funcionários Públicos
de Barra de São Francisco.

Cooperativa de Consumo dos Funcionários Públicos, Bancários e
Profissões Liberais de Castelo, Ltda.

Produção Vegetal:

Cooperativa dos Plantadores de Mandioca de Riacho.

Vendas:

Cooperativa Avícola de Muqui.

Pondo ao alcance do agricultor os materiais de uso mais constante nas suas atividades, introduzindo nos seus hábitos outros aconselhados pelos agentes do fomento, o Serviço de Revenda da Secretaria operou através de 46 Postos cobrindo todo o Estado.

SERVIÇO DE REVENDA

O movimento geral da reevnda atingiu a Cr\$ 12 793 313,10, havendo em estoque, em 31 de dezembro, mercadorias no valor de Cr\$ 8 429 537,90.

Do montante acima estão excluídos todos os valores referentes ao material de combate à broca, contabilizados no acôrdo com o Instituto Brasileiro do Café.

Dos materiais revendidos, mereceram destaque o brometo de methyla para extinção da saúva num total de 152 000 latas e 4 366 aparelhos para aplicação do mesmo inseticida, no valor total de 3 250 000,00 cruzeiros.

Nas sementes, a revenda do milho híbrido que atingiu a 200 toneladas no valor de 1 140 000,00 cruzeiros.

Esses dois itens colocam o Estado do Espírito Santo em 1.º lugar no Brasil no combate à formiga e no uso da semente de híbridos.

Importou-se da África nova partida de 500 toneladas de hiperfosfato para adubação de cafeeiros; e dos Estados Unidos, para entrega direta aos lavradores, 23 conjuntos de motomecanização Ford, dos quais receberemos, em 1954, 100 conjuntos estando 50 já vendidos.

Dos demais materiais diversos, citam-se ainda, 7 bombas para irrigação, 170 arados, 22 grades de discos, 28 toneladas de arsênico, 8 toneladas de cloreto de potássio, 31 toneladas de farinha de osso, 27 toneladas de farinha de carne, 8 toneladas de enxofre, 19 toneladas de salitre do Chile, 11 toneladas de sulfato de cobre e 4 toneladas de sulfato de amônia, produtos esses todos inexistentes no comércio normal do interior.

Na parte de ferragens para lavoura, destacaram-se os seguintes materiais: 13 800 enxadas, 8 900 enxadões, 8 500 machados, 4 500 facões, 3 800 foices, 5 200 limas chatas e, em menor quantidade, pás, picaretas, podões, machadinhas, serrotes traçadores, debulhadores de milho e fornos para farinha.

O quadro abaixo é uma demonstração do desenvolvimento do Serviço.

ANO	MOVIMENTO DE REVENDA	SUBORDINAÇÃO
1947	533 308,80	Serviços Articulados
1948	1 989 505,10	" "
1949	2 190 518,70	" "
1950	3 327 853,00	" "
1951	4 344 218,40	" "
1952	6 073 302,20	Secretaria de Agricultura
1953	12 793 313,00	" " "

TERRAS DEVOLUTAS

Continuou de modo regular, e com maior incremento em relação aos anos anteriores, a procura de terras devolutas e sua aquisição, no Norte do Estado especialmente.

O processamento das demarcações e medições das áreas requeridas efetuou-se atendendo, o mais possível, a ordem cronológica de requerimentos.

Demarcaram-se em geral, áreas pequenas, tendo em vista que a lei de terras atual restringiu a faculdade de aquisição de áreas excedentes a 100 hectares, por uma só pessoa e, também, pelo fato de que as terras e ocupações vêm ficando gradativamente repartidas em pequenos lotes.

Os trabalhos de demarcação e medição das áreas requeridas foram efetuados intensamente com regularidade, dentro das possibilidades com os agrimensores disponíveis e em exercício. Assim, atendeu-se em grande número aos pretendentes à compra de terrenos e os processos respectivos não sofreram interrupção em seu andamento burocrático.

Durante o exercício registraram-se 1 920 medições, compreendendo uma área total de 1 307 998,160 metros quadrados.

A receita verificada pela venda de terras atingiu a cifra de Cr\$. . . .
8 408 800,90.

Foram concluídos diversos processos de concessão gratuita de áreas:

1.º à Prefeitura Municipal de Colatina, relativa aos patrimônios do Córrego Valério de Água Branca, bem como da do Alto Rio Novo;

2.º à Prefeitura Municipal de Linhares e do Patrimônio Comendador Rafael;

3.º à Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, relativa ao Patrimônio da Sede.

CONCES-
SÕES GRA-
TUITAS DE
TERRENOS

Tem sido impossível reprimir integralmente as invasões de terras devolutas do Estado.

A fiscalização, por mais atenta que tenha sido exercida, não foi completamente eficiente para reprimi-las.

Ocorreu com freqüência que os invasores, além de invadirem as terras do Estado, demarcadas ou não, não respeitaram, muitas vezes, nem as legítimas.

Diversos casos destes foram verificados, especialmente nos municípios do norte do Estado, tendo-se necessitado, por vezes, até do concurso de agentes policiais para sua solução.

INVASÕES

Foi demarcada e medida a área de 520 hectares, para completar, com os 9 480 hectares já concedidos com escritura definitiva no ano de 1952, os 10 000 hectares da concessão a que tinha direito a CIMBARRA de Condição da Barra, por efeito da lei n.º 360, de 11 de dezembro de 1950.

Também a escritura definitiva destes 520 hectares foi outorgada à dita Companhia.

MEDIÇÕES
ESPECIAIS
CIMBARRA

Foi constituída e demarcada a nova reserva da Ilha de Combóios destinada ao Parque Biológico da Região Leste, no município de Aracruz, e criada pelo decreto n.º 1 376 de 16-6-53.

Elevam-se, assim, a 5, as reservas constituídas e protegidas. Nas demais fizeram-se, durante o ano, os serviços de limpeza de seus contornos, aviventação e alargamento de divisas, e iniciaram-se as construções das casas dos guardas.

RESERVAS.
FLORESTAIS
ESTADUAIS

São as seguintes as outras reservas protegidas:

a) — a de “Nova Lombardia”, no município de Santa Teresa, com a área de 43 474 254,00 m² e o perímetro de 58 407 metros lineares.

b) — a do “Barra Sêca”, no município de Linhares, com a área de 101 680 000,00 m² e o perímetro de 48 531 metros lineares.

c) — a do “Itaúnas”, no município de Conceição da Barra, com a área de 137 162 000,00 m² e o perímetro de 69 548 metros lineares.

d) — a do “Córrego do Veado”, no mesmo município, de novo demarcada e retificada quanto à sua área, que ficou sendo de 23 920 000,00 m².

No exercício de 1953 ainda não houve possibilidade de ser efetuada a demarcação da reserva do “Capiraó”, nos municípios de Alegre, Guaçuí e Iúna.

TRANSFERÊNCIAS DE BENFEITORIAS

Tem-se processado elevado número de transferências de benfeitorias em terrenos do Estado, sempre observados os dispositivos da lei de terras n.º 617, de 31 de dezembro de 1951.

Foram, ainda, homologadas as transferências efetuadas na vigência da lei anterior, quando as escrituras apresentadas tinham forma legal.

ENSINO AGRÍCOLA

A Escola Agrotécnica de Santa Teresa continua funcionando em cooperação com o Ministério da Agricultura. Contou, em 1953, com 190 alunos matriculados em regime de internato, e graduou: no Curso Prático de Agricultura (operariado rural) 5 alunos; no Curso de Iniciação Agrícola, 14 alunos; no de Mestria Agrícola, 10 alunos.

Entre as atividades extra-curriculares com que influencia práticamente o meio rural adjacente, menciona-se a 7.^a *Semana do Lavrador*, com 290 agricultores presentes; a 11.^a *Exposição de Milho e Produtos Regionais*, com 715 lotes expostos; o *Centro de Treinamento de Tratoristas*, iniciado no exercício de 1953, com 60 alunos matriculados, 20 aprovados e 20 habilitados na parte prática. Está em andamento a construção de um pavilhão para sede desse Centro de Treinamento.

As atribuições da Região Agrícola de Santa Teresa estão entregues a essa Escola, dado o merecido conceito em que é tida na sua zona de influência. Aliás, o seu Diretor, o agrônomo Lúcio Ramos, a convite dos proprietários agrícolas, aceitou a Presidência da Associação Rural de Santa Teresa e, entre outros benefícios da sua gestão, merece especial referência a aquisição de um prédio na vila de São João de Petrópolis, próximo à Escola, para a instalação de um *Curso de Economia Doméstica*, destinado à família dos associados em regime de internato, além do ensino de Dietética, Indústrias Caseiras, Costura, Trabalhos Manuais, Higiene, Enfermagem e Cultura Geral.

O Estado, além da verba de manutenção, contribui com Cr\$ 400 000,00 para diversos melhoramentos dessa Escola, inclusive início da construção da ponte definitiva, fronteira ao pavilhão central.

As *Escolas Agrotécnicas de Rive* e de *Iniciação Agrícola de Itapina* estão com a construção das respectivas sedes em satisfatório estado de adiantamento, devendo ficar concluídas no atual exercício, ensejando o início das aulas em 1955.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Que os planos do governo e os compromissos assumidos perante o povo e, particularmente, perante o professorado, no que tange à gestão dos negócios de Educação e Cultura, não eram na verdade — como a princípio e a espíritos menos avisados chegaram a parecer — demasiadamente grandes, menos ainda temerários ou utópicos — os fatos, que se puderam verificar desde 1951 e que demonstraram, em sua sucessão, eficácia e desenvolvimento, incoercível tendência à consolidação e implantação definitiva, nas estruturas e no funcionamento do sistema educacional do Estado, o patenteiam cabalmente. Sem vaidade nem alarde, pode o Governo — transcorridas três partes do tempo previsto para a execução desses planos anunciar ao povo sua completa e feliz realização.

No anúncio dessa “performance”, não vai apenas júbilo pelo êxito dos esforços desenvolvidos mas também o intuito de salientar, uma vez mais, os benefícios que advêm da compreensão e unidade de propósitos entre o Executivo e o Legislativo e, principalmente, a alentadora confiança na capacidade de progresso e recuperação do povo do Espírito Santo.

Para fazer idéia dos obstáculos que tiveram de ser vencidos e, por êsse modo, dar o devido aprêço à tarefa realizada, releva sublinhar a especificidade do “campo” dos negócios de Educação e Cultura, negócios que dizem respeito à vida do espírito, às necessidades e aspirações de todos, tais como experimentados nas vivências de cada um e em que se entrelaçam e colidem os mais diversos interêses coletivos, do bem-estar geral e da salvaguarda e sobrevivência do regime democrático, da ordem, da paz e da justiça social. Em um “campo” de ação de tamanha complexidade, não basta delinear projetos, prevenir verbas e prover material e pessoal habilitado para sua execução puramente técnica. Toda iniciativa é um impacto contra uma realidade que resiste, ora ostensiva, ora passivamente — porque, repercutindo mais ou menos profundamente nos espíritos e nos seus “espaços de vida”, determina reações várias, por vêzes imprevisíveis, de indivíduos ou de grupos organizados, que têm seus “modos de pensar”, suas próprias concepções de vida, suas tábuas de valores exclusivos.

Por tudo isto, é um fato digno de menção e que constitui, a um tempo, índice da prudência e acêrto da nova legislação e da orientação administrativa inaugurada pelo Governo e justo motivo de sua ufania, o de não se haver registrado, como anteriormente vinha ocorrendo, nenhum novo protesto contra ato oficial ou ação movida contra o Estado por membros do magistério, e, o que é mais, o de se haver encerrado — e que assim seja para sempre — aquêlê ciclo de permanente descontentamento do professorado ou de facções, que nutria, com suas queixas e denúncias de pre-

terições, de favoritismo, de amarguras, uma espécie de eloquência parlamentar, por vizes demagógica, de doestos e apóstrofes ao Governo, a qual, com frequência, não servia senão para abalar a confiança e a harmonia que devem reinar nas relações entre os diversos Poderes do Estado e para malbaratar o precioso tempo da Casa de Leis, que dêle necessita, em sua integridade, para dedicar-se ao estudo honesto e fecundo dos graves problemas da comunidade e à elaboração de suas soluções adequadas.

ENSINO PRIMÁRIO

Sendo o ensino primário, ainda no momento que passa, o sector de atividades educacionais de maior importância e premência, sobretudo porque diz respeito à "educação de base", essencial para o desenvolvimento, sem conflitos nem descompassos, de uma ordem social, que traz, em si mesma, o fermento de sua evolução e melhoria, implicando, por isso mesmo, os interesses da totalidade do povo — para êle se volveram, de preferência, desde o início, as maiores atenções do Governo, com o empenho de promover a revisão e reajustamento das normas legais que o disciplinavam e a reorganização do contexto de forças e influências em que se processava. Estéril teria sido qualquer esforço de reforma do sistema escolar do Estado no plano das estruturas pedagógicas de nível secundário e superior, que não fôsse, como foi, precedido e preparado pela obra de recuperação e dinamização das estruturas de nível primário. Esta obra se empreendeu e se vem realizando sob a égide da Lei n.º 549, de 7-12-51, cognominada a "Lei Áurea" da Educação capixaba, e, se, há um ano, podia a Secretaria de Educação e Cultura apregoar os primeiros frutos dessa Lei e as esperanças de sua multiplicação, pode agora assegurar a excelência dêles e a certeza de que, revista e reajustada à situação consequente à sua própria vigência, deve ela ser mantida em seus grandes lineamentos, para incentivo do professorado, estímulo da ampliação da rede escolar e aguilhão do rendimento crescente de suas unidades. Com êsse "desideratum", ver a Secretaria desde já procedendo aos estudos necessários por meio de levantamentos minuciosos e objetivos dos fatos da situação atual e sua análise, os quais servirão para demarcar o caminho da busca de normas de legislação destinadas a duração superior à das que, sob a pressão das circunstâncias e em função de fins urgentes e intermediários, tiveram de ser estabelecidas com caráter de emergência.

Os elementos de informações quantitativas, constantes de diversas tabelas anexas, são bastante eloquentes.

"Enquanto em 1951 — como foi dito em relatório anterior — funcionaram no Estado 2 053 unidades escolares (*) de ensino primário (a saber: de ensino fundamental comum, complementar e supletivo), em 1952, funcionaram 2 163, quantitativo muito próximo da previsão feita pelos

(*) Deve entender-se por "unidade escolar" a turma de alunos sob a regência de um professor de ensino primário, podendo, portanto, ser uma classe de "Grupo Escolar", uma escola singular ou uma das escolas (neste Relatório computada como classe) de estabelecimento denominado "Escolas Reunidas".

órgãos técnicos da Secretaria e que foi de 2 179 (exclusive o ensino pré-primário), elevando-se esse número em 1953 para 2 365, superior à própria previsão que foi de 2 357.

De outra parte, os quantitativos referentes à constituição do pessoal de magistério sugerem e testemunham seus crescimentos em quantidade assim como em qualificação. O exame da tabela abaixo patenteia a dupla tendência à redução dos quadros de docentes leigos ("Professores de Concurso" e "Docentes de Emergência") e ao aumento dos de professores normalistas ("Professores Primários" e "Regentes de Ensino Primário").

ANO (*)	Prof. normalistas				Prof. leigos				
	P.P.	R.E.P.	R.E.	Soma	P.C.	D.E.E.	D.E.	Soma	
1947	850	—	—	850	270	—	972	1 242	2 092
1948	947	—	—	947	255	—	1 014	1 269	2 216
1949	926	62	—	988	241	—	1 045	1 286	2 274
1950	996	75	—	1 071	236	—	1 206	1 442	2 513
1951	1 054	100	32	1 086	212	145	961	1 318	2 404
1952	1 224	140	42	1 406	177	294	611	1 082	2 488
1953	1 333	177	19	1 579	164	336	577	1 077	2 656

Para esse tipo de evolução do quadro do pessoal de magistério têm contribuído eficazmente os Concursos de Ingresso. Através do primeiro Concurso realizado, em que se inscreveram 428 candidatos, ingressaram nos quadros do magistério 262 normalistas no início do ano letivo de 1952; através do segundo Concurso, em que o número de candidatos foi de 321, ingressaram mais 208. Segundo as previsões da Secretaria de Educação e Cultura, no terceiro Concurso apazado para o início do ano de 1954, deverão inscrever-se 300 a 350 candidatos, sendo de esperar ingressem, no magistério, através dele, outros 200 normalistas. (**)

Para o ano de 1954, prevê também a Secretaria de Educação e Cultura nova expansão do sistema escolar primário, devendo abranger então

(*) Os dados relativos ao período de 1947 a 1950 foram extraídos de documentos do Arquivo da S.E.C. Todos os quantitativos desta tabela, assim como das tabelas anexas ao presente Relatório, estão sujeitos a revisões. Da mesma forma, as diferenças entre os quantitativos apresentados em tabelas elaboradas pela S.E.C. em anos diversos são explicáveis como resultados de constantes revisões das mesmas, à luz de informações e esclarecimentos que chegam quase sempre tardiamente a Secretaria, em virtude de dificuldades de comunicações ou extravios de correspondência.

(**) No momento em que este Relatório é apresentado, já se encerraram os trabalhos do 3.º Concurso de Ingresso, tendo-se verificado 337 inscrições de candidatos, 228 dos quais escolheram cadeiras e serão nomeados.

2 571 unidades escolares, das quais 1 694 já se encontram providas, 200 aproximadamente se-lo-ão por Concurso, (*) permanecendo vagas as restantes.

Se tais previsões — que não vêm viciadas de excessos de otimismo — se concretizarem, estará o Estado do Espírito Santo, em 1954, na posse de uma armadura educacional de vasto alcance, com capacidade de matrícula e frequência de mais de 100 000 crianças, número que corresponde, em cálculos aproximados, a 60% de sua população infantil escolarizável. (**) Se se tiver presente que nenhuma outra unidade da federação, ao que parece, tem logrado manter em real funcionamento, unidades escolares em número suficiente para igual taxa percentual de sua população escolarizável, ver-se-á quão grande vem sendo o esforço do Governo espírito-santense para desincumbir-se da ingente tarefa de oferecer oportunidades cada vez mais amplas de educação de base a parcela cada vez maior de sua geração infantil.

Mas para que essa linha ascensional de evolução do sistema escolar primário não sofra solução de continuidade, será necessário prosseguir, com perseverança e denodo, por algum tempo ainda — ao menos pelo tempo necessário à formação de novos contingentes de professores pelas Escolas Normais e à consequente constituição de um magistério integrado, em seus quadros, exclusivamente ou quase, por êsses elementos — no esforço de valorização do "diploma do normalista" e de dignificação do "professor que produz".

"Professor que produz" deve ser considerado aquele que, na conformidade do disposto nos artigos 23 e 35 da "Lei Aurea", não se afasta da *função própria do cargo* — a saber: o efetivo desempenho da tarefa de

(*) Considera-se provida a cadeira-escola ou classe — regida por professor nomeado em caráter efetivo, seja qual for a categoria a que pertencer, inclusive o professor nomeado por concurso e em estágio probatório; *vaga*, a cadeira-escola ou classe — regida por professor interino ou "docente de emergência" admitido provisoriamente. Dizer que uma escola ou classe se encontra *vaga* não significa, portanto, necessariamente, que ela está fechada ou com o funcionamento interrompido. No ano de 1953, p. ex., cerca de 800 escolas permaneceram vagas mas apenas 161 deixaram de funcionar regularmente. Em face dos resultados, agora já conhecidos do 3.º Concurso de Ingresso, sabe-se que o número de cadeiras providas — que, ao término de 1953, era de 1 694, deverá elevar-se, no mínimo, a 1 952 no início do período letivo de 1 954, permanecendo, assim, vagas, apenas 649.

(**) Não confundir as expressões "população em idade escolar" e "população escolarizável". A primeira abrange todos os indivíduos de 7 a 12 anos de idade. A segunda, as crianças dessas idades, encontradas em núcleos populacionais de certa densidade demográfica, por forma que se verifique a possibilidade de frequência de 30 ou, no mínimo, 15 crianças, na escola que aí esteja localizada ou venha a localizar-se.

regência de escola ou classe (*) — e, nessa atividade, apresenta certo grau de assiduidade, eficiência e aptidão, verificadas — no mínimo e à falta de critério mais seguro — através dos quantitativos de comparecimentos anuais, de frequência dos alunos e rendimento letivo, a que aludem os citados dispositivos legais.

É necessário evitar, ou — ao menos, reduzir ao mínimo possível — os afastamentos dos ocupantes de cargos de professor para outras funções, fora ou dentro do magistério. Em tese e salvo casos verdadeiramente excepcionais, não há justificação para o fato de se permitir que professores — funcionários que são pagos pelas verbas destinadas, por força da própria Constituição, aos serviços de educação, a saber, verbas de destinação quase “sagrada”, pois se trata de assegurar a escolarização das crianças que dela não podem prescindir — passem a exercer atividades diversas das do cargo para que foram nomeados. Cada vez que um professor é “colocado à disposição” de qualquer repartição ou comissionado para exercer funções que não as do cargo e estranhas ao ensino — seja qual for a relevância dessas funções — uma escola, existente ou que deveria existir, fica acéfala, vale dizer, um púgilo de crianças fica sem escola. Do que se segue que, enquanto houver, em funcionamento no Estado — como há no Brasil — menos escolas do que as necessárias, a única política educacional digna é a que consiste em manter “cada professor em sua escola”.

Esta tem sido a orientação do Governo, que procura, tanto quanto possível, evitar:

- a) — a designação de membros do magistério para prestação de serviços junto a repartições estranhas à S.E.C. ou mesmo junto aos órgãos da mesma, fora dos estabelecimentos em que devem ter exercício;
- b) — o que se tem chamado “empilhamento” de professores em determinados estabelecimentos de ensino, nos quais, ainda recentemente, se aglomeravam numerosos “professores sem alunos”, enquanto noutras cidades e, notadamente, nos lugares rurais, se verificava (como ainda infelizmente se verificará por algum tempo) a presença de numerosas “crianças sem escolas”;
- c) — a designação de professores para atividades especializadas como, p. ex., as de regência de aulas de Canto Orfeônico, de Trabalhos Manuais ou outras.

A medida não teria justificativa, sobretudo na atualidade, dada a carência, que permanece, de professores devidamente titulados para o provimento de centenas de escolas vagas. Para obviar os males que a falta

(*) Nas atuais circunstâncias, é necessário que se considere também como função própria do cargo de professor a de direção de estabelecimento de ensino primário, a de inspeção do ensino e mesmo, a regência de aulas de Pedagogia, Metodologia ou Didática de Ensino, das Escolas Normais.

de professores especializados pudesse representar, já os programas de ensino dos cursos normais prevêm aulas de Canto Orfeônico e de Trabalhos Manuais, com que se procura dar, desde logo, aos futuros professores, o domínio dos conhecimentos e das técnicas fundamentais dessas disciplinas e de seu ensino na escola primária.

Uma só exceção tem-se admitido: a da designação de professores para a execução das aulas ou sessões de Educação Física, Jogos e Desportos. O ideal seria que tais atividades — como as de Canto Orfeônico e as de Trabalhos Manuais — pudessem ficar inteiramente a cargo do próprio professor regente da escola ou classe. Com esse “desideratum” certamente é que foi também incluída, nos programas dos cursos normais, a disciplina denominada “Educação Física”. Na prática, porém, raramente esse ideal é realizável, seja pela especialização da tarefa que exige preparação adequada, seja pelo esforço físico que impõe, superior ao que permite a idade ou estado de higidez do professorado empregado nas atividades docentes. Daí a contingência da designação de professores especiais, recaindo a escolha unicamente naqueles que são portadores do diploma conferido pela Escola de Educação Física do Estado ou estabelecimento congênere reconhecido. Essa contingência, porém, cria problemas de ordem administrativa de difícil solução. No momento em que este Relatório é feito, acha-se a S.E.C. profundamente empenhada no exame desses problemas, tendo em vista, precipuamente, a necessidade de uma prévia definição das atribuições de cargo ou função de professor de educação física, ao qual se devem procurar os meios de dar maior volume e densidade de trabalhos, em congruência com os reais imperativos da educação na hora presente.

Na mesma ordem de idéias e com o permanente intuito de manter o maior número possível de professores no real desempenho da função de regência de escola ou classe e, mais ainda, de estimular a penetração do professorado normalista no interior, particularmente nas zonas rurais, por vêzes, sertanejas, do Estado foi instituída pela Lei n.º 549, a “gratificação de magistério”, pagável aos professores que e enquanto se encontrem na regência de escola ou classe, e tanto mais elevada quanto mais rústicas as condições dos ambientes em que a unidade escolar se localiza. Os benéficos resultados desse dispositivo legal não tardaram em manifestar-se. Os levantamentos a que a S.E.C. procedeu revelam que em 1951, a saber, antes da vigência da Lei citada, meia centena aproximadamente de professores normalistas exerciam o magistério “solitário”, isto é, fora dos Grupos Escolares e Escolas Reunidas, nas Escolas Singulares situadas além do perímetro urbano das sedes municipais ou dos distritos; em 1952, porém, esse número beirava a casa dos 300 e em 1953, se elevava a cerca de 500, sendo de esperar-se que, no exercício entrante de 1954, ultrapasse mesmo a de 600.

Esse movimento, que pode ser chamado de “bandeirismo” magisterial, que tendia a estagnar-se à mingua de sustentação por meio de incentivos apropriados, reviveu ao impulso da nova legislação e com tal pujança, que o atual governo não dissimula o júbilo e orgulho de ter conseguido enviar a certas regiões do setentrão do Estado, os primeiros normalistas que, em

quatro séculos de história, pisaram certas localidades daqueles confins do território sob sua jurisdição.

Se, depois desses alvissareiros frutos da instituição da "gratificação de magistério", alguma alteração do dispositivo legal respectivo deve ser feita, não há de ser, por certo, no sentido de estendê-lo a outros professores, mas exclusivamente àqueles que perseveraram no real desempenho da função de regência nos ambientes de menor conforto ou maior distância dos centros urbanos mais populosos.

Dando mais um passo no sentido da efetivação dos bons propósitos contidos nos "considerandos" do Decreto n.º 753, de 31 de janeiro de 1952, pelo qual o Governo adotou nova modalidade de instituição pedagógica — a dos Parques e Recantos Infantis — para solução do grave problema da educação, assistência e preservação da infância pré-escolar — serão inaugurados, dentro em breve, os novos Parques Infantis "Ernestina Pessoa" e "Darcy Vargas", respectivamente localizados no centro da cidade de Vitória (Moscoso) e num dos bairros da periferia (Santo Antônio). (*)

**EDUCAÇÃO
PRÉ-ESCOLAR**

Para bem ajuizar das vantagens desta modalidade de instituição sobre a do tradicional "Jardim da Infância" de tipo froebeliano, convém lembrar que ela não somente realiza as atividades propedêutico-escolares que têm constituído a característica essencial deste, como também se propõe grande variedade de outros serviços, para que se aparelha — assistência médica, odontológica, alimentar, recreativa etc. — destinando-se, de preferência, aos menores procedentes das camadas mais humildes da população e podendo acolher, por sua organização e funcionamento, muito maior número de crianças carecidas de sua influência. Nesse sentido e para efeito de confronto, deve ser mencionado o seguinte fato: enquanto o Estado, até 1951, manteve dois "Jardins da Infância e várias unidades de ensino pré-primário, com 16 classes a cargo de 22 professores e frequentadas, em média, por 296 crianças e, em 1952, manteve os mesmos dois estabelecimentos com a frequência de 316, o primeiro Parque Infantil inaugurado em 1953, apresentou nesse ano a matrícula de 420 menores, estando já inscritos para frequência dos três P.I. que funcionarão em 1954, mais de 1200 candidatos. Está o Governo certo de que, com a adoção de nova modalidade de instituição para a infância, não somente segue orientação mais segura o condizente com as melhores conquistas da ciência e da técnica pedagógicas, como também empreende mais uma providência relevante para a solução do grave problema social dos menores abandonados ou semi-abandonados.

Lentamente embora, a pequena rede de estabelecimentos de ensino complementar tende a desenvolver-se. Foi o seguinte o movimento verificado no último triênio:

(*) Dias depois da elaboração deste Relatório, foi inaugurado, no dia 1.º de fevereiro, o primeiro dos P. I. acima citados, estando apazada para o mês de março a instalação do segundo.

Ano	Unidades	Frequência
1951	12	354
1952	22	564
1953	26	651

Para o ano de 1954, estão previstas 30 classes, cuja capacidade de 1 200 alunos, dificilmente será integralmente aproveitada.

ENSINO SUPLETIVO

Foi de 34 unidades a rede de "cursos supletivos noturnos" mantidos pelo Estado no ano de 1953, registrando-se a frequência média de 798 alunos. Leve declínio se observa no quantitativo da frequência em relação ao ano anterior, em que funcionaram 33 unidades com 807 alunos frequentes. Para o ano de 1954, prevê a S.E.C. o funcionamento de 36 unidades com capacidade para 1 080 alunos, tornando-se, porém, indispensável a intensificação do serviço de inspeção e assistência a esses cursos, não só com vistas ao aumento da matrícula e frequência como também com o intuito de esclarecer as causas da queda verificada em 1953.

Destinados a adultos — e, geralmente, a adultos analfabetos, isto é, aos que não tiveram escolarização oportuna — os cursos, por isso mesmo chamados, supletivos, são sempre de funcionamento noturno. Exigem, por essa razão, certo sacrifício dos alunos — o da renúncia de suas poucas horas diárias de repouso e lazer. Nestas condições, tais cursos, mais que quaisquer outros, carecem de técnicas seguras de motivação, devendo a regência ser entregue a professores de excelentes qualidades didáticas. Funcionando, porém, ainda, com o caráter de "dádiva" que se põe à disposição dos interessados, tem-se verificado ser mínimo, via de regra, seu rendimento letivo.

Com o intuito de organizar, em ambiência psicológica e social de grande calor cívico, essa modalidade do ensino primário, tem o Ministério de Educação e Cultura promovido anualmente a chamada "Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos Analfabetos". No Espírito Santo, que sempre procura fazer sua parte, essas Campanhas se têm desenvolvido com mais esforço do que eficiência, devendo-se — não em busca de excusas mas por amor da verdade — registrar o fato de serem anualmente prejudicadas pela lentidão de certas formalidades necessárias aos seu desencadeamento e dependentes dos próprios órgãos federais.

Os quantitativos referentes ao movimento da "campanha" realizada em 1953 são os seguintes: cursos — 203; alunos matriculados — 5 869; aprovados — 2 745.

ENSINO MÉDIO

O ensino médio no Estado, que esteve representado em 1952 por 31 estabelecimentos (*), sendo 1 mantido pela União, 24 pela iniciativa par-

(*) No Relatório anterior constaram, por equívoco, 30 estabelecimentos. Devem incluir-se na relação constante da Tabela VIII, que lhe foi apensa, o Liceu "Pedro Nolasco", de Ibirapu e o Curso do SENAI localizado no município de Cariacica e, ao mesmo tempo, excluir dela o "Instituto Salesiano Anchieta" de Cachoeiro de Itapemirim, que segundo verificação posterior, não mantém curso de ensino médio.

ticular, 2 pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, 4 pelo Estado, passou, no ano de 1953, a ser realizado através de 34 estabelecimentos, sendo 1 federal, 24 mantidos por organizações privadas, 5 pela "Campanha Nacional de Educandários Gratuitos" e 4 estaduais. Quanto à localização, achavam-se esses estabelecimentos assim distribuídos: 12 na capital, 2 em Anchieta, 4 em Cachoeiro de Itapemirim, 1 em Cariacica, 1 em Castelo, 2 em Colatina, 2 em Guaçu, 1 em Guarapari, 1 em Ibraçu, 1 em Itaguaçu, 1 em Mimoso do Sul, 1 em Santa Teresa, 2 em São José do Calçado (sendo um no distrito de Bom Jesus do Norte) e 1 em São Mateus. Por essa enumeração se pode observar que apenas um estabelecimento — e esse com um só curso, o de ensino secundário de 1.º ciclo — se encontra localizado no setentrião do Estado, havendo 2 na cidade de Colatina, à margem do Rio Doce e estando os 31 restantes situados nos municípios do sul.

O conjunto desses estabelecimentos compreendeu 76 cursos de diversas modalidades de ensino médio, com 11 235 alunos matriculados (*), na conformidade da respectiva Tabela anexa.

A parte de contribuição do Estado aos quantitativos da Tabela é representada pelos quatro estabelecimentos estaduais — Escola Normal "Pedro II" e Colégio Estadual do Espírito Santo, localizados na Capital, C.E.E.N. "Muniz Freire", localizado em Cachoeiro de Itapemirim e C.E.E.N. "Conde de Linhares", localizado em Colatina — nos quais funcionaram as modalidades do ensino abaixo mencionadas com os respectivos esclarecimentos sobre os números de classes e matrículas (V. também a tabela anexa).

MODALIDADE	CICLO	CURSOS	CLASSES	MATRÍCULAS
Ensino Secundário	1.º	4	57	2 072
	2.º	3	18	397
Ensino Pedagógico	1.º	—	—	—
	2.º	3	11	306
SOMA	—	10	86	2 775

Reflexo, por ventura, do impulso de expansão e aperfeiçoamento que se vem operando no sistema escolar primário ou consequência, senão imperativo, do despertar das energias econômicas do Estado, o fato é que um vivo e novo sopro de interesse pelo ensino médio se tem manifestado nos últimos anos, o que se patenteia ao simples confronto dos quantitativos do movimento escolar desse nível, constantes deste e de anteriores relatórios. Entretanto, é bem de ver, a iniciativa privada, que se fez credora do

(*) Quantitativo sujeito a revisão.

apréço público pela audácia com que tomou a dianteira ao Estado, durante largo tempo, na empresa da ampliação da rede nacional de estabelecimentos de ensino médio, especialmente secundário — 75% dos quais, no mínimo, são empreendimentos seus — e que no Espírito Santo, ainda em 1952 e 1953, manteve, respectivamente, 77% e 70% dos estabelecimentos existentes, — como que tende, ultimamente, a retrair-se, o que coage o Poder Público a assumir os onus de uma parcela cada vez maior de responsabilidades na manutenção e desenvolvimento de sua armadura atual de ensino dêsse nível. Assim é que se prevê, para 1954, a instalação e funcionamento de mais três grandes estabelecimentos estaduais de ensino secundário e normal, nos municípios de Castelo, Alegre e Mimoso do Sul, já criados pelas leis n.º 667, 738 e 757, respectivamente, de 5-12-952, 21-10-953 e 14-12-953.

Dessa forma, a rede de ensino médio apresentar-se-á, no exercício de 1954, com 34 estabelecimentos, 7 dos quais mantidos pelo Estado, que passará, por consequência, a manter não mais 12,9% dêles, como vinha ocorrendo, mas 20,6%.

Atento a êsses fatos e ao alto custo de manutenção do ensino médio gratuito e com o fim de, pelo amparo que merece, reavivar a contribuição da iniciativa particular e, ao mesmo tempo, garantir a cooperação da coletividade na solução do problema, prossegue a Secretaria de Educação e Cultura os estudos — necessariamente lentos e cautelosos por se tratar de medidas nunca antes praticadas alhures — dos planos de reforma da legislação atual, com vistas ao entrelaçamento dos esforços e mútua salvaguarda dos interesses públicos e particulares, sobre que se possam construir as bases e diretrizes de uma política de expansão da rede de estabelecimentos de ensino dêsse nível, sem demasiados sacrifícios dos clientes nem tributos excessivos dos cofres do Estado.

ENSINO SUPERIOR

Apenas um estabelecimento — Faculdade de Odontologia, restabelecida por força de dispositivo constitucional de 1947 — representava, depois da federalização da Faculdade de Direito, o ensino de nível superior mantido pelo Estado. O triênio 1950-53, de tão alvissareiras realizações no âmbito dos negócios de educação e cultura em geral, foi igualmente assinalado pelos mais significativos esforços tendentes à construção da peça de maior vigor e realce da armadura educacional e cultural do Estado: a Universidade do Espírito Santo.

Diversas leis, frutos da sintonia dos Poderes Executivo e Legislativo em relação aos modos de ver e sentir as necessidades e aspirações da coletividade capixaba, foram promulgadas e sancionadas:

1 — A Lei n.º 520, de 6-9-51, pela qual foi criada a ESCOLA POLITÉCNICA;

2 — a Lei n.º 550, de 7-12-51, de criação da FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS;

3 — a Lei n.º 610, de 31 do mesmo mês, de criação da ESCOLA DE BELAS ARTES;

4 — a Lei n.º 661, de 12-11-952, pela qual foi criado o INSTITUTO DE MÚSICA;

5 — a Lei n.º 707, de 10-1-53, de criação da ESCOLA DE AUXILIARES DE ENFERMAGEM.

Dos estabelecimentos acima referidos, já foram instalados e se acham em regular funcionamento a Escola Politécnica, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, a Escola de Auxiliares de Enfermagem e a Escola de Belas Artes, achando-se os três primeiros sob regime de inspecção federal, que deverá aplicar-se, no ano de 1954, também ao último.

Elementos de informação a respeito do movimento escolar do ensino superior se encontram em tabela anexa respectiva.

Com a antevisão do surto de desenvolvimento dêsses e de outros institutos, já tem o Governo reservado um terreno de 120 hectares em aprazível sítio do bairro ilhéu de Maruípe, destinado à sede da futura Cidade Universitária capixaba. De outro lado, no intuito de imprimir, desde logo, ao sistema de ensino superior do Estado o caráter próprio das instituições desse gênero, tem adiantados os estudos para a elaboração do Ante-Projeto de Lei da criação da UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO, que submeterá, em breve, ao exame do Poder Legislativo (*). Ao mesmo tempo e a fim de dar o mínimo de condições indispensáveis ao funcionamento da Escola Politécnica, inicialmente instalada no prédio do Colégio Estadual, determinou o Governo o início da construção do primeiro bloco do futuro edifício dessa Escola, para o qual, já agora concluído, pôde ela transferir-se no curso do ano de 1953. Iniciadas que foram também no mesmo terreno as obras do edifício do Hospital das Clínicas, cogita o Governo igualmente de principiar as do destinado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

Por circunstâncias diversas — às quais se fez alusão no relatório anterior, e, entre elas, o imperativo aproveitamento máximo do professorado na função por excelência, característica do cargo e que a de regência de escola ou classe — não se processou a pretendida reorganização do Serviço de Educação Física. Sem embargo, as atividades desse Serviço tiveram regular desenvolvimento, com 93 professores distribuídos por 44 estabelecimentos (9 de ensino médio, 30 Grupos Escolares, 2 estabelecimentos de educação pré-escolar e 3 instituições de assistência), nos quais se executaram 13 099 sessões com a participação de 14 730 educandos. O decréscimo do número de sessões, em comparação com os dos anos anteriores, e que é explicável, segundo o órgão de direção do Serviço, como consequência de convocações dos professores à frequência de cursos de aperfeiçoamento e especialização, realizados, durante o ano, na capital, foi, de certo modo, compensado pelo aumento da população escolar a que se estenderam os benefícios da prática dirigida das atividades físicas.

**SERVIÇO DE
EDUCAÇÃO
FÍSICA**

(*) Na data da apresentação deste Relatório, pode-se informar que o Ante-Projeto em aprêço já se acha na Assembléia Legislativa do Estado, objeto que foi de Mensagem do Executivo datada de 31-1-1 954.

**SERVIÇO DE
CINEMA**

Permanecendo, embora, os óbices à expansão do Serviço de Cinema Educativo — falta de prédio e sala de projeções, defeitos e desgastes de equipamento antigo, alto custo do material e, não raro, total impossibilidade de encontro de peças no mercado — demonstraram os quantitativos abaixo não terem caído os seus índices de trabalho.

ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CINEMA EDUCATIVO

ANO	Sessões realizadas	Exibições de filmes	Aulas com auxílios audio-visuais	Alunos presentes
1951	473	653		
1952	1 104	1 344	454	17 704
1953	842	1 304	752	23 417
			814	24 905

**SERVIÇO DE
RURALIZA-
ÇÃO DO EN-
SINO**

Com o fim de imprimir às práticas escolares certo grau de atividade-lúdica, e ao mesmo tempo produtiva — que o imoderado intelectualismo didático tradicional tende sempre a expulsar das cogitações magisteriais — mantém a S.E.C. um Serviço de Ruralização do Ensino, a cargo de Agrônomo para esse fim colocado à sua disposição. Através de todos os percalços que perturbam o desenvolvimento das atividades desse Serviço, vão-se desenvolvendo seus trabalhos e influências junto a muitas unidades escolares, com expressivo proveito, não só tocante à aprendizagem dos alunos como também, por vêzes, relativo à economia das instituições assistenciais mantidas pelos estabelecimentos.

**PRÉDIOS
ESCOLARES**

No período de 1946 a 1952, foram celebrados entre os Governos Federal e Estadual dezesseis (16) Acórdos relativos à construção e equipamento de Prédios Escolares, na seguinte conformidade:

A — Nove (9) Acórdos pelos quais o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) do Ministério de Educação e Cultura se comprometia a auxiliar com a importância de Cr\$ 16 720 000,00 o plano estadual de construção e equipamento de prédios para escolas singulares rurais, sendo Cr\$ 15 920 000,00 para construção de 262 prédios do tipo ETR (Escolas Típicas Rurais) e Cr\$ 800 000,00 para equipamento de cem (100) dêles;

B — Quatro (4) Acórdos do valor-auxílio de Cr\$ 3 300 000,00, destinados à construção de doze (12) GE, isto é, prédios de Grupos Escolares;

C — Dois (2) Acórdos do valor-auxílio de Cr\$ 3 000 000,00 destinados à construção e equipamento de um prédio tipo ENR, a saber, Escola Normal Rural, em Colatina;

D — Dois (2) Acórdos no valor-auxílio de Cr\$ 700 000,00 para construção do prédio tipo Gin, isto é, Ginásio de Afonso Cláudio.

Por circunstâncias de vária ordem, estiveram interrompidas temporariamente as obras relativas a êsses Acórdos, tendo sido retomadas recentemente, por forma que, segundo se pode verificar pela respectiva tabela anexa, é a seguinte a posição atual da execução dos Acórdos, depois de concluídos mais 22 prédios em 1953:

I — *Prédios concluídos:*

- a) — 1 ENR (em Colatina);
- b) — 11 GE (em diversos municípios);
- c) — 191 ETR (em diversos municípios).

II — *Prédios em construção:*

- a) — 1 Gin (em Afonso Cláudio);
- b) — 37 ETR (em diversos municípios).

A carência de mobiliário e material escolares, que se faz sentir há muito, tenderia necessariamente a agravar-se com o crescimento da rede de unidades de ensino do Estado. Na medida das possibilidades orçamentárias, quer pela aquisição de novas peças, quer pela recuperação das que se achavam em mau estado, quer enfim pela obtenção de auxílios federais, tem a S.E.C. procurado dotar os estabelecimentos de ensino do mínimo indispensável ao regular funcionamento. Constam de tabela anexa os quantitativos de fornecimentos feitos às escolas durante os anos de 1951, 1952 e 1953, entre os quais se devem salientar os de carteiras, que atingiram, no triênio, ao número de 14 440.

Remodelado pelo Decreto n.º 777, de 24-3-952 e, ao impulso da campanha provida pela Secretaria de Educação e Cultura para o enriquecimento de seu documentário, acha-se atualmente o Museu Capixaba, por suas diversas secções, em período de promissor desenvolvimento, sendo frequentes as doações que recebe e crescente o interesse popular por essa instituição cultural, que se destina a transformar-se, em breve, em Instituto complementar da futura Universidade do Espírito Santo.

**MUSEU CA-
PIXABA**

Instalada em velho casarão, sem espaço suficiente e sem o conforto necessário aos leitores, a Biblioteca Estadual, prestes a completar (em 1955) seu centenário, possui atualmente 19 071 livros, tendo sido seu movimento, em 1953, de 46 234 consultas feitas por 37 670 consulentes.

**BIBLIOTÉCA
ESTADUAL.**

Postos em confronto com os quantitativos dos anos anteriores, patentela-se o crescimento da importância que a Biblioteca começa a ter na vida cultural: sublinhe-se, para ilustração, que o número de consulentes que foi, em 1950, de 14 563, passou, em 1953, a 46 234, o que sugere que se lê três vezes mais atualmente do que há três anos passados.

CONCLUSÃO

Nesté breve relato, se procurou considerar o que foi feito no sector dos negócios de Educação e Cultura até o fim do ano de 1953 e, a bem da clareza, o que não se logrou fazer assim como o que se pretende fazer ainda. Sem dúvida, o que foi feito supera o conteúdo dos planos iniciais e, de certo modo, a própria expectativa governamental.

Ao professorado de todos os graus de ensino, ao funcionalismo da S.E.C., aos Membros do Legislativo, e, em geral, aos homens da administração e da política, ao povo, enfim, muito deve a S.E.C. pelo êxito de sua tarefa.

O Apêndice n.º 1 apresenta uma súmula da Legislação educacional mais significativa do último triniq. Mas o que de melhor foi realizado não consiste apenas em Leis, normas que, por definição, expressam uma ordem valiosa, idealizada e potencial, por isso mesmo, sem realidade concreta e cuja vigência de fato só pode fluir de seu caráter coercitivo e da fidelidade de seus guardiões. Leis sábias encobrem, por vèzes, realidades amargas. O melhor que se realizou foi uma reforma, em alguns aspectos profunda e radical, de praxes, usos, práticas e critérios de administração educacional, com benfazejos reflexos no "campo da vida" do magistério, na economia e racionalização do sistema escolar e na organização de condições necessárias e suficientes à expansão cultural do Estado.

Que tal reforma e a nova legislação possam consolidar-se — eis o que se deve desejar para o bem do Ensino e do Espírito Santo.

ANTE-PROJETO DE LEI

O GOVERNADOR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decretou e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I

DA UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO

Art. 1.º Fica criada, com sede nesta Capital, a Universidade do Espírito Santo.

Art. 2.º — São fins da Universidade:

- a) promover condições propícias ao desenvolvimento da reflexão filosófica, da pesquisa científica e da produção literária e artística;
- b) assegurar, pelo ensino, a comunicação dos conhecimentos que concorrem para o bem-estar generalizado e para a elevação dos padrões de vida, de atividade e de pensamento;
- c) formar especialistas nos diversos ramos da cultura e técnicos altamente habilitados ao exercício das atividades profissionais de base científica ou artística;
- d) incentivar e prover os meios de progresso da cooperação nas atividades intelectuais;
- e) realizar a obra social da vulgarização da cultura.

TÍTULO II

DA CONSTITUIÇÃO DA UNIVERSIDADE

Art. 3.º — A Universidade do Espírito Santo, cuja sigla será U.E.S., se constitui de:

- a) institutos universitários: os que são integrantes do sistema;
- b) institutos complementares: os que, por seus fins e organização, podem concorrer para a ampliação das atividades de pesquisa, ensino e influência dos institutos universitários.

Art. 4.º — Serão institutos universitários:

- a) a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada pela Lei n.º 550, de 7-12-51;
- b) a Escola de Medicina;
- c) a Faculdade de Odontologia, criada pelo art. 11 das Disposições Constitucionais e Transitórias da Constituição Estadual de 1947;
- d) o Instituto de Química Industrial;
- e) a Escola Politécnica, criada pela Lei n.º 520, de 6-9-51;
- f) a Escola de Música, em que fica transformado o Instituto de Música, criado pela Lei n.º 661, de 12-11-952;
- g) a Escola de Belas Artes, criada pela Lei n.º 610, de 12-11-952.

§ único — Para os fins desta Lei, ficam criados os institutos universitários enumerados nas alíneas **b** e **d** deste Artigo.

Art. 5.º — São institutos complementares da U. E. S.:

- a) a Santa Casa de Misericórdia, fundada em 1545;
- b) a Biblioteca Estadual, fundada em 16-7-855;
- c) o Museu Capixaba, criado pelo Decreto n.º 10 610, de 3-7-939 e reorganizado pelo Decreto n.º 777, de 24-3-52;
- d) o Instituto de Tecnologia, criado pela Lei n.º 781, de 30-12-953;
- e) o Hospital das Clínicas;
- f) o Horto Florestal;
- g) quaisquer outros órgãos, de caráter científico ou técnico, artístico ou pedagógico, mantidos pelo Estado ou por ele subvencionados.

§ único — Para os fins deste artigo, fica criado o Hospital das Clínicas do Estado.

TÍTULO III

DA AUTONOMIA E PATRIMÔNIO DA UNIVERSIDADE

Art. 6.º — A U.E.S. terá personalidade jurídica e autonomia científica, didática e administrativa, nos limites que vierem a ser estabelecidos em seu Estatuto, e, também, quando se houver constituído seu patrimônio próprio, completa autonomia econômica e financeira.

Art. 7.º — Os institutos universitários enumerados no art.º 4.º são autônomos dentro das normas que vierem a ser estabelecidas no Estatuto Universitário e poderão expedir diplomas e certificados das respectivas especialidades profissionais.

Art. 8.º — O Patrimônio da U. E. S. será constituído:

- a) de subvenções dos poderes públicos;
- b) dos terrenos e prédios em que funcionem os institutos universitários e suas respectivas instalações.

§ único — Ficam respeitados os patrimônios atuais dos diversos institutos universitários e os que fôrem instituídos com destinação expressa no sentido de serem aplicados de acôrdo com a sua constituição.

TÍTULO IV

DA DIREÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE

Art. 9.º — A direção e administração da U. E. S. caberão a um Reitor, assistido por um Conselho Universitário.

Art. 10.º — O Reitor da U. E. S. será nomeado livremente pelo Governo dentre professores catedráticos dos diversos institutos universitários.

§ único — Enquanto não estiverem plenamente constituídos os quadros docente e as congregações dos diversos institutos universitários, o Governo poderá nomear para exercer as funções de Reitor pessoas de reconhecida capacidade, portadoras de título-universitário.

Art. 11.º — O Conselho Universitário é constituído:

- a) — dos diretores dos diversos institutos integrantes da Universidade;
- b) — de um representante da Congregação de Professores de cada um dos institutos universitários, eleitos por um ano;
- c) — de um representante dos ex-alunos diplomados dos diversos institutos universitários, eleito por um ano por seus pares em assembléia a que compareçam, ao menos, cem ex-alunos diplomados;
- d) — de um representante dos atuais alunos, eleito por um ano em assembléia a que compareçam ao menos, dois terços dos alunos regularmente inscritos.

Art. 12.º — O Conselho Universitário se reunirá, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que fôr convocado pelo Reitor e só poderá funcionar com a presença de dois terços no mínimo, de seus membros.

§ único — É obrigatório o comparecimento às reuniões do Conselho, sob pena de perda de mandado ou da função ou cargo, conforme o caso, aos que faltarem a três reuniões num ano sem causa justificada, a juízo do próprio Conselho.

Art. 13.º As pessoas ou entidades particulares, que houverem contribuído com donativos considerados relevantes para a manutenção ou desenvolvimento da Universidade ou de qualquer de seus institutos ou, ainda,

para ampliação de laboratórios, bibliotecas ou serviços, será assegurada a participação, por si ou por seus representantes, nas reuniões do Conselho Universitário para o fim especial de verificar a aplicação dos donativos ou administração dos bens doados.

TÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DA REITORIA

Art. 14.º — Compete ao Reitor:

- a) representar a Universidade em juízo e fora d'ele, dirigir suas atividades e administrar seus bens, cumprindo e fazendo cumprir fielmente o Estatuto;
- b) convocar e presidir às reuniões do Conselho Universitário;
- c) assinar os diplomas conferidos pela Universidade, conjuntamente com os diretores dos institutos respectivos;
- d) superintender os serviços da Secretaria geral da Universidade e anexos;
- e) contratar professores, adjuntos, assistentes, auxiliares de ensino, de acôrdo com as resoluções do Conselho Universitário;
- f) dar posse aos diretores dos institutos universitários;
- g) desempenhar as demais funções inerentes ao cargo, de acôrdo com as disposições estatutárias e regimentais.

Art. 15.º — O Conselho Universitário é o órgão consultivo e deliberativo da Universidade e lhe compete, sob a presidência do Reitor;

- a) exercer a direção superior da Universidade;
- b) elaborar seu próprio Regimento interno e o da Universidade;
- c) aprovar os regimentos internos de cada um dos institutos universitários, elaborados pelas respectivas Congregações;
- d) deliberar sobre alterações do Estatuto, propondo-as, por intermédio da Reitoria, ao governo;
- e) aprovar as propostas orçamentárias dos diversos institutos universitários remetidos pelos respectivos diretores ao Reitor, que as encaminhará ao Governo para deliberação final;
- f) organizar e submeter, por intermédio da Reitoria, ao governo, o orçamento da Reitoria e de suas dependências;
- g) deliberar sobre a administração do patrimônio da Universidade;
- h) aprovar propostas de realização de cursos extraordinários na Universidade ou em cada um de seus institutos;
- i) promover e organizar, de acôrdo com as propostas dos diversos institutos universitários, cursos, conferências e demais atividades de extensão universitária;

j) deliberar sobre a concessão do título de professor "Honoris causa" e de prêmios pecuniários ou honoríficos, destinados a recompensar e estimular atividades universitárias ou benéficas aos fins da Universidade;

k) tomar providências para prevenir ou corrigir atos de indisciplina coletiva, e, em grau de recurso, sobre a aplicação de penalidades, de acordo com o Estatuto e o Regimento interno da Universidade;

l) deliberar sobre a realização de atividades que, por iniciativa própria ou por proposta dos institutos universitários, tenham por fim a segurança ou aumento da eficácia social e cultural dos diversos institutos da Universidade e instituições complementares.

TÍTULO VI

DA CONGREGAÇÃO DOS PROFESSORES

Art. 16.º — O corpo docente da Universidade será constituído dos professores catedráticos, professores adjuntos, assistentes auxiliares de ensino, docentes livres, e professores contratado ou comissionados, nacionais ou estrangeiros, dos diversos institutos universitários.

Art. 17.º — A Congregação de cada um dos institutos universitários será constituída dos professores catedráticos, e, na falta destes ou por insuficiência de seu número, dos adjuntos, docentes livres, contratados e comissionados — em regência de cadeira ou disciplina.

TÍTULO VII

DO ESPÍRITO UNIVERSITÁRIO

Art. 18.º — Com o fim de prover ambiente propício à formação do espírito universitário, serão adotadas medidas susceptíveis de assegurarem as condições necessárias e suficientes ao trabalho, à iniciativa e à pesquisa bem como à união, solidariedade e cooperação de professores, assistentes, auxiliares de ensino, e alunos e ex-alunos de todos os institutos universitários.

Art. 19.º — A aproximação e o convívio dos professores, assistentes, auxiliares de ensino, alunos e ex-alunos e funcionários dos diversos institutos universitários serão, desde a instalação da Universidade e na medida das possibilidades, assegurados:

- a) pela proximidade dos edifícios, reunidos num conjunto, que constituirá a cidade universitária;
- b) pela unidade de direção e administração da Universidade em tudo que respeite ao interesse comum;
- c) pela organização de grupos de disciplinas comuns a vários institutos em departamentos de ensino, pesquisa e debate;

- d) pela instituição do regime de trabalho em comum em seminários e grupos de estudos;
- e) pela prática, em comum, de atividades sociais dos alunos dos diversos institutos;
- f) pela organização de associações e grêmios universitários de estudo, recreação ou desportos.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20.º — Enquanto não fôr instalada a Universidade do Espírito Santo, a direção e a administração geral dos institutos de ensino superior caberão ao Secretário de Educação e Cultura, assistido por um Conselho de Ensino Superior, constituído:

- a) dos diretores das escolas superiores;
- b) de um representante do Corpo Docente de cada estabelecimento de ensino superior, escolhido pelo Secretário de Educação e Cultura entre três indicados, através de votação secreta, por seus pares;
- c) do Diretor da Diretoria Geral de Administração da Secretaria de Educação e Cultura.

Art. 21.º — Ficam criados e incluídos nas Tabelas próprias do Quadro Único do Estado:

- a) 1 cargo, em comissão, de Reitor, padrão C-8;
- b) 1 cargo de Secretário Geral, em comissão, padrão C-5;

§ único — Os cargos a que se refere este artigo são lotados na Universidade do Espírito Santo e serão providos na forma da legislação vigente.

Art. 22.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial de Cr\$ 1 000 000,00 (um milhão de cruzeiros) para ocorrer às despesas decorrentes desta Lei.

Art. 23.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

do Ante-Projeto de Lei de criação da

UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO

A Universidade do Espírito Santo era, há bem pouco tempo ainda, apenas um anelo penoso e, ao ver dos mais entendidos e mesmo dos mais otimistas, um projeto cuja execução devia ser adiada para dias melhores do futuro, previstos como certos mas também remotos.

Em 1951 — ao inaugurar-se novo período governamental — o que, pelo arrôjo, importância e oportunidade de seus empreendimentos, estava destinado a, em breve tempo, durante seu próprio transcurso, ser visto como o mais fecundo e realizador da história estadual — se inscreveu, pela primeira vez, no programa de ação governamental, a idéia da Universidade, não porém, ainda, como item integrante de uma agenda mínima, senão apenas como idéia diretriz e provável ponto de chegada no desenvolvimento do plano de trabalhos do sector dos negócios de educação e cultura. Dominava a convicção generalizada de que a idéia era afoita ou, ao menos, prematura, faltando as condições econômicas e culturais necessárias à sua concretização.

Decorridos apenas, três anos, acha-se o Governo persuadido — e, com êle a opinião pública — de que são precisamente as condições econômicas e culturais do Estado que indicam a oportunidade e, mais do que isso, a necessidade imperativa de ampliação progressiva da rede de estabelecimentos de ensino superior do Estado e sua estruturação num organismo universitário.

Confiando, como convinha e devia, na continuidade do surto e expansão de energias até então adormecidas do Estado e antevendo os efeitos desastrosos do desajustamento da máquina governamental às condições de vida social que ela visa a contrastear e disciplinar — cuidou o Governo de prevenir a “crise de descompasso” que já se fazia sentir, entre os quadros tradicionais e insuficientes de sua armadura administrativa e, particularmente, de sua armadura educacional, de uma parte e, de outra parte, o comportamento novo das forças sociais, para isso bosquejando, com a coragem que a situação impunha, um plano de ação amplo, preciso e, ao mesmo tempo, bastante flexível para se dobrar e amoldar-se, oportuna e funcionalmente, às movediças configurações da realidade em processo de evolução. As medidas por adotar deviam ser, não só tendentes a aplainarem os obstáculos a êsse processo mas também susceptíveis de promoverem o advento de um contexto de condições necessárias e suficientes ao seu máximo incentivo e desenvolvimento normal e harmônico.

Nesta ordem de idéias e tendo em vista que a expansão das forças econômicas está na dependência, por um lado, dos índices de procura dos bens de produção e consumo — índices, por sua vez, condicionados as necessidades “primárias” do homem assim como às suas necessidades “secundárias”, estas proporcionais ao nível de educação e cultura do povo — e, por outro lado, na dependência da qualidade dos bens produzidos, a qual é função do nível de educação e cultura especializada e técnica, determinou o Governo de proceder, desde logo, à revisão total do sistema pedagógico, com o fim de reequipá-lo em material e em pessoal para o desempenho seguro da alta missão que lhe estava reservada no concerto e estímulo do surto de crescimento do Estado.

Na agenda governamental foram então insertos como itens de capital importância:

a) — a reforma gradativa do sistema estadual de educação pré-escolar e primária, com vistas à sua máxima eficiência, pela ampliação da rede de estabelecimentos, melhoria de suas instalações, incentivo à formação de novos contingentes magisteriais, medidas asseguradoras da recompensa ao mérito e, por essa via, de aperfeiçoamento contínuo das técnicas de trabalho didático e do rendimento escolar;

b) — a revisão das condições de existência dos estabelecimentos de ensino médio — de cultura geral, técnica ou pedagógica — com o intuito de garantir-lhes possibilidades razoáveis de sobrevivência, progresso e eficácia social;

c) — a criação de novos estabelecimentos de ensino superior para preparação de profissionais altamente habilitados ao exercício das atividades de base científica, e, como provável coroamento dos esforços, a criação da UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO.

Esquemmatizados, por esse modo, os fins pelos quais a Secretaria de Educação e Cultura devia propugnar, restava eleger o método de trabalho para a sua consecução.

O plano, aparentemente arrojado, poderia consubstanciar-se, desde logo, em um ou dois alentados diplomas legais, prepostos a regerem, da data de sua vigência em diante, as atividades pedagógicas de todos os graus. Mas as lições da experiência, sobretudo as tentativas frustradas de numerosas reformas de ensino alhures empreendidas por essa maneira, contraindicava esse procedimento. Em administração educacional, mais do que em qualquer outro ramo da administração, é de bom aviso manter o espírito cauteloso e prevenido contra os excessos de otimismo reformador, a que conduz, com frequência, o caráter desiderativo e "utópico" do próprio "pensar" pedagógico, responsável, quase sempre, pelo reformismo convulsivo — teórico e legiferante — de que enfêrma o ensino em toda parte, maxime no Brasil.

Assim o entendeu o Governo do Espírito Santo e daí ter preferido à obra puramente técnica da elaboração imediata do Código de Educação e do Estatuto Universitário, a execução gradual de um conjunto bem travado de medidas de ordem tática ou de transição, com a finalidade de preparar o terreno para o advento seguro, embora lento, da reforma projetada.

Dêsse modo, foi somente ao término do primeiro ano de trabalhos, que o Governo sancionou, em 7 de dezembro de 1951, a Lei n.º 549, cognominada, desde a origem, a "Lei Áurea" do ensino capixaba. Era o primeiro passo e, só por si, indicativo dos novos rumos da administração educacional do Estado. Entretanto, por mais revolucionária que tenha sido considerada na época, essa lei consubstanciava apenas, para o Governo, um primeiro complexo de medidas de emergência, como que operações de amaciamento e de reconhecimento, preparatórias de outras cujos lineamentos gerais se entreviam mas cuja implantação dependia da vigência efetiva daquela lei.

A ela e como seu complemento, seguiram-se outras leis e decretos, regulamentando a carreira magisterial, reajustando as peças da armadura escolar do Estado, ampliando a rede dos estabelecimentos dos diversos graus de ensino, inclusive do ensino superior, com o que se fortalecia a consciência do problema educacional, se revitalizava o sistema escolar e se preparava o advento de sua cúpula, a **UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO**.

Ao mesmo tempo e porque a idéia de criação da Universidade amadurecia, configurando-se a mais e mais como exequível e oportuna, foram tomadas providências no sentido de se sustarem os projetos, em andamento, de obras de edifícios de escolas superiores, disseminados em pontos diversos da capital e, em seu lugar, iniciados outros estudos que tiveram, como feliz resultado, a escolha de uma área geográfica de 120 hectares, magnificamente localizada, para servir de sede à futura cidade universitária. Nesta área, tiveram início em 1953, as obras de construção da Escola Politécnica — estando já concluído o primeiro pavilhão — e bem assim as do Hospital das Clínicas, podendo-se prever para breve a instalação da Escola de Medicina do Estado. Simultaneamente, a Secretaria de Educação e Cultura está estudando, com a colaboração da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o projeto do edifício da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

O Ante-Projeto — que acompanha esta Exposição visa precisamente à criação da **UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO** como resposta, agora oportuna e justa, não a um vago anelo popular ou mera aspiração de elites intelectuais, mas a uma profunda necessidade social do Estado, de sua cultura e de seu desenvolvimento.

É certamente dispensável pôr em relêvo aqui os motivos gerais que determinam ou justificam a criação de uma Universidade. Quanto à que se procura agora criar no Espírito Santo, não será exagero, à vista do que atrás ficou esclarecido, afirmar que ela praticamente já existe e atua, presente como se acha nesse conjunto de institutos de ensino superior em pleno e profícuo funcionamento, constituído pela Faculdade de Odontologia — esta já de posse de prestigiosa tradição — pela Escola Politécnica, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Escola de Belas Artes, criadas e instaladas no último biênio governamental, estabelecimentos aos quais se deverão juntar, em futuro próximo, a Escola de Medicina e a de Química Industrial. Trata-se, portanto, de certo modo, de tornar Universidade de direito o que já se apresenta como Universidade de fato, com a vantagem daí decorrente de proporcionar aos estabelecimentos de ensino superior um estatuto legal que lhes organize a unidade espiritual — para que tendem espontaneamente — e consequente aumento do poder de influência de cada um, no regime de solidariedade e cooperação assim estabelecido, seja pela melhoria de suas condições de trabalho didático, seja pelas maiores possibilidades de irradiação e de contribuição à obra social da vulgarização e progresso da cultura.

Não se deve, porém, elidir o fato de que permanece ainda, no espírito de muitos, certa dúvida quanto à oportunidade da criação da **UNIVER-**

SIDADE DO ESPÍRITO SANTO. Ela provém, certamente, do poder da inércia característica de todo "modo de pensar" que, por sua longa duração, vincou de certa maneira o concenso geral de idéias da chamada "opinião pública". Da mesma natureza é a dúvida que se percebe ter estado presente ao espírito do legislador federal quando, ao elaborar normas gerais para o estudo dos pedidos de "autorização prévia" de funcionamento de Universidades do Brasil, estabeleceu ser necessário verificar, em cada caso particular, se o instituto universitário representa **real necessidade sob o ponto de vista profissional ou manifesta utilidade de natureza cultural e se a localidade em que se pretende instalá-lo, reúne as condições culturais necessárias ao seu regular funcionamento** (cf. Decreto-lei federal n.º 421, de 11-5-1938).

Tal dúvida — no que tange à **UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO** — apenas se compreende no espírito dos que ignoram as grandes transformações por que vem passando o Estado nos últimos anos. Para ela, deve estar concorrendo também o fato, meramente accidental, de uma caprichosa divisão político-administrativa ora vigente, que faz o município da capital figurar, nos censos demográficos, como um núcleo constituído apenas de 50 000 ou 55 000 habitantes, quando a verdade é que, sob o ponto de vista geográfico e sociológico — passando por sobre as linhas convencionais e perecíveis das fronteiras inter-municipais, o núcleo populacional que se aglomera na área de urbanização e influência direta da capital do Estado é de quase o dobro daquele.

Será útil, por outro lado, colocar em destaque outro elemento esclarecedor: o de que a dúvida que se possa suscitar, quanto à oportunidade da criação de Universidade do Espírito Santo, emana, em grande parte, de um falso ou, ao menos, obsoleto conceito de Universidade, de um "estereótipo" generalizado a respeito do que ela é ou deve ser, e que constitui o **substratum** de muitas idéias correntes sobre o problema da organização e funcionamento dos sistemas universitários. Raciocina-se frequentemente como se admitisse a existência de uma Universidade "ideal", de um "arquetipo" de sistema universitário, perfeito, acabado, imutável, e como se, em cada caso concreto, fôsse essa Universidade "ideal" a que se teria de realizar em seus mínimos aspectos. Tal Universidade abstrata, única, hirta, sempre igual a si mesma, não se poderia organizar, de modo completo, em sua essência invariável, senão com o concurso de certas circunstâncias "ótimas" de tempo, e cultura, por sua vez apenas possíveis nas grandes aglomerações urbanas, altamente industrializadas, a saber, nas chamadas "cidades tentaculares" ou "grandes metrópoles".

Universidade "ideal", seria ela, de outra parte, um centro de altos estudos, com um currículo único e universal, destinado ao cultivo desinteressado do "intelecto" e da "ciência pura", da teoria sem contaminação da prática, por forma que os problemas da vida social, atuantes e efetivos, servindo-lhe embora de moldura, não repercutiriam nela, senão por acaso, erro ou heresia e sempre em prejuízo de sua própria finalidade. Enfim, es-

cola "metropolitana" por excelência, não se poderia consentir, por maior que fôsse a condescendência, sua instalação em cidades de índices demográficos inferiores a determinados limites.

Trata-se, é óbvio, de uma concepção antiga, francamente ultrapassada de Universidade, concepção que tem, por assim dizer, uma "data social" e que apenas dissimula a marca dos interesses próprios de um momento da "ordem social", em que se gerou e que ela exprime e se esforça por preservar.

Por ela, como que se busca impor um "tabelamento" — que se pretende "racional" das oportunidades de educação e não é difícil lobrigar o vínculo pelo qual se liga a outra velha concepção, a tese de administração educacional, ainda hoje vulgarmente aceita, de que um "sistema escolar" completo se compõe de uma "pirâmide" de estabelecimentos de ensino, assim distribuídos e estratificados: na base, uma rede de escolas primárias, à razão de um estabelecimento em cada comuna, cidade ou sede municipal; no tronco, algumas escolas secundárias, à razão de uma em cada cabeça de província ou capital de Estado; enfim, no cume, uma "Academia" ou, seja, a Universidade na côrte, metrópole ou capital do país.

Esse sistema, que apresentou, no momento histórico-social de sua formulação, há três séculos, a expressão do que, sociologicamente se chama uma "utopia", isto é, a reivindicação de um ideal generoso mas irrealizável por força dos fatos, se tornou não somente exequível mas inevitável e, de certo modo, susceptível de perpetuar o tradicional monopólio — senão de direito, já, ao menos de fato ainda — das oportunidades mais amplas de educação para os representantes dos grupos sociais mais abastados e dominantes. Em épocas e lugares de grande estabilidade social, em que as instituições pedagógicas de todos os níveis, inclusive universitário, se apresentavam apenas como agências de preservação, no plano da formação mental dos indivíduos, desse estado de coisas, cuja justificação consistia na sua própria existência, tal sistema permitia e assegurava um processo de "peneiramento" da clientela das escolas, com a consequente "dosagem" das oportunidades de educação, proporcionadas às quotas de mando, riqueza e lazer de cada um, correspondentes ao seu *status* político, econômico ou social.

Porém, as grandes transformações da vida humana operadas nos últimos séculos — produzidas pela revolução científica, ergológica e ética iniciada no século XVIII — e que não se têm senão acelerado cada vez mais, tiveram, como consequência, no campo da educação, um processo de intensiva e avassaladora "democratização" da escola. Esse processo se manifestou, a princípio, de modo particularmente sensível, no sector de ensino primário ou fundamental. Sob a pressão dos fatos e das reivindicações "populares" a mais e mais insopitáveis, de um lado e, de outro lado, pela própria necessidade superveniente da melhor qualificação dos trabalhadores na "era da máquina" que se inaugurava, tornou-se relevante o problema da "educação do povo" e, por conseguinte, o da ampliação progressiva da rede de estabelecimentos de ensino de 1.º grau.

Foi, depois, o ensino de 2.º grau — e, no Brasil, predominantemente, o ensino secundário — que, em virtude do mesmo impulso “democratizante” entrou a perder seu primitivo caráter “seletivo” e “universitário” para se tornar a mais e mais “compreensivo” e “popular”. De início, tal como sucedera com os estabelecimentos de ensino primário — os de ensino secundário foram surgindo aqui e ali, fora das “grandes cidades”, e como “dávdivas” dos governantes aos governados; mas, nos dias atuais, observa-se a tendência à multiplicação indiscriminada desses estabelecimentos, colocando-se como convém e também como talvez não convenha — o “Ginásio”, e o “Colégio” ao alcance de uma clientela cada vez mais numerosa e, sobretudo, ávida de títulos para ascensão social mais do que de formação para proficiência na vida real.

Em tais condições da conjuntura presente, os defensores da ordem social tradicional, que ameaça estalar ao impacto de reivindicações “populares” e “democratizantes” cada vez mais fortes, sentindo que não só a escola primária mas também a secundária, de cultura geral e propedêutica, se subtraem ao seu antigo domínio, procuram refugiar-se no “ensino superior” — e, de modo particular, em sua expressão mais completa e elevada, a Universidade — que se esforçam por conservar como reduto de educação de elites, de cultivo da ciência pura e do saber desinteressado, inacessível e, pelo mais, inútil às camadas sociais inferiores ou às populações consideradas semirurais das cidades distantes da metrópole detentora do poder central.

Desvendado, por esse modo, o *substractum* da crença na impossibilidade de vingar uma Universidade fora das “grandes cidades”, deve-se também repudiar o falso conceito e “estereótipo” antigo da Universidade como uma instituição “ideal”, sempre idêntica a si mesma, independente das circunstâncias de tempo, de lugar e de cultura.

A Universidade — como a escola primária, como o ginásio e a escola profissional — tem variado no espaço e no tempo, destinando-se aqui e ali, conforme o momento histórico-social de sua existência e, no mesmo momento, em lugares diversos ou através dos diversos institutos que a compõem, ora ao conhecimento desinteressado, ora ao saber técnico, ora ao progresso de um ou de outro, ora, enfim, à sua divulgação na coletividade. Assim como a cultura, segundo velho truismo sociológico, varia no espaço e no tempo, assim as vicissitudes, as exigências e os problemas contemporâneos do contexto situacional de cada cultura impõem, em lugares e momentos diferentes, soluções pedagógicas diferentes, originais, próprias, para cujo encontro e elaboração cada grupo humano deve criar os órgãos apropriados. Por outras palavras: não há uma Universidade “ideal”, um modelo único e fixo de sistema universitário com instalações, currículo, pessoal, pré-estabelecidos de uma vez por todas como padrões intocáveis e pelos quais se deva amoldar o ensino universitário em toda parte. Nem o grau de idoneidade moral, social ou científica, de um instituto universitário deve ser medido pelo índice de sua maior ou menor conformidade com tais padrões abstratos mas pelos de sua maior ou menor conformidade,

correspondência e reação às reais necessidades do campo de forças sociais da comunidade em que ele vem a existir, emoldurar-se a atuar. Num país, como o Brasil, social e politicamente uno e coeso mas culturalmente heterogêneo, não cabe pensar num molde pré-concebido e rígido de ensino universitário, como único que, em nome da dignidade desse "estereótipo" se possa consentir.

Em relação ao Estado do Espírito Santo, convém ter presentes ainda os seguintes fatos e circunstâncias: com a superfície aproximada de 50 000 Km² e a população de 1.000 000 habitantes— para computar apenas os que se encontram dentro de suas fronteiras político-administrativas, com exclusão, portanto, dos agrupamentos humanos circunjacentes que, todavia, se encontram, do ponto de vista geográfico e sociológico, na órbita da vida e da cultura do Estado — tem sua capital situada a distância superior a 500 Km dos centros universitários mais próximos, a saber, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Salvador. Para esses partem anualmente algumas dezenas de jovens em busca de oportunidades de formação, uma minoria muito reduzida em confronto com o número dos que poderiam e deveriam frequentar os institutos universitários, se estes lhes fôssem, em primeiro lugar, especialmente e, em segundo lugar, economicamente acessíveis.

Não é certo, porém, serem esses poucos que, na posse de recursos financeiros, se podem ausentar do Estado e prolongar a "mocidade" na medida das necessidades de duração dos cursos, exatamente os portadores dos melhores dotes de inteligência e aptidões para o futuro desempenho das atividades profissionais a que os habilitam oficialmente os títulos e diplomas que conquistam. Desta sorte, é toda uma geração, da qual numerosas vocações se estiolam à falta de oportunidades de desenvolvimento e formação que se encontra "marginal" em relação à cultura e ao direito de acesso às atividades de base científica a que correspondem seus dotes e contribuição ao bem-estar geral. E é o Estado, nesse caso, o maior prejudicado, assistindo, impotente, ao desfalque de seus contingentes humanos, dos quais devem sair seus próprios quadros futuros de comando político, industrial, comercial, intelectual.

A isto se objetará, talvez, como frequentemente ocorre, com um argumento, à primeira vista, persuasivo: se um estado ou região carece de homens cultos e de técnicos altamente habilitados ao exercício de atividades de base científica — mais fácil, mais expedito e mais barato do que instalar uma Universidade para preparação desses elementos, será instituir "bolsas" de estudo para jovens bem selecionados frequentarem cursos nas grandes Universidades já existentes, tanto mais quanto com tal medida, o Governo coloca a aprendizagem ao alcance dos mais capazes e somente deles, eximindo-se dos enormes dispêndios de prédios, instalações, remuneração do professorado e pessoal administrativo e, ainda, do "desperdício" de ensino a numerosos estudantes de apocados dotes de inteligência.

Os fatos, porém, não nos persuadem da veracidade desse argumento. Em primeiro lugar — pelas mil e uma dificuldades de uma boa seleção dos candidatos; em segundo lugar, porque, como é notório, o número de estu-

dantes que, ao concluírem o curso superior longe do estado, se põem de torna-viagem, é diminuto em comparação com o dos que partiram em busca do diploma, mesmo quando se trata de "bolsistas"; em terceiro lugar, porque — e isto é o pior — são quase sempre os que, por deficiência de aptidões ou de capacidade de adaptação ao *status* conferido pelo diploma e às expectativas de comportamento que este suscita, os que regressam interessados na realização da carreira no estado de que ausentaram, mas no qual parece não encontrarem mais, igualmente, possibilidades de readaptação. E há mais: errôneamente se pensará que uma Universidade — ou qualquer das escolas que a compõem — é ou deva ser apenas — como o argumento, parece supor — uma agência ou posto de fornecimento de certas idéias ou técnicas, por um grupo fechado de professores a um grupo igualmente fechado de discípulos, em ambiente também fechado, por assim dizer, esotérico, isto é, imune à influência da comunidade e desobrigado de levar a esta sua própria influência. Ao contrário. É na comunidade, por ela e para ela, em função de sua realidade concreta, de seus problemas atuais, de suas vicissitudes contemporâneas, que a Universidade vive, recebendo seus influxos e irradiando em tórno, pelo exemplo, pela diligência e pelos trabalhos de seus professores assim como pela vibração de seus alunos, uma grande influência benéfica. Nem chega a merecer a denominação de Universidade um conjunto de estabelecimentos de cultura geral ou de ensino técnico, por mais elevado que seja seu nível, se ele não se apresenta, ao mesmo tempo, como antena capaz de captar o drama cultural da comunidade e célula de profunda repercussão nos padrões de vida, de atividade e de pensamento, desta.

Não quer isto dizer que o Estado deva suprimir as "bolsas de estudo" que mantém, muito menos que deva opor barreiras à partida de jovens candidatos para outros centros universitários. De modo nenhum. É conhecido o fenômeno — contemporâneo da própria Universidade em suas origens medievais — da afluência de estudantes de diversas nações para os grandes centros universitários, onde pontificavam os "doctores" da época. Foi assim em Paris, Bolonha, depois em Coimbra, em toda a parte. E assim é e precisa ser, por mais fortes razões, nos dias atuais. Mas importa sublinhar — sobretudo para orientação de uma Universidade que começa — o fenômeno concomitante, igualmente tradicional e contemporâneo de fundação do sistema universitário: o do afluxo, espontâneo ou provocado, de qualquer modo, constante, de professores forasteiros, procedentes também de variados países, para lecionarem nas cátedras universitárias, o que correu certamente, no mais alto grau, para o intercâmbio, a difusão e a renovação da cultura.

A simples instituição de "bolsas de estudo" para estudantes não é tudo. Deve ela acompanhar-se de uma previdência complementar indispensável, a da instituição do que se poderia chamar "bolsas de ensino", destinada a promover a vinda frequente de numerosos professores e especialistas dos diversos ramos do conhecimento — nacionais e estrangeiros —

para assumirem, temporariamente, durante meses ou anos, a regência de cátedras ou a orientação de atividades departamentais de pesquisa.

Tal orientação — que deve fazer votos de que venha a ser seguida pelos futuros mentores da Universidade do Espírito Santo — presidiu e preside à vida das Universidades nacionais de maior nomeada, como a de São Paulo e a da Capital Federal. Basta lembrar, como exemplo particular e expressivo, o caso da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras filiada àquela e que, em dois decênios de existência, conquistou tão larga projeção nacional e internacional pela qualidade de seu ensino e pelo vulto de sua contribuição ao avanço do saber; essa Faculdade iniciou suas atividades em 1934 com um corpo docente constituído, em sua quase totalidade, de professores forasteiros — portugueses, franceses, italianos, norte-americanos, espanhóis, ingleses — cuja passagem por suas cátedras e departamentos científicos ficou assinalado por influência duradouras na personalidade dos alunos de então, muitos dentre eles atualmente elevados à posição de catedráticos. De outra parte, o movimento de “professores visitantes” — que dão cursos cuja duração varia de algumas semanas e alguns anos — na Universidade do Brasil, como na de São Paulo, continua tão intenso — e já agora, pelo auxílio da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), órgão filiado ao Ministério de Educação e Cultura, com tendência a estender-se a outras Universidades, como as do Rio Grande do Sul, do Paraná, de Minas Gerais, da Bahia, de Pernambuco — que não será exagerado supor que as verbas destinadas às “bolsas” de manutenção de tais professores são talvez mais elevadas do que as destinadas às “bolsas” de estudantes.

Nestas condições e tendo em vista o surto de crescimento demográfico, econômico e intelectual do Estado, a exigir contingentes cada vez maiores de especialistas para os diversos sectores das atividades públicas e das iniciativas privadas, quando um ardoroso impulso de progresso acarreta radicais transformações de sua cultura e de sua paisagem urbana e rural e, como consequência, as práticas empíricas e consuetudinárias de trabalho cedem o lugar a normas técnico-científicas, parece inegável ser chegado o momento oportuno da criação da UNIVERSIDADE DO ESPÍRITO SANTO.

VITÓRIA, 29 de janeiro de 1954.

AS) RAFAEL GRISI

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

TABELA I

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
QUADRO COMPARATIVO DO PESSOAL DE MAGISTÉRIO
NO PERÍODO DE DEZEMBRO DE 1950 A DEZEMBRO DE 1953

CATEGORIAS	CLAS- SES	CARGOS EXISTENTES							
		Em de- zembro de 1950		Em dezembro de 1951		Em dezembro de 1952		Em dezembro de 1953	
		Lota- dos	Lota- do	Provi- dos	Vagos	Lota- dos	Provi- dos	Vagos	Lota- dos
PROFESSORES PRIMÁRIOS	—	550	832	370	464	970	594	376	991
	C	270	389	389	—	381	381	—	373
	D	174	225	225	—	216	216	—	212
	E	60	51	51	—	32	32	—	23
	F	—	1	1	—	1	1	—	1
	SOMA	1 054	1 500	1 036	464	1 600	1 224	376	1 600
REGENTES DO ENSINO PRIMÁRIO	B	100	127	77	50	200	117	83	200
	C	—	23	23	—	140	23	117	140
	D	—	—	—	—	60	—	60	60
	SOMA	100	150	100	50	400	140	260	400
PROFESSORES NORMALIS- TAS:									
a) EXTRA-QUADRO	500,00	—	32	32	—	—	—	—	—
	500,00	—	150	—	150	150	42	108	100
b) REGENTES DE ESCOLA	SOMA	—	182	32	150	150	42	108	100
	TOTAL	1 154	1 832	1 168	664	2 150	1 403	744	2 100
PROFESSORES DE CON- CURSO	B	145	6	6	—	4	4	—	4
	C	53	196	196	—	173	173	—	160
	SOMA	203	202	202	—	177	177	—	164
DOCENTES DE EMERGEN- CIA EFETIVOS	500,00	—	145	145	—	297	297	—	336
	500,00	1 206	1 000	961	—	620	611	—	577
DOCENTES DE EMERGEN- CIA A TÍTULO PRECÁRIO	SOMA	1 206	1 145	1 066	—	917	908	—	913
	TOTAL	1 409	1 347	1 308	—	1 094	1 085	—	1 077
TODAS AS CATEGORIAS		2 563	3 197	2 476	664	3 244	2 491	744	3 177
									2 656
									521

TABELA II

REDE E MOVIMENTO ESCOLARES

QUADRO COMPARATIVO SEGUNDO OS ASSENTAMENTOS RELATIVOS
AOS ANOS DE 1952, 1953 e PREVISÃO PARA O ANO DE 1954

SITUAÇÃO EM 1952			ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	SITUAÇÃO DE 1953			PREVISÃO EM 1954		
Frequên- cia média	Número de classes	Número		Frequên- cia média	Número de classes	Número	Número	Número de classes	Capacidade de escolari- zação em alunos a 40 por classes
			DISCRIMINAÇÃO						
21 789	722	77	Grupos Escolares	24 561	793	85	90 (*)	845	33 800
414	12	1	Grupos Escolares Auxiliares	602	18	2	3	23	920
2 376	92	23	Escolas Reunidas	2 069	73	18	20	80	3 300
388	15	3	Escolas Reunidas Auxiliares	340	14	3	2	9	360
34 427	1 240	1 240	Escolas Singulares	36 244	1 446	1 446	1 514	1 514	60 560
747	27	27	Escolas Primárias Auxiliares	680	23	23	24	24	960
60 141	2 108	1 371	SOMA	64 496	2 367	1 577	1 653	2 495	99 800
316	16	2	Jardins de Infância	325	11	2	1	11	330
47	2	—	Classes Avulsas do J. da Inf.	52	2	—	2	2	60
115	4	—	Classes Pré-Primárias Auxil.	—	—	—	1	1	30
478	22	2	SOMA	377	13	2	4	14	420
564	22	22	Cursos Complementares	651	26	26	30	30	1 200
564	22	22	SOMA	651	26	26	30	30	1 200
807	33	33	Cursos Noturnos Supletivos	798	34	34	36	36	1 440
807	33	33	SOMA	798	34	34	36	36	1 440
61 990	2 185	1 428	TOTAL	66 322	2 440	1 639	1 723	2 575	102 860

* Exclusive o G.E. "Jerônimo Monteiro", anexo à Escola Normal "Pedro II", da Capital, ainda não instalado.

TABELA III

ENSINO DE 1.º GRAU EM 1953

REDE E MOVIMENTO ESCOLAR COM DISCRIMINAÇÃO POR MUNICÍPIOS E POR MODALIDADES DE ESTABELECIMENTOS

MUNICÍPIOS	CLASSES								SOMA
	Em Grupos Escolares	Em Grupos Escolares Aux.	Em Escolas Reunidas	Em Escolas Reunidas Aux.	Em Escolas Singulares	Em Escolas Primárias Aux.	Em Grupos Complementares	Em Cursos No- turnos Supletivos	
Capital	141	18	4	9	2	6	8	4	192
Afonso Cláudio	26	—	4	—	51	—	1	—	82
Alegre	32	—	—	—	52	2	—	2	96
Alfredo Chaves	7	—	—	—	32	—	1	—	40
Anchieta	6	—	—	—	29	—	—	—	35
Aracruz	12	—	—	—	54	—	—	—	66
Baixo Guandu	10	—	—	—	28	3	—	—	41
Barra de São Francisco	14	—	—	—	68	—	—	—	82
Cachoeiro de Itape- mirim	77	—	4	4	109	3	2	6	201
Cariacica	57	—	—	5	27	2	—	1	92
Castelo	31	—	—	—	66	—	—	4	101
Colatina	43	—	29	—	136	—	1	2	211
Conceição da Barra	8	—	—	—	25	—	—	—	33
Domingos Martins	5	—	—	—	44	—	—	—	49
Espírito Santo	81	—	—	—	10	2	3	4	100
Fundão	15	—	—	—	22	—	1	—	38
Guaçuí	19	—	—	—	50	1	—	1	71
Guarapari	8	—	—	—	28	—	—	—	36
Ibiraçu	22	—	—	—	23	2	—	—	52
Iconha	11	—	—	—	16	—	—	—	27
Itaguaçu	21	—	8	—	37	—	1	1	68
Itapemirim	12	—	—	—	59	—	2	—	73
Itapoama	8	—	—	—	16	—	—	—	24
Iuna	8	—	8	—	33	—	—	—	49
Jabaeté	—	—	4	—	20	—	—	—	24
Linhares	13	—	—	—	51	—	1	—	65
Mimoso do Sul	19	—	—	—	88	2	—	5	114
Muniz Freire	7	—	—	—	22	—	1	—	30
Muqui	13	—	—	—	32	—	1	2	48
Santa Leopoldina	8	—	4	—	53	—	1	—	66
Santa Teresa	10	—	—	—	41	—	1	—	52
S. José do Calçado	17	—	—	—	31	—	—	1	49
São Mateus	15	—	—	—	61	—	—	—	76
Serra	17	—	—	—	25	—	1	1	44
SOMA	793	18	73	14	1 446	23	26	34	2 427

+ Inclusive 94 Escolas Singulares e 7 classes de Grupos Escolares que não funcionaram.

TABELA IV

REDE ESCOLAR — PREVISÃO PARA 1954 COM A DISCRIMINAÇÃO, POR MUNICÍPIO, DAS ESCOLAS QUE SE ACHAM PROVIDAS E VAGAS

ESCOLAS E CLASSES PROVIDAS									MUNICÍPIO	ESCOLAS E CLASSES VAGAS								
Em Grupos Escolares	Em Grupos Escolares Aux.	Em Escolas Reunidas	Em Escolas Reunidas Aux.	Em Escolas Singulares	Em Escolas Primárias Aux.	Em Cursos Complementares	Em Cursos Su- pletivos Noturnos	SOMA		Em Grupos Escolares	Em Grupos Escolares Aux.	Em Escolas Reunidas	Em Escolas Reunidas Aux.	Em Escolas Singulares	Em Escolas Primárias Aux.	Em Cursos Complementares	Em Cursos Su- pletivos Noturnos	SOMA
126	23	4	4	2	9	8	5	181	Capital	19	—	—	—	—	—	1	1	21
22	—	1	—	15	—	1	—	39	Afonso Cláudio	6	—	3	—	36	—	—	—	45
34	—	8	—	37	2	—	2	83	Alegre	3	—	—	—	18	—	—	—	21
7	—	—	—	20	—	1	—	28	Alfredo Chaves	—	—	—	—	14	—	—	—	14
6	—	—	—	23	—	—	—	29	Anchieta	—	—	—	—	7	—	—	—	7
10	—	4	—	19	—	—	—	33	Aracruz	3	—	—	—	29	—	—	—	32
9	—	—	—	7	3	—	—	19	Baixo Guandu	1	—	—	—	22	—	—	—	23
7	—	—	—	3	—	1	—	11	Barra de São Francisco	2	—	4	—	47	—	—	—	53
81	—	—	—	95	3	2	6	187	Cachoeiro de Itapemirim	7	—	—	—	25	—	—	—	32
53	—	—	4	25	—	—	1	83	Cariacica	6	—	—	1	2	—	1	1	11
29	—	—	—	55	—	—	4	88	Castelo	2	—	—	—	15	—	—	—	17
46	—	14	—	53	—	1	2	116	Colatina	14	—	6	—	87	—	—	—	107
7	—	—	—	1	—	—	—	8	Conceição da Barra	1	—	—	—	19	—	—	—	20
4	—	—	—	22	—	—	—	26	Domingos Martins	1	—	—	—	23	—	—	—	24
77	—	—	—	7	2	3	2	91	Espírito Santo	10	—	—	—	8	—	1	2	21
15	—	—	—	12	—	1	—	28	Fundão	—	—	—	—	11	—	—	—	11
18	—	—	—	36	1	—	1	56	Guaçu	1	—	—	—	15	—	—	—	16
8	—	—	—	16	—	—	—	24	Guarapari	—	—	—	—	13	—	—	—	13
20	—	—	—	22	2	—	—	44	Ibiraçu	2	—	—	—	7	—	—	—	9
9	—	—	—	11	—	—	—	20	Iconha	2	—	—	—	6	—	—	—	8
19	—	6	—	16	—	1	1	43	Itaguaçu	4	—	2	—	22	—	—	—	28
12	—	—	—	25	—	2	—	39	Itapemirim	2	—	—	—	32	—	—	—	44
8	—	5	—	10	—	—	—	23	Iuna	—	—	3	—	24	—	—	—	27
13	—	1	—	10	—	1	—	25	Linhares	1	—	3	—	45	—	—	—	49
—	—	—	—	—	—	—	—	—	Mantenópolis	8	—	—	—	23	—	—	—	31
19	—	—	—	76	2	—	5	102	Mimoso do Sul	1	—	—	—	18	—	—	—	19
—	—	—	—	—	—	—	—	—	Mucurici	—	—	4	—	9	—	—	—	13
7	—	1	—	6	—	—	—	14	Muniz Freire	—	—	3	—	15	—	1	—	19
13	—	—	—	31	—	1	2	47	Muqui	—	—	—	—	1	—	—	—	1
6	—	—	—	5	—	—	—	11	Nova Venécia	1	—	—	—	34	—	—	—	35
7	—	—	—	12	—	—	—	19	Rio Novo do Sul	1	—	—	—	5	—	—	—	6
8	—	2	—	19	—	1	—	30	Santa Leopoldina	—	—	2	—	35	—	—	—	37
5	—	4	—	24	—	1	—	34	Santa Teresa	1	—	—	—	18	—	—	—	19
17	—	—	—	28	—	—	—	45	São José do Calçado	1	—	—	—	2	—	—	—	3
7	—	—	—	7	—	—	—	14	São Mateus	3	—	—	—	21	—	—	—	24
16	—	—	—	19	—	1	—	36	Serra	2	—	—	—	7	—	—	1	10
4	—	—	—	14	—	—	—	18	Viana	1	—	—	—	6	—	—	—	7
749	23	50	8	783	24	26	31	1 694	ESTADO	2 571	106	—	30	1 731	—	4	5	877
Total									Total									

NOTA — A expressão — Escolas vagas — não significa escolas fechadas, mas providas, em 1953, a título precário. Em 1953, não funcionaram 94 Escolas Singulares e 7 classes de Grupos Escolares e Escolas Reunidas.

TABELA V

ENSINO PRIMÁRIO EM DEZEMBRO DE 1953

ESTABELECIMENTOS (POR UNIDADES E CLASSES). PROFESSORES (SEGUNDO A CATEGORIA E TÍTULOS) E ALUNOS

ESTABELECIMENTOS	PROFESSORES								ALUNOS		
	Unidades Escolares	Classes	Professor Primário	Reg. de Ens. Primário	Professor Concurso	Doc. emerg.		TOTAL	Matricu- lados (média)	Frequên- tes (média)	Apro- vados
						Norm	Leigos				
Grupos Escolares	85	819*	713	85	75	—	93	966	30 858	24 561	17 685
Grupos Escolares Auxiliares	2	18	16	—	3	—	1	20	656	602	361
Escolas Reunidas	18	73	28	7	5	—	35	75	348	2 069	1 243
Escolas Reunidas Auxiliares	3	14	1	1	1	—	3	16	2 632	340	230
Escolas Singulares	1 446	1 446**	444	81	51	—	776	1 352	50 748	36 244	19 898
Escolas Primárias Auxiliares	23	23	14	2	2	—	5	23	919	709	433
Jardins de Infância	1	11	11	—	—	—	—	11	525	325	—
Jardins de Infância (Classes avulsas)	2	2	2	—	—	—	—	2	101	39	—
Escolas Pré-Primárias Auxiliares . . .	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Cursos Complementares	26	26	19	6	—	—	—	25	738	651	386
Cursos Supletivos Noturnos	34	34	16	2	14	—	2	34	1 179	798	469
SOMA	1 640	2 466	1 274	184	151	—	915	2 524	88 723	66 338	40 704

(*) Inclusive 7 classes de Gr. Escolares que não funcionaram. (**) Inclusive 94 Esc. Sing. que não funcionaram.

TABELA VI

MOVIMENTO ESCOLAR EM 1953

Matrícula, Frequência e Aprovações nos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, Cursos Complementares e Cursos Noturnos Supletivos.

DISCRIMINAÇÃO	Matrícula Geral	Matrícula Efetiva	Frequência Média	Aprovações
"Alberto de Almeida"	540	455	412	233
Aux. da Obra Social S. José"	505	465	443	274
"Liberata Sette"	488	401	347	211
"Jenny Coutinho"	291	216	206	131
"Maria Ericina Santos"	590	457	438	261
"Gomes Cardim"	627	543	500	340
"Padre Anchieta"	899	818	744	540
"Colatina Mascarenhas"	225	183	163	110
"Irmã Maria Horta"	436	370	320	163
"Suzete Cuendet"	557	510	486	258
Aux. "Prof. Adolfo F. Oliveira"	183	157	155	87
"Marieta Escobar"	244	244	237	97
"Alípie Fraga"	176	149	127	93
"Graciano Neves"	584	501	467	316
"Adolfina Zamprogno"	416	359	321	208
"Naydes Brandão"	316	280	253	174
"Ofélia Escobar"	499	435	387	281
"Vasco Coutinho"	800	689	655	438
"Sílvia Rocio"	705	581	535	336
"Augusto Luciano"	337	288	253	116
"Prof. José Cunha"	459	387	362	251
"Stélida Dias"	324	265	224	130
"Prof. Cerqueira Lima"	642	515	457	315
"Eulália Moreira"	229	208	177	157
"Prof. Augusto Carvalho"	359	352	260	123
"Prof. João Lolola"	368	329	294	187
"Virgínio Pereira"	225	216	188	130
"Prof. João Bandeira"	447	363	274	145
"José Cupertino"	557	487	466	332
"Elvira Barros"	230	169	148	71
"Luiz Jouffroy"	207	192	134	38
"Thiers Veloso"	352	304	268	170
"Luiza Grinaldi"	307	271	263	178
"Prof. Alfredo Lemos"	176	136	139	85

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
"Bartouvino Costa"	540	427	279	292
"Acidália Cardoso"	192	159	108	49
"Misael Pinto Neto"	301	271	231	131
"Amâncio Pereira"	362	350	305	185
"Prof. ^a Claudina Barbosa"	222	178	147	85
"Prof. Joaquim Fonseca"	332	285	212	102
"Ernesto Nascimento"	303	293	247	160
"Virgílio Ramallete"	303	253	217	119
"Francisco Santos"	232	210	186	140
"Barão de Monjardim"	311	262	251	173
"Guilherme Batista"	279	219	204	137
"Professor Loureiro"	283	228	209	93
"Pessanha Póvoa"	189	163	143	98
"Bernardino Monteiro"	832	759	699	532
"Quintiliano de Azevedo"	609	546	512	405
"Graça Guárdia"	555	476	451	349
"Fernando de Abreu"	378	296	286	221
"Prof. Domingos Ubaldo"	208	181	162	108
"Prof. Waldemar Mendes de Andrade"	272	212	203	112
"Prof. ^a Inah Werneok"	306	279	266	175
"Nestor Gomes"	691	609	570	435
"Elisa Paiva"	237	297	179	93
"Professor Lelis"	626	482	461	336
"Coronel Xavier"	262	226	201	198
"Olga Coutinho"	291	234	199	135
"Bráulio Franco"	268	248	200	101
"Professor Hausler"	115	109	95	76
"Felinto Martins"	221	179	171	75
"Deocleciano de Oliveira"	495	452	349	214
"Prof. Jonas Montenegro"	243	188	170	137
"Henrique Coutinho"	321	287	277	169
"Manoel Franco"	383	311	267	219
"Horácio Plínio"	376	277	206	145
"Monteiro da Silva"	493	410	377	300
"Cândida Póvoa"	248	218	193	116
"Marcondes de Souza"	467	432	448	304
"Aristides Freire"	804	632	561	321
"Maria Ortiz"	275	217	195	113
"Prof. Esmerino Gonçalves"	216	186	160	103
"Prof. ^a Carolina Pichler"	417	339	305	219
"Prof. Carlos Mendes"	227	180	160	95
"Professor Nunes"	527	390	356	219
"Governador Lindenberg"	363	281	244	135

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
"Adelina Lirio"	346	326	190	68
"Zenóbia Leão"	311	260	195	135
"Teófilo Paulino"	125	117	98	57
"Coronel Gomes de Oliveira"	216	174	155	61
"Camila Mota"	208	187	183	138
"Cel. Antônio Duarte"	163	155	117	71
"João Bley"	142	109	89	54
"José Marcelino"	261	220	187	79
"Bodart Júnior"	301	256	209	139
"Prof. ^a Filomena Quitiba"	220	180	153	118
SOMA.....	32 168	27 410	24 343	15 828

CURSOS COMPLEMENTARES

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
"Alberto de Almeida"	41	35	34	14
"Maria Ericina Santos"	110	92	91	44
"Gomes Cardim"	47	41	38	29
"Padre Anchieta"	92	85	82	63
"Irmã Maria Horta"	28	21	19	8
"Graciano Neves"	39	32	31	23
"Vasco Coutinho"	88	80	77	33
"José Cupertino"	31	28	27	20
"Luiza Grinaldi"	22	22	21	13
"Bartouvino Costa"	24	21	18	20
"Prof. Loureiro"	16	11	12	3
"Pessanha Póvoa"	14	13	12	9
"Graça Guárdia"	78	62	64	23
"Marcondes de Souza"	26	20	22	20
"Maria Ortiz"	27	19	18	5
"Camila Mota"	22	21	20	15
"João Bley"	14	11	9	6
"José Marcelino"	17	14	13	11
"Virgílio Ramalhete"	27	27	19	8
"Prof. João Loyola"	29	28	25	19
SOMA.....	792	683	652	386

ESCOLAS REUNIDAS

DISCRIMINAÇÃO	Matricula Geral	Matricula Efetiva	Frequência Média	Aprovações
"Liserina Lírio"	158	132	104	59
Aux. do Orfanato "Jesus Cristo, Rei"	108	97	103	65
Aux. da Obra Social "Sta. Luiza" ...	136	124	122	90
Aux. "Prof. Dr. Souza Araujo"	125	106	115	75
"José Giestas"	158	117	91	30
"Artur Couceiro"	141	120	108	74
"Prof. Miguel Barbosa Leão"	95	79	68	40
"Graça Aranha"	130	123	92	65
"Prof. ^a Petronilha Vidigal"	225	209	159	102
"João Sarmet"	151	113	109	73
"Prof. ^a Ana Monteiro Paiva"	181	127	114	46
"Padre Antunes Siqueira"	174	149	124	38
"Bernardo Horta"	199	153	125	37
"Padre Afonso Braz"	131	126	109	69
"Padre Luiz da Grã"	163	133	116	80
"Sebastiana Grilo"	119	97	73	48
"Inglês de Souza"	184	139	118	88
"Prof. Ananias Neto"	174	145	125	90
"Araribóia"	222	168	136	50
Aux. Junto à Esc. Normal "C.Linhares"	225	149	153	129
"Coronel Virgínio Calmon"	193	165	145	125
SOMA	3 229	2 771	2 409	1 471

CURSOS NOTURNOS SUPLETIVOS

DISCRIMINAÇÃO	Matricula Geral	Matricula Efetiva	Frequência Média	Aprovações
"Augusto Carvalho" (1)	—	—	—	—
"Alberto de Almeida"	20	44	33	17
"Aristides Freire"	85	67	56	59
"Bernardino Monteiro"	246	170	142	45
"Cândida Póvoa"	25	25	19	16
"Colatina Mascarenhas"	36	32	24	22
"Deocleciano Oliveira"	45	27	22	7
"Felinto Martins"	28	23	23	9

DISCRIMINAÇÃO	Matri- cula Geral	Matri- cula Efetiva	Fre- quência Média	Aprova- ções
"João Loyola" (2)	29	28	11	—
"Marcondes de Souza"	81	71	46	33
"Monteiro da Silva"	162	139	109	63
"Nestor Gomes"	101	92	73	52
"Padre Anchieta"	61	49	36	31
"Professor Lellis"	80	76	42	22
"Silvio Rocio"	52	29	31	8
"Manoel Franco"	30	20	18	16
"Suzete Cuendet" (1)	—	—	—	—
"Thiers Veloso"	29	23	22	16
"Vasco Coutinho"	157	116	91	52
SOMA.....	1 327	1 031	798	468

(*) Deixam de figurar as Escolas Reunidas "Bibiana Costa", "Prof. Santos Pinto", "Alberto Rubim" e de Paulista porque, em 1953, funcionaram como Escolas Singulares.

1) — Não funcionaram.

2) — Funcionou até o mês de setembro.

TABELA VII
RELAÇÃO DOS "DOCENTES DE EMERGÊNCIA", LEIGOS, POR MUNI-
CÍPIOS NO TÉRMINO DO ANO DE 1953

	EM EXERCÍCIO				SOMA
	Grupos	Escolas	Escolas	Cursos	
	Escola- res	Reuni- das	Singu- lares	Notur- nos Su- pletivo	
Capital	6	—	—	—	6
Afonso Cláudio	9	3	42	—	54
Alegre	—	1	10	—	11
Alfredo Chaves	1	—	20	—	21
Anchieta	2	—	13	—	15
Aracruz	3	—	36	—	39
Baixo Guandu	2	—	11	—	13
Barra de São Francisco	6	—	67	—	63
Cachoeiro de Itapemirim	3	2	24	—	29
Cariacica	11	3	10	1	25
Castelo	5	—	17	—	22
Colatina	7	16	101	—	24
Conceição da Barra	1	—	23	—	24
Domingos Martins	—	—	26	—	26
Espírito Santo	—	—	4	1	5
Fundão	1	—	16	—	17
Guaçu	1	—	15	1	17
Guarapari	—	—	15	—	15
Ibiraçu	2	—	13	—	15
Iconha	2	—	9	—	11
Itaguaçu	11	4	30	—	45
Itapemirim	1	—	30	—	31
Itapoama	1	—	9	—	10
Iúna	1	5	25	—	31
Jabaeté	—	1	9	—	10
Linhares	2	—	44	—	46
Mimoso do Sul	1	—	9	—	10
Munis Freire	2	—	15	—	17
Muqui	—	—	4	—	4
Santa Leopoldina	1	3	43	—	47
Santa Teresa	2	—	23	—	25
S. José do Calçado	—	—	5	—	5
São Mateus	6	—	51	—	57
Serra	6	—	17	—	23
TOTAL	96	38	776	3	913

TABELA VIII

ENSINO DE 1.º GRAU

QUADRO COMPARATIVO DA ORGANIZAÇÃO E MOVIMENTO ESCOLARES DO PERÍODO DE 1934 A 1950

(Segundo dados fornecidos pelo Departamento Estadual de Estatística) *

ANOS	Unidades Escolares	Corpo Docente	Matrícula		Frequência média	Aprovações em geral	Conclusões de curso
			Geral	Efetiva			
1934	686	978	41 799	37 457	27 371	12 405	1 130
1935	706	1 154	43 609	32 883	28 842	13 341	1 171
1936	717	1 270	46 334	40 161	30 261	13 998	1 523
1937	789	1 431	49 294	44 086	32 079	14 407	1 379
1938	834	1 430	59 466	52 475	36 598	18 155	1 563
1939	770	1 360	61 851	55 806	39 903	22 306	2 631
1940	719	1 350	58 133	50 577	36 927	17 877	2 622
1941	642	1 233	53 017	45 771	33 936	16 607	2 455
1942	635	1 233	51 448	43 929	33 742	18 936	2 697
1943	593	1 137	46 033	39 291	30 390	15 250	2 346
1944	814	1 361	54 517	47 143	36 129	19 014	2 740
1945	1 019	1 615	64 575	57 096	43 899	20 919	2 968
1946	1 122	1 820	71 170	61 801	48 586	25 869	3 450
1947	1 345	2 059	79 914	70 494	54 691	29 157	3 982
1948	1 476	2 196	86 411	74 324	58 333	31 398	4 895
1949	1 535	2 256	86 145	73 716	57 814	31 186	4 961
1950	1 652	2 438	93 483	80 978	64 147	32 222	5 307

* As diferenças entre os levantamentos feitos pelo D.E.E. e pela S.E.C. são devidas, quase sempre, às diferenças de processos empregados para a colheita de dados. Com as providências ultimamente adotadas no sentido de maior entrosamento entre os órgãos da S.E.C. e do D.E.E., tais diferenças tendem a desaparecer.

TABELA IX

ENSINO MÉDIO GERAL

ESTABELECIMENTOS E CURSOS SEGUNDO A LOCALIZAÇÃO E AS ENTIDADES MANTEDORAS

MUNICÍPIOS	ESTABELECIMENTOS	CURSOS										
		Entidade Mantenedora	Secundário		Comercial		Industrial		Pré-vo- cacio- nal	Pedagógico		SOMA
			1.º ciclo Ginásio	2.º ciclo Colégio	1.º ciclo Básico	2.º ciclo Técnico	1.º ciclo Básico	2.º ciclo Técnico		1.º ciclo Curso Normal Regio- nal	2.º ciclo Escola Normal	
Capital	Col. Est. do Esp. Santo	Estado	1	1	—	—	—	—	—	—	—	2
Capital	Esc. Normal "Pedro II"	Estado	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Capital	Esc. Técnica de Vitória	União	—	—	—	—	—	—	—	—	1	2
Capital	Col. "Nossa Senhora Aux."	Part.	1	1	—	—	1	—	—	—	—	1
Capital	Colégio Americano	Part.	1	1	1	1	—	—	—	—	1	3
Capital	Gin. Sacre-Coeur Marie	"	1	—	1	1	—	—	—	—	1	5
Capital	Col. Sales. N. S. Vitória	"	1	1	1	1	—	—	—	—	1	4
Capital	Gin. S. Vicente de Paulo	"	1	—	1	1	—	—	—	—	—	4
Capital	Esc. Téc. Com. "Vitória"	"	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Capital	Esc. Téc. Com. "D. Martins"	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	3
Capital	Esc. Téc. Com. Capixaba	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	2
Capital	Obras Sociais Pavonianas	"	—	—	1	1	—	—	—	—	—	2
Alegre	Inst. Alegrense de Ensino	"	1	1	1	—	—	—	1	—	—	1
Anchieta	Gin. do Inst. Anchieta	"	1	—	—	—	—	—	—	—	1	4
Anchieta	Gin. e Esc. Norm. "M. Matos"	"	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Cach. de Itapemirim	Col. Est. "Muniz Freire"	Estado	1	1	—	—	—	—	—	1	—	2
Cach. de Itapemirim	Ateneu Cachoeirense	Part.	1	—	—	—	—	—	—	—	1	3
Cach. de Itapemirim	Gin. "Jesus Cristo Rei"	"	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Cach. de Itapemirim	Est. de Ens. "Alfredo Hekenhof"	"	1	1	1	—	—	—	—	—	1	2
Cariacica	SENAI	Part.	—	—	—	—	—	—	—	—	1	4
Castelo	Col. 'João Bley'	"	1	1	—	—	—	—	1	—	—	1
Colatina	Col. Est. e Esc. Norm. "C. de Linhares"	Estado	1	1	—	—	—	—	—	—	1	3
Colatina	Gin. "Divino Rei"	Part.	1	—	—	—	—	—	—	—	1	3
Guaçu	Gin. "São Geraldo"	"	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Guaçu	Gin. "Irmãos Carneiro" S/A	"	1	—	—	—	—	—	—	—	1	2
Guarapari	Ginásio Guarapari	CNEG*	1	—	—	—	—	—	—	—	1	2
Ibiraçu	Liceu "Pedro Nolasco"	Part.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Itaguaçu	Ginásio Itaguaçu	CNEG	1	—	—	—	—	—	1	—	—	1
Mimoso do Sul	Ginásio Mimosense	Part.	1	—	1	—	—	—	—	—	—	1
Muqui	Colégio de Muqui	Part.	1	1	—	—	—	—	—	—	1	3
Santa Teresa	Ginásio Teresense	CNEG	1	—	—	—	—	—	—	—	1	3
S. José do Calçado	Colégio do Calçado	Part.	1	1	1	1	—	—	—	—	—	1
S. José do Calçado	Gin. Cel. Antônio Honório	CNEG	1	—	—	—	—	—	—	—	1	5
São Mateus	Ginásio São Mateus	CNEG	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1
16	34	TOTAL	28	11	10	7	1	—	3	1	15	76

* CNEG — Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

TABELA X
ENSINO MÉDIO GERAL
CURSOS E MATRÍCULAS

Modalidades de Ensino	Ciclo	Cursos	Matrículas
Ensino Secundário	1.º	28	6 754
	2.º	11	661
Ensino Técnico de Comércio	1.º	10	1 363
	2.º	7	613
Ensino Técnico de Indústria	1.º	1	600
	2.º	—	—
Ensino Pré-Vocacional	—	3	462
Ensino Pedagógico	1.º	1	64
	2.º	15	718
SOMA		76	11 235

ESTABELECIMENTOS SEGUNDO A NATUREZA
DAS ENTIDADES MANTENEDORAS EM 1953

Entidade Mantenedora	Estabele- cimentos	MODALIDADES DE ENSINO			
		Secun- dário	Técnico	Pré-Vo- cacional	Pedagó- gico
União	1	—	1	—	—
Estado	4	4	—	—	3
Particulares	24	24	10	3	13
Camp. Nac. de Educan- dários Gratuitos	5	5	—	—	—

TABELA XI

ENSINO DE 2.º GRAU EM 1953

MATRÍCULA NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO MANTIDOS PELO ESTADO

TURNOS	Ensino Secundário									Ensino Pedagógico		
	1.º ciclo					2.º ciclo				2.º ciclo		
	Ginásio					Colégio				Curso Normal		
	Séries					Séries				Séries	TOTAL	
	1.ª	2.ª	3.ª	4.ª	Soma	1.ª	2.ª	3.ª	Soma	1.ª	2.ª	Soma

COLÉGIO ESTADUAL DO ESPÍRITO SANTO — CAPITAL

(Classes	—	—	2	1	3	2	2	2	6	—	—	—	
1.º (Mat.	—	—	68	49	117	70	46	29	144	—	—	—	
(Classes	2	2	—	—	4	—	—	—	—	—	—	—	
2.º (Mat.	64	69	—	—	133	—	—	—	—	—	—	—	
(Classes	1	1	1	1	4	1	1	1	3	—	—	—	
3.º (Mat.	10	33	46	37	126	36	37	18	91	—	—	—	
(Classes	3	3	3	2	11	3	3	3	9	—	—	—	20
Total (Mat.	74	102	114	86	376	106	63	46	235	—	—	—	611

ESCOLA NORMAL "PEDRO II" — CAPITAL

(Classes	—	—	4	3	7	—	—	—	—	2	2	4	
1.º (Mat.	—	—	167	93	260	—	—	—	—	77	63	140	
(Classes	5	5	—	—	10	—	—	—	—	—	1	1	
2.º (Mat.	183	208	—	—	391	—	—	—	—	—	30	30	
(Classes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	
3.º (Mat.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	29	—	29	
(Classes	5	5	4	3	17	—	—	—	—	3	3	6	23
Total (Mat.	183	208	167	93	651	—	—	—	—	106	93	199	890

COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA NORMAL "MUNIZ FREIRE" — CACH. ITAPEMIRIM

(Classes	6	3	2	2	13	1	1	1	3	1	1	2	
1.º(													
(Mat.	271	133	78	59	546	45	18	17	80	36	27	63	
(Classes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
2.º(													
(Mat.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
(Classes	1	1	1	1	4	1	1	1	3	1	—	1	
3.º(													
(Mat.	34	28	23	20	105	19	12	12	43	17	—	17	
(Classes	7	4	3	3	17	2	2	2	6	2	1	3	26
Total(													
(Mat.	305	166	101	79	651	64	30	29	123	53	27	80	854

COLÉGIO ESTADUAL E ESCOLA NORMAL "CONDE DE LINHARES" — COLATINA

(Classes	4	2	1	1	8	—	—	—	—	1	1	2	
1.º(													
(Mat.	149	72	45	34	300	—	—	—	—	15	12	27	
(Classes	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
2.º(													
(Mat.	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	
(Classes	1	1	1	1	4	1	1	1	3	—	—	—	
3.º(													
(Mat.	35	18	23	16	94	20	16	3	39	—	—	—	
(Classes	5	3	2	2	12	1	1	1	3	1	1	2	17
Total(													
(Mat.	134	90	60	52	394	20	16	3	39	15	12	27	460

Total Geral

(Classes	20	15	12	10	57	6	6	6	18	6	5	11	86
(Mat.	746	566	450	310	2 072	190	129	78	397	174	132	306	2 775

TABELA XII

ENSINO MÉDIO — CURSOS PEDAGÓGICOS

MATRÍCULA EM 1953

ESTABELECIMENTO	LOCALIDADE	CICLO	S é r i e s				SOMA
			1. ^a	2. ^a	3. ^a	4. ^a	
1 — Escola Normal "Petro II"	Vitória	2. ^o	106	93	—	—	199
2 — C.E.E.N. "Muniz Freire"	C. Itapemirim	2. ^o	53	27	—	—	80
3 — C.E.E.N. "C. Linhares"	Colatina	2. ^o	15	12	—	—	27
4 — Col. Americano de Vitória ...	Vitória	2. ^o	29	32	—	—	61
5 — Col. N.S. Auxiliadora	"	2. ^o	31	23	—	—	54
6 — Ginásio "Sacré-Coeur de Marie	"	2. ^o	6	10	—	—	16
7 — Instituto Alegrense	Alegre	2. ^o	13	25	—	—	36
8 — Ginásio "S. Pedro"	C. Itapemirim	2. ^o	41	20	—	—	61
9 — Gin. "Jesus, Cristo Rei"	"	2. ^o	5	24	—	—	29
10 — Colégio "João Bley"	Castelo	2. ^o	22	12	—	—	34
11 — Gin. Irmãos Carneiro S/A ...	Guacuí	2. ^o	13	12	—	—	25
12 — Ginásio S. Geraldo	"	2. ^o	3	6	—	—	9
13 — Ginásio Mimosense	Mimoso do Sul	2. ^o	17	10	—	—	27
14 — Colégio de Muqui	Muqui	2. ^o	12	19	—	—	31
15 — Colégio de Calçado	S. J. Calçado	2. ^o	19	8	—	—	27
16 — Esc. Norm. Regional M. ^a Mattos	Anchieta	1. ^o	—	—	39	25	64
TOTAL	—	—	385	333	39	25	782

TABELA XIII

ENSINO SUPERIOR

MOVIMENTO ESCOLAR

NO PERÍODO DE 1950 a 1953

Ano	ALUNOS					
	Inscritos aos Ves- tibulares	Aprova- dos nos Vestibu- lares	Matriculados			Diplo- mados
			1. ^a Série	2. ^a Série	3. ^a Série	

FACULDADE DE ODONTOLOGIA

1950	45	41	41	—	—	—
1951	40	37	37	31	—	—
1952	37	33	34	32	31	31
1953	47	33	34	33	32	32

ESCOLA POLITÉCNICA

1952	96	25	26	—	—	—
1953	60	18	17	24	—	—

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS

1953	33	32	26	—	—	—
----------------	----	----	----	---	---	---

TABELA XIV

SERVIÇO DE CINEMA, RÁDIO E TEATRO EDUCATIVOS
MOVIMENTO DE 1953

Meses	Sessões	Exibições	Aulas dadas	N.º de alunos	Dias letivos
Março	42	101	42	1 078	7
Abril	112	176	112	3 656	20
Maio	112	165	112	3 957	23
Junho	128	200	126	2 938	21
Julho	40	68	39	1 114	8
Agosto	127	154	124	3 856	22
Setembro	92	162	88	3 105	20
Outubro	82	107	78	2 200	16
Novembro	92	155	83	2 536	16
Dezembro	15	16	10	465	3
TOTAL	342	1 304	814	24 905	156

TABELA XV

PRÉDIOS ESCOLARES DE CONSTRUÇÃO AUXILIADA PELO INEP
(INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS PEDAGÓGICOS)

"ESCOLAS TÍPICAS RURAIS"

POSIÇÃO DAS OBRAS EM 1953

MUNICÍPIOS	CONCLUÍDOS		EM OBRAS	
	em 1953	TOTAL	Início em 1953	TOTAL
Afonso Cláudio	—	11	—	3
Alegre	—	6	—	4
Alfredo Claves	—	5	—	2
Anchieta	—	3	—	1
Aracruz	—	4	—	2
Baixo Guandu	—	12	1	1
Barra de São Francisco	—	3	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	3	8	—	—
Cariacica	1	4	—	—
Castelo	2	7	—	—
Colatina	—	13	—	1
Conceição da Barra	1	3	1	2
Domingos Martins	—	5	1	2
Espírito Santo	—	3	—	1
Fundão	—	4	—	—
Guaçuí	1	8	—	—
Guarapari	—	4	—	—
Ibiraçu	—	2	—	3
Icônha	1	4	—	—
Itaguaçu	1	9	—	—
Itapemirim	—	7	—	—
Itapoama	—	4	—	—
Iuna	3	6	1	3
Jabaeté	—	4	—	—
Linhares	2	5	—	—
Mimoso do Sul	1	5	—	3
Muniz Freire	4	7	1	2
Muqui	—	5	—	—
Santa Leopoldina	—	9	—	—
Santa Teresa	—	9	—	—
São José do Calçado	—	3	—	—
São Mateus	1	7	—	4
Serra	1	2	—	3
SOMA	22	191	5	37

TABELA XVI

PRÉDIOS ESCOLARES

RELAÇÃO DOS PRÉDIOS ESCOLARES CUJAS OBRAS FORAM
CONCLUÍDAS EM 1953

I — EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:

- 1 — Parque Infantil "Ernestina Pessoa" — Capital
- 2 — Parque Infantil "Darcy Vargas" — Capital

II — ENSINO PRIMÁRIO:

A — 7 (sete) Grupos Escolares:

- 1 — G.E. "Adolfina Zamprognio" — Paul de Dentro, município do E. Santo
- 2 — G.E. "Prof. João Bandeira" — Gurigica, município da Capital
- 3 — G.E. "Esmerino Gonçalves" — São Domingos, município da Colatina
- 4 — G.E. "Adelina Lírio" — Mantenópolis
- 5 — G.E. "Prof. Luiz Malisek" — Rive, município de Alegre

B — 23 (Vinte e três) Escolas Singulares

- 1 — E.S. de Itaóca — Município de Cachoeiro de Itapemirim
- 2 — E.S. de Praça do Oriente — idem
- 3 — E.S. de Pacotuba (Tijuca) — idem
- 4 — E.S. de Itanhenga — município de Cariacica
- 5 — E.S. de Estêla do Norte — município de Castelo
- 6 — E.S. de Garage* — idem
- 7 — E.S. de São Manoel — idem
- 8 — E.S. de Comercinho — município de Conceição da Barra
- 9 — E.S. de Santo Antônio — município de Guaçuí
- 10 — E.S. de Campinho — município de Iconha
- 11 — E.S. de Laginha — município de Itaguaçu
- 12 — E.S. de Ibatiba — município de Iúna
- 13 — E.S. de Crissiuma — idem
- 14 — E.S. de Perdição — idem
- 15 — E.S. de Desengano — município de Linhares
- 16 — E.S. de Povoação do Rio Doce — idem
- 17 — E.S. de Conceição do Muqui — município de Mimoso do Sul

- 18 — E.S. de Guaribu — município de Muniz Freire
- 19 — E.S. de Córrego Rico — idem
- 20 — E.S. de Meia Quarta — idem
- 21 — E.S. de Piaçu — idem
- 22 — E.S. de Rio Alto Muniz — município de São Mateus
- 23 — E.S. de Muribeca — município da Serra

III — ENSINO MÉDIO:

- 1 — Escola Normal Rural de Colatina

(*) Os prédios de Escolas Singulares, exclusive o de Garage, foram construídos com auxílios financeiros do INEP.

TABELA XVII

ENSINO MÉDIO

DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL

MOVIMENTO DE REGISTRO DE DIPLOMAS DE "PROFESSORES PRIMÁRIOS" E "REGENTES DO ENSINO PRIMÁRIO" NO PERÍODO DE 1948 A 1953

REGISTROS DE DIPLOMAS			
ANO	P.P.	R.E.P.	TOTAL
1948	36	111	147
1949	24	201	225
1950	21	158	179
1951	30	236	266
1952	41	253	294
1953	58	264	322

TABELA XVIII

DIVISÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO E PROFISSIONAL

MATRÍCULA NOS CURSOS DE ENSINO NORMAL NO PERÍODO DE
1940 a 1953

Ano	Cursos	ALUNOS			CLASSES			Conclusão de Curso
		1. ^a série	2. ^a série	Soma	1. ^a série	2. ^a série	Soma	
1940	1	—	48	48	—	1	1	48
1941	2	13	14	27	1	2	3	14
1942	2	16	13	29	2	2	4	13
1943	3	50	16	66	3	3	6	16
1944	6	75	35	110	6	3	9	35
1945	8	86	63	149	8	6	14	63
1946	8	126	81	207	8	8	16	81
1947	11	222	124	346	12	9	21	124
1948	11	208	219	427	11	12	23	219
1949	12	244	200	444	12	10	22	200
1950	14	349	215	564	15	12	27	215
1951	15	378	334	712	16	16	32	334
1952	16	395	354	749	17	16	33	354
1953	16	410	372	782	18	17	35	372

APÊNDICE N.º I

LEGISLAÇÃO

LEIS E DECRETOS DE MAIOR RELEVÂNCIA NO PERÍODO DE

1951 A 1953 *

I — EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR:

- 1 — Decreto n.º 753, de 31-1-952 — Institui nova modalidade de estabelecimentos de educação, assistência e recreação da infância, sob a denominação de "Parque Infantil" e "Recanto Infantil".
- 2 — Decreto n.º 1 031, de 21-9-952 — Cria o Parque Infantil "Maria Queiroz Lindenberg", na Praia Comprida.
- 3 — Decreto n.º 1 545, de 21-1-954 — Cria o Parque Infantil "Ernestina Pessoa", no Moscoso.
- 4 — Decreto n.º 1 561, de 4-2-54 — Cria o Parque Infantil "Darcy Vargas", no bairro de Santo Antônio.

II — O ENSINO PRIMÁRIO:

- 1 — Decreto n.º 648, de 11-10-951 — Fixa a rede de estabelecimentos de ensino primário do Estado, enumerando-os um a um e classificando-os por entrâncias.
- 2 — Lei n.º 549, de 7-12-951 — Dá nova organização ao ensino de primeiro grau, classifica os estabelecimentos em categorias e entrâncias, institui os Concursos de Remoção e de Ingresso e Reingresso no Magistério, altera os vencimentos do professorado, cria a "gratificação de magistério", regula as promoções na carreira e dá outras providências.
- 3 — Lei n.º 557, de 18-12-951 — Revoga o artigo 6.º da Lei n.º 112, de 12-10-948.
- 4 — Decreto n.º 648, de 21-12-951 — Regulamenta o Concurso de Remoção de Professores Primários.
- 5 — Decreto n.º 703, de 29-12-951 — Regulamenta o Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário.
- 6 — Decreto n.º 716, de 7-1-952 — Altera dispositivos do Regulamento da Secretaria de Educação e Cultura.
- 7 — Decreto n.º 725, de 29-1-952 — Aprova o Calendário Escolar do ano de 1952.
- 8 — Lei n.º 697, de 29-12-952 — Altera a tabela de "gratificações de magistério" a que se refere o artigo 37 da Lei n.º 549, de 7-12-951.
- 9 — Decreto n.º 112, de 8-1-53 — Altera o Regulamento do Concurso de Remoção de Professores Primários.

- 10 — Decreto n.º 1 115, de 9-1-953 — Altera a redação do artigo 12 do Regulamento de Remoção de Professores Primários.
- 11 — Decreto n.º 1 569, de 17-2-954 — Reforma o Regulamento do Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário.

(*) Constan da relação também os decretos do 1.º trimestre de 1954.

III — O ENSINO MÉDIO SECUNDÁRIO E NORMAL:

- 1 — Lei n.º 605, de 29-12-951 — Cria o Colégio Estadual e Escola Normal "Conde de Linhares", na cidade de Colatina.
- 2 — Lei n.º 667, de 5-12-952 — Cria o Colégio Estadual e Escola Normal de Castelo.
- 3 — Lei n.º 738, de 21-10-953 — Cria o Colégio Estadual e Escola Normal de Alegre.
- 4 — Lei n.º 757, de 14-12-953 — Cria o Colégio Estadual e Escola Normal de Mimoso do Sul.

IV — O ENSINO SUPERIOR:

- 1 — Lei n.º 520, de 6-9-951 — Cria a Escola Politécnica.
- 2 — Lei n.º 520, de 7-12-951 — Cria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.
- 3 — Lei n.º 610, de 31-12-951 — Cria a Escola de Belas Artes.
- 4 — Lei n.º 661, de 12-11-952 — Cria o Instituto de Música.
- 5 — Lei n.º 707, de 10-1-953 — Cria a Escola de Auxiliares de Enfermagem.
- 6 — Decreto n.º 1 236, de 8-4-953 — Cria o Conselho de Ensino Superior junto à Secretaria de Educação e Cultura.

V — DIVERSOS:

- 1 — Decreto n.º 647, de 11-10-951 — Dispõe sobre a realização do Curso Intensivo das Missões Pedagógicas Itinerantes, no ano de 1952.
- 2 — Decreto n.º 777, de 24-3-52 — Reorganiza o Museu Capixaba.

SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA

A Secretaria do Interior e Justiça, por seu Gabinete, dirigiu no ano de 1953 todos os serviços que lhe estão diretamente afetos tendo, supervisionado as repartições que lhe são subordinadas.

É com satisfação que fazemos notar haverem sido obtidas, de um modo geral, acentuadas melhoras no funcionamento dos vários serviços e setores, conforme se depreenderá das detalhadas disposições que adiante serão encontradas neste relatório.

Apraz-nos consignar que, como nos anos anteriores, foram os entendimentos com o Poder Judiciário e o Poder Legislativo mantidos em alto clima de compreensão e harmonia, do que resultou proveitoso prosseguimento das amistosas relações reinantes entre os Poderes do Estado.

Visando ao aperfeiçoamento da lei que reestruturou a Polícia Civil do Estado, foram nela introduzidas modificações e alterações que, sem quebra de sua sistemática, permitiram maior ductibilidade na sua aplicação. Acreditamos terão resultados vantajosos as modificações que hoje integram a referida lei.

Desde o ano findo, vem a Secretaria do Interior e Justiça com sua atenção despertada para o apaixonante problema de assistência ao menor desvalido e transviado, tendo sido organizado magnífico trabalho da lavra do eminente jurista conterrâneo, dr. Nuno Santos Neves, visando dotar o Estado do Espírito Santo de um estabelecimento à altura de seu progresso. O sistema das "Casas-Lares" que atualmente conta com o maior número de simpatizantes, dentre os estudiosos da matéria, foi o preferido para o nosso meio. Colcados na organização da Colônia Hogar Ricardo Guterres (da vizinha República Argentina), e nos princípios que norteiam o educandário "São Vicente" da Liga das Senhoras Católicas de São Paulo, foram organizados projetos e regulamentos capazes de, uma vez postos em execução, colocar o Espírito Santo na vanguarda dos Estados brasileiros em relação ao problema. Enquanto não se concretiza o estudo já submetido à apreciação do Poder Executivo e por ele aprovado, cuida o Governo, em estrita colaboração com o ilustrado titular da Vara de Menores da Capital, de encontrar soluções outras que minorem o angustiante problema. Nesse sentido foi instalado, no vizinho município de Cariacica, no lugar denominado "Roças Velhas", um abrigo para complementar a assistência que já é dispensada aos menores pelo Estado, através do Juizado de Menores, do Instituto Agrícola de Maruípe, do Patronato de Monte Líbano e diversas outras organizações congêneres.

A fim de melhor provêr os vários serviços pertencentes à Polícia Militar, foi elaborado, pelo seu digno Comando, um projeto de sua reorganização, que, após exame pela Secretaria do Interior e Justiça, mereceu a aprovação do Chefe do Executivo Estadual, tendo sido baixada, então, a Lei n. 730, de 25 de Agosto de 1953 dispondo sobre a referida reorganização, ficando desta forma atualizados, nos melhores moldes, todos os serviços pertinentes àquela briosa Corporação.

Visando, de igual modo, regular os serviços afetos à Polícia Civil, preparou-se, sob a supervisão do Major Chefe de Polícia, um projeto de Regulamento de sua reorganização, compreensivo dos vários órgãos e setores que lhe são subordinados. Após o exame a que procedeu o Gabinete da Secretaria do Interior e Justiça, foi o trabalho aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Estadual, transformando-se no Decreto n. 1577, de 5 de Março de 1954.

Criada pela Lei n. 719, de 7 de Março de 1953, deverá entrar em funcionamento, em 1954 a Escola de Polícia, cujo Regulamento já se encontra aprovado pelo titular da pasta. A referida instituição funcionará nos mesmos moldes de sua congênere do Estado de Minas Gerais, para o que diligenciou a Secretaria do Interior e Justiça fôsse feito um estágio na capital mineira por dois elementos de nossa Polícia Civil.

Em decorrência também da lei que reestruturou a Polícia Civil, já se encontra organizada a Guarda Civil, que virá prestar ao Estado os mais relevantes serviços.

A fim de melhor dotar o Instituto de Readaptação Social para satisfação plena de suas finalidades, providenciou o Governo a aquisição de instrumentos musicais para organização de uma Banda Musical naquele estabelecimento, bem como a transferência da maquinaria da Fábrica de Calçado na Polícia Militar para o mesmo Instituto, além de um forno elétrico para a padaria.

Registro especial merece o desenvolvimento no aludido Instituto, do seu setor educacional, graças à melhor aparelhagem de pessoal e material que, no corrente exercício, foi possível proporcionar àquele estabelecimento.

POLÍCIA CIVIL

É-nos grato enumerar o valioso efeito da Lei n. 719, de 7 de Março de 1953, que reorganizou a Polícia Civil, concorrendo para o melhor desempenho de todos os setores e mais amplitude de ação daquela Chefia, agora mais bem aquinhoadada com a criação de vários serviços essenciais, especialmente com os de que mais necessitava nossa organização policial.

Pelos quadros demonstrativos se poderá verificar a dilatação sempre crescente dos trabalhos, muito especialmente nos âmbitos da Polícia Judiciária.

Não poderemos dizer que o Estado já conta com uma organização policial perfeita. Forçoso é reconhecermos suas lacunas, consequentes de várias circunstâncias que ainda nos afligem. Entretanto, se com espírito de

auto-crítica consciente reconhecemos essas deficiências, é com satisfação que vemos, agora, a Polícia Civil munida de elementos para corrigi-las e superá-las, pouco a pouco, em alguns setores, como aliás fica evidenciado com a demonstração do presente relatório, em comparação com as atividades do ano anterior.

Como é do conhecimento geral, — competindo-nos acrescentar que foi este o serviço de maior eficiência como trabalho preventivo e repressivo — a Rádio Patrulha se vem ressentindo do número já por demais exíguo de viaturas, para atendimento das suas finalidades múltiplas.

Daí a necessidade da ampliação do seu serviço.

RADIO PATRULHA

Apesar do pouco tempo de atividade decorrido desde sua criação, a Delegacia de Menores e Trânsito se evidenciou como uma das mais importantes pela amplitude dos serviços de sua alçada e pela diversidade de problemas com que se defronta.

DELEGACIA DE MENORES E DE TRÂNSITO

Em vista disso, há essencial necessidade da separação daquela Delegacia, criando-se a Delegacia Especializada de Menores e ficando o exaustivo e complexo serviço de trânsito sob a orientação do outro Delegado. Daí, ser cogitação do Governo o desdobramento, em duas, da referida Delegacia.

É outro setor importante que merece o mais acurado interesse para sua instalação e funcionamento. São inúmeros os problemas de ordem técnica e moral que decorrem das já exíguas instalações com que conta a Chefia da Polícia, no prédio da Chefatura, para guarda dos presos da Justiça. Além disso, com a instalação da Casa de Detenção, seria aproveitado o espaço consequente da saída de presos, que traria desafogo e melhoria às atuais instalações daquele setor, inclusive adaptações de valor ao funcionamento da Escola de Polícia.

CASA DE DETENÇÃO

A sua organização e funcionamento, previstos para o ano de 1954, virão satisfazer a necessidade do aperfeiçoamento dos quadros antigos de formação de novos elementos policiais. Aliás, sobre o assunto, se ocuparam os integrantes das representações estaduais que compareceram à Primeira Conferência Nacional de Polícia, realizada na Capital Federal em Dezembro de 1951, da qual também participaram elementos da Polícia Civil.

Desnecessário se torna frisar aqui o fabuloso crescimento do trânsito nesta Capital e em todo o Estado. Bastaria, tão somente, para comprovar tal aumento, verificar o volume assustador de inquéritos sobre atropelamentos e outros acidentes de tráfego, processados pela Delegacia competente. Por isto, houve por bem a administração aumentar o efetivo dos Inspetores, com a criação e provimento de mais cargos dessa natureza.

SERVIÇO DE TRÂNSITO

**POLÍCIA
MILITAR**

Com exceção da Companhia de Guardas, criada pela Lei n. 730, de 25 de Agosto de 1953, e do Corpo de Bombeiros, que se encontram provisoriamente alojados nas dependências do antigo Quartel do Moscoso, as demais sub-unidades daquela Corporação militar permanecem aquarteladas no seu prédio próprio, em Maruípe.

Para preenchimento de claros existentes, foram incorporados no ano p. findo, à Polícia Militar, 175 civis e desincorporados, por motivos diversos, 167 praças.

No ano p. findo, foi adquirida uma bateria americana completa, tipo de luxo, para a Banda de Música daquela Corporação, assim como diversos acessórios para instrumental.

O serviço de Intendência, compreendendo quatro seções distintas, executou todas as tarefas estabelecidas no Regimento, dentro das possibilidades e recursos existentes. As oficinas de alfaiataria, sapataria e colchoaria, subordinadas à Secção do Almoxarifado, fizeram desenvolver seus serviços satisfatoriamente, apresentando renda em benefício do C. A. daquela Corporação.

Com o advento da Lei n. 730, de 25 de Agosto de 1953 foi o quadro aumentado de vinte Oficiais, o que veio melhorar consideravelmente o desenvolvimento do serviço. O efetivo das praças, porém, continua deficiente, dada a dificuldade que vem tendo aquêle Comando de completar o II Batalhão, dificuldade essa motivada pela carência de voluntários à altura de serem admitidos para a árdua tarefa de policial-militar.

A granja "Comandante Darcy" da Polícia Militar, além do material fornecido ao pessoal da Escola de Recrutas, forneceu aves e verduras ao rancho, contribuindo, assim, para a economia interna.

No exercício de 1953 funcionou um Curso de Candidatos a cabo e foi iniciado o Curso de Formação de Sargentos, cuja instrução passou para o corrente exercício.

Em consequência do advento da Lei n. 730, de 25 de Agosto de 1953, foi completamente modificada a estrutura da Polícia Militar, o que muito melhorou a administração da Unidade, pela judiciosa distribuição dos diversos serviços que logo ressaltaram a sua eficiência. Assim é que, com a criação do Gabinete do Comando, do Estado Maior e de quatro Diretorias — Pessoal, Intendência, Instrução e Saúde — independentes entre si; a criação da Companhia de Guardas, da Companhia de Comando, da Companhia Escola e da Companhia de Serviços, e com a extinção da Companhia de Polícia Especial, de Comando e Serviços, Escola de Cavalaria o Corpo de Serviços Auxiliares, passou a administração a ser feita e controlada mais facilmente pelo Gabinete do Comando. Ainda em consequência dessa Lei foram promovidos aos postos imediatamente superiores trinta e seis oficiais.

Uma grande conquista para a Corporação e que veio melhorar consideravelmente o desempenho do serviço, e, por outro lado, dar uma oportunidade às praças que não mais têm diante de si a "barreira" da graduação de sub-tenente, foi o advento da Lei 737, de 16 de Outubro de 1953, que

criou na Polícia Militar o quadro auxiliar de Oficiais, oriundos das fileiras da Corporação e sem o curso das Escolas de Formação de Oficiais. O Comando entrou em estudos para o cumprimento da Lei, e a Comissão de Promoções, designada para tal, fez selecionar os sub-tenentes mais antigos da Unidade, sete elementos que satisfizeram às exigências para a promoção ao posto de 2.º tenente.

O exame do movimento geral do ano de 1953 atesta ter sido êle um ano de intensos trabalhos para o Instituto de Readaptação Social que continua a progredir no sentido material e econômico, bem como na parte relativa à recuperação do delinquente.

**INSTITUTO
DE READAP-
TAÇÃO SO-
CIAL**

De ano para ano aumenta o serviço burocrático, demandando para o futuro a ampliação do quadro de funcionários, para dar conta do movimento crescente daquele setor da administração.

A renda do presídio foi bastante movimentada no ano de 1953, graças à qual foram executadas naqueles estabelecimento tôdas as obras novas e reformas que se tornaram necessárias. A padaria, a reconstrução das casas onde moram os funcionários, a pintura e reforma dos prédios, etc., tudo obedeceu a uma rigorosa administração.

Verifica-se que aumenta de ano para ano a produção naquele estabelecimento. A alfaiataria, de Cr\$ 104 426,00 passou para Cr\$ 157 818,30. A sapataria, de Cr\$ 81 060,00 atingiu Cr\$ 93 324,80. A agricultura, de Cr\$ 73 422,80 alcançou Cr\$ 114 443,50 no exercício findo.

Os serviços médico e odontológico vêm sendo executados com a devida regularidade, podendo-se afirmar que o Instituto de Readaptação Social vem mantendo, em todos os seus setores, um equilíbrio normal de ordem e de trabalho.

No exercício de 1953 foi o seguinte o movimento da Junta Comercial: realizada: 54 sessões ordinárias e 12 extraordinárias, a requerimento de partes interessadas.

**JUNTA
COMERCIAL**

Foram julgados 2.582 processos e extraídas 339 certidões, autenticados e rubricados 4 714 livros diversos, com 413 931 folhas.

A Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional neste Estado e outras repartições foram encaminhadas 52 processos diversos para correção de falhas apontadas pela Junta Comercial.

A renda global atingiu a apreciável cifra de Cr\$ 458 702,90, assim distribuída: Emolumentos diversos, Cr\$ 261 685,90: selos do Estado aplicados em processos arquivados naquela repartição, Cr\$ 197 017,00.

Foram intensos os trabalhos do Instituto Agrícola de Maruipé, no ano de 1953, graças ao espírito de cooperação existente entre todos os seus auxiliares, o que se reflete já de maneira notável nos menores internos. Há também fatores outros que muito contribuíram para aquela situação vantajosa, relativamente aos alunos, dentre os quais, a criação do Fundo de Auxílio ao menor, o desconto dos prejuízos causados pelo mesmo, a gra-

**INSTITUTO
AGRÍCOLA
DE MARUI-
PÉ**

tificação por serviços prestados e a aquisição do carteira de estudante para o abatimento de 50 % na aquisição de entradas em casas de diversões.

Cogita o Governo do Estado de construir um prédio em Roças Velhas, no município de Cariacica, dotado de todos os requisitos modernos, onde a criança desamparada possa encontrar a recreação necessária ao seu espírito, ao lado do aparelhamento indispensável às suas atividades cotidianas de aprendizagem, para que se torne amanhã o cidadão útil pelo trabalho e compreensão clara dos seus deveres.

A parte material do estabelecimento foi bastante melhorada, principalmente nas oficinas, para onde foram adquiridos materiais e peças considerados imprescindíveis ao seu melhor funcionamento. Foi instalada a barbearia e feita uma reforma geral na rede de águas, de forma que, não obstante a intensa estiagem verificada nos últimos meses do ano findo, o estabelecimento não sofreu nenhuma falta do precioso líquido.

A parte do ensino também foi melhorada consideravelmente. As aulas foram elevadas à categoria de Grupo Escolar e os menores foram submetidos ao mesmo regime de provas finais, orientadas pela Divisão de Organização e Pesquisas Pedagógicas, tendo sido o resultado bastante satisfatório. As datas nacionais foram condignamente comemoradas, procurando-se dessa forma despertar a consciência cívica nos alunos, o amor às nossas tradições e a veneração àqueles que tanto contribuíram para o progresso da nacionalidade.

O Instituto Agrícola de Maruípe, através do seu Fundo de Auxílio ao Menor, previsto no seu Regulamento, vem beneficiando a todos os seus internos quando desligados. Assim é que, no ano de 1953, todos os que foram desligados, com autorização do M.M. Juiz de Menores, levaram consigo as importâncias a que fizeram jus, pelos trabalhos que executaram.

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL

As atividades administrativas do Departamento de Imprensa Oficial se desenrolaram num ritmo de franco trabalho e na mais perfeita ordem, graças ao esforço conjugado de uma equipe de auxiliares à altura de suas responsabilidades.

A organização prevista para o Departamento de Imprensa Oficial agrupou as principais seções num setor de trabalho, no qual a Direção Geral é única, e permitiu uma coordenação de energia e maior cooperação.

Com a finalidade de divulgar as publicações oficiais e mais uma infinidade de publicações outras que, embora não emanadas do Governo, por força das leis da República e do Estado, só têm validade quando publicadas no Órgão Oficial, editou-se, no cumprimento fiel das finalidades assim enumeradas, um total de 305 edições, com uma média de 16 páginas diárias, ou sejam 4 880 páginas impressas.

Com uma produção que satisfaz perfeitamente às exigências do serviço, a seção do jornal, através do seu órgão de divulgação — "Diário Oficial" — encerrou, desse modo, o ano de 1953, com toda a matéria rigorosamente em dia sem que se tenha registrado qualquer reclamação que compromettesse o bom nome daquele Departamento.

Por força da Lei n. 600, de 28 de Dezembro de 1951, que reformou a Imprensa Oficial, os impressos e obras gráficas de interesse do Estado passaram a ser obrigatoriamente feitos naquelas oficinas, com vantagens positivamente económicas para o Governo, que passou a contar ainda com as vantagens da centralização de seus serviços gráficos naquele Departamento.

Incalculável tem sido a movimentação dos serviços no setor de obras, de acordo com o volume de requisição da Divisão do Material do Departamento do Serviço Público, referente às encomendas frequentes de impressos em geral, além das que lhe são habitualmente encaminhadas diretamente das Secretarias de Estado.

O Departamento de Imprensa Oficial produziu a mais em 1953, em comparação com o ano anterior, um total bem compensador de 4 325.000 impressões de trabalhos diversos de natureza gráfica.

Merece registro especial a confecção de clichês que está contentando satisfatoriamente a todos que procuram aquêles setor da administração. Inegavelmente, a instalação da *clicherie* era uma necessidade inadiável, vindo prestar os melhores serviços aos meios culturais, artísticos e jornalísticos do Estado.

SECRETARIA DO GOVERNO

Além do Serviço de Administração, do Gabinete Civil e do Gabinete Militar, a SECRETARIA DO GOVERNO superintendente o Departamento Estadual de Saúde, o Departamento Estadual de Estatística, o Serviço Jurídico, a Rádio Espírito Santo e o Serviço Estadual de Rádio, cujas atividades vão, a seguir, mencionadas separadamente, em títulos próprios, nesta Mensagem.

Os serviços internos administrativos da Secretaria, que contam com selecionado corpo de funcionários, zelosos e diligentes, acusaram, no decorrer do exercício de 1953, o seguinte movimento:

Offícios expedidos	5 215
Rádios e telegramas expedidos pela Secretaria e Gabinete da Governadoria	2 186
Rádios expedidos por outras repartições públicas	3 932
Rádios recebidos	2 798
Processos	4 720
Processos arquivados	1 332
Empenhos emitidos	288
Requisições de adiantamento	60
Prestações de contas apresentadas	59
Térmos de compromisso	44
Portarias	247
Decretos	136

Para ampliação do Serviço Rádio-Telegráfico do Estado, está o Governo providenciando a aquisição à S.A. Philips do Brasil, de moderno transmissor de comunicações, de 1 000 watts de potência, permitindo operação em duas frequências para 6 990 e 9 370 kc/s, — no valor de Cr\$.... 249 000,00 — medida que determinará o necessário e inadiável aumento de potência do nosso Serviço de Rádio, com o funcionamento normal de dois transmissores com três frequências, normalizando-se, com isso, o serviço de transmissões que, apenas por deficiência técnica, vinha sendo, por vezes, retardado, com evidentes prejuízos para o serviço público.

Também no propósito de ampliar a rede de comunicações no Estado, o Governo está providenciando a instalação de Estações rádio-telegráficas em Mantênópolis, Barra de São Francisco e Mucurici, tendo sido adquiridos os respectivos transmissores, em vias de funcionamento regular.

O movimento do Serviço Rádio-Telegráfico Estadual, em 1953, conforme consta da relação acima, atingiu a 6 118 rádios e telegramas expedidos e 2 798 recebidos.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

Encarando o conceito atual da saúde em sua mais larga e mais moderna acepção que nela vê "um estado do perfeito bem estar, físico, mental e social", o nosso Departamento de Saúde, em vez de limitar-se à prática exclusiva de prevenir enfermidades transmissíveis, caminha hoje, decididamente, para mais amplos e desmedidos horizontes.

A sua ação se distribui, atenta, sobre quatro setores da mais alta importância no bem estar geral: profilaxia, assistência médica, saneamento e assistência social. Quatro atividades diversas, mas inteiramente conformes a um fim determinado e único. Quatro setores diferentes que se articulam, todavia, perfeitamente em um só ritmo de ação. E tão íntimo se faz este entrosamento que a sua própria execução, em aparência tão dispar, se exercita através de organismos similares.

Faz-se profilaxia sobretudo através dos centros e postos de saúde, mas a ela não são indiferentes os hospitais, as maternidades e a engenharia sanitária. Faz-se assistência médica de preferência nos hospitais gerais, mas também é ela feita em grande intensidade em nossas várias unidades de saúde. E é ainda, por meio delas, que exercemos as nossas atividades sociais e não só nos vários nosocômios e nos centros e agências sociais.

No propósito de melhor distribuir e relacionar as nossas atividades no correr do exercício de 1953, iremos discriminar a ação destes quatro setores, através de suas unidades específicas.

PROFILAXIA

UNIDADES
SANITARIAS

Prosseguindo no itinerário traçado em sua plataforma inicial, vai o governo completando, pouco a pouco, a sua rede de unidades sanitárias. Inaugurados em 1952 os postos de saúde de Mimoso do Sul, Alfredo Chaves e as quatro unidades auxiliares do Centro de Saúde de Vitória, e em cooperação com o SESP, o sub-posto de Linhares, nos foi possível este ano instalar e pôr em funcionamento regular as unidades de Domingos Martins, Jabaeté, Sauaçu, Santa Leopoldina, Itaguaçu e Iúna, além da unidade auxiliar de Ilha das Caeiras, o posto de saúde de Baixo Guandu, em cooperação com o SESP, e o Centro Social da Ilha do Príncipe. Além disto, para funcionamento em 1954, deixamos em construção adiantada e quase concluídas, as unidades de São Francisco, Itapoama, Fundão, Cariacica, Santa Tereza e Nova Venécia, esta última, em cooperação com a Divisão de Organização Sanitária do Departamento Nacional de Saúde.

Sobe, assim, a quarenta, o número de nossas unidades sanitárias, faltando apenas, — o que já está previsto no orçamento do próximo exercício, — os postos de saúde de Gurapari, Anchieta, Espírito Santo, Serra, Linhares, Ibirapu, Mantenópolis e Mucurici, para completar inteiramente a nossa rede de unidades sanitárias, construídas e instaladas em tôdas as sedes de nossos municípios. Cogitou também o governo, a fim de melhor assistir as populações ribeirinhas do São Mateus e do Rio Doce, da construção de duas unidades fluviais do último tipo, as quais denominou acertadamente de "Oswaldo Monteiro" e "Sylvio Avidos", em homenagem àqueles dois grandes sanitaristas do Estado.

Através desta vasta rede de unidades sanitárias, foi-nos possível estender consideravelmente a nossa proteção solícita sobre parte considerável da população do Estado.

Mais de 1 200 000 benefícios, em consultas, visitas, injeções, alimentação e exames, foram distribuídos pelas nossas unidades, aí não incluídos, os serviços em cooperação com a Malária e a schistosomose, e o movimento geral de nossos hospitais especializados.

De um modo geral, mais evidentes em uns do que em outros, foi notável o acréscimo em todos os setores de nossa saúde pública.

Para bem refletir o panorama geral de todos os serviços, e por se tratar de distrito-padrão de nossa organização sanitária, devem-se mencionar, aqui, alguns dados parciais, referentes ao 1.º Distrito Sanitário. 1.º DISTRITO
SANITÁRIO

Só no Centro de Saúde de Vitória, foram atendidas 244 678 pessoas, na média excelente de 825,5 comparecimentos, em 287 dias de trabalho útil. Se todavia, se fôr verificar o número de pessoas que compareceram a todas as unidades que compõe o 1.º Distrito Sanitário, sobe rapidamente o índice de comparecimento para 364 233, e a média diária para 1 269,1 o que constitui um volume de atividade bastante apreciável que recomenda sobremaneira a nossa organização técnica. Comparando-se esta quantidade de serviços prestados à coletividade, com o gasto despendido nesta ampla operação, que foi de Cr\$ 4 268 469,82, iremos verificar que cada contacto com o serviço nos ficou no "per-capita" razoável de 11 72, bem inferior à média habitual.

Não só, porém, a "quantidade" do serviço prestado é que foi animador; também a sua "qualidade", a julgar-se ainda pelo movimento do 1.º Distrito, se mostra deveras satisfatória. Assim é que, conforme as tabelas anexas acentuam muito bem, a relação entre o número de partos conhecidos e o número de primeiros comparecimentos de gestantes, que era de 23,8% há 10 anos atrás, alcançou em 1953, a 51,6%, cifra ainda não atingida em qualquer outra unidade sanitária no país. Do mesmo modo, e mais espetacular ainda, é o progressivo aumento do número de primeiros comparecimentos de infantes, que, subindo a 2 652, representa 88,4% de toda a nossa população infantil!

Também são evidentes os progressos conseguidos de ano a ano, no comparecimento às nossas unidades dos escolares e dos pré-escolares. No que diz respeito à assistência à maternidade, à infância e à adolescência, poderemos anotar que o comparecimento ao serviço pré-natal, infantil, pré-escolar e escolar em todo o Estado, passou de um total de 84 952 para 101 701. A quantidade de leite distribuída em nossas unidades, que fôra de 67 786 em 1952, atingiu, em 1953, a cifra expressiva de 109 121 litros. E o número de visitas efetuadas pelas visitadoras sanitárias a gestantes e crianças, registrou, no ano, 50 876. Em nossos serviços dentários foram atendidos 28 246 escolares, pré-escolares e gestantes, ao mesmo passo que se introduzia, em nossos parques infantis de Vitória e Cachoeiro, e nos grupos escolares, a prática altamente recomendável de aplicação tópica de fluor, como medida de prevenção parcial da cárie dentária.

O serviço preparou também uma equipe de higienistas dentárias, por intermédio da qual foi possível realizar um amplo inquérito de avaliação da incidência da cárie dentária, baseado nos padrões internacionais. 7 627 crianças foram pesquisadas, encontrando-se 32 420 lesões dentárias, o que aponta o coeficiente médio de 4,2 dentes cariados ou ausentes por boca. Este inventário foi realizado no Parque Infantil "Maria Lindenberg", em quinze grupos escolares, três escolas isoladas e duas obras beneficentes, revelando índices variáveis de 1,3 no Grupo Escolar "Liserina Lyrio" até 6,5 no Grupo Escolar "Vasco Coutinho", o que bem evidencia a gravidade do problema dentário entre os nossos escolares. Pesquisa idêntica foi feita em Cachoeiro sobre 1420 crianças, realizando-se 519 aplicações tópicas.

Em cooperação com o SESP, com a Faculdade de Odontologia e a Associação odontológica espírito-santense, programou-se a realização da 1.^a Jornada Odontológica de Vitória, que culminou com a inauguração do serviço de fluoração da água da cidade de Baixo Guandu, acontecimento, que, por ser o primeiro no Brasil, teve, como seria natural, repercussão nacional.

O Serviço de enfermagem realizou 69 466 visitas, contra 55 818 no ano anterior, o que bem espelha a sua progressiva melhoria. Além de levar a domicílio os cuidados e conselhos de educação sanitária, prolongando assim a ação dos Postos de saúde até à família do assistido, ainda encaminhou aos nossos dispensários mais de 76 000 pessoas, e realizou sozinho 15 301 imunizações. A par deste serviço, de tão alta importância em nossas unidades sanitárias, o serviço de saneamento exercido pelos médicos, guardas e instrutores sanitários, efetuou 75 610 visitas de polícia sistemática, cadastrando quase 8 000 prédios e apreendendo ou inutilizando mais de 27 toneladas de gêneros alimentícios deteriorados.

Os serviços de doenças venéreas, realizados especialmente nos Centros de Saúde de Vitória, Cachoeiro e Colatina, e nos postos de Alegre, Guaçuí, Mimoso, Muqui, anotaram 47 153 comparecimentos. Foram aplicadas 29 546 injeções, das quais, 13 937 foram de penicilina, num total de 3 782 000,000, de unidades e distribuídos quase 20 000 comprimidos de sulfa, sem contar aí as atividades exercidas em nosso Centro de Tratamento rápido.

No setor de controle das doenças transmissíveis agudas, é digno de nota o extraordinário esforço de imunização de nossa população, contra a febre tifoide, a varíola, a difteria, a tuberculose, a coqueluche e até mesmo o tétano. Assim é que, foram feitas só neste ano, 141 834 vacinações, contra 106 937 no ano anterior. Isto representa aproximadamente 15% do total da população, quando é sabido que as mais adiantadas unidades da federação não conseguem atingir a 10%. Acresce a circunstância de não terem sido indicadas neste cálculo, as imunizações realizadas pelo Serviço Nacional de Febre Amarela no Estado, que totalizaram 411 028 vacinações.

Merece especial realce a campanha de vacinação sistemática contra as febres tifoides, realizadas pelo 1.^o Distrito Sanitário, a fim de evitar um possível surto desta enfermidade em Vitória, por ocasião do largo período de estiagem que nos assolou, reduzindo consideravelmente o abastecimento d'água de nossa capital. Em apenas noventa dias, foram vacinadas 27 517 pessoas.

O Serviço de educação e propaganda sanitária teve, este ano, um funcionamento muito ativo, tendo sido administrado um curso especial de coordenadores de saúde, findo o qual foram contratadas 12 moças, para estender o nosso programa aos parques infantis e aos grupos escolares de Vitória e arrabaldes próximos. Foram, assim, realizadas, no correr do ano, 1759 palestras educativas. Através da Rádio Espírito Santo, difundiram-se 97 outras palestras, organizadas pela chefia do serviço e com perguntas aos ouvintes. Foram recebidas em média 112,2 cartas, e a média de respostas certas chegou a atingir o ótimo de 94,2%.

O Laboratório Central foi bastante melhorado em seu equipamento técnico científico, o que permitiu maior segurança e melhor qualidade nos resultados dos exames. Foi enviado a São Paulo, o nosso bromatologista, a fim de atualizar, ainda mais, os seus conhecimentos no Instituto Adolpho Lutz. Também um dos técnicos do D.E.S. frequentou, com grande proveito, o curso de sorologia da Universidade de São Paulo, classificando-se em 1.º lugar entre todos os demais candidatos.

A fim de melhor amparar tecnicamente as unidades do sul do Estado, foi construído e inteiramente instalado com a cooperação generosa do Dr. Amílcar Barca Pellon, Diretor da Divisão de Organização Sanitária, o magnífico Laboratório Regional de Cachoeiro do Itapemirim. Em homenagem ao Diretor do Departamento Nacional de Saúde, que tem dedicado toda a sua vida aos problemas da imunologia e da microbiologia, foi muito justamente denominado Laboratório "Arlindo de Assis". Para o preparo suficiente de técnicos habilitados, graças à preciosa colaboração do Dr. Ruy Moraes, realizou-se, em Cachoeiro do Itapemirim, um curso intensivo de prática laboratorial, diplomando-se pelo mesmo oito cursistas com excelente aproveitamento, os quais já nos vêm prestando o seu precioso concurso.

LABORATÓRIO REGIONAL DE CACHOEIRO

Foram efetuados, só no Laboratório Regional, 32 403 provas de laboratório, desde a simples pesquisa de helmintos, e a sorologia pelo Warsemann, Khan e Kline, até as provas culturais para libertação de portadores, e os exames de água e de leite.

O modelar serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde prossegue as suas atividades padronizadas, coletando e criticando mensalmente os dados biodemográficos dos 158 cartórios de registro civil do Estado, além das apurações da estatística nosocomial, e do cadastro torácico do Centro de Saúde de Vitória, e da nossa unidade móvel.

SERVIÇO DE BIODEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Também incumbe a este serviço, a organização e operação de nossa biblioteca especializada, que já conta hoje com 1 270 volumes.

Publicou este setor, além dos Relatórios diários de óbitos e natimortos de Vitória, 52 números da *revista biodemográfica semanal*, correspondentes às 52 semanas de 1953, e 10 mensários, de outubro de 1952 a julho de 1953, nos quais se incluem regularmente os seguintes dados, em quadros mensais, acompanhados de comentários técnicos:

- Dados bioestatísticos do município de Vitória, compreendendo: n.º de casamentos, n.º de nascidos vivos, n.º de nascidos mortos, n.º de óbitos de menores de um ano, n.º total de óbitos e discriminação dos óbitos por causas e segundo a residência;
- Dados bioestatísticos das Cidades do Estado, separadamente, compreendendo:— n.º de casamentos, n.º de nascidos vivos, n.º de nascidos mortos, n.º de óbitos abaixo de 1 ano, e n.º total de óbitos.
- Óbitos por Causas nas 10 principais Cidades do Estado.
- Casos confirmados e óbitos por doenças transmissíveis, segundo a residência;
- Dados de observações meteorológicas na cidade de Vitória.
- A Report of the New Cases of, and Deaths from, Infections Diseases reported in Vitória.

Além dessas representações tabulares, que constituem o mínimo de nosso Mensário, foram ainda incluídos os seguintes estudos e análises, acompanhados de comentários técnicos:

- a) — Dados bioestatísticos anuais do município de Vitória 1948-1952 (11 quadros)
- b) Dados meteorológicos de Vitória — 1952 (4 tabelas)
- c) Séries Biodemográficas Mensais — 1944/54 (6 tabelas)
- d) Indicação Incompleta da Causa de morte

Os dados fornecidos por este verdadeiro "intelligence service" de administração, nos revelaram progressiva melhoria de nossos índices sanitários sobretudo evidente na queda sensível da mortalidade por doenças transmissíveis, e em particular de tuberculose, como também um acréscimo evidente de nosso índice vital. Os gráficos e tabelas anexas, esclarecem detalhadamente o comportamento dessas ocorrências, no último decênio.

Sob eficiente orientação, foi possível, ao nosso Serviço de Administração, movimentar, só no gabinete da Direção, 5 169 documentos recebidos no correr do ano, ao mesmo passo em que expediu 3 353 documentos diversos, ultrapassando assim, de muito, o movimento do ano anterior. No setor de pessoal, foram expedidos 198 portarias e providenciada a expedição de 24 decretos.

SETOR DE TRANSPOR- TE

A fim de se atender ao crescente número de nossas unidades sanitárias no Estado, o consumo de combustível deste setor atingiu a cifra de 57 885 litros.

CONTABI- LIDADE

Este setor, embora com reduzido número de auxiliares, pôde apresentar um movimento consideravelmente maior que o do ano anterior, conforme se pode apreciar, pelos dados abaixo:

Saldo do exercício anterior	3 872 735,00	
suprimentos recebidos relativos ao exercício de 1952	4 457 740,80	
suprimentos recebidos relativos 1953	12 835 710,40	
Prestações de contas apresentadas à S. Fazenda até 31 dezembro 1953		17 533,670,70
Saldo que ficou para o exercício de 1954		3 632 515,50
	21 166 186,20	21 166 186,20
Empenhos emitidos	1 024	

ASSISTÊNCIA MÉDICA

Merecem especial destaque, entre as múltiplas atividades dêste setor, as providências tomadas para a construção do monumental Hospital de Clínicas de Vitória, obra calculada em mais de Cr\$ 70 000 000,00 e que será, quando concluída, uma das mais perfeitas casas de saúde do país. No decorrer do exercício de 1953, foi aberta e encerrada a concorrência pública, e firmado, com a firma vencedora, consórcio Martins Ferreira — Ibira Ltda., um contrato no valor global de Cr\$ 10 800 000,00 para a edificação de toda a superestrutura de concreto armado, no prazo máximo de um ano. No dia 10 de agosto, foram iniciadas as obras que se encontram em seu primeiro pavimento, já se podendo assegurar a conclusão desta primeira parte no próximo ano. A fim de melhor concretizar o objetivo de centralizar as verbas, a orientação e a administração dêste hospital, foi assinado, com a Santa Casa de Misericórdia, um convênio mediante o qual serão doravante incorporadas, no orçamento da construção, todas as importâncias recebidas ou a receber por aquela entidade beneficente, entregando o Estado, logo concluído e instalado convenientemente o Hospital de Clínicas, e bastante ampliado o seu auxílio de manutenção, a responsabilidade de sua operação àquela casa de misericórdia. Em contraposição, esta entidade se compromete a acatar a orientação técnica científica do órgão competente e adaptar-se inteiramente às necessidades didáticas da futura Faculdade de Medicina da Universidade do Espírito Santo.

**HOSPITAL
DE CLÍNICAS DE VITÓRIA**

Por conta das obras já realizadas, foram pagas à firma contratante, até o presente, a importância de Cr\$ 3 885,918,30.

Já estão concluídas inteiramente, as obras do Hospital de Baixo Guandu, e a sua instalação encomendada, esperando-se a inauguração para 9 de abril, dia do aniversário daquele próspero município. Construído e instalado com especial carinho é, sem qualquer favor, o hospital de Baixo Guandu, uma das melhores unidades assistenciais do Estado.

**OUTRAS
OBRAS**

O Hospital Maternidade de São Mateus já se encontra perfeitamente instalado, aguardando-se a sua inauguração no primeiro semestre de 1954, e o Hospital de Alegre, depois de paralisado por longo tempo, já está praticamente concluído, estudando-se agora o seu completo aparelhamento.

Inaugurou-se o Hospital Infantil de Muqui, construído por iniciativa particular, mas que contou sempre com a participação do Estado.

Com a cooperação generosa do S.N.T. (Serviço Nacional de Tuberculose) foi concluído e instalado e pôsto em funcionamento regular, o Sanatório "Samuel Libânio" em Cachoeiro do Itapemirim, com a capacidade de 40 leitos para tuberculosos.

Prosseguem as obras, já se encontrando em fase de acabamento, do Hospital de Itanhenga, feito em colaboração com o Serviço Nacional de Lepre.

Espera-se, em março próximo, a inauguração do monumental Hospital colônia "Adauto Botelho" para abrigar 350 psicopatas, o que irá resolver definitivamente o problema da internação de insanos mentais. Obra cuja construção se desenvolve há 6 anos, só agora pôde ser concluída, dadas as suas amplas proporções e seu cuidado acabamento.

Graças à cooperação do Departamento Nacional da Criança, prosseguem mais céleres as obras de construção das Maternidades de Muqui, e Cachoeiro do Itapemirim.

SERVIÇOS DE ASSIS- TÊNCIA MÉ- DICA

Nossas diversas unidades sanitárias atenderam, no correr do ano, nos serviços de assistência médica, mais de 100 000 pessoas, efetuaram 15 909 curativos e praticaram 66 086 injeções. Mais de 140 000 comprimidos de protoxalato de ferro foram distribuídos, além de 112 725 de outros medicamentos e 14 854 de derivados sulfamídicos.

Além dos serviços normais constantes do quadro abaixo, foi contratado, pelo serviço de câncer, um cardiologista, também com função de internista.

Adquiriu-se um electrocardiógrafo de inscrição direta e um oclômetro, ficando o serviço armado para melhor rendimento no preparo dos doentes para as grandes intervenções.

Contrataram-se os serviços de um oftalmo-otorinolaringologista e endoscopista per oral.

Adquirido material completo, iniciou-se a prática da esofagoscopia e broncoscopia.

Conseguimos com o Governo Federal, fosse posto à disposição de nosso serviço, um médico radioterapeuta do Serviço Nacional do Câncer, que já está trabalhando.

Também foram contratados os serviços de uma enfermeira de alto padrão, para organizar e chefiar o serviço de enfermagem, com apreciáveis resultados técnicos. Foi pôsto em funcionamento regular, o centro cirúrgico, cujo equipamento e instalação podem ser considerados de alto padrão.

Iniciou-se a construção do Abrigo "Santa Rita de Casia", com capacidade para 40 leitos, destinados aos cancerosos, e cujo orçamento monta a Cr\$ 4 000 000,00.

BOLETIM DE PRODUÇÃO ANUAL DA CLÍNICA DE CANCER

Especificação	Ano
Matrícula	247
Atendimentos	2 321
Hospitalização	179
Biopsias	241
Exame histopatológico	449
Ampliação	1 750
Fotografia colorida	367
Fotografia preto-branco	659
Microfotografias	48
Colposcopia	159
Pequena cirurgia	80
Grande cirurgia	58
Radium	75
Sangue transfundido	21 800 cc
Injeções	12 690
Curativos	6 490

No particular de tuberculose, é digno de assinalar-se a ampliação e reaparelhamento do Sanatório "Samuel Libânio" anexo à Santa Casa de Cachoeiro do Itapemirim e que, inaugurado em 7 de setembro de 1945, permaneceu até então fechado e inútil, à margem inteiramente da campanha anti-tuberculosa do Estado.

**TUBERCU
LOSE**

No dia 1.º de novembro, com a presença do Dr. Amílcar Barca Pellon, representando os Drs. Arlindo de Assis e Professor Pereira Filho, e do Professor Samuel Libânio, patrono da iniciativa, foi colocado em funcionamento regular, constituindo-se, hoje em dia, no melhor e mais bem aparelhado hospital do sul do Estado. Esta providência, que aumentou de mais 40 leitos especializados as nossas possibilidades de internamento de tuberculosos, deve-se sobretudo à cooperação decidida e generosa do Serviço Nacional de Tuberculose, que nos forneceu os meios necessários e suficientes para tal empreendimento. Podemos desta vez, em consequência, apresentar, pela primeira vez, anexo ao presente, o movimento deste Sanatório, o primeiro hospital especializado, do sul do Estado.

Com a instalação, em fins de 1952, de três novos aparelhos de Abreugrafia, em São Mateus, Mimoso do sul e Afonso Cláudio, o número de radiografias e abreugrafias atingiu a cifra de 37 444 correspondente a:

Vitória	17 743
Cachoeiro	13 698
Mimoso do Sul	627
Alegre	1 495
São Mateus	793
Afonso Cláudio	169
Censo Móvel	2 919
Total	37 444

Cresceu consideravelmente o movimento de nossos dispensários com a distribuição farta de medicação específica (streptomina e hidrazida) atingindo a 33 989 o número total de comparecimento. O controle dos comunicantes, pedra de toque de toda a campanha, tornou-se ainda mais cerrado, conforme se verifica pela frequência anual de 6 468, quando no ano anterior tinha sido de 5 297.

Também, como é óbvio, aumentou bastante a número de visitas a tuberculosos, efetuadas pelo modelar serviço de enfermagem, passando de 4 680 para 5 402.

Conseguimos levantar mais 500 "grupos domiciliares" de tuberculose, sobre os quais se vêm exercitando, com maior rigor de ano a ano, a nossa tutela dispensarial. O índice de 3,5 comunicantes fichados, e sob controle para cada tuberculoso inscrito no ano, bem revela a eficiência do dispensário do Centro de Saúde de Vitória.

O prévio conhecimento de 70% dos óbitos por tuberculose acontecidos na Capital, é outro índice expressivo alcançado pelo nosso serviço.

Procurou-se intensificar bastante a premunização pelo B.C.G., difundindo-a mais ainda no Estado, entre os recém-nascidos, os pré-escolares e escolares, e sobretudo entre os comunicantes dos tuberculosos, através do sistema preconizado por Arlindo de Assis, da vacinação concorrente.

Em Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, graças à dedicação, interesse e o empenho de nossos funcionários especializados, foi possível a vacinação de 747 comunicantes, com as seis doses habituais, prosseguindo-se a aplicação periódica em mais 465. Foram vacinados 1 791 recém-nascidos e 6 145 crianças de outras idades, em serviços de rotina, tendo sido efetuadas 9 339 vacinações, o que dá um total de 31 693 tubos de BCG utilizados no ano.

Independente deste trabalho, prossegue-se na vacinação periódica dos alunos da 1.^a série dos grupos escolares de Vitória, Espírito Santo, Cachoeiro, Colatina, Linhares, Baixo Guandu, São Mateus, Conceição da Barra, Alegre, Guaçuí, Muniz Freire, Mimoso do Sul, Muqui, Castelo, e Itapemirim, cobrindo com este amplo programa 8 868 escolares em 1.^a dose e 6 535 com 2 doses, o que nos dá um total de 15 403 aplicações de B.C.G., num total de 30 806 tubos.

O Sanatório "Getúlio Vargas" superiormente dirigido, tem bastante melhoradas as suas instalações e consequentemente a sua eficiência técnica, tornando-se já, sem nenhum favor, um dos melhores sanatórios do país.

Em decorrência de todo este amplo esforço sanitário, e, muito particularmente, da amplitude que se deu, nos hospitais e dispensários, ao

tratamento específico, pela utilização abundante da streptomycina e hidrazida, vimos baixar sensivelmente a mortalidade por tuberculose, não só na capital, como em todo o estado, passando este coeficiente, respectivamente de 252,4 e 36,0 para 153,1 e 24,5 por 100 00 habitantes.

Pela primeira vez em 25 anos, a tuberculose deixa de ser a primeira causa de mortalidade em Vitória, para classificar-se em terceira, atrás das doenças degenerativas do coração e dos vasos, e das gastro enterites.

O setor Espírito Santo do Serviço Nacional de Malária, sob a superior orientação do Dr. Antonio Melo de Siqueira, estendeu sobremaneira a sua atuação, abrangendo este ano também os serviços de combate à schistosomose.

MALÁRIA E SCHISTOSO- MOSE

Na parte referente à Malária, foram dedetizadas, em todos os municípios malarígenos, 75 537 domicílios, e as 1 102 unidades distribuidoras de Aralém espalhadas em todo o Estado, atenderam 34 840, utilizando 123 275 comprimidos anti-maláricos. Independente disto, o serviço cooperou com o máximo interesse no saneamento de várias localidades sobressaindo Jardim América, onde a drenagem em estilo definitivo, já ultrapassou a 1 500 metros.

No que diz respeito à schistosomose realizou o serviço no município de Afonso Cláudio e Itaguaçu, os mais intensamente atingidos no Estado, o saneamento de 126 localidades, abrangendo uma superfície de 515 004 m² de cursos d'água cobertos com cal, como a melhor medida de combate ao planorbídio transmissor. Nestas localidades foram medicados 599 pessoas, sendo gastas 8 888 ampolas de antimonias coadjuvantes do tratamento da schistosomose. Inquéritos helmintológicos rigorosos permitiram apurar um índice de positividade por schistosomose, de 40,77% em 25 de julho; 26,47% em Alto Santa Maria, 11,31% em Santa Julia e 12% em São João de Petrópolis.

Além de todo este trabalho, ainda construiu o serviço, seis lavanderias populares e um conjunto de banheiros, iniciando as obras de abastecimento d'água de Laranja da Terra.

Os nossos serviços de laboratórios, já agora distribuídos por vários postos de saúde do interior do Estado, apresentam o movimento total de 87 834 exames, bem superior ao do ano passado.

LABORA- TORIO

Pela primeira vez podemos fazer figurar o movimento de nosso laboratório bromatológico, já em pleno funcionamento, com um total de 40 análises gerais e fiscais, 16 exames bacteriológico e 72 370 exames de leite.

Na parte referente à produção do Laboratório industrial, também se ultrapassou a anterior, com o total expressivo de 2 536 554 unidades medicamentosas produzidas.

SANEAMENTO

**SERVIÇO DE
ENGENHA-
RIA SANI-
TÁRIA**

No setor de Engenharia sanitária, foi possível prosseguir a programação fixada, com o alto objetivo de dotar, de serviço de abastecimento d'água suficiente e de boa qualidade, todas as cidades do Estado, e a maior parte possível dos distritos municipais. Neste particular, conforme os gráficos anexos bem acentuam, é a nossa situação, a comparar-se com as demais unidades da Federação, de absoluto privilégio.

Assim é que, para um percentual de apenas 21% de cidades com abastecimento d'água, em todo o país, podemos apresentar, no Espírito Santo, um panorama inteiramente diverso, onde este percentual sobe para 88,2%. A situação distrital, embora não seja tão boa, mostra-se todavia perfeitamente satisfatória, subindo o percentual de distritos atendidos a quase 50% do total.

Neste importante setor de nossa administração, foi possível concluir e inaugurar, os serviços de abastecimento d'água de Muqui, Irupí, no município de Iúna, Santiago e Imbuhy no município de Guaçuí; e Nova Almeida no município da Serra. Foram também contratados e já iniciados os serviços d'água de Alfredo Chaves, Afonso Cláudio e Bom Jesus do Norte, tendo sido adquirida a canalização necessária para os distritos de Ibituba e Mascarenhas, no município de Baixo Guandu, bem como Alto Rio Novo e Pancas, no município de Colatina, e Rive no município de Alegre.

Em cooperação com o SESP, cuja subvenção anual fizemos subir de Cr\$ 180 000,00, para Cr\$ 1 200 000,00, foram inaugurados os serviços de Marilândia e Baixo Guandu, este último um dos mais bem montados do país, e que dispõe inclusive de toda a aparelhagem para fluoração da água, a primeira instalada na América do Sul.

Iniciando, pela primeira vez no Estado, o sistema de perfuração de poços artesianos para utilização de água de profundidade, no abastecimento de pequenas cidades ou de outras localidades em que seja aconselhável, contratamos serviços especializados das conhecidas firmas, T. Janer e Cípero.

Pela primeira vez, após duas experiências infrutíferas em Maruípe e Sauaçu, foram perfurados os poços de Vila do Riacho e Barra do Riacho, obtendo-se água de boa qualidade, nas vazões respectivas de 25 000 e 4 000 litros por hora, respectivamente. A Cípero concluiu a perfuração do poço artesiano de Conceição da Barra, obtendo-se na profundidade de 100 metros, uma vazão superior a 40 000 litros por hora, o que constitui a solução ideal para o abastecimento d'água, daquela influente cidade do norte do Estado. Foi pela mesma firma logo após, iniciado os serviços de perfuração na cidade de Comercinho da Montanha.

Além de todas essas realizações, o serviço de engenharia sanitária, executou também projetos, estudos ou levantamentos cadastrais e topográficos nas seguintes localidades: Araguaia, Marechal Floriano, Iriri, Marapé, Pequía, Rio Novo do Sul, Viana, Anchieta, S. Leopoldina, S. João de Petrópolis, Patrimônio S. Antônio, Sauaçu, Vala do Souza, Rive, Piuma, Ibitirana, D. América, Aracruz, Anutiba.

SITUAÇÃO DOS SERVIÇOS

de

AGUA

BRASIL

ESPIRITO SANTO

POR MUNICIPIOS



COM AGUA

SEM AGUA



EM EXECUÇÃO OU PARA INICIAR

SÉDES DISTRITAIS E OUTRAS LOCALIDADES

ESPIRITO SANTO



ASSISTÊNCIA SOCIAL

SERVIÇOS
SOCIAIS

Dificuldades econômicas e sobretudo falta de pessoal técnico suficientemente habilitado, ainda não nos permitiram difundir, no interior do Estado, serviços sociais de padrão elevado, como já possuímos em nossa capital. Por outro lado, a extensão a que atingiu o problema social em Vitória, como em todas as capitais do país, nos leva a intensificar a nossa programação e distribuí-la por vários setores. Criou-se, assim, no começo do ano, o Centro Social da ilha do Príncipe; abriu-se uma agência social no Juizado de Menores e outra anexa ao cais do porto; e foi iniciada, no morro da Fonte Grande, a construção de uma lavanderia popular, intensificando bastante a já íntima articulação do D.E.S. com o Serviço de Bem Estar Social.

Todas essas agências e mais as já existentes na Santa Casa de Misericórdia e no Sanatório "Getúlio Vargas" funcionam perfeitamente entrosadas com a agência chefe, situada no Centro de Saúde, onde 13 auxiliares sociais, com dedicação e grande entusiasmo, sob a supervisão de uma assistente social, do mais alto padrão, realizam todas a enorme tarefa social, o que explica seguramente o grande êxito que vem obtendo este serviço, em meio à coletividade. Só na Agência do Sanatório "Getúlio Vargas", foram realizados 6 555 entrevistas no correr do ano, além das atividades de laboterapia, de alfabetização e de recuperação profissional. No Centro Social da Ilha do Príncipe, realizou-se intensamente ampla pesquisa social entre as 568 famílias aí residentes, a fim de conhecer-lhes de perto, os problemas mais angustiantes, e sobre ele exercitar a necessária atuação protetora e benéfica. É trabalho de aspecto inteiramente novo, difícil e demorado, pois não se trata apenas de conceder benefícios de ordem material, mas de tornar a população consciente de suas necessidades e da maneira mais prática e parcial de superá-las.

O que se procura, sobretudo, é a participação ativa, consciente e voluntária da coletividade, na solução completa de seus freqüentes problemas. O Serviço social da Ilha do Príncipe, instalado em sede própria, já dispõe de um alto-falante e de uma discoteca selecionada, meios esses de alta eficiência na educação dos moradores. Já foram organizados 12 clubes, sendo um de moças, um de senhoras, e dez de adolescentes. Os resultados colhidos são bem animadores, o que nos anima a generalizar a experiência a outros bairros da capital. O centro atendeu, no correr do exercício, a 2 025 pessoas, além de realizar as festas tradicionais de São João e do Natal, com a participação espontânea de todos os moradores.

A agência do serviço social no Juizado de Menores, criada em 27 de abril, tem como responsável uma assistente social e duas estagiárias do Curso de Serviço Social. Ante os resultados tão surpreendentes, o Sr. Juiz de Menores pleiteou já o aumento do respectivo pessoal. Está em experiência, atualmente, a instalação de cinco casas-lares, sob a direta responsabilidade deste serviço.

Foram atendidas 78 crianças para internamento em Obras Sociais, 58 para recuperação, 16 para colocação familiar, 4 para readaptação e 26 para matrícula em educandários do governo.

A agência anexa ao Cais do Pôrto, organizada em cooperação com o Sr. Superintendente daquela entidade, funcionou junto ao restaurante dos operários que também é supervisionado por nutricionista do DES. A tarefa inicial consistiu na higienização e melhora do local e educação do operário. Hoje, em ambiente bem satisfatório, o operário pode encontrar jornais e revistas do dia, jogos diversos, alto-falante e rádio com boa discoteca para os seus momentos de lazeres, ao lado do conselho oportuno e das providências aconselháveis para a solução melhor de seus desajustamentos sociais.

Todos os operários participam ativamente da parte recreativa, embora até o momento, apenas 143 estejam devidamente inscritos, com os quais foram realizados 328 entrevistas sobre seus problemas imediatos.

Vem funcionando regularmente o 2.º ano do curso de Assistentes sociais, conforme acôrdo celebrado com o Instituto Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, esperando-se a sua conclusão no próximo ano, com a formatura de aproximadamente 20 assistentes sociais de melhor padrão.

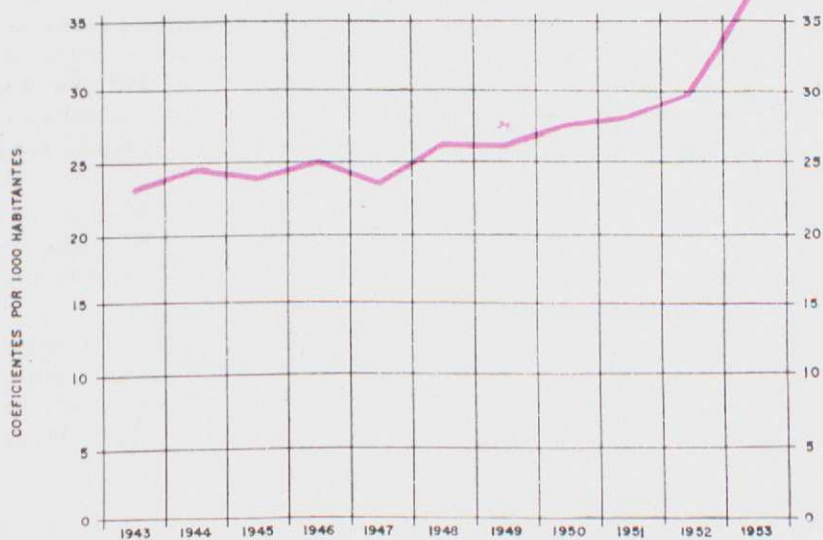
DISTRIBUI- ÇÕES OR- ÇAMENTÁ- RIAS

Compreendendo a elevada importância da criação e do fomento da saúde, e do bem estar da coletividade, vem o Governo procurando, ano a ano, contemplar melhor, em suas distribuições orçamentárias, este importante setor da administração pública. É, neste particular, bem expressiva, e fala por si só, a tabela que abaixo publicamos, e na qual se verifica que, de uma quantia de Cr\$ 14 885 060 previstos para 1950, subimos celeremente para Cr\$ 46 698.380,00 que é a verba prevista no orçamento de 1954.

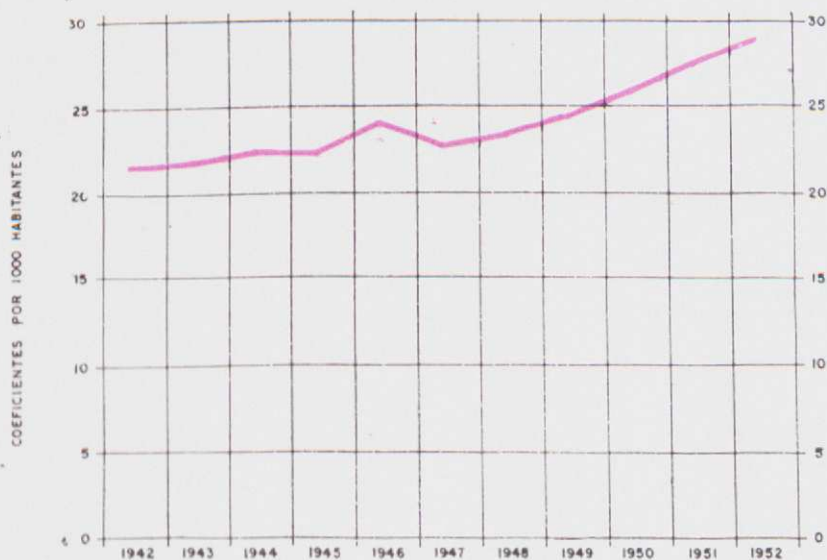
TABELA COMPARATIVA DOS ORÇAMENTOS

ANOS	TOTAL EM Cr\$
1945	3 833 140,00
1946	7 070 474,00
1947	8 268 772,00
1948	8 906 214,00
1949	12 192 600,00
1950	14 885 060,00
1951	21 602 800,00
1952	27 535 800,00
1953	40 558 440,00
1954	46 698 380,00

NATALIDADE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1943-1953



NATALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Natalidade no Município de Vitória
1943/1953

Anos	N.º de Nascidos Vivos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1943	1 025	22,9
1944	1 107	24,3
1945	1 109	23,8
1946	1 179	24,9
1947	1 131	23,4
1948	1 276	26,0
1949	1 300	26,0
1950	1 392	27,3
1951	1 450	28,0
1952	1 570	29,8
1953	1 980	37,0

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Natalidade no Estado do Espírito Santo
1943/1952

Anos	N.º de Nascidos Vivos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1943	18 853	21,5
1944	19 720	22,0
1945	20 179	22,0
1946	22 235	23,7
1947	21 566	22,5
1948	22 632	23,1
1949	24 253	24,2
1950	26 165	25,6
1951	28 446	27,2
1952	29 569	27,8

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Nati-mortalidade no Município de Vitória
1943/1953

Anos	N.º de Nascidos Mortos	Coeficientes por 1 000 nascimen- tos (vivos + mortos)
1943	128	111,0
1944	120	97,8
1945	155	122,6
1946	161	120,1
1947	190	143,8
1948	172	118,8
1949	144	99,7
1950	176	112,2
1951	185	113,2
1952	197	111,5
1953	176	81,6

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Nati-mortalidade no Estado do Espírito Santo
1943/1952

Anos	N.º de Nascidos Mortos	Coeficientes por 1 000 nascimen- tos (vivos + mortos)
1943	1 280	63,6
1944	1 259	60,0
1945	1 277	59,5
1946	1 423	60,1
1947	1 448	62,9
1948	1 448	60,1
1949	1 369	53,4
1950	1 538	55,5
1951	1 746	57,9
1952	1 807	37,2

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

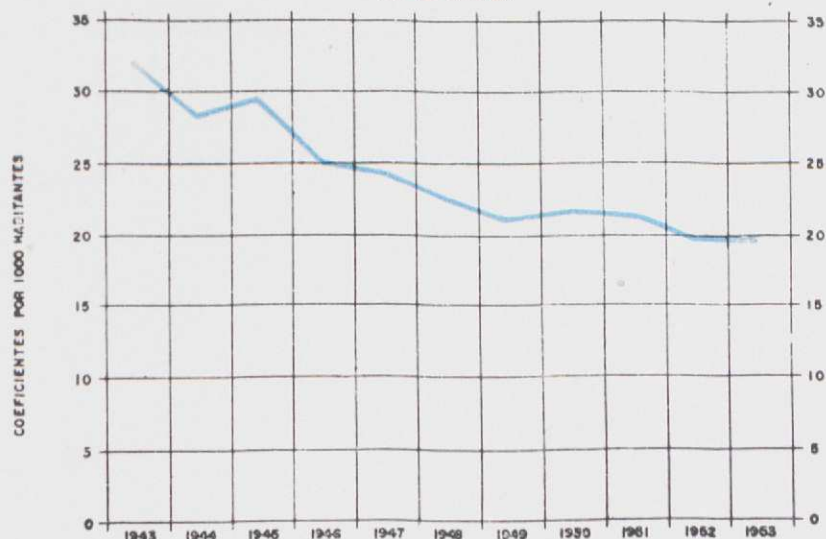
MORTINATALIDADE NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1943-1953



NATIMORTALIDADE NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



MORTALIDADE GERAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1943-1953.



MORTALIDADE GERAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

SERVIÇO DE DEMOGRAFIA E ESTATÍSTICA DE SAÚDE

Mortalidade Geral no Município de Vitória
1943/1953

Anos	N.º total de Óbitos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1943	1 416	31,6
1944	1 274	27,9
1945	1 355	29,1
1946	1 180	24,9
1947	1 157	24,0
1948	1 096	22,3
1949	1 048	20,9
1950	1 094	21,5
1951	1 097	21,2
1952	1 034	19,6
1953	1 056	19,7

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade Geral no Estado do Espírito Santo
1943/1952

Anos	N.º total de Óbitos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1943	12 436	14,2
1944	12 697	14,1
1945	12 054	13,1
1946	11 396	12,1
1947	10 042	10,5
1948	9 569	9,8
1949	10 656	10,6
1950	10 449	10,2
1951	10 555	10,1
1952	11 258	10,6

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade Infantil e Néo-Natal no Município de Vitória
1943/1953

Anos	Mortalidade Infantil		Mortalidade Néo-Natal	
	N.º de Óbitos de menores de 1 ano	Coefficientes por 1 000 nasc. vivos	N.º de Óbitos de menores de 1 mês	Coefficientes por 1 000 nasc. vivos
1943	243	237,1	70	68,3
1944	185	167,1	64	57,8
1945	173	156,0	61	55,0
1946	170	144,2	47	39,9
1947	182	160,9	60	53,1
1948	184	144,2	55	43,1
1949	156	120,0	35	26,9
1950	191	137,2	72	51,7
1951	157	108,3	52	35,9
1952	181	115,3	59	37,6
1953	216	109,1	78	79,4

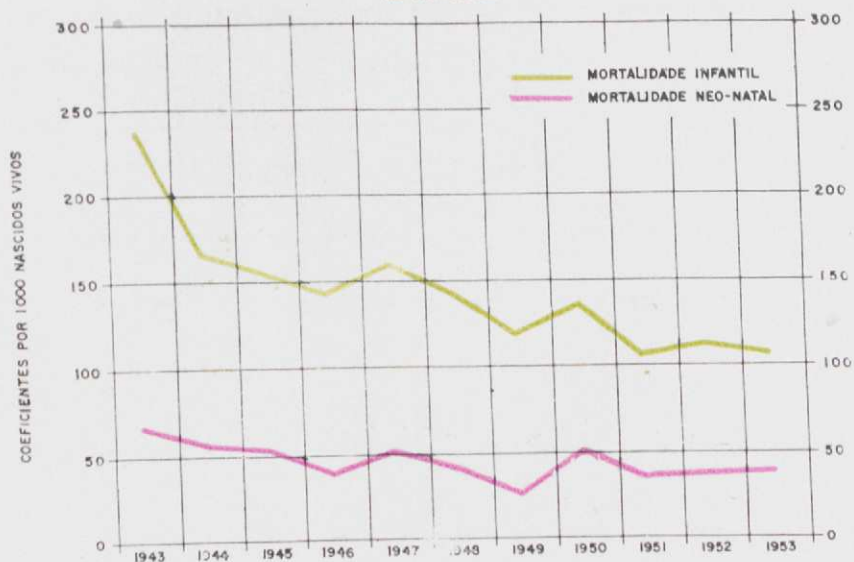
FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade Infantil no Estado do Espírito Santo
1943/1952

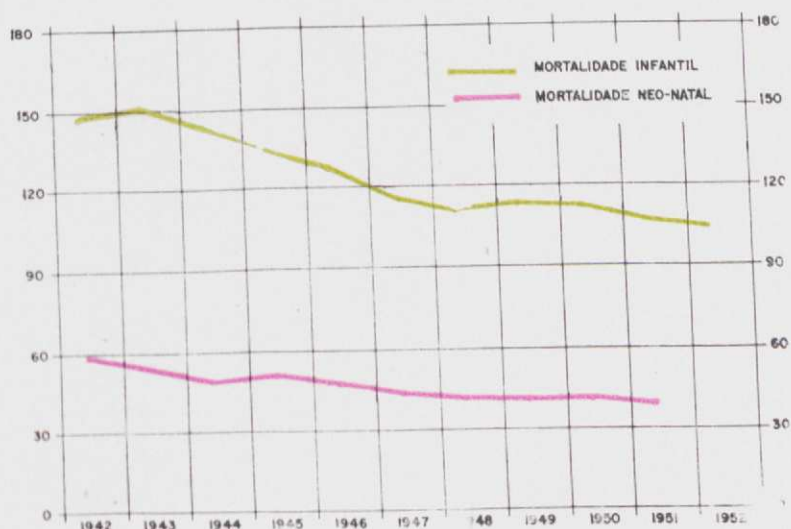
Anos	N.º de Óbitos de menores de 1 ano	Coefficientes por 1 000 nasc. vivos
1943	2 851	151,2
1944	2 846	144,3
1945	2 728	135,2
1946	2 857	128,5
1947	2 527	117,2
1948	2 536	112,1
1949	2 782	114,7
1950	2 995	114,4
1951	3 103	109,1
1952	3 516	118,9

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

MORTALIDADE INFANTIL E NEO-NATAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1943-1953



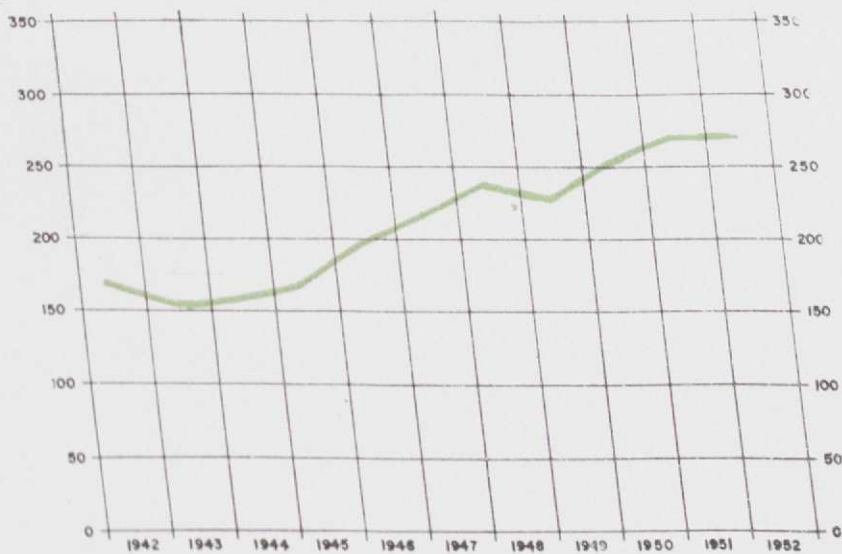
MORTALIDADE INFANTIL E NEO-NATAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



ÍNDICE VITAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1943-1953



ÍNDICE VITAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



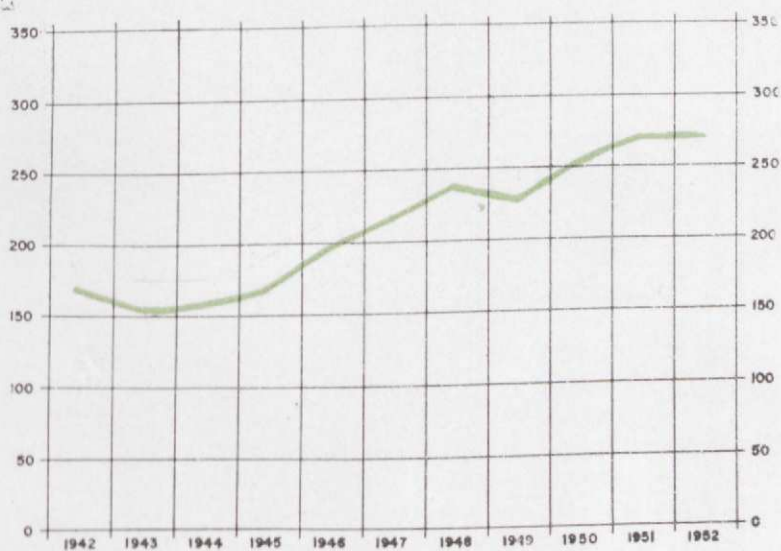
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SAÚDE

SERVÍÇO DE BIOGEOGRAFIA E ESTATÍSTICA DA SAÚDE

ÍNDICE VITAL NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA 1943-1953



ÍNDICE VITAL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Índice Vital no Município de Vitória
1943/1953

Anos	Índice Vital
1943	72,4
1944	86,9
1945	81,8
1946	99,9
1947	97,8
1948	116,4
1949	124,0
1950	127,2
1951	132,2
1952	151,8
1953	187,5

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Índice Vital no Estado do Espírito Santo
1943/1952

Anos	Índice Vital
1943	151,6
1944	155,3
1945	167,4
1946	195,1
1947	214,8
1948	236,0
1949	227,6
1950	250,4
1951	270,0
1952	262,6

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade por Doenças Transmissíveis no Município de Vitória
1943/1953

A n o s	N.º de Óbitos por doenças transmis- síveis	Coeficientes por 1 000 habitantes
1943	514	1 148,7
1944	491	1 076,1
1945	496	1 066,4
1946	410	865,1
1947	411	851,4
1948	388	789,3
1949	382	763,4
1950	311	610,7
1951	293	565,6
1952	236	447,9
1953	158	294,9

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade por sífilis no Município de Vitória
1943/1953

A n o s	N.º de Óbitos por Sífilis e suas sequelas	Coeficientes por 100 000 habitantes
1943	20	44,7
1944	26	56,9
1945	25	53,8
1946	28	59,1
1947	19	39,3
1948	31	63,1
1949	24	48,0
1950	33	64,8
1951	22	42,5
1952	15	28,5
1953	22	41,1

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Nupcialidade no Município de Vitória
1943/1953

A n o s	N.º de Casamentos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1943	160	3,6
1944	171	3,7
1945	182	3,9
1946	256	5,4
1947	266	5,5
1948	337	6,9
1949	407	8,1
1950	384	7,5
1951	406	7,8
1952	424	8,0
1953	482	9,0

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Nupcialidade no Estado do Espírito Santo
1943/1952

A n o s	N.º de Casamentos	Coefficientes por 1 000 habitantes
1943	4 277	4,9
1944	4 148	4,6
1945	5 297	5,8
1946	5 931	6,3
1947	5 483	5,7
1948	4 835	4,9
1949	6 789	6,8
1950	7 631	7,5
1951	8 938	8,6
1952	6 848	6,5

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade por Doenças Transmissíveis no Estado do Espírito Santo
1943/1952

A n o s	N.º de Óbitos por doenças transmis- síveis	Coeficientes por 100 000 habitantes
1943	1 713	195,4
1944	1 703	189,8
1945	1 617	176,1
1946	1 262	134,4
1947	1 100	114,6
1948	989	100,8
1949	1 091	108,9
1950	874	85,4
1951	787	75,4
1952	764	71,9

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade por Tuberculose no Município de Vitória
1943/1953

A n o s	N.º de Óbitos por Tuberculose	Coeficientes por 100 000 habitantes
1943	229	511,8
1944	228	499,7
1945	227	488,1
1946	241	508,5
1947	230	476,4
1948	206	419,1
1949	235	469,6
1950	210	412,4
1951	202	389,9
1952	133	352,4
1953	82	153,1

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

Mortalidade por Tuberculose no Estado do Espírito Santo
1943/1952

A n o s	N.º de Óbitos por Tuberculose	Coeficientes por 100 000 habitantes
1943	443	50,5
1944	412	45,9
1945	406	44,2
1946	406	43,2
1947	419	43,6
1948	355	36,2
1949	387	38,6
1950	387	37,8
1951	376	36,0
1952	261	24,5

FONTE:— Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

Análise Estatística de alguns aspectos Estatísticos do Estado do Espírito Santo

A tabela I apresenta a área em Km², do Estado, distribuída por município, bem como a população, nos censos de 1940 e 1950 e ainda a estimada para 1.º de julho de 1953.

ÁREA E PO- PULAÇÃO MUNICIPAIS

Observada a série geográfica, num relance de olhos, verifica-se que são de maior área os municípios de São Mateus, Linhares, Colatina e Conceição da Barra, tendo uma expressão de mais de 3 000 Km². O primeiro foi desmembrado pela atual Divisão Territorial, dando lugar à criação do município de Nova Venécia, o terceiro também o foi para a criação dos municípios de Pantas e São Domingos e o quarto para que fôsse criado o município de Mucurici.

Dos 4 municípios de maior área, apenas Colatina tem uma densidade demográfica superior à média do Estado, com 26 habitantes por quilômetro quadrado, tomando-se por base a população estimada para 1953, enquanto este tem 22. É, sem dúvida alguma, uma decorrência da marcha para o Rio Doce que se processa há muitos anos, entre as populações rurais dos municípios do Sul e mesmo de outros estados, em busca de terras novas e mais compensadoras para suas atividades. Como consequência a sua população que compreendia também a do atual município de Linhares, dobrou praticamente, em dez anos, passando de 66 263 para 129 818 habitantes. A densidade demográfica dos outros três municípios é, em Linhares e São Mateus de 8 habitantes por quilômetro quadrado e em Conceição da Barra de 4, sendo esta a mais baixa. Tudo leva a crer no futuro grandioso do Norte, cujo povoamento está sendo acelerado, e sobretudo o será agora com a criação dos novos municípios.

Dos 34 municípios instalados até 1953, aumentou a população entre os dois últimos recenseamentos, em 18 deles, sendo que o do município da Serra, foi devido à anexação dos distritos que pertenciam a Vitória — Carapina e Queimado. 14 municípios tiveram decréscimo de população. Os crescimentos mais expressivos verificaram-se em Colatina, Conceição da Barra e São Mateus, que ultrapassaram os 50% de aumento sobre a população de 1940. A antiga população de Colatina, incluindo Linhares, cresceu 96% (a). Os decréscimos mais acentuados verificaram-se, respectivamente, em Jabaeté, (23%), Mimoso do Sul (14%), Iconha e Itapoama (9%).

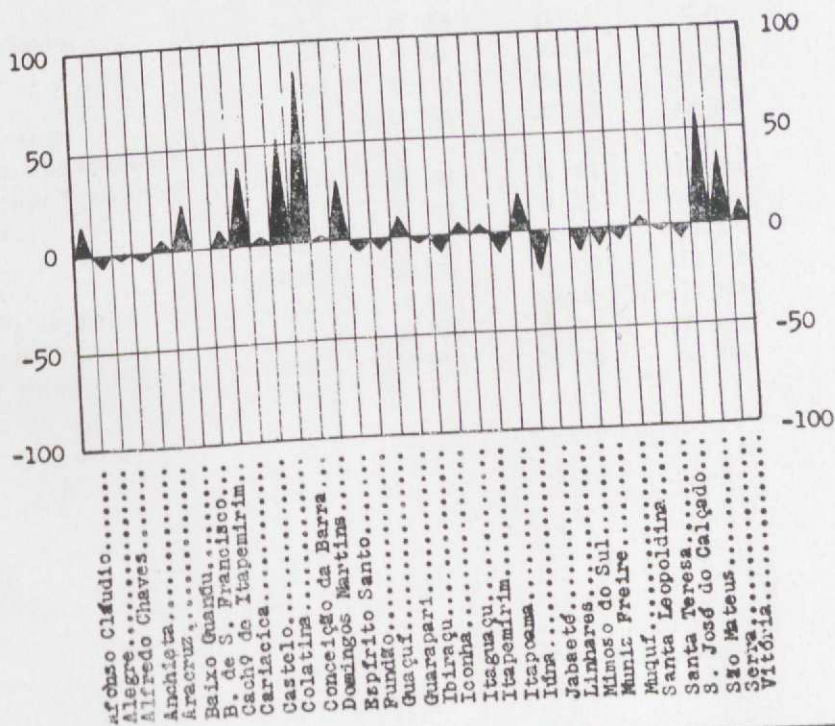
Os municípios de Colatina, Cachoeiro de Itapemirim, Alegre e Vitória compreendem 34% da população total do Estado, sendo também esta a ordem de sua classificação por população absoluta.

A tabela e a análise gráfica que apresentamos, constituem subsídio interessante para estudo mais detalhado do assunto.

POPULAÇÃO RECENSEADA

1940 e 1950

Aumento ou diminuição percentual
entre os dois censos



ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO — POPULAÇÃO
RECENSEADA E ESTIMADA

TABELA I

a)

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO			
	ÁREA (km2)	Recenseada	Recenseada	Estimada para 1/VII/53
		Em 1/9/940	Em 1/7/950	
Afonso Cláudio	2 167	33 430	38 517	40 069
Alegre	1 521	62 378	58 968	57 928
Alfredo Chaves	702	10 468	10 064	9 800
Anchieta	445	9 841	9 539	9 447
Aracruz	1 376	15 990	16 642	16 841
Baixo Guandu	928	18 371	22 518	23 783
Barra de São Francisco	38	—	—	—
Cachoeiro de Itapemirim	1 507	72 834	81 082	83 598
Cariacica	327	15 228	21 741	23 729
Castelo	1 130	33 171	34 409	34 787
Colatina	4 385	66 263	100 437	113 210
Conceição da Barra ...	3 051	5 327	10 286	11 799
Domingos Martins	1 350	16 718	16 854	16 895
Espírito Santo	325	17 054	23 127	24 980
Fundão	301	8 630	8 096	7 933
Guaçuí	773	26 162	24 952	24 582
Guarapari	584	11 256	12 350	12 823
Ibiraçu	446	14 593	14 160	14 028
Iconha	292	10 797	9 782	9 473
Itaguaçu	902	17 313	18 258	18 546
Itapemirim	1 350	27 992	28 741	28 970
Itapoama	194	8 144	7 394	7 166
Iúna	852	20 004	24 366	25 697
Jabaeté	206	7 661	5 896	5 358
Linhares	4 534	—	29 381	35 998
Mimoso do Sul	1 051	49 813	42 873	40 756
Muniz Freire	584	20 933	19 087	18 524
Muqui	401	17 676	16 386	15 992
Santa Leopoldina	1 516	17 031	17 711	17 919
Santa Teresa	1 087	22 179	21 926	21 849
São José do Calçado ..	394	16 973	16 002	15 706
São Mateus	5 469	24 250	39 850	44 610
Serra	565	6 415	9 245	9 204
Vitória	118	45 212	50 922	53 569
ESTADO	(1) 40 871	(2) 750 107	(2) 861 562	(2) 895 569

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil e Serviço de Biodemografia e Estatística da Saúde do Departamento Estadual de Saúde.

(1) Exclusive 11 km2 correspondentes às ilhas de Trindade e Martin Vaz e a área localizada na Região da Serra dos Aimorés.

(2) Exclusive a população da Região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo e que tem sido recenseada por delegacia especial.

ÁREA E POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO — POPULAÇÃO
RECENSEADA E ESTIMADA

TABELA I

b)

MUNICÍPIOS	Porcentagem sobre a população do Estado			Aumento ou diminuição percentual de 1950 sobre 1940. + ou —
	Em 1940	Em 1950	Em 1953	
Afonso Cláudio	4,46	4,47	4,47	+ 15,22
Alegre	8,32	6,84	6,47	— 5,47
Alfredo Chaves	1,40	1,17	1,09	— 3,86
Anchieta	1,31	1,11	1,05	— 3,07
Aracruz	2,13	1,93	1,88	+ 4,08
Baixo Guandu	2,45	2,61	2,66	+ 22,57
Barra de São Francisco	—	—	—	—
Cachoeiro de Itapemirim ..	9,69	9,41	9,33	+ 11,32
Cariacica	2,03	2,52	2,65	+ 42,77
Castelo	4,42	3,99	3,88	+ 3,73
Colatina	8,83	11,65	12,65	+ 51,57
Conceição da Barra	0,71	1,19	1,32	+ 93,09
Domingos Martins	2,23	1,96	1,89	+ 0,81
Espírito Santo	2,27	2,68	2,79	+ 35,61
Fundão	1,15	0,94	0,89	— 6,19
Guaçuí	3,49	2,90	2,74	— 4,63
Guarapari	1,50	1,43	1,43	+ 9,72
Ibiraçu	1,95	1,64	1,57	— 2,97
Iconha	1,44	1,14	1,06	— 9,40
Itaguaçu	2,31	2,12	2,07	+ 5,46
Itapemirim	3,73	3,34	3,23	+ 2,68
Itapoama	1,09	0,86	0,80	— 9,21
Iúna	2,67	2,83	2,87	+ 21,81
Jabaeté	1,02	0,68	0,60	— 23,04
Linhares	—	3,41	4,02	—
Mimoso do Sul	6,64	4,98	4,55	— 13,93
Muniz Freire	2,79	2,22	2,07	— 8,82
Muqui	2,36	1,91	1,79	— 7,30
Santa Leopoldina	2,27	2,06	2,00	+ 3,99
Santa Teresa	2,96	2,54	2,44	— 1,14
São José do Calçado	2,26	1,86	1,75	— 5,72
São Mateus	3,23	4,63	4,98	+ 64,33
Serra	0,86	1,07	1,03	+ 44,12
Vitória	6,03	5,91	5,98	+ 12,63
ESTADO	100,00	100,00	100,00	+ 14,86

Analisando, num período de dez anos, os elementos que se alinham **ATIVIDADES AGRÍCOLAS** sobre o conjunto das atividades agrícolas no Estado, verifica-se que guardaram certa regularidade, sem experimentar mutações violentas ou progresso acentuado.

Os últimos anos têm-se caracterizado por dificuldades maiores para o homem do campo, no que diz respeito ao desenvolvimento das culturas, castigadas que têm sido por estiagens prolongadas, especialmente no que se refere aos plantios retardados de culturas temporárias que encontram no causticante sol de janeiro, um motivo de redução das possibilidades de produzir, quando não são totalmente aniquiladas as plantações.

Os dados da previsão de safra do último ano registram ligeiro aumento. As medidas tomadas pelo Governo para incremento da produção agrícola, começam a dar os seus frutos, embora ainda em desenvolvimento para atingir seu plano objetivo. Sem dúvida alguma, em futuro próximo, a organização do fomento estadual há de fazer sentir-se, mais positivamente, nos resultados das atividades do lavrador capixaba. O estímulo à lavoura mecanizada, o combate às pragas, a distribuição de sementes, a aquisição de máquinas e de outros produtos para fornecimento ao lavrador, depois de absolutamente implantado e compreendido esse novo sistema de assistência e ajuda aos agricultores, terão influência decisiva para o acréscimo da produção.

A tabela II que diz respeito à área cultivada compreendendo o período 1944-1953, apresenta um acréscimo de 17%, de 1953, relativamente ao ano de 1944, inicial do período. Se se verificar a coluna dos índices de base móvel, pode-se constatar que apresenta 3 índices negativos, incluindo o de 1950, em relação ao ano de 1949, passando a seguir a positivo, os índices de 1951 a 1953. O crescimento absoluto da área cultivada é de 3 316 hectares. Estabelecida uma comparação com o crescimento da população entre os censos de 1940 e 1950, pode-se verificar que em relação a esse crescimento que foi de 15% (a), o contingente rural procurou cultivar uma área que permitisse uma colheita suficiente para manutenção da população total, proporcionando um aumento decenal superior ao acréscimo desta.

ÁREA CULTIVADA POR ANO

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO

ÁREA CULTIVADA POR ANO

(índice com base móvel e de base fixa)

TABELA II

ANOS	Números absolutos (ha)	Números relativos		Afastamento	
		base móvel	1944 - 100	Em relação	Em relação
1944	387 237	100,00	100,00	—	—
1945	432 587	111,71	111,71	* 11,71	11,71
1946	412 141	95,27	106,43	— 4,73	6,43
1947	409 603	99,38	105,78	— 0,62	5,78
1948	418 719	102,23	103,13	* 2,23	0,13
1949	§ 422 827	100,98	109,19	* 0,98	9,19
1950	421 530	99,69	108,86	— 0,31	8,86
1951	§ 439 776	104,33	113,57	* 4,33	13,57
1952 (x)	448 149	101,90	115,73	* 1,90	15,73
1953 (x)	451 465	100,74	116,59	* 0,74	16,59

(x) Dados sujeitos a retificação.

(§) Dado retificado.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO ESTADO — 1944-1953
ÁREA CULTIVADA, POR PRODUTO

TABELA III

PRODUTOS	DADOS NUMERICOS (ha)										
	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952 x	1953 x	
Abacaxi	116	106	84	90	104	111	126	132	115	129	
Algodão em caroço	1 816	1 978	1 824	1 511	1 180	1 429	2 961	4 413	6 752	5 633	
Arroz em casoa	13 316	15 623	14 118	15 039	15 336	16 636	18 416	18 982	18 313	18 508	
Banana	3 470	4 416	4 446	4 571	4 837	5 258	5 633	6 149	6 319	6 358	
Batatas doces	1 308	1 243	1 908	985	1 178	1 256	1 241	1 201	1 261	1 255	
Batatas inglesas	203	370	320	382	364	306	418	427	356	293	
Cacau	2 959	3 853	4 100	4 145	6 397	7 617	7 752	10 781	10 792	11 120	
Café	221 341	225 419	226 361	227 010	327 728	227 972	219 506	231 754	240 027	243 348	
Cana de açúcar	15 382	17 269	15 657	15 681	15 377	15 210	16 414	16 422	15 221	15 738	
Cóco	159	152	159	175	162	209	209	368	381	389	
Feijão	22 843	29 896	27 168	32 089	36 641	37 823	36 664	36 418	34 666	34 213	
Fumo em folha	141	161	154	162	140	160	224	232	235	216	
Laranja	2 991	3 272	3 570	2 843	2 634	2 722	2 707	2 713	2 713	2 746	
Mamona	1 092	1 091	1 050	876	844	820	716	623	540	542	
Mandioca	24 818	27 601	25 801	23 528	23 521	20 832	22 434	20 331	20 642	20 509	
Milho	72 908	92 295	80 538	76 308	78 041	80 094	82 124	84 710	85 548	86 379	
Uva	56	53	54	57	59	61	61	81	69	62	
Outros	2 318	7 789	5 639	4 250	4 076	4 311	3 924	4 039	4 199	4 027	
TOTAL	387 237	423 587	412 141	409 603	418 719	422 827	421 520	439 776	448 149	451 465	

FONTE: Seção de Estatística Econômica e Financeira do DEE.

NOTAS: Considerada apenas a área ocupada com pés em produção — (x) Dados sujeitos a retificação — § dado retificado

Examinando-se a tabela III que registra a área cultivada por produtos, constata-se que o café ocupa o primeiro lugar, seguindo-se o milho, o feijão, a mandioca, o arroz, a cana de açúcar e o cacau. Em alguns produtos, como a mandioca, houve decréscimo de área cultivada, do primeiro para o último ano, tendo 24 818 hectares em 1944 e 20 509 em 1953. Já o café teve um aumento de mais de 20 000 hectares. Houve decréscimo ainda na área destinada à mamona e à laranja.

De modo geral a área cultivada, por produto, aumentou entre o primeiro ano do período e o último que é 1953.

A representação gráfica dá a área cultivada por produto, como uma possibilidade de visão rápida do fenômeno.

(V. gráfico adiante)

A tabela IV apresenta o rendimento médio por hectare de cada cultura, no mesmo período. A influência das intempéries nas culturas agrícolas faz-se sentir justamente no rendimento destas. Pode-se verificar, num exame rápido da tabela que o café, por exemplo, sofreu decréscimo sensível no rendimento, em 1952, passando de 7 para 5 sacos por hectare e reagindo para 8 em 1953, segundo elementos da previsão de safras.

Trata-se aqui de um conjunto do Estado, mas a discriminação por município permite aferir também da fertilidade das terras, orientando os que buscam no cultivo das terras quanto à escolha daquelas que lhes proporcionam maior compensação ao seu trabalho.

Orienta também os encarregados de executar o acôrdo do fomento nas providências destinadas a incrementar a produção, indicando as zonas em que mais necessária se faz sua ação.

A tabela assinala ainda a queda de produção de uma cultura, sugerindo o estudo das causas que isso determina.

Elementos nela registrados constituem interessante base para estudos por parte daqueles que se importam com o aumento de produtividade das terras e conseqüentemente do volume da produção agrícola.

**AREA CUL-
TIVADA POR
PRODUTO**

**RENDIMEN-
TO MÉDIO
POR HEC-
TARE**

ÁREA CULTIVADA

Segundo as Seis Principais Culturas

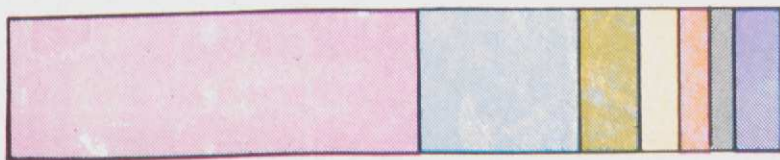
1944



ÁREA CULTIVADA

Segundo as Seis Principais Culturas

1953



PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO — 1944/1953

(Rendimento médio, por hectare, em cada cultura)

TABELA IV

CULTURA	Unidade	DADOS NUMÉRICOS (ha)									
		1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952(x)	1953(x)
Abacaxi	fruto	6 947	7 436	6 174	5 818	4 985	4 815	5 132	4 820	5 048	5 171
Algodão em caroço	tonelada	0,508	0,464	0,374	0,486	0,445	0,424	0,690	0,665	0,438	0,388
Arroz em casca	60 kg	24	24	19	21	24	26	24	25	25	23
Banana	cacho	1 475	1 414	1 449	1 473	1 481	1 471	1 555	1 424	1 465	1 481
Batata doce	tonelada	10	11	10	13	14	15	15	15	15	15
Batata inglesa	60 kg	149	149	179	205	143	145	158	160	122	139
Cacau	60 kg	9	7	6	7	7	6	7	7	5	5
Café	60 kg	6	9	7	7	5	8	6	7	5	8
Cana de açúcar	tonelada	31	29	27	28	28	29	27	28	30	30
Côco	fruto	3 607	3 589	4 140	3 849	3 902	4 249	4 484	4 024	4 601	4 936
Feijão	60 kg	12	12	10	10	11	11	12	10	10	11
Fumo em folha	kg	979	969	890	875	872	875	854	892	774	847
Laranja	cento	647	502	426	567	548	581	557	528	470	482
Mamona	kg	957	872	704	728	656	581	655	653	652	654
Mandioca	tonelada	11	15	13	13	14	13	13	14	15	15
Milho	60 kg	16	16	12	12	14	15	15	16	15	14
Uva	kg	4 014	4 488	4 789	4 491	4 901	4 721	4 853	4 995	4 918	3 869
Outros	tonelada	5,09	3,27	5,53	6,04	5,87	5,75	§ 6,23	§ 6,08	5,80	6,08
TOTAL	tonelada	2,83	3,16	2,80	2,83	2,79	2,82	§ 2,90	§ 2,79	2,68	2,89

FONTE: Secção de Estatística Econômica e Financeira do DEE.

NOTAS: (x) — Dados sujeitos a retificação.

§ — Dado retificado.

Se se examinarem os resultados das atividades agrícolas através da tabela V, que expressa a quantidade produzida de cada cultura durante os dez anos, pode-se verificar que algumas delas tiveram aumento expressivo do último ano em relação ao primeiro, embora com altos e baixos anuais, como o café que, na qualidade de cultura permanente, apresenta uma colheita mais volumosa, seguida de outra menor, e assim sucessivamente. Também o algodão ofereceu regular aumento nos últimos anos, embora decrescesse de 1952 para 1953. O arroz, a batata inglesa, o milho e a uva, estão nas mesmas condições. O incremento que o fomento estadual vem procurando dar à cultura do milho, com distribuição de sementes selecionadas, encontra sua justificativa na presente tabela, pois produto de largo concurso no Estado, não o produzimos ainda para as nossas necessidades. Atingiu o máximo de produção em 1951 para declinar nos dois últimos anos, devido, sem dúvida, às condições climáticas desfavoráveis, como é do conhecimento de todos. Já o feijão, cuja produção atingiu o máximo em 1950, apresenta aumento de 1952 para 1953. Produto que deteriora facilmente, sua produção, em larga escala, cria tremendo problema para os que devem vendê-lo, pois o seu preço na época das safras não compensa. Vem preocupando o atual Governo essa angústia dos produtores do feijão, tendo ordenado a construção de silos para defesa dessa produção. O arroz teve a sua maior safra em 1951, decrescendo nos anos seguintes. É a maior vítima das estiagens prolongadas, sofrendo, mais do que qualquer outra cultura, as suas consequências. A mandioca teve regular aumento entre 1952 e 1953, podendo essa reação ser levada à conta da instalação de grandes fábricas de farinha, de iniciativa do Governo, estimulando o aumento das plantações para aproveitamento nessas fábricas destinadas a produzir milhares de sacas diariamente, na ocasião da safra. A mamona que tinha expressiva produção no ano de 1954, dada a grande aplicação nos equipamentos de guerra, do seu óleo, decresceu até 1952, quando atingiu o mínimo e teve ligeira reação em 1953.

Analisada a série cronológica que forma o total da produção agrícola, no período, verifica-se que houve um acréscimo igual ao da área cultivada, ou seja de 17% (a), entre o primeiro e último ano. De 1952 para 1953 o acréscimo foi de 9% (a). Se se acompanhar a curva que indica o volume da produção anual durante os dez anos, pode verificar-se que oscila pouco e é quase uma linha reta entre o primeiro e último ano, tendo mais acentuado aumento entre os dois últimos.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO:— 1944-1953

QUANTIDADE PRODUZIDA

TABELA V

PRODUTOS	Unidades	DADOS NUMÉRICOS (Produção)									
		1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952 (x)	1953 (x)
Abacaxi	fruto	805 900	788 200	518 600	523 600	518 480	558 550	641 680	636 200	580 520	667 120
Algodão em caroço	t	924	918	683	735	526	606	2 046	2 935	2 964	2 191
Banana	cacho	5 119 500	6 250 700	6 443 980	6 732 100	7 161 760	7 733 100	8 761 560	§ 8 759 170	9 254 790	9 415 100
Arroz em casca . .	60 Kg	318 450	374 489	273 681	309 298	363 723	440 142	443 327	479 227	461 439	423 083
Batata doce	t	13 513	13 819	11 418	13 724	16 750	18 725	18 176	17 707	18 147	18 331
Batata inglesa . .	60 Kg	30 267	55 180	57 324	63 930	52 180	44 240	65 880	67 860	43 335	40 784
Cacau	60 Kg	25 602	25 709	24 667	28 400	45 103	45 970	55 673	71 863	51 510	58 700
Café	60 Kg	1 397 896	1 985 696	1 658 380	1 660 061	1 236 551	1 918 213	1 415 859	1 626 748	1 179 720	2 036 211
Cana de açúcar . .	t	473 226	499 115	427 130	443 740	430 263	437 330	450 720	454 889	452 417	478 707
Côco	fruto	573 500	545 500	658 200	673 600	632 100	888 000	937 100	§ 1 480 700	1 753 000	1 920 000
Frijão	60 Kg	280 693	348 646	293 736	331 369	409 350	399 723	437 933	358 977	347 431	385 254
Fumo em folha . .	Kg	138 000	156 000	137 000	141 680	122 055	140 055	191 355	206 970	182 000	183 000
Laranja	fruto	1 934 910	1 641 755	1 511 300	1 612 760	1 497 352	1 580 270	1 503 810	1 431 598	1 274 540	1 324 306
Mamona	Kg	1 045 220	951 020	738 700	637 500	553 300	476 700	469 150	406 750	352 300	354 730
Mandioca	t	280 379	411 064	325 689	310 457	329 619	381 050	299 014	284 775	288 939	312 178
Milho	60 Kg	1 154 370	1 459 885	1 601 186	396 387	1 061 193	1 188 500	1 255 640	1 336 530	1 284 750	1 249 308
Uva	Kg	224 800	237 850	258 630	251 880	289 156	287 960	206 043	404 600	344 240	239 880
Outros	t	11 795	25 449	31 188	25 686	23 921	24 784	§ 24 454	§ 24 577	24 577	24 489
TOTAL	t	1 116 266	1 365 991	1 155 336	1 130 757	1 166 411	1 193 156	§ 1 222 675	§ 1 227 896	1 202 188	1 305 423

(x) Dados sujeitos a retificação — (§) Dado retificado.

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO ESTADO — 1944/1953

VALOR DA PRODUÇÃO

TABELA VI

PRODUTOS	VALOR DA PRODUÇÃO (Cr\$ 1 000,00)									
	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
Abacaxi	365	425	575	527	678	562	331	935	1 130	1 342
Algodão	1 818	1 821	1 645	2 024	1 850	2 243	8 527	21 425	18 974	14 071
Arroz em casca ..	19 830	23 671	18 072	23 039	32 051	43 086	50 522	51 052	56 590	73 747
Banana	10 136	16 699	22 906	29 308	32 488	36 468	41 601	44 339	52 497	53 851
Batata doce	4 156	4 261	4 334	6 000	10 423	11 293	13 075	13 851	15 546	15 991
Batata inglesa	2 609	4 527	5 092	6 518	6 526	5 650	9 436	13 291	7 563	8 607
Cacau	3 096	3 426	3 615	22 688	29 321	19 841	29 993	42 374	30 578	34 865
Café	158 690	302 233	339 325	290 878	261 054	737 429	913 024	1 166 066	930 208	1 603 905
Cana de açúcar ..	21 929	26 458	26 322	26 086	28 575	31 594	41 520	46 827	51 792	55 125
Côco	565	660	831	1 271	1 173	1 689	2 019	3 760	4 782	5 222
Feijão	16 268	20 108	16 484	30 920	56 003	55 581	47 015	53 761	79 208	101 614
Fumo em folha ...	147	209	292	323	319	421	728	872	851	857
Laranja	6 676	7 003	7 950	10 702	10 702	11 659	12 945	14 513	16 450	17 425
Mamona	810	713	674	561	484	436	701	693	685	686
Mandioca	35 015	74 054	73 515	65 369	80 712	79 727	100 044	112 987	124 157	132 578
Milho	51 627	54 259	39 974	59 523	72 646	77 411	84 777	97 084	129 939	144 027
Uva	666	614	745	927	1 101	1 157	1 377	1 878	1 891	1 496
Outros	4 020	8 117	9 473	10 753	11 185	14 705	16 652	20 808	26 965	26 638
TOTAL	338 423	549 258	572 327	587 674	637 296	1 130 952	1 375 703	1 706 516	1 549 806	2 291 847

FONTE: Secção de Estatística Econômica e Financeira do DEE.

A tabela VI que registra o valor em mil cruzeiros, da produção agrícola no período de 1944 a 1953, apresenta exagerado aumento quase em todos os produtos. Os mais acentuados foram os da produção de café e de cacau. No primeiro, a elevação foi de 90% entre os dois anos limites do período, sendo de 72% de 1952 para 1953. No valor do cacau o aumento foi de 1 026%, sendo de 14% entre os dois últimos anos. O único produto em que houve decréscimo de 1953 em relação a 1944, foi a mamona, demonstrando o desinteresse dos mercados compradores, e, portanto, sem qualquer estímulo na sua produção. Não sendo um produto de consumo interno, a não ser se se montassem fábricas destinadas a seu aproveitamento para extração de óleo, a tendência da cultura é desaparecer. A série que representa o valor da produção, nos vários anos do período, ostenta significativo aumento, consubstanciando a tendência geral do valor do grupo de produtos agrícolas. O aumento percentual de 1953, em relação a 1944 foi de 577%, sendo de 1952 para 1953 de 48% (a). Examinando-se a curva que descreve, na representação gráfica, verifica-se que tende a tomar a forma diagonal do retângulo, enquanto o volume da produção aproxima-se de uma reta. Em se considerando que a elevação dos preços entre 1944 e 1953, ultrapassa 300%, apura-se que não tem tão grande significação o aumento impressionante do valor da produção que decorre, em grande parte, da elevação geral das utilidades em que a alimentação representa cerca de 52%.

(V. gráficos adiante)

PRODUÇÃO AGRÍCOLA

VALOR TOTAL E DAS PRINCIPAIS CULTURAS

TABELA VII

ANOS	DADOS NUMÉRICOS		
	TOTAL	Das seis principais culturas	
	(CR\$ 1 000)	Números absolutos (CR\$ 1 000)	% sobre o total
1944	338 423	303 359	89,64
1945	549 253	500 783	91,17
1946	572 327	513 692	89,75
1947	582 674	495 875	84,38
1948	637 296	531 046	83,33
1949	1 130 952	1 024 828	90,62
1950	1 375 703	1 236 908	89,91
1951	1 706 516	1 527 777	89,53
1952(x)	1 549 806	1 371 894	88,52
1953(x)	2 291 847	2 110 796	92,10

(x) Dados sujeitos a retificação

INFLUÊNCIA DAS SEIS PRINCIPAIS CULTURAS NO VALOR TOTAL DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

Os elementos alinhados na tabela VII apresentam um confronto entre a soma do valor das seis principais culturas que são: o café, o milho, o feijão, o arroz, a mandioca e a cana de açúcar, e o valor total da produção agrícola, onde se pode verificar que compreende, em todos os anos, mais de 80%, atingindo, no último, 92%. Entre os dois últimos, isto é, de 1952 para 1953, houve um aumento de cerca de 4% nas principais culturas, influenciado sobretudo pelo valor do café.

A representação gráfica comparativa entre os dois valores permite-nos constatar mais rapidamente o que afirmamos, bem como a tabela anexa.

(V. tabela e gráfico, adiante)

POPULAÇÃO PECUÁRIA NO ESTADO 1944 - 1952

Um dos elementos de grande significação econômica é, sem dúvida, a população pecuária. Os rebanhos representam um grande fator no êxito das atividades.

A influência dos rebanhos de bovino e suíno, sobretudo, e também das aves, na alimentação humana, está no conhecimento de todos, pela expressão dessa influência.

A tabela VIII apresenta uma série de nove anos, de 1944 a 1952, da população pecuária por espécie e, pode-se constatar-se que enquanto crescem os rebanhos de suínos e bovinos, os de maior expressão econômica, as aves decrescem e mais acentuadamente, as galinhas, reagindo apenas ligeiramente no último ano.

Os equinos e muíres que representam elemento auxiliar de valia das populações campestres, no transporte de pessoas e carga, aparecem com significação na tabela, também em ascensão.

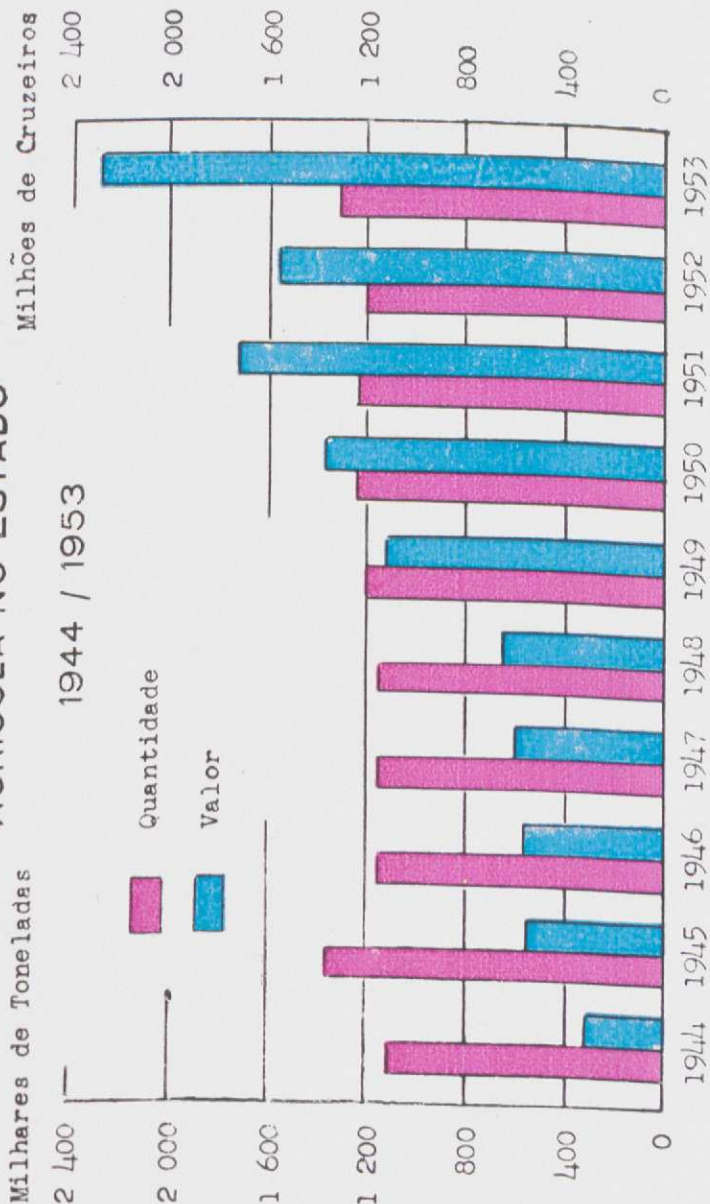
A primeira parte da tabela registra o número de cabeças.

Em relação ao valor dos rebanhos, verifica-se que os bovinos representam 43% do total e os suínos, 27%, totalizando 70% do valor de todos os rebanhos. Ocupam o terceiro lugar os muíres e o quarto os equinos. Adicionando aos bovinos e suínos, caprinos, ovinos e aves, apura-se que os animais destinados à alimentação do homem, representam aproximadamente três quartos do total, em valor. Em relação ao ano inicial, o valor da produção cresceu 248% e de 1951 para 1952 cresceu 21% (a).

Observando-se a tabela e o gráfico que diz respeito à população pecuária, consegue-se um complemento valioso à compreensão deste ligeiro comentário.

QUANTIDADE E VALOR DA PRODUÇÃO

AGRICOLA NO ESTADO



Estado do Espírito Santo

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

1944 / 1953



TABELA VIII

POPULAÇÃO PECUÁRIA DO ESTADO — 1944-1952

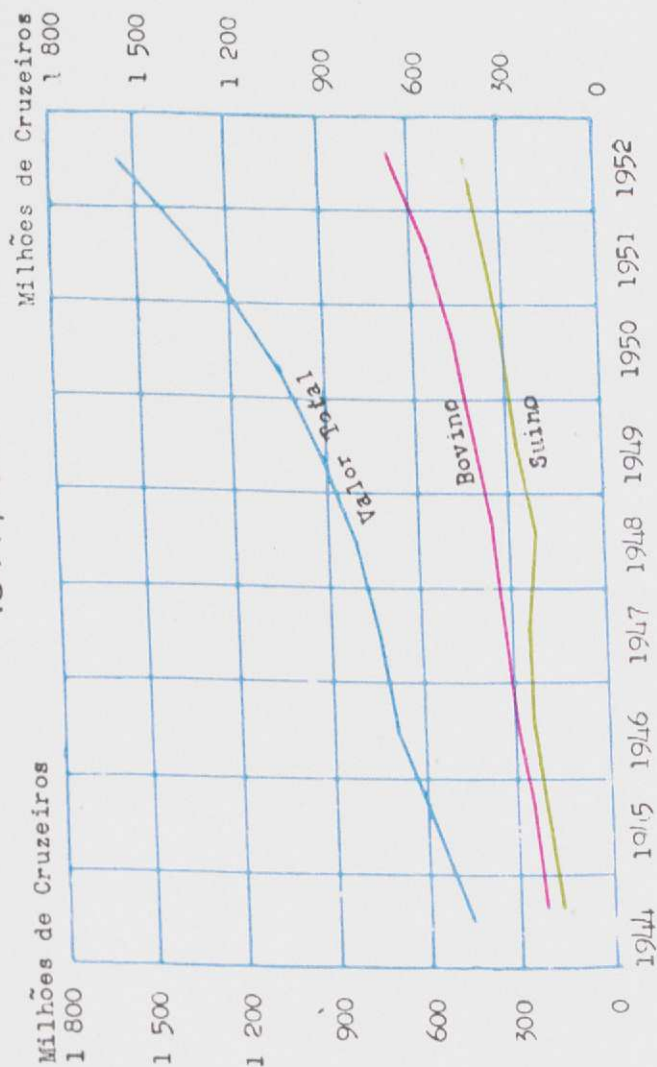
NÚMERO DE CABEÇAS E VALOR DOS REBANHOS

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMERICOS								
	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952
NÚMERO DE CABEÇAS									
Bovinos	336 965	364 657	392 835	421 695	452 630	485 192	502 590	539 320	582 280
Equinos	71 487	78 588	86 491	92 201	98 012	106 399	112 020	120 960	130 080
Asininos	801	888	977	914	835	861	871	890	863
Muare	56 250	63 334	71 096	78 305	86 078	95 977	106 830	118 610	131 380
Suínos	555 712	618 970	688 869	674 638	660 611	696 192	711 240	735 840	749 840
Ovinos	12 790	13 546	14 528	17 648	20 909	23 394	26 430	30 250	35 030
Caprinos	36 500	39 680	43 439	49 759	46 670	53 398	57 650	62 090	66 670
Aves	2 695 030	2 747 930	2 803 010	2 692 183	2 583 136	2 572 570	2 549 710	1 985 720	1 994 290
Perus	80 700	82 290	84 088	80 763	77 492	77 208	76 570	75 510	73 910
Patos, marrecos e gansos.	266 450	274 630	280 283	269 202	258 295	257 272	255 580	252 010	246 750
galinhas	2 347 880	2 391 010	2 438 639	2 342 218	2 247 349	2 238 090	2 217 560	1 658 200	1 673 630
VALOR (Cr\$ 1 000,00)									
Bovinos	181 593	223 712	274 765	302 150	335 995	392 733	440 426	532 046	662 440
Equinos	39 348	49 870	63 759	71 806	79 824	95 021	107 465	132 536	155 863
Asininos	768	1 091	1 517	1 539	1 556	1 652	1 735	1 933	1 992
Muare	47 708	63 521	83 271	101 006	119 702	140 769	172 261	209 433	256 637
Suínos	153 080	196 428	245 117	237 058	222 688	266 240	309 549	355 764	413 696
Ovinos	592	782	1 021	1 326	1 683	1 981	2 327	2 568	3 646
Caprinos	1 638	2 100	2 746	3 282	3 809	4 188	4 753	5 363	6 133
Aves	19 982	25 538	31 546	34 849	36 754	40 971	43 138	39 278	45 411
Perus	2 248	2 608	3 417	3 606	3 692	4 060	4 615	5 141	6 120
Patos, marrecos e gansos	1 878	2 301	2 854	2 720	2 750	3 106	3 239	3 728	4 454
Galinh	15 856	20 642	25 275	28 523	30 311	33 805	35 283	30 410	34 837
TOTAL	444 709	563 042	702 742	753 016	800 011	943 555	1 081 654	1 218 923	1 545 818

POPULAÇÃO PECUÁRIA

Confronto gráfico entre os valores do total dos rebanhos, dos gados bovino e suíno

1944 / 1952



A influência do café no valor da produção das indústrias do Estado — madeira o segundo valor na produção.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
1941 - 1952

Se remontarmos a 1941, início da apuração dos elementos da produção industrial relativamente ao Espírito Santo, e acompanharmos a marcha do fenômeno através do período de doze anos, considerando o valor, vemos que o mesmo atinge o máximo em 1951, em ascensão desde 1941, até 1943, decrescendo ligeiramente nesse ano, ascendendo novamente até 1951, experimentando sensível queda em 1952, o último ano de registro.

Estabelecendo-se um paralelo com o valor do café beneficiado, verifica-se que sua influência é da máxima significação para a constituição do valor total, variando de 41%, em 1942, a 70% em 1951.

A tabela IX apresenta as séries relativas aos elementos ligeiramente analisados.

(V. gráfico adiante)

PRODUÇÃO INDUSTRIAL — TABELA IX

Influência do beneficiamento do café e da madeira na produção total
1941/1952

ANOS	Valor total	CAFÉ BENEFICIADO		MADEIRA SERRADA	
	da produção Cr\$ 1 000,00	Valor Cr\$ 1 000,00	% sobre o total	Valor Cr\$ 1 000,00	% sobre o total
1941	129 155	64 036	50	11 832	9
1942	146 214	59 526	41	13 595	9
1943	200 461	94 981	47	20 677	10
1944	308 455	135 818	44	33 030	11
1945	442 696	239 096	54	29 021	7
1946	529 011	283 747	54	36 184	7
1947	532 623	235 825	49	49 887	9
1948	564 621	232 382	41	55 052	10
1949	899 852	581 971	65	53 103	6
1950	1 089 324	690 557	63	75 508	7
1951	1 517 285	1 059 241	70	90 547	6
1952	1 383 778	778 591	56	100 095	7

FONTE: Serviço de Estatística Militar do DEE.

Não é o Espírito Santo um estado industrial, mas o futuro nos acena com diferente situação, tanto mais que várias indústrias européias estão desejosas de transferir-se para o Brasil, e poderá aproveitá-las quem tiver energia elétrica para fornecer. Se os chefes do Governo Estadual nos períodos administrativos seguintes estiverem dispostos a executar o que está planejado, teremos, sem dúvida, dentro de poucos anos, um parque industrial respeitável.

**PRINCIPAIS
PRODUTOS
INDUS-
TRIAIS**

Examinados os elementos das tabelas X e XI, onde se alinham os dez produtos principais, no período, classificados segundo a média anual pode-se constatar que, além do café e madeira já citados, têm maior significação os seguintes com produção média de mais dez milhões de cruzeiros: produtos de padaria, sacos de aniagem, tecidos de algodão e açúcar cristal. Alinham-se ainda com produção acima de sete milhões, arroz beneficiado, aguardente, ferro gusa e cimento em relação ao valor.

PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS — VALOR DA PRODUÇÃO

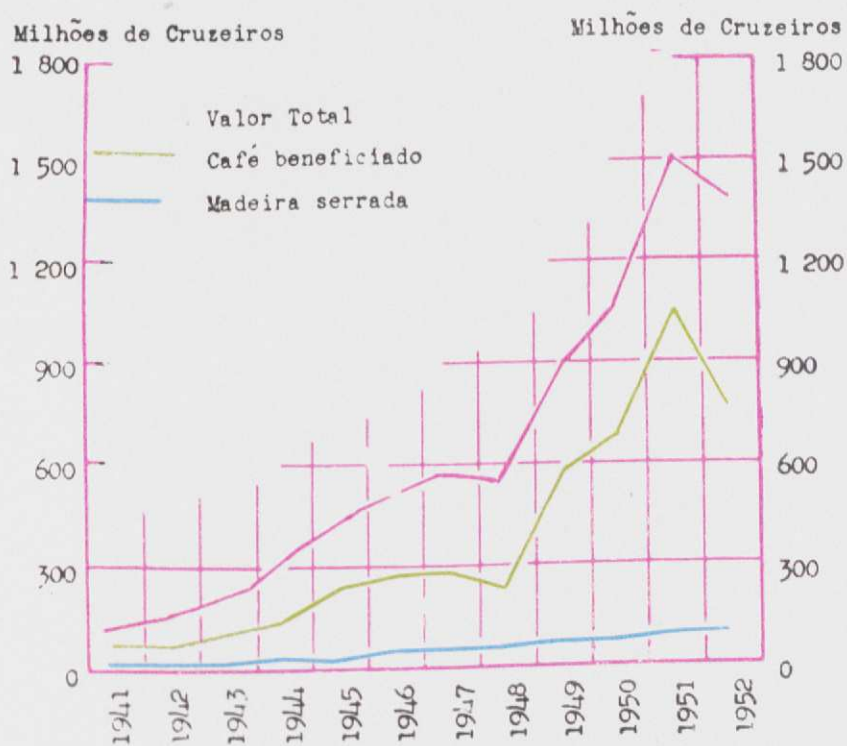
TABELA X

PRINCIPAIS PRODUTOS	DADOS NUMÉRICOS (Cr\$ 1 00000,)		
	1941	média anual do período	1952
Café beneficiado	64 036	375 522	778 589
Madeira Serrada	11 882	47 331	100 095
Produtos de padaria	5 844	30 040	79 094
Sacos de aniagem	1 578	11 837	27 474
Tecidos de algodão	2 711	11 706	18 435
Açúcar cristal	3 000	10 394	17 370
Arroz beneficiado	3 846	9 517	10 816
Aguardente	1 807	8 603	14 933
Ferro gusa	—	8 235	12 126
Cimento	2 565	7 649	15 794
TOTAL DA PRODUÇÃO ...	129 155	—	1 383 778

No que diz respeito à quantidade, apresentamos tabela mais como documentação. Não é possível estabelecer confronto, visto que as unidades de produção da indústria são as mais diversas possível. Apenas seis dos dez produtos são apresentados em unidade comparável (tonelada). Pode-se porém, constatar que, entre 1941 e 1942, houve sensível acréscimo na produção, com exceção apenas do café e arroz beneficiado. os únicos produtos diretos da lavoura incluídos no grupo.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Influência do Beneficiamento do Café e da Madeira Serrada na Produção Total 1941 / 1952



PRINCIPAIS PRODUTOS INDUSTRIAIS — QUANTIDADE PRODUZIDA

TABELA XI

PRINCIPAIS PRODUTOS	Uni- dade	DADOS NUMÉRICOS		
		1941	méd. anual do período	1952
Café beneficiado	t	65 454	73 157	56 828
Madeira serrada	m3	4 282	32 077	62 281
Madeira serrada	m2	279 069	511 457	894 770
Madeira serrada	m	80 666	163 645	264 408
Madeira serrada	duzia	—	793	—
Produtos de padaria	t	3 408	4 820	8 438
Sacos de amargem	mil	513	1 362	2 193
Tecidos de algodão	m	2 095 111	2 323 249	2 467 824
Açúcar cristal	t	3 600	4 097	5 716
Arroz beneficiado	t	2 997	3 517	2 122
Aguardente	litro	2 340 228	2 713 850	3 082 754
Ferro gusa	t	—	5 171	6 063
Cimento	t	13 471	12 773	17 555

A marcha da produção e o seu notável incremento em futuro próximo.

INDÚSTRI-
AS DE BA-
SE — FERRO
E CIMENTO

Se buscarmos estudar a situação de produção das indústrias do ferro e cimento, no Estado, no mesmo período, vamos verificar que o ferro gusa começou a ser produzido pela Companhia Ferro e Aço em 1945 apresentando um resultado modesto de 670 toneladas elevando-se a quase oito mil em 1949, decrescendo desse ano até 1951 e reagindo, ligeiramente, em 1952, onde registrou 6 063 toneladas. Volta-se agora a atenção para a instalação de importante siderurgia alemã, em consórcio com a Companhia Ferro e Aço. Concretizado tal projeto, teremos verdadeira revolução nesse setor.

Já o cimento produzido por antiga fábrica de propriedade do Estado sua produção compreende todo o período em foco. Em 12 anos tomando por base, 1941, sua produção não cresceu mais de 15%. Depreende-se daí que instalações antigas e desgastadas não permitiam o aumento da produção, reclamado pela falta do produto e pelas necessidades mesmo internas, do produto. Voltando sua atenção para esse problema, estimula o Govêrno a instalação de nova fábrica para produção diária de 12 a 18 mil sacos.

Admitindo uma produção média de 15 000 sacos diários, teremos acrescentadas às modestas 6 000 toneladas de 1952 mais de duzentas mil toneladas no seu primeiro ano de funcionamento, o qual está muito próximo.

A tabela XII e o diagrama representativo da marcha dos fenômenos orientam o rápido exame do registro da produção e respectivo valor.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO ESTADO — 1941/1952

FERRO GUSA E CIMENTO

TABELA XII

	FERRO GUSA			CIMENTO		
	Quantidade		Valor	Quantidade		Valor
	números absolutos (t) —	índice 1945=100	Cr\$ 1 000,00	números absolutos (t) —	índice 1941=100	Cr\$ 1 000,00
1941	—	—	—	13 471	100	2 560
1942	—	—	—	13 778	102	5 731
1943	—	—	—	9 582	71	3 541
1944	—	—	—	9 938	74	4 681
1945	670	100	573	7 592	56	4 107
1946	2 500	373	2 500	8 500	63	4 616
1947	5 630	840	5 630	12 349	92	7 480
1948	5 562	830	5 562	15 441	115	11 563
1949	7 923	1 183	12 677	14 850	110	11 106
1950	7 392	1 103	11 827	13 404	100	10 641
1951	5 633	841	7 323	16 825	125	9 964
1952	6 063	905	12 126	17 555	115	15 794

COMÉRCIO GERAL

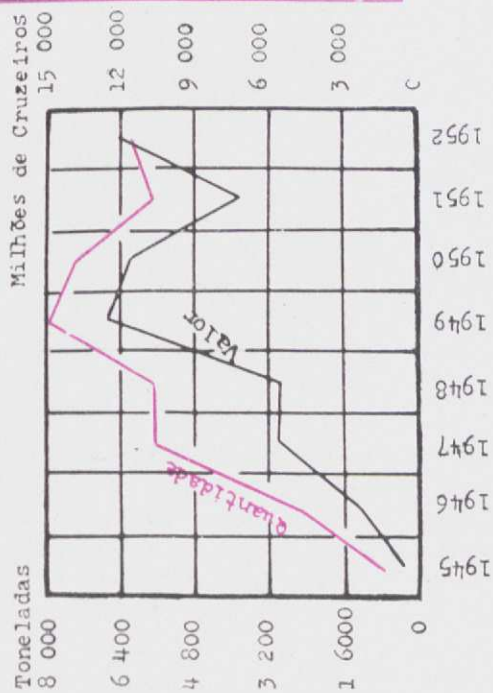
Analisando o conjunto de nossas operações mercantis, isto é, as transações de compra e venda com as demais Unidades Federadas e com os compradores estrangeiros e fazendo um confronto entre o nosso comércio exterior e de cabotagem, verificamos que, no que se refere à quantidade comerciada, paralelamente no aumento do primeiro verifica-se a intensificação do segundo, como bem atesta a representação gráfica, adiante.

No que tange ao valor, entretanto, o comércio de cabotagem supera nitidamente o exterior, fato devido, sem dúvida alguma à grande quantidade de minério de ferro exportada, de preço reduzido.

Estado do Espírito Santo

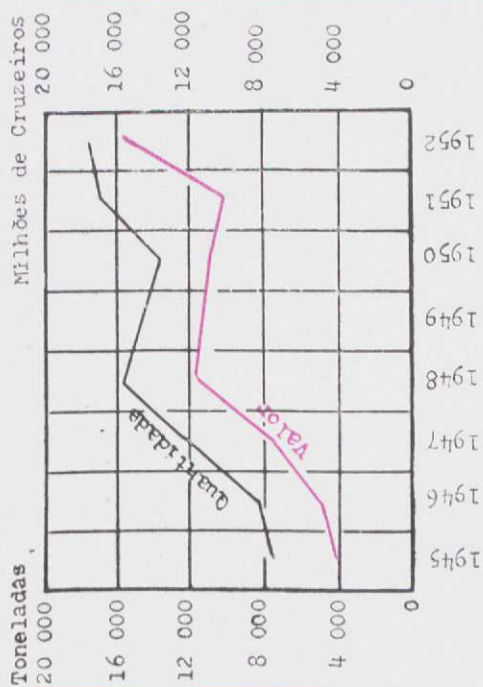
PRODUÇÃO DE FERRO GUSA

1945 / 1952

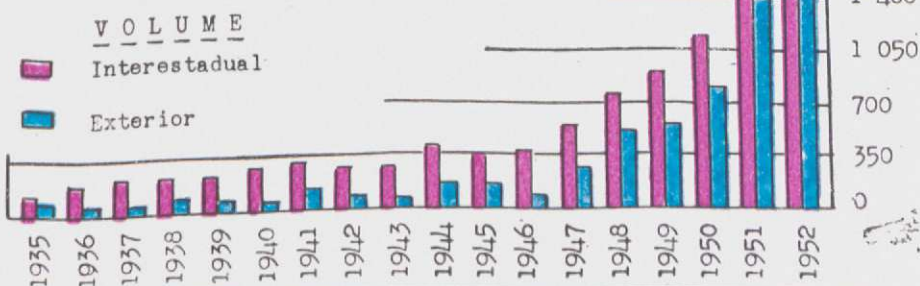


PRODUÇÃO DE CIMENTO

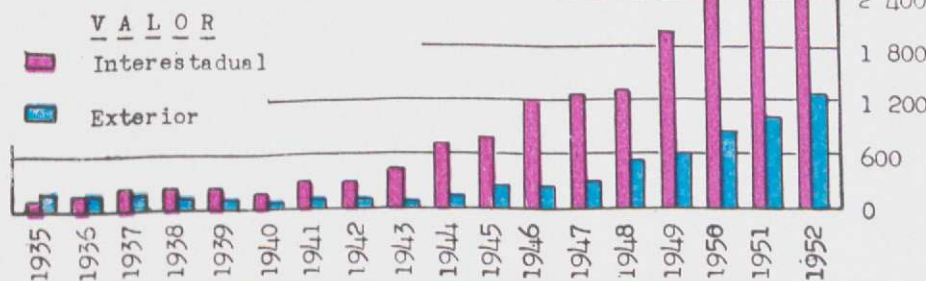
1945 / 1952



INTERCÂMBIO COMERCIAL **Confronto entre o Comércio Exterior** **e Interestadual — 1935 / 1952**



INTERCÂMBIO COMERCIAL **Confronto entre o Comércio Exterior** **e Interestadual — 1935 / 1952**



INTERCAMBIO COMERCIAL — CONFRONTO ENTRE O COMÉRCIO EXTERIOR
E INTERESTADUAL — 1953/1952

TABELA XIII

ANOS	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000,00)		
	Total	Exportação	Importação	Total	Exportação	Importação

INTERESTADUAL

1935	140 954	72 170	68 784	144 227	43 526	100 701
1936	217 992	141 676	76 316	201 693	67 974	133 719
1937	243 166	155 686	87 480	255 092	95 965	159 127
1933	232 010	145 695	86 315	238 204	101 313	136 891
1939	246 216	143 295	102 921	241 627	87 260	154 367
1940	273 550	148 661	124 889	197 178	71 472	125 706
1941	328 389	152 754	175 635	300 394	102 950	197 444
1942	280 272	145 003	135 269	286 445	96 329	190 116
1943	271 193	124 432	146 761	424 632	146 859	277 773
1944	428 383	163 638	264 745	719 240	263 214	456 026
1945	366 493	144 070	222 423	753 239	291 819	461 420
1946	339 688	211 026	178 662	1 211 642	602 208	609 434
1947	549 161	225 762	323 399	1 285 629	678 341	607 288
1948	786 783	231 050	555 733	1 305 856	592 911	712 945
1949	899 031	249 177	649 854	1 981 465	1 054 330	927 135
1950	1 156 893	226 391	930 502	2 504 796	1 287 424	1 217 372
1951	1 813 260	257 291	1 555 969	3 304 459	1 707 332	1 597 127
1952	1 960 215	226 347	1 733 869	3 183 956	1 528 537	1 655 419

EXTERIOR

1935	86 746	80 686	6 060	166 235	160 376	5 859
1936	79 040	75 825	3 215	153 638	150 058	3 580
1937	76 716	72 659	4 057	168 264	163 720	4 544
1938	95 731	92 147	3 584	125 923	122 144	3 779
1939	90 428	88 998	1 430	119 102	117 616	1 486
1940	76 429	76 267	162	62 386	61 878	508
1941	138 802	136 452	2 350	91 427	88 751	2 676
1942	98 169	98 068	101	91 757	91 516	241

ANOS	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000,00)		
	Total	Exportação	Importação	Total	Exportação	Importação

EXTERIOR

1943	71 709	71 629	80	68 188	68 003	185
1944	170 141	162 341	7 600	107 930	59 055	48 875
1945	175 502	173 000	2 502	218 470	215 989	2 481
1946	118 574	106 487	12 087	267 360	212 664	54 696
1947	278 829	264 162	14 667	328 010	250 875	77 135
1948	541 074	528 651	12 423	526 052	444 692	81 360
1949	573 219	556 807	16 412	606 603	498 560	108 043
1950	792 147	780 746	11 401	821 572	702 640	118 932
1951	1 390 457	1 363 961	26 496	1 012 943	920 129	92 814
1952	1 622 285	1 548 485	73 800	1 260 197	1 150 782	109 415

SALDOS COMERCIAIS

INTERCAMBIO COMERCIAL — EXTERIOR E ESTADOS DO BRASIL 1935/1952 —
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

TABELA XIV

ANOS	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000,00)		
	Total	Exportação	Importação	Total	Exportação	Importação

1935	227 700	152 856	748 844	310 462	203 902	106 560
1936	297 032	217 501	79 531	355 331	218 032	137 299
1937	319 882	228 345	91 537	423 356	259 685	163 671
1938	327 741	237 842	89 899	364 127	223 457	140 670
1939	336 644	232 293	104 351	360 729	204 876	155 853
1940	349 979	224 928	125 051	259 564	133 350	126 214
1941	467 191	289 206	177 935	391 821	191 701	200 120
1942	378 441	243 071	135 370	378 202	187 845	190 357
1943	342 902	196 061	146 841	492 820	214 862	277 958
1944	598 524	326 179	272 345	827 170	322 269	504 901
1945	541 995	317 070	224 925	971 709	507 808	463 901
1946	508 562	317 513	190 749	1 479 002	814 872	664 130

ANOS	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000,00)		
	Total	Exportação	Importação	Total	Exportação	Importação
1947	827 990	489 924	338 066	1 613 639	929 216	684 423
1948	1 327 857	759 701	568 156	1 831 908	1 037 603	794 305
1949	1 472 250	805 984	666 266	2 588 066	1 552 889	1 035 177
1950	1 949 041	1 007 137	941 904	3 323 368	1 990 064	1 336 304
1951	3 203 717	1 621 252	1 532 465	4 317 402	2 627 461	1 689 941
1952	3 532 501	1 774 832	1 807 669	4 444 153	2 679 319	1 764 834

Embora não sejamos ainda um Estado industrial e, em consequência, dependamos para nosso abastecimento, em grande parte, da importação, as medidas adotadas no sentido de incrementar nossas produções em todos os setores, já ostentam favoráveis resultados. A nossa balança comercial que acusou em 1951 um saldo de mais de novecentos milhões de cruzeiros, voltou a se nos apresentar favorável, embora com pequeno decréscimo, quase insignificante. Contra Cr\$ 2 679 319 000,00 de exportação apenas de Cr\$..... 1 764 834 000,00 foi a nossa importação.

(V. gráfico adiante)

Tomado um grupo de dez mercadorias exportadas para o exterior verifica-se que:—

a) o café é absoluto no que diz respeito ao valor, com 99%, em 1935 e 58% em 1952, relativamente ao total de valor das mercadorias saídas para o estrangeiro.

b) o minério desfruta idêntica situação no que se refere ao volume da exportação para o exterior, com 97% em 1952. A exportação do minério de ferro teve início em 1940.

A queda do café, em percentagem, entre 1935 e 1952, é auspiciosa para o Estado, dando-nos a certeza de que outras mercadorias vieram a ser procuradas ou acritas pelos mercados externos. Embora a mercadoria seguinte, bastante aproximada do café, mesmo no valor, seja o minério de ferro, um produto de Minas Gerais, aparecem ainda, com certa significação, o cacau, produto da lavoura Espírito Santense, o ferro gusa, o cascalho de berilo e a madeira, esta com preponderância absoluta do produto do Estado. O ferro gusa já surge como produto do Estado, a partir de 1945. Tomando igual número de produtos vendidos aos mercados internos, podemos observar que o café continua a situar-se em primeiro lugar no valor, com 57% em 1935 e 67% em 1952. Já no volume pertenceu à madeira o primeiro lugar, substituindo o minério, com 55% em 1935 e 32% em 1952.

INTERCAM-
BIO COMER-
CIAL

PRINCIPAIS
MERCADO-
RIAS EX-
PORTADAS

O café, como se pode verificar na tabela XV, teve aumento significativo, mesmo no que diz respeito ao volume, passando de 19 552 toneladas em 1935, para 58 563, em 1952. Mesmo na porcentagem do valor, seu aumento foi de 10%. Se atentarmos para o comércio exterior, pode-se verificar que o volume da exportação desta mercadoria reduziu-se a menos de 50% entre 1935 e 1952, enquanto aumentou cerca de 200% no comércio interestadual. O Brasil está consumindo maior quantidade de café espíritosantoense, talvez como uma consequência de menor venda no comércio externo. É, sem dúvida, um fenômeno interessante.

A madeira, embora haja aumentado, apresentando 84% sobre 1935, teve sensível queda na porcentagem do volume, relativamente às mercadorias vendidas dentro do Brasil, como se pode verificar acima. Na quantidade exportada, seguem-se à madeira, o café, o ferro gusa, o feijão, o ferro em barras ou vergalhões, animais vivos, o açúcar, o arroz pilado e outros de menos importância.

No valor, após o café, são encontrados a madeira, tecidos de algodão, ferro em barras e vergalhões, animais vivos, arroz pilado, arame liso de ferro e aço e outros de menor valor.

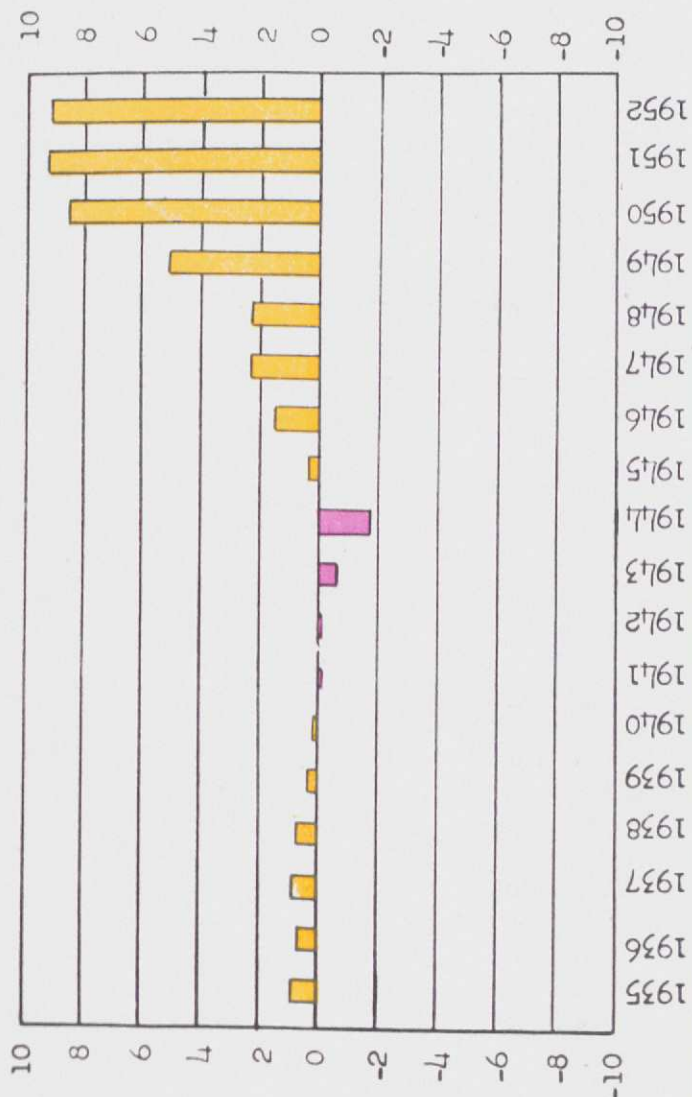
PRINCIPAIS MERCADORIAS EXPORTADAS: 1935-1952
TABELA XV

MERCADORIAS	QUANTIDADE (tonelada)			VALOR (Cr\$ 1 000,00)		
	1935	méd. anual do período	1952	1935	média anual do período	1952
EXTERIOR						
Café em grão	78 840	45 955	38 796	159 466	218 643	670 435
Minério de ferro (x)	—	280 488	494 879	—	51 891	416 019
Madeira	1 175	11 030	5 577	264	11 442	7 774
Cacau	338	1 209	2 406	328	10 755	30 946
Ferro gusa (xx) . .	—	5 721	5 405	—	6 360	13 304
Cascalho de b rilo (xxx)	—	199	982	—	1 286	9 892
Areia monazítica . .	—	793	—	—	1 183	—
Peles e couros . . .	327	226	—	295	6 821	—
Milho	—	818	—	—	388	—
Mica	6	20	—	24	285	4

SALDOS DO INTERCÂMBIO COMERCIAL

1935 / 1952

Cem Milhões de Cruzeiros



MERCADORIAS	QUANTIDADE (tonelada)		VALOR (Cr\$ 1 000,00)			
	1935	méd. anual do período	1952	1935	média anual do período	1952

BRASIL

Café em grão	19 552	44 842	58 563	25 026	314 090	1 023 740
Madeiras	39 356	78 652	72 279	7 663	37 761	89 176
Tecidos de algodão	96	332	400	1 185	9 809	21 738
Ferro em barras e vergalhões	4	2 016	11 601	5	8 630	51 412
Animais vivos	440	1 945	2 764	392	6 386	18 247
Arroz pilado	96	1 567	6 732	65	5 654	32 429
Arame liso de ferro e aço	1	947	2 798	2	4 823	16 093
Ferro fundido em gusa	—	2 480	10 484	—	4 589	27 290
Açúcar	57	1 726	2 378	487	3 929	9 437
Frijão	701	2 454	891	263	3 698	3 637

(x) Iniciada a Exp. em 1940

(xx) Iniciada a Exp. em 1939

(xxx) Iniciada a Exp. em 1947

A tabela XVI dá-nos uma idéia bem aproximada dos nossos mercados. Tomando o longo período de 18 anos, isto é, desde 1935 que marca a instalação do DEE, até 1952, fizemos classificar os destinos pela média anual desse espaço de tempo, tendo por base o valor da venda a cada país e registrando ainda os elementos do primeiro ano do período e os do último apurado.

No comércio exterior podemos observar que os Estados Unidos são os nossos melhores compradores, destacando-se indiscutivelmente dos demais, não só na média mas ainda nos anos registrados e, se percorrermos todos os anos do período, essa situação será mantida, declinando ligeiramente no último ano, em relação à proporção de 1935, cerca de 70% em 1935 e 66% em 1952, no que diz respeito ao peso do total da exportação para o exterior. Já no valor a situação se modificou fundamentalmente. Enquanto em 1953, era mantida a porcentagem de 70%, em 1952 baixava para 38%, sem dúvida alguma influenciada pela exportação do minério de ferro, mercadoria que inflacionou o volume pela enorme massa embarcada, mas, sen-

**PRINCIPAIS
DESTINOS
DE NOSSA
EXPORTA-
ÇÃO**

do de baixo preço, não pôde manter o preço médio da tonelada de produto saído nos anos anteriores a 1940, data de início da exportação do minério. A elevação do preço do café é outro fator que não pode ser desprezado no exame do assunto. Seguem-se, pela ordem, Argentina, Bélgica, França, Itália, Chile, Grã-Bretanha, Holanda, Canadá, Filipinas, Marrocos, Alemanha, Argélia, Uruguai, Suécia e Gibraltar.

Alguns destinos não aparecem no primeiro ano mas tiveram média para classificação e surgem em 1952 com maior valor e volume mesmo do que a média anual. Estão nesse caso o Chile o Canadá, e Gibraltar. Um deles não se repete no último ano — a Argélia.

No comércio interestadual é o Distrito Federal que mais nos compra, representando 64% e 45%, respectivamente em 1935 e 1952, no que se relaciona com o peso, sobre o volume total da exportação para unidades federadas brasileiras. Já no valor há uma queda na proporção em relação a 1935 e regular aumento em 1952, com as porcentagens respectivamente de 44 e 61. Tal modificação deverá ser levada à conta do aumento do preço do café, principal mercadoria exportada. Considerada a média do volume da exportação, verifica-se que pela ordem aparecem os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Pará, São Paulo, Ceará, Bahia, Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Paraíba, Santa Catarina, Paraná e Alagoas, como maiores compradores dos produtos do Estado.

PRINCIPAIS DESTINOS DE NOSSA EXPORTAÇÃO

1935/1952

TABELA XVI

DESTINOS	QUANTIDADE (tonelada)			Valor (Cr\$ 1 000.00)		
	1935	média anual do período	1952	1935	média anual do período	1952
EXTERIOR						
Est. Unidos	56 450	216 957	1 028 535	112 720	134 859	442 579
Argentina	1 127	12 896	9 366	2 279	41 467	77 353
Bélgica	953	14 649	69 910	1 928	27 011	73 788
França	1 708	5 398	37 403	2 968	18 464	167 336
Itália	1 784	1 509	4 378	3 309	13 802	76 356
Chile	—	1 089	3 409	—	12 561	56 975
Grã-Bretanha	55	38 387	92 026	12	6 680	25 345
Holanda	2 601	8 247	45 579	5 026	5 974	25 467
Canadá	—	30 511	115 705	—	5 148	32 983
Filipinas	—	530	26	—	5 363	458

DESTINOS	QUANTIDADE (tonelada)			Valor (Cr\$ 1 000.00)		
	1935	média anual do período	1952	1935	média anual do período	1952
Marrocos	700	375	1 786	1 416	4 707	31 053
Argélia	2 789	1 730	—	5 642	3 560	—
Alemanha	3 836	8 291	103 722	7 729	4 182	32 122
Uruguai	—	845	796	—	3 191	7 170
Suécia	3 666	905	55	7 415	2 093	115
Gibraltar	—	129	461	—	1 587	7 957

BRASIL

Dist. Federal	46 561	89 939	102 337	19 108	291 726	937 490
Est. Rio de Janeiro	4 535	33 582	48 566	1 369	23 963	66 999
Minas Gerais	7 508	24 832	31 995	5 696	41 302	114 655
R. G. do Sul	4 474	7 997	14 527	5 729	36 829	112 976
Pernambuco	1 676	4 132	4 893	1 970	18 068	45 342
Pará	1 457	2 906	4 516	1 835	20 048	76 889
São Paulo	131	2 322	5 270	288	7 703	23 607
Ceará	1 856	1 992	918	2 363	8 864	14 549
Bahia	158	1 608	4 440	173	6 270	23 762
Amazonas	1 262	1 378	1 855	1 615	9 098	34 224
Maranhão	979	1 227	5 501	1 253	7 622	25 830
R. G. do Norte ..	1 085	1 127	1 055	1 392	6 115	18 411
Paraíba	141	918	455	162	4 947	5 437
Santa Catarina ..	3	450	1 093	31	1 536	4 701
Paraná	—	259	1 883	1	1 008	7 247
Alagoas	122	422	237	164	1 461	2 394

Justamente, quer no comércio exterior, quer no comércio interestadual, o principal comprador foi também o principal vendedor, dando nítida demonstração de intensas relações comerciais.

Na importação estrangeira verificamos que os Estados Unidos nos venderam 67% das mercadorias que compramos no exterior, em 1935 e 86% no volume das adquiridas em 1952. Já os demais países não nos venderam na mesma ordem em que compraram. Classificaram-se pelo volume (média anual dos 18 anos): Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, Dinamarca, França, Polônia, Itália, Holanda e outros de menor significação.

**PRINCIPAIS
PROCEDEN-
CIAS DE
NOSSA IM-
PORTAÇÃO**

Na importação interestadual verificamos que o Distrito Federal mantém a sua situação, se considerarmos o valor de importação com 44% da importação brasileira em 1935 e 46% em 1952. Se estabelecêssemos a comparação no volume, teríamos Minas Gerais em 1.º lugar, por causa do minério de ferro, produto desse Estado, de alto peso e baixo valor. Prosseguindo na comparação relativa ao valor, teríamos a seguir, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo, Estado do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e outros de menos de dois milhões de cruzeiros.

Se no comércio exterior, várias procedências nada nos venderam em 1935 e quatro delas também não fizeram em 1952, já no comércio interestadual, todas as procedências classificadas pela média anual, foram exportadoras em relação ao Espírito Santo.

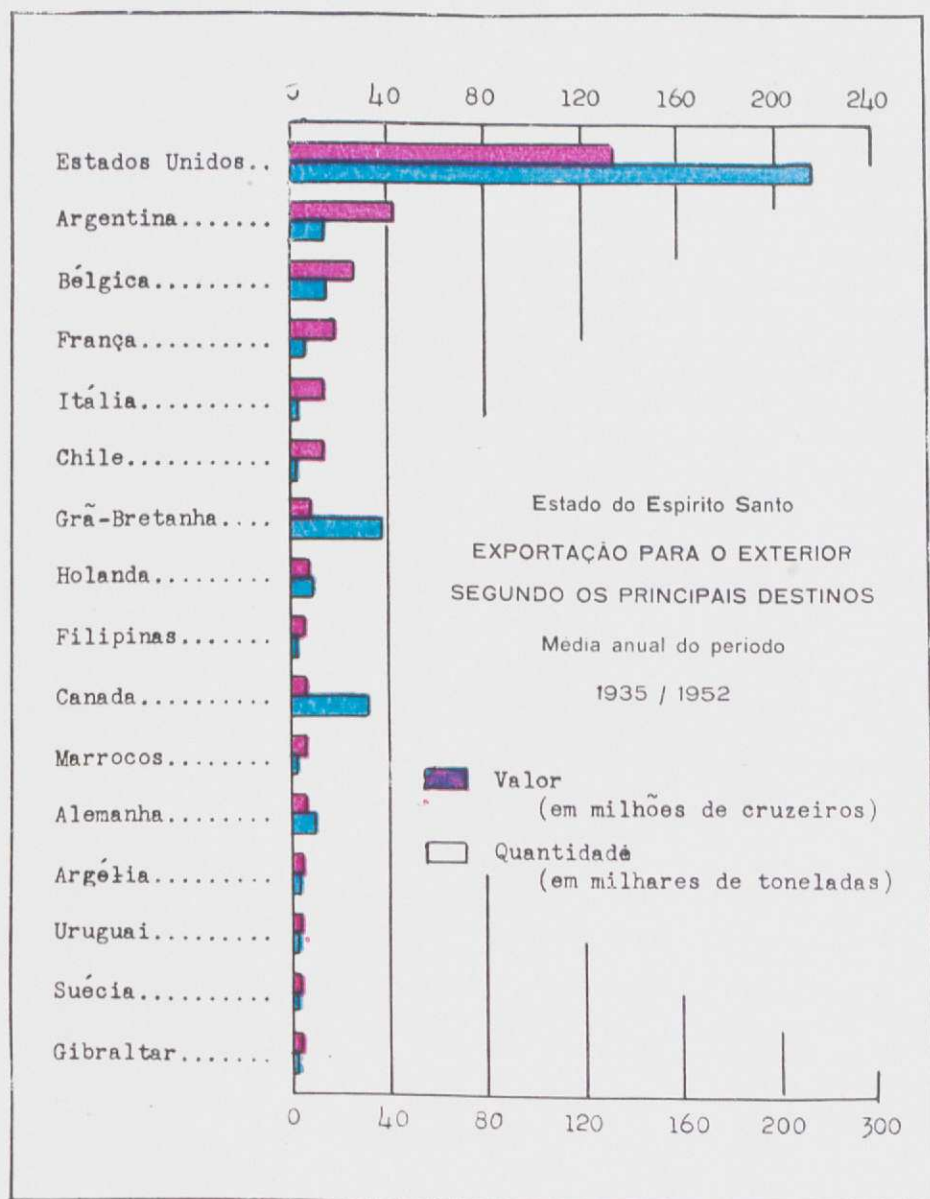
A tabela XVII indica os nossos principais fornecimentos no Brasil e no estrangeiro.

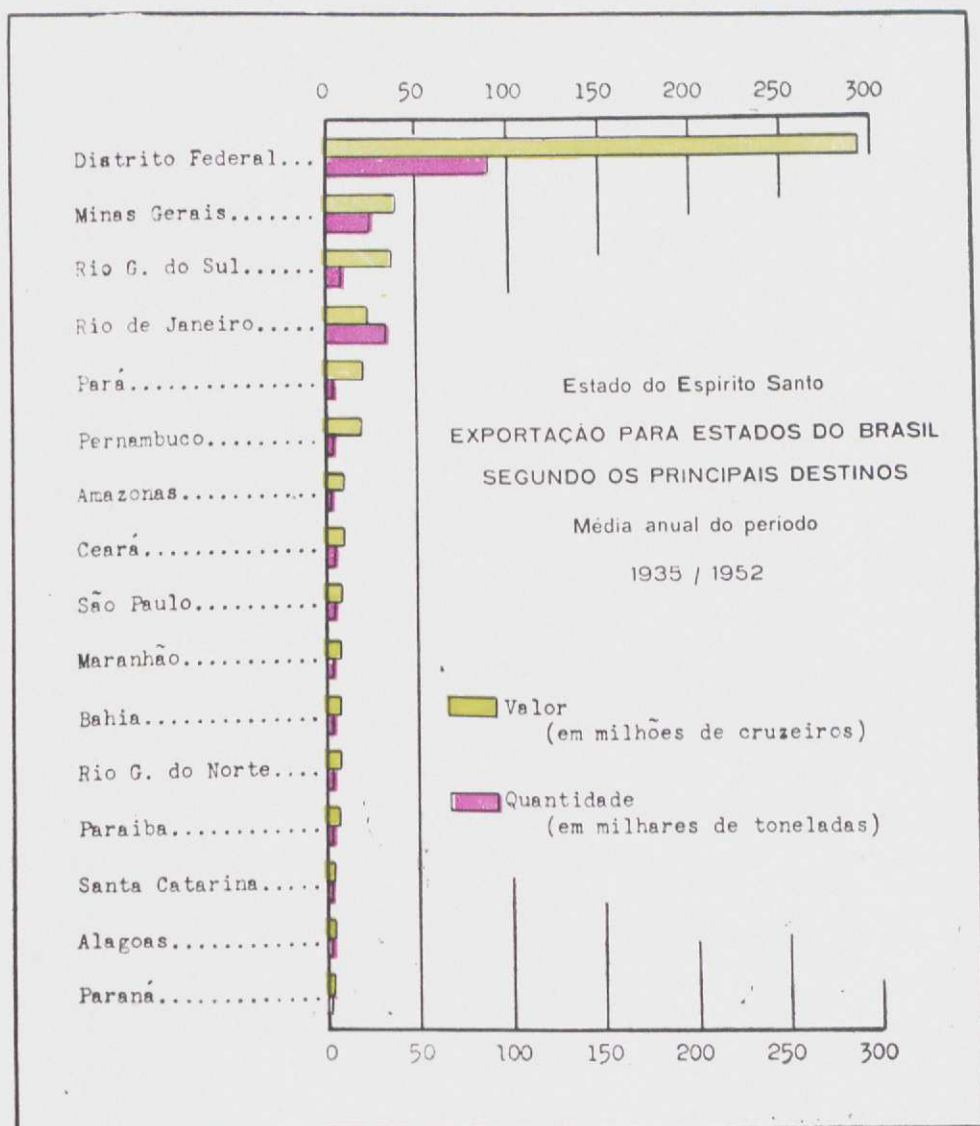
1935/1952

PRINCIPAIS PROCEDÊNCIAS DE NOSSA IMPORTAÇÃO

TABELA XVII

PROCEDÊNCIAS	QUANTIDADE (tonelada)			Valor (Cr\$ 1 000.00)		
	1935	média anual do período	1952	1935	média anual do período	1952
EXTERIOR						
Estados Unidos ...	4 039	8 526	62 353	3 225	34 005	77 958
Bélgica	—	250	533	—	1 080	2 272
Alemanha	161	693	8 527	453	1 482	15 082
Dinamarca	4	224	16	49	165	350
França	—	139	948	2	1 177	7 121
Grã-Bretanha ...	5	853	43	30	347	266
México	519	39	—	364	27	—
Polônia	1 201	99	—	1 630	140	—
Portugal	1	5	11	9	34	344
Canadá	—	10	50	—	40	256
Espanha	—	1	—	—	35	—
Itália	—	84	297	—	875	2 679
Holanda	—	59	430	—	200	1 513
Tunízia	—	28	497	—	20	368
Suíssa	—	3	—	—	108	—
Noruega	—	4	79	—	52	930





PROCEDÊNCIAS	QUANTIDADE (tonelada)			Valor (Cr\$ 1 000.00)		
	1935	média anual do período	1952	1935	média anual do período	1952
BRASIL						
Dist. Federal	15 662	44 942	63 690	44 548	284 536	768 417
Alagoas	1 894	822	561	1 482	1 341	3 068
Bahia	867	1 631	2 294	1 248	3 856	13 339
Ceará	41	1 041	4 704	149	819	5 010
Est. Rio de Janeiro	2 523	14 240	19 807	1 295	30 217	79 946
Minas Gerais	30 521	325 835	1 579 914	32 052	118 145	349 552
Maranhão	28	115	133	17	495	2 030
Pará	45	145	360	140	1 082	5 274
Paraná	680	628	869	594	1 411	5 002
Paraíba	21	137	365	61	637	1 261
Pernambuco	1 030	1 821	2 918	1 485	7 686	21 356
R. G. do Sul	6 324	12 030	43 599	7 357	45 974	247 900
R. G. do Norte ..	3 502	3 700	5 526	826	1 119	3 034
Santa Catarina ...	1 667	688	3 639	712	833	3 745
São Paulo	1 919	3 017	5 567	7 521	40 334	146 311
Sergipe	2 058	1 132	1	1 214	1 168	117

A tabela XVI contém duas séries de números índices, calculados com base na soma dos preços médios de Vitória e do Estado, dos 18 produtos básicos na alimentação humana, no período 1942-1953.

**CUSTO DA
VIDA
ÍNDICE DO
CUSTO DA
ALIMENTA-
ÇÃO**

Tomando por base o primeiro ano, verifica-se que o número índice referente a 1953, é, na série do Estado, 586,24 e no de Vitória, 549,56, significando isso que no Estado a elevação foi de 486% e na Capital de 450%. Constata-se que a elevação dos preços foi maior no conjunto estadual do que em Vitória. Essa situação é fácil de compreender porque em outros tempos certos gêneros eram de baixo custo no interior, e de mais elevado preço nas capitais. Hoje, porém, tal situação desapareceu e a maior parte dos produtos de alimentação têm o seu preço praticamente nivelado em todos os lugares em que seja adquirido. Mesmo a elevação de 1952 para 1953, foi mais sensível no geral do que na de Vitória. É interessante observar as curvas que representam graficamente o fenômeno, visto sob os dois aspectos, para mais rápida compreensão.

ÍNDICE DO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO — ESTADO E CAPITAL

(18 PRODUTOS BÁSICOS) — 1942-1953

TABELA XVIII

ANOS	ESTADO	CAPITAL
1942	100,00	100,00
1943	133,26	140,00
1944	185,03	162,00
1945	197,55	187,00
1946	235,89	221,00
1947	289,06	270,00
1948	308,41	283,00
1949	319,76	295,00
1950	357,48	327,00
1951	407,99	380,00
1952	486,39	464,00
1953	586,24	549,56

Situação por quinquênio a partir de 1936

**ÍNDICE DE
ELEVAÇÃO
DOS 18 PRO-
DUTOS BÁ-
SICOS DA
ALIMENTA-
ÇÃO**

Os 18 produtos básicos da alimentação aí se alinham, contando-nos um pouco da história da elevação do custo de vida.

As elevações mais violentas verificaram-se nos preços do milho que subiu 1 133%, da carne verde cujo preço se elevou 1 100% do café que aumentou 973%, do charque com a elevação de 907% e do sal cujo preço, em 1953, representa 900% sobre 1936. O milho e a carne verde comandaram o aumento. Relacionados entre si por ser o primeiro um dos meios de alimentação do gado que produz a segunda, têm a posição mais elevada na angústia dos assalariados. O café a que atribuem o espantoso aumento do custo da vida, ocupava em 1953, o terceiro lugar, em relação a 1936.

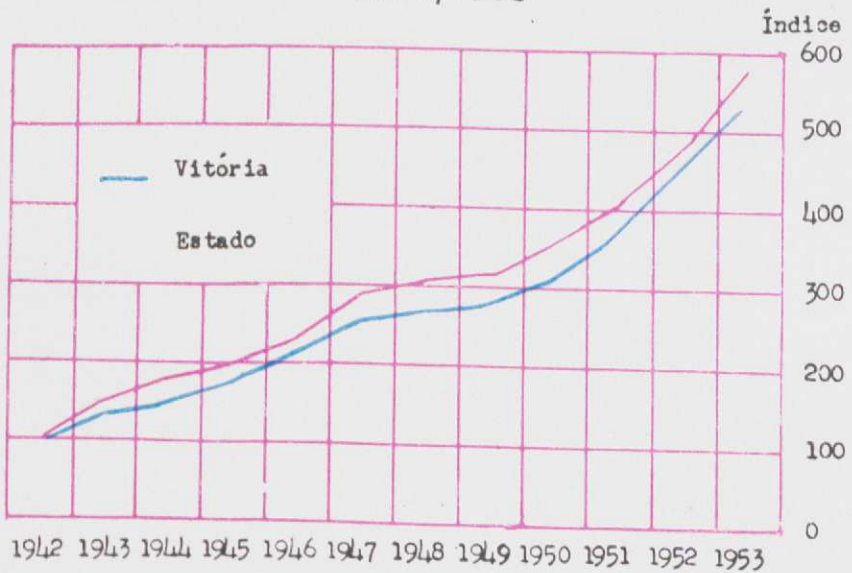
Se considerarmos a situação entre os dois últimos anos, constatamos com prazer que três produtos experimentaram queda de preço — a farinha

CUSTO DE VIDA

ÍNDICE DO CUSTO DA ALIMENTAÇÃO

(18 produtos básicos) — VITÓRIA E ESTADO

CONFRONTO GRÁFICO ENTRE A ELEVAÇÃO DO
CONJUNTO DOS PREÇOS DOS 18 PRODUTOS
BÁSICOS DA ALIMENTAÇÃO NO
ESTADO E EM VITÓRIA
1942 / 1953



de mandioca, o feijão e a manteiga. A queda do preço da farinha recorda-nos as providências do Governo na montagem de grandes fábricas para restabelecer, no Espírito Santo, sua tradição de grande produtor dessa mercadoria de inestimável influência na alimentação de sua população. O feijão teve maior safra em 1953, forçando a baixa de preço, sobretudo pelas razões já alegadas em comentário anterior. Na manteiga deve-se ao fato de não ter havido as mesmas faltas de 1952, fazendo-nos lembrar a instalação de usinas de laticínios, em vários pontos do Estado, de iniciativa do Governo e as instalações do frigorífico, em Vitória, atribuindo situação especial aos produtores de laticínios com instalações próprias junto ao frigorífico da Capital.

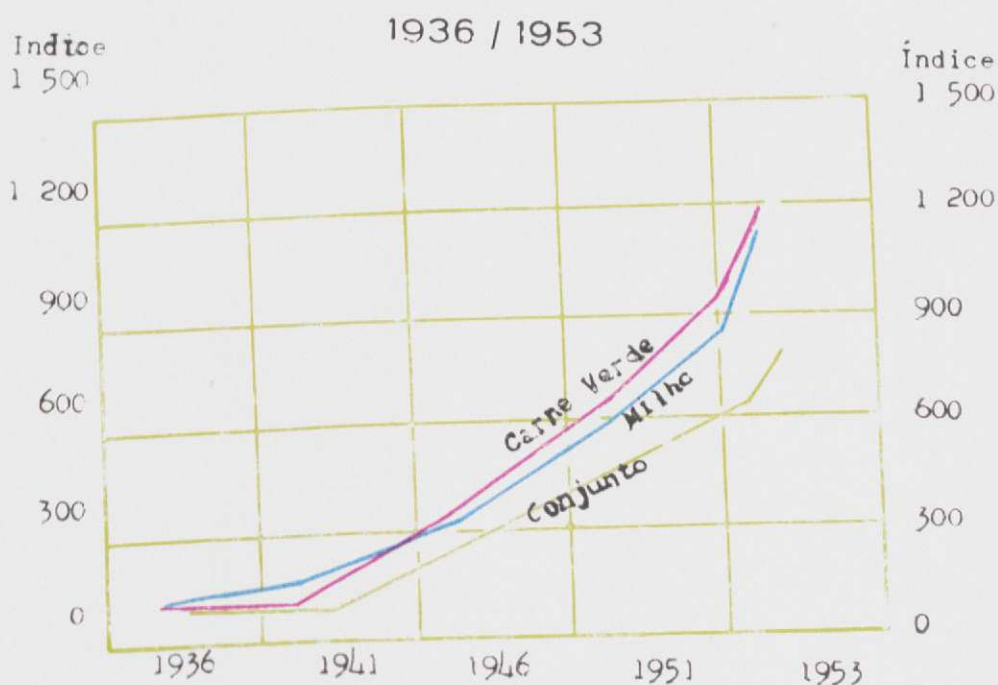
Os produtos que menor elevação tiveram foram o pão e o leite, com 261% e 288%, respectivamente. Já entre os dois últimos anos, isto é, entre 1952 e 1953, experimentaram sensível acréscimo.

ÍNDICE DE ELEVAÇÃO DOS 18 PRODUTOS

BÁSICOS DA ALIMENTAÇÃO

Situação por quinquênio a partir de 1936

COMPARAÇÃO GRÁFICA ENTRE A ELEVAÇÃO DO CONJUNTO DOS PREÇOS DOS 18 PRODUTOS E DOS DOIS PRODUTOS QUE MAIS SE ELEVARAM



**ÍNDICE DE ELEVAÇÃO DOS PREÇOS DOS 18 PRODUTOS
BÁSICOS NA ALIMENTAÇÃO — 1936-1953 — VITÓRIA**

TABELA XIX

PRODUTOS	UNI. ADO.	PREÇO MÉDIO ANUAL (Cr\$)						ÍNDICE BASE (1936-1953)					
		1936		1941		1946		1951		1952		1953	
		1936	1941	1936	1941	1946	1951	1936	1941	1946	1951	1952	1953
Açúcar branco de 1. ^a	Kg	1,10	1,30	3,90	5,20	5,40	5,60	100,00	113,10	354,55	472,73	490,91	509,09
Arroz de qualidade média	Kg	1,20	1,60	3,30	5,00	5,70	10,60	100,00	3,33	275,00	416,67	475,00	883,33
Banha enlatada	Kg	4,50	4,70	12,30	20,00	22,30	31,30	100,00	104,44	273,23	444,44	495,56	695,56
Batata inglesa	Kg	0,90	1,10	3,20	4,90	5,50	7,70	100,00	122,22	255,56	544,44	611,11	855,56
Café em pó	Kg	3,00	3,30	8,50	30,30	30,90	32,20	100,00	110,00	283,33	1 010,00	1 030,00	1 073,33
Carne verde de 1. ^a	Kg	1,40	2,00	4,90	9,20	13,00	16,80	100,00	142,86	350,00	637,14	928,57	1 200,00
Cebola	Kg	1,90	3,70	4,70	6,50	6,10	13,50	100,00	194,74	247,37	342,11	321,05	710,53
Charque de 1. ^a	Kg	2,80	4,20	12,50	17,40	24,20	28,20	100,00	150,00	446,43	621,43	864,29	1 007,14
Farinha de mandioca	Kg	0,50	0,40	1,50	2,50	4,70	4,30	100,00	80,00	300,00	500,00	940,00	860,00
Farinha de trigo	Kg	1,30	1,80	4,60	6,50	6,90	8,10	100,00	133,46	353,85	500,00	530,77	623,00
Feijão preto bom	Kg	0,80	1,70	1,60	3,60	6,50	6,10	100,00	150,00	200,00	450,00	812,50	762,50
Leite fresco	litro	0,90	0,70	1,80	2,50	3,30	3,50	100,00	77,76	200,00	277,78	366,67	388,89
Manteiga de mesa salgada	Kg	8,80	9,00	24,80	43,50	47,70	45,20	100,00	102,27	281,82	494,32	542,05	513,64
Milho amarelo em grão	Kg	0,30	0,40	1,20	2,20	3,10	3,70	100,00	133,33	400,00	733,33	1 033,33	1 233,33
Ovos	dúzia	2,10	2,10	7,30	11,20	12,10	16,90	100,00	100,00	347,62	533,33	576,19	804,76
Pão	Kg	1,80	1,60	5,10	6,70	6,20	6,50	100,00	83,59	285,33	372,22	344,44	361,11
Sal comum de coz.	Kg	0,30	0,50	1,00	1,50	2,20	3,00	100,00	166,67	333,33	600,00	733,33	1 000,00
Torcinho salgado	Kg	2,90	3,20	8,10	14,40	15,80	20,70	100,00	110,34	279,31	436,55	544,83	713,79
Índ. artm. simp.	—	—	—	—	—	—	—	100,00	—	—	—	—	—

Um confronto dos dados da tabela nos leva facilmente à conclusão de que continuam em franca ascensão a expansão monetária em nosso Estado. Com o capital integralmente realizado, nossos estabelecimentos bancários realizaram empréstimos no valor aproximado de 1 bilhão e 200 milhões de cruzeiros em cotas quase equivalentes para os em Letras Descontadas e os em Contas Correntes, levando os primeiros ligeira vantagem sobre os segundos. Os depósitos acusaram um saldo de 903 milhões de cruzeiros, com um acréscimo de 13% sobre o ano anterior. Do total registrado, 693 milhões foram devidos às operações a vista, seguindo-se em ordem decrescente, os depósitos a prazo fixo e com aviso prévio. O gráfico abaixo detalha melhor o comportamento do fenômeno.

**MOVIMENTO
BANCARIO**

Estado do Espírito Santo
MOVIMENTO BANCÁRIO

Principais Contas

1944 / 1953



MOVIMENTO BANCARIO

ESTADO

1943/1953

TABELA XX

SALDOS EM 30 — IX — (Cr\$ 1 000)

PRINCIPAIS CONTAS	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953
ATIVO											
CAPITAL A REALIZAR	—	—	—	—	—	—	30	7 442	6 835	1 567	—
EMPRÉSTIMOS	135 150	214 123	291 123	392 239	324 039	341 532	388 549	440 158	676 163	769 362	1 176 901
Em letras descontadas	73 980	95 484	130 438	167 640	166 498	158 265	176 870	248 770	359 386	426 190	610 557
Em letras correntes	61 170	118 639	160 685	224 599	157 541	183 267	211 679	191 388	316 777	343 172	566 344
CORRESPONDENTE NO EXTERIOR ..	18 730	15 778	—	—	31	—	2	—	638	1 168	44
CAIXA EM MOEDA CORRENTE	12 264	15 555	17 917	26 595	29 712	32 597	40 969	55 311	64 658	70 870	96 452
OUTRAS CONTAS	331 446	518 441	622 026	803 136	899 031	1 016 845	1 159 636	1 386 106	1 734 361	2 229 520	3 651 253
TOTAL	497 590	763 897	931 066	1 221 970	1 252 813	1 390 974	1 589 186	1 889 017	2 482 645	3 072 487	4 924 650
PASSIVO											
CAPITAL SUBSCRITO	5 300	5 300	5 300	5 300	5 900	6 450	7 850	23 250	31 250	31 250	31 250
FUNDO DE RESERVA	385	745	1 723	2 079	2 568	3 065	3 688	4 729	6 723	12 462	16 652
DEPÓSITOS	113 979	194 450	258 009	340 806	313 727	363 226	442 075	705 084	781 975	795 634	902 722
DEPÓSITOS A VISTA	88 809	155 656	186 440	239 750	199 037	227 463	295 580	501 167	542 170	586 055	693 173
Com juros	40 799	74 365	41 420	48 942	31 016	30 583	42 155	93 419	96 530	96 362	130 660
Limitados	43 392	74 748	30 790	36 314	31 472	34 143	39 637	81 118	137 357	121 432	98 648
Populares	—	—	74 815	105 498	92 035	101 552	129 162	169 162	161 419	259 304	329 234
Sem juros	4 618	6 543	7 577	6 717	4 291	5 261	5 091	5 639	6 458	5 751	7 673
De poderes públicos	—	—	8 250	20 587	19 897	28 412	51 093	81 423	91 095	57 553	64 869
Bancários	—	—	23 588	21 692	20 326	27 512	28 442	64 850	49 311	45 653	62 089
DEPÓSITOS A PRAZO FIXO	25 170	38 794	53 841	68 607	77 900	94 304	101 014	130 036	133 873	145 755	148 156
DEPÓSITOS COM AVISO PRÉVIO	—	—	17 728	32 449	36 790	41 459	45 481	73 881	105 932	63 824	61 393
CORRESPONDENTE NO EXTERIOR ..	—	—	—	—	256	1 220	76	99	845	—	—
OUTRAS CONTAS	377 926	563 402	666 034	873 785	930 362	1 017 013	1 135 397	1 155 855	1 661 852	2 233 141	3 947 026
TOTAL	497 590	763 897	931 066	1 221 970	1 252 813	1 390 974	1 589 186	1 889 017	2 482 645	3 072 487	4 924 650

FONTE: — Seção de Estatística Econômica e Financeira do DEE.

Estado do Espírito Santo

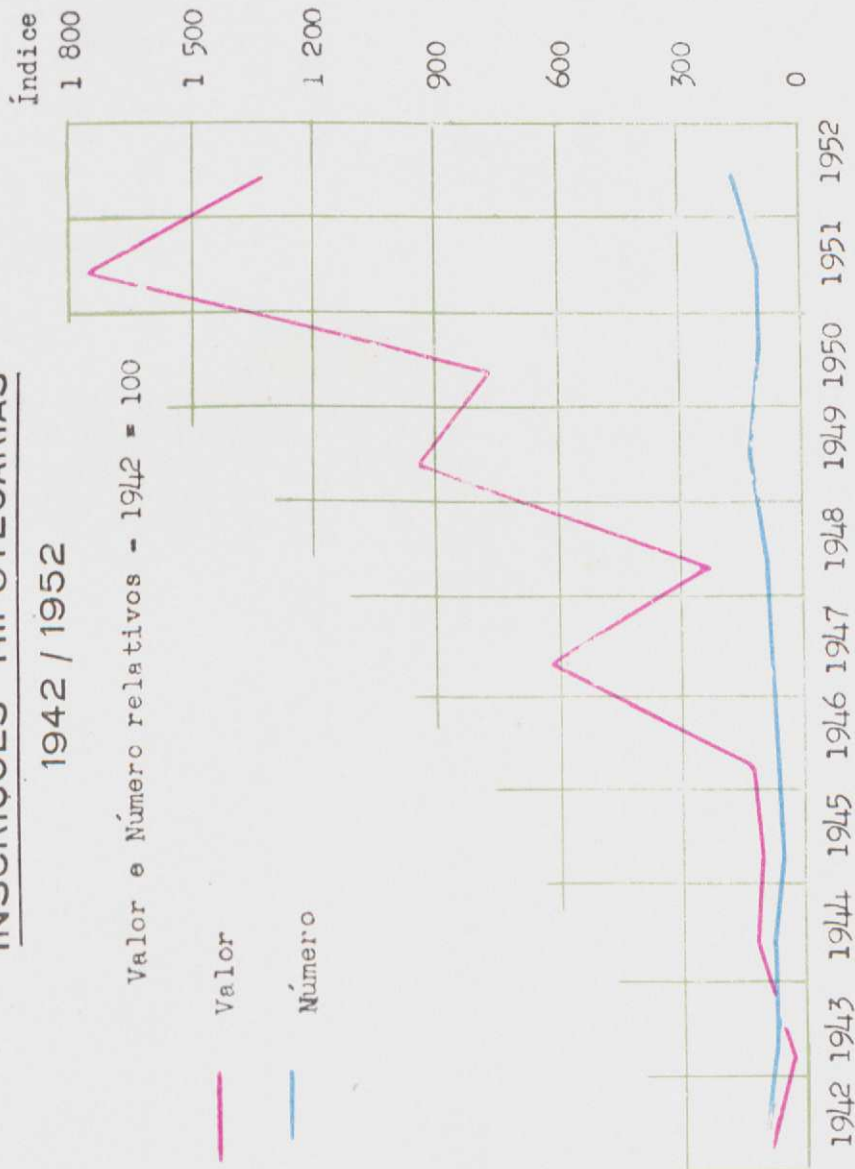
INSCRIÇÕES HIPOTECÁRIAS

1942 / 1952

Valor e Número relativos - 1942 = 100

Valor

Número



**INSCRIÇÕES
HIPOTECÁ-
RIAS**

A tabela XXI apresenta a marcha das inscrições hipotecárias no Estado de 1942 a 1952, podendo-se constatar que o número de registros se elevou de 92%, no período, enquanto que o valor teve um acréscimo de 1 216 (a), passando de três milhões cento e oitenta e quatro mil cruzeiros para quarenta e um milhões, oitocentos e noventa e cinco mil cruzeiros. A quantidade de inscrições subiu de 129 para 248 registros.

O aumento do custo da vida explica a parte da elevação para mais no valor, visto que os imóveis, como as demais utilidades, tiveram o seu preço grandemente inflacionado.

Verificando-se a situação no meio da série, constata-se que houve declínio em relação ao ano inicial, no que diz respeito ao número de inscrições, enquanto o valor marcava vinte milhões de cruzeiros ou seja, mais de seis vezes o valor inicial. Esse ano é o de 1947, o sexto da série.

As inscrições hipotecárias retratam, de certo modo, uma situação difícil para os proprietários, mas é necessário levar em conta a existência de carteiras imobiliárias que constroem casas residenciais pelo sistema de empréstimos hipotecários, concorrendo, sem dúvida, para o aumento que se observa.

INSCRIÇÕES HIPOTECÁRIAS NO ESTADO — 1942-1952
TABELA XXI

ANOS	NÚMERO		VALOR	
	Absoluto	Relativo 1942 - 100	Absoluto Cr\$ 1000	Relativo 1942 - 100
1942	129	100,00	3 184	100,00
1943	101	78,29	2 177	68,37
1944	118	91,47	4 136	129,90
1945	106	82,17	4 076	128 02
1946	104	80,62	4 457	171,39
1947	113	87,60	20 252	636 06
1948	118	91,47	7 556	237,30
1949	182	141,09	30 134	946,42
1950	170	131,78	24 828	779,77
1951	167	129,46	57 047	1 791,68
1952	248	192,25	41 895	1 315,80

**TRANSCRI-
ÇÕES DE
TRANSMIS-
SÕES DE
IMÓVEIS**

Verificando-se os registros da tabela XXII, pode-se observar que durante os treze anos da série houve um acréscimo de 156% (a), com 4 375 transcrições em 1940 e 11 196 em 1952. Em 1946, ano central da série, registra 9 890 transcrições, já com aumento de mais de 100%, sobre o ano inicial, havendo crescido menos aceleradamente desse ano em diante. Os relativos aí registram 225,06, ou uma elevação de 126%.

O valor apresenta um acréscimo muitas vezes superior, com 1 069%, passando de vinte e três milhões quatrocentos e trinta e sete cruzeiros em 1940 para duzentos setenta e três milhões novecentos e noventa e nove cruzeiros, elevando-se mais de dez vezes. A medida do aumento motivada pelo encarecimento da vida, poderíamos tomar pela majoração dos preços do conjunto dos 18 produtos, a qual é da ordem de 600% entre 1940 e 1952. Constata-se, então, que o acréscimo do valor dos imóveis foi superior ao que se verificou nesse conjunto.

A representação gráfica sobre o assunto é interessante elemento auxiliar na observação do fenômeno.

TRANSCRIÇÕES E TRANSMISSÕES DE

IMÓVEIS — 1940-1952

TABELA XXII

ANOS	NUMERO		VALOR	
	Absoluto	Relativo 1940 - 100	Absoluto (Cr\$ 1 000)	Relativo 1940 - 100
1940	4 375	100,00	23 437	100,00
1941	4 524	126,26	28 417	121,25
1942	5 925	135,43	42 027	179,32
1943	6 651	152,02	122 349	522,03
1944	9 158	209,33	62 195	265,37
1945	8 920	203,89	69 617	297,04
1946	9 890	226,06	101 945	434,97
1947	6 172	141,07	76 993	328,51
1948	6 823	155,95	78 498	334,93
1949	7 715	176,34	107 976	460,71
1950	9 435	215,66	170 800	728,76
1951	10 248	234,24	219 227	935,39
1952	11 196	255,91	273 999	1 169,09

Estado do Espírito Santo

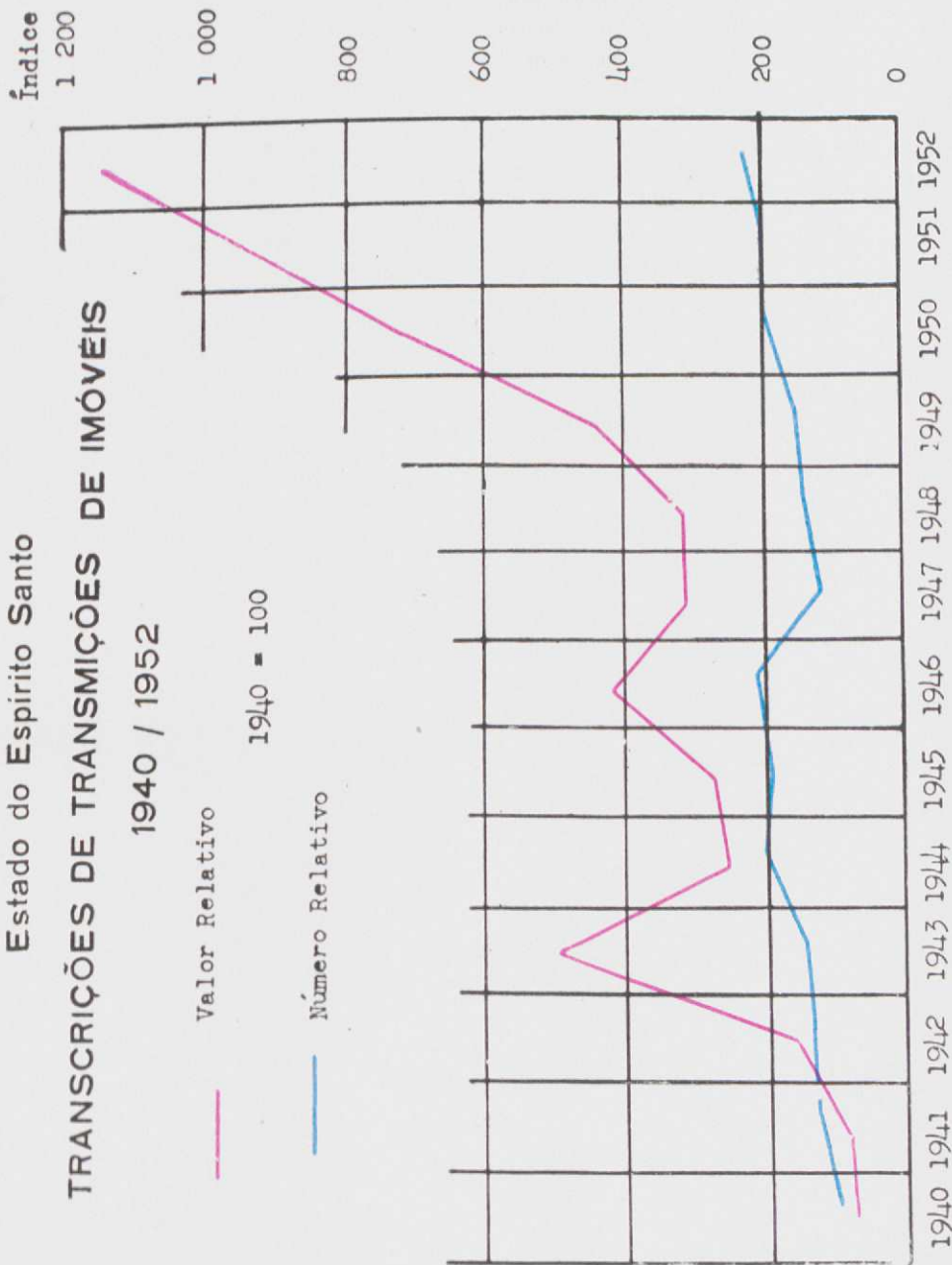
TRANSCRIÇÕES DE TRANSMISSÕES DE IMÓVEIS

1940 / 1952

Valor Relativo

1940 = 100

Número Relativo



Alinhando uma série de dados, em ordem cronológica, a tabela mostra-nos os registros das falências e concordatas concedidas e dos títulos protestados no período de 1930 a 1952, no Estado. No caso das falências e concordatas registra o ano inicial, o maior número, com 26, enquanto o ano de 1952 apresenta apenas 4. Houve, anos, como 1943 e 1946 em que só aparece um registro. Em relação ao valor, o maior registro verificou-se em 1950, apesar de haver apenas 4 ocorrências, seguindo-se o do ano inicial. O ano central da série acusa 5 ocorrências, com seis milhões de cruzeiros aproximadamente. Trata-se de 1941. Pode verificar-se que o ano de 1930 foi de abertura financeira, porque também os títulos protestados apresentam o seu maior número nesse ano, embora valores superiores sejam observados nos anos de 1948 e 1949. Registraram mais de mil protestos 1930, 1931, 1933, 1934, 1939, 1940, 1946, a 1949 e 1952. Apresentaram mais de cinco milhões de cruzeiros os anos de 1930, 1931, 1947, 1948, 1949, 1951 e 1952. O ano central ou 1941, não chegou a registrar um milhão de cruzeiros de títulos. O menor número de ocorrências verificou-se em 1944, com 245 apenas e o menor valor teve lugar em 1943.

As representações gráficas sobre o assunto auxiliam na observação da marcha dos fenômenos que estão sendo estudados.

**FALÊNCIAS
E CONCOR-
DATAS E TÍ-
TULOS PRO-
TESTADOS**

FALÊNCIAS E CONCORDATAS CONCEDIDAS E TÍTULOS

PROTESTADOS NO ESTADO — 1930 - 1952

TABELA XXIII

ANOS	Falências e Concordatas		Títulos Protestados	
	Número	Valor (Cr\$ 1 000)	Número	Valor (Cr\$ 1 000)
1930	26	13 543	2 611	6 137
1931	16	2 180	1 931	5 320
1932	6	1 373	993	2 236
1933	14	2 810	1 014	2 161
1934	7	2 711	1 073	2 558
1935	6	553	870	1 646
1936	2	347	608	1 060
1937	2	75	605	1 006
1938	5	645	937	1.607...
1939	25	4 056	1 322	2 671
1940	15	5 863	1 046	1 804
1941	5	5 906	659	989
1942	5	7 081	707	1 177
1943	1	25	413	860

ANOS	Falências e Concordatas		Títulos Protestados	
	Número	Valor (Cr\$ 1 000)	Número	Valor (Cr\$ 1 000)
1944	2	(1) —	345	677
1945	4	2 883	511	1 692
1946	1	(1) —	1 018	3 544
1947	7	4 845	2 352	10 073
1948	5	1 605	2 098	10 142
1949	4	5 205	1 239	6 441
1950	4	14 670	597	3 449
1951	2	470	767	6 413
1952	4	5 683	1 282	9 224

Nota: (1) Sem o valor declarado.

ENSINO PRIMÁRIO GERAL NO ESTADO

Se remontarmos a 1934, vamos verificar que o número de unidades escolares era apenas de 833, naquele ano, compreendidas tôdas as entidades mantenedoras, e que as estaduais constituíam mais de 80% dêsse total. Embora houvesse oscilação durante o período, essa porcentagem não sofreu, praticamente, alteração, em relação ao último ano. Vemos o número de unidades crescer de 1934 a 1938, elevando-se nesse ano a 1069 e passar depois a menos de 1000, entre 1939 e 1944, e voltar a crescer sempre até o último ano. O decréscimo verificado, deverá ser levado à conta da criação de grupos escolares e escolas reunidas; embora devamos reconhecer que essa criação prossiga, ela se deve ter tornado mais intensa nesse período. Se se levar em consideração o número de classes e não o de unidades escolares, a situação será outra. Enquanto as estaduais variaram entre 686 no primeiro ano e 1 636 em 1952, as municipais eram 47 em 1934, atingiram 142 unidades em 1936, mantendo-se elevado o número até 1943, para decair, a partir do ano seguinte em que desceu a 15, chegando a 8 em 1947, em virtude do convênio de 1943, voltando ainda a aumentar, a partir de 1947, para atingir a 321, no último ano. Fato interessante ocorre com as escolas particulares que não tiveram praticamente qualquer acréscimo, nos 19 anos do período. Havia 100 em 1934, elevaram-se apenas até 121 em 1937 e eram apenas 110 em 1952. Essa situação sugere que as escolas particulares são, em sua maioria, instituições de existência efêmera, que surgem da necessidade de algumas pessoas, e que as encerram quanto têm possibilidade de exercer sua atividade em outro setor.

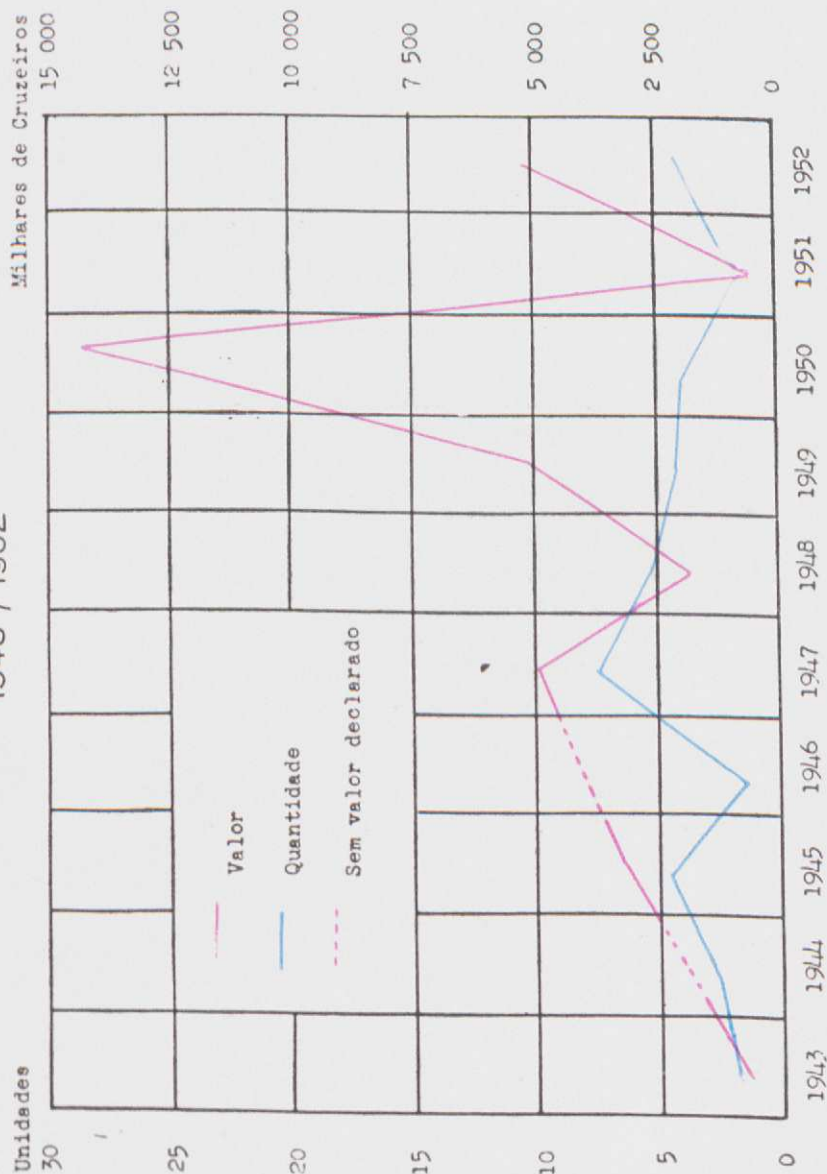
Considerando a matrícula geral e o corpo docente, verifica-se que havia em 1934, 42 alunos para cada professor, em 1943, 39 e em 1952, 38, decrescendo, como se vê, o número de alunos por mestre.

Se se verificar o número de aprovações em relação à frequência média, pode-se observar que em 1934 era de 44%, em 1943 de 50% (a) e em 1952 de 65% (a).

Estado do Espírito Santo

FALÊNCIAS E CONCORDATAS CONCEDIDAS

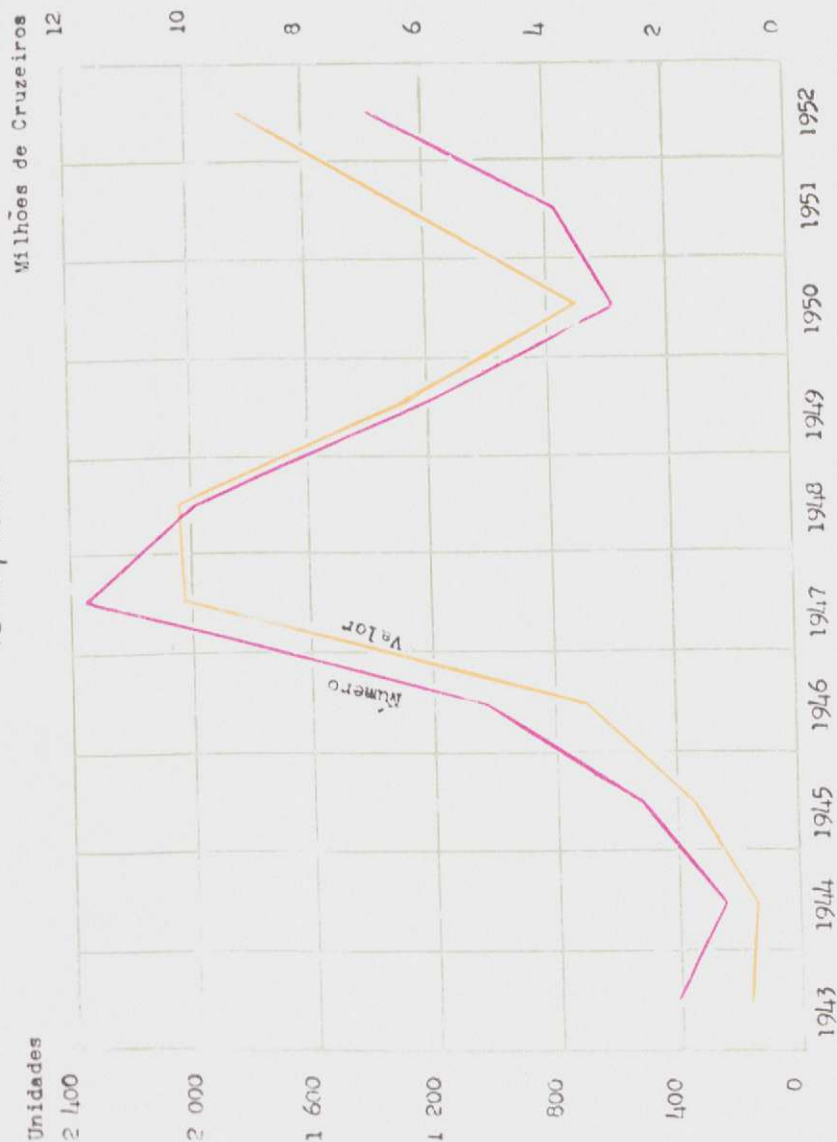
1943 / 1952



Estado do Espírito Santo

TÍTULOS PROTESTADOS

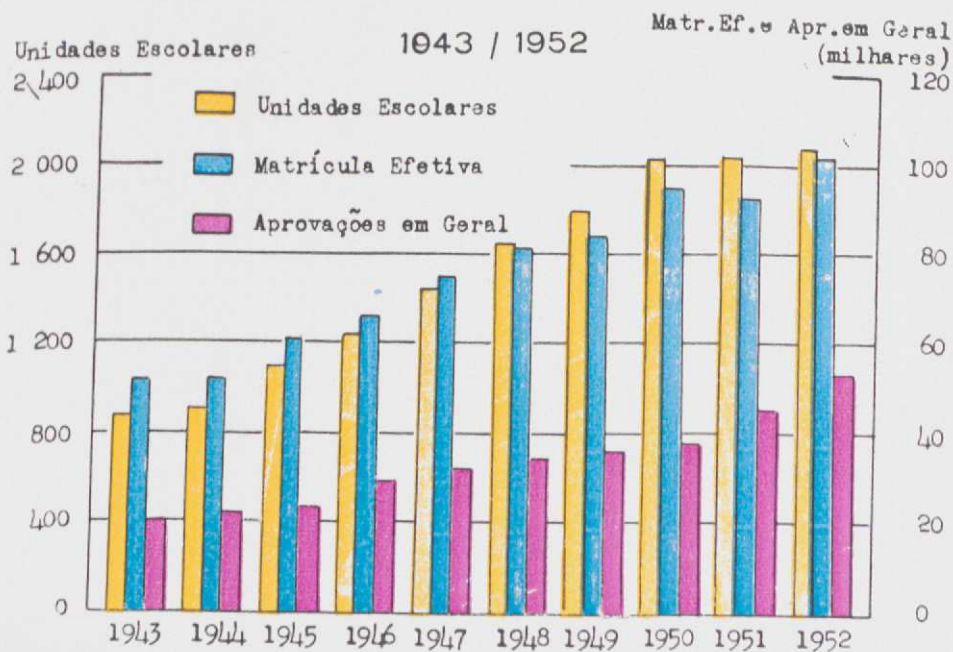
1943 / 1952



ENSINO PRIMÁRIO GERAL

Unidades Escolares, Matricula Efetiva e

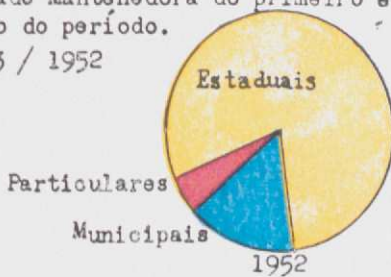
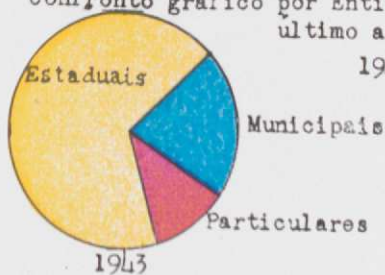
Aprovações em Geral



UNIDADES ESCOLARES

Confronto gráfico por Entidade Mantenedora do primeiro e ultimo ano do período.

1943 / 1952



As conclusões de cursos consideradas sobre a matrícula efetiva representavam em 1934, 3%, em 1943, 6% e em 1952, 8% (a).

Os relativos alinhados sugerem-nos que a qualidade do ensino vem melhorando acentuadamente, pois a porcentagem de aprovações gerais, onde estão incluídas as conclusões de curso, teve um acréscimo de 21% sobre a do ano inicial do período e de 15% sobre o ano que divide o período ao meio. As conclusões de curso aumentaram de 5% sobre o ano inicial e de 2% sobre o intermediário.

As tabelas que comentamos ligeiramente apresentam séries interessantes para observação dos estudiosos do problema do ensino primário no Estado. A análise gráfica também habilita o observador a uma visão rápida da marcha do fenômeno.

ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO — RESUMO GERAL

1934/1952 — TABELA XXIV

ANOS	Unidades Escolares	Corpo de Docentes	MATRÍCULA		Frequência média	Aprovações em Geral	Conclusões de curso
			Geral	Efetiva			
1934	833	1 195	48 757	43 637	32 120	14 550	1 509
1935	873	1 410	51 478	46 089	34 432	16 454	1 653
1936	961	1 609	57 884	50 314	38 294	17 316	2 053
1937	1 106	1 824	63 929	57 107	41 863	18 660	2 005
1938	1 069	1 759	71 217	62 819	44 429	22 013	2 111
1939	981	1 677	72 424	65 227	47 044	26 918	3 920
1940	925	1 652	68 663	59 851	44 227	21 553	3 111
1941	920	1 606	67 148	58 043	43 407	21 041	3 157
1942	925	1 606	66 546	57 018	44 152	23 823	3 574
1943	884	1 520	60 174	51 710	40 104	19 881	3 256
1944	915	1 563	60 240	52 123	40 256	21 999	3 856
1945	1 101	1 787	69 565	61 435	47 632	23 333	3 828
1946	1 203	1 983	76 152	66 129	52 291	28 854	4 562
1947	1 428	2 225	84 051	74 808	58 417	32 324	4 938
1948	1 629	2 430	93 894	81 017	63 831	34 835	5 352
1949	1 808	2 604	98 069	84 301	66 174	35 853	5 959
1950	2 020	2 887	108 616	94 555	75 226	37 942	6 603
1951	2 025	2 930	106 201	92 880	73 847	44 519	7 361
1952	2 067	3 009	116 709	100 768	81 074	52 589	7 860

Secção de Estatística Educacional e Cultural.

Observação: o registro relativo ao ano de 1952, está sujeito a retificação.

ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO — 1934-1952
UNIDADES ESCOLARES E MATRÍCULA EFETIVA.

TABELA XXV

ANOS	UNIDADES ESCOLARES				MATRÍCULA EFETIVA			
	Total	Estaduais	Municipais	Particulares	Total	Estaduais	Municipais	Particulares
1934	833	686	47	100	43 637	37 457	1 833	4 347
1935	873	706	57	110	46 089	38 883	2 124	5 082
1936	961	717	142	102	50 314	30 161	5 467	4 686
1937	1 106	789	196	121	57 107	44 086	7 590	5 431
1938	1 069	834	139	96	62 819	52 475	5 493	4 851
1939	981	770	125	86	65 227	55 808	5 401	4 018
1940	925	719	135	71	59 851	50 577	5 811	3 463
1941	920	642	203	75	58 043	45 771	8 877	3 395
1942	925	635	209	81	57 018	43 929	9 073	4 016
1943	884	593	189	102	51 710	39 291	7 627	4 792
1944	915	814	15	86	52 128	47 143	616	4 369
1945	1 101	1 019	13	69	61 435	57 098	477	3 860
1946	1 203	1 122	10	71	66 129	61 801	381	3 947
1947	1 428	1 345	8	75	74 808	70 494	325	3 989
1948	1 629	1 476	55	98	81 017	74 324	1 921	4 772
1949	1 808	1 535	154	119	84 301	73 716	5 443	5 142
1950	2 020	1 652	252	116	94 555	80 978	8 372	5 205
1951	2 025	1 595	331	99	92 880	77 013	10 930	4 937
1952	2 067	1 636	321	110	100 765	84 608	10 928	5 232

ENSINO PRIMÁRIO NO ESTADO — 1934-1952
FREQUENCIA MEDIA E APROVAÇÃO GERAL.

TABELA XXVI

ANOS	FREQUENCIA MEDIA				APROVAÇÕES EM GERAL			
	Total	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Escolas Particulares	Total	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Escolas Particulares
1934	32 120	27 371	1 413	3 336	14 550	12 405	396	1 749
1935	32 432	28 842	1 606	3 984	16 454	13 341	499	2 614
1936	38 294	30 261	4 284	3 749	17 316	13 998	1 187	2 131
1937	41 868	32 079	5 559	4 230	18 660	14 407	1 699	2 554
1938	44 429	36 598	4 092	3 739	22 013	18 155	1 543	2 315
1939	47 044	39 903	3 912	3 229	26 918	22 305	1 650	2 963
1940	44 227	36 927	4 512	2 788	21 553	17 577	1 925	1 751
1941	43 407	33 936	6 667	2 804	21 041	16 607	2 290	2 144
1942	44 152	33 742	7 042	3 368	23 823	18 936	2 414	2 473
1943	40 104	30 390	5 812	3 902	19 881	15 260	2 113	2 508
1944	40 256	36 129	518	3 609	21 999	14 014	221	2 764
1945	47 632	43 899	422	3 211	23 333	20 919	132	2 282
1946	52 291	48 586	314	3 391	28 854	25 869	133	2 852
1947	58 417	54 691	276	3 450	32 324	29 157	125	3 042
1948	63 831	58 333	1 503	3 995	34 835	31 398	487	2 950
1949	66 174	57 814	4 093	4 267	35 853	31 186	1 458	3 209
1950	75 226	64 147	6 704	4 375	37 942	32 222	2 377	3 343
1951	73 847	61 079	8 658	4 110	44 519	38 306	3 090	3 123
1952	81 074	58 024	8 702	4 348	52 589	46 276	3 273	3 040

A) Receita arrecadada, no Estado, nas três esferas administrativas.

**FINANÇAS
PÚBLICAS**

A tabela XXVII registra a receita arrecadada, pelas três esferas administrativas, no Estado, no período de 1930 a 1953, onde podemos verificar que no primeiro ano apresenta os números de 6 948 mil cruzeiros, 27 375 e 5 848, respectivamente, para a União, o Estado e os Municípios e que no último ano, ou seja em 1952, eram de 84 694, 363 810 e 75 196 milhares de cruzeiros.

O crescimento percentual nos vinte e três anos do período foi de 1 133 para a União, 1 225 para o Estado e 1 186 para a arrecadação municipal.

A receita total era composta em 1930, na mesma ordem, por 17, 68 e 15%, passando em 1952 para 16, 70 (a) e 14%. Se verificarmos as percentagens do meio do período, ou seja em 1941, constatamos que eram de 16,66 (a) e 18. Apresentava aí a arrecadação municipal que atingiu o máximo em 1942, com 20%, melhor situação. Neste ano o Estado teve sua menor percentagem representada por 60, registrando a União também 20%. O Estado obteve a melhor percentagem em 1937 com 77% (a). A União obteve percentagem excepcional em 1947, alcançando 23% e a menor em 1936, com 9% (a). Também a arrecadação municipal teve o seu mínimo em 9% (a), no ano de 1935.

Os estudiosos do assunto encontrarão na tabela e representação gráfica, valioso subsídio.

RECEITA PÚBLICA ARRECADADA NO ESTADO NAS TRÊS ESFERAS
ADMINISTRATIVAS — 1930/1952

TABELA XXVII

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr\$ 1 000)				PERCENTAGEM %			
	União	Estado	Município	Total	União	Estado	Município	Total
1930	6 948	27 375	5 848	40 171	17,29	68,15	14,56	100,00
1931	6 996	31 744	5 332	44 572	15,69	71,23	13,08	100,00
1932	6 711	39 616	7 274	53 601	12,52	73,91	13,57	100,00
1933	8 543	25 961	6 588	41 092	20,79	63,18	16,03	100,00
1934	6 346	34 864	6 490	47 703	13,30	73,06	13,64	100,00
1935	7 777	63 346	6 680	77 803	10,00	81,42	8,58	100,00
1936	6 291	60 435	6 826	73 552	8,55	82,17	9,28	100,00
1937	7 963	53 832	8 349	70 144	11,35	76,75	11,90	100,00
1938	8 755	38 445	9 263	56 463	15,57	67,97	16,46	100,00
1939	8 583	41 290	9 585	59 458	14,45	69,43	16,12	100,00
1940	8 163	33 455	9 924	51 542	15,84	64,91	19,25	100,00
1941	10 154	40 661	11 242	63 057	16,36	65,52	18,12	100,00
1942	11 751	34 569	11 594	57 904	20,29	59,70	20,01	100,00
1943	13 424	58 531	12 822	84 777	15,83	69,05	15,12	100,00
1944	20 089	80 314	14 036	114 439	17,55	70,18	12,27	100,00
1945	26 710	97 461	15 633	139 804	19,11	69,71	11,18	100,00
1946	34 629	130 926	17 885	183 500	18,87	71,39	9,74	100,00
1947	36 384	101 014	20 188	157 586	23,08	64,10	12,82	100,00
1948	38 949	142 235	26 472	207 656	18,75	68,50	12,75	100,00
1949	42 941	229 314	47 915	320 171	13,41	71,62	14,97	100,00
1950	58 761	263 604	48 693	271 058	15,83	71,04	13,13	100,00
1951	76 493	343 241	54 479	474 213	16,13	72,38	11,49	100,00
1952	84 694 (1)	363 810	75 196 (1)	523 700 (1)	16,17	69,47	14,36	100,00

FONTE: Serviço de Sistematização da Sec. de Est. Físio Demográficas Sociais e Político Administrativas.

Nota: (1) — Dados sujeitos a retificação.

Milhões de Cruzeiros

Milhões de Cruzeiros

CONFRONTO GRÁFICO ENTRE AS ARRECADACÕES FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

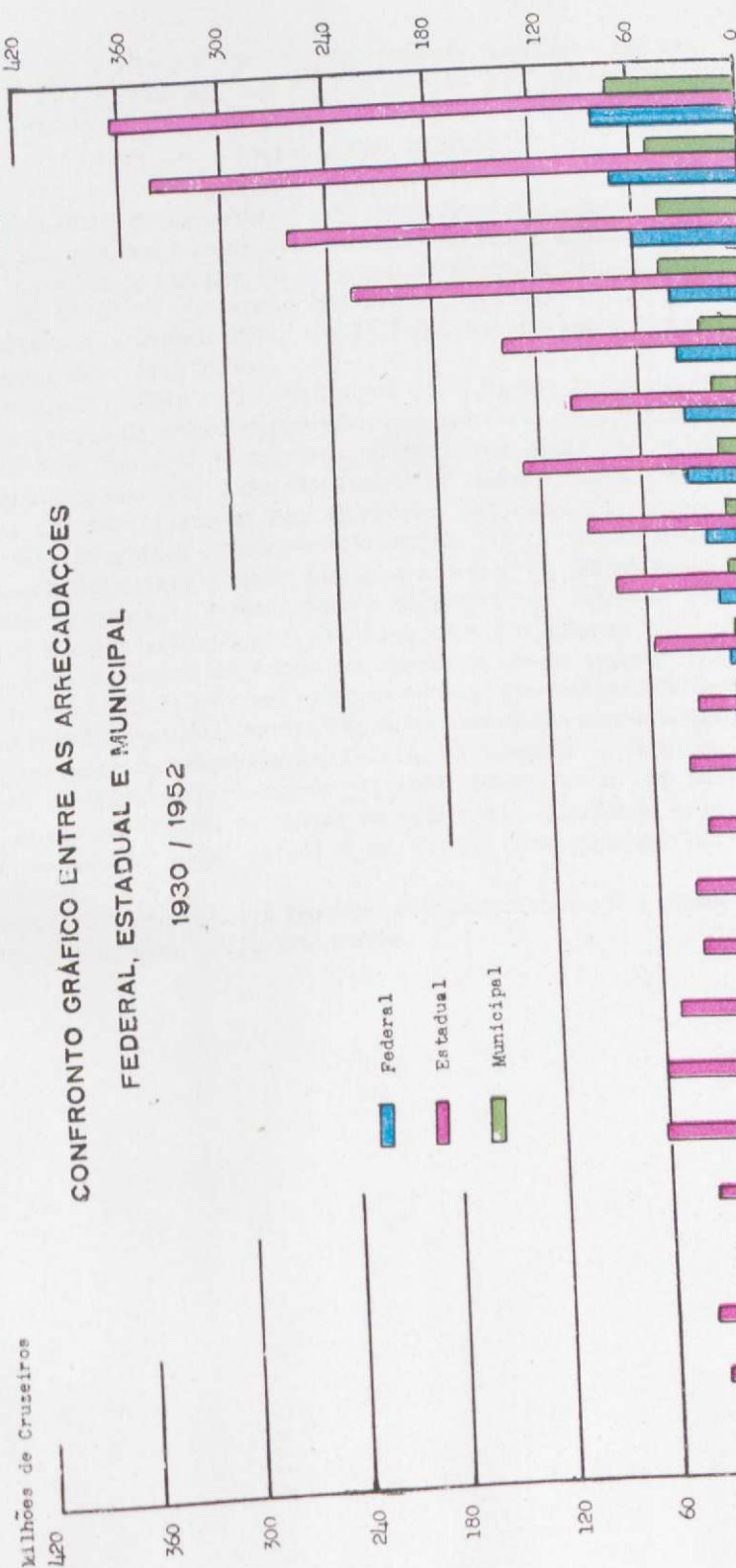
1930 / 1952

Federal

Estadual

Municipal

1930 1931 1932 1933 1934 1935 1936 1937 1938 1939 1940 1941 1942 1943 1944 1945 1946 1947 1948 1949 1950 1951 1952



B) Movimento financeiro das unidades federadas e dos municípios das capitais, com exceção dos territórios.

Média anual do quinquênio 1948/1952

A tabela XXVIII apresenta o movimento financeiro das unidades federadas e suas capitais, estabelecendo um confronto com o Espírito Santo e Vitória. Os números representam a média da receita e despesa, bem como do saldo ou déficit, do período 1948/1952.

Classificou-se o Espírito Santo em 9.º lugar, na arrecadação média anual do quinquênio, com 268 441.

Considerando o déficit médio, verificamos que o Espírito Santo apesar de estar em período de grades empreendimentos, apresenta no quinquênio, a média de 5 396 milhares de cruzeiros, enquanto São Paulo teve o de quase 2 bilhões de cruzeiros, o Distrito Federal 100 milhões, Minas Gerais 236 milhões (a), Rio Grande do Sul, 42 milhões (a), Bahia, 35 milhões, Rio de Janeiro, 31 milhões, Pernambuco, 13 milhões e o Ceará com muito menor arrecadação do que o nosso Estado apresentou um déficit médio de 13 milhões de cruzeiros. Unidade como o Amazonas, com menos de um terço da nossa arrecadação, teve um déficit superior a 5 milhões.

Examinada a situação de Vitória em relação às demais capitais, verifica-se que dez sedes de governos estaduais tiveram arrecadação inferior à da capital Espírito -Santense. Apenas três capitais brasileiras apresentaram saldos e, assim mesmo, insignificantes: Cuiabá, Florianópolis e Natal, 82, 102, 789 mil cruzeiros, respectivamente. O nosso déficit foi de 663 mil cruzeiros; 12 capitais tiveram um déficit superior a essa quantia, e, entre elas, 3 de arrecadação menor do que a de Vitória, como Manaus, João Pessoa e Maceió.

Os resultados numéricos e a representação gráfica auxiliam a observação do fenômeno, completando esta análise.

FINANÇAS PÚBLICAS

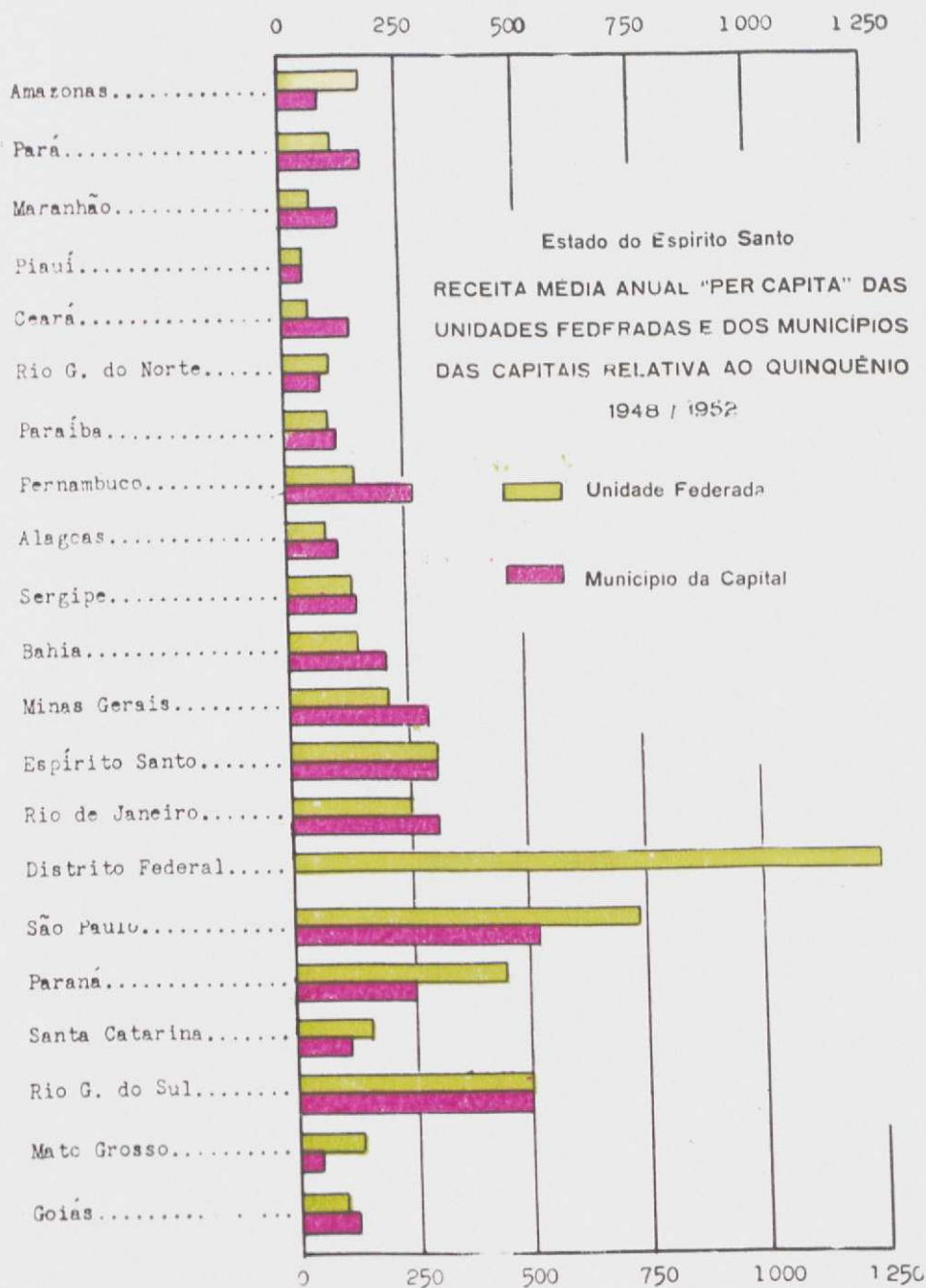
MOVIMENTO FINANCEIRO DAS UNIDADES FEDERADAS E DOS MUNICÍPIOS DA CAPITAL — MÉDIA 1938/1952.

TABELA XXVIII

		RECEITA, DESPESA E SALDO OU DÉFICIT (Cr\$ 1 000)				
UNIDADES	Unidades Federadas			Municípios da Capital		
FEDERADAS	Receita	Despesa	Saldo ou déficit	Receita	Despesa	Saldo ou déficit
Amazonas	87 970	93 023	— 5 350	12 819	14 024	— 1 205
Pará	126 924	120 847	+ 6 077	48 373	54 370	— 5 997
Maranhão	90 969	91 823	— 854	14 312	14 382	— 70
Piauí	64 685	63 477	+ 1 208	4 610	5 154	— 544
Ceará	161 669	174 747	— 13 078	39 258	43 632	— 4 374
R. G. do Norte	92 509	94 792	— 2 283	8 921	8 132	+ 789
Paraíba	170 404	167 533	+ 2 871	13 994	14 826	— 832
Pernambuco	497 989	514 510	— 16 521	141 439	144 567	— 3 128
Alagoas	99 982	103 940	— 3 958	13 649	14 578	— 929
Sergipe	85 365	82 176	+ 3 189	11 654	11 817	— 163
Bahia	717 652	753 030	— 35 378	88 414	103 818	— 15 404
Minas Gerais	1 611 654	1 847 335	— 235 681	106 858	136 678	— 29 820
Esp. Santo	268 441	273 837	— 5 396	16 081	16 744	— 663
Rio de Janeiro	568 323	599 817	— 31 494	58 503	64 097	— 5 594
Distrito Federal	2 983 939	3 083 991	— 100 052			
São Paulo	6 780 883	8 625 016	— 1 844 133	1 157 009	1 327 236	— 170 227
Paraná	954 779	908 767	+ 46 012	44 296	62 568	— 18 272
Santa Catarina	249 900	252 000	— 2 100	7 948	7 846	+ 102
R. G. do Sul	2 104 714	2 146 267	— 41 553	197 581	207 182	— 9 601
Mato Grosso	73 897	71 472	+ 2 425	3 048	2 966	- 82
Goiás	118 296	118 519	— 223	6 577	6 627	— 50
BRASIL	17 910 944	20 186 919	— 2 275 975	1 995 344	2 261 244	— 265 900

FONTE: Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

NOTA: Não está incluído o movimento dos Territórios, com as capitais.



SERVIÇO JURÍDICO

Dentro das atribuições que lhe foram conferidas, o Serviço Jurídico, integrado por eficiente equipe de advogados habilitados, vem-se desincumbindo satisfatoriamente da representação do Estado, em Juízo, assim ativa como passiva, em várias comarcas do Interior e nas instâncias judiciais, além de prestar sua cooperação útil nas funções consultivas que, por lei, lhe são próprias.

No decorrer do ano de 1953, funcionou o Serviço Jurídico, em defesa dos direitos e interesses do Estado, nos processos e atos que abaixo se discriminam, em número superior, como se confronta, ao do movimento de 1952:

	1 953		1 952
Ações ordinárias	113	—	5
Vistorias	5	—	3
Justificações	20	—	11
Mandados de Segurança	15	—	4
Vist. ad perpet. rei memoriam	5	—	—
Acidentes do Trabalho	5	—	1
Protestos	5	—	2
Usucapião	4	—	—
Reclamações	5	—	3
Execução de sentenças	3	—	—
Interpelações	2	—	—
Ação de Demarcação	1	—	1
Ação Cominatória	1	—	2
Imissão de Posse	1	—	1
Consignação em pagamento	1	—	—
Interdito proibitório	1	—	—
Reintegração de Posse	4	—	—
Indenizações	1	—	—
Anulação de lançamento	1	—	—

Não se incluem, na relação acima, os recursos vários, bem como os pareceres, em número de 96, ofícios, portarias, minutas de contratos e escrituras públicas assinadas pelo Estado, e as inúmeras consultas a que teve de responder o Serviço Jurídico, dentro das atribuições que lhe são cometidas.

RÁDIO ESPÍRITO SANTO

A Rádio Espírito Santo continua em franco desenvolvimento, atendendo às suas finalidades, como veículo de cultura e propaganda das riquezas e possibilidades do Estado.

Com o equipamento técnico de que dispõe, servida de um transmissor de 10 Kws de ondas médias e outro com 30 Wts, de Frequência Modulada, instalado em carro próprio, a emissora oficial vai ampliando suas atividades no campo da rádio difusão, tendo feito, no decorrer de 1953, cinquenta e três irradiações externas, inclusive algumas diretamente de São Paulo e da Capital Federal.

No setor das atividades artísticas, a zelosa Direção da Rádio continua o seu esforço louvável, timbrando em dar maior incremento aos programas de rádio-teatro, e estimulando, por todos os meios, o desenvolvimento da nossa música popular.

A receita da emissora, em 1953, atingiu à cifra de Cr\$ 2 417 020,60, contra Cr\$ 2 007 764,80 do ano de 1952. A despesa realizada, no corrente exercício, foi de Cr\$ 2 484 714,70, acusando-se, assim, um deficit de Cr\$ 67 694,10.

A publicidade comercial continua a indicar a crescente aceitação e preferência que o nosso comércio e indústria emprestam à PRI-9, bastando salientar que, em 1953, só na praça de Vitória, a produção foi de Cr\$ 1 251 977,30, superior, portanto, à do ano passado.

A receita publicitária total, em 1953, orçou em Cr\$ 2 417 020,60, o que indica um acréscimo de Cr\$ 409 255,80 sobre a receita geral do ano anterior.

Ressalte-se que, segundo inventário, a Rádio Espírito Santo possui, em bens imóveis, material técnico e outros, um acervo de aproximadamente dois milhões de cruzeros, fato que comprova a segurança de sua posição financeira.

MINISTÉRIO PÚBLICO

Nesse departamento da administração, por sua natureza encarregado de velar pela aplicação da lei e defender a sociedade, decorreram os serviços sem alteração de maior monta. Há, porém, necessidade de modificar-se a lei que estrutura o Ministério Público e sua secretaria e esperamos voltar oportunamente à presença da Assembléia Legislativa, para cuidar do assunto. Entre as providências que continuamos a considerar imprescindíveis está a de vedar aos promotores público o exercício da advocacia, não só por que os desvia da plenitude de suas funções especializadas, como de alguma forma lhes retira a independência para o desempenho daquelas funções. Têm sido frequentes as observações do Tribunal de Justiça sobre essa prática; em algumas comarcas os juizes se recusam a despachar as petições em que figuram os promotores como advogados, o que evidentemente desperta atritos não desejáveis entre os representantes do Ministério Público e o Judiciário.

Impõe-se a nosso ver, a medida, embora tenha sido rejeitada pela nobre Assembléia Legislativa na sessão passada, a providência que nesse sentido lhe sugeria o Executivo.

Em mensagem especial voltaremos a tratar, perante os nobres Deputados, do que se nos afigura mais conveniente aos interesses do Estado e do Ministério Público.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Continua o Departamento do Serviço Público com a mesma organização a que fizemos menção na Mensagem de 1951. Todavia, a Lei n.º 801, de 6 de fevereiro do corrente ano, que classificou os cargos do Serviço Civil do Estado, criando novas funções gratificadas para aquele Órgão, permitiu ao D.S.P. que apressasse a conclusão dos estudos sobre a reorganização de suas células de trabalho, o que está sendo feito, observadas rigorosamente as necessidades da repartição e o interesse do Serviço público.

Está sob a responsabilidade do D.S.P. um acervo de tarefas, que, por si sós, colocam aquele Órgão de "staff" na posição de devido realce no seio da Administração.

Em verdade, não se pode admitir, para o maior controle e rendimento da Administração, a inexistência de um órgão específico, destinado ao estudo dos direitos e vantagens dos funcionários; dos seus deveres e responsabilidades; da organização e criação dos órgãos do serviço público, à base dos métodos científicos; da racionalização e aplicação de novos e eficientes métodos de trabalho; da seleção e aperfeiçoamento do pessoal; da aquisição, distribuição e guarda do material destinado ao consumo das repartições.

Pessoal, Organização e Material é o trinômio de operosidade que consubstanciam as atribuições que envolvem os serviços do D.S.P.

A principal atividade desta importante célula da Administração foi, sem sombra de dúvida, aquela concernente à implantação, no Estado, do moderno sistema de Classificação de Cargos.

Consoante salientáramos na Mensagem de 1952, o D.S.P., orientado pelos conhecimentos profissionais do Dr. Othon Sérvulo de Vasconcelos, especialmente contratado pelo Governo do Estado, estudou e planejou novo sistema de pessoal, já implantado no Rio Grande do Sul e em estudos pelo Governo Federal, por determinação estatutária.

Este sistema, consubstanciado no projeto de lei encaminhado a essa douta Assembléia, em agosto de 1953, passou a ter aplicação no Estado a partir da 1.ª de janeiro do corrente ano, em face da promulgação da citada Lei n.º 801.

Trata-se do mais moderno sistema de pessoal, em vigor na Inglaterra, de onde surgiu, e nos Estados Unidos, onde sofreu algumas alterações, visando ao seu maior aperfeiçoamento.

SISTEMA DE
CLASSIFI-
CAÇÃO DE
CARGOS

A Classificação de Cargos traz consideráveis vantagens ao servidor público, e proporciona maior mobilidade à Administração, permitindo-lhe solver, com facilidade, e, sobretudo, com justiça e equilíbrio, todas as questões de pessoal, que porventura surjam.

Pelo sistema de classificação adotado no Estado, adaptado às condições e peculiaridades de nossa terra e de nossos costumes, ressalta, como principal benefício ao funcionário, a questão do salário. O funcionário não mais terá a estagnação de seu salário, isto é, para que o salário evolua, não há mais necessidade de vaga na classe imediatamente superior. Automaticamente, mediante o interesse da Administração, o salário do funcionário progride no tempo. Ele sabe, agora, que seus serviços serão perfeitamente retribuídos, bastando, principalmente, que seja assíduo ao trabalho e que cumpra fielmente as tarefas que lhe são confiadas, em razão do cargo que ocupa.

Por seu turno, a Administração se beneficiará com a adoção da progressão do vencimento — verdadeiro estímulo ao funcionário — pôsto que poderá contar com elementos humanos dedicados ao serviço, senão por imperativo do dever funcional, pelo menos por uma questão de ordem financeira, considerando-se, como salientamos, que essa progressão somente se verificará em face da observância das exigências legais.

A principal falta do sistema anterior era dar um tratamento desigual a cargos de idênticos deveres e idênticas responsabilidades, o que, indubitavelmente, criava um clima de descontentamento, desarmonia e intranquilidade, desafiando a perspicácia e astúcia do administrador em corrigir tão graves quão danosas falhas. Com o sistema classificado não mais existe tal deficiência. Observou-se a aplicação de velho e sábio princípio da Economia Política, formulado pelo pensador Adam Smith: "para trabalho igual, igual salário". Os cargos foram classificados em razão da natureza dos seus deveres e responsabilidades, e o preço do trabalho foi fixado em função desses atributos de cargo. Sabemos perfeitamente que a questão do salário é complexa por excelência. Os economistas de maior renome têm divergido quando apreciam esse problema, sendo que ainda não se descobriu a fórmula capaz de estabelecer o valor do preço em perfeita consonância com o trabalho efetivamente desempenhado. Na fixação do preço, entra uma série interminável de fatores, todos eles importantes e de consideráveis reflexos, e de causas e princípios, que não podem ser relegados, porque imprescindíveis. Todavia, mesmo reconhecendo as dificuldades inúmeras e variadas para a fixação do salário, a tabela de pagamento, para complemento do plano da Classificação de Cargos, foi elaborada com o rigorismo exigido em trabalhos dessa natureza, aplicando-se os princípios impostos pelas leis econômicas e em consonância com a prévia análise que redundou na classificação dos cargos.

As especificações de cargo, que definirão os deveres, as atribuições, o horário de trabalho e a responsabilidade da unidade de trabalho, estão sendo meticulosamente estudadas pelo D.S.P. e, dentro de breves dias, serão fixadas essas especificações, que são parte integrante do Plano de Clas-

sificação de Cargos. Especificadas as atribuições do cargo, poderá o candidato ao serviço público conhecer, de antemão, as tarefas que irá desempenhar, escolhendo-as em conformidade com sua tendência e vocação. Antes, o candidato não tinha conhecimento daquilo que iria fazer no serviço, se aprovado em concurso. Tanto poderia, no caso de um Escrivário, fazer serviços exclusivamente da datilografia, ou de protocolo, ou de redação, ou de informações em processos, ou arquivamento de papéis, ou de anotações em carteira e ainda outra série de atribuições. A própria seleção do pessoal era dificultada, porque recrutava um sem-número de candidatos que jamais se adaptaram às funções que lhes foram atribuídas, por força das exigências da repartição, na qual foram lotados.

Permitem ainda as especificações do cargo, que se possa fazer um recrutamento mais eficiente, podendo-se orientá-lo nas praças de trabalho que apresentam condições de mercado humano compatíveis com as necessidades da Administração e as exigências dos cargos a serem ocupados.

A promoção, no sistema classificado, será feita observado o critério de mérito, em livre regime competitivo. Quando o funcionário for promovido a outro cargo, além de obter maiores vantagens financeiras, terá que desempenhar uma série de atribuições, embora correlatas com as que anteriormente exercia, mais complexas e de maior volume de responsabilidade. Esta medida é de considerável valia para a Administração, porquanto poderá manter nos cargos de mais destaque pessoas perfeitamente adestradas ao serviço público, e em competição, o seu valor pessoal, os conhecimentos que possui, necessários à melhor execução dos serviços. Por outro lado, o funcionário lucrará sobremaneira com a aplicação de tal medida, dada a oportunidade que lhe é proporcionada de ingressar nos postos mais elevados da Administração, apenas colocando à prova o valor dos seus conhecimentos.

O extranumerário mensalista deixou de existir, pelo novo sistema. Observou-se, de há muito, que se fazia mistar tal iniciativa, porquanto os extranumerários, além de executar atribuições idênticas às do funcionário, não apresentavam a condição de precariedade, tornando-se úteis e indispensáveis ao serviço. Dessa forma, o meio mais justo de amparar a laboriosa classe, não se esquecendo, todavia, do interesse da administração, era transformar os extranumerários à condição de funcionários, colocando-se como interinos aqueles que não prestaram prova de habilitação, e, efetivos, os que a prestaram.

Permaneceram, somente, os extranumerários contratados e diaristas, porque deles não pode prescindir a Administração, em razão da natureza das tarefas que desempenham.

Esses ligeiros aspectos de Classificação de Cargos, sinteticamente expostos, demonstram de forma irretorquível a utilidade do sistema que em boa hora o Executivo submeteu à elevada consideração dessa Casa de Leis, que, estudando-o detidamente, concluiu pela sua aprovação como redigido o

projeto de lei, apenas com a introdução de poucas emendas, que foram aca-
tadas amplamente, e que não modificaram de maneira alguma o sentido da
classificação que se implantou neste Estado.

ATIVIDADES DO D.S.P.

As atividades do D.S.P. desenvolveram-se bastante, tanto que a tur-
ma de comunicação do Serviço de Administração registrou a entrada de
19 029 documentos. Internamente, foi feita a distribuição de 24 002 pro-
cessos e foram prestadas 7 515 informações. Além disso, expediram-se
13 120 processos, 44 exposições de motivos, 19 Editais, 90 portarias e 657
ofícios.

A Divisão do Pessoal, além de suas tarefas normais colaborou com
o eficiente trabalho executado pelos encarregados das carteiras respectivas.
trabalhos serão desdobrados com a criação da Secção de Direitos e Vanta-
gens, o que, por certo, possibilitará melhor desempenho de suas múltiplas
atividades, que crescem com o evoluir da Administração. Para se ter uma
idéia do acúmulo de tarefas da D. P., basta salientar que registrou 68 359
cheques de pagamento, número jamais alcançado até hoje, e que bem atesta
o eficiente trabalho executado pelos encarregados das carteiras respectivas.

A Divisão de Organização coube notória e relevante participação no
trabalho de elaboração do Plano de Classificação de Cargos, porquanto teve
a responsabilidade da pesquisa e análise de todos os cargos para classifi-
cação, executando êsse trabalho inclusive em quase todos os municípios
do Estado, para onde se deslocou.

Prosseguiu a D. O. na elaboração do Ementário da Legislação Es-
tadual, procedendo à síntese de todas as leis e decretos publicados no ano
que se findou. Trata-se de um trabalho espinhoso mas de grande utili-
dade para o serviço público, porquanto permite encontrar, em poucos mi-
nutos, qualquer desses atos, em virtude de sua classificação em ordem cro-
nológica e por assunto. Foi sintetizado o expressivo número de 410 decre-
tos e 98 leis.

Sendo o Diretor da D. O., por designação do Governo, o elemento
de ligação entre o Estado e a Fundação Getúlio Vargas, tem aquela Divi-
são, além de seus encargos usuais o de recrutar elementos para seu aper-
feiçoamento na Escola Brasileira de Administração Pública da F.G.V.
Vários foram os funcionários, com o apoio jamais regateado pelo Govêr-
no, que concluíram cursos de especialização naquela Escola, trazendo para
o Estado, um acervo de conhecimentos bastante úteis e aproveitáveis, e
formando, a pouco e pouco, uma elite funcional de que tanto carecem as
administrações públicas.

No decurso do ano, na data em que se comemora o Dia do Funcio-
nário, foi lançado mais um número da Revista do Departamento do Ser-
viço Público.

Foram realizados pelo D.S.P. o concurso de Dentista, no âmbito es-
tadual, os concursos de Contínuo, Escrivário-Datilógrafo e Contador para
o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro, e ainda o de

Agente Fiscal para a Prefeitura Municipal de Vitória. Foi instituído o Curso de Matemática, destinado a preparar candidatos para o Curso Livre de Nível Elementar de Estatística, a pedido da Junta Regional de Estatística.

A Divisão do Material tem controlado, de maneira segura e eficiente, o fornecimento e os gastos do material para as repartições, os quais crescem dia a dia, não só por motivo de alta de preços, mas ainda em razão dos maiores encargos que assume a Administração.

Em 31 de dezembro de 1952 a D.M. apresentava o saldo de mercadorias no valor de Cr\$ 747 142,40. Adquiriu, no decurso do ano, o montante de Cr\$ 11 659 805,50, perfazendo o total de Cr\$ 12 406 947,90. Fornecendo às diversas repartições do Estado, cujas verbas se acham sob seu controle, a quantia de Cr\$ 10 840 743,30, apresentou o saldo de mercadorias no valor de Cr\$ 1 566 204,60, que passou como estoque para o exercício de 1954.

Essa Divisão, como nos exercícios anteriores, não tem poupado esforços no sentido de aconselhar a economia, recomendado às repartições, consoante orientação do Governo, o gasto mínimo de material de consumo e de expediente, e a restrição à aquisição de material permanente.

No ano que findou pôde a D.M. apresentar a economia da importância de Cr\$ 4 269 200,60, assim discriminada:

Porcentagem de 20% sobre as compras de material	
nas fontes produtoras e coletas de preço	Cr\$ 2 231 961,10
Saldo das verbas não aproveitadas	Cr\$ 2 037 239,50
	Cr\$ 4 269 200,60

O Serviço de Inspeção de Saúde expediu:

1 829 atestados de licença para tratamento de saúde;

1 217 abonos para efeito de abonos de falta.

745 laudos para efeito de nomeação;

437 laudos para efeito de admissão;

15 laudos para efeito de aposentadoria;

2 laudos para efeito de afastamento de função;

DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES

Vem o Departamento das Municipalidades cumprindo a contento, dentro de suas possibilidades, os fins a que visa, prescritos pela Constituição Estadual.

Sente-se que, atualmente, já se compreendem melhor os altos objetivos desse Departamento, criado para ministrar ajuda e assistência técnicas aos Municípios, sem que, com isso, se lhes fira a autonomia, com intromissão indebita nas atribuições privativas do Executivo e do Legislativo Municipais.

Essa melhor compreensão se pode testificar através do interesse, cada vez maior, por parte das Prefeituras Municipais, cujas consultas ao D.M. superam, de muito, as que lhes foram feitas no ano de 1952.

Durante o exercício de 1953, o Departamento, através de sua Divisão de Orientação Econômica e Financeira, recebeu e despachou 186 processos diversos, inclusive expedientes contábeis, orçamentos, balanços, pedidos de informações várias e outros, para a cabal informação dos quais foram solicitadas, aos Srs. Prefeitos Municipais, vários esclarecimentos e atos lavrados nas Prefeituras, inclusive "Leis de Meios" ou orçamentárias, e outros informes, todos prontamente atendidos.

Essa Divisão, no referido exercício, procedeu ao levantamento de quarenta balanços que, com as cópias dos orçamentos, foram encaminhados ao Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Ressalte-se que, não apenas foram atendidos os Srs. Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais: também pedidos e solicitações de empresas particulares e de repartições oficiais encontraram a mesma solicitude e atenção, nas informações que lhes foram prestadas pela D.O.E.F.

A Divisão de Coordenação, Órgão do D.M., movimentou, durante o ano de 1953, 134 processos capeando atos municipais, memoriais e consultas, oriundos das seguintes Prefeituras: Afonso Cláudio (em correspondência com o D.M. por 13 vezes); Alegre (22 vezes); Alfredo Chaves; Aracruz (2 vezes); Anchieta (4); Colatina (22); Guarapari; Ibraçu (9 vezes); Itaguaçu (7); Itapemirim; Jabaeté (Viana); Mimoso do Sul (6 vezes); Muqui (11); Santa Leopoldina (2); São Mateus (8 vezes), tendo sido feitas visitas aos Municípios do Interior, para coleta de elementos faltantes, e para a devida prestação de assistência técnica às Prefeituras, o que lhes permite imprimir melhor orientação aos seus serviços.

Aos Municípios da Capital e do Interior tem o Governo dado sua colaboração prestante, cumprindo o que estabelece a Constituição e a Lei de Organização Municipal. Essa cooperação se realiza por vários auxílios sancionados e pelas obras que, através das Secretarias de Viação e da Agricultura, bem como do Departamento Estadual de Saúde — estas nos setores de abastecimento d'água e ampliação da rede de assistência hospitalar — se vêm prestando indistintamente a cada Município, no propósito de criar e manter o necessário clima de harmonia e colaboração, que deve existir entre as Comunas e o Poder Central, o qual procura, fazer chegar a todos os espírito-santenses, os benefícios do atual surto de progresso que vem empolgando o Espírito Santo.

INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL ESPÍRITO SANTENSE

Pretendeu o Governo Estadual, com a criação do Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense — autarquia administrativa, de patrimônio próprio, diretamente subordinada ao Poder Executivo — estabelecer um órgão integralmente dedicado a proporcionar aos trabalhadores brasileiros, ou estrangeiros com mais de 10 anos de residência no Brasil, as condições necessárias ao seu bem estar físico e social e, particularmente à aquisição ou locação de casas higiênicas, em zonas urbana ou rural.

O Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense dentro dos seus limitados recursos financeiros continua executando, com sucesso, os programas de trabalho compreendidos na esfera de suas atribuições legais.

O seu primeiro e grande empreendimento — conjunto residencial composto de 200 casas populares — cuja construção teve início em 12 de dezembro de 1952, com a “marcação” das primeiras casas, está em fase de conclusão, prevendo-se a entrega das chaves em prazo razoável.

Paralelamente a esta atividade principal tem o Instituto promovido, em outros setores, um labor intenso, assegurando aos menos favorecidos algum conforto e proporcionando-lhes melhores condições de vida.

Ao IBES foi cometido o encargo de supervisionar e fiscalizar — zelando pela fiel execução do projeto — a construção do “NÚCLEO RESIDENCIAL ALDA SANTOS NEVES” que é composto de 886 casas populares.

NÚCLEO
RESIDENCIAL
DE ARI-
BIRI

O Estado, no louvável intuito de facilitar, ao máximo, e resolver mesmo o angustiante problema da moradia popular, fez reserva de lotes, na área referida, às Instituições seguintes:

FUNDAÇÃO DA CASA POPULAR	278	lotes
IBES	200	"
IPAJM	165	"
IAPC	105	"
CAP. EMPREGADOS VALE RIO DOCE	138	"
TOTAL		886

As escrituras das 4 primeiras entidades acima enumeradas já foram lavradas e as construções estão terminadas ou em franco desenvolvimento, aguardando-se o término das obras para breve.

A escritura de troca dos terrenos da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Empregados da Vale do Rio Doce, com os lotes do Estado (138) está em vésperas de ser lavrada.

A Fundação da Casa Popular empreitou com a firma Salvador Piredda a construção das 278 casas. As obras tiveram início em outubro p. passado, sendo que o prazo contratual para sua conclusão é de 263 dias e o custo total de Cr\$ 12 588 954,00, segundo concorrência pública levada a efeito.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes já deu, também, começo à construção de 50 unidades, tendo a firma Construções Populares Limitada sido a vencedora da concorrência pública.

Até 31-12-53 despendeu o Instituto, com a construção do seu conjunto (200 casas) as seguintes cifras:

Material	2 582 699,10
Pessoal	1 681 807,50
Despesas contratuais	406 635,20
Transporte, despesas diversas, seguros de acidentes e fogo, luz, força, etc	304 439,90
SOMA	Cr\$ 4 975 581,70

A situação das obras, no fim do exercício em relato, era a seguinte:

Casas concluídas	100
Casas em acabamento	24
Casas com coberturas prontas	49
Casas não iniciadas	27
	200

Convém ressaltar que grande parte do material destinado à totalidade das casas já está integralmente adquirido.

Foi ajuizado pelo IBES ação de emissão de posse de uma área compreendendo 27 lotes, no setor 3, razão pela qual não puderam ter início, ali, as casas respectivas.

As construções das casas, quer do IBES, quer das outras Instituições, continuam a se processar utilizando os blocos pré-moldados da Fábrica "SÃO JOSÉ".

FABRICA DE
BLOCOS
"SÃO JOSÉ"

Até o presente momento foram fabricados 1 158 371 blocos de diferentes tamanhos, verificando-se desta forma que, excluídos os 149 218 computados no relatório anterior, a produção do exercício de 1953 foi de 1 009 153 de unidades.

Tal produção foi possível graças à aquisição de duas novas máquinas, para atender a intensa procura de blocos, contando, no final do exercício, a Fábrica, com 5 máquinas moldadoras.

No término do exercício o custo da Fábrica era de:

Máquinas e equipamentos	423 913,30
Instalações	440 289,80
Soma	Cr\$ 864 203,10

contra, respectivamente, Cr\$ 255 600,00 e 185 205,10, relativos ao exercício de 1952.

FORNECIMENTO DE BLOCOS EM 1953

Para o IBES	1 102 290,00
" o IPAJM	1 068 954,50
" a FCP (Const. Salvador Piredda) . .	261 808,90
" o IAPC (Const. CPL)	6 191,50
Soma	2 439 244,90

Estoque em 31-12-53	173 434,00
-------------------------------	------------

Valor total produzido	2 612 678,90
---------------------------------	--------------

A despesa da Fábrica (pessoal e material) atingiu a quantia de
Cr\$ 2 423 227,30.

A urbanização do Núcleo, encargo do Estado *ex-vi* da escritura pública, está se desenvolvendo à medida que as construções vão se erguendo.

Assim, a rede geral de abastecimento d'água está assentada até à Praça principal, bem como a de energia elétrica.

As pistas de rolamento das ruas já edificadas pelo IBES, e respectivos meios-fios, estão prontas.

Não descurou o Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense da arborização do conjunto, eis que foram plantados, vários espécimens vegetais que em breve produzirão sombras úteis e beleza às ruas.

URBANIZA-
ÇÃO DO
NÚCLEO

Ao lado do Núcleo, na "Vila Santa Inez", composta de casas de custo reduzido, construídas pelo Instituto com o elevado objetivo de dar abrigo às famílias residentes em barracos cobertos de palha, localizados na área destinada ao Núcleo, foi edificado um Posto Social, dentro da técnica moderna, dotado de todos os requisitos indispensáveis ao seu fim, e que tem por escopo atender aos habitantes da "Vila", como também, aos futuros residentes do "Núcleo Residencial Alda Santos Neves", até que seja construído o edifício planejado para o mesmo e destinado à orientação e educação social dos habitantes.

PÔSTO SO-
CIAL

O Centro Social, construído de alvenaria de blocos, coberto de telhas, e taqueado, cujo custo não ultrapassou a Cr\$ 183 000,00, é composto das seguintes dependências: sala de espera, sala de administração, salas para consultório e enfermagem, amplo salão para reuniões com a área de 91 metros quadrados, almoxarifado, vestiário, cozinha, sanitários e espaçosas varandas.

Este Centro já está devidamente instalado e em funcionamento.

SELEÇÃO DOS CANDI- DATOS

A inscrição de candidatos às 200 casas foi limitada, por determinação do Conselho Fiscal, a 2 500.

O Serviço Social procedeu à seleção dos requerentes através de visitas domiciliares, adotada para a classificação final a escala sociométrica, composta por uma série de valores onde são considerados o indivíduo, no grupo família, com os encargos dela decorrentes e no ambiente em que ele está vivendo.

Os valores computados, medidos conforme a sua maior ou menor influência no grupo doméstico, são:

- modo de constituição da família
- composição da família
- situação econômica (menor salário, maior n.º de pontos) ..
- tipo da atual habitação
- impressão da visitadora
- caso social
- ordem cronológica

SERVIÇO SOCIAL "ALBINA SANTOS NEVES

O Serviço Social continua prestando toda assistência às classes pobres.

As máquinas de costura são franqueadas, gratuitamente, às senhoras e moças dos bairros, que delas se utilizam, com a assistência técnica do Instituto. Mantém, também, este Serviço, curso de ensino de corte, costura e bordados, já tendo sido diplomada com êxito, uma turma.

RECEITA LEGAL

A arrecadação feita pelo Estado, para custeio do Instituto, proveniente da majoração de 1% sobre os impostos de transmissão de propriedade "causa mortis" e de propriedade imóvel "inter vivos", (Art. 16 da Lei 627), no exercício de 1953, montou a Cr\$ 2 779 848,00, com a média mensal de Cr\$ 231 654,00 assim distribuídos nos meses:

Janeiro	186 493,20
Fevereiro	110 175,50
Março	196 606,80
Abril	204 463,20
Maio	199 307,70
Junho	194 720,00
Julho	269 549,50
Agosto	281 289,30
Setembro	246 255,00
Outubro	320 557,40
Novembro	274 323,80
Dezembro	296 106,60
Soma	2 779 848,00

RESULTADO DO EXERCÍCIO

CONTABILIDADE

A Receita de 1953, conforme balanço procedido em 31 de dezembro de 1953, atingiu a Cr\$ 6 739 977,30 e a Despesa a Cr\$ 1 303 769,80, apresentando um resultado líquido de Cr\$ 5 436 207,50.

ATIVO E PASSIVO

O Ativo do Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense, somou em 31-12-53, a cifra de Cr\$ 11 046 224,80, enquanto o Passivo em Cr\$ 5 635 241,40. A diferença aritmética entre ambos, de Cr\$ 5 410 983,40 se refere à parcela que foi incorporada ao Fundo de Garantia.

ATIVO REALIZADO

11 — INVERSÕES

111 —	Bens Imóveis	
111 — 1 —	Edificados	440 289,80
111 — 2 —	Em construção	5 198 971,30
111 — 3 —	Terrenos	2 669 375,00
112 —	Instalações	8 297,70
113 —	Bens Móveis	729 209,20
114 —	Bens Mobiliários	20 000,00
		9 066 143,00

12 — DISPONIBILIDADES

121 —	Caixa	12 606,90
122 —	Bancos	133 363,50
		145 970,40

13 — VALORES EM TRANSIÇÃO

131 —	Adiant. ^o e Depósitos	14 572,20	
132 —	Responsab. de Terceiros . .	689 837,90	
133 —	Existências Almoxarif. . . .	972 706,80	
139 —	Valores em Trans. Div. . .	156 994,50	1 834 111,40
			11 046 224,80

PASSIVO

21 —	Fundo de Garantia	7 343 145,90	
23 —	Depreciações acumuladas . .	72 780,40	
24 —	Exigibilidades	3 630 298,50	11 046 224,80
			11 046 224,80

CONSELHO
FISCAL

O Conselho Fiscal está assim constituído: Dr. Messias Lins de Oliveira Chaves, Presidente, e Conselheiros Afonso Bianco, Tomaz Tommasi, Artur Seixas e Enrico Ildebrando Aurélio Ruschi.

Foram realizadas 8 reuniões em 1953. Os membros do Conselho Fiscal exercem mandato por 2 anos, sem remuneração, sendo os seus serviços considerados de relevância à causa pública.

O Departamento Estadual de Saúde, por intermédio do Dr. Jayme Santos Neves, tem prestado inestimável cooperação ao Instituto de Bem Estar Social Espírito Santense.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA

"JERÔNIMO MONTEIRO"

Conquanto as prestações de contas, no seu sentido mais genérico, apresentem todos os aspectos sob os quais se apreciam as atividades desenvolvidas pelos organismos estatais, é particularmente através da execução orçamentária que se constata a realização dos programas anuais das entidades de direito público elaborados na conformidade dos fins que lhes são atribuídos.

O orçamento do Instituto votado para o exercício de 1953, estimou sua Receita econômica em Cr\$ 9 324 772,00, fixou sua Despesa econômica em Cr\$ 3 423 110,00, admitindo, consequentemente, o saldo de Cr\$ 5 901 662,00. Os recursos financeiros foram calculados em Cr\$ 25 005 601,00, em Cr\$ 3 423 110,00, admitindo, consequentemente, o saldo de Cr\$ 1 262 001,00.

As finalidades do Instituto, segundo preceitua a lei n.º 615, de 31-12-1951, que o criou, são:

a) Realizar o seguro social dos servidores do Estado, compreendendo:

- I — benefício — família, constituído de pensão mensal e pecúlio de adaptação aos beneficiários por morte do segurado;
- II — aposentadoria aos funcionários do Instituto e das entidades autárquicas e paraestatais e

b) Proporcionar-lhe a concessão de:

- I — auxílio natalidade
- II — auxílio funeral
- III — empréstimos ordinários a prazo longo e a prazo curto
- IV — empréstimos imobiliários e

c) Prestar-lhes:

- I — assistência médico hospitalar e
- II — assistência econômica.

É de notar, entanto, que o amparo ao servidor público estadual, no campo da previdência social não se restringe apenas aos benefícios proporcionados pelo Instituto, por isso que, também aos beneficiários dos contribuintes da extinta Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" são concedidos pecúlios nas bases instituídas pelos seus segurados, até o limite máximo de Cr\$ 44 800,00 (quarenta e quatro mil e oitocentos cruzeiros).

Vamos, a seguir, referir-nos pormenorizadamente a cada uma das principais fontes da Receita, sua produção, à origem da Despesa e, finalmente, às mutações patrimoniais decorrentes ou não da gestão financeira.

Os segurados do Instituto são de duas espécies: obrigatórios e facultativos.

Compreendem os obrigatórios as seguintes categorias de servidores:

- a) servidores estaduais, civis e militares, que recebam vencimentos ou salários dos cofres estaduais;
- b) servidores do Instituto;
- c) servidores da extinta Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro";
- d) servidores efetivos das autarquias estaduais;
- e) servidores municipais.

Os segurados facultativos são os magistrados e os deputados estaduais, mas a lei veda, peremptoriamente, sejam segurados pelo Instituto os aposentados e reformados até 17 de janeiro de 1952 e, também, os funcionários que exerçam em comissão e não sejam ocupantes de cargo de provimento efetivo.

A contribuição dos segurados para atender aos encargos com o benefício-família é de 5% sobre o vencimento ou salário, inclusive gratificações, tendo atingido ao montante de Cr\$ 5 951 172,40 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e um mil, cento e setenta e dois cruzeiros e quarenta centavos).

Para esta principal fonte de receita do Instituto contribuíram 5 642 servidores, dos quais, entre civis e militares, 5 283 do Estado, 346 das entidades autárquicas estaduais (D.E.R., Bolsa Oficial de Mercadorias e I.P. A.J.M.) e 13 (treze) magistrados.

As contribuições destinadas a concessão de pecúlios da extinta Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro", somaram Cr\$ 2 109 535,40 (dois milhões, cento e nove mil, quinhentos e trinta e cinco cruzeiros e quarenta centavos). Vale acentuar que, não obstante o caráter facultativo da contribuição, pois a obrigatoriedade segundo estatui o art. 126 da lei n.º 615 de 31-12-951, cessou com a criação do Instituto, 3 457 servidores destinaram

suas quotas espontaneamente para manutenção desse seguro. Dêstes, 110 são ex-servidores do Estado, o que conduz à conclusão de que, dentre os 5 283 servidores civis e militares segurados obrigatórios, 3 347 tinham, ainda além das pensões e pecúlios de adaptação assegurado o pecúlio daquela instituição.

A concessão do duplo benefício pode, em termos concretos, ser apreciada no demonstrativo que se segue, no qual se discriminam pagamentos de pecúlios instituídos na extinta Caixa Beneficente no valor de Cr\$ 1 006 732,00 (Hum milhão, seis mil, setecentos e trinta e dois cruzeiros) e pecúlios e pensões mensais do Instituto no montante de, respectivamente, Cr\$ 109 771,20 (cento e nove mil, setecentos e setenta e um cruzeiros e vinte centavos) e Cr\$ 157 245,10 (cento e cinquenta e sete mil, duzentos e quarenta e cinco cruzeiros e dez centavos).

Tem sido inexpressiva a porcentagem dos servidores que requereram a cessação das contribuições destinadas a assegurar-lhes o pecúlio da extinta Caixa Beneficente, pois que, conquanto esse direito lhes seja concedido pelo § 1.º do artigo 126 da Lei 615, em dois anos apenas 171 usaram dessa faculdade, o que motivou um decréscimo de produção de renda anual de Cr\$ 107 588,40 (cento e sete mil quinhentos e oitenta e oito cruzeiros e quarenta centavos). Conforme estabelece a aludida lei 615, cessado o pagamento dos prêmios o pecúlio será saldado de acordo com as tabelas ainda em elaboração pelo técnico contratado para prestação de serviços atuariais.

Quanto à aposentadoria dos seus funcionários, quer do Instituto quer da Bolsa Oficial de Mercadorias, as duas únicas autarquias que contribuem para esse fim, nenhuma se verificou. As quotas, sejam as descontadas dos vencimentos dos segurados ou as devidas pela autarquia (quota do empregador) têm sido recolhidas à Tesouraria do Instituto regularmente e constituem um fundo especial para atender aos encargos dessa espécie.

APOSENTA- DORIA

Como era de esperar, a despesa com o auxílio natalidade, elevou-se bastante no exercício passado, exprimindo 0,9% da contribuição para benefício família, pois foram atendidos nesse setor 247 segurados aos quais foram pagos Cr\$ 74 100,00 (setenta e quatro mil e cem cruzeiros) ao passo que tinham sido previstos, apenas, Cr\$ 61 800,00 (sessenta e um mil oitocentos cruzeiros), ou sejam 206 auxílios de Cr\$ 300,00 (trezentos cruzeiros).

AUXÍLIO NATALI- DADE

Comparativamente com a despesa realizada no exercício de 1952, ano inicial das atividades do Instituto, o auxílio natalidade em 1953 elevou-se de 0,2% (dois décimos por cento) pois naquele período os pagamentos somaram, apenas Cr\$ 46 200,00 (quarenta e seis mil duzentos cruzeiros), ou seja o total de 154 beneficiados.

**AUXÍLIO
FUNERAL**

Dentre os benefícios prestados pelo Instituto no ano relatado, destaca-se, pelo menor vulto, — o que é motivo de satisfação — o auxílio funeral de Cr\$ 1 000,00 (hum mil cruzeiros), concedido por falecimento do segurado e pago ao cônjuge sobrevivente, ao representante legal da família ou a quem provar ter realizado as despesas dessa espécie.

Seu limite comportou-se na casa dos Cr\$ 23 781,50 (vinte e três mil setecentos e oitenta e um cruzeiros e cinquenta centavos), ou seja o percentual de 1,6% relativamente ao total da concessão de benefícios.

Foi, ao contrário do que geralmente acontece com fenômenos de previsão exata, uma ordem de ocorrência pois a respectiva dotação fora fixada em Cr\$ 38 000,00 (trinta e oito mil cruzeiros).

**NÚCLEO
RESIDEN-
CIAL EM
ARIBIRI**

Ao comemorar-se o 2.º aniversário do Governo em 31 de janeiro de 1952, firmava-se entre o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro e a Construções Populares Limitada, o contrato de locação de serviços de assistência técnica e administrativa para a construção de 165 casas residenciais, das quais, segundo o orçamento orientador apresentado pela firma contratante, 38 custariam Cr\$ 80 000,00 (oitenta mil cruzeiros) e 127, de Cr\$ 50 000,00 (cinquenta mil cruzeiros).

Preocupado o Governo com a situação aflitiva em que se encontrava a grande maioria do funcionalismo público no que tange à aquisição da casa própria, um dos setores do núcleo residencial "Alda Santos Neves", com a área de 33 352,70 m² foi, pelo preço simbólico de Cr\$ 1,00 (um cruzeiro), vendido ao Instituto, com a condição de naquele local, serem edificadas as 165 residências, cujos lotes seriam transferidos aos servidores também pelo preço do custo.

O núcleo residencial "Alda Santos Neves" em forma exagonal, traçado segundo os mais modernos princípios urbanísticos, à margem da rodovia "Carlos Lindenberg", se compõe de 826 lotes de terras. É uma pequena cidade que se ergue aceleradamente pois com apenas um ano de fundação, já conta com 485 residências em vias de serem habitadas. No estudo de urbanização de sua grande praça central previu-se a localização de igreja, escola para mil alunos, ambulatório e maternidade, lojas comerciais, cinemas e teatro, mercado, jardim, tablado para espetáculos e área de estacionamento de carros.

Se bem que o Instituto de Previdência e Assistência Jerônimo Monteiro e o Instituto de Bem Estar Social do Espírito Santo estejam financiando as respectivas despesas, os serviços de instalação da rede d'água, pavimentação dos logradouros (praça, ruas e play-ground), meios fios, arborização e rede elétrica estão a cargo do Governo do Estado, que oportunamente, os indenizará.

Extinguindo-se a 17 de março o prazo contratual de construção, dar-se-á, provavelmente, nos primeiros dias de abril, a entrega das chaves das 165 residências, salvo se ocorrerem imprevistos cuja solução dependa de providências dos segurados.

Merece aplauso, por isso que expressiva do zelo ao encargo que lhe está atribuído, a medida adotada pelo Instituto mediante a qual verificou-se que, não obstante a apresentação da certidão negativa dos cartórios, 15 (quinze) pretendentes a casas já são proprietários de residências o que ofereceu oportunidade a outros segurados, realmente necessitados, de adquirirem sua moradia própria.

Tomando por base o orçamento orientador calculado sem qualquer compromisso pela Construtora, o orçamento do Instituto destinou a verba de Cr\$ 9 375 000,00 (nove milhões, trezentos e setenta e cinco mil cruzeiros) para a construção desse conjunto, mas as despesas contabilizadas somaram, apenas Cr\$ 7 059 635,70 (sete milhões cinquenta e nove mil seiscentos e trinta e cinco cruzeiros e setenta centavos).

Não se conclua, todavia, na apreciação isolada dessas parcelas, seja, afinal, o valor da inversão inferior à estimativa, pois a elevação desmedida do preço das utilidades deve estar influenciando bastante no custo da obra, cujo exato montante só será conhecido após sua entrega ao Instituto.

As atividades do Instituto, no setor imobiliário, além da construção do conjunto residencial, processaram-se também, como igual intensidade, na parte relativa a empréstimos para construção por iniciativa do próprio segurado. É verdade que durante o ano de 1953, apenas Cr\$ 82 382,10 (oitenta e dois mil trezentos e oitenta e dois cruzeiros e dez centavos) foram investidos em empreendimentos dessa espécie, mas o órgão dispunha de recursos suficientes para atender a operações até Cr\$ 9 000 000,00 (nove milhões de cruzeiros).

Por certo, não fôra a dificuldade de obter terreno e a escassez da mão de obra, a esta altura outras dezenas de residências estariam erguidas, não só na Capital como no interior, pois o número de contemplados se elevou a 96, e o valor dos empréstimos requeridos a Cr\$ 8 063 000,00 (oito milhões sessenta e três mil cruzeiros). A estes algarismos devem ser somados ainda, 7 candidatos a reforma da casa própria e liberação hipotecária, no total de Cr\$ 835 000,00 (oitocentos e trinta e cinco mil cruzeiros). Tudo leva a crer sejam essas construções concluídas no decorrer de 1954.

As operações imobiliárias de caráter assistencial visando à classe dos servidores públicos do Estado, iniciaram-se em 1936, autorizadas pelo decreto n.º 6 609, de 7/8/935, e se bem que, por força do artigo 130 da lei n.º 615, tivessem sido canceladas as inscrições feitas perante a Carteira Predial da Caixa Beneficente "Jerônimo Monteiro" tendo sido, por isso mesmo, restituídos Cr\$ 238 882,20 (duzentos e oitenta e oito mil oitocentos e oitenta e dois cruzeiros e vinte centavos) inúmeros processos iniciados ainda na vigência daquele plano de financiamento só foram concluídos em 1935, e nele foram investidos Cr\$ 200 420,60 (duzentos mil quatrocentos e vinte cruzeiros e sessenta centavos).

**CARTEIRA
PREDIAL
OTTON
ABREU**

**EMPRÉSTI-
MOS ORDI-
NÁRIOS**

Outra parcela de grande vulto no grupo das inversões é a de empréstimos ordinários concedidos aos segurados do Instituto, já que sua cifra alcançou a Cr\$ 3 987 292,40 (três milhões novecentos e oitenta e sete mil e duzentos e noventa e dois cruzeiros e quarenta centavos), assim especificada:

437 Empréstimos a prazo longo	Cr\$ 3 649 700,00
43 Empréstimos de emergência	Cr\$ 113 200,00
155 Empréstimos a prazo curto	Cr\$ 213 392,40
11 Empréstimos especiais	Cr\$ 11 000,00

O limite máximo do empréstimo a prazo longo resgatável no prazo máximo de 60 meses é de Cr\$ 15 000,00 (quinze mil cruzeiros) para os segurados obrigatórios e de 25% do respectivo pecúlio para os contribuintes da extinta Caixa Beneficente. O empréstimo a prazo curto, concedido até 60% do vencimento ou salário líquido mensal, é, como aquele, um velho recurso de que lança mão o servidor nos seus momentos de aperturas financeiras.

Havia, porém, em certas ocasiões dificuldades insuperáveis a que somente remédios de ação mais rápida poderiam acudir eficientemente. Para atender a tais reclamos vem o Instituto concedendo empréstimos de emergência até Cr\$ 3 000,00 (três mil cruzeiros), aos que necessitam de internamento hospitalar e empréstimos especiais de Cr\$ 1 000,00 (hum mil cruzeiros) no caso de falecimento de dependente do segurado, resgatáveis, respectivamente, em 36 e 12 prestações mensais.

**OPERAÇÕES
DE CRÉDITO**

Dentre os recursos financeiros com que contava o Instituto em fins do ano de 1952, para fazer face aos encargos oriundos da construção do núcleo residencial em 1953. — tanto que o orçamento aprovado em novembro daquele ano já os mencionava — figuravam os entabulados com a Caixa Econômica Federal, no valor de Cr\$ 3 000 000,00 (três milhões de cruzeiros) e com a Fundação da Casa Popular, no valor de Cr\$ 2 600 000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros).

Lamentavelmente, não obstante os insistentes apêlos dirigidos pela Diretoria do Instituto, a Caixa Econômica não manifestou qualquer interesse em levar a efeito a concessão do empréstimo prometido.

Outro, entanto, foi o procedimento da Fundação da Casa Popular, pois em 31/1/1953, entre outros atos comemorativos da passagem do 2.º aniversário do Governo, também era firmado o contrato de empréstimo de Cr\$ 2 600 000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros), com garantia hipotecária, ao juro anual de 5%, pelo prazo de 20 anos, cuja importância foi na mesma data depositada no Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S. A.

As amortizações e os juros semestrais estão sendo recolhidas regularmente à agência do Banco do Brasil, netta Capital, em favor da mutuante.

Excedeu de muito a expectativa, pois a previsão orçamentária fixou-a em Cr\$ 3 640 000,00 (três milhões e seiscentos e quarenta mil cruzeiros) o rendimento da verba de empréstimos ordinários, do grupo de reversão de financiamentos. É bastante eloquente a especificação do quadro demonstrativo abaixo:

**EMPRÉSTI-
MOS
ORDINÁRIOS**

Especificações	Orçado Cr\$	Arrec. Cr\$	Arrec. maior Cr\$
Emprest. p. longo	3 430 000,00	4 531 392,60	1 101 392,60
Emprest. p. curto	200 000,00	247 631,10	47 631,10
Emprest. p. curto desd.	10 000,00	81 128,60	71 128,60
	3 640 000,00	4 860 152,30	1 220 152,30

É também muito expressivo e revela a vitalidade de uma das suas funções o comparativo através do qual se verifica o superavit das reversões de financiamento sobre as inversões, excluída, é claro, a inversão na construção do conjunto residencial.

Especificações	Inversões CR\$	Reversões CR\$	Superavit CR\$
Emprest. p. longo	3 781 517,1	4 531 392,6	+ 749 875,5
Emprest. p. curto	213 392,4	247 631,1	+ 34 238,7
Emprest. p. curto desdobr.		81 128,6	+ 81 128,6
Cart. Predial "Otton Abreu"	200 420,6	615 444,6	+ 415 024,0
Tesouro Estado C/predial		38 867,5	+ 38 867,5
Imóveis do Estado sob promessa de venda		4 595,5	+ 4 595,5
Cart. imobil. do I.P.A.J.M.	82 382,1		- 82 382,1
	4 277 712,2	5 519 059,9	1 241 347,7

**SEDE DO
INSTITUTO**

Com o propósito de possibilitar ao Instituto instalar-se condignamente, doou-lhe o Governo do Estado, devidamente autorizado pela lei n.º 646, de 26/8/952, o prédio e respectivo terreno localizados à rua Pedro Palácios, n.º 88, antigo n.º 22, nesta Capital.

Esse edifício, embora de paredes externas sólidas, não oferecia a necessária segurança nem dispunha de suficiente acomodação para o fim a que se destinava e, por isso, passou por radical reforma, na qual foram aplicados, em 1953, Cr\$ 1 016 973,70 (hum milhão dezesseis mil novecentos e setenta e três cruzeiros e setenta centavos). Sua inauguração ocorrerá, provavelmente, ainda neste primeiro trimestre.

**PLANO DE
TRABALHO
PARA 1954**

Se bem que passível de alterações no decorrer de sua execução, o orçamento constante do Ato n.º 20, aprovado em 30/11/953. traduz o plano de realizações elaborado para ser cumprido em 1954, assim sintetizado:

ORÇAMENTO ECONÔMICO

RECEITA

Rendas de previdência	7 940 000,0	
Rendas patrimoniais	736 000,0	
Renda de seguro	10 000,0	
Renda de infrações	10 000,0	
Rendas diversas	35 000,0	8 731 000,0

DESPESA

Despesas de previdência	1 188 000,0	
Despesas de assistência	110 000,0	
Despesas de administração	1 392 000,0	
Prejuízos de operações	55 000,0	
Despesas de seguro c/fogo	9 000,0	
Despesas patrimoniais	282 200,0	
Despesas diversas	61 500,0	
SALDO ECONÔMICO	5 633 300,0	8 731 000,0

ORÇAMENTO FINANCEIRO

RECURSOS

Saldo econômico	5 633 300,0	
Gastos econ. não financ.	40 000,0	
Alienações patrimoniais	30 000,0	
Reversões de financiamentos	5 004 000,0	
Inversões a pagar	540 000,0	
DISPON. DO EXERC. ANTERIOR	7 500 000,0	18 747 300,0

GASTOS

Inversões	4 300 000,0	
Bens móveis	686 000,0	
Empréstimos imobiliários	12 500 000,0	
Amortiz. de empréstimos	260 000,0	
DISPON. P/ O EXERC. SEGUINTE	1 001 300,0	18 747 300,0

MUNICÍPIO DE VITÓRIA

Em virtude da exoneração concedida ao engenheiro José Ribeiro Martins, foi nomeado Prefeito do Município, o Senhor Armando Duarte Rabello, que assumiu o encargo a 8 de maio de 1953.

Durante o ano de 1953 foi projetada e levada a efeito a reforma de base da administração municipal, compreendendo:

- 1 — Reforma da legislação, condensando num texto único, que passou a denominar-se "Código Municipal de Vitória", as normas jurídicas necessárias à boa administração do Município;
- 2 — Estabelecimento, por lei, de um plano programa, de duração quinquenal, para execução das obras e empreendimentos;
- 3 — Reestruturação dos órgãos da administração municipal;
- 4 — Restruturação dos quadros de pessoal, adotado o novo sistema de classificação de cargos já vigente no Estado;
- 5 — Melhoria do nível técnico do funcionalismo mediante a concessão de bolsas de estudos a servidores municipais para se aperfeiçoarem na Escola Brasileira de Administração, da Fundação Getúlio Vargas.

Para execução do "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos", aprovado pela Lei n.º 323, de 25-11-53, foi necessário proceder-se à reforma da legislação tributária, precedida de metucioso estudo da capacidade contributiva da população. Em virtude dessa reforma, a receita municipal, que no ano de 1953, fôra estimada em Cr\$ 22 305 000.00, teve sua estimativa para 1954 fixada em Cr\$ 39 747 000.00.

PLANO MUNICIPAL DE OBRAS E EMPREENDIMENTOS

A dotação para obras, que no ano de 1953, fôra de Cr\$ 2 428 982,00, foi fixada, em 1954, na importância de Cr\$ 13 581 821,20.

A Lei municipal n.º 323, de 25-11-53, que aprovou o "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos", estabelecia, em seu art. 1.º, que, durante o prazo de cinco anos, seriam executados, de acôrdo com o plano-programa aprovado pela referida lei, as seguintes obras e empreendimentos do Município:

- a) construção de novas rêdes públicas de iluminação elétrica, ampliação e melhoramento de iluminação nos logradouros existentes;
- b) abertura, pavimentação e calçamento de logradouros públicos;
- c) drenagem de águas pluviais;

- d) expansão e melhoramento da rede de esgotos;
- e) construção de um cemitério público;
- f) construção e melhoramento de mercados;
- g) aquisição de maquinaria e instalações para obras públicas;
- h) instalação adequada de serviços municipais;
- i) construção de abrigos públicos para passageiros de bonde e ônibus;
- j) construção de instalações sanitárias coletivas nos logradouros públicos;
- k) ampliação e melhoramentos no matadouro municipal;
- l) levantamento da carta aerofotogramétrica do Município;
- m) construção da Estação Rodoviária;
- n) expansão do Plano de Urbanização da cidade.

Dispõe o artigo 2.º da referida lei que o "o programa de execução das obras e empreendimentos" previstos nesta lei será elaborado anualmente pelo Prefeito Municipal, tendo por base os estudos, planos, projetos e orçamentos organizados pelo Departamento de Serviços Municipais, sendo submetido à aprovação da Câmara Municipal até 31 de agosto de cada ano, para vigorar no ano seguinte, estabelecendo a necessidade de fixar a uniformidade de execução do planejamento municipal, a Câmara apreciará o programa tendo em vista a oportunidade e a conveniência da execução das obras projetadas, aprovando total ou parcialmente o plano apresentado, ou negando-lhe aprovação, sem incluir, contudo, emendas ao projeto que vizem a realização de obras projetadas pelo Departamento de Serviços Municipais".

Para custeio do "Plano Municipal de Obras e Empreendimentos" foram estabelecidos recursos especiais, assim discriminados:

- a) elevação do imposto de indústria e profissões, de 0,5% para 0,8%, calculado sobre o movimento de giro comercial;
- b) 10% da receita ordinária do Município, não computado o excesso de arrecadação previsto na alínea anterior;
- c) renda de "Contribuição de Melhoria";
- d) juros provenientes de depósitos bancários próprios do plano.

A fim de que a majoração do imposto de indústria e profissões não viesse a afetar o preço dos gêneros alimentícios, estabeleceu a lei que ficariam isentos da mesma os estabelecimentos varejistas de gêneros alimentícios.

Segundo cálculos feitos, mesmo admitida a hipótese de conservar-se estacionária a arrecadação da receita municipal, poderão ser invertidos em obras e empreendimentos na Capital, durante o período de vigência do plano-programa, cerca de Cr\$ 83-000 000,00, soma que permitirá resolver os mais urgentes problemas ligados ao conforto e bem estar da população.

Com base nos recursos orçamentários previstos para o plano, e prevista a antecipação da receita respectiva por meio de financiamento, foram estudadas e programadas as seguintes obras municipais:

- 1 — Abertura e alargamento da rua do Rosário, ligando-a à rua Graciano Neves.
- 2 — Abertura e calçamento da rua Uruguai.
- 3 — Abertura da rua Aristides Navarro, no trecho que a liga a rua Uruguai.
- 4 — Alargamento e calçamento da via de acesso à Ponte Florentino Avidos.
- 5 — Abertura e prolongamento da rua Alziro Viana até atingir a ladeira Maria Saraiva, na Fonte Grande, ligando-a por um viaduto.
- 6 — Calçamento do trecho da rua Alziro Viana, à direita da R. São Bento.
- 7 — Alargamento e prolongamento da rua Sete de Setembro.
- 8 — Calçamento da rua Jucutuquara.
- 9 — Abertura da rua de acesso à ilha Santa Maria.
- 10 — Abertura e calçamento da rua Salgado Filho.
- 11 — Abertura e calçamento da Reta de Maruípe da Av. Vitória até a Av. Maruípe.
- 12 — Abertura da rua ligando Gurigica de Fora à V. Norte-Sul.
- 13 — Calçamento do trecho formado pelas ruas Sebastião Tourinho e Rodrigues Arzão.
- 14 — Abertura e calçamento da rua Fradinhos.
- 15 — Calçamento do trecho formado pelas Avenidas Norte-Sul, Almirante Tamandaré, Ferreira Coelho e Neves Armond, até atingir a rua Cezar Helal, na Praia do Suá.
- 16 — Calçamento do trecho formado pela Av. Saturnino de Brito, Afonso Cláudio, Aleixo Neto, até atingir a Av. N.S. da Penha, na Praia Comprida.
- 17 — Calçamento da 2.^a pista da Av. Ordem e Progresso, na Praia Comprida.
- 18 — Calçamento e ajardinamento da Praça do Quadro, na Vila Rubim.
- 19 — Abertura da rua São Lucas, na V. Rubim.
- 20 — Ligação do bairro de St.^o Antonio ao de Caratoira, mediante abertura e calçamento da rua Braz Rubim, prosseguindo pela via de acesso ao Alto de Caratoira, descendo até atingir a Av. St.^o Antonio, na Volta de Caratoira.
- 21 — Calçamento da rua Campo Santo, em Santo Antonio, trecho compreendido entre as ruas Pinheiro Junior e Soldado Manoel Furtado.
- 22 — Calçamento da rua Alvimar Silva até atingir a rua Pinheiro Junior e desta até atingir a rua Campo Santo, Santo Antonio.
- 23 — Calçamento da rua Pinheiro Junior em Santo Antonio.
- 24 — Calçamento da rua Manoel Furtado, em Santo Antonio.
- 25 — Prolongamento da Av. Santo Antonio.
- 26 — Elevação do nível da Praça Santo Antonio e Melhoramentos no jardim.

- 27 — Abertura da rua de acesso ao bairro de Mulembá, ligando-o à Av. Contórno.
- 28 — Abertura da rua de penetração no bairro de Taboazeiro.
- 29 — Construção do Parque da Praça São Salvador, em Vila Maruípe.
- 30 — Abertura e calçamento da rua principal de acesso à Vila Maruípe.
- 31 — Calçamento das ruas adjacentes à Praça S. Salvador, na Vila Maruípe.
- 32 — Calçamento da Av. Maruípe, trecho compreendido entre a Av. 15 de novembro até atingir a reta que liga essa Av. à Av. Vitória.
- 33 — Alargamento e calçamento da Av. Cezar Helal, na Praia Comprida.
- 34 — Prolongamento e calçamento da rua Graciano Neves.
- 35 — Remodelação do cemitério de Santo Antonio.
- 36 — Construção de um novo cemitério em Mulembá, com a área de 12 500 metros quadrados.
- 37 — Construção de uma estação rodoviária provisória na Praça Misael Pena.

Para executar o vasto programa de obras aprovado, foi criado um "Escritório Técnico de Obras Novas", constituído de 1 engenheiro chefe, 1 engenheiro auxiliar, 1 calculista, 1 topógrafo, 1 desenhista, 1 auxiliar de escritório, 1 auxiliar de contabilidade e 1 contínuo. Esse escritório foi instalado em prédio adequadamente construído para esse fim.

A fim de garantir o suprimento de material de drenagem, não só destinado a obras novas a serem executadas, mas ainda para saneamento de extensas áreas da cidade, a Prefeitura adquiriu e instalou uma moderna fábrica de pré-moldados de cimento, compreendendo tubos de concretos de 0,30 m, 0,60 m e 1,00 de diâmetro, meios-fios para logradouros públicos e escadarias para acesso aos morros que circundam a cidade. Essa fábrica está provida das mais modernas instalações, podendo produzir, por dia, 100 tubos de cimento de 0,30 m e 200 metros lineares de meio-fio.

OBRAS EXECUTADAS

Não obstante haver o Prefeito se dedicado, durante os 7 meses de sua administração, ao estudo, planejamento e reforma da máquina administrativa e ao aperfeiçoamento da legislação municipal, ainda assim, foi possível à Prefeitura executar as seguintes obras em 1953:

- 1 — remoção dos postes, árvores e refúgios existentes na Av. da República e na Av. Capixaba, assegurando melhores condições de trânsito de veículos;
- 2 — Abertura e calçamento da rua da Imprensa;
- 3 — calçamento da rua Antonio Aleixo;
- 4 — levantamento total e recolocação de paralelepípedos na rua Cezar Helal;

- 5 — conclusão do muro de contórno da Av. Saturnino de Brito;
- 6 — construção da escadaria da Ladeira Maria Saraiva;
- 7 — aquisição da maquinaria para montagem da fábrica de pre-moldados de cimento;
- 8 — construção do prédio da fábrica de premoldados;
- 9 — construção do prédio para o Escritório Técnico de Obras Novas;
- 10 — reforma completa da lancha "Campista", para transporte de carne verde, inclusive novo motor;
- 11 — aquisição de um carro-pipa para a capacidade de 10 000 litros d'água;
- 12 — aquisição de 1 carro basculante, fechado de um caminhão, para serviço de lixo;
- 13 — recuperação total, inclusive novo motor, de um carro para transporte de carne verde;
- 14 — alargamento e calçamento de parte da rua Barão de Monjardim;
- 15 — reforma do prédio da rua Sete de Setembro n.º 170;
- 16 — ampliação do cemitério de Santo Antonio.

Além desses serviços, foi ampliada de mais 11 003 metros a rede de distribuição d'água.

A Prefeitura adquiriu e fez instalar nos pontos terminais de bonde e ônibus, modernos abrigos "AJAX" para passageiros, atendendo, assim, a justas reclamações da população.

Foi, igualmente, aprovado o orçamento e tomadas as primeiras providências para o fechamento da vala de Jucutuquara, devendo o leito dessa vala, com a largura aproximada de 5 metros, ser utilizado para o trânsito de veículos, melhorando, assim consideravelmente, as condições de trânsito no bairro e satisfazendo, sobretudo, a grande aspiração da população local que, desde muito tempo, vem reclamando aquele melhoramento.

Durante o ano de 1953 agravou-se a crise de abastecimento d'água, em virtude da forte estiagem verificada. A recuperação da barragem "Henrique de Novaes", em Duas Bocas, prossegue com seus trabalhos intensificados. Ultimados esses trabalhos e feito o represamento das águas, estará definitivamente superada, por muitos anos, a crise de abastecimento d'água.

Atendendo a que Vitória, além de ser a sede do Município, é, também, a Capital do Estado, do que decorre, naturalmente, a participação direta do Governo Estadual na solução dos problemas locais relacionados com os melhoramentos públicos, determinou o Governo se procedesse a estudos no sentido de determinar o possível aproveitamento do Rio Marinho, cujas águas, convenientemente tratadas, talvez possam cobrir as necessidades de Vitória e Municípios vizinhos, num período de tempo bem longo.

As finanças do Município estão caminhando para perfeito equilíbrio e solidez. FINANÇAS

A 31 de dezembro de 1953 a dívida do Município, consolidada e não consolidada, atingia a Cr\$ 13 774 445,20, contra Cr\$ 20 006 099,00, em igual data do ano anterior, tendo, assim, sido diminuída de Cr\$ 1 231 653,80.

A dívida não consolidada, imediatamente exigível, representada por "Restos a Pagar", montava, em 31 de dezembro último, a Cr\$ 3 059 407,80, contra Cr\$ 4 842 410,70 ao findar o ano de 1952, daí resultando sua diminuição em Cr\$ 1 783 002,90.

As despesas referentes ao exercício de 1953, liquidadas e não pagas, elevavam-se, em 31/12/53, a Cr\$ 1 507 171,30, contra Cr\$ 3 100 653,60 em 1952, disso resultando, em 1953, menor despesa do próprio exercício não paga, no montante de Cr\$ 1 607 482,30. Todavia, dos Cr\$ 1 507 171,30 de despesas do exercício de 1953, não pagas no seu encerramento, Cr\$. 736 599,20 foram pagos no decorrer do mês de janeiro de 1954, ficando a despesa daquele exercício, por pagar, reduzida a Cr\$ 770 572,10.

Para solver os compromissos de liquidação imediata, no valor de Cr\$ 3 059 407,80, representados por "Restos a Pagar", contava o Município com valores que totalizavam Cr\$ 9 955 486,70, assim representados:

Dinheiro em caixa e em bancos	Cr\$ 1 071 450,60
Dívida Ativa	Cr\$ 8 884 036,10
	9 955 486,70

Nos dois últimos exercícios foram efetuados os seguintes pagamentos em dinheiro:

	1953	1952
Despesas de exercício	21 033 898,00	17 153 764,20
Despesas de exercícios anteriores	3 002 803,70	1 741 259,90
Despesas dependendo da abertura de crédito (de exercícios anteriores)	1 528 413,50	2 525 104,70
	25 565 105,20	21 214 003,40
Pago a mais em 1953	4 144 976,40	

A execução do orçamento de 1953 veio demonstrar a boa vitalidade financeira do Município, expressada pelo crescimento da arrecadação que, no ano findo, excedeu em 27,6% a receita do ano anterior, contra um excesso de apenas 9,4% de 1952 sobre 1951.

A arrecadação no período de 1948 a 1953 demonstra que o ritmo de crescimento da receita, embora constante, elevou-se fortemente em 1953, o que demonstra não só o progresso econômico do Município, como, igualmente, maior aprimoramento da legislação tributária municipal e da sua fiscalização.

O movimento daquele período foi o seguinte:

Exercícios	Receita Arrecadada (CR\$ 1 000)	Diferença em relação ao exercício anterior	
		Absoluta (CR\$ 1 000)	Relativa (%)
1948	8 272	— 572	— 6,4
1949	17 918	+ 9 646	- - 116,5
1950	15 065	— 2 853	— 15,9
1951	18 691	+ 3 626	- - 24,0
1952	20 458	+ 1 767	- - 9,4
1953	26 113	+ 5 655	- - 27,6

Apesar de a arrecadação haver aumentado bastante nos últimos três anos, com exceção dos exercícios de 1951 e 1953, o primeiro encerrado com um pequeno *superavit* de Cr\$ 549,00, o segundo com Cr\$ 2 399,515, os demais exercícios do período 1948-1953 encerraram-se com *deficit*. Vale acentuar que não está computada, naqueles exercícios, a parcela de Cr\$ 4 555 952,10 de despesas ainda dependentes de abertura de créditos, o que, uma vez feito, determinaria não só a elevação dos *deficits* dos anos anteriores a 1953, como, possivelmente, a anulação do pequeno *superavit* de 1951.

O movimento da receita arrecadada e da despesa efetuada no período 1948-1953 foi o seguinte:

Exercícios	Receita arrecadada (CR\$ 1 000)	Despesa realizada (CR\$ 1 000)	RESULTADO	
			Superavit CR\$ 1 000	Deficit CR\$ 1 000
1948	8 272	9 104		832
1949	17 918	19 326		1 408
1950	15 065	16 606		1 541
1951	18 691	18 142	549	
1952	20 458	20 540		82
1953	26 113	23 713	2 400	

A receita para o exercício de 1953 fôra estimada em Cr\$ 22 305 000,00, tendo, entretanto, a arrecadação atingido a Cr\$ 26 113 499,20, apresentando um excesso sôbre a previsão igual a Cr\$ 3 808 499,20. Confrontando-se a receita arrecadada em 1952, que atingiu a Cr\$ 20 458 529,80, com a renda de 1953, que alcançou a elevada parcela de Cr\$ 26 113 499,20, verifica-se ter havido uma maior arrecadação em 1953, de Cr\$ 5 654 869,40, enquanto que o excesso de arrecadação de 1952, cotejado com a arrecadação de 1951 foi apenas Cr\$ 1 767 792,20.

Durante o exercício de 1953 a arrecadação poderia ter atingido a Cr\$ 29 655 442,60, pôsto que os resíduos ativos, referentes aos talões de impostos não resgatados pelos contribuintes, correspondentes ao exercício findo, atingiram a Cr\$ 3 541 943,40, sendo levados à Dívida Ativa.

A despesa foi fixada em Cr\$ 22 305 000,00, sendo que, durante o exercício, foram abertos créditos suplementares no montante de Cr\$. 1 742 626,50 e créditos especiais no valor de Cr\$ 3 472 094,20, tendo sido anuladas dotações no valor de Cr\$ 1 036 272,80, ficando a despesa autorizada elevada, com isso, a Cr\$ 26 483 447,90. Entretanto, dessa despesa autorizada, foi efetivamente despendida a quantia de Cr\$ 23 713 985,40, resultando, assim, um *superavit* orçamentário de Cr\$ 2 399 513,80. A despesa com pessoal atingiu a 63,86% contra 64,1% em 1952, despesa essa que, no orçamento para 1954, foi reduzido a 42%.

Em 31 de dezembro de 1953 a dívida ativa do Município atingia a Cr\$ 8 884 036,10, contra Cr\$ 4 522 756,60, em dezembro de 1952, tendo havido, assim, um aumento de Cr\$ 361 279,50. Observando-se os dados referentes ao quadriênio 1950-1953, chega-se à conclusão de que a dívida ativa do Município vai aumentando gradativamente, como se vê da seguinte tabela:

1950	Cr\$ 1 893 795,50
1951	Cr\$ 2 115 208,50
1952	Cr\$ 3 464 877,40
1953	Cr\$ 3 541 943,40

OUTRAS ATIVIDADES

O Município está promovendo a reestruturação dos quadros do funcionalismo, adotando o novo sistema de reclassificação de cargos adotado pelo Estado, preconizado no art. 259 da Lei Federal n.º 1 711, de 28 de outubro de 1952 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União), havendo o Estado colaborado nessa reforma por intermédio do Departamento Administrativo do Serviço Público. Para fazer face às despesas respectivas, o orçamento municipal já consignou a verba necessária.

Cuidou o Município, igualmente, da melhoria do nível técnico de seus funcionários, mantendo acôrdo com a Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, e enviando, anualmente, servidores municipais para se aperfeiçoarem nessa Escola.

Contava o Município com um quadro formado de 196 funcionários e extranumerários e com 345 operários permanentes para os vários serviços urbanos.

O pessoal operário teve fixadas em decreto municipal as suas condições de ingresso, exercício e dispensa, tendo sido reajustados seus salários, sendo que os trabalhadores braçais tiveram seus salários diários elevados de Cr\$ 27,00 a Cr\$ 30,00 até Cr\$ 35,00. Cuida o Município dos estudos necessários para a construção de uma vila para seus operários chefes de família, visando, com isso, não só melhorar-lhes as condições de vida, como, ainda, evitar a instabilidade da permanência dos mesmos a serviço da Prefeitura.

Procedeu o Município à reorganização do seu serviço de Patrimônio, criando uma Diretoria e promovendo o levantamento e cadastro de todos os bens do Município, a partir do ano de 1865, mediante cuidadosas buscas levadas a efeito nos cartórios da Capital, para localização das escrituras de compra e venda de bens imóveis.

A fim de favorecer as classes operárias, foi aprovada lei municipal permitindo a construção e reforma de casas proletárias, de construção modesta, o que era proibido pela legislação então vigente.

Para melhoria dos serviços de coleta domiciliar de lixo, a Prefeitura adquiriu dois caminhões novos para transformá-los em carrocerias basculantes de lixo, a primeira das quais já entrou em serviço. Adquiriu, também, um carro-tanque para água, com a capacidade de 10 000 litros e procedeu à reforma completa da lancha de transporte de carne verde, inclusive à substituição do motor, com isso dispendendo cerca de Cr\$ 200 000,00.

O Parque Moscoso, que durante muitos anos era o logradouro preferido pela população para os seus momentos de lazer, vivia quase que abandonado. O Governo do Estado reformou-o completamente, transformando-o num moderno parque recreio, destacando-se, entre os melhoramentos aí introduzidos, a construção de uma concha acústica, para espetáculos artísticos ao ar livre e um moderno parque infantil.

**COLABORA-
ÇÃO DO GO-
VERNO ES-
TADUAL**

Durante o ano de 1935, o Estado ajudou o progresso da cidade, concluindo ou tendo ainda em fase de construção as seguintes obras:

- 1 — Calçamento a paralelepípedos da ladeira de acesso ao Asilo dos Velhos, na Avenida Vitória;
- 2 — Pavimentação da Avenida Vitória, obra de grande vulto, ainda em fase de construção.
- 3 — Remodelação geral do Parque Moscoso, compreendendo a construção de uma concha acústica para espetáculos artísticos ao ar livre;
- 4 — Construção de um modelar parque infantil, no Parque Moscoso;
- 5 — Construção de uma lavanderia popular, na Fonte Grande;
- 6 — Construção do Grupo Escolar de Gurigica;
- 7 — Construção do Grupo Escolar de Caratoíra;

- 8 — Pôsto do Serviço Social da Ilha do Príncipe;
- 9 — Pôsto de Saúde da Ilha das Caieiras;
- 10 — Hospital de Clínicas, em Maruípe;
- 11 — Instituto do Câncer;
- 12 — Parque Infantil de Santo Antonio;
- 14 — Colégio Estadual, no Forte de S. João, com moderna piscina;
- 15 — Grupo Escolar de Muxinga (Maruípe);
- 16 — Lavanderia de Gurigica;
- 17 — Pôsto Policial da Ilha do Príncipe;
- 18 — Construção da rede de drenagem da Capixaba;
- 19 — Atérro dos mangais do Forte de S. João até Bento Ferreira;
- 20 — Atérro da Capixaba, com cais e início da construção da Avenida marginal que ligará o centro da cidade à Praia do Suá.

Além das obras acima relacionadas, o Estado custeou ainda a aquisição de 3 305 metros de canos para água, de diversas dimensões, com isso dispendendo Cr\$ 388 860,00.

A Legião Brasileira de Assistência, setor do Espírito Santo, trouxe, também, sua colaboração à cidade, fazendo construir, instalar e inaugurar um moderno edifício para funcionamento de seus serviços de ambulatório.

As relações entre o Executivo e o Legislativo do Município desenvolveram-se num clima de estreita cooperação e alta compreensão dos problemas e necessidades do Município, graças ao que o Prefeito encontrou o ambiente de que precisava para poder cumprir o programa de trabalho estabelecido.

MUNICÍPIO DE GUARAPARI

Movido pelo sentido nacional de turismo que se implanta dia a dia com mais relevância na estância balneária de Guarapari, procurou o Governo, instantemente, acelerar o seu progresso e dar complemento às obras já iniciadas, quer pela Municipalidade quer pela Secretaria de Viação e Obras Públicas, atendendo, assim, a um imperativo do próprio progresso daquela zona privilegiada.

Com uma receita de Cr\$ 1 495 520,60 contra Cr\$ 938 519,70 no ano anterior, a Municipalidade executou diversos serviços nos setores de iluminação, rede de esgotos e ampliação do sistema rodoviário. Atendeu às necessidades da população escolar, mantendo no município sete escolas públicas. Providenciou melhoramentos nas localidades de São Miguel, Rio Calçado, São João do Jaboti, Muquiçaba, Todos os Santos e Rio Grande.

O Governo Estadual, prosseguindo diversas obras ali anteriormente iniciadas, inverteu, ainda neste exercício, apreciáveis somas nos serviços de urbanização da cidade, cujos efeitos já podem ser observados e já acentuam, com uma nota nova de conforto e beleza, a expressão turística da bela Cidade-Saúde.

Em decorrência de Lei Estadual, recentemente promulgada por essa Colenda Assembléia, Guarapari veio desligar-se da tutela do Poder Executivo, conquistando, como era de esperar para mais cedo ou mais tarde, a sua autonomia administrativa.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS E SANEAMENTO

OBRAS EXECUTADAS EM 1953

O Distrito do Espírito Santo, do Departamento de Obras de Saneamento, continuou em 1953 executando o seu programa de trabalhos, que se viu um tanto prejudicado já que não foi possível contar, de acôrdo com as nossas previsões com as várias máquinas adquiridas e que não chegaram devido às dificuldades de importação. Mas, embora até o presente só contemos com dez Drag-lines em serviço, espalhados em várias regiões do Estado, já temos oportunidade de constatar o aproveitamento de algumas áreas de terras recuperadas com as dragagens, endicamentos e outras obras de defesa contra inundações.

Foram concluídas as obras de dragagem do rio Muqui do Norte e outros serviços complementares no trêcho da cidade de Muqui. Como consequência imediata das mesmas, a cidade não teve que suportar inundações posteriores, apesar das fortes chuvas que caíram ainda antes da conclusão das obras, e que registram um volume d'água equivalente ao que provocou em 1950 aquela inundação de consequências tão desastrosas para a economia do município. Achamos oportuno lembrar as recomendações dadas pelo Distrito em relatórios anteriores, referentes à necessidade de conservar o Canal, tomando iniciativas urgentes de reflorestamento a montante da cidade, e de cumprirem-se normas para o aproveitamento racional da terra na lavoura, a fim de evitar maior prejuízo pela erosão e o consequente perigo de perder, em poucos anos, toda a eficiência das obras executadas para a defesa da cidade. O custo dos serviços atingiu a Cr\$ 743 665,00, sem considerar as dispendiosas obras complementares custeadas pelo governo do Estado.

Completo-se praticamente a dragagem do rio Santo Agostinho em Viana, na extensão total de 6 020 metros, onde já tivemos a satisfação de constatar um relativamente grande aproveitamento das ótimas terras assim recuperadas para a lavoura. A despesa destes serviços atingiu a Cr\$ 616 135,00.

Foram concluídos os serviços de limpeza e desobstrução do rio Santa Joana e seus afluentes no município de Itaguaçu, que haviam sido programados e executados de acôrdo com indicações do Departamento Estadual de Saúde Pública, instituição que assinalou os trechos infestados pelo "Squistosome", de tão graves consequências para a saúde da população dos vales afluentes do rio Doce. O Departamento despendeu nestas obras o total de Cr\$ 538 030,00.

Foi praticamente terminada a canalização do rio Araquara, afluente da margem esquerda do rio Benevente, com 12 000 metros de comprimento total. O início e conclusão de várias valas para drenagem secundária do Araquara, nas terras protegidas pelo Dique Benevente, oferecem a possibilidade imediata de aproveitar, no mínimo, uma área três vezes maior daquela parte já aproveitada anteriormente com excelente resultado.

Contando com o drag-line que operou nas obras da cidade de Muqui, já concluídas, intensificou-se a canalização do rio Muqui do Norte, em Paineiras.

Com o avanço da dragagem do rio Timbui, embora lento devido à pequena capacidade e o estado de desgaste da máquina em operação, a cidade de Santa Teresa já se acha menos ameaçada pelas enchentes do rio. O Distrito confia em que proximamente disporá de um drag-line maior a fim de intensificar este importante serviço de defesa da cidade contra inundações.

Prosseguiram outros serviços de dragagem, como os dos rios Jucu, Santa Maria, Rio Novo, Jacarandá e os de endicamento da margem esquerda do primeiro, este em vias de conclusão para o exercício de 1954.

Estão próximas a ser concluídas as sondagens geológicas necessárias para a localização e o projeto da barragem da Suíça, do sistema Rio Bonito. Devido a dificuldade de natureza local, estes serviços preliminares estão exigindo maior tempo que o previsto, inclusive o do levantamento topográfico detalhado da bacia de acumulação, a cargo da Divisão de Águas e Energia Estadual.

Finalmente, outras obras foram iniciadas e concluídas no exercício de 1953, entre elas, a ponte sobre o canal Jacarandá, na estrada de rodagem Araçatiba-Viana, e a Vala da Montanha, que atravessa o progressista povoado "Governador Santos Neves", no município de Conceição da Barra.

No quadro abaixo, apresentamos os valores globais de todas as obras executadas no exercício de 1953, com a descrição sumária:

OBRAS EXECUTADAS EM 1953

I — ENDICAMENTO	VOLUME m3	DESPESA
Dique Jucu	238 377	501 426,00
Dique Marinho	7 440	19 840,00
Dique Benevente-Complementação	—	164 070,00
Tot.	245 817 m3	685 336,00

II — ESCAVAÇÃO MECÂNICA

	VOLUME m3	DESPESA
Canal Jucu	255 618	644 960,00
Vala Guaranhuns	7 920	21 120,00
Canal Jacarandá	124 250	641 848,00
Canal Santo Agostinho	56 729	307 790,00
Coletora dique Benevente	2 500	12 500,00
Canal Benevente	14 777	79 405,00
Canal Araraquara	93 930	519 250,00
Canal Novo	249 283	644 222,90
Canal Santa Maria	141 884	326 333,20
Canal Timbuí	83 410	315 549,00
Canal Cidade Muqui	64 649	273 088,40
Canal Muqui — Trêcho inferior	273 881	539 247,30
Tot.	1 368 831 m3	Cr\$ 4 325 358,80

III — ESCAVAÇÃO MANUAL

Vala da Gruta — Safra	1 653	24 750,00
Vala da Montanha — Gov. S. Neves	5 000	74 500,00
Valas da bacia Araraquara	3 700	48 100,00
Valas Aribiri, Formath e Pinduca	7 268	34 040,00
Tot.	17 621 m3	Cr\$ 181 390,00

IV — TERRAPLENAGEM

Jacarandá	900	16 000,00
Cidade de Muqui	1 680	33 600,00
Tot.....	2 580 m	Cr\$ 49 600,00

V — OBRAS DE ARTE

Ponte sobre o canal Jacarandá	Tot. Cr\$ 109 295,00
-------------------------------------	----------------------

VI — LIMPEZA DE CURSOS D'ÁGUA

Rio Santa Joana e afluentes	70 420 m	318 296,00
Rio Camburi	5 000 m	50 000,00
Tot.	75 420 m	Cr\$ 368 296,00

VII — CONSERVAÇÃO DE CURSOS D'ÁGUA

	VOLUME m3	DESPESA
Rio Muqui do Norte	8 000 m	60 000,00
Canal Tauá	2 900 m	22 910,00
Canal Araraquara	7 400 m	53 530,00
Valas Japão e Jaracatiá	3 040 m	7 018,00
Tot.	21 340 m	Cr\$ 143 458,00

VIII — APARELHAGEM

Aquisição de máquina	4 572 000,00
Desmontagem, montagem e viagem de drag-line	23 600,00
Tot. Cr\$	4 595 600,00

IX — SERVIÇOS DIVERSOS

Desmatamentos em Timbuí e Jucu	86 240 m2 Cr\$	203 396,80
Preparo das praças de trabalho das Sondas geológicas para estudo da barragem da Suiça	Cr\$	50 000,00
Aerofotografia	Cr\$	185 400,00
Levantamento botânico para estudo de destruição química de vegetação		10 000,00
Tot.		448 796,80

X — PESSOAL DE OBRAS

1 688 528,70

RESUMO

I — Endicamento	Cr\$	685 336,00
II — Escavação Mecânica	4 325 358,80	
III — Escavação Manual	181 390,00	
IV — Terraplenagem	49 600,00	
V — Obras de Arte	93 055,00	
VI — Limpeza de Cursos d'água	368 296,00	
VII — Conservação de Cursos d'água	143 458,00	
VIII — Aparelhagem	4 595 600,00	
IX — Serviços Diversos	448 796,80	
X — Pessoal de Obras	1 688 528,70	

Tot. Cr\$ 12 579 419,30

RELAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL

Prosseguiram, com o mesmo sentido salutar e profícuo, dentro da sábia política de intercâmbio e cooperação mútuas, as relações entre o Estado e o Governo Federal, como bem se pode verificar através de vários títulos constantes desta Mensagem.

Todos os Ministérios, e, com maior ressaltado, o da Fazenda, Agricultura, Educação e Saúde, vários Departamentos e Serviços Nacionais como o da Saúde, o de Portos, Rios e Canais, o da Produção Mineral, o de Obras e Saneamentos, o de Estradas de Rodagem, o D. Administrativo do Serviço Público, o Serviço Nacional de Malária e o do Câncer, o Conselho Nacional de Geografia, o Serviço de Alimentação da Previdência Social, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, as Cias. Leopoldina e Vale do Rio Doce S. A., enfim de todos os setores de atividades, Ministérios, Departamentos, Serviços, Conselhos e Fundações, Delegacias, autarquias e outras entidades federais, — com muitas das quais firmou convênios e acordou entendimentos, — continua o Governo Estadual a receber, em benefício das obras e empreendimentos vários que vem fazendo, e em favor dos múltiplos aspectos de suas atividades administrativas e assistenciais, a cooperação e o apoio valiosos e imprescindíveis da União, o que lhe vem permitindo prosseguir, com maior ritmo de trabalho, sem solução de continuidade, a realização do seu programa de Governo, equacionado no Plano de Valorização Econômica, em franco e real desenvolvimento.

RELAÇÕES COM OS DEMAIS PODERES

Cumprindo à risca um imperativo de sua própria formação democrática, o Executivo não tem descuidado de fomentar as melhores e mais atenciosas relações com os mais Poderes que conformam o Estado.

Esse clima de cordialidade e boa compreensão se vem mantendo com essa nobre Assembléia Legislativa, à qual jamais negou o diretito — que é, ao mesmo passo dever seu — de fiscalizar a ação do Executivo que, por sua vez, lhe vem prestando a colaboração necessária à eficácia dessa fiscalização, acompanhando permanentemente os projetos em curso na douta Assembléia, e a ela fornecendo, quando solicitados, e com a possível presteza, todos os informes e matérias de que necessita para o fiel desempenho de sua alta e patriótica missão legisferante.

Também ao Egrégio Poder Judiciário, representado especialmente pelo Colendo Tribunal de Justiça e pelo não menos Colendo Tribunal Regional Eleitoral, Excelsos Colégios de sabedoria e comprovada cultura, responsáveis pela correta aplicação da Lei em nossa terra, continua o Executivo a consagrar-lhe a homenagem de sua melhor atenção e elevado aprêço, acautando-lhe e cumprindo-lhe as sábias Decisões, e cooperando, à justa e com o maior empenho, na manutenção desse clima de irrestrita consideração e máximo respeito.

BANCO DE CRÉDITO AGRÍCOLA DO ESPÍRITO SANTO

Nosso principal estabelecimento de crédito prossegue suas atividades, num crescendo acusativo de sua vitalidade e franco progresso, como se pode verificar pelo seguinte quadro, que bem demonstra a situação privilegiada em que se encontra:

Anos	Cart. Comercial	Cart. Agrícola	Depósitos	Tit. Cobráveis
1946	24 821 725,70	18 642 500,00	41 306 505,30	29 241 723,10
1947	25 328 116,10	12 530 418,90	36 390 577,90	31 486 514,20
1948	37 921 964,20	13 862 078,50	50 393 324,70	42 829 251,30
1949	42 590 763,50	15 401 469,50	96 936 375,50	52 156 488,10
1950	75 125 323,90	17 300 277,10	113 196 666,10	69 834 060,40
1951	105 000 448,80	32 667 999,40	145 449 919,70	100 870 706,10
1952	107 717 333,70	34 301 075,40	112 451 421,10	120 793 534,90
1953	110 199 827,10	50 822 094,20	145 021 735,00	151 238 477,70

Ampliando sua rede de filiais no interior do Estado, inaugurou o Banco de Crédito Agrícola, os novos Departamentos de Muqui e de Linhares, esta última Agência instalada em prédio próprio.

Os lucros auferidos em 1953, num total de Cr\$ 8 029 323,60, ensejaram a distribuição de dividendos aos acionistas, na base de 15%.

Empenhando-se interessadamente no amparo de todos os setores de trabalho do Estado, não descarta o Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo S. A. de cooperar eficientemente no fomento dos meios indispensáveis à maior expansão do Comércio, da Indústria e da Lavoura, o que lhe tem garantido a notória preferência e o importante papel que desempenha entre nós, norteado sempre pela ponderada política que lhe vem imprimindo sua eficiente Diretoria.

COMPANHIA ESPÍRITO SANTO DE SEGUROS

Pela prevista repercussão que terá, em futuro próximo, nos meios econômico-financeiros do Estado, é digna de menção, nesta Mensagem, a novel Companhia Espírito Santo de Seguros, constituída, sob a inspiração do Governo Estadual, em 29 de janeiro de 1952, e autorizada, pelo Decreto Federal n.º 33 909, de 25 de setembro do ano passado, a funcionar em operações de seguros e re-seguros e ramos elementares.

Cumprindo todas as exigências legais, realizando 50% do capital subscrito, fixado em Cr\$ 5 000 000,00, a Companhia Espírito Santo de Seguros acha-se em vias de funcionamento regular, aguardando, apenas, a Carta Patente, em condições de ser expedida pelo Diretor do Departamento de Seguros Privados e Capitalização, com a assinatura do senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Senhores Membros do Poder Legislativo:

Aproxima-se a meta final das nossas responsabilidades recíprocas. Confesso que, quanto a mim, pela tortura do pôsto e pela fadiga de uma tarefa esmagadora e sobre-humana, a voz de alto!, tão vizinha agora, encerra em si tôda a magia e deslumbramento de um ato de redenção.

Estamos nas ante-vésperas de uma campanha eleitoral que certamente concorrerá para a perturbação momentânea dêste ambiente de tranquilidade e concórdia que é o próprio apanágio do Espírito Santo.

Penso, porém, que já conquistamos aqui, na terra de Anchieta, a maturidade espiritual e o sentido de equilíbrio para fazer do prélio das urnas um encontro democrático, sem retaliações e sem ódios.

Seriam mais do que um êrro, corresponderiam a um crime, as atitudes de violência, destruidoras do ritmo de trabalho e progresso em que vivemos.

Por minha parte, eu vos afianço, tudo farei para impedir a eclosão desesperada das paixões, sobrepairando, com serenidade, as ondas da tempestade e cumprindo, até ao fim, sem solução de continuidade, a rude tarefa que me impôs, mais uma vez, o nobre povo espírito-santense, de modo que possa, depois, na paz de minha consciência, repetir as eternas palavras de Lincoln: "Quero orientar o meu governo de tal modo que, mais tarde, quando o deixar, se não contar com um só amigo na terra, ainda possa encontrar um dentro em mim mesmo".

Vitória, 15 de Março de 1954

JONES DOS SANTOS NEVES

Governador do Estado

EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL

LEIS DE 1953

LEI N.º 691, de 5-1-53 (D.O. de 6-1-53) —

Considera de utilidade pública o Círculo Operário de Santo Antônio, fundado em 31 de maio de 1951, no bairro de Santo Antônio nesta capital.

LEI N.º 692, de 22-12-52 (D.O. de 6-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a construir na cidade de São Mateus, por intermédio da SVOP, 6 modestas casas, tipo popular, destinadas à residência dos elementos componentes do destacamento policial (sargentos, cabos e soldados) daquela cidade — Para execução dessa obra, poderá o Governo dispor da quantia de Cr\$ 240 000,00, na base de Cr\$ 40 000,00 por casa — Fixa o aluguel mensal de Cr\$ 150,00 Cr\$ 110,00 e Cr\$ 70,00, respectivamente para sargentos, cabos e soldados — O Poder Executivo incluirá, no orçamento de 1954, a verba acima mencionada.

LEI N.º 693, de 5-1-53 (D.O. de 6-1-53) —

Reorganiza a Divisão do Patrimônio da Secretaria da Fazenda, que será constituída do Serviço de Administração, Serviço de Obras e Desenhos, Cadastro Imobiliário, Cadastro Mobiliário e Assistência Jurídica — Reclassifica ao padrão "R" o cargo de Diretor da Divisão do Patrimônio, padrão, criado pela Lei n. 606, de 29-12-51, ficando ainda o Poder Executivo autorizado a reclassificar ao padrão "R", os cargos de Diretor de Divisão e de Serviço, padrão "P" — Cria e inclui na Tabela n. 4 P.P. do Q.U. do Estado as funções gratificadas de Chefe do Serviço de Administração, Chefe de Cadastro Imobiliário e Chefe de Cadastro Mobiliário, com a gratificação mensal de Cr\$ 550,00, lotadas na Div. do Patr. da Sec. da Fazenda.

LEI N.º 694, de 30-12-52 (D.O. de 8-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a anular na verba Despesas Diversas — código 8.01.4, sub-consignação 506, da Tabela n. 2 — Tribunal de Justiça, a importância de Cr\$ 10 000,00, e, com esse recurso, abrir um crédito suplementar de igual quantia, para reforço da verba Material Permanente — código 8.01.2, sub-consignação 305 — Livros, revistas, etc., da mesma Tabela.

LEI N.º 695, de 30-12-52 (D.O. de 8-1-53) —

Declara de utilidade pública o “Conservatório de Música” de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado, fundado em 14 de abril de 1947.

LEI N.º 696, de 7-1-53 (D.O. de 8-1-53) —

Dá nova redação ao art. 17 da Lei n. 627, de 22-2-52, que concede diretamente ao IBES empréstimos parciais até o limite de Cr\$ 8 000 000,00, por prazo não superior a 10 anos e juros à taxa de 3% ao ano.

LEI N.º 697, de 29-12-52 (D.O. de 10-1-53) —

Altera os valores da gratificação de magistério prevista no art. 37 da Lei n.º 549, de 7-12-51 — Cr\$ 600,00 para o professor de ensino primário que for chamado a funcionar no serviço de inspeção escolar — Aos Diretores de Grupo Escolar, cujos estabelecimentos funcionam em mais de um turno, é assegurada uma gratificação “pro-labore”, acrescida de Cr\$ 150,00 quando exercem também a função de Delegado de Ensino.

LEI N.º 698, de 7-1-53 (D.O. de 8-1-53) —

Transforma o atual cargo de Protocolista-Arquivista, padrão “H”, da P.E. do Q.U. do Estado, em Protocolista, padrão “H”, de provimento efetivo e independente de concurso — Cria na P.E. do Q.U. do Estado um cargo isolado de Arquivista, padrão “M”, de provimento efetivo e independente de concurso — Eleva de Cr\$ 400,00 para Cr\$ 600,00 e de Cr\$ 300,00 para Cr\$ 500,00, respectivamente, as gratificações das funções de Encarregado de Serviço de Coordenação, Revisão e Distribuição de Acórdãos e de Encarregado do Serviço de Empenho, da Secretaria do Tribunal de Justiça.

LEI N.º 699, de 7-1-53 (D.O. de 8-1-53) —

Cria e inclui no Quadro Especial do Tribunal de Justiça um cargo de Escrevente Juramentado, padrão “E”, no Cartório Criminal da Comarca de Colatina.

LEI N.º 700, de 5-1-53 (D.O. de 8-1-53) —

Declara de utilidade pública as “Obras Sociais Salesianas da Igreja da Virgem Imaculada”, de Vargem Alta, município de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado.

LEI N.º 701, de 8-1-53 (D.O. de 9-1-53) —

Dá nova redação ao art. 179 e parágrafo único, da Lei n. 484, de 19-3-51, concedendo à funcionária gestante, mediante inspeção médica, licença por quatro meses, com vencimentos ou renumeração.

LEI N.º 702, de 7-1-53 (D.O. de 10-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder, à Prefeitura Municipal de Vitória, o auxílio de Cr\$ 3 000 000,00, para aplicação específica na construção de nova adutora e respectiva caixa d'água do município do Espírito Santo — Autoriza ainda o Executivo a abrir o crédito especial de igual quantia para atender às despesas decorrentes desta lei.

LEI N.º 703, de 7-1-53 (D.O. de 10-1-53) —

Concede à viúva Mariana Fraga Leal, enquanto viver, uma pensão mensal de Cr\$ 800,00.

LEI N.º 704, de 7-1-53 (D.O. de 10-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio à Santa Casa de Misericórdia, até a importância de Cr\$ 1 200 000,00, para ser aplicado na cobertura de "deficits" porventura verificados entre a Receita e a Despesa da instituição pia (Santa Casa, Serviço de Pronto Socorro e Obra Social Santa Luíza), no exercício de 1 953 — Autoriza ainda o Executivo a abrir o crédito especial de igual quantia, para execução desta lei.

LEI N.º 705, de 9-1-53 (D.O. de 10-1-53) —

Restabelece a vigência dos §§ 3.º e 5.º do art. 95 do decreto-lei n. 16 051, de 25-1-946, com a revogação da lei n. 327, de 20-5-50 — Obs: — Decreto-lei n. 16 051 (Lei de Organização Judiciária do Estado).

LEI N.º 706, de 9-1-53 (D.O. de 11-1-53) —

Fixa o número de efetivos da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Especial, bem como os seus respectivos vencimentos, e dá outras providências.

LEI N.º 707, de 10-1-53 (D.O. de 11-1-53) —

Cria com sede nesta Capital, e subordinada à Secretaria da Educação e Cultura, a Escola de Auxiliares de Enfermagem, destinada ao adextrimento do pessoal capaz de auxiliar o enfermeiro em suas atividades de assistência curativa e preventiva — A E.A.E.E.S. manterá o Curso de Formação de Enfermagem, com a duração de 18 meses, e o número de matrículas não excederá a 40 (quarenta) — Cria 4 cargos isolados de Professor de Enfermagem, padrão "L", 1 (um) cargo isolado de Secretário, padrão "H" e 1 (uma) função gratificada de Diretor de Cr\$ 600,00 mensais — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 550 000,00, para atender, no exercício de 1 953, às despesas desta lei.

LEI N.º 708, de 10-1-53 (D.O. de 11-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a reclassificar, no padrão "P", os vencimentos do cargo de Escrivão do Crime, padrão "O", da comarca da Capital.

LEI N.º 709, de 9-1-53 (D.O. de 14-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a construir, por intermédio da SVOP, uma estrada de rodagem que, partindo da Ponte do Pancas, na estrada tronco Colatina-São Domingos, atinja São João Pequeno (Fazenda João Fachetti, no distrito de Itapina, com um percurso de 14 quilômetros — Autoriza ainda a construção de uma estrada de rodagem, da cidade de Guaçuí ao Arraial do Café, passando pela Serra de Santa Catarina e pela Fazenda Darci Brum — Autoriza o Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 250 000,00, para atender às despesas decorrentes desta lei.

LEI N.º 710, de 9-1-53 (D.O. de 14-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder um auxílio de Cr\$ 300 000,00 à Prefeitura de Castelo, para reconstrução da estrada Castelo-Venda Nova — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 300 000,00 para atender às despesas de que trata a presente lei.

LEI N.º 711, de 9-1-53 (D.O. de 14-1-53) —

Considera feriado estadual o dia 30 de outubro, considerado "Dia do Comerciário".

LEI N.º 712, de 9-1-53 (D.O. de 14-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir um crédito especial de Cr\$ 200 000,00, destinado às obras de restauração da Igreja Matriz do município de Itapemirim.

LEI N.º 713, de 12-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 200 100 00 à Maternidade da Cidade do Espírito Santo, para construção e instalação de seu hospital — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o necessário crédito especial para atender à despesa desta lei.

LEI N.º 714, de 12-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Assegura a graduação no posto imediato ao Oficial Chefe de Classe, ou cabeça de quadro (n. 1 da respectiva escala), dos diversos quadros das

armas e serviços, que houver prestado mais de 20 anos de serviços à Polícia Militar, ao Estado ou a União — Aos oficiais graduados por efeito desta lei, cabem todos os direitos, honras, regalias, precedências hierárquicas e vantagens, exceto vencimentos, como se efetivos fossem, e serão efetivados quando houver vaga ou forem transferidos para a reserva — A presente graduação atingirá a todos os postos da hierarquia de Oficiais, qualquer que seja o quadro, arma ou serviço a que pertença o oficial.

LEI N.º 715, de 13-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Concede uma pensão mensal de Cr\$ 500,00, ao professor Próspero Melo Finamcre, enquanto viver.

LEI N.º 716, de 13-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder a cada um dos estabelecimentos de ensino, Instituto Salesiano Anchieta, de Jaciguá, no município de Cachoeiro de Itapemirim, e Ginásio Mimosense, da cidade de Mimoso do Sul, o auxílio de Cr\$ 200 000,00 — Autoriza igualmente o Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 400 000,00, para o cumprimento da presente lei.

LEI N.º 717, de 13-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a rever, com observância das formalidades legais que o caso exige, os proventos dos aposentados e dos reformados do Estado, fixando-os nas mesmas bases dos padrões de vencimentos e vantagens atuais assegurados aos servidores públicos em atividade — Não existindo mais o cargo do aposentado ou o posto do reformado, os proventos serão fixados na base do cargo ou graduação correspondentes.

LEI N.º 718, de 13-1-53 (D.O. de 18-1-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder os seguintes auxílios: Cr\$.. 120 000,00 à Sociedade Pró-Melhoramento de Guarapari; Cr\$ 50 000,00 à Colônia de Pescadores Z-3, de Guarapari, e, à Colônia de Pescadores Z-4, de Anchieta, Cr\$ 30 000,00.

LEI N.º 719, de 7-3-53 (D.O. de 10-3-53) —

Reorganiza a Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, subordinada à Secretaria do Interior e Justiça, e sob a direção imediata do Chefe de Polícia, que tem por função zelar pela manutenção da ordem e das garantias individuais, prevenir e reprimir os crimes e contravenções no território do Estado ou fora dele quando em missão especial.

LEI N.º 720, de 6-6-53 (D.O. de 9-6-53) —

Concede uma licença de 90 (noventa) dias seguidos ou interruptos, ao Sr. Governador do Estado, para ser gozada no corrente exercício, no território do Estado ou fora dele.

LEI N.º 721, de 25-7-53 (D.O. de 28-7-53) —

O número 7, do art. 68 da Lei n. 609, de 31 de dezembro de 1951, passa a vigorar com a seguinte redação:— “7) — as aquisições para templos ou incorporação ao patrimônio de qualquer culto, sociedades literárias ou artísticas, instituições de Educação e de assistência social, desde que as suas rendas sejam aplicadas no País e se destinem a utilização pela entidade beneficiária”.

LEI N.º 722, de 25-7-53 (D.O. de 28-7-53) —

Revoga o Decreto-lei número 16 584, de 2 de julho de 1947.

LEI N.º 723, de 25-7-53 (D.O. de 28-7-53) —

Inclui entre os cargos de Chefe de Secção, reclassificados no padrão “Q”, pelo Decreto-lei n. 16 301, de 7 de novembro de 1946, o cargo de Chefe de Biblioteca, padrão “O”, da Tabela n.º 2, da Parte Permanente do Quadro Único do Estado.

LEI N.º 724, de 14-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Transforma o cargo isolado de Assistente Rádio Técnico, padrão “L”, de provimento em comissão, do Q.U. do Estado, em cargo isolado de provimento efetivo, com a denominação de Rádio Técnico, reclassificando-o no padrão “O”.

LEI N.º 725, de 14-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Fixa o valor da etapa do pessoal da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Especial, no corrente exercício, a partir de 1.º de janeiro, na seguinte base:

a) Oficial ou aspirante a oficial	Cr\$ 25,00
b) Aluno, sub-tenente ou sargento	Cr\$ 20,00
c) Cabo ou soldado	Cr\$ 15,00

LEI N.º 726, de 14-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 150 000,00 para fazer face às despesas com a instalação de um serviço de som, no salão de julgamento do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado.

LEI N.º 727, de 14-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Declara de utilidade pública a Escola de Motoristas "São Cristovão", fundada em 1 948, com sede nesta Capital.

LEI N.º 728, de 14-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 200 000,00 para fazer face às despesas com a aquisição de 37 togas para os magistrados do Estado.

LEI N.º 729, 11-8-53 (D.O. de 18-8-53) —

Estabelece que o funcionário da Assembléa Legislativa, aposentado com mais de trinta anos de serviço prestado exclusivamente ao Estado, dos quais mais de 1/3 prestado exclusivamente à sua Secretaria, terá os proventos fixados no padrão imediatamente superior ao que percebia na atividade — O período em que o funcionário tenha estado afastado do Poder Legislativo, independentemente de sua vontade, será computado como tempo de serviço prestado à Assembléa Legislativa.

LEI N.º 730, de 25-8-53 (D.O. de 26-8-53) —

Dispõe sobre a reorganização da Polícia Militar do Estado.

LEI N.º 731, de 11-9-53 (D.O. de 13-9-53) —

Autoriza o Poder Executivo a entrar em entendimentos com o Governo Federal para que por este seja encampada a Cia. Ferroviária Itabapoana, e, em seguida recomece o seu tráfego — Autoriza igualmente o Poder Executivo a Proceder a estudos sobre o prolongamento daquela Estrada de Ferro até a cidade de São José do Calçado, correndo por conta do Estado as despesas com o estudo e execução do serviço.

LEI N.º 732, de 11-9-53 (D.O. de 15-9-53) —

Incorpora a ilha de Trindade e o arquipélago de Martins Vaz ao Município de Vitória — Determina que esta lei será incorporada ao texto da lei geral quinquenal a ser baixada no corrente ano, nos termos do art. 75 da Constituição.

LEI N.º 733, de 17-9-53 (D.O. de 24-9-53) —

Dá nova redação ao art. 60 da Lei n. 615 de 31-12-51, estabelecendo novos prazos para pagamento do empréstimo imobiliário, em consonância com a idade do segurado — Dá nova redação ao parágrafo único do art.

3.º do Decreto-lei n. 16 592, de 4-7-947, dispondo que o limite poderá elevar-se até 70 % quando a consignação destinar-se ao pagamento de amortização e juros relativos aos contratos para aquisição de casa própria, e quando destinarse ao pagamento da quota de subsistência de que trata o art. 2.º n. "V".

LEI N.º 734, de 13-10-53 (D.O. de 15-10-53) —

Cria e inclui na Tabela n.1 da P.P. do Q.U. do Estado 4 cargos isolados de provimento efetivo de Rádiatelegrafista, padrão "F" — Determina ao Executivo a supressão das quatro funções de extranumerário de Rádiatelegrafista, ref. "VII", da T.N.M. n. 8 — Gabinete do Secretário e Serviço de Administração, da Secretaria do Governo — Cria e inclui na Tabela n. 2 da P.P. do Q.U. do Estado os seguintes cargos isolados de provimento em comissão: 1 de Rádiatelegrafista Chefe, padrão "O"; 1 de Rádiatelegrafista, padrão "N" e 1 de Estafeta, padrão "J" — Estes cargos serão providos privativamente por funcionários do Serviço Radiotelegráfico, quando em exercício no Rio de Janeiro.

LEI N.º 735, de 16-10-53 (D.O. de 22-10-53) —

Regulamenta a concessão e gozo de férias dos Oficiais e sub-tenentes, sargentos, cabos e soldados da Polícia Militar, que terão direito, respectivamente, a 30, 25, 20 e 15 dias de férias em cada ano.

LEI N.º 736, de 16-10-53 (D.O. de 20-10-53) —

Concede isenção do imposto de transmissão "causa-mortis" aos quinhões hereditários havidos pelos herdeiros do Prof. Alfredo Herkenhoff, quinhões esses constituídos de um terreno e casas, sítos à rua 25 de Março, ns. 29 a 39, onde funcionam a Escola Técnica de Comércio, o Colégio São Pedro e Escola Normal, na comarca de Cachoeiro de Itapemirim — Isenta do imposto de transmissão "inter-vivos" a doação a ser efetuada dos aludidos bens à "Fundação Professor Alfredo Herkenhoff", em organização — Se dentro de 180 dias contados da data de homologação do inventário, a referida fundação não chegar a constituir-se, obrigar-se-ão os herdeiros do "de cujos" a recolher o imposto que deixarem de pagar, por força desta lei.

LEI N.º 737, de 16-10-53 (D.O. de 20-10-53) —

Cria, na Polícia Militar do Estado, o Quadro Auxiliar de Oficiais, que será constituído de 2.ºs e 1.ºs Tenentes oriundos das fileiras da Polícia Militar do Estado.

LEI N.º 738, de 21-10-53 (D.O. de 1-11-53) —

Cria, na cidade de Alegre, um estabelecimento de ensino secundário e normal com a denominação de "Colégio Estadual e Escola Normal de Alegre" — Autoriza o Poder Executivo a providenciar a instalação do novo estabelecimento, adquirindo o edifício em que tem funcionado o "Instituto Alegrense de Educação", bem assim os móveis e equipamentos do mesmo. — Cria, nas Tabelas próprias da P.P. do Q.U. do Estado 15 cargos de Professor de Ensino Secundário, padrão "L", 1 função gratificada de Diretor, de Cr\$ 1 200,00 e 1 cargo de Secretário, padrão 'J' — Autoriza ainda o Executivo a dispendir a quantia de Cr\$ 2 000 000,00 necessária ao cumprimento desta Lei.

LEI N.º 739, de 29-10-53 (D.O. de 5-11-53) —

Dá nova redação aos artigos ns. 39, 40 e seu parágrafo único, 41 e 52 da Lei n. 719, de 7-3-53, que discrimina os cargos em comissão, cargos isolados de provimento efetivo, funções gratificadas e cargos de carreira da Polícia Civil — Revoga os seguintes dispositivos da Lei n. 719: art. 28 e seu parágrafo único; parágrafo único do art. 40; parágrafo único do art. 41, parágrafo único do art. 42; arts. 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 74 e seus parágrafos, 75 e parágrafo único, 76, 77 e seu parágrafo único e demais disposições em contrário.

LEI N.º 740, de 3-11-53 (D.O. de 5-11-53) —

Determina que o Professor de Ensino Primário, admitido antes da vigência da Lei n. 549, de 7-12-51, será aposentado na última classe da carreira a que pertencer, se as promoções a que tiver feito jus, com base no art. 35 da referida lei, forem subsequentes até completar o tempo da aposentadoria, sem que tenha atingido a classe final da carreira — Para os efeitos desta lei, o Professor terá sempre que completar o período de 3 anos referido no art. 35 da lei citada, ainda que ultrapasse o tempo legal da aposentadoria.

LEI N.º 741, de 3-11-53 (D.O. de 5-11-53) —

Declara de utilidade pública a Campanha de Alfabetização e Assistência Social de Cachoeiro de Itapemirim, com sede na Cidade de Cachoeiro de Itapemirim, neste Estado.

LEI N.º 742, de 27-10-53 (D.O. de 7-11-53) —

Estabelece que, sempre que o desembargador se afastar do exercício de suas funções, em gozo de férias ou licença, será convocado o Juiz de Direito para a substituição, enquanto durar o afastamento — Se dois ou mais

juizes de Direito entrarem em gôzo de férias ou licença, a convocação dos juizes de Direito será feita pela ordem de antiguidade destes na entrância — Durante a substituição, os juizes de Direito serão substituídos, a seu turno, pelos juizes substitutos, e, não havendo estes em exercício, pelos demais juizes de Direito, nos termos da lei.

LEI N.º 743, de 7-11-53 (D.O. de 8-11-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder a importância de Cr\$ 50 000,00 ao semanário "O Semeador", que se edita na cidade de Castelo, neste Estado — Autoriza ainda o Poder Executivo a abrir o necessário crédito especial para atender a despesa decorrente da presente lei.

LEI N.º 744, de 7-11-53 (D.O. de 8-11-53) —

Cria e inclui na Parte Especial do Quadro Único do Estado um cargo de Escrevente, padrão "E", a ser lotado no Cartório do Crime da Comarca de Barra de São Francisco.

LEI N.º 745, de 12-11-53 (D.O. de 17-11-53) —

Autoriza o Poder Executivo a auxiliar, com Cr\$ 100 000,00 para cada um, a construção dos edificios dos Ginásios Itaguaçu, Guarapari, São Mateus, Santa Tereza e Coronel Antônio Honório, da Campanha de Educandários Gratuitos — Autoriza igualmente a abrir o crédito especial de Cr\$ 500 000,00, para execução da Presente lei.

LEI N.º 746, de 21-11-53 (D.O. de 27-11-53) —

A Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo aprova o termo de Acôrdo celebrado entre o Governo da União e o do Estado do Espírito Santo, para instalação de uma Escola Agrotécnica no município de Alegre, em 7 de maio de 1 953, conforme texto anexo.

LEI N.º 747, de 21-11-53 (D.O. de 27-11-53) —

A Assembléia Legislativa do Estado do Espírito Santo aprova o contrato firmado entre os Governos da União e do Estado do Espírito Santo, em sete de abril de mil novecentos e cinquenta e três, que transfere para a Jurisdição do Ministério da Agricultura a Escola Agrotécnica, sita no Município de Santa Tereza, conforme texto anexo.

LEI N.º 748, de 21-11-53 (D.O. de 27-11-53) —

Aprova o acôrdo celebrado em 11 de junho de 1 953, entre o Governo da União e o do Estado do Espírito Santo, visando a articulação dos Serviços de Florestamento e Reflorestamento no território do Estado.

LEI N.º 749, de 25-11-53 (D.O. de 26-11-53) —

Concede ao Serviço Social da Indústria (SESI) isenção de impostos estaduais — A isenção protege todos os bens, renda e serviços da aludida Instituição, assim como todas as operações em que figure como adquirente ou cessionária de bens e as operações que realizar dentro do Estado com os trabalhadores na indústria e nas atividades assemelhadas, empregados em estabelecimentos industriais enquadrados na Confederação Nacional da Indústria.

LEI N.º 750, de 28-11-53 (D.O. de 4-12-53) —

Cria no Município de Guaçuí o distrito judiciário de São Tiago com a desanexação de parte dos territórios dos distritos de Guaçuí (sede) e Imbuí, do mesmo Município, e estabelece sua divisão territorial.

LEI N.º 751, de 1-12-53 (D.O. de 6-12-53) —

Orça a RECEITA para o exercício de 1954 em Cr\$ 651 135 500,00, que será arrecadada de acordo com a legislação vigente, e fixa a DESPESA em Cr\$ 661 855 500,00, que será realizada com a satisfação dos serviços e encargos do Estado.

LEI N.º 752, de 30-11-53 (D.O. de 4-12-53) —

Cria no Município de Baixo Guandu, o distrito judiciário de Alto Mutum Preto, com a desanexação do distrito de Mascarenhas, estabelecendo sua divisão territorial — A sede do novo distrito será a localidade de São Sebastião do Alto Mutum Preto.

LEI N.º 753, de 4-12-53 (D.O. de 5-12-53) —

Institui um serviço especial de assistência aos médicos, e determina suas finalidades, inclusive a construção da "Casa do Médico" — Para atender às responsabilidades decorrentes dessa lei, cria a "Taxa de Assistência aos Médicos," sendo seu valor fixado em Cr\$ 5,00, que será cobrado em selos adesivos estaduais, apostos nos atestados de saúde fornecidos pelos médicos, excetuados os de óbito e os isentos de taxa em virtude de lei.

LEI N.º 754, de 4-12-53 (D.O. de 5-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a anular da verba 8014/506 — "Publicação, serviço de impressão e de encadernação; clichês" — da tabela n. 2, do Tribunal de Justiça, a quantia de Cr\$ 55 800,00 — Com o recurso proveniente da anulação de que trata o artigo anterior, autoriza a abertura do crédito suplementar de Cr\$ 55 800,00, destinado ao reforço das dotações orçamentárias que discrimina.

LEI N.º 755, de 7-12-53 (D.O. de 8-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a organizar e instalar sociedade por ações, destinada à exploração de força motriz e energia hidro elétrica no território do Estado, com capital não inferior a Cr\$ 300 000 000,00, do qual o Estado subscreverá, obrigatoriamente o mínimo de 51% — O Poder Executivo incorporará à sociedade de "RIO BONITO", em construção, e outras usinas de eletricidade de propriedade do Estado, já em funcionamento ou que vierem a ser por êle construídas, instaladas ou adquiridas, inclusive por encampação — Autoriza o Poder Executivo a promover operações de crédito até o limite de Cr\$ 500 000 000,00, com o prazo de resgate até o limite de 30 anos e juros máximos de 8% ao ano, ou a dar a garantia do Estado nas operações que forem realizadas diretamente pela sociedade que se constituir até igual limite, quando destinadas num ou noutro caso, exclusivamente, a investimentos de capital em obras de eletrificação ou com as despesas de encampações ou aquisições pelo Estado, quando indispensáveis de instalações de pescas ou empresas que explorem iguais serviços no território estadual.

LEI N.º 756, de 11-12-53 (D.O. de 15-12-53) —

Declara de utilidade pública a Sociedade de Cultura Artística de Vitória.

LEI N.º 757, de 14-12-53 (D.O. 17-12-53) —

Cria, na Cidade de Mimoso do Sul, um estabelecimento de ensino secundário e normal com a denominação de "Colégio Estadual e Escola Normal de Mimoso do Sul — Autoriza o Poder Executivo a providenciar a instalação desse novo Colégio ou adquirir o atual Ginásio Mimosense, da Sociedade Educadora de Mimoso do Sul S. A., inclusive terreno, prédio, móveis e equipamentos da mesma — Cria nas tabelas próprias do Q.U. P.P. do Estado:— a) — 15 (quinze) cargos de Professor de Ensino Secundário, padrão "L"; — b) — 1 (uma) função gratificada de Diretor, de Cr\$ 1 200,00; — c) — 1 (um) cargo de Secretário, padrão "J" — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial até o limite de Cr\$ 2 000 000,00, destinados a atender às despesas desta lei.

LEI N.º 758, de 16-12-53 (D.O. de 17-12-53) —

Concede ao servidor estadual civil, militar ativo, inativo e em disponibilidade, uma gratificação especial de Cr\$ 500,00 acrescida de três vezes o salário família que estiver percebendo, cuja gratificação não se incorporará ao vencimento e somente é devida em relação ao mês de Dezembro do corrente exercício — Estabelece as condições em que o servidor não terá direito ao recebimento desta gratificação — Ao operário de qual-

quer condição que contar mais de um ano como empregado do Estado, será abonada na última folha de pagamento do mês de Dezembro do corrente exercício, a gratificação especial de Cr\$ 300,00 — Abre o crédito especial de Cr\$ 6 000 000,00, para atender às despesas decorrentes desta lei.

LEI N.º 759, de 11-12-53 (D.O. de 18-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder ao Colégio de Muqui, com sede na cidade do mesmo nome, o auxílio de Cr\$ 350 000,00 para auxílio às obras de construção e modernização de sua piscina — Autoriza o Poder Executivo a abrir o necessário crédito especial para fazer face às despesas decorrentes da presente lei.

LEI N.º 760, de 16-12-53 (D.O. de 18-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a anular no orçamento vigente o total da dotação de Cr\$ 45 000,00, constante da tabela orçamentária n.º 73, sob os códigos 8.82.4/541-1 e, com esse recurso, reforçar a verba 8.98.4, sub-consignação 513, item n.º 97 da tabela n.º 54.

LEI N.º 761, de 9-12-53 (D.O. de 24-12-53) —

Transforma em cargos isolados, de provimento efetivo, padrão 'E', os cargos em comissão de Coletor e Fiscal de Rendas.

LEI N.º 762, de 11-12-53 (D.O. de 18-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a construir, por intermédio do D.E.R., uma estrada de rodagem que, partindo da "Fazenda Capitão" no município de Conceição da Barra, atinja o Braço do Sul do Rio Itaúnas, passando pelo Rio Santo Antônio, com um pequeno percurso aproximado de 25 quilômetros — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito especial de Cr\$ 300 000,00, para atender às despesas decorrentes desta lei.

LEI N.º 763, de 11-12-53 (D.O. de 18-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 300 000,00 à Prefeitura Municipal de Alegre, para a construção de duas pontes, sendo uma na confluência do Rio Santa Cruz com o Rio Norte, no povoado de São José do Caparaó, e outra sobre o Ribeirão Santa Marta no povoado do mesmo — Autoriza o Poder Executivo a conceder o auxílio de Cr\$ 150 000,00 à Prefeitura Municipal do Guaçuí, para a construção de uma ponte sobre o Rio Veado, no local onde melhores condições oferece, afim de assegurar garantias ao trânsito entre Guaçuí e o povoado de Santa Marta — Abre o crédito especial de importância de Cr\$ 450 000,00, para o atendimento dos auxílios concedidos por esta lei.

LEI N.º 764, de 11-12-53 (D.O. de 18-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a adquirir um triciclo motorizado, coberto com capota de encerado, até o limite de Cr\$ 30 000,00, para o cabo Durval Rodrigues Rosa, vitimado no cumprimento do seu dever, na região contestada.

LEI N.º 765, de 17-12-53 (D.O. de 19-12-53) —

Anula parcialmente, na quantia de Cr\$ 3 900,00, a dotação 8 004-500-527, da tabela n.º 1, do orçamento vigente — Abre o crédito especial de Cr\$ 3 900,00, destinado a atender despesas de substituições de funcionários no Quadro da Secretaria da Assembléia Legislativa.

LEI N.º 766, de 17-12-53 (D.O. de 19-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a doar à Casa do Estudante Capichaba uma área de terrenos em Bento Ferreira, com 5 600 metros quadrados, na quadra 72, lotes números 1 a 12 inclusive, para a construção da sede da própria Entidade — Concede o prazo máximo de um ano para o início da construção do edifício, findo o qual não tendo sido cumpridas as especificações desse artigo, reverterá o terreno à posse do Estado.

LEI N.º 767, de 11-12-53 (D.O. de 20-12-53) —

Cria o Município de Nova Venécia, com território desmembrado do Município de São Mateus, e integrado pelos distritos de Nova Venécia, Rio Preto, Guararema e Córrego Grande, e dá suas delimitações, sendo sua sede o distrito de Nova Venécia. Este Município fica pertencendo à comarca de São Mateus — Cria o Município de Comercinho, com o território desmembrado do Município de Conceição da Barra e formados pelos distritos de Comercinho e Taquaras, sendo que seus limites corresponderão aos limites dos distritos que o integrava, e sua sede será o distrito de Comercinho. Este Município fica pertencendo à Comarca de Conceição da Barra.

LEI N.º 768, de 7-12-53 (D.O. de 20-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a construir dois edifícios destinados ao foro da Comarca, sendo um na cidade de Castelo e outro na cidade de Guaçuí — Autoriza o Poder Executivo a despende até a importância de Cr\$ 1 600 000,00, na base de Cr\$ 800 000,00 para cada prédio, incluindo-a no orçamento para o exercício de 1954.

LEI N.º 769, de 22-12-53 (D.O. de 23-12-53) —

Declara de utilidade pública a Associação Espírito Santense, com sede na Capital da República.

LEI N.º 770, de 21-12-53 (D.O. de 24-12-53) —

Estabelece que os funcionários públicos interinos, os extranumerários e os providos em comissão em qualquer função pública, que venham a completar 70 anos de idade, serão aposentados compulsoriamente, com qualquer tempo de serviço e receberão vencimentos integrais. Define normas sobre o processamento dessa aposentadoria — As licenças para tratamento de saúde, até cento e vinte dias, durante o decênio, não obstarão o gozo dos vencimentos, até cento e vinte dias, durante o decênio, não obstarão o gozo dos vencimentos — Os magistrados, professores e membros do Ministério Público, compulsoriamente aposentados, terão os seus proventos fixados no padrão imediatamente superior, se houver, desde que contem mais de 20 anos de serviços prestados ao Estado, exclusivamente — Os proventos dos servidores públicos compulsoriamente aposentados serão revistos, aplicando-se-lhes os preceitos desta lei — Os preceitos desta lei serão aplicados aos que, atingindo a idade de 70 anos, não tenham sido aposentados até a data da publicação desta lei.

LEI N.º 771, de 23-12-53 (D.O. de 25-12-53) —

Abre o Crédito especial de Cr\$ 3 389 766,30, para atender ao pagamento de diversas despesas, a seguir discriminadas.

LEI N.º 772, de 23-12-53 (D.O. de 25-12-53) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 14 129 967,20, destinado ao atendimento de diversas despesas, a seguir discriminadas.

LEI N.º 773, de 23-12-53 (D.O. de 29-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a proceder a diversas anulações parciais ou totais de saldos de verbas do orçamento vigente.

LEI N.º 774, de 23-12-53 (D.O. de 29-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a construir na estrada estadual que liga Itaguaçu a Itapina, no quilômetro 14, uma ponte de cimento armado sobre o Rio Sobreiro.

LEI N.º 775, de 23-12-53 (D.O. de 29-12-53) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder a pensão mensal de Cr\$ 1 000,00, a senhora ADYDE SOUZA MATA, viúva do ex-capitão João Clímaco de Souza Mata.

LEI N.º 776, de 29-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Transfere a sede do Município de Ametista para a sede do Distrito de Mantenópolis — Cria no Distrito de Mantenópolis, Município de Ametista, o Distrito de São Geraldo e dá suas divisões territoriais, sendo a sede do Distrito o povoado de São Geraldo — Cria o Distrito de Santo Agostinho, com sede no povoado do mesmo nome, nos Municípios de Ametista e Barra de São Francisco e dá seus limites — Cria o distrito de Poranga, com sede no povoado de Santa Luzia, no Município de Barra de São Francisco e dá seus limites — Cria o Distrito de Joassuba, com sede no povoado denominado "Ronco" e dá seus limites — Transfere a sede do Distrito de Ribeirãozinho para o povoado de nome Rubinópolis, que passará a denominar-se Ecoporanga, o qual será acrescido com território desmembrado do Município de Barra de São Francisco, e dá seus limites — Desmembra do Município de Barra de São Francisco, todo o Vale do Rio Dois de Setembro, e a região da margem esquerda do Rio Quinze de Novembro, o qual passará a incorporar-se ao Município de Joeirana — Estabelece que os Distritos de Santo Agostinho e Poranga pertencerão ao Município de Barra de São Francisco; o de Joassuba ao município de Joeirana e o de São Geraldo ao município de Guarapari o 3.º Distrito, com o nome de Distrito de Rio Calçado, e dá seus limites.

LEI N.º 777, de 28-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Cria o município de São Domingos, tendo como sede o distrito de São Gabriel, Águia Branca, Vila Verde e Valério, que ficam desmembrados do município de Colatina. Este município fica integrado, na comarca de Colatina e seus limites corresponderão aos limites dos distritos que o constituem — Cria o município de Pancas, com a área de 1 333 Km², tendo como sede o distrito de Pancas, constituído dos distritos de Pancas, Laginha e Alto Rio Novo, desmembrados do município de Colatina. Este município fica integrado na Comarca de Colatina e seus limites corresponderão aos limites dos distritos que o constituem — Cria o município de Vala do Souza, constituído do distrito de Vala do Souza, que fica na Comarca de Alegre, e seus limites corresponderão ao do distrito que o constitui — Determina que o Prefeito do novo município instalado será nomeado pelo Governador do Estado, até a posse do Prefeito e Vereadores eleitos no pleito municipal de 1954.

LEI N.º 778, de 29-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Desmembra do Distrito de Joassuba, Município de Joeirana, a área compreendida entre a Barra do Córrego Dois de Setembro no Rio Quinze de Novembro, subindo pelo leito do referido Córrego até sua cabeceira; daí linha reta até a barra do Dois de Setembro no Rio Cotaxé, a qual passa a pertencer ao Município de Nova Venécia.

LEI N.º 779, de 29-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Fixa a divisão territorial do Estado, que vigorará de 1.º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958.

LEI N.º 780, de 28-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Fixa os efetivos da Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Especial, para o exercício de 1954, e dá outras providências.

LEI N.º 781, de 30-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Cria o Instituto de Tecnologia do Estado do Espírito Santo que terá por finalidade promover e estimular o desenvolvimento da pesquisa científica e técnica no domínio da indústria, cooperando para o seu progresso e aperfeiçoamento — O Instituto será pessoa jurídica de direito público interno, subordinado direta e imediatamente ao Governador do Estado, terá sua sede na Cidade de Vitória, e gozará autonomia técnico-científica, administrativa e financeira, nos termos desta Lei — O I.T.E.S. terá a seguinte organização.

- a) — Conselho Deliberativo;
- b) — Divisão Técnica;
- c) — Divisão Administrativa.

O Conselho Deliberativo será constituído de nove membros, todos brasileiros, representando as seguintes entidades:

Companhia Vale do Rio Doce S.A.
 Departamento Estadual de Estradas de Rodagem
 Escola Politécnica
 Indústria e Comércio
 Prefeitura Municipal de Vitória
 Repartições Federais
 Secretaria da Agricultura
 Secretaria de Viação e Obras Públicas
 Sociedade Espírito-Santense de Engenheiros

Os membros do Conselho Deliberativo serão nomeados pelo Governador do Estado, mediante indicação em lista tríplice da entidade a que correspondem.

LEI N.º 782, de 30-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Fixa novos vencimentos para os membros do Poder Judiciário, Ministério Público e Secretários de Estado.

LEI N.º 783, de 31-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Autoriza o Poder Executivo a aposentar o Sr. Aminthas Rabello no cargo de Diretor da Estrada do Ferro Itapemirim, com o provento correspondente ao padrão de vencimento do aludido cargo.

LEI N.º 784, de 31-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar de Cr\$ 2 503 008,00 para reforço da verba 8994 — Despesas Diversas — Subconsignação 525 — Sentenças Judiciais — da tabela n. 54, do orçamento vigente.

LEI N.º 785, de 31-12-53 (D.O. de 12-1-54) —

Autoriza o Poder Executivo a auxiliar, com a importância de Cr\$.. 100 000,00, ao Professor Heráclito Amâncio Pereira, para que o mesmo reedite a Geografia do Estado do Espírito Santo, de autoria do saudoso Professor Amâncio Pereira, para ser adotada oficialmente nos estabelecimentos de ensino do Estado — Ao Estado serão entregues 200 exemplares desse trabalho, para distribuição como propaganda do Espírito Santo — Autoriza o Poder Executivo a abrir o crédito necessário ao cumprimento desta lei.

LEI N.º 786, de 31-12-53 (D.O. de 12-1-54) —

Autoriza o Poder Executivo a conceder à Professora Maria Stela de Novais o auxílio de Cr\$ 100 000,00, para publicação de sua obra "História do Espírito Santo" — Ao Estado a autora entregará 200 exemplares de seu trabalho, para distribuição como propaganda do Espírito Santo — Autoriza o Poder Executivo a abrir igualmente, o necessário crédito especial.

LEI N.º 787, de 31-12-53 (D.O. de 12-1-54) —

Concede a pensão mensal de Cr\$ 2 000,00 à Sra. Marieta Ramalhete Léllis Horta.

LEI N.º 788, de 31-12-53 (D.O. de 12-1-54) —

Isenta da taxa rodoviária os veículos de tração animal sem molas e com roda metálica, destinados, exclusivamente, ao transporte de mercadorias e materiais, no perímetro urbano.

DECRETOS DE 1.953

DECRETO N.º 1 109, de 3-1-53 (D.O. de 4-1-53) —

Considera facultativo o ponto no dia 6 do corrente, consagrado aos Reis Magos, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, excluídos os serviços industriais e Recebedoria do Estado.

DECRETO N.º 1 110, de 5-1-53 (D.O. de 6-1-53) —

Estabelece que o Curso Intensivo das Missões Pedagógicas Itinerantes, a que se refere ao art. 47 da Lei n. 16 490, de 11-3-947 e o art. 6.º da lei n. 112, de 12-10-948, será realizado, pela segunda vez, em Vitória, no primeiro trimestre do ano em curso, e dá a sua regulamentação.

DECRETO N.º 1 111, de 7-1-53 (D.O. de 8-1-53) —

Faz diversas transferências entre sub-consignações orçamentárias, sem alteração do valor global das respectivas verbas.

DECRETO N.º 1 112, de 8-1-53 (D.O. de 9-1-53) —

Estabelece que nenhuma escola ou classe vaga ou recém-criada poderá ter provimento efetivo sem que haja figurado na relação das destinadas a provimento pelo último Concurso de Ingresso ou Reingresso no Magistério Primário, nem figurará nessa relação sem ter sido antes incluída na das vagas destinadas a provimento pelo último Concurso de Remoção. — Baixa normas referentes ao segundo Concurso de Remoção, a realizar-se nos termos da Lei n. 543, de 7-12-51 e do Decreto n. 684, de 21-12-51.

DECRETO N.º 1 113, de 9-1-53 (D.O. de 10-1-53) —

Reclassifica ao padrão "N" o cargo de Inspetor Geral de Rendas, padrão "J", do Q.U. do Estado, a partir de 1.º de janeiro do corrente ano.

DECRETO N.º 1 114, de 9-1-53 (D.O. de 10-1-53) —

Fixa, neste exercício, na conformidade do disposto no art. 15.º e seu parágrafo único, da Lei n. 679, de 22-12-52, em Cr\$ 1 355,00 o valor de cada uma das 12 600 quotas referidas na citada lei.

DECRETO N.º 1 115, de 9-1-53 (D.O. de 11-1-53) —

O art. 12.º do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 684, de 21-12-51, passa a ter nova redação, estabelecendo normas para o Concurso de Remoção — Dá nova redação, também, ao art. 20 do mesmo regulamento, proibindo a segunda chamada de candidatos — Revoga os artigos 2.º, 11.º e 16.º e respectivas alíneas e parágrafos do decreto mencionado.

DECRETO N.º 1 116, de 13-1-53 (D.O. de 14-1-53) —

Baixa normas de serviços para as tesourarias dos órgãos públicos civis e militares e os serviços de pagadores, recebedores e tesoureiros.

DECRETO N.º 1 117, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Taquaral para as Escolas Reunidas "Prof. Filomena Quitiba", de Piúma, sendo ambas as localidades no município de Iconha.

DECRETO N.º 1 118, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Cupivara, 5.ª entrância, para Soturno, 2.ª entrância, sendo ambas as localidades no município de Cachoeiro de Itapemirim e última no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 119, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a 2.ª Escola Singular de Córrego do Chaves, 5.ª entrância, para o Vale do Rio Novo, distrito de Alto Rio Novo, sendo ambas as localidades no município de Colatina.

DECRETO N.º 1 120, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Destacadinho, distrito da sede do município de Fundão, de 5.ª entrância, para Rio Laranjeiras, distrito de Timbui, no mesmo município.

DECRETO N.º 1 121, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Alto Bom Destino, 5.ª entrância, para Barra do Itaçu, distrito de Itaçu, sendo ambas as localidades no município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 1 122, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Taquaruçu, 5.ª entrância, município de Ibiraçu, para a sede do distrito de Irupí, município de Iúna.

DECRETO N.º 1 123, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Biriricas de Baixo, 5.ª entrância, para São Paulo, distrito de Aracê, sendo ambas as localidades no município de Domingos Martins, e ficando mantida a mesma entrância da escola transferida.

DECRETO N.º 1 124, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Santo Antônio, 5.ª entrância, distrito de Jaciguá, para Alto da Gruta, distrito da sede, sendo ambas as localidades no município de Cachoeiro de Itapiririm.

DECRETO N.º 1 125, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Santo André, 5.ª entrância, para Boa Vista, sendo ambas as localidades no município de Alfredo Chaves e a última, no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 126, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Forquilha, 5.ª entrância, para Rio Taquarinha, distrito de Garrafão, sendo ambas as localidades no município de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 1 127, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Bonança, 5.ª entrância, município de Barra de São Francisco, para Lagoa Preta, município de Baixo Guandu, distrito de Alto Bananal.

DECRETO N.º 1 128, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Laginha, 5.ª entrância, para Queixada, ambas as localidades no município de Baixo Guandu e a última, no distrito de Mascarenhas.

DECRETO N.º 1 129, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Tijuti, 5.ª entrância, município de Barra de São Francisco, para a Fazenda Vista Alegre, município de Muniz Freire, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 130, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Batatais, 5.ª entrância, município de Jabaeté, para Floresta, município de Muniz Freire, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 131, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda da Onça, 5.º entrância, para a Fazenda Couvre, distrito da sede, sendo ambas as localidades no município de Colatina.

DECRETO N.º 1 132, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Prata, 5.ª entrância, no município de Castelo, para o Córrego do Altino, município de Colatina, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 333, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Jaspe, 5.ª entrância, município de São José do Calçado, para o Córrego São Gonçalo, município de Colatina e distrito de Alto Rio Novo, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 134, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Alto Bom Destino, para Barra de Itaquê, distrito de Itaquê, sendo ambas as localidades no município de Itaquê.

DECRETO N.º 1 135, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a 2.ª escola singular de Café para Santa Maria, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, de 5.ª entrância, sendo ambas as localidades no município de Alegre e última, do distrito de Ibitirama.

DECRETO N.º 1 136, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a 2.ª Escola Singular de Dois Irmãos, para Ubu, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, de 5.ª entrância, sendo ambas as localidades no município de Anchieta e a última, no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 137, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transfere a Escola Singular de Oiti, 5.ª entrância, para Mãe-Bá, sendo ambas as localidades no município de Anchieta e distrito da sede.

DECRETO N.º 1 138, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Retifica o nome da escola singular de São Gonçalo, município de Colatina, e distrito de Alto Rio Novo, para Córrego São Gonçalo, nos referidos município e distrito.

DECRETO N.º 1 139, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Retifica o Decreto n. 1 098, de 19-12-52, para declarar que a escola singular do distrito do Jetibá, no município de Santa Leopoldina, a que o mesmo se refere, está localizada em Rio Triunfo, e não em Rio das Pedras, como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 140, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Transforma em Escolas Reunidas as escolas singulares de Irupi, 4.ª entrância, município de Iúna.

DECRETO N.º 1 141, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Eleva à categoria de Grupo Escolar, com a lotação de 5 classes, as Escolas Reunidas "Prof. Filomena Quitiba", de Piúma, no município de Iconha.

DECRETO N.º 1 142, de 14-1-53 (D.O. de 15-1-53) —

Prorroga até 20 do corrente mês, o prazo para a inscrição de candidatos ao atual Concurso de Remoção de Professores de Ensino Primário.

DECRETO N.º 1 143, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transforma em Grupo Escolar as Escolas Reunidas "Prof. Alfredo Lemos" 4.ª entrância de Itambé, município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 1 144, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a escola singular de Serra de Suíça, município de Santa Leopoldina, 5.ª entrância, para a Fazenda de São Domingos das Três Barras, município de Muqui, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 145, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a escola singular de Fazenda Criméia, 5.ª entrância, município de Mimoso do Sul para Córrego das Pedras, município de Colatina, distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 146, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a escola singular de Lombárdia, 5.ª entrância, para Alto Tancredo, sendo ambas as localidades no município de Santa Teresa e a última no distrito de Santa Júlia.

DECRETO N.º 1 147, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a Escola singular de Pedra Bonita para o Grupo Escolar "Prof.^a Claudina Barbosa", de Nova Venécia, sendo ambas as localidades no município de São Mateus.

DECRETO N.º 1 148, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a 2.^a escola singular de Duas Bôcas, 5.^a entrância, para Juncado, município de Linhares, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 149, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a Escola singular de Palmeiras, 5.^a entrância, município de Ibirapu, para a Fazenda Santana, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 150, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a Escola singular de São Manoel do Frade, 5.^a entrância, município de Cachoeiro de Itapemirim, para Laranjinha, distrito de Laranja da Terra, município de Afonso Cláudio.

DECRETO N.º 1 151, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a Escola singular do Quilômetro 41, 5.^a entrância, para Vista Alegre, sendo ambas as localidades no município de São Mateus e a última, no distrito de Guararema.

DECRETO N.º 1 152, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Tendo em vista o disposto no art. 1.º da Lei n. 549, de 7-12-51, reclassifica como 2.^a entrância o Grupo Escolar "Carolina Pichler", de São Silvano, município de Colatina; as Escolas Reunidas "Cel. Virgínio Calmon", de Vila Lenira, município de Colatina e a escola singular de Barra do Pancas, distrito da sede do município de Colatina.

DECRETO N.º 1 153, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Retifica o Decreto n. 1 127, de 14-1-53, para declarar que o distrito da localidade de Lagoa Preta, município de Baixo Guandu, para onde foi transferida a escola singular de Córrego Bonança, 5.^a entrância, município de Barra de São Francisco, é Ibituba, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 154, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Retifica o decreto n. 1 125, de 14-1-53, para declarar que o nome da escola singular transferida para Boa Vista, distrito da sede do município de Alfredo Chaves, é São Bento, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 155, de 16-1-53 (D.O. de 17-1-53) —

Transfere a escola singular de Olaria, 4.ª entrância, município de Mimoso do Sul, para Ipê, 5.ª entrância, município de Alfredo Chaves o distrito de Grubixá.

DECRETO N.º 1 156, de 19-1-53 (D.O. de 20-1-53) —

Retifica o Decreto n. 1 128, de 14-1-53, para declarar que a escola singular de Laginha, 5.ª entrância, é do município de Itaguaçu, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 157, de 19-1-53 (D.O. de 20-1-53) —

Prorroga, até 30 do corrente mês, o prazo para inscrição do candidato no atual Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário.

DECRETO N.º 1 158, de 19-1-53 (D.O. de 20-1-53) —

Dá a denominação de "Bernardo Horta" às Escolas Reunidas de Irupí, 4.ª entrância, município de Iúna.

DECRETO N.º 1 159, de 19-1-53 (D.O. de 20-1-53) —

Transfere a escola singular de Alto Santa Joana para as Escolas Reunidas "Alfredo Lemos", de Itaimbé, sendo ambas as localidades no município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 1 160, de 19-1-53 (D.O. de 20-1-53) —

Transfere a escola singular de Independência, 5.ª entrância, município de Itapiririm, para São Tiago, município de Guaçuí, distrito de Imbuí, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, de 3.ª entrância.

DECRETO N.º 1 161, de 19-1-53 (D.O. de 20-1-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 151, de 16-1-53, para declarar que a escola singular de Vista Alegre, município de São Mateus, pertence ao distrito de Nova Venécia, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 162, de 19-1-53 (D.O. de 20-1-53) —

Transforma a escola singular do Penha, município de Mimoso do Sul, em Escola Primária Auxiliar do Ginásio Mimosense, da sede do mesmo município.

DECRETO N.º 1 163, de 21-1-53 (D.O. de 22-1-53) —

Torna sem efeito os decretos n.ºs. 1 136, e 1 128, de 14 do corrente, e o de n.º 1 156 do mesmo mês.

DECRETO N.º 1 164, de 21-1-53 (D.O. de 22-1-53) —

Transfere a escola singular de Laginha, 5.ª entrância, município de Itaguaçu, para Ubu, município de Anchieta, distrito da sede, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 165, de 22-1-53 (D.O. de 23-1-53) —

Dá ao Colégio Estadual "Muniz Freire", de Cachoeiro de Itapemirim, a denominação de Colégio e Escola Normal "Muniz Freire".

DECRETO N.º 1 166, de 22-1-53 (D.O. de 23-1-53) —

Aprova o Calendário Escolar, anexo, elaborado pela Secretaria da Educação e Cultura, relativo às atividades dos estabelecimentos de ensino primário no ano letivo de 1 953, devendo a mesma Secretaria baixar as instruções necessárias à observância e execução do presente Calendário.

DECRETO N.º 1 167, de 22-1-53 (D.O. de 23-1-53) —

Transfere a Escola singular de Barra da Forquilha, 5.ª entrância, para Vargem Grande, 5.ª entrância, sendo ambas as localidades no município de Guaçuí e a última no distrito de Imbuí.

DECRETO N.º 1 168, de 22-1-53 (D.O. de 23-1-53) —

Transfere a Escola singular de Várzea Nova, 5.ª entrância, município de Guarapari, distrito da sede, para Santo Antônio do Bananal, 4.ª entrância, município de Linhares, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 169, de 22-1-53 (D.O. de 23-1-53) —

Transfere a Escola singular de Jaguaruçu, 5.ª entrância, município do Espírito Santo, para Santo Antônio do Bananal, 4.ª entrância, município de Linhares, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 170, de 22-1-53 (D.O. de 23-1-53) —

Transfere a Escola singular de Santa Cruz, 5.ª entrância, para a Fazenda Independência, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, sendo ambas as localidades no município de Mimoso do Sul, e a última, no distrito de São Pedro de Itabapoana.

DECRETO N.º 1 171, de 23-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Aprova as Tabelas Numéricas de Mensalistas (T.N.M.), dos órgãos da administração estadual, anexas a este Decreto, no corrente exercício.

DECRETO N.º 1 172, de 24-1-53 (D.O. de 25-1-53) —

Transfere a Escola singular Alto São José, 5.ª entrância, para as Escolas Reunidas "Prof. Esmerino Golçalves", 4.ª entrância, de São Domingos, sendo ambas as localidades no município de Colatina e distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 173, de 24-1-53 (D.O. de 25-1-53) —

Transfere a escola singular de Muqui, 2.ª entrância, município de Itapemirim, para Timbui Sêco, 5.ª entrância, município de Santa Leopoldina, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 174, de 24-1-53 (D.O. de 25-1-53) —

Retifica o Decreto n. 840, de 12-5-52, para declarar que a escola singular de Itaoca, no município de Cachoeiro de Itapemirim, está localizada no distrito de Conduru e não no da sede, como foi publicado.

DECRETO N.º 1 175, de 24-1-53 (D.O. de 25-1-53) —

Retifica o Decreto n. 740, de 31-1-52, para declarar que as escolas Reunidas "Prof. Petrolina Vidigal", de Itaoca, estão localizadas no distrito de Conduru, município de Cachoeiro de Itapemirim e não no da sede, como foi publicado.

DECRETO N.º 1 176, de 27-1-53 (D.O. de 28-1-53) —

Reclassifica como de 4.ª entrância as Escolas Reunidas "Prof. Esmerino Gonçalves", de São Domingos, distrito de Alto Rio Novo, município de Colatina.

DECRETO N.º 1 177, de 27-1-53 (D.O. de 28-1-53) —

Transfere a classe do Grupo Escolar "Alberto de Almeida", de Santo Antônio, para as Escolas Reunidas "Alpina Fraga", de Goiabeiras, sendo ambos os bairros no município da Capital.

DECRETO N.º 1 178, de 27-1-53 (D.O. de 28-1-53) —

Transfere a Escola singular de Triunfo, 4.ª entrância, para Itaquê, sendo ambas as localidades no município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 1 179, de 29-1-53 (D.O. de 30-1-53) —

Transfere a escola singular de Barra Belo Horizonte, 5.ª entrância, para Governador Lindenberg, sendo ambas as localidades no município de Colatina, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 180, de 29-1-53 (D.O. de 30-1-53) —

Transfere a escola singular de Barra Sêca, 5.ª entrância, município de Colatina, para Povoação do Rio Doce, município de Linhares, distrito de Regência, onde continuará a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 181, de 29-1-53 (D.O. de 7-2-53) —

Aprova para o corrente exercício, a lotação das repartições estaduais de acôrdo com as Tabelas anexas a êste Decreto.

DECRETO N.º 1 182, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Estabelece que a Secretaria da Educação e Cultura, pela carência de Docentes diplomados por estabelecimentos de ensino normal em regiões do norte do Estado, enviará, antes do reinício das atividades escolares do corrente ano, aos Municípios de Conceição da Barra e Barra de São Francisco, Missões Pedagógicas expressamente organizadas para o fim de realizarem cursos intensivos destinados à preparação cultural e técnico-pedagógica dos leigos candidatos à admissão ou recondução como docentes de emergência.

DECRETO N.º 1 183, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Cria no Museu Capixaba a 'Secção de Folclore', constituída dos objetos, artefatos e demais peças e documentos para êsse fim doados à Secretaria de Educação e Cultura pela Comissão Espírito-Santense de Folclore.

DECRETO N.º 1 184, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Transforma em Grupo Escolar, com a lotação de 5 classes, as Escolas Reunidas "Prof. Esmerino Gonçalves", de São Domingos, município de Colatina.

DECRETO N.º 1 185, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Cria as Escolas Reunidas de Governador Lindenberg, 4.ª entrância, município de Colatina, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 186, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Cria as Escolas de Itaquê, 4.ª entrância, município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 1 187, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Cria as Escolas Reunidas de Santo Antônio do Bananal, 4.ª entrância, município de Linhares, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 188, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Transforma em Grupo Escolar, com a lotação de 5 classes, as Escolas Reunidas "Alpina Fraga", de Goiabeiras, município da Capital.

DECRETO N.º 1 189, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Transforma em Grupo Escolar Auxiliar as Escolas Reunidas Auxiliares do Instituto Agrícola de Maruípe desta Capital.

DECRETO N.º 1 190, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Dá a denominação de "Professor Adolpho Fernandes de Oliveira", ao Grupo Escolar Auxiliar do Instituto Agrícola de Maruípe desta Capital.

DECRETO N.º 1 191, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Dá às Escolas Reunidas de Santo Antônio 4.ª entrância, município de Linhares, distrito da sede, a denominação de "Alberto Rubim".

DECRETO N.º 1 192, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Dá às Escolas Reunidas de Governador Lindenberg, 4.ª entrância, município de Colatina, distrito da sede, a denominação de "Prof. Santos Pinto".

DECRETO N.º 1 193, de 31-1-53 (D.O. de 3-2-53) —

Dá às Escolas Reunidas de Itaquê, 4.ª entrância, no município de Itaguaçu, a denominação de "Prof. Miguel Barbosa Leão".

DECRETO N.º 1 194, de 3-2-53 (D.O. de 4-2-53) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda da Barra, do distrito da sede do município de Alegre, para a Fazenda Córrego Alto, do distrito da sede do município de Cachoeira de Itapemirim.

DECRETO N.º 1 195, de 5-2-53 (D.O. de 6-2-53) —

Transfere a Escola singular de Córrego Fundo, 5.^a entrância, município de Aracruz, distrito da sede, para a Usina Amapá, 4.^a entrância, município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito de Marapé.

DECRETO N.º 1 196, de 13-2-53 (D.O. de 14-2-53) —

Determina que seja facultativo o ponto para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, nos próximos dias 16 e 17, excetuadas a Recebedoria da Capital e Coletorias, quanto ao dia 16, quando funcionarão no horário das 9 às 12 horas.

DECRETO N.º 1 197, de 18-2-53 (D.O. de 19-2-53) —

Aprova o Quadro de Organização e Distribuição dos Efetivos da Polícia Militar, inclusive Corpo de Bombeiros e Polícia Especial, elaborado pelo Comando Geral da mesma Corporação, para o corrente exercício.

DECRETO N.º 1 198, de 23-2-53 (D.O. de 25-2-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 41 — Gabinete do Secretário e Serviço de Administração da Secretaria da Fazenda, 1 (uma) função de Contínuo ref. "I".

DECRETO N.º 1 199, de 24-2-53 (D.O. de 25-2-53) —

Designa o Diretor de Divisão de Orientação e Pesquisas Pedagógicas Maria Magdalena Pisa, para responder pelo expediente da Secretaria da Educação e Cultura, enquanto durar o impedimento do respectivo titular.

DECRETO N.º 1 200, de 2-3-53 (D.O. de 3-3-53) —

Retifica o nome da escola de São José do Lago, distrito de Barra de Itabapoana, município de Itapemirim, para São João do Lago.

DECRETO N.º 1 201, de 4-3-53 (D.O. de 5-3-53) —

Transfere da T.N.M. n.º 43 — Divisão da Despesa, da Secretaria da Fazenda, para a de n.º 41 — Gabinete do Secretário e Serviço de Administração da mesma Secretaria 1(uma) função de Auxiliar de Escritório, ref. "V", e remove seu respectivo ocupante: Pedro da Conceição.

DECRETO N.º 1 202, de 11-3-53 (D.O. de 12-3-53) —

Transfere, na T.N.M. n.º 11 — Direção, do Departamento Estadual de Saúde — uma função de Assistente de Administração, ref. "VI", em função de igual denominação, ref. "VII".

DECRETO N.º 1 203, de 11-3-53 (D.O. de 12-3-53) —

Suprime na Tabela n.º 2, da P.S. do Q.U. do Estado, os seguintes cargos: 1 de Fiscal, padrão "B" e 1 de Mestre de Ofício, padrão "C". Suprime ainda na Tabela n.º 3, um (1) cargo de Escrivão de Polícia, classe "B" e 1 de Investigador, classe "E".

DECRETO N.º 1 204, de 13-3-53 (D.O. de 14-3-53) —

Eleva de "V", para "VI" a referência da função de Despachante da Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n. 15 876, de 24-5-945 — Eleva à ref. "VI" a função de Despachante, ref. "V", constante da T.N.M. n. 55 — Gabinete do Secretário e Diretoria Geral de Administração da Secção da Educ. e Cultura — ocupada por **Fernandes Alves Soares**.

DECRETO N.º 1 205, de 14-3-53 (D.O. de 15-3-53) —

Transfere da T.N.M. n. 13 — Serviço de Biodemografia e Estatística do D.E.S. — para a de n. 15 — Divisão de Administração, removido seu respectivo ocupante, Nicéa Ribeiro de Souza. — Denomina 'Forum Desembargador Ferreira Coelho' o edifício do forum da Comarca de Conceição da Barra, inaugurado em 10 de fevereiro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

DECRETO N.º 1 206, de 16-3-53 (D.O. de 17-3-53) —

Eleva para "VII" a referência da função de Motorista, ref. "VI", da T.N.M. n.º 24 — Gabinete do Secretário e Div. do Int. e Justiça da Secretaria do Int. e Justiça.

DECRETO N.º 1 207, de 18-3-53 (D.O. de 19-3-53) —

Transfere a escola singular de Cavalinho (2.ª), distrito de Acioli, e município de Ibiraçu, para Fazenda Rio Ubás, nos mesmos distritos e município.

DECRETO N.º 1 208, de 20-3-53 (D.O. de 21-3-53) —

Transfere a escola singular de Barra do 51, no município de Colatina, para S. João Pequeno, distrito de Itapina, município de Colatina.

DECRETO N.º 1 209, de 23-3-53 (D.O. de 24-3-53) —

Retifica o nome da escola singular de São Paulo do Perdido, distrito de Santa Maria, 5.ª entrância, município de Santa Tereza, para São Paulo do Rio Perdido.

DECRETO N.º 1 210, de 23-3-53 (D.O. de 24-3-53) —

Retifica o nome da escola singular de Cachoeira, distrito de São José das Torres, 5.^a entrância, município de Mimoso do Sul, para Cachoeira Alta.

DECRETO N.º 1 211, de 23-3-53 (D.O. de 24-3-53) —

Transfere a escola singular de Fazenda do Centro, município de Castelo, sob a regência do Professor Primário, classe "B" — Geralda Salles Pimenta — para Ponte de São João, distrito da sede, no mesmo município.

DECRETO N.º 1 212, de 23-3-53 (D.O. de 24-3-53) —

Transfere a escola singular de São José, distrito de Nova Venécia, município de São Mateus, para Fazenda Sant'Ana, distrito de Bom Jesus do Norte, município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 1 213, de 23-3-53 (D.O. de 24-3-53) —

Transfere a escola singular de Rio Otelo, município de Ibiraçu, para O Grupo Escolar "Virgílio Ramallete", de Timbuí, onde constituirá uma classe de Curso Complementar.

DECRETO N.º 1 214, de 23-3-53 (D.O. de 24-3-53) —

Transfere a escola singular de Boa Vista, distrito da sede do município de Cariacica, para Santo Antônio, distrito da sede do município de Barra de São Francisco, onde constituirá a 3.^a unidade escolar.

DECRETO N.º 1 214, (A) de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Transfere a escola singular de Pedra Menina, distrito de Divisa, município de Guaçuí, para o lugar denominado Córrego do Mato de Dentro, distrito de Imbuí, no mesmo município.

DECRETO N.º 1 215, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Transfere a escola singular do Córrego Santa Marta, distrito da sede, município de Guaçuí, para o lugar denominado Mundo Novo, distrito de Divisa, no mesmo município.

DECRETO N.º 1 216, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Transfere a escola singular de Jacuí, distrito de Carapina, município da Serra, para Cachoeira do Oito, distrito da sede, município de Colatina.

DECRETO N.º 1 217, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Transfere a escola de Córrego Severino, distrito de Imbuí, município de Guaçuí, para a sede do distrito de Imbuí, mesmo município, onde constituirá a 3.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 218, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Transfere a 2.ª escola singular de Meaípe, distrito da sede do município de Guarapari, para a Fazenda de Catadupa, no município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 1 219, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53)

Transfere a escola singular de Sapucaia, distrito da sede, município de Cariacica, para Itanguá, nos mesmos distrito e município, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 220, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Transfere a escola singular de Sucupira, distrito da sede, município de Alegre, para a Fazenda do Barro, nos mesmos distrito e município, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 221, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Reclassifica como de 4.ª entrância, a partir de 1.º de janeiro de 1 952, o Grupo Escolar "Guilhermina Baptista", de Acioli, município de Ibirapu.

DECRETO N.º 1 222, de 25-3-53 (D.O. de 26-3-53) —

Transfere a escola singular de Barra Seca, distrito da sede, no município de São Mateus, para Quilômetro 41, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 223, de 27-3-53 (D.O. de 28-3-53) —

Transfere a escola singular de Alto Paulista, distrito de Aracuí, município de Castelo, para Fazenda da Prata, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 224, de 30-3-53 (D.O. de 31-3-53) —

Considera facultativo o ponto nas repartições e órgãos subordinados ao Poder Executivo, em atenção aos sentimentos religiosos da população, na quinta-feira, sexta-feira e sábado, respectivamente, dias 2, 3, e 4 de abril próximo, funcionando, apenas, no sábado as repartições fiscais no horário comum.

DECRETO N.º 1 225, de 1-4-53 (D.O. de 2-4-53) —

Concede à senhora Evelina Azambuja Costa Pereira, filha do ex-Presidente do Espírito Santo, Conselheiro José Fernandes Costa Pereira, elevação da pensão mensal para Cr\$ 2.000,00, na conformidade da Lei n. 569, de 21-12-51.

DECRETO N.º 1 226, de 1-4-53 (D.O. de 2-4-53) —

Transfere a escola singular de Quero Ver, distrito de Mascarinhas, município de Baixo Guandu, para Venezuela, distrito da sede, município de Iconha.

DECRETO N.º 1 227, de 1-4-53 (D.O. de 2-4-53) —

Transfere a escola singular de Barra do Calçado, distrito da sede, município de S. José do Calçado, para Fazenda Velha, no mesmo distrito e município, onde já vem funcionando.

DECRETO N.º 1 228, de 1-4-53 (D.O. de 2-4-53) —

Transfere a 2.ª escola de São Luiz da Boa Sorte para Vargem Grande da Sede, sendo ambas as localidades no município de Afonso Cláudio e a última, no distrito da sede e de 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 229, de 1-4-53 (D.O. de 2-4-53) —

Estabelece que a aquisição de material permanente, de valor superior a cem mil cruziros, e a execução de obras, por empreitada ou administração, de valor superior a duzentos mil cruzeiros, dependerão de parecer favorável de comissões especiais nomeadas pelo Governador — A competência das comissões compreende os seguintes órgãos administrativos: D.E.S. — D'E.R. — Administração do Porto-Divisão de Obras da S.V.O.P. e Divisão do Fomento da S.A.T.C.

DECRETO N.º 1 230, de 6-4-53 (D.O. de 8-4-53) —

Aprova o Regimento Interno da Junta de Recursos Fiscais, criada pela Lei n. 612, de 3112-51.

DECRETO N.º 1 231, de 6-4-53 (D.O. de 8-4-53) —

Extingue as coletorias de Guaraná e Aracruz — Cria a coletoria de Sauaçu, com jurisdição em todo o município de Aracruz, e integrante da 1.ª região fiscal — Cria os postos fiscais de Guaraná e Aracruz, subordinados à coletoria de Sauaçu.

DECRETO N.º 1 232, de 8-4-53 (D.O. de 9-4-53) —

Transfere a escola singular de Alto da Gruta, distrito da sede, município de Cachoeiro de Itapemirim, para Santa Rosa, nos mesmos distrito e município, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 233, de 8-4-53 (D.O. de 9-4-53) —

Retifica o Decreto n. 1 223, de 27-3-53, para declarar que a escola singular transferida para a Fazenda da Prata, no município de Castelo, é a da Fazenda Bela Aurora, no mesmo município, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 234, de 8-4-53 (D.O. de 9-4-53) —

Transfere as seguintes escolas singulares:

3.ª de Prosperidad, município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito de Varçem Alta, para Empoçadinho, distrito de Serra Pelada, município de Afonso Cláudio.

Môrro Grande, distrito de Calogi, município da Serra, para Santo Antônio do Guandu, distrito de Pontões, mun. de Afonso Cláudio, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

Alto S bastião, distrito de Garrafão, mun. de St.ª Leopoldina, para São Luiz de Miranda, distrito de Pontões, mun. de Afonso Cláudio, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

São Lourenço, distrito da sede, mun. de Alegre, para a Fazenda José

DECRETO N.º 1 235, de 8-4-53 (D.O. de 9-4-53) —

Transfere as seguintes escolas singulares:

Jetibá — do mun. de St.ª Leopoldina, para o lugar denominado Rio das Farinhas, distrito de Jetibá, no mesmo município.

Rio Saltinho — do mun. de Santa Teresa, para o lugar denominado São Bento, distrito de Garrafão, município de Santa Leopoldina.

Arroio das Pedras — do mun. de Itapoama, para o lugar denominado Luxemburgo, distrito da sede do mun. de Santa Leopoldina.

Santa Rosa — do mun. de São Mateus, para o lugar denominado Rio do Meio, distrito de Mangaraí, do mun. de Santa Leopoldina.

DECRETO N.º 1 236, de 8-4-53 (D.O. de 9-4-53) —

Cria, junto à Secretaria da Educação e Cultura, o Conselho de Ensino Superior — O C.E.S., será constituído, sob a presidência do Secretário da Educ. e Cultura, dos seguintes membros: 1) os Diretores das escolas superiores, a saber: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Fac. de Odontologia; Escola Politécnica e Escola de Belas Artes. 2) um representante

do Corpo Docente de cada estabelecimento de ensino superior. 3) o Diretor da Diretoria Geral de Administração da S.E.C. — Serão considerados relevantes os serviços prestados pelos membros do Conselho.

DECRETO N.º 1 237, de 9-4-53 (D.O. de 10-4-53) —

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Governo do Estado, o domínio útil sobre 2 terrenos de marinha com as áreas respectivamente de 383,65 m2. e 195 m2., terrenos esses situados na Esplanada da Capixaba e aforados a herdeiros de Cleres M. Moreira, pelo preço de Cr\$ 172.959,00.

DECRETO N.º 1 238, de 10-4-53 (D.O. de 11-4-53) —

Considera facultativo o ponto na próxima segunda-feira, dia 13, consagrado a Nossa Senhora da Penha, nas repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 239, de 10-4-53 (D.O. de 11-4-53) —

Determina que a escola singular Rural de Serra Pelada, no distrito do mesmo nome, município de Afonso Cláudio, passe a denominar-se escola singular da Fazenda Garcia.

DECRETO N.º 1 240, de 10-4-53 (D.O. de 11-4-53) —

Transfere a escola singular de Jacarandá, município de Cariacica, para o lugar denominado Córrego Graciano Neves, distrito de São Domingos, município de Colatina.

DECRETO N.º 1 241, de 10-4-53 (D.O. de 11-4-53) —

Transfere a escola singular de Recanto, município de Santa Leopoldina, para Fazenda União, no mesmo município, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 242, de 10-4-53 (D.O. de 11-4-53) —

Transfere a escola singular de Nova Morena, distrito de Nova Venécia, no município de São Mateus, para Córrego do Bôto, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 243, de 10-4-53 (D.O. de 11-4-53) —

Transfere a 3.ª escola singular de Guararema, para Córrego da Areia, sendo ambas no município de São Mateus, e a última no distrito de Nova Venécia.

DECRETO N.º 1 244, de 14-4-53 (D.O. de 15-4-53) —

Concede à firma Indústria de Concreto São Paulo Ltda', estabelecida em Argolas, mun. do Espírito Santo, neste Estado, isenção de impostos estaduais, exclusive taxas, pelo prazo de 5 anos, para fabricação de manilhas de concreto sem bolsa, na forma do disposto no art. 1.º da Lei n. 67, de 31-12-947, revigorada pela Lei n. 407, de 30-12-950.

DECRETO N.º 1 245, de 14-4-53 (D.O. de 15-4-53) —

Cria uma escola singular no lugar denominado Bandeira, distrito de São José das Terreas, município de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 1 246, de 14-4-53 (D.O. de 15-4-53) —

Retifica a relação a que se refere o Decreto n. 648, de 11-10-951, para declarar que as escolas singulares de Águas Claras e Santa Cruz estão localizadas nos distritos de Piaçu e Itaici, respectivamente, no município de Muniz Freire, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 247, de 14-4-53 (D.O. de 15-4-53) —

Reclassifica a Escola Primária Auxiliar do Preventório "Gustavo Campanema", da Praia da Costa, município do Espírito Santo, como de 3.ª entrada.

DECRETO N.º 1 248, de 14-4-53 (D.O. de 15-4-53) —

Cria escolas singulares nas seguintes localidades:

Fazenda Babilônia, distrito da sede, mun. de Muqui.

Fazenda Boa Esperança, distrito de Café, mun. de Alegre.

Fazenda Volta da Ferradura, distrito de Celina, mun. de Alegre.

Moitãozinho, distrito de Marapé, mun. de Cachoeiro de Itapemirim.

Banqueta, distrito da sede, mun. de Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 1 249, de 14-4-53 (D.O. de 15-4-53) —

Retifica o Decreto de 25 de fevereiro p. passado, para declarar que a escola singular de Coutinho, do distrito de Pacotuba, município de Cachoeiro de Itapemirim, para onde foi removido o Professor Primário, classe "B" — Gilda da Cunha Gonçalves — é de 2.ª entrada, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 250, de 14-4-53 (D.O. de 15-4-53) —

Concede à firma Tyresoles do Espírito Santo Ltda' — Reformadora de Pneus, estabelecida nesta Capital, isenção de impostos estaduais, exclusive taxas, pelo prazo de 5 anos, para regeneração e reforma de pneus.

DECRETO N.º 1 251, de 17-4-53 (D.O. de 18-4-53) —

Transfere a escola singular de Esperança de Santa Joana, distrito de Itapina, município de Colatina, para o lugar denominado Vista Alegre. nos mesmos distrito e município, e determina continue, na nova localização, sob a regência da Docente de Emergência — Maria das Dores Moreira.

DECRETO N.º 1 252, de 17-4-53 (D.O. de 18-4-53) —

Reclassifica as escolas de Campo de São Felipe, distrito da sede, município de Cachoeiro de Itapemirim, como de 2.ª entrância.

DECRETO N.º 1 253, de 17-4-53 (D.O. de 18-4-53) —

Transfere, para a Tabela n.º 51 — Divisão do Patrimônio da Secretaria da Fazenda — os cargos seguintes, removendo os respectivos ocupantes:

- I — da Tab. n.º 5 — D.S.P. — 2 cargos de Assistente Técnico, padrão "N", ocupados por Gildo de Oliveira Lacourt e Mário Fundão, e 1 de Oficial Administrativo, classe "F", ocupado por Orestes Se-comandã Soneghet;
- II — da Tab. n.º 7 — Dept.ª das Municipalidades — 1 cargo de Contador, classe "K", ocupado por José Serrat Espíndula.
- III — da Tab. n.º 42 — Contadoria Geral do Estado — 1 cargo de Assistente Técnico, padrão "O", ocupado por Paulo V. Fundão.
- IV — da Tab. n.º 46 — Divisão da Receita — 1 cargo de Escriurário, classe "C", ocupado por Marlene da Silva.
- V — da Tab. 47 — Divisão da Receita — 1 cargo de Escriurário, classe "C", ocupado por Maria Madalena de Amorim.

DECRETO N.º 1 254, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Reclassifica a escola singular de Inhuma, município de Mimoso do Sul, como de 2.ª entrância.

DECRETO N.º 1 255, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Cria uma escola singular na Fazenda Candeias, distrito da sede, município de Colatina, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 256, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere a escola singular de Barra de São Domingos, município de Afonso Cláudio, para Fazenda Velha, distrito da sede, município de São José do Calçado, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 257, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Cria uma escola singular em Córrego do Paraná, distrito de Pancas, município de Colatina.

DECRETO N.º 1 258, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Cria uma escola singular em Alto Rio Novo, distrito do mesmo nome, município de Colatina, onde constituirá a 4.^a unidade escolar.

DECRETO N.º 1 259, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere a escola singular de Destacamento, distrito da sede, município de Cariacica, para Apatí, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 260, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere as escolas singulares do mun. de Conceição da Barra, distrito da sede, para localidades dos mesmos município e distrito, na seguinte conformidade:

E.S. de Córrego do Canaã, para Pedrinhas.

E.S. de Angelim de Baixo, para Cristal.

E.S. de Córrego do Baião, para Vinhático, onde constituirá a 2.^a unidade escolar.

E.S. de Bom Jesus de Santana, para Córrego Limoeiro.

E.S. de Fazenda Nova Olinda, para Córrego do Café.

E.S. de Fazenda Aliança, para o Córrego dos Inocentes.

DECRETO N.º 1 261, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Cria 2 classes no Grupo Escolar "Liberata Sette", de Caratoíra, nesta Capital.

DECRETO N.º 1 262, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Cria uma escola singular em Safra, distrito da sede, município de Itapemirim, onde constituirá a 3.^a unidade escolar.

DECRETO N.º 1 263, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Declara de utilidade pública, para desapropriação, destinada à construção de tanques coletivos, a área de terreno medindo 504 m², correspondente aos lotes 17 e 19 da quadra 20, de propriedade do Senhor José Luiz Gabeira e situada no Bairro de Gurigica, arrabalde desta Capital.

DECRETO N.º 1 264, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere a 2.^a escola singular de Muribeca, município de Itapemirim, para o lugar denominado Fazenda do Centro, distrito da sede, município de Castelo.

DECRETO N.º 1 265, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere a escola singular de Boa Vista, distrito de Riacho, município de Aracruz, 5.^a entrância, para a localidade de Mata Limpa, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 266, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Cria uma escola singular nas seguintes localidades do município de Aracruz:

- 1 — Alto Três Irmãos, distrito de Guaraná, 5.^a entrância.
- 2 — Cabeceiras do Córrego Alegre, distrito de Guaraná, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 267, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere a escola singular de Olho D'água, distrito da sede, município de Aracruz, para a localidade de Fazenda Napoleão, 5.^a entrância, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 268, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere a escola singular de Barra do Itaqu, município de Itaguaçu, para Jaspe, distrito da sede, município de S. José do Calçado.

DECRETO N.º 1 269, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere as escolas singulares, abaixo relacionadas, do município de Barra de São Francisco para localidades do mesmo município.
 Cotaxé para Córrego da Penha, distrito da sede.
 Córrego de Brejaúba para Boa Sorte, distrito da sede.
 Nova Esperança para Quarta Encruzilhada, distrito da sede.
 Fazenda Cirilo José da Fonseca para Córrego da Prata, distrito de Joeirana.
 Patrimônio da Prata para Fazenda Coração do Brasil, distrito de Joeirana.

DECRETO N.º 1 270, de 20-4-53 (D.O. de 21-4-53) —

Transfere a escola singular de Fazenda Sertão Velho, distrito da sede, município de Cariacica, para Destacamento, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 271, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Cria a Coletoria de Argolas, com sede no distrito do mesmo nome, município do Espírito Santo, integrando a 1.^a Região Fiscal — Extingue o posto fiscal de Argolas, subordinado à Coletoria do Espírito Santo. — Os postos fiscais de São Torquato e os das Estações de Pedro Nolasco e Estrada de Ferro Leopoldina ficam desmembrados da Recebedoria Regional de Vitória, passando a ser subordinados à Coletoria ora criada.

DECRETO N.º 1 272, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Transfere da lotação da Tabela n.º 76 — Administração do Pôrto de Vitória da SVPO — para a Tabela n.º 82 — Divisão do Fomento da SATC — 1 cargo de Contador, padrão "J", com o seu respectivo ocupante, Manoel Figueiredo Andrade.

DECRETO N.º 1 273, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Suprime na T.N.M. n.º 5 — D.S.P. — Uma função de Assistente de Administração, ref. "VIII" — Cria na mesma T.N.M. 2 funções de Assistente de Administração, ref. "VI".

DECRETO N.º 1 274, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Transfere da T.N.M. n.º 13 — Serviço de Biodemografia do D.E.S. — para a de n.º 5 — DSP — o Assistente de Administração, ref. "VII", equiparado ao funcionário, Guidomar Adami Loureiro.

DECRETO N.º 1 275, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Transfere a Escola singular de Campo Grande para Fazenda do Campo, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, sendo ambas as localidades no município de Guarapari e distrito da sede.

DECRETO N.º 1 276, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Transfere a escola singular de Fazenda do Córrego Alto para São Joaquim, sendo ambas as localidades no município de Cachoeiro de Itapemirim e distrito da sede, determinando que o Professor Primário, classe "B" — Marilena Figueiredo Hosken — passe a ter exercício na mesma, para continuação do estágio probatório, nos termos do § 1.º do art. 23, da Lei n.º 549, de 7-12-51.

DECRETO N.º 1 277, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Reclassifica as escolas singulares do município de Castelo, abaixo enumerados:

- 1 — Brejaúba, na 4.ª entrância;
- 2 — Ribeirão do Meio, na 2.ª entrância;
- 3 — Cachoeira Grande, na 2.ª entrância.

DECRETO N.º 1 278, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Reclassifica a escola singular de Praça do Oriente (1.ª), distrito de Marapé, município de Cachoeiro de Itapemirim, como de 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 279, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Transfere a 3.ª escola singular de Santo Alfeu, distrito de Conduru, município de Cachoeiro de Itapemirim, para o lugar denominado Cantagalo, nos mesmos distritos e município.

DECRETO N.º 1 280, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Cria a escola singular de Fazenda Bolsanelo na região denominada Córrego do Paraná, distrito de Pancas, município de Colatina, ficando sem efeito o Decreto n.º 1 257, de 20-4-53.

DECRETO N.º 1 281, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Cria a escola singular de Fazenda Aliança, distrito da sede do município de Conceição da Barra.

DECRETO N.º 1 282, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Cria o Serviço de Educação de Adolescentes e Adultos (S.E.A.A.), subordinado à Secretaria da Educação e Cultura — o S.E.A.A. exercerá suas atividades em colaboração com o Serviço Nacional de Educação de Adultos, através dos seguintes órgãos: Secretaria, Setor de Organização e Orientação Pedagógicas, Setor de Contabilidade e Controle — Este Serviço terá o seguinte pessoal, de livre escolha e designação do Secretário: um Chefe, um Secretário, dois encarregados de setores e três auxiliares. — Revoga o Decreto n.º 16 507, de 24-3-947.

DECRETO N.º 1 283, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Cria uma (1) Escola Singular na Praia da Costa, município do Espírito Santo, distrito da sede, classificando-a em 3.ª entrância.

DECRETO N.º 1 284, de 22-4-53 (D.O. de 24-4-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular na FAZENDA DA MEMÓRIA, distrito da sede, município de SÃO JOSÉ DO CALÇADO.

DECRETO N.º 1 285, de 25-4-53 (D.O. de 25-4-53) —

Transfere, da Tabela n.º 8 — Gabinete do Secretário e Serviço de Administração da Secretaria do Governo, para a de n.º 40 — Assessoria Técnica Consultiva, da Secretaria do Interior e Justiça, 1 (uma) cargo de Contínuo, classe "C", e removido seu respectivo ocupante: Virgílio Ramos dos Santos.

DECRETO N.º 1 286, de 29-4-53 (D.O. de 30-4-53) —

Retifica o Dec. n.º 1 240, de 10 do corrente mês, para declarar que o distrito da localidade de Córrego Graciano Neves, município de Colatina, para onde foi transferida a Escola Singular de Jacarandá, município de Cariacica, é de Alto Rio Novo, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 287, de 29-4-53 (D.O. de 30-4-53) —

Transfere a Escola Singular de Araújo para PESQUEIRO, sendo ambas as localidades no município de Itapemirim, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 288, de 29-4-53 (D.O. de 30-4-53) —

Declara, de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Governo do Estado, uma área de terreno medindo 13 433 metros quadrados, figurada e determinada na planta que com este baixa, devidamente autenticada, situada no lugar denominado "ATALAIA", município do Espírito Santo, de propriedade dos herdeiros de Alberto Pessoa, pelo preço total de Cr\$ 470 155,00. — Para os efeitos do artigo 15, do citado Decreto-lei, é declarada urgente a desapropriação prevista no artigo anterior. — A área a ser desapropriada destinar-se-á à construção de uma estrada de acesso às instalações da SHELL MEX DO BRASIL LTDA.

DECRETO N.º 1 289, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 81 — Divisão de Terras e Colonização da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização, 1 (uma) função de Encarregado de Serviço, ref. "VIII". — Cria e inclui na T.N.M. n.º 80 — Divisão de Administração da mesma Secretaria, 1 (uma) função de Contínuo, ref "IV". — Transfere da T.N.M. n.º 82 — Divisão do Fomento, da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização, para a de n.º 83 — Divisão de Experimentação da mesma Secretaria, 1 (uma) função de Encarregado de Serviço, ref. "VIII", e remove seu respectivo ocupante: FRANCISCO PIMENTEL RABELLO.

DECRETO N.º 1 290, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 51 — Divisão do Patrimônio, da Secretaria da Fazenda, 1 (uma) função de Auxiliar de Apuração, ref. "IV".

DECRETO N.º 1 291, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Retifica o Dec. n.º 1 241, de 10 do corrente mês, que transferiu a Escola Singular de Recanto para FAZENDA UNIAO, para declarar que ambas as localidades são do município de CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM e não do município de Santa Leopoldina, como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 292, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular distrital de IBITUBA, município de Baixo Guandu, 5.ª entrância, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1293, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 260, de 20 de abril corrente, para declarar que o nome da localidade para onde foi transferida a Escola Singular de Nova Esperança, no município de Barra de São Francisco, é QUATRO ENCRUZILHADAS, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 294, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 215, de 25 de março p.p., para declarar que a Escola Singular de Mundo Novo, distrito de Divisa, município de Guaçuí, deverá constituir a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 295, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Barra do Calçado, distrito da sede, município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 1 296, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular nas seguintes localidades, no município de Anchieta:

- 1 — Córrego da Prata — distrito de Iiritiba.
- 2 — OITI — distrito da sede.

DECRETO N.º 1 297, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria 1 (uma) classe no Grupo Escolar "Prof.ª Filomena Quitiba", de Piúma, município de ICONHA.

DECRETO N.º 1 298, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 260, de 20 de abril corrente, para declarar que o nome da Escola Singular do município de Conceição da Barra transferida para a localidade de Vinhático, no mesmo município, é Córrego do Balão, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 299, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria 2 (duas) classes no Grupo Escolar "Adolfina Zamprogno", de Paul de Dentro, município do Espírito Santo.

DECRETO N.º 1 300, de 30-4-53 (D.O. de 1-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular na FAZENDA DO GALHO, município de GUAÇUI.

DECRETO N.º 1 301, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria a Escola Singular de Santa Rosa, distrito de Nova Venécia, município de São Mateus, classificando-a em 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 302, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria 1 (uma) classe no Grupo Escolar "Pessanha Póvoa", de Santa Teresa, destinada ao ensino complementar.

DECRETO N.º 1 303, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria a Escola Singular de Fazenda da Serra, município de São José do Calçado, distrito de Alto Calçado.

DECRETO N.º 1 304, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria Escolas Singulares nas seguintes localidades: — Alto São Sebastião, distrito de Garrafão, município de Santa Leopoldina, 5.ª entrância. — Jetibá, distrito do mesmo nome, município de Santa Leopoldina, 5.ª entrância. — Serra da Suíça, município de Santa Leopoldina, distrito da sede. — Melgacinho, município de Domingos Martins, distrito da sede. — Ribeirão Capichaba, município de Domingos Martins, distrito de Aracê. — São Paulo, município de Itapemirim, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 305, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Transfere as Escolas Singulares abaixo relacionadas: — Alto Paraju — município de Domingos Martins, para Galo, distrito de Isabel, no mesmo município, 5.ª entrância. — Alto Tijuco Preto — município de Domingos Martins, para Santa Maria do Vitor Hugo, distrito de Aracê, no mesmo município, 5.ª entrância. — Banca Grande, município de Domingos Martins, para Barra do Ribeirão Capichaba, distrito de Aracê, no mesmo município, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 306, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria uma Escola Singular em Pau Grosso, e Córrego da Onça, município de Linhares, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 307, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria 1(uma) classe no Grupo Escolar "Prof. Waldemar Mendes", de Burarama, no município de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N. 1 308, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular nas seguintes localidades do município de São Mateus:

- 1 — GAMELEIRA, distrito de Nova Venécia, 5.^a entrância.
- 2 — CÔRREGO DO QUATRO, distrito de Nova Venécia, 5.^a entrância.
- 3 — CÔRREGO DO GUARABU, distrito de Nova Venécia, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 309, de 2-5-53 (D.O. de 10-5-53) —

Cria a 2.^a Escola Primária Auxiliar no Ginásio Mimosense, em Mimoso do Sul.

DECRETO N.º 1 310, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Olaria, distrito de Apiacá, município de Mimoso do Sul, classificando-a em 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 311, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Cabeceiras do Tancredo, distrito de Santa Júlia, no município de Santa Teresa, classificando-a em 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 312, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Cria 1 (uma) classe no Grupo Escolar "Jonas Montenegro", de Divisa, no município de Guaçuí.

DECRETO N.º 1 313, de 2-5-53 (D.O. de 3-5-53) —

Inclui na Tabela n.º 82 — Divisão do Fomento, da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização, 3 (três) cargos de Agrônomo, classe "N", cuja carreira foi reestruturada pela Lei n.º 191, de 29 de dezembro de 1948.

DECRETO N.º 1 314 de 5-5-53 (D.O. de 6-5-53) —

Os processos de aquisição de imóveis pelo Estado, por doação, compra ou desapropriação, assim como os de venda de bens estaduais, exclusive a de terras, serão iniciados e concluídos pela Secretaria da Fazenda, através da Divisão do Patrimônio Estadual.

DECRETO N.º 1 315, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 13 — Serviço de Biodemografia e Estatística, do Departamento Estadual de Saúde, 1 (uma) função de Assistente de Administração, ref. "V".

DECRETO N. 1 316, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Cria 1 (uma) classe nas Escolas Reunidas "Araribóia", de Vila Pancas, município de Colatina.

DECRETO N. 1 317, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Cria a Escola Singular de Tijuca, Fazenda Humberto Maitan, distrito da sede, no município de Cachoeiro de Itapemirim, e classifica-a em 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 318, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Tancredinho para Santo Hilário, sendo ambas as localidades no município de Santa Teresa, e a última no distrito de Alto Santa Maria, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 319, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Retifica o nome das 1.^a e 2.^a Escolas Singulares de São Roque, no município de Colatina, para SÃO ROQUE DA TERRA ROXA.

DECRETO N.º 1 320, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Cria a Escola Singular de Fazenda Paraná, distrito de Pancas, no município de Colatina, e classifica-a em 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 321, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Córrego 18, distrito da sede, município de Conceição da Barra, para Comercinho, nos mesmos distrito e mun., onde constituirá a 2.^a unidade escolar.

DECRETO N.º 1 322, de 7-5-53 (D.O. de 8-5-53) —

Suprime na Tabela n.º 1 — Parte Suplementar do Quadro Único do Estado, o cargo de Diretor de Orfeão, padrão "E", vago em virtude de ERNESTO STROBACH ter aceito outro cargo público.

DECRETO N.º 1 323, de 11-5-53 (D.O. de 12-5-53) —

Transfere da Tabela n.º 57 — Estabelecimentos de Ensino Primário e Pré-Primário da Secretaria da Educação e Cultura, para a de n.º 67 — Serviço de Educação Física da mesma Secretaria, 1 (um) cargo de Contínuo, classe "B", e removido seu respectivo ocupante: ANA DUTRA CORDEIRO.

DECRETO N.º 1 324, de 11-5-53 (D.O. de 12-5-53) —

Determina que todo ocupante de cargo de confiança da administração estadual, ao tomar posse da função, faça declaração de seus bens — Aos atuais ocupantes dos cargos referidos fica facultado o prazo de 60 dias para essa declaração, que deverá reportar-se à data da posse do referido cargo.

DECRETO N.º 1 325, de 12-5-53 (D.O. de 13-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Córrego do Sossêgo, distrito da sede, município de Linhares.

DECRETO N.º 1 326, de 12-5-53 (D.O. de 14-5-53) —

Transfere a 2.^a Escola Singular de Boa Esperança para Barra do Rio Fundo, sendo ambas as localidades no município de Domingos Martins e a última no distrito de Izabel, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 327, de 12-5-53 (D.O. de 14-5-53) —

Reclassifica em 5.^a entrância a Escola Singular de Benjaúba, distrito de Aracuí, município de Castelo.

DECRETO N.º 1 328, de 12-5-53 (D.O. de 14-5-53) —

Cria a Escola Singular de Fazenda "Vista Alegre", distrito de Itaici, no município de Muniz Freire.

DECRETO N.º 1 329, de 12-5-53 (D.O. de 14-5-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Baixo Tabocas, distrito de São João de Petrópolis, município de Santa Teresa, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 330, de 13-5-53 (D.O. de 14-5-53) —

Considera facultativo, atendendo aos sentimentos religiosos da população, o ponto no próximo dia 14, quinta-feira, dia consagrado à Ascensão do Senhor, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 331, de 13-5-53 (D.O. de 14-5-53) —

Regulamenta as designações de chefes para as II/EM e I, II e III/SI e de Ajudante de Ordem do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, que serão de livre escolha do Comandante.

DECRETO N.º 1 332, de 18-5-53 (D.O. de 19-5-53) —

Transfere a 2.ª Escola Singular de Fazenda das Flores para a Fazenda Pancrácio Vieira Machado, sendo ambas as localidades no município de Castelo e a última no distrito de Aracuí, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 333, de 18-5-53 (D.O. de 19-5-53) —

Transfere a Escola Singular de São Paulo, município de Domingos Martins, para JAGUAÇU, município do Espírito Santo, distrito de Jucu, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 334, de 18-5-53 (D.O. de 19-5-53) —

Transfere, por inexistência de numero legal de alunos, a Escola Singular de Cabeceiras de São Silvestre (Faz. dos Reis) para Córrego do Sossêgo de São Gabriel da Palha, sendo ambas as localidades no município de Colatina e a última no distrito de Pancas, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 335, de 18-5-53 (D.O. de 19-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Barra de Córrego Branco para PATRIMÔNIO DE SANTO ANTONIO, sendo ambas as localidades no município de Barra de São Francisco, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 336, de 18-5-53 (D.O. de 19-5-53) —

Retifica o nome das 1.ª, 2.ª e 3.ª Escolas singulares de Santo Antônio, município de Barra de São Francisco, distrito da sede, para CABECEIRAS DE SANTO ANTÔNIO.

DECRETO N.º 1 337, de 19-5-53 (D.O. de 20-5-53) —

Transfere as Escolas Singulares abaixo relacionadas do município de IUNA:

Boa Sorte do José Pedro, para Fazenda Espírito Santo distrito de Pequiá, 5.ª entrância;

Fama para Floresta, no município de Ibatiba;

Córrego das Três Pontes, para Jatobá, distrito da sede.

DECRETO N.º 1 338, de 19-5-53 (D.O. de 20-5-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 129 de 14 de janeiro do corrente ano, para declarar que o distrito da Escola Singular de Fazenda Vista Alegre no município de Muniz Freire, é de Itaici, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 339, de 19-5-53 (D.O. de 20-5-53) —

Torna sem efeito o Decreto n.º 1 328, de maio corrente.

DECRETO N.º 1 340, de 19-5-53 (D.O. de 20-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Papagaio para Fazenda Santo Antônio, sendo ambas as localidades no município de Alegre, e a última, no distrito de Ibitirama, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 341, de 21-5-53 (D.O. de 22-5-53) —

Limita, a partir do exercício de 1954, o número e a qualidade de uniformes de Motoristas, Contínuos, Serventes, Mensageiros, Marinheiros e Guardas Sanitários. — O fornecimento de uniformes obedecerá aos modelos estipulados pelo Departamento do Serviço Público.

DECRETO N.º 1 342, de 21-5-53 (D.O. de 22-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Carioca, município de Jabaeté, para FLORES DE APARECIDA, município de Alegre, distrito da sede, 4.ª entrância.

DECRETO N.º 1 343, de 21-5-53 (D.O. de 22-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Carnero, para FAZENDA FLOR DA MATA, sendo ambas as localidades no município de Alegre e distrito de Antiba.

DECRETO N.º 1 344, de 22-5-53 (D.O. de 23-5-53) —

Cria a 3.ª Escola Singular de DESENGANO, município de Linhares, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 345, de 25-5-53 (D.O. de 26-5-53) —

Transfere a Escola Singular da FAZENDA SÃO DOMINGOS DAS TRÊS BARRAS, para FAZENDA SANTA JOANA, sendo ambas as localidades no município de MUQUI, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 346, de 27-5-53 (D.O. de 28-5-53) —

Concede à firma BUAIZ S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO, estabelecida à Rua do Comércio n.º 41, nesta Capital, isenção de impostos estaduais exclusive taxas, pelo prazo de 5 (cinco) anos, para fabricação de grampos para cerca e molas para caminhões e automóveis, na forma do disposto no art. 1.º da Lei n.º 57, de 31 de dezembro de 1947, revigorada pelas Leis n.ºs 407, de 30 de dezembro de 1950 e 685, de 31-12-52.

DECRETO N.º 1 347, de 28-5-53 (D.O. de 30-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Estrêla, regida pelo Professor Primário, classe "B" — TERESINHA MARIA DE MORAES — para a Fazenda Alto Jacá, onde continuará o estágio probatório, sendo as localidades no município de Mimoso do Sul, e a última no distrito de Conceição de Muqui.

DECRETO N.º 1 348, de 28-5-53, (D.O. de 30-5-53) —

Cria 1 (um) Curso Supletivo Noturno junto ao Grupo Escolar "Vasco Coutinho", de Vila Velha.

DECRETO N.º 1 349, de 28-5-53 (D.O. de 30-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Vargem Alegre, para MANGUEIRA, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, sendo ambas as localidades no município de Cachoeiro de Itapemirim, e a última, no distrito de Pacotuba.

DECRETO N.º 1 350, de 28-5-53 (D.O. de 30-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Pedra Riscada para a Fazenda Teresinha, sendo ambas as localidades no município de Mimoso do Sul, e a última, no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 351, de 28-5-53 (D.O. de 30-5-53) —

Transfere a Escola Singular de Santa Augusta para Gabiroba, sendo ambas as localidades no município de Mimoso do Sul, distrito de Ponte de Itabapoana.

DECRETO N.º 1 352, de 28-5-53 (D.O. de 31-5-53) —

Aprova o Regulamento da III Exposição Estadual de Animais e produtos Derivados a se realizar na cidade de Cachoeiro de Itapemirim.

DECRETO N.º 1 352-A, de 29-5-53 (D.O. de 4-6-53) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Aliança, município de Muqui, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 353, de 29-5-53 (D.O. de 31-5-53) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Aliança, município de Muqui, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 354, de 2-6-53 (D.O. de 3-6-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 9 — Departamento Estadual de Estatística, 1 (uma) função de Auxiliar de Apuração, ref. "III".

DECRETO N.º 1 355, de 2-6-53 (D.O. de 3-6-53) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Povoação de Baunilha, município de Colatina, distrito de Baunilha, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 356, de 2-6-53 (D.O. de 3-6-53) —

Cria a Escola Singular de Chapada dos Índios, município de Aracruz, distrito da sede, e classifica-a em 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 357, de 2-6-53 (D.O. de 3-6-53) —

Transfere a Escola Singular de Floresta, município de Muniz Freire, para Alto Lambari, município de Alegre, distrito de Anutiba.

DECRETO N.º 1 358, de 2-6-53 (D.O. de 3-6-53) —

Considera facultativo o ponto na próxima quinta-feira, 4 do corrente, dia consagrado a CORPUS CHRISTI, nas repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 359, de 5-6-53 (D.O. de 6-6-53) —

Transfere a escola singular de São Sinforiano, município de Domingos Martins, para Arroio das Pedras, município de Itapoama, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 360, de 5-6-53 (D.O. de 6-6-53) —

Transfere a Escola Singular de Santa Helena, município de Itaguaçu, para constituir uma classe no Grupo Escolar "Luiza Grinaldi", de Itarana, no referido município — Determina que o Professor Primário, classe "B", Diuzeth Corrêa da Silva, continue na regência dessa Escola Singular, para continuação do seu estágio probatório.

DECRETO N.º 1 361, de 5-6-53 (D.O. de 6-6-53) —

Transfere a Escola De São Lourenço, para SERGEIRA, sendo ambas as localidades no município de Mimoso do Sul, distrito da sede, 4.ª entrância.

DECRETO N.º 1 362, de 5-6-53 (D.O. de 6-6-53) —

Transfere a Escola Singular de Campo Grande Nativo de Barra Nova para Terra Fresca, sendo ambas as localidades no município de São Mateus e a última no distrito de Nova Venécia.

DECRETO N.º 1 363, de 5-6-53 (D.O. de 6-6-53) —

Transfere a Escola Singular da Fazenda São Mateus para CÓRREGO DO VELUDO, sendo ambas as localidades no município de São Mateus, e a última no distrito da sede.

DECRETO N.º 1 364, de 9-6-53 (D.O. de 11-6-53) —

Cria o distrito policial de "Alto Mutum Preto", com sede em São Sebastião do Alto Mutum Preto, no distrito de Mascarenhas, município de Baixo Guandu, estabelecendo seus limites.

DECRETO N.º 1 365, de 9-6-53 (D.O. de 11-6-53) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Manoel Borges, município de Fundão, para CAMPO GRANDE, município de Guarapari, distrito da sede e classifica-a em 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 366, de 10-6-53 (D.O. de 11-6-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 362, de 5-6-53, para declarar que a Escola Singular transferida para TERRA FRESCA é a de CAMPO GRANDE NATIVO, ambas no município de São Mateus e a primeira no distrito de Nova Venécia, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 367, de 10-6-53 (D.O. de 11-6-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 308, de 2-5-53, na parte que se refere à Escola Singular de GAMELEIRAS, para declarar que a mesma é no distrito da sede, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 368, de 11-6-53 (D.O. de 12-6-53) —

Cria a 1.^a e 2.^a Escolas Singulares de Fazenda Vista Alegre, no município de Colatina, distrito de Pancas.

DECRETO N.º 1 369, de 11-6-53 (D.O. de 12-6-53) —

Cria Escolas Singulares nas localidades abaixo relacionadas, do município de Barra de São Francisco:

- a) São Jorge, distrito de Gabriel Emílio, 5.^a entrância;
- b) — Córrego do Sul, distrito de Joeirana, 5.^a entrância;
- c) — 2.^a do Patrimônio de Santa Rita, distrito de Joeirana, 5.^a entrância;
- d) — Bom Sossêgo, distrito de Ribeirãozinho, 5.^a entrância;
- e) — 2.^a de Cachoeirinha do Itaúnas, distrito da sede, 5.^a entrância;
- f) — Barra do Palmital, distrito da sede, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 370, de 16-6-53 (D.O. de 17-6-53) —

Suprime os seguintes cargos:

1 de Motorista, classe "H", na Tabela n.º 3, da P.S. do Q.U. do Estado, vago com a aposentadoria de Higino Silva.

Na Tabela n.º 2, da P.S. do Q.U. do Estado:

1 cargo de Auxiliar de Ensino, padrão "C", vago em virtude da aposentadoria de Ester Freitas de Oliveira.

1 cargo de Fundidor, padrão "B", vago em decorrência da aposentadoria de Ernani Silva Freire.

1 cargo de Linotipista, padrão "E", vago com a aposentadoria de Alderico Lemos.

1 cargo de Marinheiro, padrão "C", vago em virtude da aposentadoria de José Joaquim dos Santos.

DECRETO N.º 1 371, de 18-6-53 (D.O. de 19-6-53) —

Transfere a Escola Singular de Córrego São Geraldo para Santo Antônio, sendo ambas as localidades no município de São Mateus, e a última no distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 372, de 18-6-53 (D.O. de 19-6-53) —

Cria a 2.ª Escola Singular de Fazenda Bolsanelo, município de Colatina, distrito de Pancas, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 373, de 18-6-53 (D.O. de 19-6-53) —

Transfere as férias escolares do mês de julho, nos estabelecimentos de ensino primário, no corrente ano letivo, para o período de 12 a 31 do referido mês.

DECRETO N.º 1 374, de 18-6-53 (D.O. de 19-6-53) —

Transfere da tabela n.º 42 — Contadoria Geral do Estado, da Secretaria da Fazenda, para a de n.º 45 — Divisão da Receita, da mesma Secretaria, 1 (um) cargo de Contador, classe "I", e 1 (um) de Oficial Administrativo, classe "H" e removidos seus respectivos ocupantes: ANTÔNIO TIRONE e GILBERTO BANDEIRA CHAGAS. — Transfere da T.N.M. 42 — Cont. Geral do Estado, da Sec. da Fazenda, para a de n.º 45 — Divisão da Receita, da mesma Secretaria 1 (uma) função de Correntista, refc. "VIII" e 1 (uma) de Auxiliar de Apuração, ref. "III", e removidos seus respectivos ocupantes: OSCAR LOBO DE OLIVEIRA E DOUGLAS RENATO QUEIROZ.

DECRETO N.º 1 375, de 19-6-53 (D.O. de 20-6-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 35 — Instituto de Readaptação Social, da Secretaria do Interior e Justiça, 1 (uma) função de Mestre de Ofício, ref. "IV", em virtude da extinção do respectivo cargo, nos termos do Decreto-lei n.º 15 091, de 28 de outubro de 1943.

DECRETO N.º 1 376, de 22-6-53 (D.O. de 23-6-53) —

Declara de reserva, para o fim de constituição do Parque Biológico da Região Leste, a área de terrenos devolutos do Estado, denominada "ILHA DE COMBOIOS", situada nos municípios de Aracruz e Linhares, e dá suas delimitações.

DECRETO N.º 1 377, de 23-6-53 (D.O. de 24-6-53) —

Fica instituída na Tabela de Funções Isoladas, anexa ao Decreto n.º 15 876, de 24 de maio de 1945, a função de Auxiliar de Ensino, ref. "IV" — Cria e inclui na T.N.M. n.º 61, Escola Normal "Pedro II", da Secretaria da Educação e Cultura, 1 (uma) função de Auxiliar de Ensino, ref. "IV", em virtude da extinção do respectivo cargo, nos termos do Decreto-lei n.º 15 091, de 28 de outubro de 1943.

DECRETO N.º 1 378, de 23-6-53 (D.O. de 24-6-53) —

Retifica o nome da Escola de Patrimônio 2 de Setembro, município de Barra de São Francisco, distrito de Joeirana, para PATRIMÔNIO DO QUINZE.

DECRETO N.º 1 379, de 23-6-53 (D.O. de 24-6-53) —

Transfere a Escola Singular de Santa Rita para Patrimônio do Quinze, distrito de Joeirana, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, sendo ambas as localidades no município de Barra de São Francisco.

DECRETO N.º 1 380, de 23-6-53 (D.O. de 24-6-53) —

Cria a Escola Singular de SANTA LUZIA, município de Barra de S. Francisco, distrito de Ametista, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 381, de 25-6-53 (D.O. de 4-7-53) —

Transfere da T.N.M. n.º 10 — Serviço Jurídico da Secretaria do Governo, para a de número 82 — Divisão do Fomento da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização, 1 (uma) função de Assistente de Administração, ref. "VII" e removido seu respectivo ocupante: — OMYR LEAL BEZERRA.

DECRETO N.º 1 382, de 26-6-53 (D. O. de 27-6-53) —

Cria na T.N.M. n.º 8 — Gabinete do Secretário e Serviço de Administração da Secretaria do Governo, 2 (duas) funções de Contínuo, ref. "III". — Extingue na referida Tabela:— 1 (uma) função de Contínuo ref. "IV". — 1 (uma) função de Contínuo, ref. "I". — Transfere da T.N.M. n.º 8 — Gabinete do Secretário e Serviço de Administração, da Secretaria do Governo, para a T.N.M. n.º 19 — Serviços Distritais do Departamento Estadual de Saúde, 1 (uma) função de Contínuo, ref. "I", e removido seu atual ocupante: — SALVINA FERREIRA DOS SANTOS.

DECRETO N.º 1 383, de 26-6-53 (D.O. de 27-6-53) —

Reclassifica como de 5.ª entrância, a Escola Singular de Fazenda Segunda, município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 1 384, de 26-6-53 (D.O. de 27-6-53) —

Transfere a Escola Singular de Ribeirão de Conceição para Vargem Grande, sendo ambas as localidades no município de Castelo, e distrito de Conceição de Castelo, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 385, de 26-6-53 (D.O. de 27-6-53) —

Determina facultativo o ponto no dia 29 de junho corrente, consagrado a SÃO PEDRO, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 386, de 4-7-53 (D.O. de 5-7-53) —

Transfere a Escola Singular do Afluentes do Córrego de Setembro para São Roque da Terra Roxa, onde constituirá a 3.ª unidade escolar, sendo ambas as localidades no município de Colatina e distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 387, de 4-7-53 (D.O. de 5-7-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Moledo, município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito de Conduru, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 387-A, de 4-7-53 (D.O. de 24-7-53) —

Transfere da Tabela n.º 24 — Gabinete do Secretário e Divisão do Interior e Justiça, para a de n.º 81 — Divisão de Terras e Colonização, da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização, 1 (um) cargo de Oficial Administrativo, classe "G", e removido seu respectivo ocupante: ISA LINHARES DE AMORIM.

DECRETO N.º 1 388, de 4-7-53 (D.O. de 5-7-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Fazenda Conceição, distrito da sede, município de Muniz Freire, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 388-A, de 4-7-53 (D.O. de 24-7-53) —

Transfere da T.N.M. n.º 5 — Departamento do Serviço Público, para a de n.º 24 — Gabinete do Secretário e Divisão do Interior e Justiça, da Secretaria do Interior e Justiça, 1 (uma) função de Assistente de Administração, ref. "IX", e removido seu respectivo ocupante: JOSÉ HOOPER DA SILVA.

DECRETO N.º 1 389, de 4-7-53 (D.O. de 5-7-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em Barra da Itaoca, município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito de Conduru, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 389-A, de 4-7-53 (D.O. de 24-7-53) —

Transfere do Departamento do Serviço Público (Tabela n.º 5) para a Secretaria do Interior e Justiça (Gabinete do Secretário e Divisão do Interior e Justiça — Tabela n.º 24), um cargo de Assistente Técnico, padrão "P" e removido seu respectivo titular — MILTON CALDEIRA.

DECRETO N.º 1 390, de 4-7-53 (D.O. de 5-7-53) —

Fica extinto o Posto Fiscal de Itarana — Cria na 4.ª Região Fiscal, a Coletoria de Itarana, com a sua sede na vila do mesmo nome e jurisdição fiscal em todo o distrito de Itarana, município de Itaguaçu.

DECRETO N.º 1 390-A de 4-7-53 (D.O. de 24-7-53) —

Declara de utilidade pública, para o fim de desapropriação, a área de terras, benfeitorias e domínio útil de terrenos de marinha, entre o Forte de São João e o Canal de Ticolé.

DECRETO N.º 1 391, de 14-7-53 (D.O. de 15-7-53) —

Faz a seguinte transferência no orçamento vigente, sem alteração da dotação global da verba n.º 8554-500-554, da Tabela n.º 82, Divisão do Fomento da SATC:

Da subconsignação n.º 560 "Serviços Diversos do Fomento da Produção: Plano de Valorização Econômica, para a de n.º 510 "Acidentes no Trabalho", a importância de Cr\$ 18 400,00.

DECRETO N.º 1 392, de 15-7-53 (D.O. de 16-7-53) —

Transfere a Escola Singular de Goiabas para OLHO D'ÁGUA, sendo ambas as localidades no município de Aracruz e distrito da sede.

DECRETO N.º 1 393, de 15-7-53 (D.O. de 16-7-53) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Graciano Neves para Córrego Araras, sendo ambas as localidades no município de Colatina, distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 394, de 21-7-53 (D.O. de 22-7-53) —

Transferência da quantia de Quinhentos Mil Cruzeiros (Cr\$ 500 000,00) da subconsignação 309-7 para a de número 309-8 da Tabela 73, do orçamento em vigor.

DECRETO N.º 1 395, de 22-7-53 (D.O. de 23-7-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular na Ilha do Julião, no município de Itapemirim, distrito de Itapecoá, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 396, de 22-7-53 (D.O. de 23-7-53) —

Cria 1 (uma) classe no Grupo Escolar "Irmã Maria Horta", de Praia do Canto, nesta capital.

DECRETO N.º 1 397, de 24-7-53 (D.O. de 25-7-53) —

Transfere da T.N.M. n.º 45 — Divisão da Receita da Secretaria da Fazenda, para a de n.º 46 — Recebedoria e Coletorias — Arrecadação da mesma Secretaria, 1 (uma) função de Auxiliar de Escritório, ref. "IV".

DECRETO N.º 1 398, de 24-7-53 (D.O. de 25-7-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 46 — Divisão da Receita da Secretaria da Fazenda, 8 (oito) funções de Auxiliar de Arrecadação — A presente despesa correrá no atual exercício por conta da Tabela 46-111-200-215, do orçamento vigente.

DECRETO N.º 1 399, de 24-7-53 (D.O. de 25-7-53) —

Transfere a Escola Singular de Santo Antônio das Palmas, distrito da sede, município de Linhares, para Córrego Dr. Jones, nos mesmos distritos e município, onde continuará sob a regência da Docente de Emergência: FRANCISCA COSTA LIMA.

DECRETO N.º 1 400, de 24-7-53 (D.O. de 25-7-53) —

Cria 1 (uma) classe no G.E. "Amâncio Pereira", de São Mateus.

DECRETO N.º 1 401, de 24-7-53 (D.O. de 25-7-53) —

Cria 1 (uma) Escola Singular em São Francisco, município de Linhares, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 402, de 28-7-53 (D.O. de 29-7-53) —

Retifica o Dec. n.º 1 234, de 8 de abril corrente, na parte que se refere à transferência da 3.ª Escola Singular de Prosperidade para Empoçadinho, sendo a última no município de Afonso Cláudio, para declarar que, em vez de Serra Pelada, como foi publicado, o distrito é da sede.

DECRETO N.º 1 403, de 28-7-53 (D.O. de 29-7-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 329, de 12-5-53, para declarar que o distrito é Alto Santa Maria e não São João de Petrópolis, como foi publicado.

DECRETO N.º 1 404, de 28-7-53 (D.O. de 29-7-53) —

Transfere a Escola Singular de São Lourenço para a Fazenda Leone Dalmázio, sendo ambas as localidades no município de Colatina e distrito de Alto Rio Novo.

DECRETO N.º 1 405, de 30-7-53 (D.O. de 31-7-53) —

Transfere, por motivo de baixas matrícula e frequência, a Escola Singular de Fazenda Panorama, sob a regência da Docente de Emergência efetiva, — JURACY ANA GOBBO — para Barra do Laranjal, onde constituirá a 2.ª unidade escolar, sendo ambas as localidades no município de Itaguaçu, distrito de Itaimbé.

DECRETO N.º 1 406, de 30-7-53 (D.O. de 31-7-53) —

Transfere a Escola Singular de Boa Vista de Santa Joana, município de Colatina, para a Fazenda Não Pensei, município de Itaguaçu, onde constituirá a 2.ª unidade escolar.

DECRETO N.º 1 407, de 30-7-53 (D.O. de 31-7-53) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Andorinhas para Córrego Oswaldo Cruz, sendo ambas as localidades no município de Barra de São Francisco, e a última, no distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 408, de 31-7-53 (D.O. de 1-8-53) —

Transforma uma função de Auxiliar de Escritório, ref. "V", em uma função de igual denominação, ref. "III", na Tabela n.º 5 — D.S.P..

DECRETO N.º 1 409, de 3-8-53 (D.O. de 4-8-53) —

Transfere a Escola Singular de Duas Bôcas para Ribeiro Fundo, sendo ambas as localidades no município da Serra e a última, no distrito de Calogi.

DECRETO N.º 1 410, de 3-8-53 (D.O. de 4-8-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 59 — Colégio Estadual do Espírito Santo, da Secretaria da Educação e Cultura — 1 (uma) função de Auxiliar de Ensino, ref. "IV".

DECRETO N.º 1 411, de 6-8-53 (D.O. de 7-8-53) —

Transfere da Tabela n.º 79 — D.E.R. — para a de n.º 73 — D.O.P. — ambas da Secretaria de V. O. Públicas, um cargo de Auxiliar de Engenheiro, padrão "M", e removido seu respectivo ocupante: MANOEL CAMINA TROITINO.

DECRETO N.º 1 412, de 6-8-53 (D.O. de 7-8-53) —

Transfere a Escola Singular de São João da Serra para Limo Verde, sendo ambas as localidades no município de Guaçuí, e distrito de Imbuí.

DECRETO N.º 1 413, de 6-8-53 (D.O. de 9-8-53) —

Transfere a Escola Singular de Vinagre, no município de Alegre, para o Córrego de Sossêgo, no município de Iúna, distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 414, de 6-8-53 (D.O. de 9-8-53) —

Transfere a Escola Singular de Imburi para São Pedro de Rates, onde constituirá a 3.ª unidade escolar, sendo ambas as localidades no município de Guaçuí.

DECRETO N.º 1 415, de 10-8-53 (D.O. de 11-8-53) —

Transfere da Tabela n.º 81 — Divisão de Terras e Colonização da S.A. T.C., para a Tabela n.º 82 — Divisão do Fomento da mesma Secretaria, 1 (um) cargo de Contínuo, classe "C", e remove o seu respectivo ocupante: LAURO SODRÉ DA SILVA.

DECRETO N.º 1 416, de 10-8-53 (D.O. de 11-8-53) —

Transfere da Tabela n.º 82 — Divisão do Fomento da S.A.T.C., para a Tabela n.º 81 — Divisão de Terras e Colonização da mesma Secretaria, 1 (uma) função de Contínuo referência "III" e removido o seu respectivo ocupante — MANOEL FRANCISCO DA VITÓRIA.

DECRETO N.º 1 417, de 11-8-53 (D.O. de 12-8-53) —

Aprova o Regulamento da II.^a Exposição Regional de Pecuária e Produtos Derivados de São Mateus.

DECRETO N.º 1 418, de 12-8-53 (D.O. de 14-8-53) —

Baixa Tabela, a vigorar em 1954, regulando cobrança da taxa de pedágio, na conformidade do disposto no art. 4.º do Decreto n.º 1 036, de 16 de setembro de 1952.

DECRETO N.º 1 419, de 12-8-53 (D.O. de 13-8-53) —

Cria a Escola Singular de MOLEDO, no município de Cachoeiro de Itapemirim, distrito de Conduru.

DECRETO N.º 1 420, de 12-8-53 (D.O. de 13-8-53) —

Cria mais 2 (duas) classes no G.E. "Augusto Carvalho", de Itacibá, município de Cariacica.

DECRETO N.º 1 421, de 12-8-53 (D.O. de 13-8-53) —

Transfere, por motivo de baixas matrícula e frequência, a Escola Singular de Cuiabano, no município de Aracruz, para Santa Helena, 5.^a entrância, distrito da sede, no município de Linhares.

DECRETO N.º 1 422, de 12-8-53 (D.O. de 13-8-53) —

Cria a Escola Singular de Fazenda Sou de Deus, 5.^a entrância, no distrito da sede, município de Conceição da Barra.

DECRETO N.º 1 423, de 13-8-53 (D.O. de 14-8-53) —

Considera facultativo o ponto no dia 15 do corrente, dia consagrado à Assunção de Nossa Senhora, nas repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 424, de 14-8-53 (D.O. de 15-8-53) —

Torna sem efeito o Decreto n.º 1 419, de 12 do corrente, por se tratar de assunto já resolvido na conformidade do Decreto n.º 1 387, de 4 de julho do corrente ano.

DECRETO N.º 1 425, de 14-8-53 (D.O. de 15-8-53) —

Cria mais 1 (uma) classe no G.E. "Prof. João Bandeira", de Gurigica, nesta Capital.

DECRETO N.º 1 426, de 14-8-53 (D.O. de 15-8-53) —

Reclassifica como de 3.ª categoria o Grupo Escolar "Irmã Maria Horta", da Praia do Canto, nesta Capital.

DECRETO N.º 1 427, de 14-8-53 (D.O. de 15-8-53) —

Transfere o Curso Noturno de Educação Popular de ARAGUAIA, município de Domingos Martins, para ITACIBA, município de Cariacica, anexo ao Grupo Escolar "Augusto de Carvalho".

DECRETO N.º 1 428, de 18-8-53 (D.O. de 19-8-53) —

Transfere da subconsignação 203 — diaristas — da Tabela n.º 20 do Departamento Estadual de Saúde, para a subconsignação 202 — mensalistas da mesma Tabela, sem alteração da verba global, a importância de Cr\$ 26 150,00 (vinte e seis mil cento e cinquenta cruzeiros).

DECRETO N.º 1 429, de 19-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Cria mais 1 (uma) classe no Grupo Escolar "Misaél Pinto Neto", de Sauaçu, município de Aracruz.

DECRETO N.º 1 430, de 19-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Cria mais 1 (uma) classe no Grupo Escolar "Prof. Cerqueira Lima", de Jardim América, no município de Cariacica.

DECRETO N.º 1 431, de 19-8-53 (D.O. de 20-8-53) —

Transfere a Escola Singular de Baixo Boa Vista para ITAZINHO — Fazenda Barbosa, sendo ambas as localidades no município de Barra de São Francisco e a última no distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 432, de 4-9-53 (D.O. de 5-9-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 66 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Espírito Santo, da Secretaria da Educação e Cultura, 1 (uma) função de Auxiliar de Escritório, referência "III" e 1 (uma) de Contínuo, referência "I".

DECRETO N.º 1 433, de 5-9-53 (D.O. de 6-9-53) —

Considera facultativo o ponto no dia 8 do corrente, dia consagrado à NOSSA SENHORA DA VITÓRIA, nas repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 434, de 5-9-53 (D.O. de 6-9-53) —

Transfere a Escola Singular de Barra do Rio Preto para PATRIMÔNIO DO NAZÁRIO, sendo ambas as localidades no município de Barra de São Francisco e a última, no distrito da sede, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 435, de 10-9-53 (D.O. de 11-9-53) —

Torna sem efeito o decreto n.º 1 417, de 11 de agosto próximo passado, que aprova o Regulamento da II.ª Exposição Regional de Pecuária e Produtos Derivados de São Mateus.

DECRETO N.º 1 436, de 11-9-53 (D.O. de 12-9-53) —

Suprime na Tabela n.º 2 da P.S. do Q.U. do Estado, 1 (um) cargo de Encarregado de Bomba, padrão "C", vago com a aposentadoria de Carlos Oliveira.

DECRETO N.º 1 437, de 12-9-53 (D.O. de 13-9-53) —

Transfere a Escola Singular de Vargem Grande, município de Barra de S. Francisco, para Córrego de Sapucaia, no distrito da sede do mesmo município.

DECRETO N.º 1 438, de 15-9-53 (D.O. de 16-9-53) —

Cria a 2.ª Escola Singular de AMETISTA, no município de Barra de São Francisco.

DECRETO N.º 1 439, de 15-9-53 (D.O. de 16-9-53) —

Faz as seguintes transferências entre subconsignações da tabela n.º 42, do orçamento vigente, sem alteração das verbas globais:

Da subconsig. 202 — Mensalistas — para a de n.º 201 —	
Contratados	Cr\$ 18 000,00
Da subconsig. 202 — Mensalistas — para a de n.º 220 —	
Salário-Família	Cr\$ 3 880,00
Da subconsig. 406 — Uniformes, vestuários etc., para a de	
n.º 407 — Material de limpeza, desinfecção, etc.	Cr\$ 1 000,00

DECRETO N.º 1 440, de 17-9-53 (D.O. de 18-9-53) —

Transfere da subconsignação 406 da verba 8 293 — uniformes e vestuários, etc., do Instituto Agrícola de Maruípe, para a subconsignação 404 da mesma verba, a importância de Cr\$ 12 000,00.

DECRETO N.º 1 441, de 17-9-53 (D.O. de 18-9-53) —

Transfere da subconsignação 201 da verba 8 241 da Tabela n.º 35 — Contratados — do Instituto de Readaptação Social, para a subconsignação 202 da mesma verba e Tabela, a importância de Cr\$ 71 951,80.

DECRETO N.º 1 442, de 17-9-53 (D.O. de 18-9-53) —

Transfere da subconsignação 203 da verba 8 291 — Diaristas — do Instituto Agrícola de Maruípe, para a subconsignação 202 da mesma verba, a importância de Cr\$ 600,00.

DECRETO N.º 1 443, de 17-9-53 (D.O. de 18-9-53) —

Transfere da Tabela n.º 70 — Biblioteca Estadual, da Secretaria da Educação e Cultura para a de n.º 55 — Gabinete do Secretário e Diretoria Geral de Administração da mesma Secretaria, 1 (um) cargo de Contínuo, classe "B", e removido seu respectivo ocupante: CRISTÓVÃO COLOMBO LORA.

DECRETO N.º 1 444, de 21-9-53 (D.O. de 22-9-53) —

Transforma em Escolas Reunidas as Escolas Singulares de PAULISTA, no município de Barra de São Francisco.

DECRETO N.º 1 445, de 21-9-53 (D.O. de 22-9-53) —

Aprova a PAUTA DE VALORES n.º III, organizada para a cobrança do imposto sobre EXPORTAÇÃO E TAXA DE FOMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL, a vigorar no quarto trimestre do ano de 1953.

DECRETO N.º 1 446, de 23-9-53 (D.O. de 24-12-53) —

Extingue a Delegacia do Distrito de Itaquari, município de Cariacica, a partir de 1.º do corrente mês, tendo em vista a conveniência de ficarem subordinadas à Delegacia de Ensino da sede do município as escolas existentes no mesmo.

DECRETO N.º 1 447, de 23-9-53 (D.O. de 24-9-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 437, de 9-12 corrente, para declarar que a Escola Singular transferida para Córrego de Sapucaia, no município de Barra de São Francisco, é a de VARGEM ALEGRE, e não como saiu publicado.

DECRETO N.º 1 448, de 25-9-53 (D.O. de 26-9-53) —

Aprova o Regulamento da Divisão do Patrimônio.

DECRETO N.º 1 449, de 8-10-53 (D.O. de 9-10-53) —

Transfere a Escola Singular de Santo Onofre para PATRIMÔNIO DE PRATA DOS BAIANOS, distrito de Joeirana, sendo ambas as localidades no município de Barra de São Francisco.

DECRETO N.º 1 450, de 8-10-53 (D.O. de 9-10-53) —

Transfere a Escola Singular de Barra do Bananal, para FAZENDA MONTE ALEGRE, sendo ambas as localidades no município de Barra de São Francisco e a última, no distrito de Joeirana, 5.ª entrância.

DECRETO N.º 1 451, de 8-10-53 (D.O. de 9-10-53) —

Retifica o nome da Escola Singular BOA VISTA, no município de Barra de São Francisco, para Fazenda CIRILO JOSÉ DA FONSECA.

DECRETO N.º 1 452, de 8-10-53 (D.O. de 9-10-53) —

Transfere a Escola Singular de Fazenda Boa Sorte, distrito de Mantópolis, município de Barra de São Francisco, para Córrego *Brejaúba*, nos mesmos distrito e município.

DECRETO N.º 1 453, de 9-10-53 (D.O. de 10-10-53) —

Transfere da subconsignação 201 para a subconsignação 203, ambas da verba Pessoal Variável da Tabela n.º 19 — Serviços Distritais — do D.E.S., a importância de Cr\$ 93 900,00.

DECRETO N.º 1 454, de 10-10-53 (D.O. de 11-10-53) —

Transfere da Tabela n.º 42 — Contadoria Geral do Estado, da Secretaria da Fazenda, para a Tabela n.º 51 — Divisão do Patrimônio, da mesma Secretaria, 1 (uma) função de Assistente Administração, ref. "VI", e transfere seu respectivo ocupante — CECÍLIA RIBEIRO FUNDÃO.

DECRETO N.º 1 455, de 10-10-53 (D.O. de 11-10-53) —

Transfere da Tabela n.º 51 — Divisão do Patrimônio, da Secretaria da Fazenda para a Tabela n.º 42 — Contadoria Geral do Estado, da mesma Secretaria, 1 (uma) função de Auxiliar de Apuração, ref. "IV", e transfere seu respectivo ocupante ILVA MARIENNE HOFFMANN.

DECRETO N.º 1 456, de 14-10-53 (D.O. de 15-10-53) —

Considera DIA DO PROFESSOR em todo o território do Estado o dia 15 do mês de outubro.

DECRETO N.º 1 457, de 15-10-53 (D.O. de 16-10-53) —

Faz as seguintes transferências entre subconsignações da Tabela n.º 24, sem alteração da verba global:

Da subconsignação n.º 506 para a de n.º 518, a importância de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros).

Da subconsignação n.º 506, para a de n.º 536, a importância de Cr\$ 10,000,00 (dez mil cruzeiros).

DECRETO N.º 1 458, de 15-10-53 (D.O. de 16-10-53) —

Faz as seguintes transferências entre subconsignações da Tabela n.º 24, sem alteração da verba global:

Da subconsignação n.º 209 para de n.º 217, a importância de Cr\$ 10 000,00.

— Da subconsignação n.º 215-I para a de n.º 217, a importância de Cr\$ 10 000,00.

DECRETO N.º 1 459, de 19-10-53 (D.O. de 20-10-53) —

Retifica o Decreto n.º 1 450, de 8 do corrente, para declarar que a Escola Singular transferida para Fazenda Monte Alegre, no município de Barra de São Francisco, é a de Bananal e não como foi publicado.

DECRETO N.º 1 460, de 19-10-53 (D.O. de 20-10-53) —

Retifica o Calendário Escolar, aprovado pelo Decreto n.º 1 166, de 22-1-53, na parte referente ao mês de dezembro, que passa a ter a seguinte redação:

DEZEMBRO

- 1 — Dia 8 — Ponto facultativo: — Imaculada Conceição.
- 2 — Dia 15 — Encerramento do ano escolar e início dos trabalhos do Concurso de Remoção de Professores.
- 3 — Dia 16 — Início das férias escolares.
- 4 — Dia 20 — Início dos trabalhos do Concurso de Ingresso e Reingresso no Magistério Primário.

DECRETO N.º 1 461, de 21-10-53 (D.O. de 22-10-53) —

Cría o G.E. “Jerônimo Monteiro”, junto à Escola Normal “Pedro II”. — Destina-se o estabelecimento ora criado à prática de ensino das professorandas, e sua instalação e funcionamento serão providenciados, oportunamente, pela S.E. Cultura.

DECRETO N.º 1 462, de 22-10-53 (D.O. de 23-10-53) —

Transfere da Tabela n.º 40 — Assessoria Técnica Consultiva da Secretaria do Interior, para a de n.º 7 — D. Municipalidades da S. Governo, 1 (um) cargo de Eseriturário, classe "C", e removido seu respectivo ocupante: AGNÉLIA MODENEZI.

DECRETO N.º 1 463, de 23-10-53 (D.O. de 24-10-53) —

Suprime na Tabela n.º 3 da P.S. do Q.U. do Estado, os seguintes cargos: 1 (um) de Contador, classe "H", vago em virtude da promoção de Antônio Júlio Tironi; 1 (um) de Contador, classe "G", vago em virtude da promoção de Altamiro Simões. — Fica suprimido na Tabela n.º 4, da Parte Suplementar do Q.U. do Estado, 1 (um) cargo de Chefe de Secção, padrão "L", vago com a aposentadoria de Oscar Rodrigues de Oliveira.

DECRETO N.º 1 464, de 26-10-53 (D.O. de 28-10-53) —

Considera facultativo o ponto no dia 28 do corrente — DIA DO FUNCIONÁRIO PÚBLICO — para as repartições subordinadas ao Poder Executivo.

DECRETO N.º 1 465, de 29-10-53 (D.O. de 30-10-53) —

Classifica em 5.ª categoria o G.E. "Misaél Pinto Netto", de Sauassu, município de Aracruz.

DECRETO N.º 1 466, de 20-10-53 (D.O. de 30-10-53) —

Considera facultativo o ponto no dia 2 de novembro para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, em atenção aos sentimentos religiosos da população.

DECRETO N.º 1 467, de 4-11-53 (D.O. de 5-11-53) —

Cria e inclui na T.N.M. n.º 53 — Instituto de Readaptação Social, da Secretaria do Interior e Justiça — duas funções de Vigilante, ref. "III".

DECRETO N.º 1 468, de 4-11-53 (D.O. de 12-11-53) —

Transfere os Postos Fiscais de "Cachimbo" e "Crissíuma", da jurisdição da Coletoria de Pequiá para a de Iúna, ambas subordinadas à 2.ª Região Fiscal.

DECRETO N.º 1 469, de 11-11-53 (D.O. de 12-11-53) —

Reclassifica em 3.ª entrância as 1.ª e 2.ª escolas singulares da Fazenda Velha e a da Fazenda Memória, e em 5.ª entrância as escolas singulares da Fazenda da Alegria, Fazenda Areal, Fazenda do Bimba, Palotinho e Fazenda Santana, tôdas no município de São José do Calçado.

DECRETO N.º 1 470, de 12-11-53 (D.O. de 13-11-53) —

Cria, no município de Mimoso do Sul, os distritos de Bom Sucesso e São Rafael, formados com território pertencente ao distrito de Conceição de Muqui, no mesmo município, e estabelece os seus limites.

DECRETO N.º 1 471, de 12-11-53 (D.O. de 13-11-53) —

Transfere um cargo de Oficial Administrativo, classe "G", da Lotação da Tabela n.º 36 — D.I.O. da S.I.J. — para a de n.º 47 — Divisão da Receita da Sec. da Fazenda.

DECRETO N.º 1 472, de 14-11-53 (D.O. de 15-11-53) —

Transfere, sem alteração da dotação global da verba n.º 700/8 041/200 "Pessoal Variável", da Tabela n.º 80 — Gabinete do Secretário e Divisão de Administração — da subconsignação n.º 219 "Substituições" para a de n.º 212 "Gratificação de Representação de Gabinete", a quantia de Cr\$ 6 200,00.

DECRETO N.º 1 473, de 23-11-53 (D.O. de 24-11-53) —

Transfere da Tabela n.º 81 — Divisão de Terras e Colonização, da S. A.T.C., para a Tabela n.º 80 — Divisão de Administração da mesma Secretaria, 1 (uma) função de Auxiliar de Escritório, ref. "III" e remove o seu respectivo ocupante — YOLANDA ROCHA MARTINS.

DECRETO N.º 1 474, de 28-11-53 (D.O. de 29-11-53) —

Cria as seguintes Escolas: — No município de ALEGRE — E.S. De Barra de Santa Angélica; E. S. de Jacutinga, distrito de Vala do Souza; E. S. de Queimados, distrito de Café; E. S. de Santo Amaro, distrito de Rive, todas de 5.^a entrância. — No município de ALFREDO CHAVES — E. S. de Vila Nova de Maravilha, distrito de Matilde, 5.^a entrância. — No município de ARACRUZ — E.S. de Pontal dos Amarelos, distrito de Riacho, 5.^a entrância. — No município de BAIXO GUANDU — E. S. de Fazenda Francisco Galo, distrito da sede, 5.^a entrância. — No município de BARRA DE SÃO FRANCISCO — E. S. de Patrimônio de Santo Agostinho, distrito da sede, 5.^a entrância. — No município de CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM — E. S. de Capivara, distrito de Vargem Alta, 5.^a entrância; E. S. de Fazenda de Santa Fé, distrito da sede, 5.^a entrância; E. S. de Córrego Alto, distrito da sede, 5.^a entrância; E. S. de São Miguel, (2.^a), distrito de Conduru, 5.^a entrância; E. S. de Monte Cristo, (2.^a), distrito da sede, 3.^a entrância; E. S. de Aquidabã (2.^a), distrito da sede, 1.^a entrância; E. S. de Campo de São Felipe, distrito da sede, 1.^a entrância. — No município de COLATINA — E. S. de Córrego das Seis Horas, distrito da sede, 5.^a entrância. — No município de ESPÍRITO SANTO — Duas E. S. de Cobilândia (1.^a e 2.^a), distrito da sede. — No município de FUNDÃO — E. S. de Fazenda Demuner, distrito de Irundi, 5.^a entrância. — No município

de ITAPEMIRIM — E. S. de Quartéis, distrito da sede, 5.^a entrância; E. S. de Siri, distrito da sede, 5.^a entrância; E. S. de Santa Lúcia, (antiga Manhães), distrito de Batalhas, 5.^a entrância; E. S. de Caetés, distrito da sede, 5.^a entrância. — No município de LINHARES — E. S. de Cabeceiras do Rio das Palmas, distrito da sede, 5.^a entrância; E. S. de Nossa Senhora do Bom Parto, distrito da sede, 5.^a entrância; E. S. de Dom Pedro, distrito da sede, 5.^a entrância. — No município de MIMOSO DO SUL — E. S. de Pontões, distrito de Conceição do Muqui, 5.^a entrância; E. S. de Fazenda Boa Vista, distrito de São José das Torres, 5.^a entrância. — No município de MUNIZ FREIRE — E. S. de Mata do Barão, distrito da sede, 5.^a entrância; E. S. de Piassu (4.^a), 4.^a entrância. — No município de SANTA LEOPOLDINA — E. S. de São Miguel, distrito de Mangaraí, 5.^a entrância; E. S. de Boqueirão, do Tomaz, distrito de Mangaraí, 5.^a entrância; E. S. de Alto Caramuru, distrito de Jetibá, 5.^a entrância. — No município da SERRA — E. S. de Relógio, distrito de Calogi, 2.^a entrância. — No município de SÃO MATEUS — E. S. de Patrimônio de Todos os Santos, distrito de Nova Venécia, 5.^a entrância; E. S. de São Simão, distrito de Nova Venécia, 5.^a entrância.

DECRETO N.º 1 475, de 28-11-53 (D.O. de 29-11-53) —

Cria um Grupo Escolar em Rive, município de ALEGRE, com a lotação de 5 (cinco) classes, compreendidas neste número as três (3) Escolas Singulares da referida localidade, as quais ficam, assim, transferidas.

DECRETO N.º 1 476, de 28-11-53 (D.O. de 29-11-53) —

Cria 2 classes no G. E. "Liberata Sette", de Alto Caratoira; 1 classe no G. E. "Irmã Maria Horta", da Praia do Canto; 1 classe no G. E. "Marieta Escobar", de Mulembá; 1 classe no G. E. "Professor João Bandeira", de Gurigica; 1 classe no G. E. "Alípio Fraga", de Goiabeiras, todos no município da CAPITAL. — 1 classe no G. E. "Luiz Jouffroy", de Laranja da Terra; 1 classe no G. E. "Elvira Barros", de Serra Pelada, sendo os mesmos no município de AFONSO CLAUDIO. — 1 classe no G. E. "Misaél Pinto Neto", de Sauassu, no município de ARACRUZ. — 2 classes no G. E. "Prof.^a Adelina Lírio", de Mantenópolis; 1 classe nas escolas Reunidas de Paulista, no município de BARRA DE SÃO FRANCISCO. — 1 classe no G. E. "Prof. Domingos Ubaldo", de Conduru; 1 classe no G. E. "Waldemar Mendes de Andrade"; 1 classe no G. E. "Prof.^a Inah Werneck, de Aquidabã; 1 classe nas E. R. "Prof.^a Petronilha Vidigal", de Itaóca, no município de CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. — 1 classe no G. E. "Prof. Cerqueira Lima", de Jardim América, no município de CARIACICA. — 2 classes na Escola de Aplicação, junto ao Colégio Estadual e Escola Normal "Conde de Linhares"; 1 classe no G. E. "Esmerino Gonçalves", de São Domingos, no município de COLATINA. — 2 classes no G. E. "Ofélia Escobar", de Aribiri, no município do ESPÍRITO SANTO. — 1 classe nas E. R. "Padre Antunes de Siqueira", da sede, no município de JABAETÉ. — 1 classe no G. E. "Bartouvinho Costa", da sede, no município de LINHA-

RES. — 1 classe no G.E. "Cândida Póvoa", de Apiacá, no município de MIMOSO DO SUL. — 1 classe no G.E. "Manoel Franco", da sede, do município de SÃO JOSÉ DO CALÇADO. — 1 classe no G.E. "Amâncio Pereira", da sede do município de SÃO MATEUS. — 1 classe no G.E. "Virgínio Pereira", de Nova Almeida, no município da SERRA. — 1 classe no G.E. "Luiza Grinaldi", de Itarana, no município de ITAGUAÇU.

DECRETO N.º 1 477, de 30-11-53 (D.O. de 3-12-53) —

Cria 1 (uma) classe nas Escolas Reunidas "Coronel Virgínio Calmon", de Vila Lenira, no município de COLATINA. — Cria 2 (duas) Escolas Singulares (1.ª e 2.ª), em Argolas, 1.ª entrância, no município do ESPÍRITO SANTO.

DECRETO N.º 1 478, de 30-11-53 (D.O. de 3-12-53) —

Transfere diversas subconsignações de verbas do orçamento vigente, cuja relação discrimina.

DECRETO N.º 1 479, de 30-11-53 (D.O. de 3-12-53) —

Transfere diversas subconsignações de verbas do orçamento vigente, cuja relação discrimina.

DECRETO N.º 1 480, de 3-12-53 (D.O. de 4-12-53) —

Franqueia o Museu Capixaba e o de Artes Religiosas aos visitantes, e dá o horário de visitas.

DECRETO N.º 1 481, de 3-12-53 (D.O. de 4-12-53) —

Transfere a Escola Singular de Córrego Francês para Córrego Bom Jesus, sendo ambas as localidades no município de Aracruz e distrito de Guaraná.

DECRETO N.º 1 482, de 4-12-53 (D.O. de 5-12-53) —

Transfere, sem alteração da dotação global, da verba n.º 702-8 552-300 "Construções e Instalações Diversas", subconsignação n.º 312, Tab. n.º 82 — Divisão do Fomento, do item I — "Instalação de Residências Agrícolas", para o item II — "Instalação de Indústria de Leite", a quantia de Cr\$ 1 000 000,00 (hum milhão de cruzeiros).

DECRETO N.º 1 483, de 4-12-53 (D.O. de 5-12-53) —

Transfere da Tabela n.º 80 — Gabinete do Secretário e Divisão de Administração, sem alteração da dotação da verba n.º 700-8 554-500, "Despesas Diversas", da subconsignação n.º 506 "Publicações, serviços de im-

pressão e de encadernação, clichês", para a de n.º 526, "Serviços Clínicos e de hospitalização", a quantia de Cr\$ 24 000,00 (Vinte e quatro mil cruzeiros).

DECRETO N.º 1 484, de 5-12-53 (D.O. de 6-12-53) —

Considera facultativo o ponto no dia 8 do corrente, consagrado à CONCEIÇÃO DE NOSSA SENHORA, para as repartições subordinadas ao Poder Executivo, atendendo aos sentimentos religiosos da população.

DECRETO N.º 1 485, de 10-12-53 (D.O. de 11-12-53) —

Aprova o Regulamento do Quadro Auxiliar de Oficiais da Polícia Militar do Estado.

DECRETO N.º 1 486, de 11-12-53 (D.O. de 12-12-53) —

Determina aplicação também ao terceiro Concurso de Remoção de Professores do Ensino Primário as normas estabelecidas nos arts. 5.º e 6.º do Decreto n.º 1 112, de 8 de janeiro de 1953.

DECRETO N.º 1 487, de 12-12-53 (D.O. de 13-12-53) —

Reclassifica em 3.ª entrância a Escola singular de FAZENDA DA PONTE, no município de Iúna.

DECRETO N.º 1 488, de 15-12-53 (D.O. de 16-12-53) —

Transfere das Subconsignações 201 e 215-1 da verba 8 241 da Tabela n.º 35 — Contratados e Gratificações previstas em Lei (Conselho Penitenciário, na forma da Lei 362, de 13-12-50), do Instituto de Readaptação Social, para a subconsignação 202 da mesma Tabela, as importâncias de Cr\$ 5 200,00 Cr\$ 1 800,00, respectivamente.

DECRETO N.º 1 489, de 15-12-53 (D.O. de 16-12-53) —

Transfere a Escola Singular de Baixo São Francisco, para o G.E. "Governador Lindenberg", onde constituirá uma classe de Curso Complementar, sendo ambas as unidades escolares no município de Barra de São Francisco.

DECRETO N.º 1 490, de 15-12-53 (D.O. de 16-12-53) —

Reclassifica em 5.ª entrância a Escola Singular de Gamboa, no município de ANCHIETA.

DECRETO N.º 1 491, de 18-12-53 (D.O. de 19-12-53) —

Faz, no orçamento vigente, a anulação e as suplementações de verbas autorizadas na lei n.º 754, publicada no Diário Oficial de 5 do corrente mês.

DECRETO N.º 1 492, de 19-12-53 (D.O. de 23-12-53) —

Transfere a Escola Singular de São Felipe, município de Guaçuí, para CAIPÉ, município de Mimoso do Sul, distrito de Conceição do Muqui, 5.ª entrância, tendo em vista as baixas matrícula e frequência da referida escola.

DECRETO N.º 1 493, de 19-12-53 (D.O. de 23-12-53) —

Transfere a 2.ª Escola Singular de Fazenda José Gonçalves do Nascimento, município de Afonso Cláudio, para Patrimônio do Valério, município de Colatina, distrito de São Gabriel da Palha, onde constituirá a 2.ª unidades escolar.

DECRETO N.º 1 494, de 19-12-53 (D.O. de 23-12-53) —

Transfere a Escola Singular de Destacada, município de Fundão, para PATRIMÔNIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS — Graça Aranha — município de Colatina, distrito da sede, 5.ª entrância, tendo em vista as baixas matrícula e frequência da referida escola.

DECRETO N.º 1 495, de 19-12-53 (D.O. de 23-12-53) —

Transfere a Escola Singular da Fazenda Paraíso para VISTA ALEGRE, ambas no município de Mimoso do Sul e a última no distrito de São Pedro de Itabapoana, onde a professora Maria Luiza Moreira continuará o seu estágio probatório.

DECRETO N.º 1 496, de 22-12-53 (D.O. de 24-12-53) —

Abre o crédito especial de Cr\$ 50 000,00 para o pagamento dos saldos dos auxílios autorizados pela Lei n.º 525, de 2-10-51, sendo: — ao Ginásio São Geraldo de Mimoso do Sul, Cr\$ 25 000,00 e ao Ginásio Irmãos Carneiro, de Guaçuí Cr\$ 25 000,00.

DECRETO N.º 1 497, de 22-12-53 (D.O. de 23-12-53) —

Cria na 4.ª Região Fiscal a Coletoria de Mantenópolis, como sede na localidade do mesmo nome e jurisdição fiscal em todo o Distrito de Mantenópolis, município de Barra de São Francisco.

DECRETO N.º 1 498, de 28-12-53 (D.O. de 31-12-53) —

Reclassifica em 5.ª entrância a Escola Singular de Roseira, no município de Alegre.

DECRETO N.º 1 499, de 29-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Anula verbas do Orçamento do atual Exercício autorizadas pela lei n.º 771, de 23 do corrente mês:

TABELA N.º 53 — Dívida Pública

8.77.4/547-3 — Juros dos coupons ns. 2 e 3 do Empréstimo do Plano de Valorização Econômica	1 200 000,00
8.96.4/528 — Cota prevista no art. 20 da Const. Federal	1 067 279,00

Com os recursos decorrentes das anulações de que trata o art. anterior e mais as disponibilidades advindas da operação de crédito realizada com o Banco do Brasil S/A, abre o crédito especial de Cr\$ 3 389 766,30 (treis milhões, trezentos e oitenta e nove mil, setecentos e sessenta e seis cruzeiros e trinta centavos) aut. pelo art. 1.º, da Lei n.º 771, de 23 do corrente mês, para o pagamento de diversos serviços e encargos.

DECRETO N.º 1 500, de 29-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Com os recursos disponíveis provenientes de operação de crédito realizada com o Banco do Brasil S/A, no corrente exercício, fica aberto o crédito especial de Cr\$ 14 129 967,20, autorizado pela lei n.º 772, de 23 do corrente mês, para o atendimento das diversas obras, serviços e encargos discriminados nos itens ns. 1 a 63, do art. 1.º da mencionada lei. — Fica dilatada ao exercício de 1954 a vigência do presente crédito.

DECRETO N.º 1 501, de 29-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Aprova, a partir de 1.º de janeiro de 1954, as alterações abaixo que são introduzidas na PAUTA DE VALORES n.º 111, organizada para cobrança do imposto sobre EXPORTAÇÃO E TAXA DE FOMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL.

DECRETO N.º 1 502, de 29-12-53 (D.O. de 30-12-53) —

Transfere, sem alteração da dotação global da verba 313/8292/300 — Material Permanente — Tabela n.º 37 — Instituto Agrícola de Maruípe — da subconsignação 304 (Maquinismos, motores, etc), para a de n.º 306 (Móveis em geral, máquinas, etc.) a quantia de Cr\$ 10 000,00 (dez mil cruzeiros).

DECRETO N.º 1 503, de 29-12-53 (D.O. de 31-12-53) —

O professor de ensino primário que for designado por Ato do Secretário da Educação e Cultura para exercer atividades inerentes ao cargo de Inspetor Regional de Ensino perceberá diárias legais as que couberem aos ocupantes efetivos de cargos de Inspetor Regional de Ensino.

DECRETO N.º 1 504, de 29-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Governo do Estado, o domínio útil de uma área de terreno medindo 639,88 m², e dá as suas características, domínio útil esse pertencente ao Sr. Clóvis Camargo, pelo preço de Cr\$ 191 964,00. — Declara também de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Governo do Estado, uma casa coberta de telhas canal e zinco, engradamento misto de pau roliço e peroba, existente no terreno referido, também de propriedade do Sr. Clóvis Camargo, pelo preço de Cr\$ 5 812,00. — Declara urgente ambas as desapropriações.

DECRETO N.º 1 505, de 30-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Transfere da subconsignação n.º 543, da tabela orçamentária n.º 1 — Assembléia Legislativa — para a subconsignação n.º 536, da mesma tabela, a importância de Cr\$ 100 000,00 (cem mil cruzeiros).

DECRETO N.º 1 506, de 31-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Faz, no Orçamento vigente, as anulações e suplementações de verbas autorizadas pela Lei n.º 775, de 23 do corrente mês, aquelas na importância de Cr\$ 16 593 049,50 e, estas, num total de Cr\$ 20 843 265,00. — Os recursos para a cobertura da diferença entre o valor do crédito suplementar e o valor das anulações referidas no art. anterior são provenientes de disponibilidade verificada na operação de crédito negociada com o Banco do Brasil S.A., no corrente exercício.

DECRETO N.º 1 507, de 31-12-53 (D.O. de 3-1-54) —

Faz, no Orçamento vigente, sem alterações das dotações globais das respectivas verbas, as seguintes transferências:

TABELA N.º 82 — DIVISÃO DO FOMENTO

Verba 8554/500 "Despesas Diversas"

Da subconsignação 560 para 517	340 000,00
Da subconsignação 557 para 517	260 000,00

TABELA N.º 84 — ESCOLAS AGROTÉCNICAS

Verba 8324/500 "Despesas Diversas"

Da subconsignação 541 para 517	400 000,00
--------------------------------------	------------

DECRETO N.º 1 508, de 31-12-53 (D.O. de 6-1-54) —

Transfere da Tab. 83 — Divisão de Experimentação — sem alteração da dotação global da verba n.º 703/8552/300, "Material Permanente", da

subconsignação número 304 "Maquinismos, motores, aparelhos e seus acessórios; material elétrico, telefônico, fotográfico, cinematográfico; ferramentas e utensílios" para a de número 306 "Móveis em geral; máquinas e utensílios de escritório, biblioteca, cozinha, refeitório, dormitório e similares; aparelhagem de laboratórios, hospitais e consultórios" a quantia de Cr\$ 5 000,00.

DECRETO N.º 1 509, de 31-12-53 (D.O. de 6-1-54) —

Anula, parcialmente, as seguintes verbas no orçamento vigente:

TABELA N.º 53 — DÍVIDA PÚBLICA: 8734/546-3 — Resgate do P.V.E. — emissão do Dec. n.º 730, de 31-1-952	1 679 200,00
8754/548-1 — Prêmios dos 1.º e 2.º semestres, de Apólices do P.V.E. — Dec. n.º 730, de 31-1-52	751 500,00
TABELA N.º 73 — DIVISÃO DE OBRAS: 8872/309-I-I (Construção do Forum da Capital)	62 380,00

Com o recurso dessas anulações, abre o crédito suplementar de Cr\$ 2 503 030,00, autorizado pela Lei n.º 784, desta data, para reforço da verba 8994/525 — Sentenças Judiciárias — da tabela n.º 54 do orçamento vigente.

DECRETO N.º 1 510, de 31-12-53 (D.O. de 6-1-54) —

Anula, no orçamento vigente, parcial e totalmente os seguintes saldos de verbas:

TABELA N.º 73 — DIVISÃO DE OBRAS

Verba 8012/309-I-I — Construção do Forum da Capital	3 200 000,00
Verba 8872/309-I-15 — Prosseguimento da construção do edifício do SAPS na Capital	1 000 000,00
Verba 8212/309-I-16 — Construção do prédio para o Corpo de Bombeiros da Capital	800 000,00
Verba 8822/309-I-18 — Construção da estação rodoviária de Vitória	1 000 000,00

Com o recurso dessas anulações, abre o crédito especial de Cr\$ 6 000 000,00, para o pagamento da "Gratificação de Natal", concedida aos servidores do Estado na forma da Lei n.º 758, de 16-12-53.

DECRETO N.º 1 511, de 31-12-53 (D.O. de 31-1-54) —

Faz diversas transferências entre subconsignações de verbas do orçamento vigente.

DECRETO N.º 1 512, de 31-12-53 (D.O. de 31-1-54) —

Faz diversas transferências entre subconsignações orçamentárias sem alteração das respectivas verbas.

ELABORADO PELA DIVISÃO DE ORGANIZAÇÃO DO D.S.P.

ÍNDICE

PREAMBULO.....	3 — 36
Conclusão do preâmbulo	351
Plano de Valorização Econômica	9
Obras Portuárias	10
Eletrificação	11
Plano Rodoviário	13
Fomento da Produção Agrícola	15
Finanças do Estado	18
Execução orçamentária	18
Obras Públicas	20
Obras no interior do Estado	21
Política Educacional	21
Departamento Estadual de Saúde	24
Política de Bem Estar Social	28
IBES	28
Instituto de Previdência J. Monteiro	29
Interior e Justiça	29
Limites com o Estado de Minas	30
Assistência ao Menor	30
Governo do Estado	30
Regime de Austeridade	31
Reuniões do Secretariado	32
Outros Aspectos Econômicos	33
 SECRETARIA DA FAZENDA	 37 — 78
Café	39
Arrecadação e Fiscalização de Rendas	42
Imposto s/transmis. propriedade	43
Imp. s/Vendas e Consignações	44
Imposto de Exportação	44
Imposto do Sêlo	45
Taxas	45
Bens do Estado	46
Representação da Fazenda no Rio de Janeiro	46
Execução Orçamentária	47

II

Receita	48
Despesa	55
Ativo do Estado	63
Passivo do Estado	67
 SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS	 69 — 121
Comissão especial	69
Usina Hidroelétrica de Rio Bonito	70
Entrepasto Frigorífico de Vitória	71
Divisão de Obras Públicas	73
Setor de Educação	76
Setor de Segurança Pública	77
Setor de Saúde Pública	79
Divisão de Geog. Geol. e Mineralogia	83
Divisão de Águas e Energia Elétrica	84
Estrada de Ferro Itapemirim	86
Administração do porto de Vitória	86
Receita	87
Despesa	88
Taxa de Emergência	90
Reaparelhamento do Porto	91
Instalações portuárias	91
Tomada de Contas	93
Revisão Tabelas Remuneração	94
Exportação de minério	95
Tráfego mútuo	95
Serviço de alimentação	95
Construção Naval	96
Esplanada da Capixaba	97
Dragagem	98
Bento Ferreira-Forte S. João	98
Oficina e Carreira naval	99
Cais Comercial	99
Departamento Estradas de Rodagem	100
Pavimentação	100
Construção de Estradas	102
Desapropriações	104
Extensão estradas construídas	104
Pontes concluídas e em execução	104
Extensão estudada e locada 1953	105
Fundo Rodoviário Nacional	106
Conservação das rodovias	107
Assistência rodoviária aos Municípios	107
Pavimentação Avenida Vitória	107

III

Tráfego coletivo	107
Polícia Rodoviária	198
Relação de obras no interior do Estado	108 — 121

SECRETARIA DE AGRICULTURA, TERRAS E COLONIZAÇÃO 123 — 138

Produção vegetal	123
Caféicultura	125
Capanha de combate à broca	126
Vitífruticultura	127
Fruticultura tropical	128
Fazenda Vista Alegre	129
Seringueira	129
Produção Animal	129
Posto zootécnico S. Mateus	130
Fazenda Monte Libano	130
Fazenda Sant'Ana	130
Inseminação artificial	130
III Exposição Est. animais e Produtos derivados	131
Avicultura de Domingos Martins	132
Sericicultura	132
Defesa sanitária animal	133
Indústrias rurais	134
Casas do Lavrador	135
Cooperativismo	135
Serviço de Revenda	135
Terras devolutas	136
Concessões gratuitas	137
Invasões	137
Medições especiais Cimbarra	137
Reservas Florestais Estaduais	137
Transferências de benfeitorias	138
Ensino Agrícola	138

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA 138 — 201

Ensino Primário	140
Educação Pré - Escolar	145
Ensino Supletivo	146
Ensino médio	146
Ensino superior	148
Serviço de educação física	149
Serviço de Ruralização do Ensino	150
Prédios Escolares	150
Museu Capixaba	151
Biblioteca Estadual	151

IV

Ante-Projeto de Lei (Universidade do E. Santo)	153
Exposição de Motivos	158
Legislação do Ensino	200
SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA	203 — 209
Policia Civil	204
Rádio Patrulha	205
Delegacia de Menor's e de Trânsito	205
Casa de Detenção	205
Serviço de Trânsito	205
Policia Militar	206
Instituto de Readaptação Social	207
Junta Comercial	207
Instituto Agrícola de Maruípe	207
Departamento de Imprensa Oficial	208
SECRETARIA DO GOVERNO	211 — 295
Departamento Estadual de Saúde	212 — 233
Profilaxia	212
Unidades Sanitárias	212
1.º Distrito Sanitário	213
Laboratório Regional de Cach. Itapimirim	215
Serv. Biodemografia e Estatística	215
Setor de Transporte	216
Contabilidade	216
Assistência Médica	217
Hospital de Clínicas Vitória	217
Outras obras	217
Tuberculose	219
Malária e Shistosomose	221
Laboratório	221
Serviço de Engenharia Sanitária	222
Serviços Sociais	223
Distribuições orçamentárias	224
Departamento Estadual de Estatística	235 — 295
Área e População municipais	235
Atividades Agrícolas	241
Área cultivada por produto	245
Rendimento médio por hectare	245
Quantidade produzida	249
Valor da Produção	255
População pecuária do Estado	256
Produção Industrial	259

Principais produtos industriais	260
Indústrias de base-Ferro-Cimento	261
Comércio Geral	262
Intercâmbio Comercial	265
Principais mercadorias exportadas	265
Principais destinos de nossa exportação	267
Principais procedências de n / importação	269
Custo da Vida — índice de custo alimentação	271
Produtos básicos alimentação—índice de elevação	272
Movimento Bancário	277
Inscrições hipotecárias	281
Idem de transmissões de imóveis	282
Falências e concordatas-Tit. protestados	283
Ensino primário geral no Estado	284
Finanças Públicas	291
Serviço Jurídico	297
Rádio Espírito Santo	299
MINISTÉRIO PÚBLICO	301
DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO	303
Sistema de Classificação de cargos	303
Atividades do D. S. P.	308
DEPARTAMENTO DAS MUNICIPALIDADES	311
INSTITUTO DE BEM ESTAR SOCIAL	313
Núcleo residencial de Aribiri	313
Fábrica de blocos "S. José"	314
Urbanização do Núcleo	315
Pôsto Social	315
Seleção dos Candidatos	316
Serviço Social "Albina Santos Neves"	316
Receita legal	317
Contabilidade	317
Conselho Fiscal	318
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA GERONIMO	
MONTEIRO	319
Aposentadoria	321
Auxílio natalidade	321
Auxílio funeral	322
Núcleo residencial de Aribiri	322
Carteira predial "Oton Abreu"	323
Empréstimos ordinários	324
Operações de crédito	324 — 25
Sede do Instituto	325
Plano de Trabalho em 1954	326

MUNICÍPIO DE VITÓRIA	327
Plano municipal de obras e empreendimentos	327
Obras executadas	330
Finanças	331
Outras atividades	334
Colaboração do Governo Estadual	335
MUNICÍPIO DE GUARAPARI	337
DEPARTAMENTO OBRAS DE SANEAMENTO	339
RELAÇÕES COM O GOVERNO FEDERAL	343
RELAÇÕES COM OS DEMAIS PODERES	345
BANCO DE CREDITO AGRICOLA	347
COMPANHIA ESPIRITO SANTO DE SEGURO	349
EMENTÁRIO DA LEGISLAÇÃO ESTADUAL	353
Leis de 1953	355
Decretos de 1953	373

